

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2018



Universidade do Minho

Relatório de Atividades 2018

Universidade do Minho



Universidade do Minho

Índice

Índice de Tabelas	6
I. MISSÃO, OBJETIVOS E ORGANIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO MINHO	8
Missão e Objetivos.....	9
Organização	10
Órgãos de Governo	11
Órgãos de Consulta	12
Unidades Orgânicas.....	12
Unidades Culturais	13
Unidades de Serviço	14
Unidades Diferenciadas.....	13
II. 2018 – UM ANO DE EXPANSÃO DA UNIVERSIDADE DO MINHO	16
III. EDUCAÇÃO.....	23
1. Oferta educativa	24
1.1. Cursos conferente de grau	24
1.2. Cursos não conferentes de grau.....	25
1.3. Novos cursos	26
1.4. Acreditação de cursos	26
2. Estudantes.....	28
2.1. Estudantes de cursos conferentes de grau.....	28
2.2. Estudantes de cursos não conferentes de grau.....	29
2.3. Estudantes estrangeiros.....	30
2.4. Estudantes em mobilidade	30
2.5. Estudantes ingressados	31
2.5.1. Estudantes ingressados em licenciaturas e mestrados integrados	32
2.5.2. Estudantes ingressados em mestrados	32
2.5.3. Estudantes ingressados em doutoramento.....	33
2.6. Graus atribuídos	34

3. Acolhimento e acompanhamento dos estudantes	35
3.1. Acolhimento dos novos estudantes.....	35
3.2. Acompanhamento dos estudantes.....	35
3.3. Formação transversal e transição para o mercado de trabalho	36
4. Formação pedagógica de docentes	37
IV. INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO	39
1. Sistema de investigação e áreas de atuação	40
2. Projetos de investigação em curso	42
3. Resultados de concursos	46
4. Produção científica.....	49
V. INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE.....	51
1. Projetos de interação com a sociedade	52
2. Unidades culturais	55
3. Unidades diferenciadas	58
4. O Projeto <i>alumni</i>	60
VI. INTERNACIONALIZAÇÃO	62
1. Internacionalização em casa	63
2. Mobilidade <i>outgoing</i>	64
3. Participação em associações de universidades	64
4. Outras iniciativas	65
5. A UMinho nos <i>rankings</i> internacionais	66
VII. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	68
VIII. QUALIDADE DE VIDA NOS <i>CAMPUS</i> E INFRAESTRUTURAS.....	72
IX. PROJETOS TRANSVERSAIS	75
NOTA FINAL	78
ANEXOS.....	81

Abreviaturas e Acrónimos

2C2T	Centro de Ciências e Tecnologia Têxtil
2CA	Centro Clínico Académico
3B's	Biomaterials, Biodegradables and Biomimetics Research Group
A3ES	Agência para a Acreditação e Avaliação do Ensino Superior
AAUM	Associação Académica da Universidade do Minho
ADB	Arquivo Distrital de Braga
Algoritmi	Centro Algoritmi
SAMA	Sistema de Apoio à Transformação Digital da administração Pública
AVEPARK	Parque de Ciência e Tecnologia, S.A
BiolSI	Centro de Biologia Funcional de Plantas
BLCS	Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva
BPB	Biblioteca Pública de Braga
CBMA	Centro de Biologia Molecular e Ambiental
CCG	Centro de Computação Gráfica
CCT	Centro de Ciências da Terra
CEB	Centro de Engenharia Biológica
CECS	Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
CEGOT	Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território
CEHUM	Centro de Estudos Humanísticos
CEJUR	Centro de Estudos Jurídicos do Minho
CEL	Centro de Estudos Lusíadas
CF	Centro de Física
CGU	Compostela Group of Universities
CICS	Centro de Investigação em Ciências Sociais
CICP	Centro de Investigação em Ciência Política
CIEC	Centro de Investigação em Estudos da Criança
CIEd	Centro de Investigação em Educação
CIPsi	Centro de Investigação em Psicologia
CMAT	Centro de Matemática
CMEMS	Centro para os Sistemas MicroEletroMecânicos
CMM	Casa Museu de Monção

CNA	Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior
CQ	Centro de Química
CT2M	Centro de Tecnologias Mecânicas e de Materiais
CTAC	Centro de Território, Ambiente e Construção
CVR	Centro para a Valorização de Resíduos
DFP	Direção Financeira e Patrimonial
DRH	Direção de Recursos Humanos
DTSI	Direção de Tecnologias e Sistemas de Informação
EA	Escola de Arquitetura
EC	Escola de Ciências
ED	Escola de Direito
EE	Escola de Engenharia
EEG	Escola de Economia e Gestão
EP	Escola de Psicologia
EM	Escola de Medicina
ERC	European Research Council
ESE	Escola Superior de Enfermagem
ETI	Equivalente a tempo integral
EUA	European University Association
FCT	Fundação para a Ciência e Tecnologia
FET	Future Emerging Technology
GAE	Gabinete de Apoio ao Ensino
GAP	Gabinete de Apoio a Projetos
GCII	Gabinete de Comunicação, Informação e Imagem
GCU	Grupo Compostela de Universidades
GPI	Gabinete para a Inclusão
GSU	Grupo Santander de Universidades
HASLab	High-Assurance Software Laboratory
I&D	Investigação e Desenvolvimento
IC	Instituto Confúcio
ICS	Instituto de Ciências Sociais
ICT	Instituto de Ciências da Terra
ICVS	Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde
IE	Instituto de Educação

IES	Instituição de Ensino Superior
ILCH	Instituto de Letras e Ciências Humanas
IPC	Instituto de Polímeros e Compósitos
ISI	Institute for Scientific Information
ISISE	Instituto para a Sustentabilidade e Inovação em Estruturas de Engenharia
LIP / LIP-UMinho	Laboratório de Física de Partículas
MI	Mestrado Integrado
MNS	Museu Nogueira da Silva
NIPE	Núcleo de Investigação em Políticas Económicas
OE	Orçamento de Estado
PALOP	Países de Língua Oficial Portuguesa
PIEP	Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros
POCTEP	Programa de Cooperação Transfronteiriça Portugal-Espanha
QREN	Quadro de Referência Estratégica Nacional
RCdC	Rede de Casas do Conhecimento
RAD	Regulamento de Avaliação de Desempenho
R-C	Relatório de Curso
R-UC	Relatório de Unidade Curricular
SAR	Serviços de Apoio ao Reitor
SASUM	Serviços de Ação Social
SAUM	Serviços Académicos da UMinho
SCom	Serviços de Comunicações
SDUM	Serviços de Documentação da UMinho
SGAQ	Serviços para a Garantia da Qualidade
GSU	Grupo Santander de Universidades
SIGAQ-UM	Sistema Interno de Garantia da Qualidade
SRI	Serviços de Relações Internacionais
TecMinho	Associação Universidade-Empresa para o Desenvolvimento
UA	Unidade de Arqueologia
UC	Unidade Curricular
UE	União Europeia
UMinho	Universidade do Minho
UO	Unidade Orgânica

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Cursos com ofertas de vagas no ano letivo de 2017-18
Tabela 2 - Cursos com ofertas de vagas no ano letivo de 2018-19
Tabela 3 - Novos ciclos de estudos criados e submetidos à acreditação da A3ES
Tabela 4 - Cursos com resultado de acreditação divulgado em 2018
Tabela 5 - Cursos submetidos para acreditação antes de 2018 e ainda pendentes
Tabela 6 - Cursos submetidos para acreditação em 2018
Tabela 7 - Síntese do número de estudantes
Tabela 8 - Síntese do número de estudantes
Tabela 9 - Estudantes de nacionalidade estrangeira
Tabela 10 - Estudantes em mobilidade
Tabela 11 - Evolução dos estudantes ingressados no ano letivo 2018-2019
Tabela 12 - Evolução dos estudantes inscritos por outros regimes (concursos especiais, mudança de instituição externa/cursos e reingressos)
Tabela 13 - Estudantes colocados pela primeira vez em licenciatura e mestrado integrado, em 2018/2019 (1ª fase CNA)
Tabela 14 - Estudantes inscritos pela primeira vez em cursos de 2º ciclo, em 2018/2019
Tabela 15 - Estudantes inscritos pela primeira vez em cursos de 3º ciclo, em 2018/2019
Tabela 16 - Evolução do número de diplomados
Tabela 17 - Número de diplomados, por UO
Tabela 18 - Número de estudantes inscritos na Opção UMinho, por campus e semestre
Tabela 19 - Centros submetidos para Avaliação FCT em 2017/2018
Tabela 20 - Projetos europeus
Tabela 21 - Projetos internacionais
Tabela 22 - Projetos nacionais (Portugal 2020)
Tabela 23 - Outros projetos nacionais
Tabela 24. - Números globais dos projetos em curso e do respetivo financiamento em curso, no final de 2018
Tabela 25 - Projetos europeus
Tabela 26 - Outros projetos internacionais
Tabela 27 - Projetos nacionais

Tabela 28 - Outros projetos nacionais

Tabela 29 - Números globais dos projetos e do financiamento em curso

Tabela 30 - Publicações indexadas na ISI e/ou SCOPUS em 2018, por tipo de publicação

Tabela 31 – Resultados de avaliação docente em 2012-14 e 2015-17

I. MISSÃO, OBJETIVOS E ORGANIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO MINHO

Missão e Objetivos

A Universidade do Minho (UMinho) é uma instituição de ensino superior pública de natureza fundacional, nos termos da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, e do Decreto-Lei n.º 4/2016, de 13 de janeiro, que a instituiu como Fundação Pública com regime de direito privado.

A UMinho tem como missão, de acordo com os seus Estatutos, gerar, difundir e aplicar conhecimento, assente na liberdade de pensamento e na pluralidade dos exercícios críticos, promovendo a educação superior e contribuindo para a construção de um modelo de sociedade baseado em princípios humanistas, que tenha o saber, a criatividade e a inovação como fatores de crescimento, desenvolvimento sustentável, bem-estar e solidariedade (art.º 2º).

O Plano Estratégico, aprovado em 2013 pelos órgãos da Universidade, assume uma “ideia para a Universidade”, representando-a como uma universidade completa, de investigação, de educação integral, em interação com a sociedade, internacionalizada, participada e descentralizada, eficiente e eficaz, inclusiva e sustentável. Daqui é derivada uma visão para a Instituição, no horizonte temporal de 2020 - “Em 2020 a Universidade do Minho será um centro de educação, de criação e de valorização do conhecimento com grande atratividade internacional, com base no desempenho dos seus centros de investigação e na qualidade e diferenciação do seu projeto educativo, tendo como marcas identitárias dos seus estudantes o saber, a criatividade e a ética, constituindo-se como agente promotor do desenvolvimento económico, social e cultural.”

Nos termos do Plano de Ação 2017-2018, o cumprimento da missão da Universidade é realizado num quadro de referência internacional, em torno de quatro eixos basilares, mediante a prossecução das seguintes prioridades estratégicas:

- (i) No eixo da Educação - prover uma educação superior de elevada qualidade, aprofundando a natureza da UMinho de “universidade completa”, através de projetos inovadores e socialmente relevantes, num amplo número de áreas de formação, em diferentes modalidades e metodologias formativas, orientadas para diferentes públicos;
- (ii) No eixo da Investigação e Inovação - consolidar no panorama nacional e internacional a investigação científica realizada na UMinho, assegurando a sua excelência, impacto e abertura e fazendo progredir quantitativa e qualitativamente os resultados da sua atividade em todas as áreas em que atua;
- (iii) No eixo da Interação com a Sociedade - participar ativamente no desenvolvimento cultural, social, económico das pessoas, dos territórios e do país, valorizando o talento e contribuindo para a construção de uma sociedade mais desenvolvida, mais justa e mais sustentável;
- (iv) No eixo da Internacionalização - aprofundar a sua qualidade, reforçando a presença da UMinho em redes internacionais, consolidando parcerias estratégicas e intensificando a sua atividade sobretudo no quadro do Espaço Europeu de Ensino Superior (EEES).

O modo como estes eixos se materializam depende da configuração das áreas de enquadramento da missão da Universidade, para as quais são também estabelecidas prioridades estratégicas:

- i) Ao nível da Qualidade Institucional – promover novas orientações, dispositivos, iniciativas e metodologias relativos à organização e gestão da instituição, combatendo práticas burocratizantes;
- ii) Ao nível da Qualidade de Vida nos *campi* e Infraestruturas – tornar os espaços da UMinho lugares de bem-estar, assumindo como prioritários os valores da inclusão e da sustentabilidade ambiental e energética;
- iii) Ao nível da Sustentabilidade Financeira – ampliar a capacidade de investimento estratégico da UMinho, aumentando as suas receitas e os seus níveis de eficiência.

Organização

A UMinho adota um modelo organizacional que promove a interação entre as suas unidades, com vista à realização dos projetos que concretizem a sua missão e objetivos, assegurando a eficiência da utilização dos seus meios e recursos.

O organograma seguinte representa a atual estrutura organizacional e de governação da UMinho:

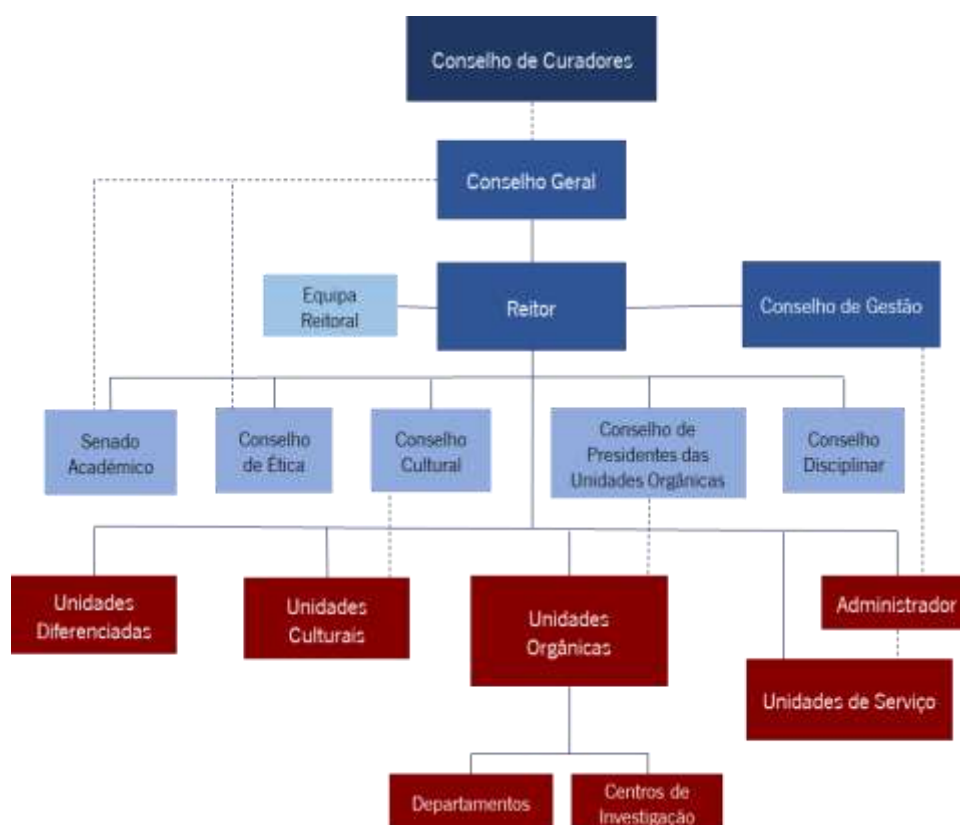


Figura 1 – Organograma da UMinho

Órgãos de Governo

O governo da Universidade baseia-se nos princípios da participação, democraticidade, descentralização, autonomia e prestação pública de contas, sendo exercido pelos órgãos abaixo apresentados, cuja composição se reporta a 31 de dezembro de 2018:

Conselho Geral

Luís Francisco Valente de Oliveira (Presidente)
Manuel Carvalho da Silva (Vice-Presidente)
Luís Alfredo Martins do Amaral
Sandra Cristina Almeida Paiva
Maria Helena Almeida Silva Guimarães
Óscar Filipe Coelho Neves Gonçalves
Patrícia Penélope Mendes Jerónimo Vink
Eugénio Manuel de Faria Campos Ferreira
Isabel Maria Costa Soares
Ana Maria da Silva Pereira Henriques Serrano
Maria José Manso Casa-Nova
Álvaro Iriarte Sanróman
Paulo António Alves Pereira
Diamantino Manuel Ínsua Pereira
Nuno Henrique Vieira Reis
Bruno Alexandre Rocha Gonçalves
Inês da Costa e Silva
Maria José Arantes Costa
Victor Manuel Sousa Rego Duarte Soares
Ramón Villares
José Gonçalves Teixeira
Paula Araújo Pereira da Silva
Maria da Graça Oliveira da Cunha Coelho

Reitor

Rui Manuel Costa Vieira de Castro

Equipa Reitoral

Rui Luís Gonçalves Reis (Vice-Reitor)
Laurinda Sousa Ferreira Leite (Vice-Reitora)
Ricardo Jorge Silvério Magalhães Machado (Vice-Reitor)
Maria Manuela Reis Martins (Vice-Reitora)
Paulo Jorge Sousa Cruz (Pró-Reitor)

Manuel João Tavares Mendes Costa (Pró-Reitor)
José Filipe Vilela Vaz (Pró-Reitor)
Guilherme Alberto Mendes Pereira (Pró-Reitor)
Carla Cristina Esteves Martins (Pró-Reitora)

Conselho de Gestão

Rui Manuel Costa Vieira de Castro (Presidente)
Rui Luís Gonçalves Reis
Ricardo Jorge Silvério Magalhães Machado
Paulo Jorge Sousa Cruz
Carlos Alberto Silva Menezes (Administrador)

Órgãos de Consulta

Aos órgãos de consulta da Universidade do Minho compete aconselhar o Conselho Geral e o Reitor no desempenho das suas funções e emitir pareceres nos termos dos Estatutos. Com a entrada em vigor dos Estatutos da UMinho, em setembro de 2017, a Universidade passou a dispor dos seguintes órgãos de consulta:

- Senado Académico
Presidente - Reitor
- Conselho Cultural
Presidente – não nomeado
- Conselho Disciplinar
Presidente - Reitor
- Conselho de Presidentes de Unidades Orgânicas
Presidente - Reitor
- Conselho de Ética
Presidente - Graciete Tavares Dias

Unidades Orgânicas

As UO são estruturas com órgãos e pessoal próprios através das quais a Universidade faz a afirmação da sua missão, numa determinada área de conhecimento, com especial ênfase nas dimensões do ensino, da investigação e da interação com a sociedade. São unidades orgânicas da UMinho:

- Escola de Arquitetura (EA)
Presidente - Pedro Jorge Monteiro Bandeira
- Escola de Ciências (EC)
Presidente - Maria Manuela Sansonetty Gonçalves Côrte-Real
- Escola de Direito (ED)
Presidente - Maria Clara Cunha Calheiros Carvalho
- Escola de Economia e Gestão (EEG)
Presidente – Francisco José Alves Coelho Veiga

- Escola de Engenharia (EE)
Presidente – João Luís Marques Pereira Monteiro
- Escola de Medicina (EM)
Presidente – Nuno Jorge Carvalho Sousa
- Escola de Psicologia (EP)
Presidente – Paulo Manuel Pinto Pereira Almeida Machado
- Instituto de Ciências Sociais (ICS)
Presidente Maria Helena Costa Carvalho Sousa
- Instituto de Educação (IE)
Presidente – José Augusto Brito Pacheco
- Instituto de Letras e Ciências Humanas (ILCH)
Presidente – João Manuel Cardoso Rosas
- Escola Superior de Enfermagem (ESE)
Presidente – Ana Paula Morais Carvalho Macedo
- Instituto de Investigação em Biomateriais, Biodegradáveis e Biomiméticos (I3Bs)
Presidente – Maria Manuela Estima Gomes

Unidades Culturais

As unidades culturais têm órgãos e pessoal próprios, contribuindo para a realização da política cultural da Universidade. Promovem a interação com a sociedade, disponibilizando o património cultural a seu cargo para o desenvolvimento de atividades de investigação, divulgação e fruição. São unidades culturais da Universidade:

- Arquivo Distrital de Braga (ADB)
Diretor - António Armando Ferreira Silva Sousa
- Biblioteca Pública de Braga (BPB)
Diretor - Elísio Silva Maia Araújo
- Casa Museu de Monção (CMM)
Diretor - José Viriato Eiras Capela
- Centro de Estudos Lusíadas (CEL)
Diretor - José de Sousa Teixeira
- Museu Nogueira da Silva (MNS)
Diretor - Miguel Jorge Alves Miranda Bandeira Duarte
- Unidade de Arqueologia (UA)
Diretor - Luís Fernando de Oliveira Fontes

Unidades Diferenciadas

A Universidade tem ainda unidades diferenciadas, em parceria com entidades externas, dotadas de autonomia e estrutura próprias, nos termos dos respetivos estatutos. Estas unidades congregam recursos humanos e materiais coerentes e adequados ao desenvolvimento das suas atividades, no âmbito de projetos autónomos ou em parceria com outras unidades. São unidades diferenciadas da Universidade:

- Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva (BLCS)
Diretora - Aida Pires Branco Alves
- Casa de Sarmento - Centro de Estudos do Património (CS)
Diretor - João Antero Gonçalves Ferreira
- Instituto Confúcio (IC)
Diretores - António Manuel Clemente Lázaro e LI Chunjiang

Unidades de Serviço

A Universidade dispõe de unidades de serviço que garantem o apoio logístico, técnico e administrativo à sua atividade, assegurando a prossecução das suas atribuições e o exercício das competências dos seus órgãos de governo, bem como das suas unidades orgânicas, culturais e diferenciadas. A gestão corrente da UMinho é assegurada pelo Administrador, a quem compete também a orientação e a coordenação das atividades e dos serviços da Universidade, no âmbito administrativo, patrimonial e financeiro, sob a direção do Reitor. As unidades de serviço da UMinho são as seguintes:

- Assessoria Jurídica (AJ)
Chefe de Divisão – não nomeado
- Direção de Recursos Humanos (DRH)
Diretor - Luís Carlos Ferreira Fernandes
- Direção de Tecnologias e Sistemas de Informação (DTSI)
Diretor - Filipe José Silva Clemente
- Direção Financeira e Patrimonial (DFP)
Diretor - não nomeado
- Divisão Académica (DA)
Chefe de Divisão - Denisa Mónica Pereira Bastos Silva
- Gabinete de Apoio a Projetos (GAP)
Chefe de Divisão - Carla Maria Canotilho Alberto Santos
- Gabinete de Apoio ao Ensino (GAE)
Chefe de Divisão - Filipe José Martins Rocha
- Gabinete de Auditoria e Controlo (GAC)
Chefe de Divisão - Manuel Silva Carvalho
- Gabinete de Comunicação, Informação e Imagem (GCII)
Chefe de Divisão - Júlia Manuela Silva Costa
- Gabinete para a Inclusão (GPI)
Chefe de Divisão - não nomeado
- Serviços Académicos (SAUM)
Diretora - Carla Isabel Pereira Lavrador
- Serviços de Apoio ao Reitor (SAR)
Diretora - Heliana Maria Pereira da Silva
- Serviços de Comunicações (SCOM)
Diretor - Nelson Ezequiel Ferreira Nunes
- Serviços de Documentação (SDUM)
Diretor - Eloy António Santos Cordeiro Rodrigues

- Serviços de Garantia e Qualidade (SGAQ)
Diretora - Fernanda Isabel Teixeira Machado dos Santos
- Serviços de Relações Internacionais (SRI)
Diretora - Beatriz Isabel Domingues Araújo

II. 2018 – UM ANO DE EXPANSÃO DA UNIVERSIDADE DO MINHO

1. Enquadramento programático

Nos termos dos Estatutos da Universidade, o Reitor apresentou ao Conselho Geral o seu Plano de Ação 2017-2021, que comporta como componentes estruturais uma leitura das circunstâncias e desafios da Universidade do Minho, uma caracterização da Instituição e uma identificação dos seus principais reptos, a apresentação de orientações para a ação e prioridades estratégicas e, depois, numa componente já mais operacional, a descrição de objetivos programáticos e medidas de operacionalização, bem como de projetos institucionais transversais.

O Plano de Atividades para 2018, oportunamente apresentado ao Conselho Geral e por este aprovado, foi devidamente enquadrado no Plano de Ação 2017-2021, estruturando-se em torno de objetivos programáticos e medidas de operacionalização correspondentes aos eixos de missão da Universidade – Educação, Investigação e Inovação, Interação com a Sociedade e Internacionalização – e às áreas de enquadramento da missão da UMinho – Qualidade Institucional, Qualidade de Vida nos *campi* e Infraestruturas e Sustentabilidade Financeira.

O Plano de Atividades da Universidade para 2018 previa que a ação da Universidade fosse estruturada por um vasto número de objetivos programáticos, entre os quais:

Educação

- Explorar novas ofertas educativas e aprofundar o projeto de educação à distância da UMinho
- Aprofundar a qualidade da formação doutoral, promovendo a criação de uma escola doutoral
- Monitorizar os percursos académicos dos estudantes
- Promover a qualificação pedagógica dos docentes da UMinho

Investigação e Inovação

- Melhorar a atividade científica da UMinho em termos quantitativos e qualitativos
- Reforçar o corpo de investigadores da UMinho
- Aprofundar as políticas e práticas de “ciência aberta”
- Promover a colaboração entre os centros de investigação da UMinho

Interação com a Sociedade

- Promover uma maior presença da UMinho no território
- Densificar a política cultural da UMinho
- Desenvolver um programa editorial específico da UMinho
- Reforçar as relações interinstitucionais da UMinho nos planos da cultura e do desporto

Internacionalização

- Reforçar a participação da UMinho em organizações internacionais de universidades relevantes
- Estabelecer parcerias estratégicas bilaterais com universidades de referência
- Alargar o número de estudantes internacionais em cursos conferentes de grau
- Alargar a presença da UMinho em iniciativas no âmbito dos programas europeus, designadamente do Horizonte 2020 e do Erasmus+, com liderança da Universidade

Qualidade Institucional

- Otimizar o sistema interno de garantia da qualidade
- Melhorar o sistema de avaliação dos docentes
- Melhorar os sistemas de informação e as ferramentas de gestão em uso na UMinho
- Incrementar a formação e a qualificação dos trabalhadores não docentes

O Plano de Atividades incluía também um conjunto de projetos institucionais transversais, com impacto em múltiplos eixos de missão da Universidade, entre os quais cabe destacar:

- reforço dos corpos de docentes e de investigadores e a redução do grau de precariedade das relações contratuais
- instalação dos novos órgãos da Universidade previstos nos Estatutos de 2017
- Instalação da Unidade Orgânica de Investigação I3Bs
- construção e funcionamento da Infraestrutura estratégica do Roteiro Nacional - TERM Research Hub
- desenvolvimento de projetos estratégicos com financiamento e envolvimento da sociedade
- reforço da comunidade *Alumni*
- projeto de infraestruturas científicas de supercomputação
- apoio à criação e desenvolvimento de laboratórios colaborativos
- apoio à parceria UMinho/Bosch
- desenvolvimento do QuantaLab e da área científica da computação quântica
- definição de soluções para unidades do parque edificado da Universidade
- construção de residências universitárias

Subjacente à concretização destes objetivos e medidas encontra-se sempre a necessidade de garantir para a Universidade a necessária estabilidade e sustentabilidade financeira.

2. Principais resultados da atividade da Universidade

O ano de 2018, no ensino superior, ficou acentuadamente marcado pelos efeitos de diversas medidas legislativas, designadamente no âmbito do que se vem chamando “emprego científico” e da regularização dos vínculos precários na administração pública. O programa de Estímulo ao Emprego Científico, nas suas modalidades institucional e individual, as disposições contidas na “norma transitória” do Decreto-lei 57/2016, bem como a associação da contratação de investigadores ao desenvolvimento de projetos de investigação estão a fazer chegar às universidades um elevado número de investigadores.

No caso da UMinho, no âmbito do “concurso institucional” são 29 as posições a preencher, das quais 17 na carreira de investigação; no quadro do “concurso individual”, serão contratados 40 doutores; no contexto da “norma transitória” foram contratados ou estão em processo de contratação 135 doutores; finalmente, em relação com a concretização de projetos de investigação, serão contratados cerca de 150 doutorados.

A chegada deste largo número de pesquisadores, que serão vinculados por contratos de trabalho à Universidade, recompõe de forma muito acentuada o corpo de investigadores, tendo como efeito previsível o reforço significativo da atividade científica da Instituição, esperando-se daqui ganhos significativos em número de projetos e volume de financiamento para a UMinho.

Em contraste com esta situação, a Universidade vê-se confrontada com o acentuado envelhecimento do seu corpo docente, não tendo ao seu dispor mecanismos de renovação que não os decorrentes de uma estratégia específica constrangida pelos recursos financeiros próprios disponíveis.

Relativamente aos trabalhadores técnicos, administrativos e de gestão, encontra-se em curso a concretização na UMinho do Programa de Regularização de Vínculos Precários na Administração Pública. Praticamente concluído no primeiro semestre de 2018 para os Serviços de Ação Social, traduzindo-se na integração de 32 trabalhadores, este processo vem conhecendo, na Universidade, atrasos significativos. Na verdade, os trabalhos da Comissão de Avaliação ficaram praticamente terminados em julho de 2018, tendo sido decidida a integração de 122 trabalhadores que, por razões alheias à Universidade, se mantêm numa situação indefinida, com perturbações significativas para a Instituição, que, entre outros efeitos, vê condicionada a contratação de novos recursos humanos.

A integração destes trabalhadores, que se espera venha a ocorrer durante os próximos meses, representará uma importante oportunidade para uma efetiva reorganização das unidades de serviços e para atender a carências reconhecidas em diversos setores da Universidade e das suas unidades orgânicas.

No plano institucional, importa registar a conclusão, em 2018, do processo de adequação decorrente dos novos Estatutos da Universidade. Assim, foi terminada a instalação do Instituto de Biomateriais, Biodegradáveis e Biomiméticos, a primeira unidade orgânica de investigação da Universidade, com a eleição e entrada em funcionamento dos respetivos órgãos. Do mesmo modo, entraram também em pleno funcionamento o Conselho de Presidentes de Unidades Orgânicas e o Conselho de Ética, o mesmo tendo acontecido com o Provedor Institucional, previstos na referida revisão estatutária.

O ano de 2018 fica ainda assinalado pelo processo de avaliação institucional conduzido, nos termos da lei, pela A3ES. Neste âmbito a UMinho apresentou o seu relatório de autoavaliação, recebeu a visita da Comissão de Avaliação Externa, rececionou o relatório preliminar de avaliação e endereçou à Agência os seus comentários em sede de audiência prévia. A decisão final deverá ser comunicada à Universidade durante o ano de 2019.

Na área da **Educação**, em 2018, importa registar o aumento do número de estudantes, tendo a Universidade atingido o número de 18 980 estudantes a frequentar ciclos de estudos conferentes de grau, um acréscimo de cerca de 800 estudantes relativamente ao ano anterior, resultado a que não é alheio o aumento de estudantes internacionais.

Em 2018 entraram em funcionamento duas novas licenciaturas, em Artes Visuais e em Proteção Civil e Gestão do Território. A primeira corresponde a uma antiga aspiração da Universidade de consolidação da sua oferta educativa na área da Artes, enquanto a segunda materializa a intervenção da Instituição num domínio em que as tragédias recentes com que o país foi confrontado deixaram a descoberto as carências existentes em recursos humanos qualificados.

Importa registar o facto de se terem iniciado as intervenções de qualificação dos edifícios do Teatro Jordão e da Garagem Avenida, em Guimarães, que permitirão alojar em muito boas condições a Licenciatura em Artes Visuais e também a Licenciatura em Teatro, até agora desenvolvidas em outros espaços da Universidade. Foi também concluída a intervenção que permitiu a transferência do Departamento de Geografia para novas instalações, finalmente adequadas à sua atividade.

O ano em análise ficou também assinalado pela concretização de um ambicioso programa de formação pedagógica dos docentes, visando a sua capacitação para lidar com novos desafios que as condições de ensino e aprendizagem colocam e com as novas características dos públicos que chegam à Universidade. Por outro lado, redobrou-se a atenção aos percursos de formação dos estudantes, através da consolidação do Observatório de Percursos Académicos, iniciativa que corresponde um compromisso efetivo da Instituição com a promoção de percursos académicos bem-sucedidos, obviando fenómenos de insucesso e de abandono.

O ano de 2018 foi particularmente positivo para a Universidade no que diz respeito à **Investigação**. Foram quase 260 os novos projetos de investigação aprovados, com diversos enquadramentos programáticos e financeiros, que representaram uma captação pela Universidade de mais de 43,5 M€. Ao longo do ano estiveram em execução cerca de 550 projetos, envolvendo um financiamento global superior a 153 M€. Em 2018, a comunidade científica da UMinho publicou 1865 artigos em revistas, 457 artigos em atas de conferências e 124 capítulos de livros (ISI/SCOPUS), entre outros documentos.

O ano de 2018 conheceu significativos avanços na instalação do Minho Advanced Computing Centre (MACC). A Universidade e a FCT assinaram o protocolo que prevê a instalação na UMinho de uma unidade de visualização do MACC, incluindo os recursos humanos associados à sua operacionalização. Esta infraestrutura científica permitirá entre outros efeitos o desenvolvimento na Universidade de linhas de investigação que operam hoje com grande volume de dados.

O desempenho da Universidade no processo tendente à constituição dos laboratórios colaborativos tem sido particularmente estimulante. Estes constituem uma nova figura no panorama das estruturas de intermediação responsáveis pela articulação entre o campo académico e de investigação e o campo económico e social mais vasto e da sua atividade espera-se um impacto significativo, na criação de emprego científico e no desenvolvimento de novos produtos e processos. Nas 21 propostas até agora aprovadas, a UMinho está envolvida em seis, assegurando a coordenação de duas – DTx - CoLab em Transformação Digital e ProChild - CoLab Contra a Pobreza e a Exclusão Social - enquanto numa outra – CoLab4Food - Laboratório Colaborativo para Inovação na Indústria Alimentar, pertence também à UMinho a coordenação científica. Os restantes laboratórios colaborativos aprovados com participação da UMinho são: Investigação e Inovação em Biorrefinarias, Laboratório Colaborativo para a Bioeconomia Azul e Laboratório Colaborativo para a Economia Circular.

No domínio da **Interação com a Sociedade**, a Universidade pautou a sua atuação, como é seu timbre, pelo envolvimento em parcerias com empresas, entidades do setor social, do sistema cultural, bem como autarquias.

No plano cultural, para lá do que é a atividade regular das suas unidades orgânicas e culturais, a Universidade abriu uma galeria de exposições no edifício do Largo do Paço, após a deslocação dos serviços administrativos que aí estiveram instalados até julho de 2018 para o *campus* de Gualtar. Trata-se de uma nova frente de ação da Universidade, que vem reforçar a oferta cultural dos espaços museológicos da Instituição e contribuir para diversificar a programação da região.

Foram também celebrados vários protocolos com autarquias de modo a tornar cada vez mais densa a presença da Universidade no território. O recente financiamento de um projeto de apoio à atividade da rede de Casas do Conhecimento veio dar um novo impulso a um instrumento fundamental para uma maior e mais significativa articulação da Instituição com os municípios e as populações, na perspetiva do seu desenvolvimento social e cultural.

A UMinho tem assumido, desde a sua génese, um papel de motor de desenvolvimento, através de uma ligação produtiva ao tecido económico e às empresas que implica, entre outros objetivos: i) a geração de inovação baseada em ciência e tecnologia; ii) a participação na reconversão e qualificação de recursos humanos. Cabe realçar, neste âmbito, a conclusão da 2ª fase e a negociação de uma nova fase do projeto UMinho/Bosch, um projeto paradigmático do que podem ser as articulações entre as empresas e as universidades, nas áreas da investigação, do desenvolvimento e da inovação, na perspetiva da geração de emprego científico e de emprego altamente qualificado, bem como do desenvolvimento do país.

A segunda fase deste projeto, com investimento global de 55M€, envolveu 122 docentes/investigadores e 4 unidades orgânicas da UMinho e requereu 173 contratações; teve, além disso, outros importantes impactos na atividade da UMinho, incluindo: a instalação de um laboratório de investigação financiado pela Bosch, na área da prototipagem 3D; o desenvolvimento de um programa doutoral conjunto com a Bosch, em empresa, já na sua 4ª edição; a colaboração da Universidade e da Bosch no Laboratório Colaborativo em Transformação Digital. O impacto económico e social deste projeto foi notável, traduzindo-se num acentuado crescimento do número de pessoas ligadas à investigação e desenvolvimento na própria empresa, que atingiu já os 300 efetivos.

A atividade da Universidade desenvolve-se num quadro de crescente **Internacionalização** e a virtude das apostas que têm sido feitas neste domínio ficou uma vez mais evidente nos resultados obtidos em 2018. Assim, a UMinho ultrapassou, pela primeira vez, a barreira dos 2000 estudantes estrangeiros inscritos em cursos conferentes de grau, provenientes de 80 países, correspondentes a cerca de 13% dos estudantes inscritos. Por outro lado, a UMinho foi a instituição portuguesa que mais financiamento captou no âmbito da Ação Chave 1 do Programa Erasmus+ (*International Credit Mobility*), assegurando fluxos de mobilidade de/para 33 países terceiros, alguns dos quais – Bolívia, Canadá ou Mongólia - representam uma novidade no portefólio de cooperação neste domínio. A Universidade viu também quase duplicada a mobilidades de pessoal técnico, administrativo e de gestão, com 52 trabalhadores envolvidos em 2017/2018, contra 30 em 2016/2017. A UMinho estabeleceu ainda uma importante parceria estratégica com a Universidade de São Paulo, com a qual foi lançado, em dezembro, um edital de investigação conjunta, que contribuirá para o fortalecimento das relações entre ambas as instituições.

No plano da **Qualidade institucional**, cabe sublinhar: a conclusão no ano de 2018 do processo de avaliação dos docentes, relativo ao período 2015-2017, que sustentou decisões sobre valorizações remuneratórias, num processo complexo, atravessado por múltiplas indefinições; a revisão do Sistema Interno de Garantia da Qualidade, um processo particularmente complexo, e que se quis participado, em ordem à sua submissão à A3ES, para renovação da acreditação; a adoção interna do Regulamento Geral de Proteção de Dados; a continuidade do trabalho de otimização dos processos organizacionais, visando o processo de desmaterialização, a eficiência organizacional e a transparência dos circuitos de decisão.

Ao nível da **Qualidade de vida nos campi e infraestruturas**, para além das obras antes mencionadas, deve ser realçada a conclusão da intervenção na envolvente nascente do Campus de Azurém, profundamente modificada com o reperfilamento da Rua de Francos. Esta obra, promovida pela CMG, permitiu acrescentar uma nova e ampla entrada ao *campus*, inclui uma ciclovia e compreendeu o arranjo do espaço frontal ao edifício da Associação Académica.

O Centro de Estudos da Escola de Arquitetura teve em desenvolvimento um estudo que abrange todo o espaço exterior do *campus* de Azurém, contemplando, entre outros vetores: a valorização de circuitos pedonais e espaços verdes; a definição de ciclovias e a instalação de respetivos parqueamentos; a criação de um ecocircuito de manutenção; a valorização do parque de estacionamento junto à nova entrada na Rua de Francos. Foram também iniciadas diligências para contratar um estudo de desenvolvimento do polo de Gualtar conducente a um *campus* mais equilibrado e atrativo do ponto de vista ambiental. Em 2018 foi, ainda, assegurada a participação da UMinho em eventos e redes de apresentação e discussão de casos de estudo e boas práticas no âmbito do planeamento e desenvolvimento de *campi* universitários.

Estes são alguns dos principais aspetos da atividade da Universidade em 2018. Uma síntese de alguns dos principais dados respeitantes à atividade da Universidade pode ser encontrada no documento intitulado *A Universidade do Minho em 2018: Alguns factos e números*, que acompanha este Relatório.

O Relatório de Atividades da UMinho 2018 toma como referência o Plano de Atividades da UMinho 2018 e procede a uma caracterização geral da atividade da Universidade, dando conta do nível e do modo de realização dos objetivos e medidas nele previstos. A sua leitura deve ser complementada com a do *Relatório de Gestão e Contas Individuais e Consolidadas 2018* e do *Relatório de Atividades e Contas dos Serviços de Ação Social da UMinho* (SASUM), dos relatórios de atividades das unidades orgânicas, culturais e diferenciadas da Universidade, bem como das suas participadas.

Os capítulos seguintes do Relatório de Atividades procedem a uma caracterização da vida da UMinho nos seus diferentes eixos de missão e áreas de enquadramento.

III. EDUCAÇÃO

1. Oferta educativa

Uma caracterização da oferta educativa da UMinho em 2018, que se ajuste à diversidade que a define, relevará, necessariamente: i) o vasto número de cursos, nos três ciclos de estudos, que a UMinho disponibiliza e que cobrem praticamente todas as áreas de educação e formação superiores; ii) a qualidade da oferta educativa, testemunhada pelo facto de a A3ES vir a acreditar regularmente os cursos da UMinho, seja em sede de avaliação de cursos em funcionamento, seja de novos ciclos de estudos; iii) a procura de que os cursos são objeto por estudantes de cada vez maior qualidade, incluindo estudantes estrangeiros, que representaram em 2018-19 cerca de 13% dos seus estudantes, evidenciando um expressivo grau de adequação da oferta formativa da UMinho às necessidades pessoais e sociais, também testemunhado pelo grau de empregabilidade dos seus graduados; iv) a capacidade que a Universidade vem demonstrando de explorar novas formações, em função da alteração das circunstâncias da economia e da sociedade; v) a expressiva articulação da UMinho com outras IES nacionais, designadamente ao nível do 3º ciclo, traduzida em programas conjuntos que, em alguns casos, são líderes no país; vi) a exploração, com sucesso, de novas modalidades de formação, de cursos presenciais, de cursos à distância, de cursos livres a cursos curtos creditados, ampliando, por esta via, o impacto da formação que oferece, alargada a novos públicos, a estudantes “maiores de 23 anos”, a profissionais graduados, ou a estudantes estrangeiros; vii) o desenvolvimento de programas pioneiros de apoio ao mérito académico dos seus estudantes, estimulando percursos formativos de sucesso; viii) a valorização, pela UMinho, de componentes de formações transversais aos vários cursos.

Nas secções seguintes é carreada informação que sustenta esta caracterização da oferta educativa da UMinho.

1.1. Cursos conferente de grau

Ao nível da oferta educativa conferente de grau, no ano letivo de 2017-2018, foram oferecidas vagas em 218 cursos, dos quais 39 de licenciatura, 16 de mestrado integrado, 103 de mestrado e 60 de doutoramento, conforme a tabela seguinte:

Tabela 1 - Cursos com oferta de vagas no ano letivo de 2017-18

Unidade Orgânica	Licenciatura	Mestrado Integrado	Mestrado	Doutoramento
Escola de Arquitetura	1	1	1	1
Escola de Ciências	11	-	14	11
Escola de Direito	2	-	9	1
Escola de Economia e Gestão	8	-	15	5
Escola de Engenharia	1	13	25	24
Escola de Medicina	-	1	1	3
Escola de Psicologia	-	1	2	2
Escola Superior de Enfermagem	1	-	-	-
Instituto de Ciências Sociais	5	-	8	6
Instituto de Educação	2	-	18	2
Instituto de Letras e Ciências Humanas	8	-	10	5
Total	39	16	103	60

No ano letivo de 2018-2019 entre os 216 cursos conferentes de grau com oferta de vagas encontravam-se 41 licenciaturas, 16 mestrados integrados, 101 mestrados e 58 doutoramentos, que apresentam a distribuição por UO que consta da tabela seguinte (ver lista detalhada no Anexo I):

Tabela 2 - Cursos com oferta de vagas no ano letivo de 2018-19

Unidade Orgânica	Licenciatura	Mestrado Integrado	Mestrado	Doutoramento
Escola de Arquitetura	2	1	1	1
Escola de Ciências	11	-	14	11
Escola de Direito	2	-	9	1
Escola de Economia e Gestão	8	-	15	5
Escola de Engenharia	1	13	23	22
Escola de Medicina	-	1	1	3
Escola de Psicologia	-	1	2	2
Escola Superior de Enfermagem	1	-	-	-
Instituto de Ciências Sociais	6	-	8	6
Instituto de Educação	2	-	18	2
Instituto de Letras e Ciências Humanas	8	-	10	5
Total	41	16	101	58

1.2. Cursos não conferentes de grau

Os cursos não conferentes de grau, i.e cursos aprovados e reconhecidos ao nível da Universidade e passíveis de creditação em cursos conferentes de grau, conhecem duas modalidades principais: cursos presenciais e cursos a distância.

Em 2018-19 encontram-se em funcionamento, em regime presencial, dois cursos de especialização pós-licenciatura oferecidos pela Escola Superior de Enfermagem e três cursos de formação especializada, um ministrado pela mesma Escola, outro pelo Instituto de Educação e um último pela Escola de Economia e Gestão. Em 2017-18, esse número tinha sido de um curso de pós-licenciatura e três de formação especializada.

No ano de 2018, realizaram-se 8 cursos de ensino à distância (mais um que em 2017), três dos quais em primeira edição, da responsabilidade da Escola de Ciências, da Escola de Engenharia e da Escola Superior de Enfermagem. Adicionalmente foram desenvolvidos 2 novos cursos, cuja primeira edição terá lugar em 2019, da responsabilidade conjunta do ILCH e da EEG, um, e da EA, o outro.

A UMinho vem, de há muito, dando particular atenção à preparação para o acesso ao ensino superior. Cabe destacar duas iniciativas principais, o Curso de Preparação para Maiores de 23 anos e o Curso de Preparação para Estudantes Internacionais.

Em 2017/18 o Curso de Preparação para Maiores de 23 teve 304 estudantes inscritos, dos quais 171 concluíram com sucesso a sua formação, tendo ingressado na UMinho 127 candidatos.

No mesmo ano teve lugar o Curso de Preparação para Estudantes Internacionais, no qual estiveram inscritos 26 estudantes: 22 provenientes de África do Sul, dois provenientes de Angola, um da China e um da Líbia. Destes estudantes, 13 completaram com sucesso o Curso, tendo ingressado no primeiro ano de diversas licenciaturas e mestrados integrados.

As *summer schools* representam um tipo de iniciativas cada vez mais importantes para a afirmação da Universidade e das suas diversas áreas científicas e de formação.

No âmbito da mobilidade de curta duração (inferior a três meses), em 2018, a UMinho organizou o “Portuguese Language Spring School”, destinado a estudantes da Aichi Prefectural University (Japão), e os cursos de Verão sobre “Portuguese Language” para estudantes da City University of Macau (China) e estudantes bolseiros da Fundação Oriente - Delegação de Timor-Leste.

Ao longo do ano de 2018, decorreram 14 *Summer schools* organizadas por várias UO, conforme lista detalhada no Anexo II.

1.3. Novos cursos

Durante o ano de 2018 foram aprovados nos órgãos da Universidade novos cursos conferentes e não conferentes de grau. No primeiro caso, encontram-se três cursos de mestrado e dois cursos de doutoramento, dois dos quais em associação, conforme se regista na Tabela 3. Com exceção do doutoramento em Fabrico Digital Direto (UM/IPL), todos os cursos foram submetidos à A3ES para acreditação.

Tabela 3 - Novos ciclos de estudos criados e submetidos à acreditação da A3ES

Unidade Orgânica	Designação	Nível	ECTS
Escola de Direito	Ciências Criminais	2.º Ciclo	120
	(Justiça Penal e Criminologia)		
Escola de Engenharia	Fabrico Digital Direto (UMinho/IPL)*	3.º Ciclo	180
Instituto de Ciências Sociais	Geografia	2.º Ciclo	120
	Turismo (UTAD/UMinho)	2.º Ciclo	120

* Em associação com o Instituto Politécnico de Leiria, ainda não submetido à A3ES

No que respeita a cursos não conferentes de grau, foram aprovados três novos cursos de ensino a distância e 13 novos cursos de formação especializada, sendo um deles conferente do título de especialista, propostos por cinco unidades orgânicas diferentes (ver Anexo III).

1.4. Acreditação de cursos

No que concerne à acreditação de cursos pela A3ES, em 2018 foram finalizados os processos de 16 cursos, com acreditação por seis anos de cursos em funcionamento, e por três anos nos casos dos processos extraordinário

de regularização de acreditação; a Tabela 4 regista a distribuição destes cursos por UO, estando a sua identificação disponível em anexo a este relatório (Anexo IV).

Tabela 4 - Cursos com resultado de acreditação divulgado em 2018

Unidade Orgânica	N.º de cursos
Escola de Arquitetura	1
Escola de Ciências	2 *
Escola de Engenharia	1
Escola de Medicina	1
Escola de Psicologia	1
Instituto de Ciências Sociais	3
Instituto de Educação	1
Instituto de Letras e Ciências Humanas	6

(*) Um dos cursos desenvolve-se em associação com a U. Aveiro (Doutoramento em Ciência, Tecnologia e Gestão do Mar)

Encontram-se ainda pendentes 11 cursos cuja autoavaliação havia sido submetida em 2017, conforme se assinala na Tabela 5 e se detalha no Anexo V.

Tabela 5 - Cursos submetidos para acreditação antes de 2018 e ainda pendentes

Unidade Orgânica	Curso
Escola de Ciências	2
Escola de Engenharia	5
Escola de Medicina	3
Instituto de Letras e Ciências Humanas*	1

* Devolvido, mas com nova submissão do processo até 1 de março 2019

No âmbito do segundo ciclo de avaliação de cursos em funcionamento, foi realizada a autoavaliação de 65 cursos, em dois momentos (março e dezembro), conforme dados constantes da Tabela 6; a identificação dos cursos é apresentada no Anexos VI.

Tabela 6 - Cursos submetidos para acreditação em 2018

Submissão	Unidade Orgânica	Nº Cursos por ciclo
Março	Escola de Economia e Gestão	1º ciclo: 1 2º ciclo: 4 3º ciclo: 1
	Escola de Engenharia	1º ciclo: 0 2º ciclo: 4 3º ciclo: 0
	Escola Superior de Enfermagem	1º ciclo: 0 2º ciclo: 2 (em associação) 3º ciclo: 0
Dezembro	Escola de Arquitetura	1º ciclo: 0 2º ciclo: 1 3º ciclo: 1
	Escola de Ciências	1º ciclo: 1 2º ciclo: 1 3º ciclo: 1
	Escola de Direito	1º ciclo: 1 2º ciclo: 9 3º ciclo: 1
	Escola de Economia e Gestão*	1º ciclo: 4 2º ciclo: 5 3º ciclo: 3 (1 em associação)
	Escola de Engenharia **	1º ciclo: 0 2º ciclo: 5 3º ciclo: 4 (1 em associação)
	Escola de Psicologia	1º ciclo: 0 2º ciclo: 0 3º ciclo: 2
	Instituto de Ciências Sociais	1º ciclo: 3 2º ciclo: 4 3º ciclo: 3
	Instituto de Letras e Ciências Humanas	1º ciclo: 1 2º ciclo: 3 3º ciclo: 0

* Um curso de doutoramento foi submetido por parceiro coordenador

** Dois cursos de doutoramento foram submetidos por parceiro coordenador

2. Estudantes

2.1. Estudantes de cursos conferentes de grau

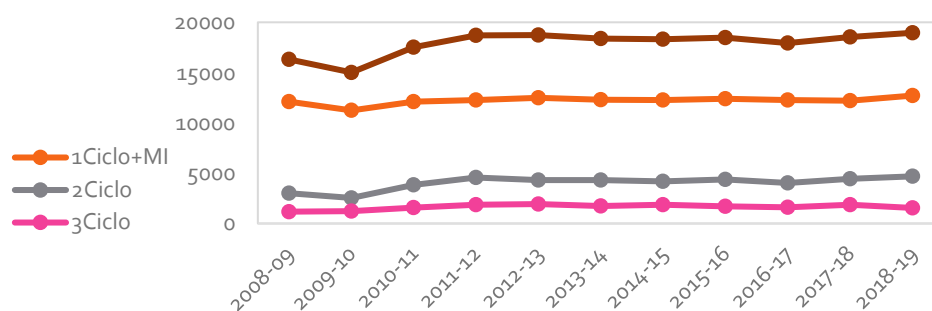
Em dezembro de 2018 frequentavam a UMinho 18 980 estudantes de cursos conferentes de grau, 6 464 em licenciaturas, 6 252 em mestrados integrados, 4 685 em mestrados e 1 579 em doutoramentos (Tabela 7). Estes números não incluem estudantes em mobilidade.

Tabela 7 - Síntese do número de estudantes de cursos conferentes de grau

Tipo de curso	Nível do curso	Número
Cursos conferentes de grau	Licenciaturas (1º Ciclo)	6 464
	Mestrados Integrados (1º Ciclo)	6 252
	Mestrados (2ºCiclo)	4 685
	Doutoramentos (3º Ciclo)	1 579

Analisando a evolução do número de estudantes ao longo dos últimos anos, reconhece-se uma tendência para o aumento do número total de estudantes nos diversos ciclos de estudo conferentes de grau (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Evolução do número de estudantes em cursos conferentes de grau



2.2. Estudantes de cursos não conferentes de grau

Durante o ano de 2018 frequentaram a UMinho 229 estudantes inscritos em cursos não conferentes de grau, dos quais 111 na modalidade de ensino a distância, conforme se regista na Tabela 8.

Tabela 8 - Síntese do número de estudantes de cursos não conferentes de grau

Cursos não conferentes de grau	Nível do curso	Número de estudantes
Presenciais	Pós-licenciatura	47
	Formação especializada	71
Ensino a distância		111

2.3. Estudantes estrangeiros

No ano letivo de 2017/2018 estiveram inscritos na UMinho 1969 estudantes de nacionalidade estrangeira, representando 11,5% dos estudantes inscritos; no final de 2018 esse valor era de 2 426, correspondendo a 12,8% do total de inscritos. A Tabela 9 apresenta a distribuição dos estudantes estrangeiros por ciclo de estudos.

Tabela 9 - Estudantes de nacionalidade estrangeira

2017			2018	
Grau	Estudantes com nacionalidade estrangeira	Total de inscritos	Estudantes com nacionalidade estrangeira	Total de inscritos
1º ciclo	408	12 243	433	12 716
2º ciclo	1 227	4 223	1 327	4 685
3º ciclo	334	723	666	1 579
Total	1 969	17 189	2 426	18 980

2.4. Estudantes em mobilidade

O número de estudantes em mobilidade em 2017/18 foi de 405 em mobilidade *out* e de 606 em mobilidade *in*, com a distribuição apresentada na tabela seguinte, que regista também a duração da mobilidade.

Tabela 10 - Estudantes em mobilidade

Programas/Iniciativas	OUT		IN	
	Estudantes	Nº meses	Estudantes	Nº meses
Erasmus+ Estudos	306	1 572	312	2005
Erasmus+ International Credit Mobility	1	15	39	195
Erasmus + Placements	67	336	38	190
Erasmus Mundus – Ação 1	4	20	-	-
Erasmus Mundus – Ação 2	1	9	2	20
Programa de Licenciaturas Internacionais	-	-	3	30
Projeto ICI-ECP BEAM (Austrália)	2	8	1	7
Protocolos com IES Estrangeiras	20	197	171	965
Swiss - European Mobility Programme	2	13	3	15
Summer Schools	-	-	34	30
Almeida Garrett	2	16	4	20
Total	405	2 186	606	3 477

2.5. Estudantes ingressados

No Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior (CNA), em 2018, foram oferecidas 2 915 vagas, incluindo as vagas do concurso local, tendo sido preenchidas 2 780 (95,2%) na 1ª fase de candidatura. No final do processo de acesso, estavam inscritos 3 755 estudantes correspondentes a 128,6% das vagas do CNA. Neste número incluem-se 416 alunos inscritos através de concursos especiais (“maiores de 23 anos”; titulares de cursos médios e superiores, incluindo o concurso especial para o MI em Medicina, e pós-secundários; estudante internacional); e 559 através de outros regimes (reingresso, mudança de par instituição externa/curso). Entre os estudantes que ingressaram na UMinho pelo CNA, 67 fizeram-no através de contingentes especiais (Açores, Madeira e Emigrante) e 51 ao abrigo dos regimes especiais de acesso (atletas de alta competição, PALOP e naturais de Timor-Leste, entre outros). O acesso à Licenciatura em Música é feito através de concurso local, para o qual foram disponibilizadas 46 vagas, que foram preenchidas na 1ª fase do concurso.

A evolução do número de estudantes inscritos ingressado na UMinho no ano letivo 2018-19 é apresentada na Tabela 11, constatando-se um aumento no número de inscritos face ao ano transato.

Tabela 11 - Evolução dos estudantes ingressados no ano letivo 2018-2019

Ano	Vagas oferecidas (CNA + Conc. Local)	Alunos Inscritos	% (Inscritos/vagas do CNA +CL)
2013/2014	2 774	3 117	112,4%
2014/2015	2 774	3 122	112,5%
2015/2016	2 774	3 356	121,0%
2016/2017	2 774	3 571	128,7%
2017/2018	2 779	3 523	126,8%
2018/2019	2 915	3 755	128,6%

A evolução do número total de estudantes inscritos por outros regimes é apresentada na Tabela 12.

*Tabela 12 - Evolução dos estudantes inscritos por outros regimes
(concursos especiais, mudança de instituição externa/curso e reingressos)*

Ano	Alunos Inscritos
2013/2014	567
2014/2015	579
2015/2016	543
2016/2017	653
2017/2018	777
2018/2019	975

2.5.1. Estudantes ingressados em licenciaturas e mestrados integrados

O número de estudantes que, no ano em apreço, ficaram colocados pela 1ª vez em cursos de 1º ciclo ou mestrados integrados, através da primeira fase do CNA, por UO, é apresentado na Tabela 13.

Tabela 13 - Estudantes colocados pela primeira vez em licenciatura e mestrado integrado, em 2018/2019 (1ª fase CNA)

UO	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019*
Escola de Arquitetura	85	87	91	87	117
Escola de Ciências	405	451	456	416	409
Escola de Direito	122	137	150	147	154
Escola de Economia e Gestão	393	418	439	396	400
Escola de Engenharia	685	812	834	815	852
Escola de Medicina	137	141	138	137	120
Escola de Psicologia	66	69	71	63	61
Escola Superior de Enfermagem	80	83	86	77	84
Instituto de Ciências Sociais	202	229	243	199	214
Instituto de Educação	114	129	131	112	89
Instituto de Letras e Ciências Humanas	282	275	297	278	280
Total	2571	2831	2936	2727	2780

2.5.2. Estudantes ingressados em mestrados

A Tabela 14 regista o número de estudantes que, no ano em apreço, ingressaram pela primeira vez em cursos de 2º ciclo, por UO.

Tabela 14 - Estudantes inscritos pela primeira vez em cursos de 2º ciclo, em 2018/2019

UO	Número de Inscritos
Escola de Arquitetura	21
Escola de Ciências	210
Escola de Direito	314
Escola de Economia e Gestão	456

Escola de Engenharia	535
Escola de Medicina	17
Escola de Psicologia	43
Escola Superior de Enfermagem	-
Instituto de Ciências Sociais	223
Instituto de Educação	327
Instituto de Letras e Ciências Humanas	129
TOTAL	2 275

2.5.3. Estudantes ingressados em doutoramento

O número de estudantes que, no ano em apreço, ingressaram pela primeira vez em cursos de 3º ciclo apresenta a distribuição, por UO, descrita na Tabela 15.

Tabela 15 - Estudantes Inscritos pela primeira vez em cursos de 3º ciclo, em 2018/2019

UO	Número de Inscritos
Escola de Arquitetura	4
Escola de Ciências	40
Escola de Direito	18
Escola de Economia e Gestão	58
Escola de Engenharia	181
Escola de Medicina	16
Escola de Psicologia	7
Escola Superior de Enfermagem	-
Instituto de Ciências Sociais	78
Instituto de Educação	54
Instituto de Letras e Ciências Humanas	11
TOTAL	467

2.6. Graus atribuídos

Em 2018 foram atribuídos 4652 diplomas, sendo 2483 de graduação (1º ciclo), 828 de mestrado integrado, 1068 de mestrado e 230 de doutoramento e ainda 44 de pós-licenciatura, obtidos em cursos de especialização não conferentes de grau (Tabela 16).

Tabela 16 - Evolução do número de diplomados

Tipo de curso	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18
Licenciatura	2013	2021	2067	2212	2439	2389	2277	2295	2446	2483
Mestrado Integrado	427	487	534	558	527	581	745	722	648	828
Mestrado	573	428	605	1068	1044	988	1116	1050	1045	1068
Doutoramento	155	130	157	183	217	218	211	209	224	230
Pós-licenciatura /Especialização	27	0	15	30	28	29	17	33	26	44
Total	3 195	3 066	3 378	4 051	4 255	4 205	4 366	4 309	4 389	4 652

O Gráfico 2 apresenta a evolução do número de diplomados evidenciando uma subida em todos os ciclos de estudo relativamente a 2017. O número total de diplomados foi, em 2018, o maior de sempre.

Gráfico 2 - Evolução do número de diplomados



A Tabela 17 apresenta o número de diplomados por ciclo de estudos, por UO, registando variações importantes entre estas.

Tabela 17 - Número de diplomados, por UO

UO	1º Ciclo	MI	2º Ciclo	3º Ciclo
Escola de Arquitetura	27	63	-	2
Escola de Ciências	319	-	149	17
Escola de Direito	140	-	93	8
Escola de Economia e Gestão	411	-	163	20
Escola de Engenharia	29	541	236	87
Escola de Medicina	-	151	-	16
Escola de Psicologia	-	72	18	13
Escola Superior de Enfermagem	97	-	52	-
Instituto de Ciências Sociais	200	-	81	23
Instituto de Educação	102	-	218	38
Instituto de Letras e Ciências Humanas	238	-	58	6
Total	1 563	827	1068	230

3. Acolhimento e acompanhamento dos estudantes

3.1. Acolhimento dos novos estudantes

O acolhimento e acompanhamento dos novos estudantes constitui para a UMinho uma prática que visa garantir uma sua mais fácil integração e uma forma, também, de assegurar percursos académicos mais bem sucedidos.

Como vem anualmente acontecendo, de acordo com o estabelecido no Programa Geral de Acolhimento dos Novos Alunos para o ano letivo 2018-19, a Universidade desenvolveu planos específicos de acolhimento aos estudantes do 1º ano das licenciaturas e mestrados integrados, que incluíram sessões realizadas nas UO, uma sessão geral de boas vindas presidida pelo Reitor da Universidade e atividades programadas pela Associação Académica.

No caso dos estudantes de grau admitidos ao abrigo do Concurso Especial de Acesso e Ingresso para Estudantes Internacionais, foi organizado um programa próprio, na semana anterior ao início do ano letivo de 2018/2019. Para os estudantes em mobilidade foram organizados Programas de Orientação, um em Guimarães e o outro em Braga, durante a primeira semana de aulas de cada semestre.

3.2. Acompanhamento dos estudantes

O ObservatóriUM é a estrutura especializada de acompanhamento dos percursos académicos dos estudantes. Em 2018 produziu, pela primeira vez, um relatório relativo ao rendimento académico e à permanência dos

estudantes do 1.º ano no final do 1.º semestre da sua frequência universitária, no qual se apresenta informação relativa:

- a) à permanência e ao rendimento académico dos estudantes do 1.º ano no decurso do 1.º semestre de 2017/2018, por curso e por UO;
- b) a dados globais descritivos da população estudantil passíveis de relacionamento com os indicadores de sucesso e de permanência, nomeadamente o benefício de bolsa de estudo, a obtenção do estatuto de estudante-trabalhador e o regime de frequência.

Este Relatório foi distribuído às UO, servindo a definição e operacionalização de medidas de combate ao abandono e ao insucesso.

O ObservatoriUM organizou também, em 18 de dezembro, o *IV Seminário Ser Estudante no Ensino Superior. Sucesso e Desenvolvimento*, tendo como principais objetivos: a) difundir e debater experiências de promoção do sucesso e desenvolvimento dos estudantes; b) debater o papel do ObservatoriUM no suporte a práticas institucionais que favoreçam trajetórias de sucesso académico e de desenvolvimento de carreira dos estudantes da UMinho. O Seminário envolveu aproximadamente 40 participantes, entre os quais presidentes de conselhos pedagógicos de UO, diretores de curso de licenciatura e mestrado, o Provedor do Estudante, unidades de serviço da UMinho e a AAUM. O Seminário resultou num conjunto vasto de propostas para ações do ObservatoriUM.

O acompanhamento de estudantes assumiu também a forma de apoio especializado prestado pelo Gabinete para a Inclusão, que acompanhou um total de 164 estudantes a frequentar predominantemente licenciaturas (57,3%) ou mestrados integrados (29,3%). As situações mais frequentes na origem da procura do GPI prenderam-se com doença crónica (26,8%) ou deficiência motora (19,5%). Foram elaborados e concluídos 126 Planos Individuais de Apoio (76,83%). Uma análise da evolução nos anos mais recentes revela um aumento progressivo de números de estudantes a beneficiar do apoio do GPI.

3.3. Formação transversal e transição para o mercado de trabalho

O Programa "Tutorias por Pares e Mentorias UMinho" inovador no contexto universitário nacional, visa proporcionar uma formação transversal e continua desde que os alunos entram na Universidade (Programa Tutorias por Pares) até que finalizam o seu percurso académico, preparando-os para ingressar no mercado do trabalho (Programa Mentorias), havendo, desde a sua génese, uma grande preocupação com a ancoragem científica do Programa. As atividades desenvolvidas são paralelas à formação académica e transversais aos vários cursos da UMinho.

As Tutorias por Pares focam-se na integração dos novos alunos da UMinho, melhorando o seu conhecimento sobre a estrutura e funcionamento da Universidade e no desenvolvimento de competências transversais, relações interpessoais e sentido de cooperação e solidariedade entre os estudantes. Os alunos podem participar no programa quer enquanto tutorandos (a frequentar a UMinho pela primeira vez), quer enquanto tutores (estudantes a partir do segundo ano que apoiam os novos alunos na adaptação à Universidade).

No ano letivo de 2017/18, o Programa Tutorias por Pares contou com a participação de 80 estudantes, 55 tutorandos e 25 tutores, de diversos cursos. Todos os tutores foram estudantes nacionais, maioritariamente de 1º ciclo, tendo o programa contado com 25 tutorandos estrangeiros, estudantes de mobilidade Erasmus ou estudantes internacionais, de um muito alargado número de áreas de formação.

As Mentorias UMinho, desenvolvidas no âmbito do Projeto *alumni* centram-se na transição dos estudantes para o mercado de trabalho ajudando-os não só a desenvolver competências transversais, mas também a refletir e a conhecer melhor as dinâmicas associadas ao mundo laboral e às opções de carreira. Na perspetiva de desenvolvimento pessoal e profissional do mentorando, o mentor (um *alumni* da UMinho com um percurso profissional relevante) ajuda, em contexto profissional e com base na experiência adquirida ao longo da sua carreira, o estudante/mentorando (estudante a frequentar o 3º ano de uma licenciatura, um mestrado ou o 4º ou 5º ano de um mestrado integrado). Mentor e mentorando pertencem a áreas de formação/cursos diferentes.

O Programa Mentorias UMinho 2018 decorreu durante um semestre, e contou, nesta 2ª edição, com 19 mentores e outros tantos mentorandos, o dobro da edição anterior. As duas edições já realizadas do Programa e a evolução que registaram quer ao nível do número de tutores/mentores e de mentorandos/tutorandos envolvidos quer ao nível da diversificação do seu perfil profissional e académico evidenciam a sua importância. Os mentores (*alumni*) ressaltam, sobretudo, as aprendizagens que retiram da interação com os seus mentorandos (alunos) e a satisfação por lhes ser dada a oportunidade de colaborar com a sua Universidade. Os mentorandos e tutorandos valorizam as aprendizagens, a integração mais facilitada e a possibilidade de contacto com o mundo laboral enquanto ainda estudantes. De realçar, por fim, que muitos dos alunos tutorados tornam-se tutores e/ou mentores em fase mais avançada da sua vida académica.

A transição para o mercado de trabalho é uma preocupação cada vez mais presente na atividade da Universidade, suscitando ações específicas que visam antecipar um momento reconhecidamente crítico no início da atividade profissional. Durante 2018 foram promovidas 15 ações de formação neste domínio, por quatro UO da UMinho, em temáticas como Competências Transversais e Autoconhecimento, CV e Cartas de Apresentação e Preparação para Entrevistas de Emprego. As sessões envolveram um total de 139 estudantes.

A Opção UMinho concretiza a intenção de assegurar aos estudantes de formação inicial oportunidades de ampliarem o âmbito da sua formação através da abertura a áreas diversas daquela em que o curso que frequentam se inscreve. Em 2017/2018, a Opção UMinho foi frequentada por 2 042 estudantes nos dois *campi* e semestres (Tabela 18). No âmbito desta Opção foram oferecidas 43 unidades curriculares (ver Anexo VII).

Tabela 18 - Número de estudantes inscritos na Opção UMinho, por campus e semestre

Campus	1º semestre	2º semestre	Total
Gualtar	497	1049	1546
Azurém	329	167	496
Total	826	1216	2042

4. Formação pedagógica de docentes

A formação pedagógica de docentes é hoje um imperativo, face às profundas transformações em curso nas formas de acesso e relação com o conhecimento, largamente induzidas pelas transformações tecnológicas, bem como pela cada vez maior diversidade dos estudantes que se inscrevem no ensino superior. Atenta a estes fenómenos,

a UMinho promoveu, em 2018, um ciclo de formações com 12 ações destinadas aos docentes das universidades do Minho, do Porto e de Trás-os-Montes e Alto Douro. Abordaram-se temáticas diversificadas, entre as quais a motivação e bem estar de docentes e estudantes, a introdução de tecnologias móveis em atividades letivas, o uso da simulação e da avaliação entre pares em contextos de avaliação e a organização e gestão do trabalho docente no ensino superior. Participaram, nesta iniciativa, 199 docentes. Adicionalmente, realizou-se no *campus* de Gualtar o V Congresso Nacional de Práticas Pedagógicas no Ensino Superior, que constituiu um momento privilegiado para a formação docente entre pares. O evento ofereceu seis *workshops* formativos e trouxe à Universidade do Minho cerca de 300 docentes das universidades e institutos politécnicos do país para debater e partilhar as suas práticas pedagógicas.

Em 2018 teve lugar um ciclo de sessões de partilha de boas práticas em curso na UMinho, tendo sido realizadas três sessões direcionadas aos presidentes dos conselhos pedagógicos de UO; houve, ainda, nove apresentações de experiências em curso em sete UO.

Perspetivando o desenvolvimento do ensino a distância, o Gabinete e Apoio ao Ensino realizou seis sessões de formação em ferramentas e organização de cursos e promoveu a 7ª edição do Curso de Formação de Docentes em EAD.

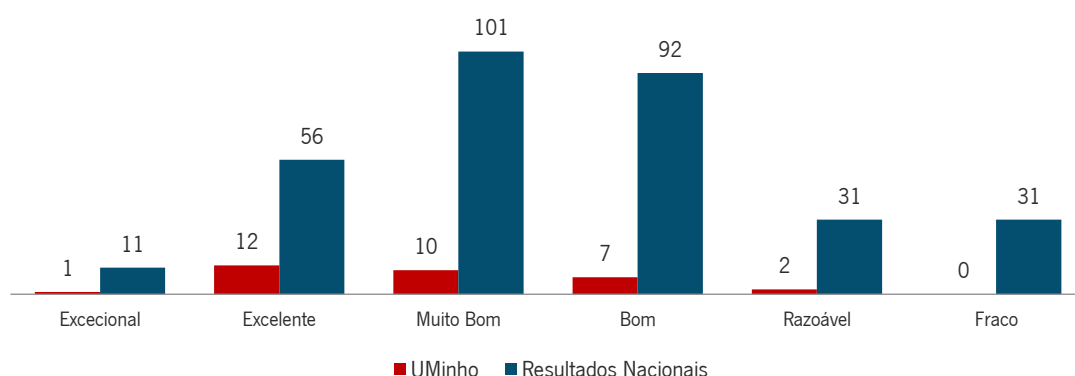
IV. INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO

1. Sistema de investigação e áreas de atuação

O sistema de investigação da UMinho comporta 32 centros de investigação, que se distribuem por todas as UO da Universidade. Presentemente, 39% desses centros estão classificados pela FCT com Excecional ou Excelente e 30% com Muito Bom; estes centros acolhem cerca de 70% dos investigadores da Instituição.

O gráfico seguinte compara os resultados da avaliação FCT dos centros de investigação da UMinho com a totalidade dos centros que compõem o sistema científico nacional.

Gráfico 3 - Avaliação dos Centros de Investigação



A Universidade participa em quatro laboratórios associados: ICVS/3Bs, composto exclusivamente por centros de investigação da UMinho, o Instituto de Investigação em Ciências da Vida e da Saúde e o Grupo de Biomateriais, Biodegradáveis e Biomiméticos; I3N - Institute for Nanostructures, Nanomodelling and Nanofabrication, através do Instituto de Polímeros e Compósitos - IPC; LIP - Laboratório de Instrumentação e Física Experimental de Partículas, que desenvolve atividades em colaboração com o CERN, através do LIP - MINHO da EC; e o INESC-TEC, através do Centro de Investigação em Software Confiável - HASLab.

A UMinho representa hoje cerca de 10% da produção científica nacional, quando se considera a produção indexada na *Scopus* ou na *Web of Science*, sendo que esta percentagem vem subindo consistentemente nos últimos anos e apresenta uma posição de relevo em todos os *rankings* que se estruturam sobre a produção científica das instituições. A UMinho é a única instituição portuguesa que coordena projetos de todos os tipos no âmbito do Widening Spreading Excellence - H2020, incluindo, para além de um REGPOT (no FP-7), Twinning e ERA-Chairs, um Teaming; a UMinho participa ainda nos dois FET Flagship, o FET Graphene e FET Brain; a Universidade acolhe o Instituto Europeu de Excelência em Engenharia de Tecidos e Medicina Regenerativa, constituído por 22 membros de vários países da Europa, que se encontra sediado nas instalações do Grupo 3B's, no AvePark. A Universidade tem visto reconhecida a qualidade dos seus investigadores, facto de que é exemplo a atribuição de bolsas avançadas e de consolidação do European Research Council (ERC).

A UMinho e os seus centros de investigação mantêm uma intensa rede de relações com outras instituições nacionais e estrangeiras, traduzida na colaboração em importantes projetos de investigação a nível nacional, no contexto europeu e no quadro das relações científicas promovidas pelo Estado português com instituições dos

EUA. No âmbito da ciência aberta, a UMinho mantém uma aposta consistente e reconhecida, designadamente no acesso aberto ao conhecimento científico e aos dados científicos, área em que vem mantendo uma posição de liderança nos contextos nacional e europeu. A UMinho protagoniza projetos pioneiros e muito expressivos de construção de conhecimento no quadro de relações com entidades externas ao sistema universitário, designadamente empresas, induzindo processos de inovação no tecido produtivo.

No exercício de avaliação de centros de I&D 2017/2018, a UMinho submeteu a avaliação 32 Centros, sendo que dois deles são novos, resultantes da criação de centros no interior de unidades já existentes (CEPS - ILCH) e da associação de centros (JusGov - ED). Neste processo, foram extintos o Centro de Estudos em Direito da União Europeia e o Centro de Investigação Interdisciplinar em Direitos Humanos.

Tabela 19 - Centros submetidos para Avaliação FCT em 2017/2018

UO	Centro de I&D	Designação
EA/ICS	Lab2PT	Laboratório de Paisagens, Património e Território
EC	CCT [ICT]	Centro de Ciências da Terra/Instituto de Ciências da Terra
EC	CBMA	Centro de Biologia Molecular e Ambiental
EC	CQ - UMinho	Centro de Química da Universidade do Minho
EC	LIP – Minho	Laboratório de Instrumentação e Física Experimental de Partículas
EC	CBFP [BioISI]	Centro de Biologia Funcional de Plantas/ Instituto de Biosistemas e Ciências Integrativas
EC	CF – UM-UP	Centro de Física das Universidades do Minho e do Porto
EC	CMAT	Centro de Matemática
ED	JusGov	Centro de Investigação em Justiça e Governança
EEG	CICP	Centro de Investigação em Ciência Política
EEG	NIPE	Núcleo de Investigação em Políticas Económicas e Empresariais
EE	CEB	Centro de Engenharia Biológica
EE	CTAC	Centro de Território, Ambiente e Construção
EE	ISISE	Instituto para a Sustentabilidade e Inovação em Estruturas de Engenharia
EE	ALGORITMI	Centro de Investigação ALGORITMI
EE	CMEMS	Centro para os Sistemas MicroEletroMecânicos
EE	HASLab [INESC TEC]	Centro de Investigação em Software Confiável / INESC TEC
EE	IPC [LA I3N]	Instituto de Polímeros e Compósitos/ Laboratório Associado I3N
EE	2C2T	Centro de Ciência e Tecnologia Têxtil

EE	CT2M [METRICs]	Centro de Engenharia Mecânica e Sustentabilidade de Recursos
EM	ICVS [LA ICVS/3B's]	Instituto de Ciências da Vida e da Saúde – Lab. Associado
EP	CIPsi	Centro de Investigação em Psicologia
ESE	UICISA:E	Unidade de Investigação em Ciências da Saúde: Enfermagem
I3Bs	3B's [LA ICVS/3B's]	Grupo de Investigação em Biomateriais, Biodegradáveis e Biomiméticos – Lab. Associado
ICS	CEGOT	Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território
ICS	CECS	Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
ICS	CRIA - UMinho	Centro em Rede de Investigação em Antropologia
ICS	CICS - UMinho	Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais
IE	CIEC	Centro de Investigação em Estudos da Criança
IE	CIEd	Centro de Investigação em Educação
ILCH	CEHUM	Centro de Estudos Humanísticos
ILCH	CEPS	Centro de Ética, Política e Sociedade

2. Projetos de investigação em curso

No final de 2018 estavam em execução 552 projetos de investigação com um volume de financiamento de 153M€. Os projetos em execução com financiamento europeu enquadram-se em vários programas, conforme tabela abaixo, sendo o Horizonte 2020 a principal fonte de financiamento.

Tabela 20 - Projetos europeus

Projetos Europeus (Programa Financiador)	N.º de Projetos	Valor Total
Asylum, Migration and Integration Fund	1	129 588,78 €
European Society for Clinical Microbiology and Infectious Diseases	1	19 965,00 €
H2020 (inclui ERC Grants)	40	24 514 596,25 €
Health Programme	3	145 884,31 €
Institution of Engineering and Technology	1	387 941,00 €
Justice Programme	2	164 929,25 €
Total	48	25 362 904,59 €

Para além dos projetos com financiamento da UE, a UMinho tem em curso um conjunto de outros projetos internacionais, destacando-se as cooperações bilaterais ERA-NET e as parcerias com o MIT e Texas - Austin, o Institut Mérieux, a Fundación General CSIC, a Air Force Office of Scientific Research, entre outras. A Tabela 21 apresenta os dados relativos a este conjunto de projetos.

Tabela 21 - Projetos internacionais

Projetos Internacionais (Programa Financiador)	Nº Projetos	Financiamento
Air Force Office of Scientific Research	1	43.500,00 €
Brain & Behavior Research Foundation	1	36.728,42 €
Cooperação Bilateral *	4	224.260,26 €
Cooperação Internacional	1	115.998,70 €
Cooperação Transnacional ERA-NET	18	2.558.772,05 €
ETH Zurich Research and Teaching	1	458.195,00 €
Foundation for Metabolic Cancer Therapies	1	22.916,90 €
Foundation Jérôme Lejeune	1	130.000,00 €
Fundación General CSIC	2	54.750,00 €
HERO (Haemophilia Experiences, Results and Opportunities) Initiative	1	66.800,00 €
Institut Mérieux	3	119.856,00 €
Institute for Scientific Information on Coffee	1	188.000,00 €
International Centre for Migration Policy Development	1	169.221,85 €
International Team for Implantology	1	30.000,00 €
National Ataxia Foundation	1	12.172,53 €
Parcerias MIT/AUSTIN	9	820.550,00 €
Pfizer	1	17.727,71 €
TOTAL	48	5.069.449,42 €

* Integra os acordos de cooperação científica e tecnológica Portugal-China; Portugal-Índia; Portugal-Turquia

** Integra o acordo de cooperação científica e tecnológica entre o MCTES-IMAMAT ISMAILI (AGA KHAN)

O financiamento nacional, no âmbito do Portugal 2020, representa 92% do financiamento nacional em execução e perfaz um total de 112.8M€, correspondente a 350 projetos. Os projetos de investigação e desenvolvimento em

todos os domínios científicos (FCT) e os projetos em co-promoção constituem a parte mais significativa deste financiamento.

Tabela 22 - Projetos nacionais (Portugal 2020)

Projetos Nacionais (Programa Financiador)	N.º de Projetos	Valor Total
Compete 2020	274	66 168 635,65 €
Interreg Espaço Atlântico	1	400 152,05 €
Interreg Europa	1	209 306,00 €
Interreg POCTEP	5	1 394 997,11 €
Interreg SUDOE	4	739 229,48 €
NORTE 2020	64	43 832 225,20 €
POSEUR	1	135 294,12 €
Total	350	112 879 839,61 €

A UMinho tem ainda em curso um conjunto de outros projetos (nacionais), de onde se destaca o programa Investigador FCT, os projetos QREN e as bolsas da Fundação BIAL, conforme se regista na Tabela 23.

Tabela 23 - Outros projetos nacionais

Outros Projetos Nacionais (Programa Financiador)	Nº Projetos	Financiamento
Ações Integradas Luso-Francesas	1	3.000,00 €
Fundação Belmiro de Azevedo	1	30.819,00 €
Fundação BIAL Bolsas	5	229.500,00 €
Fundação D. Manuel II (Prémio Príncipe da Beira)	1	15.000,00 €
Gilead GÉNESE Bolsas	2	66.320,00 €
INCoDe.2030 - Iniciativa Nacional em Competências Digitais	1	334.000,00 €
Investigação, Desenvolvimento & Inovação em TIC (FCT)	1	117.307,36 €
Orçamento Estado (FCT)	65	7.022.546,70 €
Programa Gulbenkian	2	450.000,00 €
Programa Investigador FCT (IF - EXPL)	18	863.580,00 €

QREN	7	480.000,00 €
Sta. Casa Neurociências	1	161.626,00 €
The Navigator Company	1	57.705,05 €
TOTAL	106	9.831.404,11 €

A Tabela 24 apresenta a distribuição de projetos e financiamento pelas unidades orgânicas da Universidade.

Tabela 24. - Números globais dos projetos em curso e do respetivo financiamento, no final de 2018

UO	Projetos	Valor Aprovado
Escola de Ciências	108	17.246.620,57 €
Escola de Direito	6	540.566,56 €
Escola de Economia e Gestão	10	1.763.941,51 €
Escola de Engenharia	204	55.249.054,06 €
Escola de Medicina	76	18.184.420,91 €
Escola de Psicologia	24	5.428.236,47 €
Escola Superior de Enfermagem	2	171.058,47 €
Instituto de Ciências Sociais (*)	20	5.057.988,19 €
Instituto de Educação	16	1.422.568,29 €
Instituto de Investigação em Biomateriais, Biodegradáveis e Biomiméticos	72	44.460.098,69 €
Instituto de Letras e Ciências Humanas	4	926.972,47 €
Unidades de Serviços**	7	2.333.665,42 €
Reitoria	3	358.406,12 €
TOTAL	552	153.143.597,73 €

*Inclui projetos desenvolvidos no âmbito do LAB 2PT, centro que integra investigadores da EA e do ICS

** integra projetos aprovados no âmbito das Unidades de Serviços

A Escola de Engenharia e o Instituto de Investigação em Biomateriais, Biodegradáveis e Biomiméticos são as UO com um maior volume de financiamento em execução, correspondendo à Escola de Engenharia e à Escola de Ciências os números mais elevados de projetos. No Anexo VIII apresenta-se a distribuição de projetos e financiamento pelos centros de investigação.

3. Resultados de concursos

A Universidade do Minho, em 2018, viu serem financiados 257 projetos de investigação, com um valor total de 43.7M€. A maior parte deste financiamento (87,3%) foi aprovada no âmbito do Portugal 2020; o financiamento europeu corresponde a 8,5% do total.

Os projetos com financiamento europeu enquadram-se em vários programas e tipos de financiamento como se verifica na tabela seguinte, correspondendo a componente mais significativa ao Horizonte 2020.

Tabela 25 - Projetos europeus

Projetos europeus (Programa Financiador)	N.º de projetos	Valor Total
ESA's Networking/Partnering Initiative	1	125 000,00 €
H2020 (inclui ERC Grants)	11	3 206 930,00 €
Institution of Engineering and Technology	1	387 941,00 €
Rights, Equality and Citizenship Programme	1	21 132,36 €
Total	14	3 741 003,36 €

No final de 2018, a Universidade do Minho era a instituição portuguesa com mais participações e que mais financiamento tinha captado no quadro do Horizonte 2020, com 55 participações e 24.771.847€ de financiamento respetivamente.

A 15 outros projetos com financiamento não nacional correspondeu financiamento na ordem do 1,4 M€, conforme se discrimina na tabela seguinte.

Tabela 26 - Outros projetos internacionais

Projetos internacionais (Programa Financiador)	N.º de projetos	Valor Total
Acordos Bilaterais	5	306 177,30 €
Institute for Scientific Information on coffee	1	187 837,50 €
La Caixa Foundation	1	499 612,60 €
MIT/AUSTIN	7	357 563,00 €
National Ataxia Foundation	1	12 649,80 €
Total	15	1 363 840,20 €

No que se refere ao financiamento nacional, os projetos em todos os domínios científicos (FCT-PTDC) representam 91% dos projetos aprovados (205 em 225) e correspondem a 85,3% do volume de financiamento obtido.

Tabela 27 - Projetos nacionais

Projetos Nacionais - PT 2020	N.º de projetos	Valor Total
Compete 2020	210	35 008 515,46 €
Interreg Europa	1	209 306,00 €
Interreg SUDOE	1	135 000,10 €
NORTE 2020	13	2 875 543,06 €
Total	225	38 228 364,62 €

A UMinho conseguiu ainda um conjunto de outros projetos nacionais, no âmbito de programas financiados específicos, como se mostra na Tabela 28.

Tabela 28 - Outros projetos nacionais

Outros Projetos Nacionais	N.º de projetos	Valor Total
Programa em Ciência dos Dados e Inteligência Artificial na Administração Pública	1	50 000,00 €
Programa Investigador FCT (IF-EXPL)	1	248 638,75 €
Santa Casa de Misericórdia - Neurociências	1	161 484,00 €
Total	3	460 122,75 €

A tabela seguinte apresenta o resumo dos diferentes projetos em execução e respetivo financiamento por UO. Em 2018, a Escola de Engenharia foi responsável pela captação de 38,1% do financiamento, seguindo-se a Escola de Ciências (18,4%), o I3BS (17,2%) e a Escola de Medicina (12,2%).

Tabela 29 - Números globais dos projetos e do financiamento em curso

UO	Total Projeto	Total Valor Aprovado
Escola de Arquitetura	4	406.706,50 €
Escola de Ciências	63	8.064.805,91 €
Escola de Direito	1	220.201,46 €
Escola de Economia e Gestão	6	798.015,74 €

Escola de Engenharia	94	16.700.718,50 €
Escola de Medicina	32	5.332.133,16 €
Escola de Psicologia	12	2.244.360,85 €
Instituto de Ciências Sociais	8	880.500,54 €
Instituto de Educação	6	827.092,01 €
Instituto de Investigação em Biomateriais, Biodegradáveis e Biomiméticos	27	7.524.948,79 €
Instituto de Letras e Ciências Humanas	3	626.972,47 €
Administração	1	166.875,00 €
TOTAL	257	43.793.330,93 €

4. Produção científica

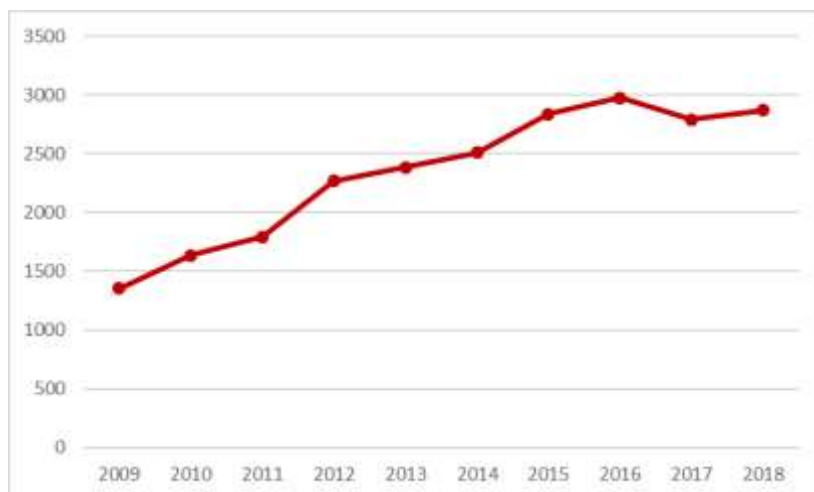
Na tabela que se segue, apresenta-se a evolução do número de publicações científicas de autores afiliados à UMinho indexadas na ISI e/ou SCOPUS nos últimos 10 anos.

Tabela 30 - Publicações indexadas na ISI e/ou SCOPUS em 2018, por tipo de publicação

Tipo	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009
Artigo em ata de conferência	457	671	696	747	687	689	605	512	536	394
Artigo em revista	1865	1773	1865	1750	1509	1431	1360	1078	915	822
Capítulo de livro	124	93	199	105	104	128	99	54	45	35
Carta ao editor	13	1	2	1	2	0	2	1	0	0
Corrigenda	7	18	12	15	8	6	4	2	12	3
Editorial em ata	4	11	12	9	7	7	4	6	1	2
Editorial em livro	14	20	19	8	13	5	7	10	3	4
Editorial em revista	67	58	45	40	25	28	30	26	22	14
Livro	3	14	20	13	13	13	11	9	3	3
Outro	7	4	4	7	3	2	3	0	1	2
Preprint	221	29	7	0	0	1	0	0	0	0
Recensão	4	10	11	10	2	9	4	5	2	6
Resumo	83	89	86	132	138	64	141	89	97	70
Total	2869	2791	2978	2837	2511	2383	2270	1792	1637	1355

O gráfico seguinte mostra a evolução da produção científica da UMinho na última década, evidenciando a consistente progressão dos resultados da Universidade neste domínio.

Gráfico 4 - Evolução da produção científica



No âmbito da valorização do conhecimento, em 2018 foram submetidos 16 pedidos nacionais de patentes em que a Universidade é requerente ou co-requerente. Destes, 15 foram pedidos provisórios de patente e um foi Pedido Nacional (vulgo definitivo). Os pedidos tiveram origem nos departamentos de Eletrónica Industrial, de Engenharia Biológica, Engenharia Mecânica, todos da Escola de Engenharia, da Escola de Medicina, e do Departamento de Física e do Departamento de Química da Escola de Ciências.

A UMinho submeteu também oito pedidos de Patente Internacional (PCT) e seis pedidos de Patente Europeia (em que três correspondem às fases nacionais/regionais de pedidos internacionais submetidos anteriormente), oriundos dos departamentos de Física, de Engenharia Mecânica e de Eletrónica Industrial. Salienta-se ainda que, dentro das fases nacionais/regionais, foram também submetidos dois pedidos de patente nos EUA e um no Brasil, no Canadá, na Austrália e China.

Em termos de concessões, a Universidade do Minho obteve quatro patentes a nível nacional e duas a nível internacional (uma nos EUA e outra no Canadá). O Projeto UMinho/Bosch vem dando origem a um vasto número de pedidos de patentes internacionais. Assim, no âmbito do projeto INNOVCAR, foram apresentados 10 pedidos internacionais; já no âmbito do projeto iFACTORY foram 11 os pedidos de patente internacionais apresentados.

V. INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE

1. Projetos de interação com a sociedade

As universidades estão hoje, mais do que nunca, confrontadas com o enorme desafio de associarem a sua missão ao bem público, repousando nelas, enquanto instituições que formam as novas gerações e produzem novo conhecimento, a responsabilidade de contribuírem de forma ativa, comprometida e crítica para o progresso económico, social e cultural das populações e para uma sociedade mais inclusiva e mais sustentável. Muitas UO da UMinho mantêm uma forte colaboração com o tecido económico. As unidades de interface da UMinho, em que relevam o Centro de Computação Gráfica - CCG, o Polo de Inovação em Engenharia de Polímeros - PIEP, o Centro de Valorização de Resíduos - CVR e o Centro Clínico Académico - 2CA, constituídas na forma de associações com outras entidades públicas e privadas, asseguram boa parte da interação da Instituição com o tecido empresarial; assim se facilita e assegura a transferência do conhecimento e promove o desenvolvimento regional e nacional. Cabe referir, neste âmbito, que, através da TecMinho, a UMinho dispõe de uma estrutura especializada que opera no licenciamento da propriedade industrial e na proteção da propriedade intelectual, na oferta de formação para a inovação e no lançamento de *spin offs*.

A UMinho mantém também um envolvimento expressivo na ação cultural, garantido pelas suas unidades orgânicas e unidades culturais, traduzido em múltiplas iniciativas associadas à criação, preservação e difusão de bens culturais, bem como à realização de eventos no domínio das artes, das letras e das ciências, como se detalha no ponto dois deste capítulo.

Finalmente, a UMinho promove projetos pioneiros de interação com territórios onde desenvolve a sua atividade, como é o caso da Rede de Casas do Conhecimento, assegurando uma intervenção orientada para um desenvolvimento integrado das regiões e das suas populações.

No âmbito da interação com tecido económico cabe destacar, no ano de 2018, o fecho da 2ª fase da parceria UMinho/Bosch Car Multimedia com o encerramento dos projetos INNOVCAR (com financiamento de 33 M€) e iFACTORY (com financiamento de 23 M€).

Entretanto, no seio desta parceria, foi possível submeter três novas candidaturas de grande dimensão à ANI/AICEP, todas elas a aguardar decisão das entidades financiadoras:

- Projeto SensibleCar – candidatura ainda submetida em finais de 2017 (Dez), totalizando um investimento de 35 M€ e envolvendo 64 docentes/investigadores da UMinho;
- Projeto EasyRide – candidatura submetida em Março de 2018, totalizando um investimento de 37 M€ e envolvendo 78 docentes/investigadores da UMinho;
- Projeto Factory of the Future – candidatura submetida em Abril de 2018, totalizando um investimento de 35 M€ e envolvendo 64 docentes/investigadores da UMinho.

Duas outras candidaturas de grande dimensão foram submetidas à ANI/AICEP, envolvendo as empresas Noras Performance e ZF. Em concreto:

- Projeto USafe, com a Noras Performance – candidatura submetida em finais de 2017 (Dez), totalizando um investimento de 22 M€ e envolvendo 31 docentes/investigadores da UMinho;
- Projeto OSSinnov, com a ZF – candidatura submetida em Abril de 2018, totalizando um investimento de 15 M€ e envolvendo 44 docentes/investigadores da UMinho.

A interação com a sociedade no contexto do tecido económico e empresarial materializou-se também em outras iniciativas: visitas da UMinho a empresas; visitas de empresas à UMinho; realização de *workshops* em empresas e na UMinho, etc. Estas interações resultaram em diferentes oportunidades de colaboração e permitiram, nomeadamente, o envolvimento de empresas em iniciativas da UMinho (por exemplo, a participação da IKEA

Industry no Laboratório Colaborativo em Transformação Digital), o envolvimento da UMinho em iniciativas das empresas (por exemplo, a participação da UMinho em candidaturas a financiamento de empresas), ou a criação, por diversas empresas, de centros de engenharia e desenvolvimento na região, casos de Accenture, APTIV, Bosch, FUJITSU, ZF.

Visando promover uma maior presença da UMinho no território, em articulação com as autarquias e com os agentes sociais, prosseguiu-se a política de fomento novas iniciativas, ancoradas em novas parcerias e protocolos. Neste âmbito, cabe referir a cooperação desenvolvida com o Hospital de Braga, traduzida na presença da UMinho no Conselho para o Desenvolvimento Sustentado do Hospital e a celebração de vários protocolos que garantem a parceria entre as duas instituições no âmbito da formação e da investigação nas áreas científicas da saúde, e também em outros domínios de interesse organizacional, social e cultural. No ano de 2018 foi também promovida uma aproximação ao Estabelecimento Prisional de Braga, concretizada em formas de cooperação centradas no papel da educação, da criação artística e da cultura na reinserção social dos reclusos.

Dando corpo a uma cooperação mais estruturada entre a UMinho e as autarquias das cidades de Braga e Guimarães, aumentou a participação da Universidade em órgãos de carácter consultivo dos referidos municípios e foram lançados novos projetos, nas áreas da mobilidade, da sustentabilidade, da inclusão social, mas também da regeneração urbana e da promoção turística do património cultural. A participação da UMinho em vários conselhos consultivos da Câmara Municipal de Braga, designadamente da Regeneração Urbana e do Desenvolvimento Turístico, e na Estrutura de Missão Guimarães 2030, que visa associar de forma inovadora o conhecimento científico à gestão do território, são disso exemplo.

Noutra dimensão, o estreitamento da cooperação com a autarquia de Guimarães concretizou-se em projetos como 'Guimarães Anfitriã', que pretende ajudar a resolver o problema do alojamento dos estudantes universitários naquela cidade e no envolvimento da autarquia no Laboratório Colaborativo ProChild - CoLab Contra a Pobreza e a Exclusão Social. Já a colaboração com a Câmara Municipal de Braga reforçou-se na área da valorização do património, tendo a elaboração do projeto de valorização da área arqueológica das Carvalheiras sido objeto de uma adenda específica ao protocolo existente com o município, e da sustentabilidade, com o Braga Urban Innovation Laboratory Demonstrator (BUILD). A cooperação no âmbito do funcionamento da Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva (BLCS) foi igualmente objeto de um novo protocolo, válido para os próximos 10 anos, através do qual as duas instituições irão continuar a assegurar serviços públicos de promoção do livro, da leitura e da cultura.

No ano de 2018 foi reavaliado o Projeto 'Rede Casas do Conhecimento' (RCdC), criado em 2012 como fórum de promoção da Sociedade de Informação e do Conhecimento, com elevado potencial para aproximar a UMinho do território e das pessoas mesmo em regiões remotas. Constituída originalmente com seis membros, a RCdC integra hoje 11 parceiros, oito dos quais municípios do Norte de Portugal, dispondo a Casa do Conhecimento da UMinho, sediada nos *campi* de Gualtar e Azurém, de infraestruturas tecnológicas de informação e comunicação capazes de promover atividades expressivas de formação e disseminação do conhecimento e da cultura por um número alargado pessoas, potenciando o combate à infoexclusão e às assimetrias no acesso e utilização de meios digitais. A RCdC viu-se ampliada em 2018 através da associação da Universidade de Évora, no âmbito do projeto e-Civitas – Expansão Inter-regional da Rede Casas do Conhecimento (POCI-05-5762-FSE-000170), projeto SAMA, em co-promoção entre as duas universidades, que visa a expansão da RCdC para o Alentejo. Este alargamento da RCdC constitui um bom indicador das potencialidades do Projeto, razão que justifica a proposta da sua transformação num instrumento mais consolidado e eficaz de interface da UMinho com o território, que se consolidará em 2019.

Não esgotando as capacidades da UMinho em produzir e promover cultura, as unidades culturais constituem um conjunto de ativos patrimoniais com grande potencial para promover a interação com a sociedade em diferentes esferas de ação e para diferenciar a UMinho no contexto das IES nacionais. A avaliação deste potencial, tendo em vista uma futura requalificação, foi iniciada em 2018 e continuará no ano subsequente.

No ano de 2018 foi concedido especial atenção à Biblioteca Pública, objeto de um programa de reorganização dos seus espaços e acervos, visando a criação de um circuito de visita a este espaço nobre do Largo do Paço (sobre a atividade da BPB ver o ponto dois infra). Também o Arquivo Distrital mereceu uma especial atenção, não só por via de novas incorporações de documentos, com destaque para o importante Arquivo da Diamang, mas também pela celebração de um protocolo com o Conselho de Cultura Galega que visa a incorporação de fundos documentais do Arquivo na plataforma '*Gallaecia Monumenta Historica*', o qual pretende vir a dar maior visibilidade ao ADB e ao seu acervo documental (ver também o ponto dois infra).

O desenvolvimento de um programa de disseminação do conhecimento e de difusão da cultura científica deu os seus primeiros passos em 2018, através do diagnóstico daquela que deverá ser uma necessária estratégia de comunicação pública da ciência e do conhecimento produzido na Instituição, sem que se criem redundâncias, quer dos objetivos, quer das atividades de divulgação já desenvolvidas no quadro das UO.

Neste sentido, ao longo do ano foram realizadas reuniões com investigadores e UO e conduzida uma reflexão aprofundada sobre a constituição do Observatório de Políticas Públicas da UMinho, prevendo-se que a criação do Observatório venha a ser operacionalizada no 2º trimestre de 2019.

No âmbito do eixo de missão que visa a consolidação da política de divulgação cultural da produção científica da UMinho, cabe referir a promoção de um programa editorial específico da UMinho, o qual se traduziu na criação da UMinho Editora, cujo início de funcionamento está previsto para o primeiro trimestre de 2019, estando em fase de implementação no portal da Editora e a constituição do seu Conselho Científico e Editorial.

Dando expressão ao objetivo de densificação da política cultural da UMinho em articulação com o Conselho Cultural e as unidades orgânicas e diferenciadas, foram estruturadas algumas dimensões de uma futura política cultural, tendo sido promovidos eventos culturais em Braga, Guimarães e Seide, Vila Nova de Famalicão, em colaboração com as UO, a AAUM, a RUM, o Centro de Cultura Galega, a Xunta da Galiza, o Conselho de Cultura Galega, o CEER e as universidades da Euroregião Galiza Norte de Portugal. Entre as realizações mais significativas cabe destacar o Ciclo de Cinema Luso/Galego, em Braga, a I Jornada do Ciclo Camilo Castelo Branco e a sua Época, em Seide, o espetáculo de *video mapping* e instalações artísticas no Largo do Paço e no Edifício da Reitoria, o Festival de Outono, com vários concertos no Largo do Paço, no Paço dos Duques de Bragança e nos *campi* de Gualtar e de Azurém entre os dias 26 e 29 de outubro, as III Jornadas de Música e Movimento Partilhado, realizadas no espaço público em Braga e Guimarães, intervenções musicais do GFUM no Estabelecimento Prisional de Braga e na Ágora do Hospital de Braga.

Tendo em conta a experiência do ano de 2018, entende-se que se deve tirar o máximo partido do valioso património edificado da UMinho, com destaque para os espaços do Largo do Paço, do Edifício dos Congregados e do Museu Nogueira da Silva. A estratégia de valorização social e cultural do património edificado da UMinho começou a ser operacionalizado em 2018, conferindo uma maior centralidade cultural ao edifício do Largo do Paço, enquanto porta de entrada da Universidade. Um importante ensaio desta estratégia foi a organização do debate, que teve lugar no Salão Nobre, dedicado à temática 'Jovens de costas para a política?', gravado pela RTP, o qual contou com a colaboração professores da EM, da EEG e do IE, tendo sido ativamente participado pelos estudantes. Também a abertura ao público da nova Galeria do Paço, em 21 de setembro de 2018, inaugurada para acolher várias exposições e instalações inseridas no Evento Encontros de Imagem constituiu um importante contexto para potenciar a centralidade cultural do Largo do Paço. Nos quatro meses em que esteve aberta a

Galeria do Paço teve milhares de visitantes, sendo de destacar o elevado número de pessoas que acorreram às exposições dos Encontros de Imagem.

No âmbito de uma parceria que se pretende estabelecer com a Universidade do Porto e a UTAD, que tem em vista promover as áreas da Cultura das três universidades da UNORTE, a UMinho acolheu uma exposição fotográfica dedicada ao tema “Olhar e Ajudar”, exposição da autoria do fotógrafo Alfredo Cunha, a qual foi montada na fachada do Largo do Paço, apelando à solidariedade e ao voluntariado humanitário.

2. Unidades culturais

Tradicionalmente as iniciativas culturais ocupam um lugar discreto no conjunto das atividades universitárias. A UMinho sempre se afirmou pela diferença ao conceder uma especial atenção à cultura, o que fez de um modo original, no quadro nacional, quando integrou, em 1976, um significativo conjunto de acervos patrimoniais, representados pelo Arquivo Distrital e pela Biblioteca Pública, bem como o legado do Comendador António Augusto Nogueira da Silva, feito em setembro de 1975, também na origem do Centro de Estudos Lusíadas, que viriam a dar expressão às primeiras unidades culturais da UMinho. Seguiu-se, em 1977, a criação da Unidade de Arqueologia, na sequência de uma decisão governamental de atribuir à UMinho a tutela do Projeto de Salvamento de Bracara Augusta, responsabilidade que a Instituição mantém até hoje e, em 1982, a criação da Unidade de Educação de Adultos (entretanto extinta). Em 2002 foi criada a Casa Museu de Monção, instituída em conformidade com os objetivos e as condições de um legado da Senhora Dona Maria Teresa Cardeal Andrade Martins Salgueiro.

Apesar da grande heterogeneidade funcional das unidades culturais da UMinho, todas gerem patrimónios relevantes e desempenham um importante papel na dimensão do ensino e da investigação, mas sobretudo no âmbito da interação com a sociedade, nas áreas da valorização do património arqueológico, histórico e museológico, na promoção da leitura, mas também da cultura, da arte e dos valores humanísticos, prestando serviços à comunidade e às escolas, disponibilizando apoio, recursos e serviços de consultadoria especializada a entidades públicas e privada.

As unidades culturais da Universidade são coordenadas pelo Conselho Cultural da UMinho, órgão de consulta do Reitor e do Conselho Geral, em questões de política cultural, a quem cabe também a organização de iniciativas que estimulem a ligação da Universidade com a comunidade em termos culturais. Cabe mencionar, ao longo de 2018, a organização e apoio a várias atividades, designadamente conferências, colóquios, exposições e concertos, concretizadas graças às parcerias estabelecidas com as diferentes UO da Universidade, com a AAUM, com a RUM e com as autarquias da região. Merece referência a organização da 9ª edição do Festival de Outono, antes mencionado, bem como a organização da 27ª edição do Prémio Victor Sá de História Contemporânea, entregue a 12 de dezembro no Salão Nobre do Edifício da Reitoria. Especial destaque merece ainda a participação na organização dos Encontros de Imagem, um dos mais importantes festivais de fotografia do País.

As atividades desenvolvidas pelas Unidades Culturais da UMinho ao longo do ano de 2018 enquadram-se no âmbito das suas especificidades e diferenciadas missões, refletindo diferentes áreas da interface que a UMinho mantém com a sociedade na área cultural.

O Arquivo Distrital de Braga (ADB), terminada que foi a reinstalação desta unidade cultural nas novas instalações da Rua Abade da Loureira, inauguradas em 2017, retomou o seu normal funcionamento ao longo do ano de 2018, com a realização de várias atividades relacionadas com a preservação e a valorização do seu rico acervo documental. Durante 2018, o ADB conheceu novas incorporações procedentes do MAI (Governo Civil de Braga), do Tribunal de Braga (fundos dos tribunais das comarcas de Amares e Vieira do Minho) e da SPE, Lisboa, que doou à UMinho o importante Arquivo da Diamang. As novas incorporações ocuparam um total de cerca de 850 metros lineares da reserva.

O ADB prosseguiu com as suas obrigações de preservação do património arquivístico, de tratamento e higienização de documentos, de tratamento técnico arquivístico dos fundos, envolvendo a sua organização e descrição, com a disponibilização online de 25.371 novas descrições de fundos e documentos e a digitalização de cerca de 47.118 novas imagens, o que elevou para 945.805 o número de imagens digitais disponíveis.

Ao longo de 2018, o ADB recebeu 2.795 utilizadores, um aumento de 11% relativamente a 2017. No acesso remoto, pela Internet, registaram-se cerca de 135.000 sessões, de 108 países, correspondentes a 921.594 visualizações de páginas, o que representa um crescimento de consultas de cerca de 13% (116.000 novas visualizações). Na prestação de serviços aos utilizadores, foram executados 2.362 pedidos de pesquisa e reprodução, emitidas 1.442 certidões e 142 averbamentos.

A sinalizar o encerramento das comemorações do Centenário do ADB, tiveram lugar a quarta “Conversa à volta do Arquivo” e o 3.º Encontro do Centenário, sobre “Os Arquivos e a Cidadania”. Em 20 de junho foi apresentado o arquivo do “WG 2.1 “Algoritmi languages and calculi”, do International Federation for Information Processing e inaugurou-se uma exposição sobre esse fundo que esteve patente ao público até 6 de julho. O ADB editou ainda as “Confirmações de Tui (1352-1382). Aspetos do episcopado de D. João de Castro”, com introdução, transcrição e notas do Professor José Marques.

No ano de 2018 a Biblioteca Pública de Braga (BPB) desenvolveu um significativo conjunto de tarefas relacionadas com os seus objetivos de preservar e valorizar o seu vastíssimo património bibliográfico e de prestar serviços de leitura e empréstimo. A disponibilidade dos espaços da ala poente do Edifício do Largo do Paço, libertados com a saída do ADB das instalações da BPB, permitiu iniciar uma profunda reorganização dos fundos da unidade, também motivada pela necessidade de reincorporar 56.771 monografias, provenientes do depósito legal (1976 a 1985), que se encontravam em depósito na BLCS e cerca de 15.000 monografias correspondentes ao fundo antigo, que se encontravam depositadas no edifício da UMinho, situado na R. Afonso Henriques, e ainda de aumentar os níveis de segurança da BPB. Assim, foram definidas zonas distintas para os diferentes tipos de documentos, tendo também em consideração a sua frequência de consulta. Foram concentrados os livros anteriores a 1800, deslocou-se o fundo de reservados para um espaço mais adequado, tendo-se reunido em salas contíguas os fundos das livrarias particulares e foi criada uma área para acondicionamento da iconografia e outros suportes de informação.

Ao longo do ano a sala de leitura foi utilizada por 19.507 leitores que consultaram 8.598 publicações (1.812 monografias e 6.748 publicações periódicas). No catálogo informatizado da BPB foram inseridos 35.437 novos registos, correspondentes a 35.033 títulos de monografias, 404 novos títulos (jornais e revistas) e 33.867 fascículos (23.112 jornais e 10.112 revistas) de publicações periódicas. Em 31 de dezembro de 2018, o catálogo bibliográfico informatizado da BPB continha 178.987 registos bibliográficos, correspondentes a 131.197

monografias, 2.841 livros antigos (do séc. XV até 1800), 22.309 títulos de jornais e revistas e 646.437 fascículos de publicações periódicas.

A BPB realizou várias exposições bibliográficas, com destaque para o 'Ciclo Efemérides', e colaborou na II Edição do Prémio Manuel Monteiro, uma iniciativa da autarquia de Braga.

No final de 2018 o fundo documental da BPB foi enriquecido com a doação da biblioteca particular de José João Rigaud de Sousa e de Maria Adelina Caravana, com documentação diversa, sobretudo nas áreas de História, Arqueologia, Literatura e Música.

No ano de 2018 a Casa Museu de Monção (CMM) prosseguiu com o cumprimento dos seus objetivos legatários e estatutários, estruturados em duas vertentes essenciais: a preservação e valorização do seu património e o desenvolvimento e patrocínio de atividades de natureza cultural e educativa que representam um poderoso interface desta unidade cultural com a sociedade. A CMM promove também, em articulação com diversas instituições, autarquias e outras entidades, programas de extensão e colaboração em projetos culturais e educativos, através dos quais tem vindo a aprofundar a colaboração com a autarquia de Monção, designadamente com a sua Biblioteca e com o Arquivo Municipal. Tem sido preocupação da Casa Museu de Monção promover a colaboração e o diálogo com várias entidades do Alto Minho, mas também da Galiza e, muito particularmente, da região fronteiriça, recorrendo ativamente à colaboração dos docentes e investigadores da Universidade do Minho. No âmbito das suas atividades, a CMM acolhe regularmente reuniões das Universidades do Norte de Portugal (Minho, Porto e Trás-os-Montes) e Galiza (Corunha, Vigo e Compostela) no quadro da atividade da Fundação CEER. No ano de 2018, a CMM acolheu um total de 15 exposições e promoveu a realização de múltiplas visitas guiadas às instalações da Casa Museu e aos seus Jardins.

O Centro de Estudos Lusíadas (CEL), criado na sequência do legado atribuído à UMinho pelo Comendador António Augusto Nogueira da Silva, tem por missão o estudo e a investigação da cultura portuguesa nos seus múltiplos domínios e aspetos. Na atividade do CEL em 2018, cabe destacar a edição da obra "Espaços, Culturas Urbanas e Contemporaneidade", resultante de um colóquio organizado pelo CEL, e a realização de uma conferência sobre o Mosteiro de Tibães.

O Museu Nogueira da Silva (MNS) tem por missão dar a conhecer a exposição permanente da Casa Museu e valorizar as suas coleções, nas quais se incluem o acervo museológico e o espólio da escritora Maria Ondina Braga, através da visita, da promoção da investigação e da ação do seu serviço educativo. O MNS promove uma intensa atividade de extensão e de interação com a sociedade, contemplando exposições dedicadas à divulgação da arte contemporânea, concertos que exibem diferentes expressões musicais, ciclos de conferências e debates orientados para a disseminação da ciência e da arte, cursos de formação destinados a diferentes tipos de público e edições variadas, designadamente de catálogos, colóquios e conferências.

No ano de 2018 o MNS rececionou 13 exposições temporárias de pintura, escultura e fotografia, acolheu 11 conferências sobre temáticas diferenciadas relacionadas com temas de cultura e arte, acolheu 26 concertos e cerca de 20 conversas/palestras/recitais de poesia/lançamento de livros, tendo recebido cerca de 15.000 visitantes. O serviço educativo assegura visitas gerais ao Museu, com ateliers de pintura, visitas temáticas, bem

como outras iniciativas de sensibilização artística entre os jovens, como as Conversas com a Pintura e a Música em Construção.

Estre as atividades desenvolvidas em 2018 cabe ainda destacar a digitalização do arquivo relativo à documentação das exposições produzidas desde a abertura do MNS e da coleção de postais da Fototeca do Museu, bem como a digitalização e organização de arquivo fotográfico da Diamang, em depósito na Fototeca.

A Unidade de Arqueologia (UA) prosseguiu ao longo do ano de 2018 os seus objetivos estratégicos, relacionados com o estudo, valorização e divulgação do património arqueológico e histórico, com a promoção da cooperação interinstitucional a nível nacional e internacional, com o apoio aos projetos de ensino em arqueologia da UMinho e com o reforço dos mecanismos de melhoria da qualidade dos seus serviços.

Com um forte foco no património local e regional, a unidade desenvolve parcerias e redes, concretizando estudos e promovendo a valorização do património através de projetos de investigação nacionais e internacionais e de projetos de prestação de serviços à comunidade (há 12 intervenções arqueológicas em curso na cidade de Braga).

No que se refere à promoção e divulgação do património, salienta-se: a produção e montagem de conteúdos para o Núcleo Museológico de Dume (Braga), para uma exposição em Boticas e para o site do PAVT; a realização de 24 ações de extensão cultural, através de conferências, visitas de estudo, organização e participação em eventos culturais; a organização de 1 evento científico internacional e a apresentação de um número significativo de comunicações (16) em encontros científicos internacionais; e a produção de 54 publicações.

Ao longo de 2018 a UA prosseguiu a sua ação de promoção da cooperação interinstitucional traduzida na assinatura de 3 novos protocolos com municípios (Braga, Arcos de Valdevez, Terras do Bouro) e 1 internacional, com a associação URBS REGIA, tendo igualmente desenvolvido várias atividades que decorrem de parcerias com municípios e instituições nacionais e internacionais. Neste âmbito cabe destacar a participação no projeto Europeu ARCHAIDE, financiado pela UE, e a participação no projeto COST Action CA1812 SEADDA-Saving European Archaeology from the Digital Dark Age, também financiado pela Comissão Europeia.

3. Unidades diferenciadas

As unidades diferenciadas da UMinho, a saber, a Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva (BLCS), o Instituto Confúcio (IC) e a Casa de Sarmento. Centro de Estudos do Património (CS.CEP) realizam uma extensa interação cultural com a sociedade, respetivamente nas áreas do desenvolvimento do livro e das bibliotecas, da língua e cultura chinesas e da promoção do património.

A BLCS, instituída em parceria com o Município de Braga, tirando partido das obras publicadas oriundas de Depósito Legal da BPB, desde 1980, tem por objetivos a prestação de serviços de leitura pública, em regime de livre acesso, o tratamento do espólio bibliográfico e documental e a sua valorização e difusão alargada, visando genericamente a formação e educação informal dos cidadãos ao longo da vida, através da oferta cultural que promove.

A BLCS integra a Rede Nacional de Leitura Pública, assim como a Rede Intermunicipal de Bibliotecas de Leitura Pública da Comunidade Intermunicipal do Cávado e a Rede Concelhia de Bibliotecas de Braga.

No ano de 2018 a BLCS registou cerca de 292.000 visitantes, tendo cerca de 25.700 utilizadores inscritos, e realizou cerca de 53.400 empréstimos domiciliários. A BLCS realizou um conjunto muito significativo de atividades de extensão cultural (cerca de 50 por mês), orientadas para diferentes públicos, em que se incluem conferências e seminários, encontros com autores, lançamento de livros, exposições, horas de conto, *workshops* e oficinas de leitura, bem como concursos.

O Instituto Confúcio da Universidade do Minho, estabelecido em 2006 no quadro de uma parceria entre a Universidade e o Hanban – Gabinete de Promoção e Divulgação do Chinês no Mundo, tem como principal missão o aprofundamento dos estudos chineses e a difusão da língua e cultura chinesas na Universidade e na região.

No plano da divulgação da língua chinesa, o ICUM vem desenvolvendo o projeto Ensino de Chinês nas Escolas, que presentemente envolve 17 escolas dos ensinos básico e secundário, públicas e privadas, localizadas em Braga, Guimarães, Famalicão, Lousada e Porto, cobrindo um universo de cerca de 500 alunos. Além disso, um protocolo estabelecido entre o Ministério de Educação da República Portuguesa (ME) e o ICUM prevê a implementação do ensino de chinês ao nível do ensino secundário público, projeto em cujo âmbito o IC presta apoio pedagógico, logístico e na promoção de atividades culturais na Escola Secundária Carlos Amarante, em Braga, e na Escola Secundária Augusto Gomes, em Matosinhos. Ainda no plano do ensino, o ICUM oferece Cursos Livres e Oficinas, orientados para a divulgação da língua e cultura chinesas, dirigidas a alunos da Universidade do Minho e ao público exterior à comunidade académica, de que se destacam o Curso de Chinês Comercial e Turístico, o Curso Livre e o Curso de Verão de Língua e Cultura Chinesas. O ICUM presta apoio ao desenvolvimento da Licenciatura em Estudos Orientais: Estudos Chineses e Japoneses, do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho, e organiza Exames Oficiais de Língua Chinesa, distribuídos ao longo do ano, nomeadamente o HSK e o HSKK e, desde 2018, o YCT (Youth Chinese Test) e o BCT (Business Chinese Test).

No plano das atividades culturais, para além da celebração dos grandes eventos do calendário chinês, casos do Ano Novo Chinês ou do Festival das Lanternas, em 2018, promoveram-se exposições, de que se destacam: “O verde dos bambus mais altos é azul”, exposição de fotografias de José Cristóvam Dias (Museu Nogueira da Silva, em Braga) ; “Bronzes da Antiguidade Chinesa”, exposição de peças das dinastias Shang, Zhou e Han (Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa, em Braga) e, ainda, “Sonhos Coloridos do Oriente”, exposição de livros infantis chineses ilustrados (Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva, em Braga).

Finalmente, no ano em apreço, o ICUM promoveu várias conferências ou palestras, dirigidas à comunidade académica, mas abertas ao exterior, inseridas em ciclos como Património Cultural Chinês em Portugal e Grandes Vultos da Cultura Chinesa.

A Casa de Sarmento (CS), instituída em nove de junho de 2017, com a assinatura do protocolo de colaboração entre a UMinho, o Município de Guimarães e a Sociedade Martins Sarmento (SMS), entrou em funcionamento em janeiro de 2018, após a publicação dos seus estatutos e a tomada de posse dos seus órgãos diretivos, e iniciou a sua ação em abril de 2018, quando se instalou no edifício sede, situado no Palacete do Largo do Carmo, em Guimarães.

Na concretização da missão da CS assume particular relevância o tratamento, catalogação e divulgação do acervo bibliográfico, documental e museológico da SMS e a sua valorização através do desenvolvimento de projetos de investigação. Nesta linha se inscrevem algumas iniciativas da unidade, designadamente o início da digitalização da hemeroteca da SMS e a colaboração prestada à SMS no âmbito das suas edições.

Dando cumprimento aos seus objetivos, a CS desenvolveu ainda um conjunto diversificado de atividades, entre os quais se destacam: o desenvolvimento da plataforma online para introdução da informação dos registos paroquiais, no âmbito do Repositório Genealógico Nacional, alimentado ao longo de 2018 com os registos de Caminha, Viana do Castelo, Celorico de Basto, Torre de Moncorvo, Barcelos e das ilhas do Faial e do Corvo; a realização das Jornadas de Populações e Saúde, dedicadas ao tema da Gripe Espanhola de 1918; a criação de um portal sobre a ourivesaria vimaranense, uma das indústrias mais características da cidade de Guimarães.

4. O Projeto *alumni*

O Projeto *alumni* visa acompanhar de perto o trajeto profissional dos graduados da UMinho, para melhor compreender o impacto da sua oferta educativa e assegurar a sua adaptação às dinâmicas da sociedade e do mercado de trabalho, procurando, em simultâneo, promover a empregabilidade dos seus formandos através de uma interação reforçada com os empregadores.

A atividade do projeto é suportada estrategicamente pelo Conselho *alumni*, que integra as onze UO, quatro *alumni* com percursos de referência, os Presidentes da AAUM e da Associação de Antigos Estudantes, e o Reitor, que preside.

Durante o ano de 2018 deu-se continuidade à atualização da Base de dados *alumni*, de modo a reunir informação sobre os atualmente mais de 75.000 diplomados da UMinho. Registaram-se no portal 1.170 *alumni*, ultrapassando-se os 5.600 registos. Neste particular, foi concluído, durante o ano em apreço, o desenvolvimento, em colaboração com a empresa F3M, da nova base de dados para gestão da informação e contactos dos *alumni* UMinho. Esta nova plataforma é, face à anteriormente existente, mais ajustada às necessidades da Universidade, cumprindo as exigências do RGPD.

Procedeu-se a um aprofundamento das relações e comunicação com os ex-alunos, cabendo realçar a integração da *newsletter* trimestral NÓS Alumni na *newsletter* mensal NÓS UMINHO, dando mais abrangência aos conteúdos desenvolvidos e ganhando escala na sua divulgação. Através das redes sociais Facebook e LinkedIn - que mereceram um maior destaque em 2018 - promoveu-se uma maior aproximação a esta comunidade, através da divulgação dos percursos de alguns dos ex-alunos e suas empresas, assim como da divulgação e acompanhamento de atividades promovidas pelo Projeto Alumni e pela UMinho. Este reforço da comunicação expressou-se num aumento expressivo do número de seguidores da página Alumni UMinho no Facebook e no LinkedIn da Universidade.

A Bolsa de Emprego da UMinho, que foi relançada em 2017 e que tem como objetivo agregar informação sobre oportunidades de emprego e carreira dirigidas a estudantes e *alumni* da UMinho, facilitando também às empresas a divulgação de vagas, teve em 2018 um ano de consolidação. Foram identificadas novas melhorias a implementar na plataforma *online* e conseguiu-se um aumento significativo quer do número de vagas disponibilizadas, quer de novas empresas registadas. Foram publicados na Bolsa, em 2018, 1.545 anúncios

(mais 28% do que em 2017), correspondentes a 4.587 vagas (mais 42% face a 2017); registaram-se na Bolsa, em 2018, mais de 350 novas empresas.

Mantiveram-se as divulgações quinzenais das vagas, em formato *newsletter*, enviadas através de correio eletrónico para as listas de alunos e de *alumni* (a *InfoEmprego*), bem como as chamadas de atenção regulares nas redes sociais dos *alumni* e da UMinho para as oportunidades disponíveis. Procurou-se também aumentar o grau de envolvimento e de articulação com as UO, parceiros essenciais para o sucesso e crescimento da Bolsa de Emprego, bem como o trabalho conjunto com Associação Académica e diversas empresas parceiras.

No contexto da parceria com a Associação Académica, ainda na vertente de promoção do emprego de alunos e *alumni*, foi assegurado o apoio às duas StartPoint@UM - Feira de Emprego e Empreendedorismo realizadas pela AAUM durante o ano de 2018, no *campus* de Azurém, em abril, e no *campus* de Gualtar, em novembro. Este evento, transversal a todos os cursos e áreas, visa promover o contacto direto entre os estudantes e o mercado de trabalho, com um programa que inclui múltiplas atividades, tais como *talks*, formações, *workshops* e apoio técnico na área do emprego e empreendedorismo. Para além da promoção e divulgação da feira junto de entidades empregadoras, a UMinho assegurou sessões paralelas de apresentação da Bolsa de Emprego aos estudantes, tendo também marcado presença nestes eventos com um *stand* da Universidade.

Ainda em parceria com AAUM, deu-se continuidade às Tertúlias 2Share - Talentos *alumni*, nas quais antigos alunos com percursos relevantes foram convidados e regressar à academia e a partilhar as suas experiências pessoais e profissionais, de modo a motivar e inspirar os atuais estudantes. Nas quatro tertúlias que decorreram ao longo de 2018, discutiram-se, entre outras, questões relacionadas com a importância das competências transversais, a cultura, a evolução tecnológica, a internacionalização e a interculturalidade.

O Encontro Caixa *Alumni* 2018 - 5º Encontro de antigos estudantes da UMinho, reuniu, no dia 15 de setembro, no antigo Liceu Sá de Miranda, em Braga, mais de 700 *alumni*, com o mote "A Formar o Futuro", que procurou realçar o impacto da Universidade na sociedade.

O Programa Mentorias UMinho, que teve a sua edição piloto em 2017, decorreu durante um semestre, entre abril e setembro de 2018, e contou, nesta 2ª edição, com 19 mentores e outros tantos mentorandos, o dobro da edição anterior. Para além das sessões presenciais individualizadas, foram realizadas sessões de abertura, intermédia e final, com a presença de todos os mentores e mentorandos. As Mentorias UMinho integram-se um projeto mais vasto - "Tutorias por Pares e Mentorias UMinho", - que visa acolher e integrar os estudantes aquando da entrada no ensino superior, promover na estadia e potenciar os mesmos na saída para o mercado de trabalho.

VI. INTERNACIONALIZAÇÃO

No Plano de Ação 2017-21 identificam-se desafios em que relevam o aprofundamento da qualidade da internacionalização, na educação e na investigação, e o reforço da presença da UMinho em redes internacionais, consolidando parcerias estratégicas e intensificando a sua atividade sobretudo no quadro do EEES, não descurando outros espaços geopolíticos, designadamente os países de língua oficial portuguesa.

A atividade da Universidade nos seus eixos de missão tem vindo a ser realizada num quadro em que a internacionalização, um objetivo essencial, assume uma função verdadeiramente estruturante. Tal ocorre, desde logo, através da utilização de instrumentos promotores da articulação com instituições de outros países, relacionados, por exemplo, com a mobilidade de estudantes, investigadores e professores, com o desenvolvimento de graus conjuntos ou com a coatribuição de graus e de títulos universitários. A investigação, caracteristicamente internacional, conhece na UMinho um elevado grau de internacionalização; em 2018, cerca de 50% das publicações científicas indexadas na Web of Science foram realizadas no quadro de colaborações com investigadores de outros países; a UMinho, como antes se assinalou, participa num elevado número de projetos internacionais, sendo cada vez maior o reconhecimento dos seus investigadores e grupos de investigação no exterior; em 2018 a UMinho teve na lista dos Highly Cited Researchers (Clarivate Analytics) o Professor Nuno Peres do Departamento e Centro de Física, com o investigador português mais citado; entre os 10 investigadores portugueses constantes daquela lista encontravam-se também os professores José Teixeira, António Vicente e Miguel Cerqueira do Centro e Departamento de Engenharia Biológica.

A Universidade vem consolidando também a sua presença em importantes associações de universidades que, à escala internacional, partilham experiências e colaboram na produção conjunta de orientações para o ensino superior, nas múltiplas dimensões que o constituem. Nos planos bilateral e multilateral, a UMinho foi também constituindo, ao longo dos anos, uma muito densa rede de relações com outras instituições, de todos os continentes.

1. Internacionalização em casa

A internacionalização em casa, traduzida na criação de condições que potenciem na instituição de origem a interação com professores, investigadores e estudantes estrangeiros, é hoje uma orientação substantivamente assumida, com expressão na utilização, no desenvolvimento de cursos, de outras línguas para além do português.

Em 2017/2018, foram lecionados cursos em língua inglesa na Escola de Direito (um mestrado), na Escola de Economia e Gestão (dois mestrados e cinco doutoramentos), na Escola de Engenharia (um mestrado e 22 doutoramentos), no Instituto de Letras e Ciências Humanas (um mestrado) e no Instituto de Investigação em Biomateriais, Biodegradáveis e Biomiméticos (um doutoramento). Além disso praticamente todas as UO oferecem UC lecionadas em língua inglesa

No que se refere à mobilidade de estudantes *incoming* registou-se, em 2017-18, um aumento de números relativamente a anos letivos anteriores, ainda que muitos dos programas que enquadravam as mobilidades tenham terminado. A UMinho recebeu estudantes de 56 nacionalidades, sendo os grupos mais representativos provenientes do Brasil, Espanha e Itália.

No decorrer do ano letivo 2017/2018 tiveram lugar visitas de 68 docentes provenientes de 31 países, sendo Espanha, Colômbia e República Checa os países mais representados. As visitas, para fins, maioritariamente, de

lecionação, com a duração média de cinco dias, enquadraram-se no âmbito do Programa Erasmus+ (29 professores), Erasmus+ International Credit Mobility, ICM (32 professores) e Iacobus (sete professores).

A Universidade do Minho organizou, entre sete e onze de maio, a UM_INT: UMinho INternational Week, intitulada “Bringing Continents/Colleagues Together”. Esta iniciativa, que vai na sua 2ª edição, contou com a participação de 21 representantes de universidades parceiras do Programa Erasmus+ e do Projeto Erasmus+ International Credit Mobility (ICM), provenientes de 15 países - Albânia, Alemanha, Arménia, Bielorrússia, Espanha, Estados Unidos da América, França, Indonésia, Japão, Jordânia, Laos, Marrocos, México, Moçambique e Ucrânia. A ação, que teve como objetivo a partilha de experiências e de boas práticas no domínio da internacionalização, contou com a colaboração de unidades de serviços da UMinho.

2. Mobilidade *outgoing*

No que se refere à mobilidade de estudantes *outgoing* registou-se uma estagnação de números relativamente a anos letivos anteriores, apesar de, a partir de 2017/18, a UMinho ter tido a possibilidade de garantir que a maioria dos estudantes tivesse o seu período de mobilidade totalmente financiado. Registou-se, inclusivamente, uma diminuição dos números no caso dos estágios Erasmus+.

No quadro do financiamento aos alunos da UMinho em condições socioeconómicas desfavoráveis, 117 (31%) dos alunos Erasmus móveis em 2017/18 beneficiaram de bolsas complementares.

A mobilidade envolveu como destinatários 26 países do Programa, tendo os países mais procurados sido Espanha, Itália e Polónia, tendo a maioria dos estudantes optado pela realização de um período de mobilidade semestral.

No que toca à mobilidade com outros países, o alargamento das relações com a China é uma aposta institucional; em 2017/2018, 17 estudantes da UMinho efetuaram um período de estudos reconhecido em universidades chinesas, beneficiando de bolsas do Instituto Confúcio e da Fundação Oriente. Registe-se, também, a mobilidade de estudantes no âmbito da Ação 1 do Programa Erasmus+ International Credit Mobility, e mestrados Erasmus Mundus.

Ao nível da mobilidade externa de docentes e de trabalhadores técnicos, administrativos e de gestão, em 2017/2018, foram realizadas 90 missões de ensino e 33 missões de formação no âmbito do Programa Erasmus+; já no Erasmus International Credit Mobility, realizaram-se 27 missões de ensino e 14 missões de formação; o Programa Iacobus envolveu a mobilidade de seis docentes e 5 não docentes.

Em síntese, no decurso de 2017/2018, a UMinho promoveu um total de 123 mobilidades realizados por pessoal docente e 52 por trabalhadores não docentes e não investigadores, valores que representam, relativamente a 2016/2017, um aumento de 25% e 48% respetivamente.

3. Participação em associações de universidades

A UMinho participou regularmente, ao longo de 2018, em diversas atividades promovidas pela European University Association (EUA) e por estruturas suas, designadamente o Research Policy Working Group e o Council for Doctoral Education. A UMinho foi também caso de estudo de um importante projeto da EUA sobre o impacto das universidades europeias nos ecossistemas de inovação regional. A EUA, que tem um total de 850 membros, é um fórum de líderes das universidades europeias centrado na reflexão sobre o papel das universidades na

sociedade, procurando promover a dimensão europeia das atividades académicas e institucionais, facilitando o diálogo e a cooperação entre os seus membros, bem como representar os interesses das universidades europeias ao nível da formulação de políticas do ensino superior e investigação no EEES.

A UMinho integrou, em 2018, o Comité Executivo do Grupo Compostela de Universidades (GCU), atualmente com mais de 70 membros, criado em 1994, por iniciativa da Universidade de Santiago de Compostela. Em março estudantes da Escola de Direito, participaram no “First international University Forum: The Value of Human Rights on the Camino de Santiago”; em setembro de 2018, a UMinho esteve presente na General Assembly e Conferência Anual que decorreu em Salamanca, Espanha.

Em outubro de 2018, a UMinho participou no Encontro Anual do Grupo Santander de Universidades (GSU), realizado em Trieste, Itália, subordinado ao tema “Global Challenges in Today’s International Higher Education Sphere”. Criado em 1998 e com um total de 34 membros, o GSU pretende fortalecer as capacidades institucionais dos seus membros de modo a reforçar a sua visibilidade internacional, expandir as oportunidades de colaboração e aumentar a qualidade de governação, ensino, investigação e práticas administrativas.

Criada em 2012, a Conferência de Reitores das Universidades do Sudoeste da Europa (CRUSOE) é uma rede de universidades da Macrorregião do Sudoeste Europeu, envolvendo o Norte de Portugal, a Galiza, Castilla-Leon e, desde 2014, Astúrias e Centro de Portugal. A CRUSOE tem por objetivo, em articulação com as autoridades regionais, a criação e concretização de uma estratégia integrada de desenvolvimento para o noroeste peninsular, no quadro das macrorregiões europeias. Em abril de 2018, a UMinho participou no VIII Plenário da CRUSOE que teve lugar em Santander, Espanha. O Reitor da Universidade do Minho é, desde junho de 2018, Presidente da Conferência.

A Fundação Centro de Estudos Euroregionais (CEER) visa a promoção, dinamização e desenvolvimento da investigação interuniversitária de carácter multidisciplinar na EuroRegião Galiza-Norte de Portugal e a programação de atividades conjuntas entre os seus membros – Universidade da Corunha, Universidade de Santiago de Compostela e Universidade de Vigo, da Galiza, e Universidade do Minho, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e Universidade do Porto, do Norte de Portugal. Em março de 2018, o CEER e as seis universidades submeteram duas candidaturas ao aviso do programa operacional INTERRED VA Espanha Portugal (POCTEP): a primeira, com o CEER como instituição líder, intitulada “Universidades, Património e Turismo” (UNITUR); a segunda, sob a liderança da UMinho, intitulada “Universidade Sem Fronteiras” (UNISF). Em outubro a UMinho organizou e acolheu a 3ª Edição das Jornadas de Música e Movimento Partilhados, uma iniciativa do CEER que, como antes mencionado, levou espetáculos de música, dança, poesia e teatro às cidades de Braga e Guimarães.

4. Outras iniciativas

Em 2018, a UMinho formalizou 53 protocolos de cooperação com IES de 14 países dos espaços europeu, asiático, americano e africano, destacando-se o Brasil (20), a Espanha (cinco), a China (cinco), a Colômbia (quatro) e a Itália (três). Destes protocolos, 27 dizem respeito a IES que não tinham protocolos com a UMinho, 12 são renovações e 14 correspondem a termos aditivos, dos quais oito estabelecem co-tutelas. Já no âmbito do Programa de International Credit Mobility (ICM) do Programa Erasmus+, a UMinho estabeleceu protocolos com 82 IES de 33 países parceiros.

Ao longo do ano, a Universidade do Minho recebeu a visita de oito altos representantes de embaixadas ou embaixadores acreditados em Portugal, a saber, da África do Sul, do México, da Noruega, da Palestina, República da Guiné Equatorial, da Rússia e da Suécia. A Universidade do Minho acolheu e efetuou reuniões com o Ministro

da Educação e Cultura de Timor Leste com representantes da Câmara do Comércio e Indústria Luso Chinesa e com uma delegação de cidade de Sheyang, China.

Ao longo de 2018, a UMinho promoveu a visita e recebeu mais de 25 comitivas membros de reitores e de equipas reitorais de universidades parceiras de Angola, Brasil, China, Espanha, Estados Unidos da América, Índia e RAE de Macau.

5. A UMinho nos *rankings* internacionais

O reconhecimento internacional da UMinho encontra uma significativa expressão nos *rankings* internacionais que avaliam o desempenho das instituições de ensino superior, nos quais, ao longo dos últimos anos, vem reforçado a sua presença.

Na sua edição de 2018, o “*Academic Ranking of World Universities*” (ARWU), um dos mais reconhecidos a nível mundial, classificou a UMinho na lista das 500 melhores instituições de ensino superior do mundo, posição que ocupa neste *ranking* pelo terceiro ano consecutivo, situando-se no intervalo 400-500. Para além do ARWU, que avalia as instituições de ensino superior através de indicadores globais, o “*Ranking de Shanghai*” publica ainda o “*ShanghaiRanking's Global Ranking of Academic Subjects*”, em que as universidades são avaliadas individualmente em 54 áreas científicas. Em 2018, a UMinho integrou a lista das melhores universidades mundiais em 16 dessas áreas, sendo que em Ciência e Tecnologia Alimentar foi posicionada entre as 75 e em Engenharia Civil entre as 100 instituições melhor classificadas.

A UMinho aparece também, em 2018 e pelo sétimo ano consecutivo, no *ranking* mundial da *Times Higher Education* (“*THE WUR 2019*”), surgindo no intervalo 601-800. A THE publica também o *ranking THE Young University Rankings* que objetiva o grupo das instituições universitárias de topo que, num curto período de tempo, atingiram um nível global de excelência na investigação e no ensino. Este *ranking* lista apenas instituições que contam menos de 50 anos desde a data da sua fundação e utiliza os mesmos 13 indicadores do *THE WUR*, recalibrados para o perfil de instituições mais jovens. O *THE Young University Rankings* colocou, em 2018, a UMinho no top 150 Mundial das universidades jovens, concretamente no intervalo 101-150. Já na última edição dos *World University Rankings by subject*, o THE colocou a UMinho nos *rankings* específicos das melhores universidades mundiais em nove das 11 áreas científicas avaliadas: Educação (intervalo 201-250); Psicologia (intervalo 251-300); Humanidades (intervalo 301-400); Economia e Gestão (intervalo 401-500); Medicina e Saúde (intervalo 401-500); Engenharia e Tecnologia (intervalo 401-500); Ciências Sociais (intervalo 501-600); Ciências da Computação (intervalo 501-600) e Ciências Físicas (intervalo 601-800). Por fim, o THE iniciou, ainda em 2018, a publicação de um novo *ranking* europeu focado na avaliação do ensino e aprendizagem dos estudantes, os *THE Europe Teaching Rankings*, no qual a UMinho se destacou na posição 50 entre as universidades europeias.

Depois da sua estreia, em 2017, na lista dos *Quacquarelli Symonds (QS) World University Rankings*, onde surgiu entre as 700 melhores universidades mundiais na avaliação da QS, a UMinho repetiu em 2018 a presença no mesmo intervalo 651-700. Em complemento à avaliação global das instituições, a QS também classifica as instituições de ensino superior em 48 áreas específicas de ensino e investigação; a UMinho aparece entre as 500 melhores universidades a nível mundial em dessas oito áreas, destacando-se a Engenharia Civil (intervalo 151-200), a Ciência dos Materiais e a Engenharia Química (intervalo 201-250).

No conjunto dos principais rankings internacionais, o *U-Multirank* distingue-se pela utilização duma abordagem que assenta numa avaliação multidimensional do desempenho das instituições, que dispensa a elaboração duma lista final ordenada das melhores universidades. Na quinta edição do *U-Multirank*, cujos resultados foram publicados em 2018, a UMinho obteve em nove indicadores a nota máxima, destacando-se nas dimensões da investigação, internacionalização, envolvimento regional e, pela primeira vez, na transferência de conhecimento.

A UMinho conseguiu igualmente posições de relevo no *ranking* CTWS, da Universidade de Leiden, um dos mais prestigiados na avaliação da qualidade e do impacto da produção científica a nível mundial. O *Leiden Ranking* 2018 avaliou a produção científica de mais de 900 instituições mundiais de ensino superior, no período de 2013 a 2016, baseando-se exclusivamente em dados bibliográficos da base de dados *Web of Science*, da *Clarivate Analytics*. Nos quatro indicadores que avaliam o impacto da produção científica, independentemente da dimensão da instituição, a UMinho conseguiu dois segundos lugares e dois terceiros lugares entre as universidades portuguesas; entre os cinco indicadores que pontuam a colaboração científica, a UMinho ocupou, a nível nacional, o primeiro lugar nas publicações colaborativas com instituições oriundas das zonas mais distantes do globo e o segundo lugar nas publicações com coautorias de outras instituições.

Por sua vez, a lista de 2018 do *Scimago Institutions Rankings*, que avalia o desempenho na investigação, inovação e impacto social de mais de 3000 instituições de ensino superior em todo o mundo, inclui 25 instituições portuguesas no top 750. Na última edição, a Universidade do Minho ocupa a 472^a posição a nível global.

A Universidade do Minho aparece ainda referenciada em outros rankings internacionais que avaliam a produção científica e o seu impacto regional e internacional, como o *CWUR* (Emiratos), o *NTU* (Taiwan), o *URAP* (Turquia) ou o *Webometrics* (Espanha).

Justifica-se, finalmente, uma referência para a importância dos resultados obtidos pela UMinho nas duas últimas edições do *UI GreenMetric World University Rankings*, que avalia os índices de sustentabilidade ambiental das academias de todo o mundo. Depois de, em 2017, ter conseguido o melhor resultado de sempre de uma instituição portuguesa neste *ranking*, a UMinho obteve na edição de 2018 a 68^a posição mundial, surgindo novamente como a primeira no país, a quarta na Península Ibérica e a 33^a na Europa, decorrente do compromisso assumido com a criação duma estratégia assente na sustentabilidade, visando uma comunidade mais saudável, vibrante e participativa.

Em 2018, foi consolidado o processo de recolha, tratamento e submissão de dados para os seguintes rankings: *Times Higher Education World University Rankings*, *Academic Ranking of World Universities* (*ranking* de Shanghai), *U-Multirank*, *QS World University Rankings*, entre outros. Foi também promovida a segunda participação da UMinho no *UI GreenMetric World University Rankings*, que avalia o compromisso das instituições de ensino superior com o desenvolvimento de uma infra-estrutura "ecológica" e sustentável.

A evolução da UMinho nos principais *rankings* mundiais vem confirmar o seu lugar de destaque como instituição de ensino superior com prestígio internacional, em resultado da sua estratégia de afirmação nos domínios do ensino, da investigação, da inovação e da interação com a sociedade, resultado do envolvimento empenhado de toda a comunidade académica.

VII. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A qualidade institucional da Universidade, traduzida nos resultados da sua atividade nas diferentes dimensões da sua missão, é suportada pela assunção de princípios de ética académica, pela conformação legal, pelo rigor e pela transparência da gestão, bem como pela adequação dos procedimentos de administração.

Ao Conselho de Ética da Universidade compete desenhar e acompanhar políticas e práticas que defendam os princípios éticos e deontológicos que devem operar na investigação científica, no ensino, na interação com a sociedade e no funcionamento geral da Universidade. Este Conselho iniciou a sua atividade em 2018, após a eleição do seu presidente e dos seus membros. Para lá da atividade regular da avaliação e adequação dos projetos desenvolvidos na Universidade cabe destacar a realização de iniciativas orientadas para a promoção de práticas éticas no ensino e na investigação e na vida académica.

Como é assinalado no Plano de Ação 2017-2021, o desenvolvimento da qualidade institucional constitui um importante desafio para a Universidade, que se deve enfrentar através de “uma contínua melhoria das práticas das suas unidades de serviços, designadamente em relação à sua própria estrutura, aos seus modos de organização do trabalho e às formas de relação dentro da Instituição”. A progressiva digitalização dos processos de ensino e de aprendizagem, da candidatura e gestão dos projetos de investigação e inovação, do sistema interno de garantia de qualidade e dos procedimentos administrativos, tem tido um grande impacto no funcionamento da Universidade, acrescentando transparência e integridade a todos estes processos, contribuindo também para um registo mais perene e mais fiável da ação da Universidade e respondendo ainda a requisitos externamente colocados à Instituição.

Neste âmbito, a revisão do Sistema Interno de Garantia da Qualidade da UMinho (SIGAQ-UM), na perspetiva da submissão à A3ES da sua reacreditação para o período de 2019/24, constituiu um importante objetivo da atividade desenvolvida em 2018. O processo, que envolveu uma ampla participação da academia, foi iniciado em janeiro, tendo em vista a evolução do SIGAQ-UM para uma nova versão, com a qual se procura dar resposta aos novos referenciais estabelecidos pela A3ES (em alinhamento com os ESG 2015) e adotar uma abordagem capaz de mobilizar toda a comunidade académica para uma cultura da qualidade. Nos referenciais aplicáveis para este novo período, os sistemas internos da garantia da qualidade passam a ter que cobrir, além da vertente do Ensino, as da Investigação e a dos Serviços, de uma forma completa e abrangente.

Do trabalho realizado em torno do SIGAQ-UM, resultou: a simplificação de instrumentos com períodos e momentos de elaboração mais curtos e mais próximos, respetivamente, não perdendo, deste modo, a oportunidade de intervenção; a otimização do processo de sinalização de UC, podendo desencadear com maior agilidade o mecanismo das auditorias pedagógicas; a consolidação do fecho dos ciclos de qualidade em cada nível de intervenção e a utilização da informação gerada pelo sistema de forma mais eficiente como suporte efetivo à tomada estratégica de decisão por parte dos diversos órgãos da UMinho.

Em 2018, foram também introduzidas melhorias na versão 2013/18 do SIGAQ-UM incluindo: a aplicação dos instrumentos de avaliação em momentos mais próximos do funcionamento das UC; o encurtamento dos períodos disponíveis para a sua elaboração; o cumprimento dos prazos de aplicação estabelecidos sem possibilidade de prorrogação. Foi adotado de forma sistemática o processo de auditorias pedagógicas, de que resultou a abertura de 33 processos, dos quais nove ainda se encontravam em curso no final do ano.

No ano letivo de 2017/18 foram aplicados oito modelos de inquéritos *on-line* dirigidos a estudantes e docentes, para avaliar a organização e funcionamento das unidades curriculares, num exercício que abrangeu 3 698 UC e 214 cursos e conduziu à recolha de 87 397 respostas de estudantes de 1º ciclo e mestrado integrado, 15 683 respostas de estudantes de 2º ciclo, 986 respostas de estudantes de 3º ciclo e 5 559 respostas de docentes. A

taxa de resposta por parte dos estudantes dos três ciclos de estudo foi de 76%, sendo no caso dos docentes de 75%. Já nos inquéritos dirigidos aos estudantes dos 1º e 2º ciclos de estudos orientados para a avaliação do funcionamento dos cursos, foram obtidas 9 322 respostas de estudantes de 1º ciclo e mestrado integrado e 2 642 respostas de estudantes de 2º ciclo, correspondendo a uma taxa de resposta de 73%. Os resultados dos inquéritos, devidamente tratados e apresentados em diversos níveis de agregação foram dados a conhecer aos estudantes e a todos os docentes intervenientes no processo, bem como aos diversos níveis de gestão pedagógica.

Em 2017/18 foram elaborados 3 203 relatórios de unidade curricular (R-UC) e 171 relatórios de curso (R-C), sendo que 45 cursos beneficiaram da natureza facultativa da elaboração do R-C, atendendo a que se encontravam em processo de acreditação pela A3ES. O processo de elaboração dos relatórios-síntese de avaliação do ensino a nível de UO, relativos ao ano letivo de 2017/2018, foi iniciado em 3 de dezembro de 2018, envolvendo as 11 unidades orgânicas de ensino e investigação. Os centros de investigação elaboram em 2018 os respetivos relatórios anuais de autoavaliação, respeitantes às atividades desenvolvidas no ano anterior.

A UMinho tem assumido, na sua prática, a relevância dos processos de avaliação interna e externa para a promoção de uma cultura de permanente melhoria da qualidade. Em 2017, a A3ES lançou o processo de Avaliação Institucional, incidindo sobre a qualidade de desempenho das Instituições de Ensino Superior (IES) e de cada uma das suas unidades orgânicas, visando a melhoria da qualidade das IES, a prestação de informação fundamentada à sociedade sobre o desempenho das instituições e o desenvolvimento de uma cultura institucional interna de garantia da qualidade (cf. A3ES, 2017, Manual para o Processo de Avaliação Institucional no Ensino Superior, <http://www.a3es.pt>). O processo de avaliação institucional compreendeu as quatro fases comuns nos processos de garantia externa da qualidade: i) elaboração de um Relatório de Autoavaliação; ii) realização da visita de avaliação pela Comissão de Avaliação Externa (CAE); iii) elaboração pela CAE de um relatório preliminar de avaliação institucional, com eventual apresentação de contraditório pela Instituição e elaboração pela CAE do relatório final; iv) tomada de decisão por parte do Conselho de Administração da A3ES e divulgação do Relatório Final.

Assim, após a elaboração do relatório de autoavaliação, a UMinho recebeu, em junho de 2018, a visita da Comissão de Avaliação Externa (CAE), que no dia 27 reuniu com o Presidente do Conselho de Curadores, o Presidente do Conselho Geral e o Reitor da Universidade e, depois, com a Comissão de Autoavaliação nomeada aquando da preparação do Relatório de Autoavaliação Institucional (Despacho RT-19/2017, de 14 de março); no dia 28 de junho a CAE reuniu com os representantes dos conselhos pedagógicos e com os representantes dos estudantes das UO, dos três ciclos de estudo conducentes à atribuição de grau; finalmente, a 29 de junho a CAE encontrou-se com os representantes dos docentes das várias UO da UMinho e terminou a visita apresentando o relatório preliminar de avaliação institucional, em reunião com o Presidente do Conselho de Curadores, o Presidente do Conselho Geral e o Reitor. O resultado do processo será conhecido durante 2019.

A avaliação dos docentes, legalmente enquadrada pelo ECDU e internamente regulamentada pelo Despacho RT-58/2010 e pelo Despacho RT-65/2011 é um processo com grande potencial para o desenvolvimento institucional. A avaliação do desempenho dos docentes da Universidade do Minho relativo aos anos de 2004 a 2011 e ao início do processo de avaliação referente ao triénio 2012/2014 foi balizada pelo Despacho RT-68/2011, retificado pelo Despacho RT-3/2012. O Despacho RT-12/2018, de 11 de janeiro, procedeu à programação do processo de avaliação do desempenho dos docentes relativo ao triénio 2015-2017 e deu início ao planeamento do processo de avaliação referente ao triénio 2018-2020.

Concluído o processo de avaliação nas UO, no prazo previsto para este efeito, foram as avaliações submetidas ao Reitor para homologação. Dos 908 docentes de carreira que integram o corpo docente da UMinho, no triénio 2015/2017, foram avaliados 857 docentes (94,4%). Os resultados do processo de avaliação nos triénios 2012/2014 e 2015/2017 são apresentados na Tabela 32.

Tabela 31 – Resultados da avaliação docente em 2012/14 e 2015/2017

Avaliação Docente	triénio 2012/2014	triénio 2015/2017
N.º de avaliações efetuadas	868	857
N.º de menções de Excelente	524	641
N.º de menções de Relevante	210	145
N.º de menções de Regular	133	68
N.º de avaliações com Insuficiente	1	3

Durante o ano de 2018, foi dada sequência aos processos de revisão dos Regulamentos de Avaliação de Desempenho (RAD) da Escola de Ciências e da Escola de Medicina.

Ao nível dos processos académicos, foram desenvolvidas iniciativas de otimização no âmbito das atividades desenvolvidas pela Divisão Académica, nomeadamente nos concursos para a carreira docente e júris de provas académicas, preparando-se a exploração de um novo módulo informático que deverá entrar em ação no primeiro trimestre de 2019.

No âmbito da modernização administrativa, visando aumentar a eficiência das unidades de serviços através da otimização da afetação dos recursos humanos, financeiros e materiais, foi elaborada uma proposta de Regulamento Orgânica das Unidades de Serviços por forma a suportar a reestruturação das Unidades de Serviços durante o ano de 2019.

VIII. QUALIDADE DE VIDA NOS *CAMPI* E INFRAESTRUTURAS

Os espaços físicos da Universidade, nos seus mais de 50 edifícios e nas zonas envolventes, onde hoje circulam diariamente perto de 22 000 pessoas, representam um permanente desafio para a Instituição, que procura garantir que os espaços pedagógicos e laboratoriais, as residências e áreas de alimentação, as instalações dedicadas à atividade desportiva, os jardins e os parques correspondam às exigências de uma Instituição moderna e com atividade muito intensa. Melhorar a qualidade de vida e aumentar o bem-estar da comunidade são objetivos que a UMinho persegue em contínuo e que exigem um uso eficiente dos recursos financeiros, a valorização da sustentabilidade ambiental e energética, a construção de espaços inclusivos, a opção por formas de mobilidade suave, opções entendidas como fatores de desenvolvimento pessoal e social dos estudantes, dos professores e investigadores e dos trabalhadores técnicos, administrativos e de gestão.

Tendo presente a experiência do Centro de Estudos da Escola de Arquitetura no desenvolvimento de projetos para o *campus* de Azurém, foi o Centro convidado a desenvolver um estudo que abranja todo o espaço exterior do *campus*, propondo soluções que se articulem com outros projetos específicos que ali tenham sido ou estejam a ser promovidos. Esse estudo contemplará, entre outros, os seguintes vetores: a valorização de circuitos pedonais e espaços verdes, tornando o *campus* mais inclusivo e adequado a práticas coletivas; a definição de ciclovias e a instalação de respetivos parqueamentos; a criação de um eco circuito de manutenção; a valorização do parque de estacionamento junto à nova entrada na Rua de Francos, incluindo o alargamento do arruamento interno de acesso e a entrada desse parque, bem como a valorização da zona envolvente; a criação de um corredor de emergência para viaturas dos bombeiros com acesso à Biblioteca. A proposta deverá privilegiar o envolvimento de especialistas de outras unidades orgânicas e o cronograma identificará momentos chave em que se possa proceder à apresentação / discussão pública do estudo.

Foram também iniciadas diligências para contratar um estudo de desenvolvimento do polo de Gualtar, na perspetiva da sua transformação num *campus* mais equilibrado e atrativo do ponto de vista ambiental.

Em 2018 foi assegurada a participação da UMinho em eventos e redes de apresentação e discussão de casos de estudo e de boas práticas de planeamento e desenvolvimento de *campi* universitários, de que se destacam: a participação no 4th International Workshop on UI GreenMetric *Universities, Impacts and Sustainable Development Goals (SDGs)*, que teve lugar em Semarang, Indonésia, tendo a UMinho passado a integrar o Steering Committee da UI GreenMetric World University Rankings Network, que atribuiu à UMinho a organização da 9th International Workshop on UI GreenMetric – 2023; a participação no *Advisory Committee*, constituído por 18 representantes de 92 universidades dos 5 continentes, da ISCN – *The International Sustainable Campus Network*, um fórum global que visa apoiar as universidades no intercâmbio de informações, ideias e melhores práticas para alcançar uma gestão sustentável dos *campi* e integrar a sustentabilidade na investigação e no ensino; a participação da UMinho em eventos de apresentação e discussão de casos de estudo e boas práticas de sustentabilidade ambiental de que se destacam o *Smart Cities Tour 2018 - Sustentabilidade Económica e Financeira*, que teve lugar em Guimarães, e o FICIS 2018 - Fórum Internacional das Comunidades Inteligentes e Sustentáveis, realizado em Braga.

Em 2014 a UMinho subscreveu o Pacto Global das Nações Unidas, exprimindo o seu compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Daí decorre a necessidade de periodicamente apresentar uma “comunicação de comprometimento”, descrevendo as ações que tomou para apoiar o Pacto Global da ONU e os seus princípios, evidenciando e reforçando a sua função de promotor do desenvolvimento pessoal e social dos seus membros e do desenvolvimento social, económico e cultural da região e do país. Em outubro de 2018 foi submetida nova “comunicação de comprometimento”.

Ainda em 2018 foi reforçada a ligação entre a UMinho e o Laboratório da Paisagem, num amplo conjunto de domínios, designadamente a arquitetura, a biologia, a ecologia, a geografia e a hidráulica. Os órgãos sociais do Laboratório da Paisagem contam (www.labpaisagem.pt) com a participação de professores da UMinho no Conselho Diretivo, na Assembleia Geral e no Conselho Fiscal.

Na área da conservação e manutenção foram lançados cinco dezenas de procedimentos de contratação pública com um valor total adjudicado superior a quatro milhões de euros. Deste conjunto de procedimentos, um número significativo diz respeito à seleção e triagem de resíduos perigosos produzidos pela Universidade, à manutenção de sistemas de alarme e de deteção de incêndio em edifícios e à análise da qualidade de ar interior dos edifícios. A UMinho promoveu também a implementação de sistemas de iluminação mais eficientes, de sistemas de monitorização energética e de consumo de água nos edifícios dos *campi*, permitindo assim aferir em tempo real os respetivos perfis de consumo e atuando de forma mais eficaz no controlo e minimização de desvios.

A envolvente nascente do *campus* de Azurém, por obra da Câmara Municipal de Guimarães, foi profundamente modificada com a empreitada de reperfilamento da Rua de Francos, concluída em junho. Esta obra permitiu acrescentar uma nova e ampla entrada ao *campus*, incluiu uma ciclovia e compreendeu o arranjo do espaço exterior frontal do edifício do Bar Académico.

Em julho, um conjunto significativo de serviços instalados no Largo do Paço foi transferido para o Edifício 10 do *campus* de Gualtar, que foi objeto de uma profunda reformulação e requalificação. Nos espaços libertados passou a funcionar a Galeria do Paço. A partir de outubro, o Departamento de Geografia passou a ocupar as instalações definitivas no primeiro piso do edifício A1 do *campus* de Azurém, que nos meses anteriores foram objeto de uma empreitada de readequação e reabilitação. Colocou-se assim termo a uma situação crítica face à degradação do edifício até então ocupado pelo departamento.

Procurando fomentar a melhoria contínua das medidas de segurança e saúde e visando preparar a Instituição e a sua comunidade para responder a situações de emergência e prevenir acidentes de trabalho, foram promovidas auditorias internas no âmbito da segurança e saúde no trabalho, a realização de campanhas e rastreios gratuitos de saúde, bem como a organização de eventos e ações de divulgação da segurança e saúde no trabalho.

Merecem ainda destaque alguns eventos relacionados com a sustentabilidade e qualidade de vida, que incluíram concertos “fora de portas” e a iniciativa Hora do Planeta, visando reforçar a política de sustentabilidade da instituição e sensibilizar toda a comunidade académica para a ação face às alterações climáticas. A primeira edição do GreenFest em Braga – maior festival nacional de sustentabilidade, cujo tema era “Sustentabilidade 4.0 - A oportunidade dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no horizonte 2030”, contou com a presença do IB-S - Instituto da Ciência e Inovação para a Bio-Sustentabilidade, da TecMinho e da Escola de Arquitetura, com alunos do mestrado em Design de Produto e Serviços a conceberem espaços do evento.

IX. PROJETOS TRANSVERSAIS

O Plano de Atividades-2018 inclui iniciativas correspondentes a projetos institucionais transversais, com impacto nos múltiplos eixos de missão da Universidade.

Neste âmbito, cabe reafirmar a importância do fecho da nova arquitetura organizacional da Universidade, decorrente dos Estatutos publicados em 2017. Importa destacar, de novo, a entrada em funcionamento do Conselho de Presidentes de Unidades Orgânicas, que veio gerar novas condições para reforçar a centralidade das unidades orgânicas e potenciar a assunção coletiva dos valores essenciais da coesão e da solidariedade intrainstitucionais. Cabe vincar também o estabelecimento do Conselho de Ética da Universidade, que tem como missão apoiar a conceção e o acompanhamento de políticas e iniciativas promotoras dos princípios éticos e deontológicos nas áreas da investigação científica, do ensino, da interação com a sociedade, bem como no funcionamento geral da UMinho; o Conselho integra três subcomissões: Comissão de Ética para a Investigação em Ciências da Vida e da Saúde, Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas e Comissão de Ética para a Investigação em Ciências do Ambiente. Deve ser relevada, ainda, a conclusão da instalação do Instituto de Investigação em Biomateriais, Biodegradáveis e Biomiméticos - 3Bs, com a aprovação dos seus Estatutos e a subsequente entrada em funções dos seus órgãos e a definição dos quadros de recursos humanos necessários ao seu funcionamento.

Em 2017, como resultado de um concurso no âmbito dos projetos Widening Spreading of Excellence – Teaming, a Universidade do Minho tinha visto ser aprovado pela Comissão Europeia um projeto de criação de um grande centro de investigação de excelência europeu em medicina regenerativa e de precisão, com sede em Portugal e com coordenação da UMinho. O The Discoveries Centre (TDC) reúne cinco universidades nacionais – Minho, Porto, Aveiro, Lisboa, Nova de Lisboa – e a University College London (UCL, Reino Unido). A sede deste Instituto será instalada num novo edifício, a construir ligado ao que atualmente acolhe o I3Bs, constituindo-se assim um *hub* de investigação em engenharia de tecidos e medicina regenerativa. De forma a poder construir este novo edifício, que servirá de sede ao The Discoveries Centre e que não é financiado no âmbito do projeto TEAMING, a UMinho viu também aprovada a sua candidatura TERM Res Hub, apresentada ao roteiro nacional de infraestruturas científicas estratégicas. Dando sequência a todo este processo, em 2018 procedeu-se ao lançamento do concurso para a construção do novo edifício, denominado Instituto Cidade de Guimarães.

Mantendo a sua aposta em domínios científicos emergentes, a UMinho prosseguiu a sua aposta na ciência e tecnologia quântica, no contexto do QuantaLab, em parceria com o INL, o INESC TEC e o CEiiA. O QuantaLab é um *hub* da IBM Quantum Initiative e os seus investigadores, entre os quais docentes e investigadores do Centro de Investigação HasLab e do Centro de Física fazem parte do grupo muito restrito com acesso a um computador quântico. Neste contexto, é igualmente de assinalar o crescente número de publicações e de projetos com empresas para explorar o potencial desta tecnologia.

O Minho Advanced Computing Center (MACC) é protagonista da estratégia nacional de computação e da sua articulação a nível europeu, em estreita articulação com a FCT. O supercomputador cedido pela Universidade do Texas, encontra-se já em processo de instalação. Com o apoio do BSC – Barcelona Computing Center, o MACC apresentará, no curto prazo, uma candidatura à iniciativa EuroHPC, efetuada no âmbito de uma estratégia peninsular, acordada entre os ministros da Ciência de Portugal e Espanha, que também incluirá uma candidatura do BSC para localização e operação de uma máquina *pre-exascale*, partilhada por Espanha e Portugal. Neste contexto e do subsequente aprofundamento de rede ibérica de supercomputação, a UMinho terá uma grande

centralidade neste projeto europeu estratégico, considerado como decisivo para suportar e aproveitar os desafios da transformação digital em curso.

Numa outra área de atuação, a UMinho, ao longo de 2018 continuou a desenvolver a sua estratégia de *fundraising*, que permitiu a consolidação da atividade da Casa de Sarmento, em Guimarães, o desenvolvimento de projetos estratégicos do IB-S, a continuação do projeto de restauro do Convento de São Francisco, em Braga, e a instalação a criação do Centro de Medicina P5, como centro de medicina cuja prática assenta na proximidade, na predictividade, na participação, na personalização e na prevenção. Neste processo, a participação de *alumni* da UMinho tem sido particularmente relevante.

No que diz respeito ao património edificado da UMinho, foram desenvolvidas várias iniciativas no sentido de serem avaliadas soluções para unidades do parque edificado da Universidade, sobretudo na cidade de Braga, designadamente de edifícios que se encontram subaproveitados ou mesmo sem utilização, como é o caso dos edifícios da Rua D. Afonso Henriques, Rua de Nossa Senhora do Leite, Rua do Castelo, Avenida Central e Rua D. Pedro V.

O agravamento das condições de alojamento nas cidades de Braga e Guimarães vem requerendo que esta seja uma área da ação social a merecer particular atenção por parte da Instituição. Acresce àquele facto o de a Universidade receber, no quadro das parcerias que vai consolidando, um número crescente de estudantes e investigadores e professores estrangeiros, para quem soluções específicas de alojamento devem ser previstas. Ao longo de 2018, a Universidade, depois de proceder a um levantamento das suas necessidades e preparar projetos que lhes respondam esteve ativamente envolvida na busca de soluções, em parceria designadamente com as autarquias de Braga e Guimarães, iniciativas a que o desenvolvimento do Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior veio assegurar um novo enquadramento que se espera produtivo.

NOTA FINAL

O Relatório de Atividades da Universidade do Minho – 2108 representa uma instituição com uma atividade intensa e multifacetada e que, de forma consistente e expressiva, materializa a tripla missão de que a Universidade está investida – a educação, a investigação e a interação com a sociedade – e que, em simultâneo, valoriza o seu desenvolvimento institucional e o reforço da qualidade da vida nos *campi* e das suas infraestruturas.

A UMinho, em 2018, foi:

- uma Universidade com apostas bem sucedidas na sua oferta educativa de graduação e de pós-graduação, que é diversificada, como é revelado pelo largo número de áreas de formação que são contempladas, de qualidade, como atestam os resultados dos processos de avaliação externa dos cursos, e reconhecida, como é demonstrado não apenas pela procura de que os cursos são alvo, mas também pela receção dos graduados da UMinho no mercado de trabalho. Uma oferta educativa enriquecida por processos de monitorização dos percursos académicos dos estudantes, da formação pedagógica dos docentes e da atenção à qualidade das infraestruturas pedagógicas.
- uma Universidade que se continuou a afirmar como universidade de investigação, fazendo-o num quadro de colaborações internacionais muito intensas, revelando uma grande capacidade de obtenção de financiamento de projetos nos contextos nacional, europeu e internacional, atividade que se traduziu num contínuo crescimento dos seus resultados científicos, reconhecido seja nos *rankings* internacionais, seja no impacto internacional dos seus investigadores, alguns dos quais com posições de grande visibilidade à escala global.
- uma Universidade que continuamente atualizou a sua vocação para uma inscrição efetiva e produtiva no seu contexto, através de projetos na esfera social, económica e cultural que contribuíram de forma direta para o desenvolvimento dos territórios, das pessoas, das organizações e das instituições, utilizando os instrumentos disponibilizados pelo Estado e, procurando, em simultâneo, gerar enquadramentos e financiamentos próprios.
- uma Universidade que, no plano institucional, participou ativamente em fóruns internacionais de instituições de ensino superior, que promoveu mobilidade de estudantes, de docentes e investigadores, de trabalhadores técnicos, administrativos e de gestão e se envolveu em projetos de cooperação com IES estrangeiras.
- uma Universidade que, sabendo que a sua existência e o seu reconhecimento se justificam pela natureza dos contributos que for capaz de dar para a valorização das pessoas, dos territórios e do país e para o avanço do conhecimento científico, assumiu a importância de introduzir, em contínuo, melhorias na sua organização, reafirmando princípios de ética académica e velando pela sua interiorização, cuidando da integridade, coerência e adequada acessibilidade dos seus sistemas de informação e beneficiando o seu sistema de garantia de qualidade.
- uma Universidade que, porque essencialmente composta por pessoas, vela pelo bem-estar e pela qualidade de vida destas, cuidando do edificado e dos espaços exteriores, dando atenção à saúde e à segurança no trabalho, valorizando comportamentos ambientalmente sustentáveis, promovendo modos de vida mais saudáveis e inclusivos e disseminando na comunidade os valores do desenvolvimento sustentável.

Este ano de vida da UMinho, pleno de realizações, foi um ano também marcado pelas já tradicionais restrições financeiras e orçamentais que vêm afetando as instituições de ensino superior em Portugal, que dificultam a

adequada execução das ações planeadas e muitas vezes perturbam o funcionamento quotidiano das instituições. Ainda assim, 2018 foi um ano de expansão para a UMinho, que viu reafirmada a sua posição de relevo no sistema de ensino superior e de investigação português; e que, em paralelo, foi consolidando a sua posição no contexto internacional.

Em 2018, a UMinho prosseguiu a sua missão de educar mais e melhores cidadãos e profissionais, de contribuir ativamente para a produção de conhecimento científico novo e de promover o desenvolvimento social, económico e cultural de Portugal.

Conseguiu fazê-lo através do compromisso continuado dos seus professores e investigadores, dos seus trabalhadores técnicos, administrativos e de gestão e dos seus estudantes, que foi determinante para o sucesso da UMinho.

Rui Vieira de Castro

Reitor

ANEXOS

ANEXO I

Licenciaturas e mestrados integrados com oferta de vagas em 2018-19

UO	Licenciatura	Mestrado Integrado
EA	Design de Produto	Arquitetura
	Artes Visuais	
EC	Biologia Aplicada	
	Biologia-Geologia	
	Bioquímica	
	Ciências da Computação	
	Ciências do Ambiente	
	Estatística Aplicada	
	Física	
	Geologia	
	Matemática	
	Optometria e Ciências da Visão	
	Química	
EM		Medicina
ED	Direito	
	Direito - Pós-Laboral	
	Criminologia e Justiça Criminal	
EE	Design e Marketing de Moda	Engenharia Biológica
		Engenharia Biomédica
		Engenharia Civil
		Engenharia de Telecomunicações e Informática
		Engenharia Física
		Engenharia de Materiais
		Engenharia de Polímeros
		Engenharia e Gestão de Sistemas de Informação
		Engenharia e Gestão de Sistemas de Informação – Pós-Laboral
		Engenharia e Gestão Industrial
		Engenharia Eletrónica Industrial e Computadores
		Engenharia Informática
		Engenharia Mecânica
		Engenharia Têxtil
EEG	Administração Pública	
	Contabilidade - Pós-Laboral	
	Economia	
	Ciência Política	
	Gestão	
	Marketing - Pós-Laboral	
	Negócios Internacionais - Pós-Laboral	
	Relações Internacionais	
EP		Psicologia
ESE	Enfermagem	
ICS	Arqueologia	
	Ciências da Comunicação	
	Geografia e Planeamento	
	História	
	Proteção Civil e Gestão do Território	
	Sociologia	
IE	Educação - Pós-Laboral	
	Educação	

ILCH	Educação Básica	
	Estudos Culturais	
	Estudos Portugueses e Lusófonos	
	Filosofia	
	Línguas Aplicadas	
	Línguas e Culturas Orientais	
	Línguas e Literaturas Europeias	
	Música - Pós-Laboral	
	Teatro	

Mestrados e doutoramentos com oferta de vagas em 2018-19

UO	Mestrado	Doutoramento
EA	Design de Produto e Serviços	Arquitetura
EC	Biofísica e Bionanossistemas	
	Biologia Molecular, Biotecnologia e Bioempreendedorismo em Plantas	Biologia
	Bioquímica Aplicada	Biologia Molecular e Ambiental
	Ciências e Tecnologias do Ambiente	Cadeias de Produção Agrícola – da Mesa ao Campo
	Ecologia	Ciência, Tecnologia e Gestão do Mar
	Estatística	Física
	Física	Geologia – Geoconservação, Geologia Ambiental e Recursos Geológicos
	Genética Molecular	Matemática
	Geociências	Matemática Aplicada
	Matemática	Optometria e Ciências da Visão
	Matemática e Computação	Química
	Optometria Avançada	Química Aplicada
	Química Medicinal	
	Técnicas de Caracterização de Análise Química	
EM	Ciências da Saúde	Ciências da Saúde
		Envelhecimento e Doenças Crónicas
		Medicina
ED	Direito Administrativo	Ciências Jurídicas
	Direito da União Europeia	
	Direito das Crianças, Família e Sucessões	
	Direito dos Contratos e da Empresa	
	Direito dos Negócios, Europeu e Transnacional	

UO	Mestrado	Doutoramento
	Direito e Informática	
	Direito Judiciário (Direitos Processuais e Organização Judiciária)	
	Direito Tributário	
	Direitos Humanos	
EE	Análise Estrutural de Monumentos e Construções Históricas (Mestrado Europeu)	Bioengenharia
	Bioinformática	Biotecnologia Marinha e Aquacultura
	Biotecnologia	Ciência e Engenharia de Polímeros e Compósitos
	Construção e Reabilitação Sustentáveis	Ciência e Tecnologia Alimentar e Nutrição
	Design de Comunicação de Moda	Design de Moda
	Design e Marketing de Produto Têxtil, Vestuário e Acessórios	Engenharia Biomédica
	Engenharia de Redes e Serviços Telemáticos	Engenharia Civil
	Engenharia de Sistemas	Engenharia de Materiais
	Engenharia do Produto	
	Engenharia e Gestão da Qualidade	Engenharia de Tecidos, Medicina Regenerativa e Células Estaminais
	Engenharia Humana - Pós-Laboral	Engenharia Eletrónica e de Computadores
	Engenharia Industrial	Engenharia Industrial e de Sistemas
	Engenharia Informática	Engenharia Mecânica
	Engenharia Mecatrónica	Engenharia Química e Biológica
	Engenharia Urbana	Engenharia Têxtil
	Gestão de Projetos de Engenharia	Informática (MAP)
	Gestão Sustentável do Ciclo Urbano da Água	Informática
	Micro/Nano Tecnologias	Sistemas Avançados de Engenharia para a Indústria
	Química Têxtil - Pós-Laboral	Gestão e Tratamento de Resíduos
	Sistemas de Informação	Líderes para as Indústrias Tecnológicas
	Sustentabilidade do Ambiente Construído	Materiais e Processamento Avançado
	Tecnologia e Arte Digital	Otimização de Sistemas Industrial e de Serviços
	Tecnologia e Ciência Alimentar	Sustentabilidade do Ambiente Construído
		Tecnologias e Sistemas de Informação
		Telecomunicações
	Administração Pública	Ciência Política e Relações Internacionais

UO	Mestrado	Doutoramento
EEG	Ciência Política	Ciências da Administração
	Contabilidade	Ciências Empresariais
	Finanças	Economia
	Estudos de Gestão	Marketing e Estratégia
	Gestão das Unidades de Saúde	
	Gestão de Recursos Humanos	
	Marketing e Estratégia	
	Economia	
	Economia Industrial e da Empresa	
	Economia Monetária, Bancária e Financeira	
	Economia Social	
	Políticas Comunitárias e Cooperação Territorial	
	Negócios Internacionais	
	Relações Internacionais	
EP	Psicologia Aplicada	Psicologia Aplicada
	Temas de Psicologia de Educação	Psicologia Básica
ICS	Arqueologia	Arqueologia
	Ciências da Comunicação	Ciências da Comunicação
	Comunicação, Arte e Cultura	Geografia
	Crime, Diferença e Desigualdade	História
	Geografia	Sociologia
	História	Estudos Culturais
	Património Cultural	
	Sociologia	
IE	Ciências da Educação	Ciências da Educação
	Educação	Estudos da Criança
	Educação Especial	
	Educação Pré-Escolar	
	Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico	
	Ensino de Biologia e Geologia no 3º Ciclo no Ensino Básico e no Ensino Secundário	
	Ensino de Filosofia no Ensino Secundário	
	Ensino de Física e de Química no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário	

UO	Mestrado	Doutoramento
	Ensino de História no 3º Ciclo do Ensino Básico e Secundário	
	Ensino de Informática	
	Ensino de Matemática no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Secundário	
	Ensino de Música	
	Ensino de Português e de Língua Estrangeira no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário	
	Ensino de Português no 3º Ciclo do Ensino Básico e Secundário	
	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Matemática e Ciências Naturais no 2º Ciclo do Ensino Básico	
	Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Português e História e Geografia de Portugal no 2º Ciclo do Ensino Básico	
	Ensino do Inglês no 1º Ciclo do Ensino Básico	
	Estudos da Criança	
ILCH	Ciências da Linguagem	Ciências da Cultura
	Espanhol Língua Segunda e Língua Estrangeira	Ciências da Linguagem
	Estudos Interculturais Português/Chinês: Tradução, Formação e Comunicação Empresarial	Ciências da Literatura
	Estudos Luso-Alemães	Filosofia
	Humanidades digitais	
	Lexicografia (Mestrado Europeu)	Modernidades Comparadas
	Língua, Literatura e Cultura Inglesas	
	Português Língua Não Materna - Português Língua Estrangeira e Língua Segunda	
	Teoria da Literatura e Literaturas Lusófonas	
	Tradução e Comunicação Multilíngue	

Anexo II

Summer schools realizadas em 2018

Unidade Orgânica	Designação
Escola de Arquitetura, em cooperação com a Global Platform for Syrian Students	Summer School – Rebuilding Syria from within
Escola de Ciências	<ul style="list-style-type: none"> • VisSciUM -International Summer School • Estágios de Verão do LIP • Geoheritage management: conservation, promotion and monitoring
Escola de Direito	<ul style="list-style-type: none"> • Perspetiva Jurídica e Relações Internacionais • Summer ELSA Law School on New Challenges for EU Law
Escola de Economia e Gestão	<ul style="list-style-type: none"> • Panel Data Spatial Econometrics • Unpacking New Ways For The Migration/Refugee Challenge - Beyond Unsatisfying Practices And Rhetoric In The European Union
Escola de Engenharia	<ul style="list-style-type: none"> • Summer School on Quality and Organizational Excellence
Escola de Psicologia	<ul style="list-style-type: none"> • 6th Society for Psychotherapy Research European Chapter Methods Workshop for Early Career Researchers
Instituto de Ciências Sociais	<ul style="list-style-type: none"> • Surveillance technologies, Criminality, and Human Rights
Instituto de Investigação em Biomateriais, Biodegradáveis e Biomiméticos	<ul style="list-style-type: none"> • CHEM2NATURE: Enabling precision chemical methodologies applied to natural-based systems for the development of multifunctional biomedical devices” • Gene2Skin Summer School on “Biomaterials and molecular mechanisms in the context of Skin Regeneration”
Instituto de Letras e Ciências Humanas	<ul style="list-style-type: none"> • Summer-School in Political Philosophy and Public Policy

Anexo III

Cursos de Ensino a Distância aprovados em 2018

UO	Curso
EE	Formação Especializada em Introdução à Construção em Madeira
IE	Formação Especializada em Prevenção do Consumo de Tabaco
ILCH	Storytelling em Turismo Cultural

Cursos de Formação Especializada aprovados em 2018

UO	Curso
ED	Certificação Eletrónica do Estado – Dimensão Jurídica
EE	Certificação Eletrónica do Estado: Dimensão Informática
	Dados Abertos e Análise de Dados
	Dados e Infraestruturas
	Fundamentos e Arquiteturas em Governação Eletrónica
	Gestão de Projetos em Tecnologias de Informação
	Operacionalização de Serviços Públicos Digitais
	Planeamento Estratégico de EGOV
	Segurança da Informação
EM	Comprehensive Ultrasound Training Program – CUTP
ICS	Citizens Engagement with Public Issues using Digital Media
	E-participation, digital literacy and community empowerment
IE	Gerontologia Educativa

Anexo IV

Cursos com resultado de acreditação divulgado em 2018

Unidade Orgânica	Curso	Ciclo	Resultado	Processo
Escola de Arquitetura	Design de Produto	1.º	3 anos	PERA
Escola de Ciências	Optometria e Ciências da Visão	1.º	6 anos	ACEF
	Engenharia Física	MI	3 anos	PERA
	Biologia Molecular, Biotecnologia e Bioempreendedorismo em Plantas	2.º	4 anos	PERA
	Ciência, Tecnologia e Gestão do Mar (UA/UTAD/UPICBAS/UM)	3.º	6 anos	NCE
Escola de Medicina	Ciências da Saúde	2.º	6 anos	ACEF
Escola de Psicologia	Neuropsicologia Clínica e Experimental (UM/UC/UL)	2.º	6 anos	NCE
Instituto de Ciências Sociais	História	3.º	6 anos	NCE
	Geografia	3.º	6 anos	ACEF
	Comunicação de Ciência	2.º	6 anos	NCE
Instituto de Educação	Ensino de Música	2.º	3 anos	PERA
Instituto de Letras e Ciências Humanas	Ciências da Cultura	3.º	6 anos	ACEF
	Ciências da Linguagem	2.º	6 anos	ACEF
	Ciências da Linguagem	3.º	6 anos	ACEF
	Ciências da Literatura	3.º	6 anos	ACEF
	Estudos Portugueses e Lusófonos	2.º	6 anos	ACEF
	Humanidades Digitais	2.º	6 anos	NCE
	Música	1.º	1 ano c/condições	ACEF
	Modernidades Comparadas: Literaturas, Artes e Culturas	3.º	3 anos	PERA
	Teoria da Literatura e Literaturas Lusófonas	2.º	6 anos	ACEF

Nota: PERA – Processo extraordinário de regularização de acreditação; ACEF- Acreditação de cursos em funcionamento

Anexo V

Cursos submetidos para acreditação antes de 2018 e ainda pendentes

Unidade Orgânica	Curso	Nível	Tipo
Escola de Ciências	Cadeias de produção agrícola - da mesa ao campo (UTAD/UM)	3.º	ACEF/1617
	Física (MAP-FIS) (UP/UM/UA)	3.º	ACEF/1617
Escola de Engenharia	BioEngenharia	3.º	ACEF/1617
	Líderes para Indústrias Tecnológicas (UL/UM/UP)	3.º	ACEF/1617
	Programa Doutoral em Materiais e Processamento Avançados (UC/UL/UNL/UM/UP/UA/UBI)	3.º	ACEF/1617
	Programa Doutoral em Engenharia de Tecidos, Medicina Regenerativa e Células Estaminais	3.º	ACEF/1617
	Telecomunicações (UP/UM/UA)	3.º	ACEF/1617
Escola de Medicina	Ciências da Saúde	3.º	ACEF/1617
	Medicina	3.º	ACEF/1617
	Programa Interuniversitário de Doutoramento em Envelhecimento e Doenças Crónicas (UC/UNL/UM)	3.º	ACEF/1617
Instituto de Letras e Ciências Humanas	Teatro*	1.º	PERA/1617

* Nova submissão do processo até 1 de março 2019

Anexo VI

Cursos submetidos para acreditação em março de 2018

Unidade Orgânica	Curso	Ciclo	Processo
Escola de Arquitetura	Design de Produto	1.º	PERA
Escola de Economia e Gestão	Contabilidade	1.º	ACEF
	Gestão	1.º	ACEF
	Contabilidade	2.º	ACEF
	Economia	2.º	PERA
	Gestão	2.º	ACEF
	Gestão das Unidades de Saúde	2.º	ACEF
	Gestão de Recursos Humanos	2.º	ACEF
	Ciências Empresariais	3.º	ACEF
Escola de Engenharia	Engenharia Civil	MI	ACEF
	Engenharia Física	MI	PERA
	2.º Europeu em Análise Estrutural de Monumentos e Construções Históricas	2.º	ACEF
	Construção e Reabilitação Sustentável	2.º	ACEF
	Engenharia Urbana	2.º	ACEF
	Sustentabilidade do Ambiente Construído	2.º	ACEF
	Programa Doutoral em Engenharia Civil	3.º	ACEF
	Programa Doutoral em Gestão e Tratamento de Resíduos	3.º	PERA
	Sustentabilidade do Ambiente construído	3.º	ACEF
Instituto de Educação	Educação Básica	1.º	ACEF
Instituto de Letras e Ciências Humanas	Modernidades Comparadas: Literaturas, Artes e Culturas	3.º	PERA
Escola Superior de Enfermagem	Enfermagem da Pessoa em Situação Crítica	2.º	PERA
	Enfermagem (UTAD/UM)	2.º	PERA

Cursos submetidos para acreditação em outubro de 2018

Unidade Orgânica	Curso	Ciclo	Tipo
Escola de Arquitetura	Arquitetura	MI	ACEF
	Arquitetura	3.º	ACEF
Escola de Ciências	Ciências da Computação	1.º	ACEF
	Geociências	2.º	PERA
	Cadeias de produção agrícola - da mesa ao campo (UTAD/UM)	3.º	ACEF
	Optometria e Ciências da Visão	3.º	PERA
Escola de Direito	Direito	1.º	ACEF
	Direito Administrativo	2.º	ACEF
	Direito e Informática	2.º	ACEF
	Direito Tributário	2.º	ACEF
	Direito da União Europeia	2.º	ACEF
	Direito das Crianças, Família e Sucessões	2.º	ACEF
	Direito dos Contratos e da Empresa	2.º	ACEF
	Direito Judiciário (Direitos Processuais e Organização Judiciária)	2.º	ACEF
	Direitos Humanos	2.º	ACEF
	Direito dos Negócios Europeu e Transnacional	2.º	ACEF
	Ciências Jurídicas	3.º	ACEF
Escola de Economia e Gestão	Administração Pública	1.º	ACEF
	Ciência Política	1.º	ACEF
	Marketing	1.º	ACEF
	Relações Internacionais	1.º	ACEF
	Administração Pública	2.º	ACEF
	Ciência Política	2.º	ACEF
	Finanças	2.º	ACEF
	Marketing e Gestão Estratégica	2.º	ACEF
	Relações Internacionais	2.º	ACEF

Unidade Orgânica	Curso	Ciclo	Tipo
	Ciência Política e Relações Internacionais	3.º	ACEF
	Ciências da Administração	3.º	ACEF
	Marketing e Estratégia (UBI/UA/UM)	3.º	ACEF
Escola de Engenharia	Engenharia de Redes e Serviços Telemáticos	2.º	ACEF
	Engenharia de Sistemas	2.º	ACEF
	Engenharia Informática	2.º	ACEF
	Engenharia Mecatrónica	2.º	ACEF
	Sistemas de Informação	2.º	ACEF
	Engenharia Eletrónica e de Computadores	3.º	ACEF
	Informática	3.º	ACEF
	Informática (UA/UP/UM)	3.º	ACEF
	Sistemas Avançados de Engenharia para a Indústria	3.º	ACEF
	Tecnologia e Sistemas de Informação	3.º	ACEF
	Telecomunicações (UM/UP/UA)	3.º	ACEF
Escola de Medicina	Envelhecimento e doenças Crónicas (UC/UNL/UM)	3.º	ACEF
Escola de Psicologia	Psicologia Aplicada	2.º	ACEF
	Psicologia Aplicada	3.º	ACEF
	Psicologia Básica	3.º	ACEF
Instituto de Ciências Sociais	Arqueologia	1.º	ACEF
	Ciências da Comunicação	1.º	ACEF
	História	1.º	ACEF
	Arqueologia	2.º	ACEF
	Ciências da Comunicação	2.º	ACEF
	História	2.º	ACEF

Unidade Orgânica	Curso	Ciclo	Tipo
	Património Cultural	2.º	ACEF
	Arqueologia	3.º	ACEF
	Ciências da Comunicação	3.º	ACEF
	História	3.º	ACEF
Instituto de Letras e Ciências Humanas	Espanhol Língua Segunda e Língua Estrangeira	2.º	PERA
	Mestrado Europeu em Lexicografia	2.º	PERA
	Filosofia Política	2.º	PERA

Nota: PERA – Processo extraordinário de regularização de acreditação; ACEF- Acreditação de cursos em funcionamento

Anexo VII

Número de estudantes inscritos na Opção UMinho, por *campus* e semestre

Unidade Curricular	Gualtar			Azurém			Total
	1S	2S	Total	1S	2S	Total	
Ambiente e Energia		46	46				46
Análise de Dados com Software Estatístico: SPSS e R				34	35	69	69
Aritmética Geometria e Música				22		22	22
Bioética		54	54				54
Competências Sociais e Empregabilidade		44	44				44
Computação com R	44	41	85				85
Comunicação e Arte		28	28				28
Corpo, Género e Sexualidade		21	21				21
Desenvolvimento Humano e Envelhecimento	29		29				29
Design Inclusivo		15	15				15
Desporto e Saúde		64	64				64
Diversidade na Psicologia	79		79				79
Edifícios Verdes				20		20	20
Educação e Desenvolvimento Interpessoal em Contexto Universitário		27	27				27
Educação, Cidadania e Direitos Humanos	20		20				20
Elites e Poder	20		20				20
Ética: As Grandes Questões do Nosso Tempo		44	44				44
Fundamentos de Astronomia e Cosmologia	54		54		38	38	92
Fundamentos e Práticas de Primeiros Socorros		49	49				49
Gestão de Ativos					30	30	30
Gestão de Inventários	31		31				31
Gestão do Conhecimento e da Inovação					50	50	50
Informação e Direito				12		12	12

Informática para a Musicologia		5	5				5
Inglês Académico	34	44	78	40		40	118
Inovação na Gestão de Cidades		18	18	25		25	43
Introdução à Programação para Não Informáticos		17	17				17
Leitura e Escrita para a Produção de Conhecimento Académico	19	35	54		14	14	68
Liderança e Empreendedorismo		104	104	103		103	207
Língua e Cultura Galegas		11	11				11
Língua Estrangeira Nível 1 - Alemão		43	43	41		41	84
Língua Estrangeira Nível 1 - Espanhol	38		38				38
Língua Estrangeira Nível 1 - Francês		38	38				38
Logística	8		8				8
Matemática das Coisas	39	37	76				76
Ótica Aplicada para Fotografia Digital	54	57	111				111
Personalidade e Crime		110	110				110
Princípios de Economia		23	23				23
Princípios de Empreendedorismo		21	21				21
Segurança e Saúde do Trabalho		33	33	32		32	65
Substâncias que Mudaram o Mundo - Uma História da Humanidade	19		19				19
Sustentabilidade Ambiental, Social e Económica	9		9				9
Tribunais Internacionais		20	20				20
Total geral	497	1049	1546	329	167	496	2042

Anexo VIII

Números globais dos projetos e do financiamento em curso, por CI e outras unidades

Centro de Investigação	Projetos	Valor Aprovado
Centro Algoritmi	26	6.031.474,98 €
Centro de Biologia Funcional de Plantas	6	665.409,04 €
Centro de Biologia Molecular e Ambiental	38	7.913.876,80 €
Centro de Ciência e Tecnologia Têxtil	7	2.832.189,75 €
Centro de Ciências da Terra	2	169.813,18 €
Centro de Engenharia Biológica	67	17.438.695,67 €
Centro de Engenharia Mecânica e Sustentabilidade de Recursos	2	180.526,12 €
Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade	9	3.887.441,95 €
Centro de Estudos em Direito da União Europeia	1	27.750,00 €
Centro de Estudos em Ordenamento do Território	1	40.351,60 €
Centro de Estudos Humanísticos	3	730.943,22 €
Centro de Ética, Política e Sociedade	1	196.029,25 €
Centro de Física	41	6.005.229,49 €
Centro de Investigação e Tecnologias Agroambientais e Biológicas	2	35.400,00 €
Centro de Investigação em Ciência Política	1	569.104,00 €
Centro de Investigação em Educação	8	542.365,56 €
Centro de Investigação em Enfermagem	2	171.058,47 €
Centro de Investigação em Estudos da Criança	7	847.002,73 €
Centro de Investigação em Justiça e Governação	2	389.423,31 €
Centro de Investigação em Psicologia	24	5.428.236,47 €
Centro de Investigação em Software Confiável	5	668.210,06 €
Centro de Investigação Interdisciplinar em Direitos Humanos	3	123.393,25 €
Centro de Matemática	5	677.772,99 €
Centro de Química	13	1.754.119,07 €

Centro de Tecnologias Mecânicas e de Materiais	4	1.448.154,85 €
Centro de Território, Ambiente e Construção	9	1.424.886,05 €
Centro em Rede de Investigação em Antropologia	1	20.000,00 €
Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais	3	454.477,81 €
Centro Interdisciplinar em Tecnologias da Produção e Energia	1	212.240,00 €
Centro Microsistemas Eletromecânicos	30	7.764.993,66 €
Departamento de Estudos Curriculares e Tecnologia Educativa	1	33.200,00 €
Gabinete de Apoio ao Ensino	1	457.113,73 €
Grupo de Investigação 3B's	72	44.460.098,69 €
Institute for Sustainability and Innovation in Structural Engineering	31	6.874.522,95 €
Instituto de Ciência e Inovação para a Bio-Sustentabilidade (IB-S)	2	208.406,12 €
Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde	76	18.184.420,91 €
Instituto de Polímeros e Compósitos	21	10.039.159,97 €
Laboratório de Paisagens, Património e Território	6	655.716,83 €
Núcleo de Investigação em Políticas Económicas	9	1.194.837,51 €
Reitoria	1	150.000,00 €
Escola de Ciências (Presidência)	1	25.000,00 €
Escola de Engenharia (Presidência)	1	334.000,00 €
Administração	1	987.025,41 €
Serviços de Documentação	4	759.937,50 €
Serviços de Relações Internacionais	1	129.588,78 €
TOTAL	552	153.143.597,73 €



Universidade do Minho

Relatório de Gestão e Contas Individuais e Consolidadas 2018

Índice

1.	Introdução.....	11
2.	Enquadramento macroeconómico.....	12
2.1.	Enquadramento macroeconómico internacional.....	12
2.2.	Enquadramento macroeconómico nacional.....	12
3.	Missão e caracterização.....	13
3.1.	Enquadramento legal.....	13
3.2.	Estrutura organizacional.....	14
4.	Atividades desenvolvidas em 2018.....	16
5.	Recursos Humanos.....	19
6.	Análise orçamental e financeira individual.....	21
6.1.	Análise orçamental.....	21
6.1.1.	Principais aspetos orçamentais ocorridos no período de 2018.....	21
6.1.2.	Receita.....	22
6.1.3.	Despesa.....	26
6.1.4.	Principais indicadores orçamentais.....	28
6.2.	Análise económica e financeira.....	29
6.2.1.	Posição Financeira: Balanço.....	29
6.2.2.	Desempenho: Demonstração dos Resultados.....	32
6.2.3.	Estrutura dos Gastos.....	33
6.2.4.	Evolução dos Resultados.....	34
6.2.5.	Alterações na Posição Financeira: Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	35
6.2.6.	Principais Indicadores Económicos e Financeiros.....	36
7.	Obrigações fiscais.....	37
8.	Proposta de aplicação dos resultados individuais.....	37
9.	Análise orçamental e financeira consolidada.....	38
9.1.	Análise orçamental.....	38
9.1.1.	Recebimentos e Pagamentos Consolidados.....	38
9.1.2.	Direitos e Obrigações Consolidados.....	39
9.1.3.	Principais Indicadores Orçamentais Consolidados.....	41
9.2.	Análise Económica e Financeira Consolidada.....	42
9.2.1.	Posição Financeira: Balanço Consolidado.....	42
9.2.2.	Desempenho: Demonstração dos Resultados Consolidados.....	44
9.2.3.	Alterações na Posição Financeira: Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada.....	46
9.2.4.	Principais Indicadores Económicos e Financeiros.....	47
10.	Outros assuntos relevantes.....	48
11.	Proposta de aplicação dos resultados consolidados.....	48
12.	Demonstrações.....	49
12.1.	Demonstrações Individuais.....	50
12.1.1.	Demonstrações Orçamentais Individuais.....	50
12.1.2.	Demonstrações Financeiras Individuais.....	81

12.1.3.	Relatório e Parecer do Fiscal Único sobre as Demonstrações Individuais	134
12.1.4.	Certificação Legal de Contas das Demonstrações Individuais	136
12.2.	Demonstrações Consolidadas	140
12.2.1.	Demonstrações Orçamentais Consolidadas	140
12.2.2.	Demonstrações Financeiras Consolidadas	144
12.2.3.	Relatório e Parecer do Fiscal Único sobre as Demonstrações Consolidadas.....	201
12.2.4.	Certificação Legal de Contas das Demonstrações Consolidadas	202
13.	Declaração de Inexistência de Pagamentos em Atraso a 31 de dezembro de 2018, n.º 1 e 3 do art.º 15, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro	206

Índice de tabelas

Tabela 1 – Efetivos por Grupo de Pessoal e por UO	20
<i>Tabela 2 – Execução do Orçamento UMinho, por Classificação Económica.....</i>	<i>21</i>
<i>Tabela 3 – Resumo da Execução Orçamental da Receita.....</i>	<i>23</i>
<i>Tabela 4 – Estrutura da Receita Orçamental</i>	<i>24</i>
<i>Tabela 5 – Estrutura da Despesa Orçamental.....</i>	<i>26</i>
<i>Tabela 6 – Evolução da Despesa Orçamental.....</i>	<i>26</i>
<i>Tabela 7 – Desagregação das despesas com pessoal.....</i>	<i>28</i>
<i>Tabela 8 – Indicadores Orçamentais.....</i>	<i>29</i>
<i>Tabela 9 – Estrutura do Ativo.....</i>	<i>30</i>
<i>Tabela 10 – Estrutura de dívidas de terceiros a curto prazo.....</i>	<i>30</i>
<i>Tabela 11 – Estrutura de Dívidas de Utentes.....</i>	<i>30</i>
<i>Tabela 12 – Estrutura do Ativo Fixo Tangível</i>	<i>31</i>
<i>Tabela 13 – Estrutura do Património Líquido.....</i>	<i>31</i>
<i>Tabela 14 – Estrutura do Passivo.....</i>	<i>31</i>
<i>Tabela 15 – Estrutura do Resultado</i>	<i>32</i>
<i>Tabela 16 – Estrutura de Rendimentos</i>	<i>33</i>
<i>Tabela 17 – Estrutura de Gastos.....</i>	<i>34</i>
<i>Tabela 18 – Evolução dos Resultados</i>	<i>34</i>
<i>Tabela 19 – Estrutura de Recebimentos e Pagamentos.....</i>	<i>35</i>
<i>Tabela 20 – Desagregação dos Recebimentos Consolidados</i>	<i>38</i>
Tabela 21 – Desagregação dos Pagamentos Consolidados	39
Tabela 22 – Desagregação dos Direitos Consolidados	40
Tabela 23 – Desagregação das Obrigações Consolidadas.....	41
Tabela 24 – Indicadores Orçamentais	42
Tabela 25 – Estrutura do Ativo Consolidado	42
Tabela 26 – Estrutura do Património Líquido Consolidado.....	43
Tabela 27 – Estrutura do Passivo Consolidado	43
Tabela 28 – Estrutura do Resultado Consolidado.....	44
Tabela 29 – Estrutura dos Rendimentos Consolidados	45
Tabela 30 – Estrutura de Gastos Consolidados.....	46
Tabela 31 – Estrutura de Recebimentos e Pagamentos Consolidados.....	46
Tabela 32 – Divulgação Transitória	85
Tabela 33 – Desagregação de caixa e depósitos, em euros	88
Tabela 34 – Vida Útil do Ativo Fixo Tangível.....	91
Tabela 35 – Vida Útil das Propriedades de Investimento.....	92
Tabela 36 – Vida Útil do Ativo Intangível.....	92
<i>Tabela 37 – Impacto da Alteração da Vida Útil nos Edifícios, em euros.....</i>	<i>97</i>
Tabela 38 – Ativos Intangíveis – Variação das Amortizações e Perdas por Imparidade Acumuladas.....	99
Tabela 39 – Ativos Intangíveis – Quantia Escriturada e Variações do Período	99
Tabela 40 – Ativos Intangíveis – Adições	100

Tabela 41 – Bens Abatidos, em euros.....	101
Tabela 42 – Ativo Fixo Tangível em Curso, em euros.....	101
Tabela 43 – Ativos Fixos Tangíveis – Variação das Depreciações e Perdas por Imparidade Acumuladas.....	102
Tabela 44 – Ativos Fixos Tangíveis – Quantia Escriturada e Variações do Período	103
Tabela 45 – Ativos Fixos Tangíveis – Adições	104
Tabela 46 – Ativos Fixos Tangíveis – Diminuições	105
Tabela 47 – Ativos Fixos Tangíveis Totalmente Depreciados ainda em uso.....	106
Tabela 48 – Locações Operacionais – Locatário.....	106
Tabela 49 – Descrição dos Contratos de Locação Operacional Significativos.....	106
Tabela 50 – Propriedades de Investimento – Variações das Depreciações e Perdas por Imparidade Acumuladas.....	108
Tabela 51 – Propriedades de Investimento – Quantia Escriturada e Movimentos do Período	108
Tabela 52 – Propriedades de Investimento – Adições	109
Tabela 53 – VPT das Propriedades de Investimento	109
Tabela 54 – Rendimentos de Transações com Contraprestação	110
Tabela 55 – Rendimentos de Transações Sem Contraprestação	111
Tabela 56 – Subsídios ao Investimento	112
Tabela 57 – Subsídios à Exploração.....	113
Tabela 58 – Provisões	115
Tabela 59 – Discriminação das Provisões	115
Tabela 60 – Passivos Contingentes.....	117
Tabela 61 – Investimentos Financeiros, em euros	120
Tabela 62 – Detalhe dos Investimentos Financeiros, em euros	120
Tabela 63 – Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis, em euros.....	121
Tabela 64 – Dívidas de Terceiros a curto prazo (clientes e utentes), em euros	121
Tabela 65 – Imparidades de clientes, contribuintes e utentes	122
Tabela 66 – Estado e outros entes públicos, em euros.....	122
Tabela 67 – Dívidas de Terceiros a curto prazo (outras contas a receber), em euros.....	123
Tabela 68 – Fornecedores, em euros	123
Tabela 69 – Outras contas a pagar, em euros.....	123
Tabela 70 – Instrumentos do Património Líquido, em euros	124
Tabela 71 – Garantias Não Pecuniárias, em euros	124
Tabela 72 – Benefícios dos Empregados.....	125
Tabela 73 – Listagem de Entidades Controladas	125
Tabela 74 – Listagem de Entidades Associadas	126
Tabela 75 – Listagem de Outras Entidades Relacionadas	126
Tabela 76 – Listagem de serviços e fundos autónomos	126
Tabela 77 – Transações entre Partes Relacionadas.....	127
Tabela 78 – Remunerações auferidas por Pessoas Chave da Gestão.....	127
Tabela 79 – Investimentos Financeiros	128
Tabela 80 – Fornecimento e Serviços Externos, em euros	129
Tabela 81 – Seguros – Edifícios.....	129

Tabela 82 – Seguros – Equipamentos.....	130
Tabela 83 – Seguros – Bolseiros.....	130
Tabela 84 – Seguros – Parques.....	130
Tabela 85 – Seguros – Responsabilidade Civil.....	130
Tabela 86 – Seguros – Acidentes de Trabalho.....	131
Tabela 87 – Seguros – Bolseiros.....	131
Tabela 88 – Seguros – Viaturas.....	131
Tabela 89 – Seguros – Detalhe Viaturas.....	131
Tabela 90 – Diferimentos, em euros.....	131
Tabela 91 – Transferências e Subsídios Concedidos, em euros.....	132
Tabela 92 – Juros e gastos similares suportados, em euros.....	132
Tabela 93 – Desagregação de caixa e depósitos, em euros.....	150
Tabela 94 – Vida Útil do Ativo Fixo Tangível.....	153
Tabela 95 – Vida Útil das Propriedades de Investimento.....	154
Tabela 96 – Vida Útil do Ativo Intangível.....	154
Tabela 97 – Impacto da Alteração da Vida Útil nos Edifícios da Entidade Mãe, em euros.....	159
Tabela 98 – Ativos Intangíveis – Variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas.....	161
Tabela 99 – Ativos Intangíveis – Quantia Escriturada e Variações do Período.....	161
Tabela 100 – Ativos Intangíveis – Adições.....	162
Tabela 101 – Ativos Fixos Tangíveis – Variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.....	164
Tabela 102 – Ativos Fixos Tangíveis – Quantia Escriturada e Variações do Período.....	165
Tabela 103 – Ativos Fixos Tangíveis – Adições.....	166
Tabela 104 – Ativos Fixos Tangíveis – Diminuições.....	167
Tabela 105 – Ativos Fixos Tangíveis – Variação do Excedente de Revalorização.....	168
Tabela 106 – Locações.....	169
Tabela 107 – Descrição dos Contratos de Locação Operacional Significativos.....	169
Tabela 108 – Propriedades de Investimento – Variação das Depreciações e Perdas por Imparidade Acumuladas.....	170
Tabela 109 – Propriedades de Investimento – Quantia Escriturada e Movimentos do Período.....	170
Tabela 110 – Propriedades de Investimento – Adições.....	171
Tabela 111 – Inventários.....	171
Tabela 112 – Movimentos do Período.....	172
Tabela 113 – Rendimentos de Transações com Contraprestação.....	172
Tabela 114 – Rendimentos de Transações sem Contraprestação.....	172
Tabela 115 – Subsídios ao Investimento.....	173
Tabela 116 – Subsídios à exploração.....	174
Tabela 117 – Provisões.....	175
Tabela 118 – Discriminação das Provisões.....	176
Tabela 119 – Passivos Contingentes.....	178
Tabela 120 – Investimentos Financeiros, em euros.....	181
Tabela 121 – Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis, em euros.....	181
Tabela 122 – Dividas de Terceiros a curto prazo (clientes e utentes), em euros.....	181

Tabela 123 – Imparidades de clientes e utentes, em euros	182
Tabela 124 – Estado e Outros Entes Públicos, em euros	182
Tabela 125 – Outras contas a receber, em euros	182
Tabela 126 – Fornecedores, em euros	182
Tabela 127 – Instrumentos do Património Líquido, em euros	183
Tabela 128 – Garantias Não Pecuniárias, em euros	184
Tabela 129 – Benefícios aos Empregados	185
Tabela 130 – Listagem de Entidades Controladas	185
Tabela 131 – Listagem de Entidades Associadas	185
Tabela 132 – Listagem de Outras entidades relacionadas	185
Tabela 133 – Listagem de Serviços e Fundos Autónomos	186
Tabela 134 – Transações entre Partes Relacionadas	186
Tabela 135 – Perímetro de Consolidação	191
Tabela 136 – Interesses não controlados pelo Grupo Público UMinho	192
Tabela 137 – Resumo da Posição Financeira das Entidades Controladas	195
Tabela 138 – Resumo do Desempenho Económico das Entidades Controladas	196
Tabela 139 – Entidades Associadas	197
Tabela 140 – Resumo da Informação Financeira das Associadas	197
Tabela 141 – Percentagem de Interesse em Outras Entidades	198
Tabela 142 – Gastos a reconhecer, em euros	199
Tabela 143 – Fiscal Único	200

Índice de figuras

Figura 1 – Organograma da UMinho	15
Figura 2 – Efetivos por Grupo de Pessoal e por UO	19
Figura 3 – Estrutura da Receita Arrecadada	25
Figura 4 – Estrutura da Despesa Paga	27
Figura 5 – Estrutura de Rendimentos	33
Figura 6 – Estrutura de Gastos	34
Figura 7 – Estrutura dos Resultados.....	35
Figura 8 – Classificação Orgânica da UMinho em 2018.....	86
Figura 9 – Grupo Público UMinho (Anexo Orçamental Consolidado).....	142
Figura 10 – Grupo Público UMinho (Anexo Financeiro Consolidado)	149

Lista de abreviaturas e acrónimos

A3ES	Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior
ADB	Arquivo Distrital de Braga
AICEP	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
ANI	Agência Nacional de Inovação
CAB	Comissão de Avaliação Bipartida
CGA	Caixa Geral de Aposentações
CMG	Câmara Municipal de Guimarães
CTES	Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
DR	Diário da República
EA	Escola de Arquitetura
EBITDA	Resultado Antes de Depreciação e Gastos de Financiamentos
EC	Escola de Ciências
ED	Escola de Direito
EEG	Escola de Economia e Gestão
EE	Escola Engenharia
EM	Escola de Medicina
EP	Escola de Psicologia
ESSE	Escola Superior de Enfermagem
ETI	Equivalente a Tempo Integral
EUA	Estados Unidos da América
FCT	Fundação para a Ciência e Tecnologia
I&D	Investigação e Desenvolvimento
IBS	Inovação para Bio-Sustentabilidade
ICS	Instituto de Ciências Sociais
IE	Instituto de Educação
IES	Instituições de Ensino Superior
ILCH	Instituto de Letras e Ciências Humanas
INL	Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia
IRS	Imposto sobre Rendimento de Pessoas Singulares
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
LEO	Lei de Enquadramento Orçamental
LOE	Lei do Orçamento do Estado
MEP	Método da Equivalência Patrimonial
OE	Orçamento do Estado
p.p.	Pontos Percentuais
PIB	Produto Interno Bruto
PREVPAP	Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública
PTAG	Pessoal Técnico, Administrativo e de Gestão
RJIES	Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior
RG	Receitas Gerais
RP	Receitas Próprias
RT	Reitor
SNC-AP	Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas
SS	Segurança Social
UC	Unidade Curricular

UE	União Europeia
UMinho	Universidade do Minho
UD	Unidade Diferenciada
UO	Unidade Orgânica
UOEI	Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação
UOI	Unidades Orgânicas de Investigação
US	Unidades de Serviços

1. Introdução

Em 2018, a Universidade do Minho (UMinho) iniciou a implementação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) que permite dotar as instituições públicas de um sistema orçamental e financeiro mais eficiente e convergente com os sistemas que vêm sendo adotados a nível internacional.

Dando cumprimento à legislação em vigor, a UMinho elaborou o seu Relatório de Gestão relativo às contas individuais e consolidadas, procurando produzir elementos e informação suficiente para que o Conselho de Gestão e demais órgãos internos, bem como os diferentes utilizadores externos, possam avaliar com clareza e objetividade a atividade desenvolvida pela UMinho no ano de 2018.

O presente Relatório de Gestão descreve as principais atividades desenvolvidas pela Universidade e analisa o seu desempenho em termos económico-financeiros. Este documento é complementado pelo Relatório de Atividades da Universidade, onde são apresentadas as iniciativas desenvolvidas em 2018, bem como o seu enquadramento no programa de ação em curso.

Assim, o Relatório está focado na justificação e análise comparada da informação financeira contida nos mapas de prestação de contas para o Setor Público, nomeadamente o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações no Património Líquido, o Anexo às Demonstrações Financeiras e às Demonstrações Orçamentais.

A prestação de contas de 2018 reflete o cumprimento do princípio contabilístico do regime do acréscimo, nomeadamente, no que respeita aos rendimentos de propinas, de subsídios/transferências destinadas à aquisição de bens depreciables, encargos com férias e subsídios de férias e valores a receber e a reconhecer como rendimentos dos contratos aprovados para financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento (I&D).

Informa-se ainda que as demonstrações financeiras constantes das contas individuais a que se reporta este Relatório, foram objeto de fiscalização e certificação legal.

Dado que não existem outros factos relevantes, o conteúdo da informação aqui disponibilizado corresponde ao Relatório de Gestão Individual e Consolidado para o período de 2018, do qual se fará plena divulgação, após aprovação pelos órgãos competentes, procedendo-se à sua publicação.

2. Enquadramento macroeconómico¹

2.1. Enquadramento macroeconómico internacional

Segundo o artigo *World Economic Outlook – update – January 2019* produzido pelo Fundo Monetário Internacional, em 2018 a economia mundial cresceu 3,7%. Contudo, constata-se que este crescimento foi inferior ao verificado em 2017.

Importa ainda salientar que este abrandamento se verificou, essencialmente, no terceiro trimestre do ano de 2018, devido aos seguintes fatores: a nova política de emissão de carbono na Alemanha; desastres naturais no Japão, bem como, a instabilidade nas relações políticas e económicas entre os Estados Unidos da América e a China.

Note-se que as medidas entretanto aplicadas cobrem uma parte pouco significativa do comércio mundial e que os efeitos na confiança dos agentes económicos foram contidos.

Em 2018, o crescimento dos países desenvolvidos foi de 2,3%. Na Zona Euro, verificou-se um crescimento de 1,8%, com a Alemanha e a França a registarem um crescimento de 1,5%, a Itália de 1,0%, a Espanha de 2,5% e o Reino Unido de 1,4%.

Nas economias emergentes verificou-se um crescimento de 4,6%, com especial destaque para o crescimento registado na Índia (7,3%) e na China (6,6%).

O comércio mundial cresceu 4,4% em 2018, quando em 2017 tinha crescido 5,2%. Segundo o *Boletim Económico do Banco de Portugal, de março de 2019*, este abrandamento ocorreu num contexto de desaceleração da atividade industrial, marcado por uma elevada incerteza quanto às políticas comerciais.

Relativamente ao mercado financeiro, verificou-se uma diminuição no otimismo dos investidores, devido à incerteza e tensão entre alguns países, bem como, ao abrandamento da economia mundial verificado.

2.2. Enquadramento macroeconómico nacional

No ano 2018, a economia Portuguesa manteve a tendência de crescimento verificada no ano anterior, tendo abrandado o ritmo de crescimento do Produto Interno Bruto em 0,7 p.p. (crescimento de 2,1% em 2018 face a 2,8% em 2017).

Segundo o *Boletim Económico do Banco de Portugal, de março de 2019*, verificou-se um crescimento do consumo privado em 2,5% (aumento de 0,2 p.p. face ao ano anterior). De salientar que o aumento do consumo privado resulta da evolução do rendimento disponível real, resultante, essencialmente, da evolução positiva dos salários, do aumento do salário mínimo e do aumento do emprego.

O consumo público registou também um aumento, que rondou os 0,8%, associado ao aumento do emprego público.

Em 2018, houve um aumento do número de empregados e, consequentemente, uma diminuição da taxa de desemprego. Contudo, o aumento do número de empregados cresceu a um ritmo inferior ao verificado nos anos anteriores (2,3% em 2018 face a 3,3% em 2017). No futuro próximo, as projeções realizadas indicam uma desaceleração do crescimento do indicador.

Os principais riscos para a economia nacional estão associados a um enquadramento internacional desfavorável. Em 2018, verifica-se um aumento de políticas protecionistas na Europa e no resto do mundo, dificultando a realização de transações entre diferentes economias e um abrandamento do comércio internacional. Estas políticas podem também, a nível internacional, resultar num aumento das tensões entre vários países.

No quadro das Instituições de Ensino Superior, é de referir a crescente necessidade de arrecadação de receitas próprias, por forma a desenvolver as atividades num quadro internacional competitivo e num contexto cada vez mais expresso de subfinanciamento do Orçamento do Estado.

¹ Fontes: Relatório do Conselho de Finanças Públicas, março de 2019; Artigo do Fundo Monetário Internacional - "World Economic Outlook Update", 2019; Boletim Económico do Banco de Portugal, dezembro de 2018.

3. Missão e caracterização²

“A UMinho tem como missão gerar, difundir e aplicar conhecimento, assente na liberdade de pensamento e na pluralidade dos exercícios críticos, promovendo a educação superior e contribuindo para a construção de um modelo de sociedade baseado em princípios humanistas, que tenha o saber, a criatividade e a inovação como fatores de crescimento, desenvolvimento sustentável, bem-estar e solidariedade” (Estatutos da UMinho, art.º. 2º).

O cumprimento da missão é realizado num quadro de referência internacional, com base na centralidade da investigação e da sua estreita articulação com o ensino, mediante a prossecução dos seguintes objetivos:

- a) a formação humana ao mais alto nível, nas suas dimensões ética, cultural, científica, artística, técnica e profissional, através de uma oferta educativa diversificada, da criação de um ambiente educativo adequado, da valorização da atividade dos seus docentes, investigadores e pessoal técnico, administrativo e de gestão, e da educação pessoal, social, intelectual e profissional dos seus estudantes, contribuindo para a formação ao longo da vida e para o exercício de uma cidadania ativa e responsável;
- b) a realização de investigação e a participação em instituições e eventos científicos, promovendo a busca permanente da excelência, a criatividade como fonte de propostas e soluções inovadoras e diferenciadoras, bem como, a procura de respostas aos grandes desafios da sociedade;
- c) a transferência, o intercâmbio e a valorização dos conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos, através do desenvolvimento de soluções aplicacionais, da prestação de serviços à comunidade, da realização de ações de formação contínua e do apoio ao desenvolvimento, numa base de valorização recíproca e de promoção do empreendedorismo;
- d) a promoção de atividades que possibilitem o acesso e a fruição de bens culturais por todas as pessoas e grupos, internos e externos à Universidade;
- e) o intercâmbio cultural, científico e técnico com instituições e organismos nacionais e estrangeiros, através da mobilidade de estudantes, docentes e pessoal não docente e não investigador, do desenvolvimento de programas educacionais e da investigação com base em parcerias, da contribuição para a cooperação internacional, com especial destaque para os países europeus e de língua oficial portuguesa, e da construção de um ambiente multilinguístico na Universidade;
- f) a interação com a sociedade, através de contribuições para a compreensão pública da cultura, da análise e da apresentação de soluções para os principais problemas do quotidiano, e de parcerias para o desenvolvimento social e económico, nos contextos regional, nacional ou internacional;
- g) a contribuição para o desenvolvimento social e económico da região em que se insere e para o conhecimento, defesa e divulgação do seu património natural e cultural;
- h) a promoção da sua sustentabilidade institucional e da sua competitividade no espaço global.

3.1. Enquadramento legal

A UMinho é uma instituição de ensino superior público criada pelo Decreto-Lei n.º 402/73, de 11 de agosto e que recebeu os primeiros estudantes no ano letivo de 1975/1976. Tem sede na cidade de Braga, Largo do Paço, dispondo de pólos universitários nas cidades de Braga e Guimarães. A UMinho tem autonomia administrativa e financeira e o seu modelo organizacional assenta numa base matricial que potencia a realização da sua missão e objetivos, salvaguardando a eficiência na utilização dos seus recursos.

A classificação orgânica da UMinho, em 2018, é a 09 0 03 36 0.

No âmbito da autonomia estatutária prevista na Lei n.º 108/88, de 24 de setembro, a UMinho elaborou e aprovou os seus Estatutos, que foram homologados pelo Despacho Normativo n.º 80/89, de 7 de agosto, do Ministério da Educação, publicado no Diário da República (DR), Série I, n.º 198, de 29 de agosto.

Os Estatutos foram objeto de diversas alterações, aprovadas pela Assembleia da Universidade, homologados por despachos normativos publicados nos DR n.º 269/1995 (26 de dezembro), n.º 41/1998 (19 de fevereiro) e n.º 119/2000 (23 de maio). Em 2005 verificou-se a integração na UMinho da Escola Superior de Enfermagem de Calouste Gulbenkian, publicada no DR n.º 40/2005, de 25 de fevereiro.

A Lei n.º 62/2007 de 10 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), definiu um novo enquadramento jurídico para as instituições de ensino superior, revogando a Lei n.º 108/88, de 24 de setembro. Neste contexto, os presentes Estatutos, tendo em conta a experiência acumulada e a realidade da

² Fonte: Estatutos da UMinho

Instituição, enquadram-se no novo modelo de Universidade adequado aos desafios do espaço europeu, do ensino superior e da investigação.

Este modelo considera a necessidade de reforçar a articulação entre a orientação estratégica da Universidade e as suas políticas, desenvolvidas pelos órgãos de governo previstos no RJES, e a orientação estratégica das suas Unidades, no âmbito das respetivas autonomias.

Os estatutos, homologados por despacho de 14 de novembro de 2008, do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, ao abrigo do disposto no artigo 69.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, e publicados em DR, Série II, n.º 236, de 5 de dezembro de 2008, consagram a UMinho como pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia estatutária, científica, pedagógica, cultural, administrativa, patrimonial, financeira e disciplinar.

A implementação do novo quadro estatutário da UMinho obrigou a uma redefinição e reestruturação orgânica das suas unidades de serviços, o que foi realizado em duas etapas.

Segundo o disposto no artigo 106.º dos Estatutos, a Universidade passou a ser dotada de um Administrador, tendo sido necessário proceder a um conjunto de alterações destinadas a contemplar a sua qualificação como dirigente e respetivas competências. Assim, introduziram-se transformações no Regulamento Orgânico das Unidades de Serviços pelo despacho n.º 26347/2009, de 16 de novembro, publicado em DR, Série II, n.º 234, de 3 de dezembro de 2009.

Seguiu-se uma reestruturação mais profunda, de modo a adequar a organização e atribuições dos serviços à missão e atividades da Universidade, o que implicou a criação, transformação e extinção de unidades, tornando a estrutura dirigente coerente com essa adequação, apostando-se ao mesmo tempo na qualificação e valorização do pessoal não docente e não investigador. O Regulamento Orgânico das Unidades de Serviços da UMinho, foi aprovado pelo despacho n.º 8585/2010, de 26 de abril, publicado em DR, Série II, n.º 98, de 20 de maio de 2010.

Em 2016, por força do Decreto-Lei n.º 4/2016, de 13 de janeiro, a UMinho foi instituída pelo Estado Português fundação pública com regime de direito privado, que estabelece uma nova etapa da nossa instituição. Em setembro de 2017, viu aprovada a última revisão dos seus Estatutos. A UMinho é assim uma instituição viva e em constante evolução.

3.2. Estrutura organizacional

A UMinho adotou, desde o seu início, para a prossecução dos seus objetivos, um modelo de organização designado por grupos de projeto, cuja malha básica constitui um sistema matricial articulando projetos de ensino, de investigação e de serviços com unidades de recursos.

No âmbito do já referido processo de elaboração dos seus atuais Estatutos, a UMinho confirmou a adoção de um modelo organizacional que promove a interação entre as suas unidades, com vista à realização dos projetos que concretizam a sua missão e objetivos, assegurando a eficiência na utilização dos seus meios e recursos. O governo da Universidade baseia-se nos princípios da participação, democraticidade, descentralização, autonomia e prestação pública de contas.

O governo da Universidade é exercido pelos seguintes órgãos (*vide* figura 1):

- Conselho Geral;
- Reitor;
- Conselho de Gestão.

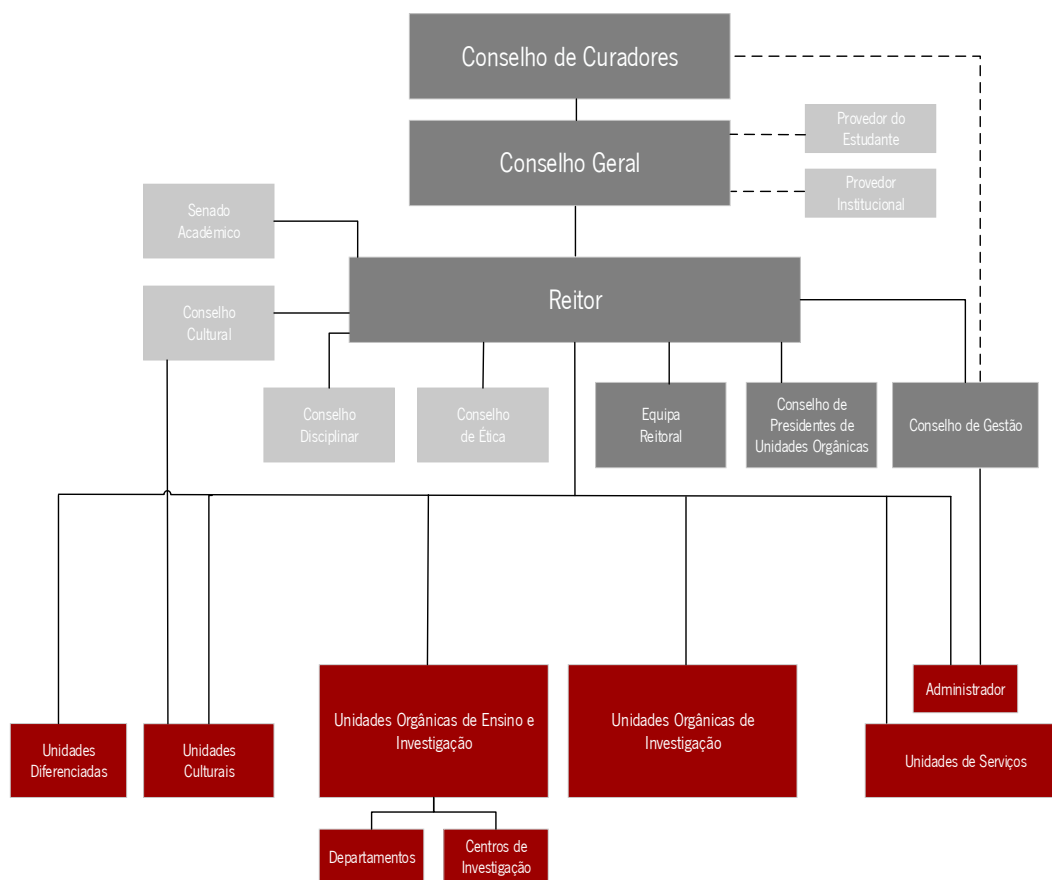


Figura 1 – Organograma da UMinho

Aos órgãos de governo compete dirigir a Universidade na sua atividade científica, pedagógica, cultural e de interação com a sociedade, bem como, assegurar o planeamento e a gestão administrativa e financeira da instituição.

A UMinho tem ainda dois provedores: do estudante e institucional, que desenvolvem a sua ação com total autonomia e independência relativamente aos órgãos da Universidade.

A Universidade tem os seguintes órgãos de consulta:

- Senado Académico;
- Conselho Cultural;
- Conselho de Presidentes de Unidades Orgânicas;
- Conselho Disciplinar;
- Conselho de Ética.

Compete aos órgãos de consulta aconselhar o Conselho Geral e o Reitor no desempenho das suas funções e emitir pareceres nos termos dos seus Estatutos.

A UMinho tem diferentes tipos de unidades que se distinguem pelos seus objetivos, estrutura, natureza e grau de autonomia:

- Unidades Orgânicas de Investigação (UOI);
- Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação (UOEI);
- Unidades de Serviços (US);
- Unidades Culturais (UC);
- Unidades Diferenciadas (UD).

4. Atividades desenvolvidas em 2018

O ano de 2018 ficou marcado, no ensino superior, pelos efeitos de medidas legislativas e programas governamentais enquadrados, designadamente, pelas políticas associadas ao que se vem chamando “emprego científico” e à regularização dos vínculos precários na administração pública.

O programa de Estímulo ao Emprego Científico, nas suas modalidades institucional e individual, e as disposições contidas na “norma transitória” do Decreto-Lei nº 57/2016, de 29 de agosto, bem como, a associação da contratação de investigadores ao desenvolvimento de projetos de investigação estão a fazer chegar às universidades um elevado número de investigadores. No caso da UMinho, no âmbito do concurso institucional são 29 as posições a preencher, das quais 17 na carreira de investigação; no quadro do concurso individual, serão contratados 40 doutores; no contexto da norma transitória há 135 doutores contratados ou em processo de contratação; finalmente, em relação a concretização de projetos de investigação, serão contratados cerca de 150 doutorados.

A chegada deste elevado número de pesquisadores, que serão vinculados por contratos de trabalho à Universidade, recompõe de forma muito acentuada o corpo de investigadores, tendo como efeito o reforço significativo da atividade científica da Instituição, esperando-se daqui ganhos significativos em termos do número de projetos e do volume de financiamento da Instituição.

Em contraste com esta situação, a Universidade vê-se confrontada com o acentuado envelhecimento do seu corpo docente, não dispondo de mecanismos de renovação que não os decorrentes de uma estratégia e recursos financeiros próprios.

Relativamente aos trabalhadores técnicos, administrativos e de gestão, encontra-se em curso na UMinho a concretização do Programa de Regularização de Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP). Embora rapidamente concluído no primeiro semestre de 2018 para os Serviços de Ação Social, este processo vem conhecendo atrasos significativos na Universidade. Na verdade, apesar dos trabalhos da Comissão de Avaliação terem sido praticamente concluídos em julho de 2018, decidindo-se então pela integração de 122 trabalhadores, por razões que escapam à Universidade, os processos mantêm-se numa situação indefinida, de que resultam perturbações significativas para a Instituição, que, de entre outros efeitos, vê condicionada a contratação de novos recursos humanos.

A integração destes trabalhadores, que se espera venha a ocorrer durante os próximos meses, representará uma importante oportunidade para uma efetiva reorganização das unidades de serviços e para atender a carências reconhecidas em diversos setores da Universidade e das suas Unidades Orgânicas.

No plano institucional, importa registar a conclusão, em 2018, do processo de adequação decorrente dos novos Estatutos da Universidade, homologados em agosto de 2017. Assim, em 2018 foi terminada a instalação do Instituto de Biomateriais, Biodegradáveis e Biomiméticos, a primeira unidade orgânica de investigação da Universidade, com a eleição e entrada em funcionamento dos respetivos Órgãos. Do mesmo modo, entraram também em atividade plena o Conselho de Presidentes de Unidades Orgânicas e o Conselho de Ética, o mesmo tendo acontecido com o Provedor Institucional, previstos na referida revisão estatutária.

O ano de 2018 fica ainda assinalado pelo processo de avaliação institucional conduzido, nos termos da lei, pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES). Neste âmbito a UMinho apresentou o seu relatório de autoavaliação, recebeu a visita da Comissão de Avaliação Externa, rececionou o relatório preliminar de avaliação e endereçou à Agência os seus comentários em sede de audiência prévia. O relatório e a decisão final deverão ser enviados à Universidade durante o ano de 2019.

No que diz respeito à atividade de investigação, o ano de 2018 foi particularmente positivo para a Universidade. Foram quase 260 os novos projetos aprovados, com diversos enquadramentos, representando uma captação de financiamento pela Universidade que ultrapassou os 43,5 M€. Ao longo do ano estiveram em execução cerca de 550 projetos, envolvendo um financiamento global superior a 153 M€. Durante o ano, a comunidade científica da UMinho publicou 1865 artigos em revistas, 457 artigos em atas de conferências e 124 capítulos de livros (ISI/SCOPUS), entre outros documentos.

O ano de 2018 conheceu significativos avanços na instalação do Minho *Advanced Computing Centre* (MACC). A Universidade e a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) assinaram o protocolo que prevê a instalação na UMinho de uma unidade de visualização do MACC, incluindo recursos humanos associados à sua operacionalização. Esta infraestrutura científica permitirá entre outros efeitos o desenvolvimento na Universidade de linhas de investigação que operam hoje com grandes volumes de dados.

Na área da educação, importa registar o aumento do número de estudantes, tendo a Universidade, pela primeira vez, ultrapassado o número de 19 000 estudantes a frequentar ciclos de estudos conferentes de grau, um acréscimo de cerca de 800 estudantes relativamente ao ano anterior, resultado a que não é alheio o aumento do recrutamento de estudantes internacionais.

Em 2018 entraram em funcionamento duas novas licenciaturas, em Artes Visuais e em Proteção Civil e Gestão do Território. A primeira corresponde a uma antiga aspiração da Universidade de consolidação da sua oferta educativa na área das Artes, enquanto a segunda materializa a intervenção da Instituição num domínio em que as tragédias recentes com que o país foi confrontado deixaram a descoberto as carências existentes. A este propósito importa registar o facto de se terem já iniciado as intervenções de qualificação dos edifícios do Teatro Jordão e da Garagem Avenida, em Guimarães, que permitirão alojar em condições muito adequadas a Licenciatura em Artes Visuais e também a Licenciatura em Teatro, até agora desenvolvidas em outros espaços da Universidade. Foi também concluída a intervenção que permitiu a transferência do Departamento de Geografia para novos espaços, finalmente adequados à atividade que desenvolve.

O ano em análise ficou também assinalado pela concretização de um programa ambicioso de formação pedagógica dos docentes, na perspetiva de os tornar mais aptos a lidar com novos desafios que as condições de ensino e aprendizagem colocam, bem como com as novas características dos públicos que chegam à Universidade. Por outro lado, redobrou-se a atenção aos percursos de formação dos nossos estudantes, através da consolidação do Observatório de Percursos Académicos, iniciativa tanto mais importante quanto ao esforço colocado pelos estudantes e pelas suas famílias na frequência do ensino superior e que deve corresponder um compromisso ainda maior da Instituição com a promoção de percursos académicos bem-sucedidos, obviando a fenómenos de insucesso e de abandono.

No domínio da interação com a sociedade, a Universidade pautou a sua atuação, como é seu timbre, pelo seu envolvimento em projetos de parcerias com empresas, entidades do setor social, do sistema cultural, bem como, autarquias.

No plano cultural, para lá do que é a atividade regular das suas unidades orgânicas e culturais, a Universidade decidiu abrir uma galeria de exposições em espaços entretanto libertos no edifício do Largo do Paço com a deslocação dos serviços administrativos que aí estiveram instalados até julho de 2018, para o *campus* de Gualtar. Trata-se de uma nova frente de ação da Universidade, que vem reforçar a oferta cultural dos espaços museológicos da Instituição e contribuir para diversificar a programação da cidade de Braga.

No âmbito da interação com a sociedade foram celebrados vários protocolos com autarquias de modo a tornar cada vez mais densa a presença da Universidade no território. O recente financiamento de um projeto que permite sustentar a atividade da rede de Casas do Conhecimento veio dar um novo impulso a um instrumento fundamental para uma maior e mais significativa articulação da Instituição com os municípios e as populações, prestando um serviço de grande valor ao seu desenvolvimento social e cultural.

A UMinho tem assumido, desde a sua génese, um papel de motor de desenvolvimento, através de uma ligação produtiva ao tecido económico e às empresas. Este papel tem sido concretizado através dos seguintes eixos de ação: i) geração de inovação baseada em ciência e tecnologia, contribuindo para o desenvolvimento de novas soluções para dar resposta aos desafios emergentes nos mercados globais; ii) participação na reconversão e qualificação de recursos humanos, de modo a desenvolver competências e transferir conhecimentos em áreas críticas para o desempenho das empresas; iii) apoio à modernização e adequação das infraestruturas e capacidades produtivas das empresas, bem como, investimento em novos equipamentos e tecnologias para a industrialização dos produtos e processos; iv) colaboração na definição de estratégias de proteção da propriedade industrial; v) apoio à promoção de instrumentos de política pública, com a finalidade de aumentar a presença internacional das empresas de forma sustentada.

Cabe realçar a conclusão da 2ª fase do projeto UMinho/Bosch e a negociação de uma nova fase, um projeto emblemático do que podem ser as articulações entre as empresas e as universidades, nas áreas da investigação, do desenvolvimento e da inovação, na perspetiva de geração e emprego científico e de emprego altamente qualificado, bem como, do desenvolvimento do país.

A segunda fase deste projeto, com investimento global de 55M€, envolveu 122 docentes/investigadores da UMinho de 4 unidades orgânicas da UMinho e requereu 173 contratações. Esta parceria teve outros impactos na atividade da UMinho, incluindo: a instalação na Universidade de um laboratório de investigação financiado pela Bosch, na área da prototipagem 3D, utilizando as mais recentes tecnologias ligadas à manufatura aditiva e subtrativa; o desenvolvimento de um programa doutoral conjunto com a Bosch, em empresa, já na sua 4ª edição; a colaboração da Universidade e da Bosch no Laboratório Colaborativo em Transformação Digital, envolvendo outras unidades do sistema científico e tecnológico nacional e 13 empresas, de norte a sul do país.

O impacto económico e social deste projeto foi notável, traduzindo-se num acentuado crescimento do número de pessoas ligadas à investigação e desenvolvimento na própria empresa, que atingiu já os 300 efetivos. Este esforço deverá ser continuado, na perspetiva de afirmar a UMinho como alavanca do ecossistema de investigação e inovação, na região e no país.

O desempenho da Universidade no processo tendente à constituição dos laboratórios colaborativos tem sido particularmente estimulante. Nas 21 propostas até agora aprovadas, a UMinho está envolvida em 6, assegurando a coordenação de duas – DTx - CoLab em Transformação Digital e ProChild - CoLab Contra a Pobreza e a Exclusão Social, enquanto numa outra – CoLab4Food - Laboratório Colaborativo para Inovação na Indústria Alimentar pertence

também à UMinho o seu coordenador científico. Os restantes laboratórios colaborativos aprovados são: Investigação e Inovação em Biorrefinarias, Laboratório Colaborativo para a Bioeconomia Azul e Laboratório Colaborativo para a Economia Circular.

Os laboratórios colaborativos constituem uma nova figura no panorama das estruturas de intermediação responsáveis pela articulação entre o campo académico e de investigação e o campo económico e social mais vasto e da sua atividade espera-se um impacto social e económico significativo, através da criação de emprego científico e de emprego qualificado.

A atividade da Universidade desenvolve-se num quadro de crescente internacionalização e a virtude das apostas que têm sido feitas neste domínio ficou uma vez mais evidente nos resultados obtidos em 2018. Assim, a UMinho ultrapassou, pela primeira vez, a barreira dos 2000 estudantes estrangeiros inscritos em cursos conferentes de grau, provenientes de 80 países, o que corresponde a cerca de 13% dos estudantes inscritos. Por outro lado, a UMinho foi a instituição portuguesa que mais financiamento captou no âmbito da Ação Chave 1 do Programa Erasmus+ (*International Credit Mobility*), assegurando fluxos de mobilidade de/para 33 países terceiros, alguns dos quais – Bolívia, Canadá ou Mongólia – representam uma novidade no portefólio de cooperação neste domínio. A Universidade viu também quase duplicada a mobilidade de pessoal técnico, administrativo e de gestão, com 52 trabalhadores envolvidos em 17/18, contra 30 em 16/17, 17 em 15/16 e 4 em 14/15. A UMinho estabeleceu ainda uma importante parceria estratégica com a Universidade de São Paulo, com a qual foi lançado, em dezembro, um edital de investigação conjunta que contribuirá para o fortalecimento das relações entre ambas as instituições.

No plano da organização interna, cabe sublinhar a conclusão no ano de 2018 do processo de avaliação dos docentes, relativo ao período 2015-2017, que sustentou as decisões sobre valorizações remuneratórias, num processo complexo, atravessado por múltiplas indefinições e que causou efetivas perturbações da revisão do Sistema Interno de Garantia da Qualidade, um processo particularmente complexo, e que se quis participado, em ordem à sua submissão à A3ES, para renovação da acreditação. Cabe igualmente referir a adoção interna do Regulamento Geral de Proteção de Dados, bem como, a continuidade do trabalho de otimização dos processos organizacionais, visando o processo de desmaterialização, a eficiência organizacional e a transparência dos circuitos de decisão.

Ao nível das infraestruturas, para além das obras anteriormente mencionadas, cabe realçar a conclusão da intervenção na envolvente nascente do *campus* de Azurém, profundamente modificada com o reperfilamento da Rua de Francos. Esta obra, promovida pela Câmara Municipal de Guimarães, permitiu acrescentar uma nova e ampla entrada ao campus, incluindo uma ciclovia e o arranjo do espaço frontal ao edifício da Associação Académica.

Tendo presente a experiência do Centro de Estudos da Escola de Arquitetura no desenvolvimento de projetos para o *campus* de Azurém, o Centro foi convidado a desenvolver um estudo que abrange todo o espaço exterior do campus, contemplando, entre outros vetores: a valorização de circuitos pedonais e espaços verdes; a definição de ciclovias e a instalação dos respetivos parqueamentos; a criação de um eco circuito de manutenção; a valorização do parque de estacionamento junto à nova entrada na Rua de Francos; a criação de um corredor de emergência para viaturas dos bombeiros com acesso à Biblioteca. Em outubro foram iniciadas diligências para contratar um estudo de desenvolvimento do *campus* de Gualtar conducente a um *campus* mais equilibrado e atrativo do ponto de vista ambiental.

Em 2018 foi, ainda, assegurada a participação da UMinho em eventos e redes de apresentação e discussão de casos de estudo e boas práticas de planeamento e desenvolvimento de campi universitários. Durante o ano foi, também, assegurada a participação da UMinho em eventos de apresentação e discussão de casos de estudo e boas práticas de sustentabilidade ambiental.

Em outubro foi apresentada a candidatura ao Ranking Internacional da UI GreenMetric, que em 2018 teve por mote: *"Universities, Impacts, and Sustainable Development Goals (SDGs)"*.

5. Recursos Humanos

O ano de 2018 caracterizou-se por uma tendência de crescimento na contratação de Recursos Humanos.

Como anteriormente referido, esta tendência verificou-se essencialmente na categoria de investigadores, decorrente da aplicação do regime legal de contratação de doutorados criado pelo Decreto Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, alterado pela Lei n.º 57/2017, de 19 de julho, com o objetivo de estimular o emprego científico e tecnológico. Neste âmbito, procedeu-se à abertura de 144 procedimentos concursais para investigadores, no âmbito do concurso estímulo ao emprego científico.

Atendendo a que muitos destes procedimentos apenas ficaram concluídos no final do ano 2018, e outros ainda se encontram em desenvolvimento, o impacto financeiro resultante destas contratações será maioritariamente sentido a partir de 2019.

No que respeita ao número de docentes, este tem mantido alguma estabilidade, com flutuações pouco significativas ao longo dos últimos anos. O número de docentes de carreira tem vindo a consolidar-se, realçando o facto que cerca de 98,3% possui grau de doutor.

No caso do pessoal técnico, administrativo e de gestão (PTAG), desde 2017 que a Universidade do Minho apenas pode contratar ao abrigo do Código do Trabalho. Volvidos dois anos, a 31 de dezembro de 2018, 15% dos PTAG da UMinho era detentor de um contrato celebrado no âmbito do Código de Trabalho. O ano 2018 caracterizou-se, ainda, por um crescimento deste grupo profissional de aproximadamente 5% (passando de 613 para 643 trabalhadores).

Dando cumprimento ao disposto no artigo 18º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano 2018 (LOE 2018), foram pagas as valorizações e acréscimos remuneratórios, decorrentes das alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório.

Os dados do número de efetivos por grupo de pessoal evidenciam a tendência de crescimento referida, podendo a distribuição por grupo de pessoal e UO ser consultada na figura 2. A UO com mais trabalhadores afetos ao serviço é a Escola de Engenharia (EE) com 435,77 Equivalente a Tempo Integral (ETI), sendo o oposto representado pela Escola de Arquitetura (EA) com 39,95 (ETI).

De acordo com os dados apresentados, o rácio “Não Docentes/Docentes ETI” é mais elevado na Escola de Medicina (EM), representando os “Não Docentes” cerca de 81% dos “Docentes ETI”. Repare-se que esta UO constitui um *outlier* dada a sua especificidade, uma vez que nas restantes UO este rácio se situa entre os 0,14 e os 0,24.

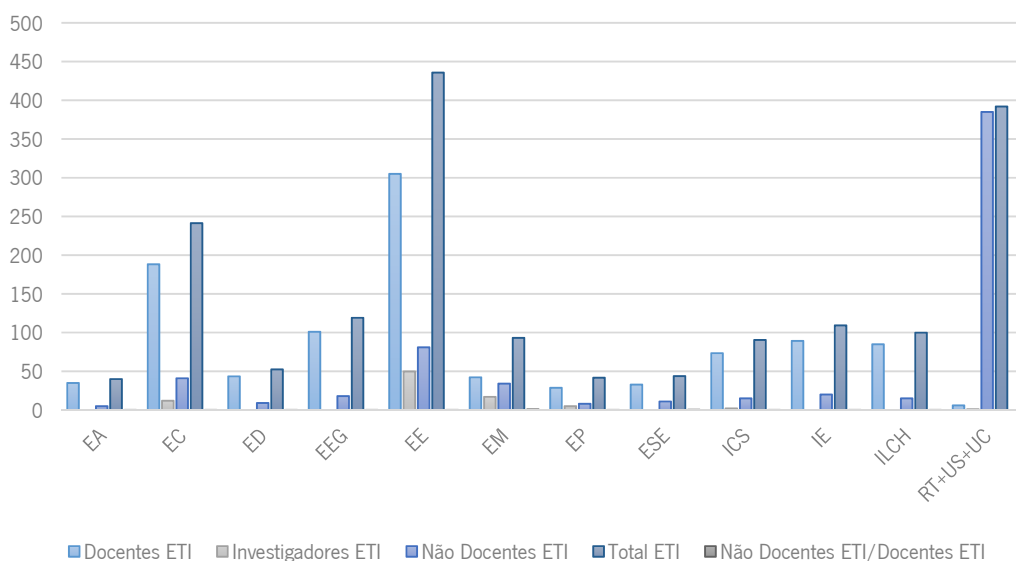


Figura 2 – Efetivos por Grupo de Pessoal e por UO

Tabela 1 – Efetivos por Grupo de Pessoal e por UO

Unidade	Docente		Investigador		PTAG*	Total	
	N.º	ETI	N.º	ETI	N.º/ETI	N.º	ETI
Escola de Arquitetura	49	34,95			5	54	39,95
Escola de Ciências	196	188,28	12	12	41	249	241,28
Escola de Direito	57	43,48			9	66	52,48
Escola de Economia e Gestão	139	101,08			18	157	119,08
Escola de Engenharia	395	304,97	52	49,8	81	528	435,77
Escola de Medicina	88	42,2	17	17	34	139	93,2
Escola de Psicologia	30	28,7	5	5	8	43	41,7
Escola Superior de Enfermagem	37	32,75			11	48	43,75
Instituto de Ciências Sociais	81	73,4	2	2	15	98	90,4
Instituto de Educação	92	89,2			20	112	109,2
Instituto de Letras e Ciências Humanas	125	84,86			15	140	99,86
Grupo de Investigação 3B's	4	3,2	27	26,77	1	32	30,97
Reitoria e Unidades de Serviço e Culturais	6	6	1	1	385*	392	392
Total	1299	1033,07	116	113,57	643	2058	1789,64

*PTAG: Pessoal Técnico, Administrativo e de Gestão

6. Análise orçamental e financeira individual

6.1. Análise orçamental

A gestão orçamental da UMinho, no ano de 2018, caracterizou-se por uma rigorosa afetação dos recursos disponíveis às atividades e projetos desenvolvidos, em função das prioridades definidas, de forma a aumentar os níveis de eficiência, eficácia e economia.

Em termos globais, o orçamento da UMinho em 2018, apresentou um grau de execução acima dos 90% face ao orçamento corrigido.

A receita cobrada totalizou o montante de 143,2 M€, incluindo saldos da gerência anterior, que suportou a despesa no montante total de 127,8 M€.

Tabela 2 – Execução do Orçamento UMinho, por Classificação Económica

Designação	Despesa paga (€)	Designação	Receita cobrada (€)
Despesas com pessoal	81 904 178	Impostos diretos	0
Aquisição de bens e serviços	23 384 924	Impostos indiretos	0
Juros e outros encargos	0	Taxas, multas e outras penalidades	23 711 180
Transferências correntes	18 217 094	Rendimentos de propriedade	2 639
Subsídios	0	Transferências correntes	93 280 963
Outras despesas correntes	195 294	Venda de bens e serviços correntes	4 628 877
		Outras receitas correntes	0
Total despesas correntes	123 701 490	Total receitas correntes	121 623 658
Aquisição de bens de capital	4 143 334	Venda de bens de investimento	0
Transferências de capital	0	Transferências de capital	7 826 807
Ativos financeiros	2 000	Ativos financeiros	0
Passivos financeiros	0	Passivos financeiros	0
Outras despesas de capital	0	Outras receitas de capital	0
Total despesas capital	4 145 334	Total receitas capital	7 826 807
		Reposições n/abatidas nos pagamentos	26 904
		Saldo da gerência anterior	13 707 954
Total	127 846 824	Total	143 185 323

Em termos de receita, realça-se o peso da rubrica taxas, multas e outras penalidades, cujo valor totaliza os 23,7 M€ e que contribui em 17% para a receita total, onde se destacam as propinas (21,5 M€). Salienta-se ainda a receita proveniente das transferências correntes, bem como a rubrica de vendas de bens e serviços correntes.

No que se refere à despesa destaca-se o peso dos encargos com pessoal (64%), da aquisição de bens e serviços (18%) que representam, em conjunto, cerca de 82% do total da despesa paga.

A análise da evolução das diferentes componentes da receita e da despesa acima discriminadas será aprofundada nos pontos subsequentes.

6.1.1. Principais aspetos orçamentais ocorridos no período de 2018

O mapa de desempenho orçamental que se encontra no ponto 12 deste documento, evidencia com detalhe a execução durante o ano de 2018, das diversas rubricas orçamentais do Orçamento da UMinho. Cumpre dar especial destaque à autonomia orçamental da UMinho face à dotação do Orçamento do Estado, que representou 46,6% do total da receita arrecadada.

O financiamento destinado a projetos de investigação continua com tendência crescente, o que reflete o esforço permanente da UMinho em diversificar a origem dos seus financiamentos. Este crescimento é justificado pelo aumento no número de projetos em execução no ano de 2018.

Por outro lado, verificou-se uma tendência decrescente na arrecadação de receitas próprias, essencialmente explicada por uma redução do valor arrecadado em propinas, no montante de 788 m€ (de 22,3 M€ em 2017 para 21,5 M€ em 2018) e por um decréscimo na rubrica de vendas e prestações de serviços na ordem dos 934 m€ (de 5,6 M€ em 2017 para 4,6 M€ em 2018).

As despesas com pessoal, pagas no exercício de 2018, aumentaram face aos valores registados em anos anteriores, totalizando 81,9 M€ (superior a 2,8 M€ face a 2017). Este aumento justifica-se essencialmente pelo seguinte:

- Pagamento das valorizações remuneratórias em 2018 aos docentes (superior a 400 000 € e ao pessoal técnico administrativo e de gestão (superior a 205 000 €);
- Contratação de pessoal técnico, administrativo e de gestão, 45 cujo procedimento iniciou em 2017 e 44 em 2018 (superior a 2 M€);
- Contratação de investigadores, que passaram de 91 para 116 (superior a 500 000 €).

Cumpra também referir a diminuição verificada em despesas de investimento em 4 M€ (de 8,1 M€ em 2017 para 4,1 M€ em 2018), sendo esta rubrica exceccionalmente variável, dadas as restrições orçamentais verificadas, complementada pela necessidade de aquisição de bens de capital no âmbito da execução de projetos de I&D contratualizados. O ano 2018 fica marcado, entre outros, pelos seguintes investimentos:

- Requalificação do edifício n.º 10, destinado à instalação dos serviços administrativos da UMinho, no Campus de Gualtar, em Braga;
- Empreitada de execução de infraestruturas de suporte aos equipamentos laboratoriais e salas climatizadas no edifício destinado ao Instituto de Ciência e Inovação para a Bio-Sustentabilidade (IBS) da UMinho, no Campus de Gualtar, em Braga;
- Aquisição de uma parcela de terreno e moradias nele contíguas, sítios no campus de Gualtar.

6.1.2. Receita

A arrecadação de receita em 2018 determinou o limite de execução de despesa, por forma a garantir o princípio da estabilidade orçamental, de equilíbrio ou excedente, dando cumprimento ao disposto no número 2 do artigo 10.º da Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada em anexo à Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro.

Relativamente ao ano 2018 cumpre destacar os diversos fatores que explicam as variações ocorridas nos principais agrupamentos de receita da UMinho:

6.1.2.1. Dotação do Orçamento do Estado

A dotação inicial do Orçamento do Estado comunicado à UMinho para o ano 2018 foi de 59 241 749 €. Durante o ano verificaram-se os seguintes reforços no montante global de 1 071 829 €:

- 438 106 € correspondentes a alterações legislativas com impacto em 2017, designadamente as despesas associadas ao reposicionamento remuneratório do título de agregado, a alteração do salário mínimo e do subsídio de refeição, e ainda, despesas associadas à revisão do regime transitório da carreira docente politécnica (aplicável na nossa Escola Superior de Enfermagem);
- 476 892 € no âmbito do descongelamento faseado das carreiras, previsto no art.º 18.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, por contrapartida da dotação centralizada no âmbito do descongelamento de carreiras;
- 3 112 € por conta do pagamento das propinas dos estudantes bolseiros do Governo de Cabo Verde;
- 153 179 € referentes à devolução do fundo comum IES / Universidades.

Na rubrica de transferências correntes da Administração Central – Estado, inclui-se ainda o valor de 6 000 € que corresponde a uma transferência da Direção Geral da Educação, no âmbito da colaboração da equipa de Recursos e Tecnologias Educativas em projetos, cuja iniciativa está relacionada com a utilização educativa da Tecnologias de Informação e Comunicação.

6.1.2.2. Propinas

Para o ano de 2018, comparativamente a 2017, verificou-se uma diminuição no valor arrecadado na rubrica de propinas, no montante de 788 m€ (de 22,3 M€ para 21,5 M€). Parte desta diminuição, no valor de 321 m€ (de 3 293 075 € em 2017 para 2 971 601 € em 2018) é explicada, pela diminuição do número de processos de cobrança coerciva de dívidas de propinas a decorrer na UMinho. A restante diminuição é justificada pela alteração, no ano letivo 2017/18, do plano de pagamento prestacional das propinas do próprio ano letivo, de 6 para 8 prestações mensais, o que antecipou para o exercício de 2017 prestações que eram esperadas para 2018, caso se tivesse mantido o plano de pagamento anterior.

6.1.2.3. Transferências, excluindo Orçamento do Estado, maioritariamente associadas a projetos de I&D

No ano de 2018 estiveram em execução cerca de 550 projetos de I&D, com o financiamento total aprovado superior a 153 M€.

Para a análise desta rubrica devemos considerar as seguintes classificações de receita, constantes da tabela 3:

- Administração Central - Outras entidades;
- Exterior - UE;
- Outras;
- Transferências de Capital - AC - Outras entidades.

Face à maior captação destes contratos no ano de 2018, comparativamente com o ano anterior, registou-se um aumento na arrecadação destas rubricas de receita, no valor de 249 004 €, maioritariamente de projetos com financiamento da União Europeia.

É de salientar que nas rubricas de transferências da Administração Central (AC) está incluído o valor financiado pela FCT para os custos de formação de alunos de doutoramento. Em 2018 este valor foi de 1 371 563 € e no ano de 2017 foi de 728 865 €.

Tabela 3 – Resumo da Execução Orçamental da Receita

Designação	2018 (€)	2017 (€)	Variação (2018-2017)
Taxas, multas e outras penalidades	23 711 180	24 256 382	-545 202
Propinas	21 514 309	22 302 201	-787 892
Taxas diversas	2 196 870	1 954 181	242 689
Rendimentos de propriedade	2 639	2 556	83
Administração Central - Estado	60 319 578	58 790 004	1 529 574
Administração Central - Outras entidades	1 517 651	1 130 834	386 817
Exterior - UE	28 415 545	27 955 429	460 115
Outras	3 028 190	3 274 627	-246 438
Venda de bens e serviços	4 628 877	5 562 521	-933 644
Transferências de Capital - AC - Outras entidades	7 826 807	8 178 297	-351 491
Reposição não abatidas aos pagamentos	26 904	44 714	-17 810
Receita com ativos financeiros	0	5 000	-5 000
Total	129 477 371	129 200 364	277 007

Em síntese, e derivado de todas as explicações elencadas nos parágrafos acima, no ano de 2018, a receita arrecadada pela UMinho foi superior em cerca de 277 m€, decorrente essencialmente do aumento da dotação da verba do Orçamento do Estado, pela diminuição da rubrica de prestação de serviços à comunidade, assim como a diminuição da propina.

A tabela 4 apresenta informação relativa à execução orçamental de receita, discriminada por rubrica orçamental, procurando-se desta forma avaliar o seu grau de execução, tendo por base o valor global considerado em orçamento corrigido. Refira-se que os valores apresentados incluem a integração de saldos transitados da gerência anterior.

Tabela 4 – Estrutura da Receita Orçamental

Descrição	Previsões Corrigidas (€)	Receitas Líquidas (€)	Receitas Líquidas (%)	Grau de Execução (%)
Receita Corrente				
R1 Receita Fiscal	0	0	0,0	-
R11 Impostos diretos	0	0	0,0	-
R12 Impostos indiretos	0	0	0,0	-
R2 Contribuições SS, CGA e ADSE	0	0	0,0	-
R3 Taxas, multas e outras penalidades	23 010 435	23 711 180	18,3	103,0
R4 Rendimentos de propriedade	5 800	2 639	0,0	45,5
R5 Transferências Correntes	89 395 880	93 280 963	72,0	104,3
R51 Administrações Públicas	62 719 392	61 837 229	47,8	98,6
R511 Administração Central - Estado	60 319 578	60 319 578	46,6	100,0
R512 Administração Central – Outras entidades	1 362 082	1 517 651	1,2	111,4
R513 Segurança Social	1 037 732	0	0,0	-
R514 Administração Regional	0	0	0,0	-
R515 Administração Local	0	0	0,0	-
R52 Exterior - U.E	24 294 288	28 415 545	21,9	117,0
R53 Outras	2 382 200	3 028 190	2,3	127,1
R6 Vendas de bens e serviços	8 353 815	4 628 877	3,6	55,4
R7 Outras receitas correntes	0	0	0,0	-
Receita de capital				
R8 Vendas de bens de investimento	0	0	0,0	-
R9 Transferências de capital	6 552 985	7 826 807	6,0	119,4
R91 Administrações Públicas	6 552 985	7 826 807	6,0	119,4
R911 Administração Central - Estado	0	0	0,0	-
R912 Administração Central - Outras entidades	6 552 985	7 826 807	6,0	119,4
R913 Segurança Social	0	0	0,0	-
R914 Administração Regional	0	0	0,0	-
R915 Administração Local	0	0	0,0	-
R92 Outras	0	0	0,0	-
R10 Outras receitas de capital	0	0	0,0	-
R11 Reposição não abatidas aos pagamentos	30 000	26 904	0,0	89,7
R12 Receita com ativos financeiros	0	0	0,0	-
R13 Receita com passivos financeiros	0	0	0,0	-
R14 Saldo gerência anterior	13 707 955	13 707 954	-	100,0
Total Receita	141 056 870	143 185 323	100	101,5

A receita arrecadada representou 101,5% do orçamento corrigido da UMinho. Quanto às dotações do Orçamento de Estado (OE), a execução foi de 100% face ao montante global do orçamento corrigido, estando já incluídos os reforços mencionados anteriormente.

Pela análise da figura 3, conclui-se que a rubrica com maior peso na receita arrecadada foi a das transferências correntes, que totalizou 93 280 963,41 €, representando 72% do total da receita, excluindo o saldo de gerência anterior. É de salientar, que desta rubrica faz parte a dotação do OE, no montante de 60 319 578 €, correspondendo a 46,6% do total das receitas cobradas na UMinho. Caso o OE fosse expurgado do total das transferências correntes, esta rubrica que incluiria, essencialmente, as transferências correntes da União Europeia e da FCT, teria, ainda, uma representatividade bastante significativa de 25,5%. Note-se que, no âmbito da atividade de I&D, as entidades financiadoras nacionais transferem uma parte significativa dos contratos através da rubrica de transferências de capital, abaixo analisada.

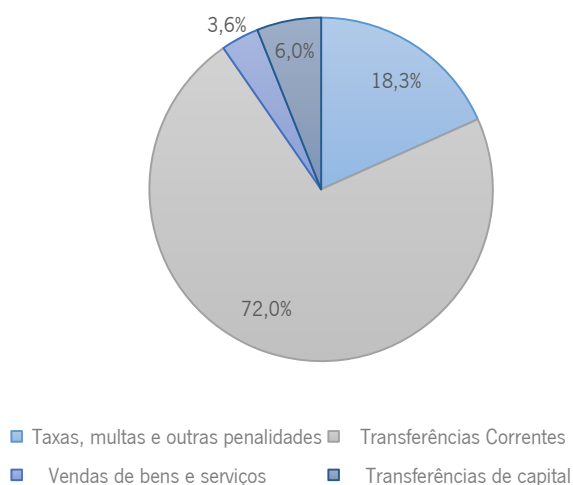


Figura 3 – Estrutura da Receita Arrecadada

Constata-se ainda que a execução, relativamente a taxas, multas e outras penalidades foi de 103% do orçamento corrigido, que traduz o esforço que a UMinho tem vindo a fazer para a obtenção destas receitas próprias.

As taxas, multas e outras penalidades, onde se incluem, essencialmente, as propinas, representaram 18,3% das receitas, correspondendo a um montante de 23 711 180 €.

Verifica-se ainda que o grau de execução da rubrica Exterior - U.E foi de 117%, fixando-se em 28 415 545 €, resultado de uma maior captação de financiamento para projetos de I&D.

No que respeita às transferências de capital, estas totalizaram 7 826 807 €, correspondendo a 6% da receita total. Estas transferências correspondem, também, a transferências de entidades financiadoras de projetos de I&D.

6.1.3. Despesa

O orçamento corrigido da despesa, em 31 de dezembro de 2018 apresentava o valor de 141 056 870 €, conforme evidenciado na tabela 5 que, tal como referido para o orçamento da receita, incluía os saldos de gerência transitados de 2017.

Tabela 5 – Estrutura da Despesa Orçamental

Descrição	Dotações corrigidas (€)	Despesa paga (€)	Grau de execução (%)
Despesa Corrente			
D1 Despesas com o pessoal	84 729 957	81 904 178	97
D11 Remunerações Certas e Permanentes	65 438 024	64 616 952	99
D12 Abonos Variáveis ou Eventuais	2 539 990	1 842 710	73
D13 Segurança Social	16 751 943	15 444 516	92
D2 Aquisição de bens e serviços	30 765 222	23 384 924	76
D3 Juros e outros encargos	0	0	-
D4 Transferências correntes	18 872 777	18 217 094	97
D41 Administrações Públicas	3 682 987	3 369 626	91
D411 Administração Central – Estado	18 000	0	0
D412 Administração Central - Outras entidades	3 664 987	3 369 626	92
D413 Segurança Social	0	0	-
D414 Administração Regional	0	0	-
D415 Administração Local	0	0	-
D42 Instituições sem Fins Lucrativos	1 911 060	1 775 395	93
D43 Famílias	11 139 677	10 953 249	98
D44 Outras	2 139 053	2 118 824	99
D5 Subsídios	0	0	-
D6 Outras despesas correntes	224 800	195 294	87
Despesas de Capital			
D7 Investimento	6 462 114	4 143 334	64
D8 Transferências de capital	0	0	-
D81 Administrações Públicas	0	0	-
D811 Administração Central - Estado	0	0	-
D812 Administração Central - Outras entidades	0	0	-
D813 Segurança Social	0	0	-
D814 Administração Regional	0	0	-
D815 Administração Local	0	0	-
D82 Outras	0	0	-
D9 Outras despesas de capital	0	0	-
D10 Despesa com ativos financeiros	2 000	2 000	100
D11 Despesa com passivos financeiros	0	0	-
Total Despesa	141 056 870	127 846 824	91

Na tabela seguinte, apresenta-se a respetiva evolução orçamental da despesa, verificando-se que em 2018, a despesa orçamental foi menor à registada em 2017.

Tabela 6 – Evolução da Despesa Orçamental

	2018 (€)	2017 (€)	Variação (2018-2017)
Despesas com o pessoal	81 904 178	79 124 763	2 779 416
Aquisição de bens e serviços	23 384 924	24 371 318	-986 394
Transferências correntes	18 217 094	18 206 428	10 665
Outras despesas correntes	195 294	182 384	12 910
Investimento	4 143 334	8 087 451	-3 944 117
Total	127 846 824	129 972 344	-2 127 520

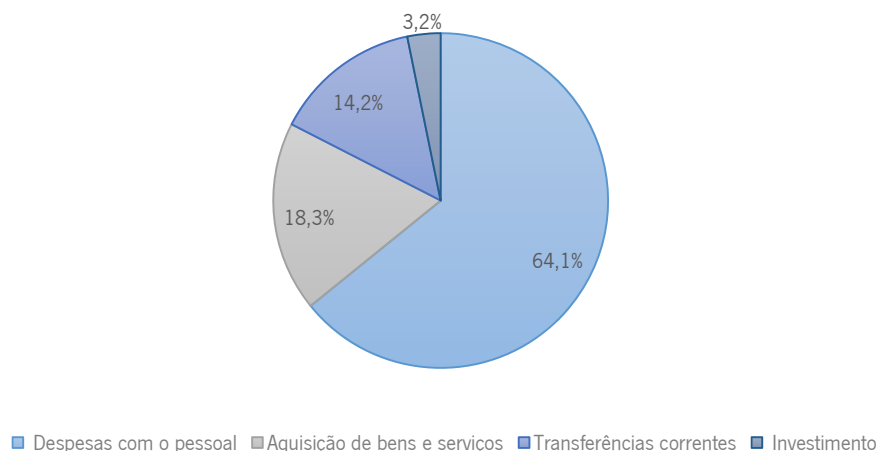


Figura 4 – Estrutura da Despesa Paga

As despesas totais pagas no exercício de 2018, ascenderam a 127 846 824 €, tendo sido suportadas pelas receitas arrecadadas no decurso do exercício.

Constata-se, assim, que a despesa global efetiva, no fim do exercício de 2018, correspondeu a um grau de execução orçamental na ordem dos 91%, sendo certo que no orçamento corrigido (de 141 M€) constava o saldo de gerência transitado que não poderia ser executado.

A rubrica com maior peso foi a que diz respeito a despesas com o pessoal, diretamente afeto ao normal funcionamento da UMinho, que ascenderam a 81 904 178 €, representando 64% do total das despesas pagas. Estas despesas foram suportadas por verbas transferidas do OE (60,3 M€) e pelas demais fontes de financiamento da despesa, nomeadamente por receitas próprias e projetos de I&D no remanescente de 21,6 M€. Assim, constata-se que o OE não é suficiente para suportar as despesas totais com o pessoal, cobrindo apenas 73,6% destes encargos.

O segundo agrupamento de despesas mais importante é o de despesas com aquisição de bens e serviços que totalizaram 23 384 924 €, o que corresponde a 18% do valor total da despesa paga. O peso deste agrupamento de despesa, justifica-se essencialmente pelos diversos encargos de instalações de toda a UMinho, trabalhos especializados e outros serviços e pelas atividades afetas aos projetos de investigação, nomeadamente aquisição de material de laboratório, reagentes, conferências, conservação e reparação de bens.

As transferências correntes também representam um importante grupo de despesas, onde se enquadram, nomeadamente, os encargos com bolseiros de investigação e as transferências para parceiros no âmbito da atividade de investigação desenvolvida na UMinho, correspondendo a 14,2% do total.

Pela expressiva representatividade das despesas com pessoal no total das despesas pagas em 2018 (64%), na tabela 7 apresenta-se a desagregação destes encargos pelas várias classificações económicas do agrupamento correspondente.

Tabela 7 – Desagregação das despesas com pessoal

Descrição	Orçamento Inicial (€)	Orçamento Corrigido (€)	Despesa Paga (€)	Grau de Execução	% s/Total
Remunerações Certas e Permanentes	67 509 595	65 438 024	64 616 952	98,70%	78,90%
Órgãos Sociais		18 200	18 120	99,60%	0,00%
Pessoal dos Quadros - Regime de Função Pública	47 126 810	45 900 910	45 829 247	99,80%	56,00%
Pessoal dos Quadros - Regime de Contrato Individual Trabalho	1 126 294	1 357 657	1 309 876	96,50%	1,60%
Pessoal Contratado a Termo	7 872 569	6 959 320	6 332 470	91,00%	7,70%
Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença		11 684	10 520	90,00%	0,00%
Pessoal Aguardando Aposentação	19 052	42 835	42 005	98,10%	0,10%
Pessoal em Qualquer Outra Situação		37 102	36 082	97,30%	0,00%
Gratificações	13 694	3 102	3 053	98,40%	0,00%
Representação	120 007	122 870	121 465	98,90%	0,10%
Subsidio de Refeição	1 858 855	1 681 787	1 633 633	97,10%	2,00%
Subsidio de Férias e de Natal	9 372 314	9 302 557	9 280 483	99,80%	11,30%
Abonos Variáveis e Eventuais	1 838 304	2 539 990	1 842 710	72,50%	2,20%
Horas Extraordinárias	40 000	40 912	40 574	99,20%	0,00%
Ajudas de Custo	935 935	1 242 246	805 940	64,90%	1,00%
Abono para Falhas	1 035	2 108	1 986	94,20%	0,00%
Colaboração Técnica Especializada	526 386	794 172	554 805	69,90%	0,70%
Indemnização por Cessação de Funções	100 094	210 548	199 855	94,90%	0,20%
Prémios de Desempenho					0,00%
Outros Abonos em Numerário ou Espécie	234 854	250 004	239 551	95,80%	0,30%
Segurança Social	15 803 866	16 751 943	15 444 516	92,20%	18,90%
Encargos com a Saúde		5 720	3 074	53,70%	0,00%
Subsidio Familiar a Crianças e Jovens	38 942	38 714	36 801	95,10%	0,00%
Outras Prestações Familiares	38 727	36 171	35 898	99,20%	0,00%
Contribuições para a CGA e Seg. Social	15 726 197	16 305 795	15 027 120	92,20%	18,30%
Outras Despesas de Seg. Social/CGA		365 543	341 622	93,50%	0,40%
Total	85 151 765	84 729 957	81 904 178	96,70%	100,00%

Verifica-se que a principal componente das despesas com pessoal são as remunerações certas e permanentes (78,9%), seguida das contribuições para a Segurança Social (18,9%) e, por último, os abonos variáveis e eventuais (2,2%).

Neste agrupamento, os menores graus de execução face ao orçamento corrigido registam-se nas rubricas de ajudas de custo (64,9%), colaborações técnicas especializadas (69,9%) e encargos com a saúde (53,7%), justificados pela maior incerteza associada à execução destas rubricas de despesa, face às restantes do agrupamento, evidenciando a prudência da UMinho na execução do seu orçamento.

As restantes rubricas deste agrupamento de despesas com pessoal, apresentam percentagens de execução superiores a 90% do orçamento corrigido.

6.1.4. Principais indicadores orçamentais

Relativamente ao desempenho orçamental do período de 2018, importa realçar os seguintes indicadores:

- A receita cobrada total foi de 129,5 M€ (129,2 M€ em 2017), excluindo os saldos de gerência anterior, dos quais 60,3 M€ são provenientes do OE (59,8 M€ em 2017);
- A receita corrente foi de 121,6 M€ correspondendo a 93,9% da receita total (120,9€ em 2017, correspondendo a 93,6%);
- A receita cobrada total em relação à receita inicialmente prevista foi superior em aproximadamente 5,7 M€ correspondente essencialmente, aos reforços do OE em 1 071 829€ e ao aumento do número de projetos I&D;
- A despesa paga total foi de 127,8 M€ (em 2017 foi de 130 M€);
- A despesa corrente foi de 123,7 M€ correspondendo a 96,76% da despesa total (121,9 M€ em 2017, correspondendo a 93,78% da despesa total). Este aumento deve-se essencialmente ao aumento das despesas com pessoal;

- As despesas com pessoal foram de 81,9 M€, correspondendo a cerca 64,1% da despesa total (79,1 M€ em 2017, correspondendo a 60,9% da despesa total);
- A execução orçamental apresentou, em 31 de dezembro de 2018, um saldo de gerência anterior de 15,4 M€, o que corresponde a um aumento de 1,7 M€ em relação a 2017.

A tabela 8 apresenta alguns dos principais rácios associados à execução orçamental, assim com os saldos finais da demonstração orçamental.

Tabela 8 – Indicadores Orçamentais

Indicadores	2018	2017	Variação 2018-2017
Receitas correntes/Receitas totais	93,93%	93,64%	0,30 p.p.
Receita total/Receita orçamentada	104,66%	95,90%	7,99 p.p.
Despesas correntes/Despesa total	96,76%	93,78%	2,9 p.p.
Despesa total/Despesa orçamentada	103,34%	87,22%	5,20 p.p.
Despesa com pessoal/Despesa total	64,06%	60,84%	3,22 p.p.
Grau de execução orçamental da receita	101,50%	96,33%	5,17 p.p.
Grau de execução orçamental da despesa	90,63%	87,17%	3,83 p.p.
Saldo global	1 632 545 €	-867 599 €	2 500 144 €
Saldo corrente	-2 137 269 €	-1 002 409 €	-1 134 860 €
Saldo de capital	3 769 815 €	90 096 €	3 679 718 €
Saldo primário	1 632 545 €	-867 599 €	2 500 144 €

A diferença entre a receita efetiva e a despesa efetiva corresponde ao saldo global que teve uma variação positiva, em relação a 2017, de aproximadamente 2,5 M€, decorrente de dois fatores:

- O saldo de 2017 foi negativo, uma vez que a UMinho não foi ressarcida da dotação do OE para fazer face às alterações legislativas ocorridas no que respeita aos acréscimos remuneratórios observados nesse ano, decorrentes de alterações legislativas, tendo, por esse motivo em específico, obtido autorização para não cumprir com a regra do equilíbrio orçamental;
- O saldo em 2018 foi positivo, no valor de 1,6 M€, essencialmente devido ao facto de, nos últimos dias do ano de 2018, a UMinho ter recebido verbas consignadas a projetos de I&D, a serem executados no decorrer do ano de 2019.

O saldo corrente corresponde à diferença entre as receitas correntes e as despesas correntes. Este saldo teve uma variação negativa face a 2017, de cerca de 1,1 M€. Esta variação é justificada, essencialmente, pelo aumento dos encargos com pessoal.

A diferença entre a receita de capital e as despesas de capital correspondem ao saldo de capital. Este teve uma variação positiva de aproximadamente 3,7 M€, fruto do aumento da receita de capital, em 2018, maioritariamente relativa a projetos com financiamento da União Europeia.

O saldo global é igual ao saldo primário, dado que a UMinho não tem encargos financeiros relativos a juros.

6.2. Análise económica e financeira

A presente análise económica e financeira teve por base as contas anuais apresentadas pela UMinho nos períodos de 2018 e 2017. Esta é efetuada tendo em consideração a integração entre as diferentes óticas de análise, nomeadamente a financeira, a económica e a de caixa, sendo tal alcançado através da complementaridade entre as demonstrações financeiras.

Considerando a informação proporcionada pelas demonstrações financeiras do período em análise, preparadas de acordo com o normativo SNC-AP, apresenta-se, de seguida, uma análise das variações económicas e patrimoniais.

6.2.1. Posição Financeira: Balanço

6.2.1.1. Ativo

Na tabela 9 apresenta-se a evolução das principais rubricas do Ativo em 2018, comparativamente ao período homólogo.

Tabela 9 – Estrutura do Ativo

ATIVO	2018 (€)	Peso (%)	2017 (€)	Peso (%)	Variação 2018-2017	
					(€)	(%)
Ativo não corrente	124 054 300	46,7	126 797 454	52,7	-2 743 154	-2,2
Dev. p/ transf. e subs. não reemb.	98 474 655	37,1	74 028 821	30,8	24 445 834	33
Cientes, contribuintes e utentes	26 331 549	9,9	23 984 229	10	2 347 321	9,8
Outro ativo corrente	1 462 333	0,6	2 129 587	0,9	-667 254	-31,3
Caixa e depósitos	15 453 057	5,8	13 760 492	5,7	1 692 565	12,3
Total do Ativo	265 775 895	100	240 700 582	100	25 075 312	10,4

Ao nível de análise patrimonial, referente aos anos de 2018 e 2017, é possível destacar as seguintes variações nos elementos do Ativo:

- O ativo líquido da UMinho ascendeu, em 2018, ao montante de 265 775 895 €, o que representa um aumento de 25 075 312 € em relação ao ano transato. Este aumento é essencialmente justificado pelo aumento do Ativo corrente no montante de 27 818 466 €, nomeadamente pelo acréscimo da rubrica de devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis, na sequência do aumento do reconhecimento do direito a receber de subsídios não reembolsáveis com condições (assinatura de novos contratos de financiamento de projetos de I&D).
- As rubricas de clientes, contribuintes e utentes e outras contas a receber evidenciam um aumento de 1 447 220 €, apresentado na tabela 10, o qual decorre, essencialmente, do aumento da rubrica de propinas, explicado pelo aumento do número de estudantes inscritos referido no capítulo das atividades. O valor da propina a pagar pelo estudante é reconhecido no ato de inscrição, pela sua totalidade, sendo o fluxo económico periodizado.

Tabela 10 – Estrutura de dívidas de terceiros a curto prazo

Dívidas de terceiros a curto prazo	2018 (€)	2017 (€)	Variação (€)
Cientes e utentes	26 331 549	23 984 229	2 347 321
Outras contas a receber	1 133 378	2 033 479	-900 101
Total	27 464 927	26 017 707	1 447 220

A tabela 11 evidencia a desagregação do montante das dívidas de alunos, por tipo de oferta educativa que, no caso em apreço, apresenta um acréscimo no montante de 1 328 984 €.

Tabela 11 – Estrutura de Dívidas de Utentes

Dívidas de utentes	2018 (€)	2017 (€)	Variação (€)
Licenciaturas	5 791 570	6 045 134	-253 564
Mestrados	6 484 551	6 467 979	16 572
Doutoramento	5 839 511	4 962 631	876 880
Mestrado Integrado	5 219 676	5 033 621	186 055
Alunos Internacionais	1 070 708	575 243	495 465
Outras formações	65 182	57 606	7 575
Total	24 471 198	23 142 214	1 328 984

- No ativo corrente, a rubrica Caixa e depósitos registou um aumento no montante 1 692 565 €, decorrente do excedente orçamental verificado no final do ano de 2018 e também do reconhecimento, no período de 2018, de depósitos de garantias e cauções, no valor de 114 008,42 €.
- O ativo não corrente registou um decréscimo no valor de 2 743 154 €, sendo de destacar o peso significativo desta rubrica em 2018, cerca de 47%, no total do Ativo. Para este decréscimo contribuiu essencialmente o valor dos ativos fixos tangíveis, cujo montante diminuiu 2 828 360 €, conforme se encontra evidenciado na tabela 12.

Tabela 12 – Estrutura do Ativo Fixo Tangível

Ativos Fixos Tangíveis	2018 (€)	2017 (€)	Variação (€)
Terrenos e recursos naturais	10 374 029	7 287 874	3 086 155
Edifícios e outras construções	100 296 254	104 610 945	-4 314 691
Equipamento básico	8 178 938	9 270 496	-1 091 558
Equipamento de transporte	0	0	0
Equipamento administrativo	1 252 861	1 943 151	-690 290
Outros Ativos Fixos Tangíveis	88 986	1 575	87 411
Ativos fixos tangíveis em curso	266 467	171 853	94 614
Total	120 457 534	123 285 894	-2 828 360

6.2.1.2. Património Líquido e Passivo

A evolução das principais rubricas do Património Líquido em 2018, comparativamente ao período de 2017, é apresentada na tabela seguinte.

Tabela 13 – Estrutura do Património Líquido

PATRIMÓNIO LÍQUIDO	2018		2017		Variação 2018-2017 (€)
	Valor (€)	%	Valor (€)	%	
Património	138 319 591	108,6	138 319 591	177,0	0
Resultados transitados	-60 769 827	-47,7	-58 769 991	-75,2	-1 999 837
Ajustamentos em ativos financeiros	0	0,0	688 983	0,9	-688 983
Outras variações no património líquido	52 299 682	41,0	624 725	0,8	51 674 957
Resultado líquido do período	-2 442 699	-1,9	-2 731 712	-3,5	289 013
Total do Património Líquido	127 406 747	100	78 131 597	100	49 275 150

Conforme evidenciado na tabela anterior, o património da UMinho não registou qualquer alteração, tendo o montante do Património Líquido atingido o valor de 127 406 747 €, o qual evidencia um aumento de 63,1% face ao ano de 2017, decorrente essencialmente:

- Do acréscimo registado na rubrica outras variações no património líquido, no montante de 51 674 957 €, o qual se justifica essencialmente pelo facto de em 2017 os subsídios ao investimento terem sido reconhecidos na rubrica de proveitos diferidos cujo valor foi, em 2018, decorrente da adoção do novo referencial contabilístico SNC-AP, reclassificado para a rubrica de outras variações no património líquido.
- A rubrica de ajustamentos em ativos financeiros não apresenta qualquer valor em 2018, decorrente do reconhecimento no período dos investimentos financeiros ao método do custo, conforme estipulado no normativo SNC-AP. No período de 2017, a UMinho utilizou o método de equivalência patrimonial, tendo refletido no seu património líquido as alterações de capital das suas participadas. Assim, em 2018, decorrente da aplicação do SNC-AP, o montante incluído na rubrica de ajustamentos em ativos financeiros foi transferido para os resultados transitados.

Em 2018 o passivo da UMinho registou uma diminuição no montante de 24 199 837 €, conforme evidenciado na tabela 14.

Tabela 14 – Estrutura do Passivo

PASSIVO	2018		2017		Variação 2018-2017	
	Valor (€)	%	Valor (€)	%	Valor (€)	%
Passivo não corrente	492 817	0,4	124 827	0,1	367 990	294,8
Fornecedores	180 610	0,1	2 227 531	1,4	-2 046 922	-91,9
Estado e outros entes públicos	3 303 255	2,4	3 007 165	1,8	296 090	9,8
Outras contas a pagar	15 631 775	11,3	12 292 935	7,6	3 338 841	27,2
Diferimentos	118 624 287	85,7	144 916 527	89,1	-26 292 240	-18,1
Outro passivo corrente	136 404	0,1	0	0,0	136 404	-
Total do Passivo	138 369 148	100	162 568 985	100	-24 199 837	-14,9

Relativamente à evolução do passivo destaca-se o seguinte:

- A diminuição significativa do valor em dívida a fornecedores, no montante de 2 M€, deve-se à classificação em acréscimos de gastos de faturas datadas de 2018 e rececionadas em 2019;
- O valor refletido na rubrica Estado e outros entes públicos corresponde essencialmente a impostos de 2018 que serão pagos em 2019 (CGA, IVA e IRS) e à retenção de outros encargos;
- Na rubrica de outras contas a pagar registou-se um aumento de 3,3 M€ justificado essencialmente pelo reconhecimento, no período de 2018, de acréscimos de gastos. De referir que deste valor acrescido, grande parte já se encontra liquidado à data da aprovação das contas;
- A rubrica de diferimentos registou uma diminuição, decorrente do facto de esta refletir, em 2017, os proveitos diferidos relativos a transferências e subsídios de capital que foram, em 2018, reclassificados para o Património Líquido, nomeadamente para a rubrica de outras variações no património líquido, de acordo com o estipulado no SNC-AP;
- Procedeu-se ao reconhecimento, em 2018, de todas as garantias e cauções pecuniárias no valor de 114 008 €, as quais estão refletidas na rubrica outros passivos financeiros.

6.2.2. Desempenho: Demonstração dos Resultados

No período de 2018 a UMinho obteve um resultado líquido do período negativo, na ordem dos 2 442 699 €, tendo-se verificado uma variação positiva face ao ano anterior, no montante de 289 013 €, cujas variações estão identificadas na tabela 15.

Tabela 15 – Estrutura do Resultado

	2018 (€)	2017 (€)	Variação 2018-2017
Impostos e taxas	25 539 590	23 504 993	2 034 597
Vendas	14 820	172 579	-157 758
Prestações de serviços	3 612 007	3 904 407	-292 400
Transferências correntes e subsídios correntes obtidos	98 934 669	96 470 106	2 464 563
Fornecimentos e Serviços Externos	-22 928 773	-24 114 379	1 185 606
Gastos com pessoal	-82 671 277	-79 136 542	-3 534 735
Transferências e subsídios concedidos	-18 361 313	-17 869 843	-491 470
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-497 153	-92 319	-404 834
Provisões (aumentos/reduções)	-367 990	0	-367 990
Imparidade de invest. não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-113 000	0	-113 000
Outros rendimentos e ganhos	3 050 600	1 630 043	1 420 557
Outros gastos e perdas	-1 439 640	-400 194	-1 039 446
EBITDA	4 772 540	4 068 850	703 689
Depreciações e Amortizações	-7 066 402	-6 705 622	-360 780
Resultado Operacional (EBIT)	-2 293 862	-2 636 771	342 909
Resultado Financeiro	-148 837	-94 941	-53 896
Resultado Líquido do Período	-2 442 699	-2 731 712	289 013

6.2.2.1 Estrutura dos Rendimentos

A estrutura dos rendimentos é apresentada na tabela 16, sendo que o total de rendimentos reflete uma evolução positiva de cerca de 5,2 M€ face ao período de 2017. Esta variação justifica-se essencialmente devido:

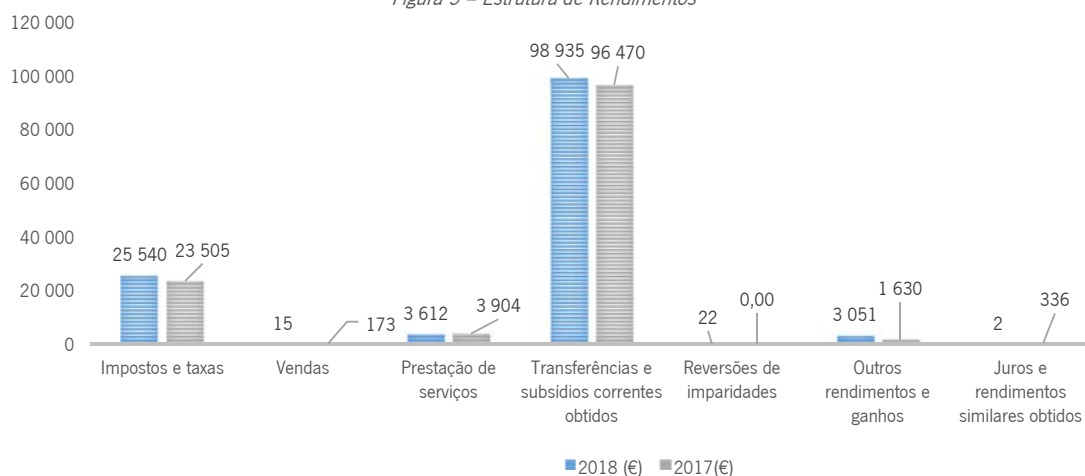
- Ao aumento do financiamento obtido para projetos de investigação a decorrer na UMinho, assim como ao das verbas do Orçamento do Estado, decorrente das alterações legislativas associadas ao aumento dos custos com pessoal, sendo possível observar na figura 5, que as transferências e subsídios correntes obtidos são os que possuem um peso mais significativo na estrutura dos rendimentos totais (75,42%);
- Ao acréscimo das receitas próprias, através da liquidação de propinas no valor de 2 034 597 €, representando 19,47% dos rendimentos totais;

- Ao reconhecimento de uma reversão de perda por imparidade no valor de 22 227 €, respeitante a dívidas de propinas referentes ao ano letivo 2007/2008, para as quais já tinham sido constituídas perdas por imparidade.

Tabela 16 – Estrutura de Rendimentos

RENDIMENTOS	2018 (€)	Peso (%)	2017(€)	Peso (%)	Variação 2018-2017 (€)
Impostos e taxas	25 539 590	19,47	23 504 993	18,65	2 034 597
Vendas	14 820	0,01	172 579	0,14	-157 758
Prestação de serviços	3 612 007	2,75	3 904 407	3,10	-292 400
Transferências e subsídios correntes obtidos	98 934 669	75,42	96 470 106	76,55	2 464 563
Reversões de imparidades	22 227	0,02	0,00	0,00	22 227
Outros rendimentos e ganhos	3 050 600	2,33	1 630 043	1,29	1 420 557
Juros e rendimentos similares obtidos	2 328	0,00	335 650	0,27	-333 322
Total	131 176 241	100	126 017 779	100	5 158 462

Figura 5 – Estrutura de Rendimentos



6.2.3. Estrutura dos Gastos

No período de 2018 a estrutura dos gastos, apresentada na tabela e figura infra, evidencia uma variação total positiva de cerca 4,9 M€, a qual terá um efeito negativo no património líquido, devido essencialmente:

- Ao aumento dos gastos com pessoal decorrentes das alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório e também da criação líquida de postos de trabalho, tendo estes um peso de 61,87% dos gastos totais;
- Ao reforço no período de perdas por imparidades de dívidas a receber no montante de 519 380 €, referentes a ativos geradores de caixa, nomeadamente referente a clientes e utentes;
- Ao reconhecimento de uma perda por imparidade, no montante de 113 000 €, referente a uma participada da UMinho, a SPINPARK;
- Ao aumento dos gastos com depreciações e amortizações, decorrente da diminuição da vida útil de alguns ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento, em resultado da implementação do SNC-AP, concretamente do CC2, assim como, do aumento da aquisição de ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Ao reconhecimento de provisões no montante de 367 990 € referentes a processos judiciais em curso.

Tabela 17 – Estrutura de Gastos

GASTOS	2018 (€)	Peso (%)	2017(€)	Peso (%)	Variação 2018-2017 (€)
Fornecimentos e serviços externos	22 928 773	17,16	24 114 379	18,73	-1 185 606
Gastos com pessoal	82 671 277	61,87	79 136 542	61,47	3 534 735
Transferências e subsídios concedidos	18 361 313	13,74	17 869 843	13,88	491 470
Perdas por imparidade	632 380	0,47	92 319	0,07	540 061
Provisões	367 990	0,28	0,00	0,00	367 990
Outros gastos e perdas	1 439 640	1,08	400 194	0,31	1 039 446
Gastos de depreciação e amortização	7 066 402	5,29	6 705 622	5,21	360 780
Juros e gastos similares suportados	151 165	0,11	430 591	0,33	-279 426
Total	133 618 940	100	128 749 491	100	4 869 449

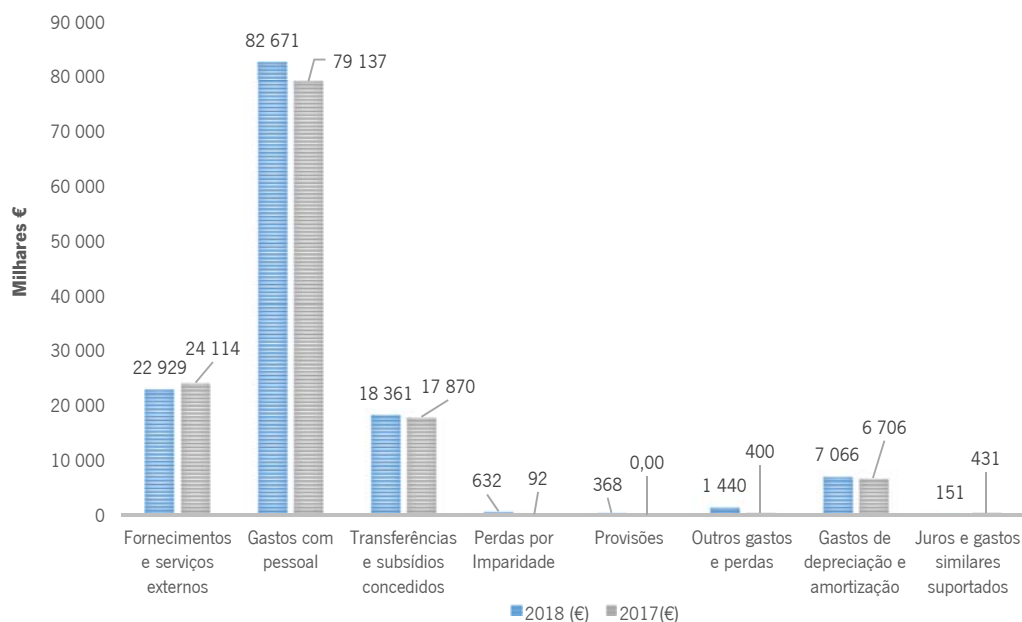


Figura 6 – Estrutura de Gastos

6.2.4. Evolução dos Resultados

Em síntese, apresenta-se na tabela 18 a estrutura de resultados da UMinho, de referir que os resultados operacionais e o resultado líquido do período da UMinho são negativos, apesar de se ter registado uma evolução favorável (de 342 909 € e 289 013 €, respetivamente) face ao período homólogo, justificados essencialmente pela inclusão do valor das depreciações e amortizações do período, que rondam anualmente o montante de 7 M€, tendo esta rubrica registado em 2018, um acréscimo decorrente da diminuição da vida útil de alguns ativos fixos tangíveis, em virtude da adoção do SNC-AP.

Tabela 18 – Evolução dos Resultados

Resultados	2018 (€)	2017 (€)	Variação 2018-2017
Resultados Antes de Depreciação e Gastos de Financiamento	4 772 540	4 068 850	703 689
Resultados Operacional (antes de gastos de financiamento)	-2 293 862	-2 636 771	342 909
Resultado Líquido do Período	-2 442 699	-2 731 712	289 013

Importa destacar o EBITDA (Resultados antes de Depreciações e Gastos de Financiamento) registado no período de 2018, o qual rondou os 4,8 M€, que, comparativamente ao período anterior, aumentou 703 689 €. O resultado líquido

do período de 2018 registou um aumento, apesar de refletir ainda um valor negativo bastante significativo, no montante de 2 442 699 €.

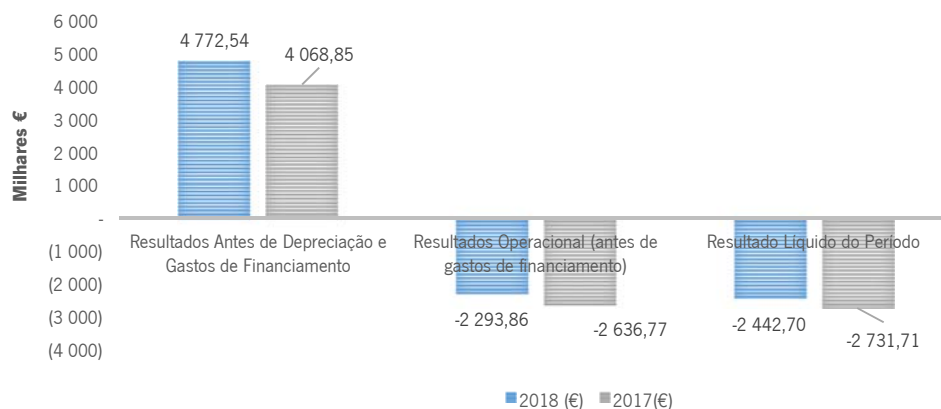


Figura 7 – Estrutura dos Resultados

6.2.5. Alterações na Posição Financeira: Demonstração dos Fluxos de Caixa

Durante o período de 2018, e conforme evidenciado na tabela 19, os recebimentos totais atingiram o montante de 93 347 259 €, tendo superado os pagamentos efetuados ao longo do período, os quais ascenderam a cerca de 91 654 694 €, registando-se uma variação de caixa e seus equivalentes no montante de 1 692 565 €.

Tabela 19 – Estrutura de Recebimentos e Pagamentos

Recebimentos Provenientes de:	2018 (€)
Atividades Operacionais	93 344 932
Clientes	45 386 157
Utentes	22 961 343
Outros recebimentos	24 997 432
Atividades de Investimento	2 328
Juros e rendimentos similares	2 328
Total de Recebimentos	93 347 259
Pagamentos Respeitantes a:	
Atividades Operacionais	87 855 965
Fornecedores	22 453 035
Pessoal	65 402 930
Atividades de Investimento	3 798 730
Ativos fixos tangíveis	3 643 204
Ativos intangíveis	125 525
Investimentos Financeiros	30 000
Total de Pagamentos	91 654 694
Fluxo das atividades Operacionais	5 488 967
Fluxo das atividades de Investimento	-3 796 402
Variação de Caixa e seus equivalentes	1 692 565

O fluxo das atividades operacionais foi positivo, no montante de 5 488 967 €, em virtude de os recebimentos provenientes das atividades operacionais terem superado os respetivos pagamentos.

Quanto ao fluxo das atividades de investimento, o mesmo foi negativo, no montante de 3 796 402 €, o qual corresponde aos pagamentos respeitantes à aquisição de ativos fixos tangíveis e intangíveis no valor global de 3 768 730 € e ao suprimento efetuada a uma participada da UMinho no montante de 30 000 €.

No período de 2018 não se registaram operações associadas à atividade de financiamento, sendo nulo o fluxo das mesmas, uma vez que as entidades da administração central, nomeadamente fundações públicas, têm restrições na contração de financiamentos bancários.

6.2.6. Principais Indicadores Económicos e Financeiros

De um modo geral, verificaram-se alterações significativas nas diversas demonstrações económico-financeiras, por força da adoção, do SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Relativamente à análise económico e financeira do período de 2018, importa realçar os seguintes indicadores:

- O ativo líquido em 2018 situou-se nos 265,8 M€ (240,7 M€ em 2017);
- O total do passivo em 2018 ascende a 138,4 M€ (162,6 M€ em 2017);
- Os gastos com pessoal representam cerca de 61,9% dos gastos totais em 2018 (61,5% em 2017);
- O total dos rendimentos do período de 2018 foi de 131,2 M€ (126 M€ em 2017);
- O resultado líquido do período situou-se nos -2,4 M€ (-2,7 M€ em 2017);
- O EBITDA do período rondou os 4,8 M€ (4,1 M€ em 2017).

De seguida expõe-se os principais indicadores financeiros:

▪ Solvabilidade



O indicador de solvabilidade permite avaliar a capacidade da UMinho fazer face aos compromissos assumidos a médio e longo prazo. No período em análise verifica-se uma melhoria da solvabilidade apresentada pela UMinho. A variação verificada de 44,02 p.p. (de 48,06% para 92,08%) é explicada essencialmente pela alteração da política contabilística prevista no SNC-AP, que prevê o reconhecimento no património dos subsídios ao investimento. De acordo com as normas do anterior normativo, POC Educação, este montante, que ascende a 51,6 M€, era reconhecido no Passivo (proveitos diferidos).

▪ Rentabilidade do Património Líquido e Rentabilidade do Ativo



No que respeita à rentabilidade do Património Líquido (-1,92%) e da rentabilidade do Ativo (-0,92%), verifica-se uma variação positiva uma vez que o Resultado Líquido do Período da UMinho foi, ao longo dos anos, tendencialmente negativo, justificado pelo valor das depreciações e amortizações que rondam anualmente o montante de 7 M€. Refira-se que estes rácios são ligeiramente superiores face ao ano anterior, uma vez que se verificou um aumento no Património Líquido e no Ativo, pelos motivos anteriormente expostos.

▪ Autonomia Financeira



A autonomia financeira avalia a capacidade do património líquido da UMinho financiar o seu ativo total. No período em análise a UMinho apresenta uma capacidade de financiar as suas atividades através do seu património líquido em mais 15,48 p.p. (de 32,46% para 47,94%), decorrente essencialmente da transferência dos subsídios ao investimento para o património líquido.

▪ Liquidez Geral

O indicador da liquidez geral traduz a capacidade que a UMinho tem para solver os compromissos de curto prazo. Como se observa, houve uma variação positiva de 32,67 p.p, uma vez que em 2018 o ativo corrente da UMinho excedeu em 3,8 M€ o seu passivo corrente.

7. Obrigações fiscais

No cumprimento da legislação em vigor, o Conselho de Gestão informa que não existem quaisquer dívidas vencidas à Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações, ADSE – Assistência na Doença a Servidores do Estado, e Autoridade Tributária (decorrentes de IVA ou IRS), pelo que a UMinho apresenta, a 31 de dezembro de 2018, a sua situação fiscal devidamente regularizada.

8. Proposta de aplicação dos resultados individuais

É convicção do Conselho de Gestão, que o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas individuais da UMinho, elaborados de acordo com o SNC-AP, com as Instruções do Tribunal de Contas e com as normas e princípios contabilísticos geralmente aceites, retratam de forma clara e apropriada, os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira e o resultado das operações da entidade contabilística UMinho, para o período de 2018.

Pelo referido, e tendo em conta que no período findo em 31 de dezembro de 2018 apurou-se um Resultado Líquido do Período negativo, no montante de 2 442 699 €, o Conselho de Gestão propõe que a totalidade deste resultado seja transferida para Resultados Transitados.

9. Análise orçamental e financeira consolidada

9.1. Análise orçamental

A análise orçamental que se apresenta teve em consideração as contas consolidadas apresentadas pelo Grupo Público UMinho no período de relato. Para tal analisam-se as principais variações ao nível das óticas financeira, liquidações e obrigações, e monetária, pagamentos e recebimentos, refletidas nas demonstrações orçamentais consolidadas.

Para a elaboração das demonstrações orçamentais consolidadas e em conformidade com o preceituado na NCP n.º 26, procedeu-se à consolidação através do método da simples agregação, tendo-se incluído no perímetro de consolidação orçamental as seguintes entidades públicas:

- Serviços de Ação Social da Universidade do Minho;
- Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva;
- Instituto Confúcio.

9.1.1. Recebimentos e Pagamentos Consolidados

A tabela 20 apresenta informação relativa à desagregação dos recebimentos consolidados do Grupo Público UMinho, discriminados por rubrica orçamental, com o objetivo de efetuar uma análise comparativa entre períodos e rubricas.

Tabela 20 – Desagregação dos Recebimentos Consolidados

Recebimentos	2018		2017		Variação 2018-2017	
	(€)	Peso (%)	(€)	Peso (%)	(€)	(%)
Recebimentos Correntes	129 072 589	94,25	128 308 838	93,97	763 751	0,60
R1 Receita Fiscal	0	0,00	5 000	0,00	-5 000,00	-100,00
R11 Impostos diretos	0	0,00	0	0,00	0,00	-
R12 Impostos indiretos	0	0,00	5 000	0,00	-5 000,00	-100,00
R2 Contribuições SS, CGA e ADSE	0	0,00	0	0,00	0,00	-
R3 Taxas, multas e outras penalidades	23 724 672	17,32	24 268 740	17,77	-544 068,12	-2,24
R4 Rendimentos de propriedade	2 639	0,00	2 164	0,00	474,49	21,93
R5 Transferências Correntes	95 518 044	69,75	93 470 170	68,46	2 047 874,42	2,19
R51 Administrações Públicas	63 928 224	46,68	61 927 902	45,35	2 000 321,88	3,23
R511 Adm. Central - Estado	62 421 746	45,58	60 824 978	44,55	1 596 767,65	2,63
R512 Adm. Central – Out. Entidades	1 471 217	1,07	1 102 924	0,81	368 293,01	33,39
R513 Segurança Social	0	0,00	0	0,00	0,00	-
R514 Administração Regional	0	0,00	0	0,00	0,00	-
R515 Administração Local	35 261	0,03	31 000	0,02	4 261,22	13,75
R52 Exterior - U.E	28 451 798	20,78	28 165 309	20,63	286 488,61	1,02
R53 Outras	3 138 022	2,29	3 345 958	2,45	-207 936,07	-6,21
R6 Vendas de bens e serviços	9 827 234	7,18	10 561 776	7,74	-734 541,87	-6,95
R7 Outras receitas correntes	1	0,00	988	0,00	-987,73	-99,94
Recebimentos de capital	7 875 191	5,75	8 232 621	6,03	-357 430	-4,34
R8 Vendas de bens de investimento	120	0,00	0	0,00	120	-
R9 Transferências de capital	7 843 727	5,73	8 178 297	5,99	-334 571	-4,09
R91 Administrações Públicas	7 826 807	5,72	8 178 297	5,99	-351 491	-4,30
R911 Adm. Central - Estado	0	0,00	0	0,00	0	-
R912 Adm. Central - Out. Entidades	7 826 807	5,72	8 178 297	5,99	-351 491	-4,30
R913 Segurança Social	0	0,00	0	0,00	0	-
R914 Administração Regional	0	0,00	0	0,00	0	-
R915 Administração Local	0	0,00	0	0,00	0	-
R92 Outras	16 920	0,01	0	0,00	16 920	-
R10 Outras receitas de capital	0	0,00	0	0,00	0	-
R11 RNAP	31 344	0,02	54 324	0,04	-22 980	-42,30
R12 Receita com ativos financeiros	0	0,00	0	0,00	0	-
R13 Receita com passivos financeiros	0	0,00	0	0,00	0	-
Total Recebimentos	136 947 781	100,00	136 541 460	100,00	406 321	0,30

Conforme se pode observar pela análise da tabela anterior, não se verificou uma variação significativa entre períodos dos recebimentos consolidados (0,30%), tanto ao nível dos recebimentos totais, como ao nível dos recebimentos de capital e correntes.

De referir que tanto em 2017 como em 2018 os recebimentos correntes representam quase a totalidade dos recebimentos do Grupo (cerca de 94%), sendo de realçar as rubricas de transferências correntes, em particular a rubrica relativa aos recebimentos por via do orçamento do Estado (45% em 2017 e 46% em 2018).

Convém ainda realçar os recebimentos obtidos pelo Grupo, através das rubricas de transferências recebidas da UE, e propinas e outras taxas, as quais têm um peso conjunto de 38% dos recebimentos.

A tabela 21 apresenta informação relativa à desagregação dos pagamentos consolidados do Grupo Público UMinho, discriminados por rubrica orçamental, com o objetivo de efetuar uma análise comparativa entre períodos e rubricas.

Tabela 21 – Desagregação dos Pagamentos Consolidados

Pagamentos	2018 (€)		2017 (€)		Variação 2018-2017	
	(€)	Peso (%)	(€)	Peso (%)	(€)	(%)
Pagamentos Correntes	130 930 843	96,72	128 759 958	93,77	2 170 885	1,69
D1 Despesas com o pessoal	85 551 828	63,20	82 420 837	60,03	3 130 991	3,80
D11 Rem. Certas e Permanentes	67 475 243	49,85	64 934 404	47,29	2 540 839	3,91
D12 Abonos Variáveis ou Eventuais	1 965 294	1,45	1 730 441	1,26	234 853	13,57
D13 Segurança Social	16 111 291	11,90	15 755 992	11,47	355 299	2,26
D2 Aquisição de bens e serviços	27 157 564	20,06	28 046 475	20,43	-888 911	-3,17
D3 Juros e outros encargos	258	0,00	0	0,00	258	-
D4 Transferências correntes	17 924 580	13,24	18 011 741	13,12	-87 161	-0,48
D41 Administrações Públicas	2 698 221	1,99	3 006 273	2,19	-308 051	-10,25
D411 Adm. Central – Estado	0	0,00	0	0,00	0	-
D412 Adm. Central – Outras entidades	2 698 221	1,99	3 006 273	2,19	-308 051	-10,25
D413 Segurança Social	0	0,00	0	0,00	0	-
D414 Administração Regional	0	0,00	0	0,00	0	-
D415 Administração Local	0	0,00	0	0,00	0	-
D42 Instituições sem Fins Lucrativos	1 904 035	1,41	1 293 946	0,94	610 089	47,15
D43 Famílias	11 202 545	8,28	10 661 965	7,76	540 580	5,07
D44 Outras	2 119 779	1,57	3 049 558	2,22	-929 779	-30,49
D5 Subsídios	0	0,00	0	0,00	0	-
D6 Outras despesas correntes	296 613	0,22	280 905	0,20	15 707	5,59
Pagamentos de Capital	4 434 921	3,28	8 550 651	6,23	-6 060 575	-70,88
D7 Investimento	4 432 921	3,27	8 548 651	6,23	-4 115 730	-48,14
D8 Transferências de capital	0	0,00	0	0,00	0	-
D81 Administrações Públicas	0	0,00	0	0,00	0	-
D811 Adm. Central - Estado	0	0,00	0	0,00	0	-
D812 Adm. Central - Outras entidades	0	0,00	0	0,00	0	-
D813 Segurança Social	0	0,00	0	0,00	0	-
D814 Administração Regional	0	0,00	0	0,00	0	-
D815 Administração Local	0	0,00	0	0,00	0	-
D82 Outras	0	0,00	0	0,00	0	-
D9 Outras despesas de capital	0	0,00	0	0,00	0	-
D10 Despesa com ativos financeiros	2 000	0,00	2 000	0,00	0	0,00
D11 Despesa com passivos financeiros	0	0,00	0	0,00	0	-
Total de Pagamentos	135 365 764	100,00	137 310 609	100,00	-1 944 845	-1,42

No que concerne aos pagamentos consolidados do Grupo, também não se verificou uma variação significativa nos mesmos, tal como verificado ao nível dos recebimentos. Contudo, é de referir que o Grupo Público UMinho registou uma variação positiva de 1,73 p.p. entre o total dos recebimentos e o total dos pagamentos.

Tal como em 2017, em 2018, os pagamentos mais significativos relacionam-se com as despesas correntes (cerca de 97%), sendo de realçar as rubricas de despesas com o pessoal e a de aquisição de bens e serviços, as quais representam em conjunto cerca de 83% do total dos pagamentos.

9.1.2. Direitos e Obrigações Consolidados

A tabela 22 apresenta os direitos consolidados do Grupo Público UMinho, discriminados por rubrica orçamental, com o objetivo de se efetuar uma análise comparativa ao peso de cada rubrica relativamente ao total dos direitos.

Tabela 22 – Desagregação dos Direitos Consolidados

Direitos	(€)	Peso (%)
Direitos Correntes	132 011 071	94,37
R1 Receita Fiscal	0	0,00
R11 Impostos diretos	0	0,00
R12 Impostos indiretos	0	0,00
R2 Contribuições SS, CGA e ADSE	0	0,00
R3 Taxas, multas e outras penalidades	25 418 285	18,17
R4 Rendimentos de propriedade	2 328	0,00
R5 Transferências Correntes	96 295 603	68,84
R51 Administrações Públicas	63 936 876	45,71
R511 Administração Central - Estado	62 411 293	44,62
R512 Administração Central - Outras entidades	1 481 928	1,06
R513 Segurança Social	0	0,00
R514 Administração Regional	0	0,00
R515 Administração Local	43 654	0,03
R52 Exterior - U.E	28 355 536	20,27
R53 Outras	4 003 192	2,86
R6 Vendas de bens e serviços	10 294 854	7,36
R7 Outras receitas correntes	1	0,00
Direitos de Capital	7 876 170	5,63
R8 Vendas de bens de investimento	120	0,00
R9 Transferências de capital	7 843 709	5,61
R91 Administrações Públicas	7 826 789	5,60
R911 Administração Central - Estado	0	0,00
R912 Administração Central - Outras entidades	7 826 789	5,60
R913 Segurança Social	0	0,00
R914 Administração Regional	0	0,00
R915 Administração Local	0	0,00
R92 Outras	16 920	0,01
R10 Outras receitas de capital	0	0,00
R11 Reposição não abatidas aos pagamentos	32 341	0,02
R12 Receita com ativos financeiros	0	0,00
R13 Receita com passivos financeiros	0	0,00
Total de Direitos	139 887 241	100,00

Como se observa e em consonância com os recebimentos consolidados, os direitos correntes representam 94% dos direitos do Grupo, onde se destaca a rubrica de transferências correntes, em particular a rubrica respeitante ao orçamento do Estado, com um peso de aproximadamente 45%.

Do mesmo modo, e em consonância com o verificado nos recebimentos consolidados, as rubricas de transferências recebidas da UE, e propinas e outras taxas, representam no seu conjunto 38% dos direitos consolidados.

Com o objetivo de se efetuar uma análise comparativa ao peso de cada rubrica relativamente ao total das obrigações consolidadas do Grupo, a tabela 23 evidencia as obrigações consolidadas discriminadas por rubrica orçamental.

Tabela 23 – Desagregação das Obrigações Consolidadas

Obrigações	(€)	Peso (%)
Obrigações Correntes	134 535 261,5	96,76
D1 Despesas com o pessoal	88 699 990	63,80
D11 Remunerações Certas e Permanentes	69 379 750	49,90
D12 Abonos Variáveis ou Eventuais	1 982 985	1,43
D13 Segurança Social	17 337 255	12,47
D2 Aquisição de bens e serviços	27 458 222	19,75
D3 Juros e outros encargos	258	0,00
D4 Transferências correntes	18 050 736	12,98
D41 Administrações Públicas	2 698 754	1,94
D411 Administração Central – Estado	0	0,00
D412 Administração Central - Outras entidades	2 698 754	1,94
D413 Segurança Social	0	0,00
D414 Administração Regional	0	0,00
D415 Administração Local	0	0,00
D42 Instituições sem Fins Lucrativos	2 012 932	1,45
D43 Famílias	11 204 619	8,06
D44 Outras	2 134 431	1,54
D5 Subsídios	0	0,00
D6 Outras despesas correntes	326 055	0,23
Obrigações de Capital	4 498 558,4	3,24
D7 Investimento	4 496 558	3,23
D8 Transferências de capital	0	0,00
D81 Administrações Públicas	0	0,00
D811 Administração Central - Estado	0	0,00
D812 Administração Central - Outras entidades	0	0,00
D813 Segurança Social	0	0,00
D814 Administração Regional	0	0,00
D815 Administração Local	0	0,00
D82 Outras	0	0,00
D9 Outras despesas de capital	0	0,00
D10 Despesa com ativos financeiros	2 000	0,00
D11 Despesa com passivos financeiros	0	0,00
Total de Obrigações	139 033 820	100,00

Quanto às obrigações consolidadas do Grupo, e na linha do que vem sendo referido, as obrigações correntes continuam a ser as mais significativas, as quais representam cerca de 97% das mesmas.

Em conformidade com os pagamentos consolidados, a rubrica de despesas de pessoal e aquisições de serviços têm uma representatividade de aproximadamente 84%.

9.1.3. Principais Indicadores Orçamentais Consolidados

Considera-se pertinente destacar, em forma de resumo, e como evidenciado pela tabela 24, os indicadores orçamentais consolidados do Grupo Público UMinho no período de 2018:

- Os recebimentos consolidados totais foram de 136,9 M€;
- Os recebimentos correntes consolidados foram de 129,1 M€ correspondendo a 94,25% dos recebimentos totais;
- Os pagamentos consolidados totais ascenderam a 135,4 M€;
- Os pagamentos correntes consolidados foram de 130,9 M€ correspondendo a 96,72% dos recebimentos totais consolidados;
- Os direitos consolidados ascenderam a 139,9 M€, sendo que destes 94,37% dizem respeito a direitos correntes.

As obrigações consolidadas foram de 139 M€, das quais 96,76% corresponderam a obrigações correntes.

Tabela 24 – Indicadores Orçamentais

Indicadores	2018 (%)	2017 (%)
Recebimento correntes/Recebimentos totais	94,25	93,97
Pagamentos correntes/Pagamentos totais	96,72	93,77
Direitos correntes/Direitos totais	94,37	-
Obrigações correntes/Obrigações totais	96,76	-

9.2. Análise Económica e Financeira Consolidada

A presente análise económica e financeira teve em consideração as contas consolidadas apresentadas pelo Grupo Público UMinho no período de relato. Para tal analisaram-se as principais variações ao nível das óticas financeira, económica e monetária refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Para a elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foi definido o perímetro de consolidação, tendo-se aplicado o método da consolidação integral às entidades controladas (CVR, TecMinho, APSI e SASUM) e o método da equivalência patrimonial às entidades associadas (CENTI, CCG, CCAB, PIEP, IC e BLCS). As restantes entidades nas quais a UMinho detém uma participação, mas sem influência significativa foram excluídas do perímetro de consolidação, estando reconhecidas ao custo nas contas individuais da UMinho.

9.2.1. Posição Financeira: Balanço Consolidado

9.2.1.1. Ativo Consolidado

Na tabela 25 apresenta-se a evolução das principais rubricas do Ativo em 2018, comparativamente ao período homólogo.

Tabela 25 – Estrutura do Ativo Consolidado

ATIVO	2018 (€)	Peso (%)	2017 (€)	Peso (%)	Variação 2018-2017	
					(€)	(%)
Ativo não corrente	144 059 849	49,14	144 979 489	54,23	-919 639	-0,63
Dev. p/ transf. e subs. não reemb.	98 474 655	33,59	0	0,00	98 474 655	-
Clientes, contribuintes e utentes	27 525 548	9,39	25 088 558	9,39	2 436 990	9,71
Outro ativo corrente	5 532 547	1,89	80 693 700	30,19	-75 161 153	-93,14
Caixa e depósitos	17 543 450	5,98	16 558 966	6,19	984 484	5,95
Total	293 136 050	100	267 320 713	100	25 815 337	9,66

Ao nível de análise financeira, referente aos anos de 2018 e 2017, é possível destacar as seguintes variações nos elementos do Ativo:

- O ativo líquido do Grupo Público UMinho ascendeu, em 2018, ao montante de 293 M€, o que representa um aumento de 25 815 m€ em relação ao ano transato. Este aumento, é essencialmente justificado pelo aumento do ativo corrente no montante de 26 735 m€, o qual se deve fundamentalmente à variação registada na entidade mãe, essencialmente pelo acréscimo da rubrica de devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis, na sequência do aumento do reconhecimento do direito a receber de subsídios não reembolsáveis, com condições (assinatura de novos contratos de financiamento de projetos de I&D).
- A rubrica de clientes, contribuintes e utentes evidencia uma variação de 2,4 M€, a qual diz respeito maioritariamente à variação registada na entidade mãe (96%).
- O ativo não corrente do Grupo Público UMinho registou um decréscimo no valor de 919 639 €, o qual se deve fundamentalmente à diminuição verificada na entidade mãe, no valor de 2,7 M€, sendo compensada por uma variação positiva decorrente da consolidação. De referir, que as variações negativas referem-se essencialmente às depreciações e amortizações do período e as variações positivas às adições registadas no ativo não corrente.

9.2.1.2. Património Líquido e Passivo Consolidados

A evolução das principais rubricas do Património Líquido Consolidado em 2018, comparativamente ao período de 2017, é apresentada na tabela seguinte.

Tabela 26 – Estrutura do Património Líquido Consolidado

PATRIMÓNIO LÍQUIDO	2018 (€)	Peso (%)	2017 (€)	Peso (%)	Variação 2018-2017	
					(€)	(%)
Património	140 621 464	93,73	140 621 464	161,5	0	0,00
Reservas	0	0	22 818	0,03	-22 818	-100,00
Resultados transitados	-55 307 489	-36,86	-52 297 775	-60,09	-3 009 715	5,75
Ajustamentos em ativos financeiros	2 550 934	1,70	-172 296	-0,20	2 723 230	-1 580,56
Outras variações no património líquido	63 945 813	42,62	739 283	0,85	63 206 530	8 549,71
Resultado líquido do período	-2 832 064	-1,89	-2 777 554	-3,19	-54 509	1,96
Interesses que não controlam	1 049 169	0,70	895 277	1,03	153 892	17,19
Total	150 027 828	100	87 031 218	100	62 996 610	72,38

Conforme evidenciado na tabela anterior, o património consolidado do Grupo Público UMinho não registou qualquer alteração, em virtude de não se terem verificado alterações na rubrica património/capital da UMinho e das suas entidades controladas.

Relativamente ao montante do património líquido consolidado no valor de 150 M€, o qual evidencia um aumento de 72,4% face ao ano de 2017, que decorre fundamentalmente:

- Do acréscimo registado na rubrica outras variações no património líquido, no montante de 63 207 m€, o qual se justifica essencialmente pelo facto de, em 2017, os subsídios ao investimento terem sido reconhecidos na rubrica de proveitos diferidos cujo valor, decorrente da adoção do novo referencial contabilístico SNC-AP, em 2018 foi reclassificado para a rubrica de outras variações no património líquido, facto que se verificou na UMinho e nos SASUM. Nas entidades controladas, os subsídios ao investimento encontravam-se devidamente reconhecidos, em conformidade com as políticas adotadas pela entidade mãe, não sendo necessário efetuar ajustamentos prévios à consolidação, tal como verificado em anos transatos.
- A rubrica de ajustamentos em ativos financeiros registou uma variação positiva de 2,7 M€, justificada pela aplicação do MEP, o qual se consubstancia pela aplicação da percentagem de interesse ao património/capital das associadas da UMinho. Em 2018, não foi necessário efetuar ajustamentos no património/capital das associadas, contrariamente aos anos transatos em que se expurgava do património/capital o montante dos subsídios ao investimento, sendo reclassificados no passivo nos termos do POC-Educação, uma vez que este era o normativo aplicado pela entidade mãe.
- O Grupo Público UMinho apresentou no ano de 2018, um resultado líquido negativo no montante de 2 832 m€ decorrente da atividade do grupo, sendo que 86% diz respeito à entidade mãe e o restante às suas participadas.
- A rubrica interesses que não controlam refere-se à parcela do património líquido/capital próprio das entidades controladas que não é detida pela UMinho, resultante da aplicação do método de consolidação integral. Registou-se uma variação positiva nestes interesses, decorrente essencialmente das variações no capital próprio das entidades controladas.

Em 2018, o passivo do Grupo Público UMinho registou uma diminuição no montante de 37 M€, conforme evidenciado na tabela 27.

Tabela 27 – Estrutura do Passivo Consolidado

PASSIVO	2018 (€)	Peso (%)	2017 (€)	Peso (%)	Variação 2018-2017	
					(€)	(%)
Passivo não corrente	648 472	0,45	296 572	0,16	351 900	118,66%
Fornecedores	544 932	0,38	2 833 570	1,57	-2 288 638	-80,77%
Estado e outros entes públicos	3 502 451	2,45	3 184 854	1,77	317 597	9,97%
Outras contas a pagar	16 628 262	11,62	12 913 762	7,16	3 714 499	28,76%
Diferimentos	121 624 273	84,99	160 655 065	89,11	-39 030 791	-24,29%
Outro passivo corrente	159 832	0,11	405 671	0,23	-245 840	-60,60%
Total	143 108 222	100	180 289 495	100	-37 181 273	-20,62%

Relativamente à evolução do passivo consolidado do Grupo Público UMinho importa destacar o seguinte:

- A diminuição significativa do valor em dívida a fornecedores, no montante de 2 M€, deve-se fundamentalmente à classificação na UMinho em acréscimos de gastos de faturas datadas de 2018, mas rececionadas em 2019.
- O valor refletido na rubrica Estado e outros entes públicos corresponde essencialmente a impostos, de 2018 que serão pagos em 2019 (CGA, IVA e IRS) e à retenção de outros encargos reconhecidos nas contas da UMinho e das suas entidades controladas.
- Decorrente do expicado no primeiro ponto, a variação positiva verificada na rubrica de outras contas a pagar no montante de 3,7 M€ justifica-se pelo reconhecimento em outras contas a pagar dos acréscimos de gastos tanto, na UMinho como nas suas entidades controladas.

A rubrica de diferimentos registou uma diminuição significativa na ordem dos 39 M€, tal variação deve-se ao facto de em 2017, por exigência do normativo POC-Educação, os subsídios de capital serem reconhecidos no passivo na rubrica de proveitos diferidos. Com a adoção do normativo SNC-AP, as entidades públicas reclassificaram estes subsídios, sem condições, na rubrica de outras variações no património líquido.

9.2.2. Desempenho: Demonstração dos Resultados Consolidados

No período de 2018, o Grupo Público UMinho obteve um resultado líquido do período negativo, na ordem dos 2 862 423 €, tendo-se verificado uma variação negativa face ao ano anterior, no montante de 130 657 €.

Tabela 28 – Estrutura do Resultado Consolidado

Rubricas	2018 (€)	2017 (€)	Variação 2018-2017
Impostos e taxas	25 539 590	23 496 743	2 042 847
Vendas	3 452 239	0	3 452 239
Prestações de serviços	8 198 674	12 180 826	-3 982 153
Transferências correntes e subsídios correntes obtidos	102 225 439	100 076 476	2 148 964
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	-69 456	0	-69 456
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-2 181 762	-2 026 168	-155 593
Fornecimentos e Serviços Externos	-26 704 319	-28 307 148	1 602 829
Gastos com pessoal	-87 794 166	-83 787 653	-4 006 514
Transferências e subsídios concedidos	-18 109 225	-18 254 089	144 864
Prestações sociais	-10 136	0	-10 136
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-493 630	-95 133	-398 497
Provisões (aumentos/reduções)	-367 990	0	-367 990
Imparidade de invest. não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-113 000	0	-113 000
Outros rendimentos e ganhos	4 010 125	2 063 157	1 946 969
Outros gastos e perdas	-2 205 020	-494 188	-1 710 831
EBITDA	5 377 364	4 852 823	524 541
Depreciações e Amortizações	-8 078 403	-7 579 651	-498 752
Resultado Operacional (EBIT)	-2 701 039	-2 726 828	25 789
Resultado Financeiro	-149 386	-32 252	-117 134
Resultado Antes de Impostos	-2 850 425	-2 759 080	-91 345
Imposto sobre o rendimento	-11 998	-15 292	3 293
Resultado Líquido do Período	-2 862 424	-2 774 372	-88 052
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe	-2 832 064	-2 777 554	-54 509
Interesses que não controlam	-30 360	3 182	-33 543

9.2.2.1. Estrutura dos Rendimentos Consolidados

A estrutura dos rendimentos é apresentada na tabela 29, sendo que o total de rendimentos reflete uma evolução positiva de cerca de 5,4 M€ face ao período de 2017. Esta variação justifica-se essencialmente devido:

- Ao aumento da rubrica de vendas no montante de 3,5M€, sendo que deste valor 99% referem-se aos SASUM, 0,42% à UMinho e o remanescente a uma entidade controlada (TecMinho);

- Ao valor registado em 2018, a rubrica impostos e taxas refere-se apenas ao valor registado na entidade mãe, tendo-se registado uma variação no montante de 2 042 m€ justificada pelo acréscimo das receitas próprias, através da liquidação de propinas representando 17,01% dos rendimentos totais;
- Ao aumento de cerca de 2 M€ na rubrica transferências e subsídios correntes obtidos, devido ao aumento do financiamento obtido para projetos de investigação a decorrer na UMinho, assim como, ao das verbas do Orçamento do Estado, decorrente das alterações legislativas associadas ao aumento dos custos com pessoal. Esta rubrica representa o peso mais significativo na estrutura dos rendimentos totais (71,21%), agregando as transferências e subsídios correntes obtidos pela UMinho no período de 2018, os quais ascendem a 98 934 m€, adicionado dos montantes referentes às entidades controladas, sendo o valor total compensado pela eliminação no montante de 671 m€, respeitante a transferências efetuadas entre entidades intragrupo, concretamente com os SASUM, as quais foram eliminadas no âmbito do método de consolidação integral;
- Ao reconhecimento na rubrica de rendimentos imputados de entidades associadas (PIEP, CCAB, CENTI, IC e BLCS) decorrentes da aplicação do MEP.

A variação registada na rubrica de reversões de imparidades no montante de 27 m€, refere-se essencialmente ao reconhecimento pela UMinho no período de 2018, de uma reversão de perda por imparidade no valor de 22 m€, respeitante a dívidas de propinas referentes ao ano letivo 2007/2008, para as quais já tinham sido constituídas perdas por imparidade.

Tabela 29 – Estrutura dos Rendimentos Consolidados

RENDIMENTOS	2018 (€)	Peso (%)	2017 (€)	Peso (%)	Variação 2018-2017
Impostos e taxas	25 539 590	17,90	23 496 743	17,01	2 042 847
Vendas	3 452 239	2,40	0	0,00	3 452 239
Prestação de serviços	8 198 674	5,71	12 180 826	8,82	-3 982 153
Transferências e subsídios correntes obtidos	102 225 439	71,21	100 076 476	72,46	2 148 964
Rend. imputados de entidades associadas	89 619	0,06	0	0,00	89 619
Reversões de imparidades	26 617	0,02	0	0,00	26 617
Outros rendimentos e ganhos	4 010 125	2,79	2 063 157	1,49	1 946 969
Juros e rendimentos similares obtidos	2 781	0,00	290 538	0,21	-287 757
Total	143 545 083	100	138 107 739	100	5 437 344

9.2.2.2. Estrutura dos Gastos Consolidados

No período de 2018, a estrutura dos gastos do Grupo Público UMinho, que se apresenta na tabela infra, evidencia uma variação total positiva de cerca 5,4 M€, a qual terá um efeito negativo no património líquido consolidado, devido essencialmente:

- Ao reconhecimento na rubrica de gastos imputados de entidades associadas (CCG) decorrentes da aplicação do MEP.
- Ao aumento dos gastos com pessoal no montante de 4 M€, dos quais cerca de 88% são decorrentes, principalmente, das alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório e da criação líquida de postos de trabalho verificada na UMinho.
- As rubricas de perdas por imparidade e de provisões registaram uma variação total de 906 104 €, sendo que esta variação se verificou quase na totalidade na entidade mãe (conforme explicado nas contas individuais).

Tabela 30 – Estrutura de Gastos Consolidados

GASTOS	2018 (€)	Peso (%)	2017(€)	Peso (%)	Variação 2018-2017
Gastos imputados de entidades associadas	159 075	0,11	0	0,00	159 075
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2 181 762	1,49	2 026 168	1,44	155 593
Fornecimentos e serviços externos	26 704 319	18,24	28 307 148	20,09	-1 602 829
Gastos com pessoal	87 794 166	59,97	83 787 653	59,48	4 006 514
Transferências e subsídios concedidos	18 109 225	12,37	18 254 089	12,96	-144 864
Perdas por imparidade	633 247	0,43	95 133	0,07	538 114
Prestações sociais	10 136	0,01	0	0,00	10 136
Provisões	367 990	0,25	0	0,07	367 990
Outros gastos e perdas	2 205 020	1,51	494 188	0,35	1 710 831
Gastos de depreciação e amortização	8 078 403	5,52	7 579 651	5,38	498 752
Juros e gastos similares suportados	152 167	0,10	322 790	0,23	-170 623
Total	146 395 509	100	140 866 819	100	5 369 615

9.2.3. Alterações na Posição Financeira: Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada

Tabela 31 – Estrutura de Recebimentos e Pagamentos Consolidados

RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS			Variação 2018-2017	
Recebimentos Provenientes de:	2018 (€)	2017 (€)	(€)	(%)
Atividades Operacionais	104 308 939	113 882 871	-9 573 932	-8,41
Clientes	53 555 909	37 903 514	15 652 395	41,30
Utentes	22 961 343	0	22 961 343	—
Outros recebimentos/pagamentos	27 791 686	75 979 357	-48 187 671	-63,42
Atividades de Investimento	32 844	1 349 470	-1 316 626	-97,57
Ativos fixos tangíveis	120	5 200	-5 080	-97,69
Subsídios ao investimento	29 943	1 340 364	-1 310 421	-97,77
Juros e rendimentos similares	2 781	3 906	-1 125	-28,81
Atividades de Financiamento	0	485 231	-485 231	-100,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital	0	2 500	-2 500	-100,00
Doações	0	482 705	-482 705	-100,00
Outras operações de financiamento	0	26	-26	-100,00
Total de Recebimentos	104 341 783	115 717 572	-11 375 789	-9,83
Pagamentos Respeitantes a:				
Atividades Operacionais	99 013 240	111 472 267	-12 459 027	-11,18
Fornecedores	28 639 642	27 771 245	868 397	3,13
Pessoal	70 373 597	83 701 022	-13 327 425	-15,92
Atividades de Investimento	4 307 860	6 104 976	-1 797 116	-29,44
Ativos fixos tangíveis	4 083 080	5 892 019	-1 808 939	-30,70
Ativos intangíveis	193 406	0	193 406	—
Investimentos Financeiros	31 375	148 031	-116 656	-78,81
Outros ativos	0	64 926	-64 926	-100,00
Atividades de Financiamento	36 198	198 447	-162 249	-81,76
Financiamento obtidos	6 258	5 721	537	9,39
Juros e gastos similares	1 563	192 726	-191 163	-99,19
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital	28 376	0	28 376	—
Total de Pagamentos	103 357 298	117 775 690	-14 418 392	-12,24
Fluxo das atividades Operacionais	5 295 699	2 410 604	2 885 095	119,68
Fluxo das atividades de Investimento	-4 275 016	-4 755 506	480 490	-10,10
Fluxo das atividades de Financiamento	-36 198	286 784	-322 982	-112,62
Variação de Caixa e seus equivalentes	984 485	-2 058 118	3 042 603	-147,83
Efeito das diferenças de câmbio	-3	0	-3	—

A estrutura da demonstração dos fluxos de caixa consolidada elaborada no período de 2018, é comparável com o período homólogo nomeadamente ao nível das atividades agregadoras. Porém, uma vez que a estrutura da

demonstração dos fluxos de caixa preparada para o período de 2018 difere da apresentada em 2017, decorrente da alteração do normativo contabilístico, no que diz respeito à desagregação de algumas rubricas agregadoras (por ex. clientes, utentes e outros recebimentos) existem algumas restrições quanto à sua comparabilidade.

Conforme evidencia a tabela anterior no período de 2018, o Grupo Público UMinho registou uma variação de caixa e seus equivalentes positiva no montante de 3 M€, uma vez que ao nível dos recebimentos registou-se uma diminuição no montante de 11,4 M€, compensada por uma diminuição registada nos pagamentos, no montante de 14,4 M€.

De referir que, no âmbito dos procedimentos de consolidação foram eliminados na totalidade, os fluxos de caixa relativos a transações entre entidades controladas e a UMinho.

9.2.4. Principais Indicadores Económicos e Financeiros

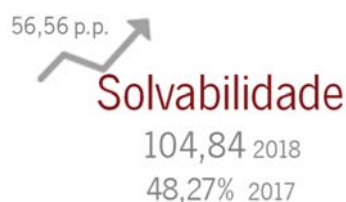
Decorrente da adoção, pela 1.ª vez, do SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, globalmente, verificaram-se alterações significativas nas diversas demonstrações económicas-financeiras, as quais foram explicadas nos pontos anteriores, assim como, no Anexo às Demonstrações Financeiras Individual e Consolidado.

Relativamente à análise económico e financeira consolidada do Grupo Público UMinho no período de 2018, importa realçar os seguintes indicadores:

- O ativo líquido consolidado situou-se nos 293,1 M€ (267,3 M€ em 2017);
- O passivo consolidado ascendeu a 143,1 M€ (180,2 M€ em 2017);
- O património líquido consolidado foi de 150 M€ (87 M€ em 2017), sendo de interesses não controlados 1 M€ (895 m€);
- Os rendimentos consolidados foram de 143,5 M€ (138 M€ em 2017);
- Os gastos consolidados ascenderam a 146,4 M€ (140,8 M€ em 2017);
- O resultado líquido consolidado do período situou-se nos 2,8 M€ negativos (2,8 M€ negativos em 2017);
- O EBITDA do período rondou os 5,4 M€ (4,9 M€ em 2017).

De seguida expõe-se os indicadores financeiros consolidados, que se consideram mais relevantes para a análise da evolução do Grupo Público UMinho:

- **Solvabilidade**



O indicador de solvabilidade permite avaliar a capacidade do Grupo Público UMinho para fazer face aos compromissos assumidos a médio e longo prazo. A variação de 56,56 p.p. (de 48,27% para 104,84%) registada na solvabilidade do Grupo Público UMinho é explicada essencialmente pela implementação do novo normativo contabilístico, SNC-AP, que prevê o reconhecimento no património líquido dos subsídios ao investimento, que de acordo com anterior normativo, POC-Educação, este montante, que ascende a 63 M€, era reconhecido no Passivo (proveitos diferidos). O SNC, aplicado às entidades controladas do setor privado, já preconizava este procedimento contabilístico, assim, no ano 2018 não se efetuaram ajustamentos prévios de consolidação no que a este assunto diz respeito, tal como acontecia nos anos transatos, onde se transferia o montante destes subsídios do capital para o passivo. Justifica-se assim, em grande parte, o aumento verificado no património líquido por contrapartida da diminuição do passivo.

▪ Autonomia Financeira



A autonomia financeira avalia a capacidade do património líquido consolidado do Grupo Público da UMinho financiar o seu ativo total. No período em análise o Grupo apresenta uma capacidade de financiar as suas atividades através de recursos próprios em 51,18%, o que compreende uma variação positiva de 18,62 p.p., decorrente essencialmente da transferência dos subsídios ao investimento para o património líquido, como já mencionado.

10. Outros assuntos relevantes

As contas consolidadas anexas a este Relatório de Gestão são aprovadas em Conselho Geral, no cumprimento do disposto no n.º 4, do art.º 52.º, da Lei n.º 20/2015, de 9 de março – Nona alteração à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, assim como, nos termos do art.º 29º dos Estatutos da UMinho, aprovados pelo Despacho Normativo n.º 13/2017.

Após o termo do período de 2018, não ocorreram factos relevantes, nas entidades que constituem o Grupo Público UMinho, que possam afetar as demonstrações financeiras consolidadas.

O Grupo UMinho não tem dívidas à Autoridade Tributária.

No cumprimento do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91 de 17 de outubro, informa-se ainda que a situação perante a Segurança Social e/ou Caixa Geral de Aposentações se encontra regularizada, pelo que não existe qualquer dívida vencida.

11. Proposta de aplicação dos resultados consolidados

É convicção do Conselho de Gestão que o Relatório de Gestão Consolidado e demais documentos de prestação de contas consolidadas do Grupo Público UMinho, elaborados de acordo com o SNC-AP, com as Instruções do Tribunal de Contas e com as normas e princípios contabilísticos geralmente aceites, retratam de forma clara e apropriada, nos aspetos materialmente relevantes, a posição financeira e o resultado das operações do Grupo Público UMinho, para o período de 2018.

O Conselho de Gestão da UMinho, propõe que o Resultado Líquido Negativo consolidado do Grupo Público UMinho, no montante de 2 832 m€, seja transferido para Resultados Transitados.



12. Demonstrações

12.1.Demonstrações Individuais

12.1.1. Demonstrações Orçamentais Individuais

Demonstração de Desempenho Orçamental

Entidade: Universidade do Minho Demonstração de Desempenho Orçamental							Unidade Monetária: Euros						
Rúbrica Recebimentos	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						Rúbrica Pagamentos	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)					
	RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL
Saldo da gerência anterior	13 707 954,11	0,00	0,00	0,00	52 537,74	13 760 491,85							
Operações orçamentais (1)	13 707 954,11					13 707 954,11							
Restituição do saldo oper. orçamentais						0,00							
Operações de tesouraria (A)					52 537,74	52 537,74							
Receita corrente	31 312 835,42	61 781 261,40	28 529 561,54	0,00	0,00	121 623 658,36	Despesa Corrente	36 430 512,00	64 043 613,28	23 227 365,28	0,00	0,00	123 701 490,56
R1 Receita Fiscal						0,00	D1 Despesas com o pessoal	20 061 674,97	61 639 154,20	203 309,29	0,00	0,00	81 904 138,46
R11 Impostos diretos						0,00	D11 Remunerações Certas e Permanentes	15 022 949,83	49 534 132,82	59 829,34			64 616 911,99
R12 Impostos indiretos						0,00	D12 Abonos Variáveis ou Eventuais	1 108 328,96	604 190,73	130 190,63			1 842 710,32
R2 Contribuições para a segurança social, CGA e ADSE						0,00	D13 Segurança Social	3 930 396,18	11 500 830,65	13 289,32			15 444 516,15
R3 Taxas, multas e outras penalidades	23 711 179,57					23 711 179,57	D2 Aquisição de bens e serviços	11 049 655,19	1 731 826,07	10 603 443,21			23 384 924,47
R4 Rendimentos de propriedade	2 638,57					2 638,57	D3 Juros e outros encargos						0,00
R5 Transferências Correntes	2 970 140,47	61 781 261,40	28 529 561,54			93 280 963,41	D4 Transferências correntes	5 123 888,00	672 633,01	12 420 612,78			18 217 133,79
R51 Administrações Públicas	53 331,73	61 781 261,40	2 636,11			61 837 229,24	D41 Administrações Públicas	1 766 519,72	275 483,12	1 327 623,57			3 369 626,41
R511 Administração Central - Estado		60 319 578,00				60 319 578,00	D411 Administração Central - Estado						0,00
R512 Administração Central - Outras entidades	53 331,73	1 461 683,40	2 636,11			1 517 651,24	D412 Administração Central - Outras Entidades	1 766 519,72	275 483,12	1 327 623,57			3 369 626,41
R513 Segurança Social						0,00	D413 Segurança Social						0,00
R514 Administração Regional						0,00	D414 Administração Regional						0,00
R515 Administração Local						0,00	D415 Administração Local						0,00
R52 Exterior - UE	31 368,35		28 384 176,25			28 415 544,60	D42 Instituições sem fins lucrativos	608 355,91	245 038,24	922 000,50			1 775 394,65
R53 Outras	2 885 440,39		142 749,18			3 028 189,57	D43 Famílias	2 536 483,83	148 758,65	8 268 046,59			10 953 289,07
R6 Venda de bens e serviços	4 628 876,81					4 628 876,81	D44 Outras	212 528,54	3 353,00	1 902 942,12			2 118 823,66
R7 Outras receitas correntes						0,00	D5 Subsídios						0,00
Receita de capital	7 715 365,89	111 440,74	0,00	0,00	0,00	7 826 806,63	D6 Outras despesas correntes	195 293,84					195 293,84
R8 Venda de bens de investimento						0,00	Despesa de Capital	2 189 595,45	131 929,67	1 821 808,62	0,00	0,00	4 143 333,74
R9 Transferências de Capital	7 715 365,89	111 440,74				7 826 806,63	D7 Investimento	2 189 595,45	131 929,67	1 821 808,62			4 143 333,74
R91 Administrações Públicas	7 715 365,89	111 440,74				7 826 806,63	D8 Transferências de capital						0,00
R911 Administração Central - Estado						0,00	D81 Administrações Públicas						0,00
R912 Administração Central - Outras entidades	7 715 365,89	111 440,74				7 826 806,63	D811 Administração Central - Estado						0,00
R913 Segurança Social						0,00	D812 Administração Central - Outras Entidades						0,00
R914 Administração Regional						0,00	D813 Segurança Social						0,00
R915 Administração Local						0,00	D814 Administração Regional						0,00
R92 Outras						0,00	D815 Administração Local						0,00
R10 Outras receitas de capital						0,00	D82 Outras						0,00
R11 Reposição não abatidas aos pagamentos	26 904,39					26 904,39	D9 Outras despesas de capital						0,00
Receita efetiva (2)	31 339 739,81	69 496 627,29	28 641 002,28	0,00	0,00	129 477 369,38	Despesa efetiva (5)	38 620 107,45	64 175 542,95	25 049 173,90	0,00	0,00	127 844 824,30
Receita não efetiva (3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Despesa não efetiva (6)	2 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 000,00
R12 Receita com ativos financeiros						0,00	D10 Despesa com ativos financeiros	2 000,00					2 000,00
R13 Receita com passivos financeiros						0,00	D11 Despesa com passivos financeiros						0,00
Soma (4)=(1)+(2)+(3)	31 339 739,81	69 496 627,29	28 641 002,28	0,00	0,00	143 185 323,49	Soma (7)=(5)+(6)	38 622 107,45	64 175 542,95	25 049 173,90	0,00	0,00	127 846 824,30
Operações de tesouraria (B)					162 119,54	162 119,54	Operações de tesouraria (C)					100 099,67	100 099,67
							Saldo para a gerência seguinte	-7 282 367,64	5 321 084,34	3 591 828,38	0,00	114 557,61	15 453 056,80
							Operações orçamentais (8)=(4)-(7)	-7 282 367,64	5 321 084,34	3 591 828,38	0,00	0,00	15 338 499,19
							Operações de tesouraria (D)=(A)+(B)-(C)	0,00	0,00	0,00		114 557,61	114 557,61
							Saldo global	-7 280 367,64	5 321 084,34	3 591 828,38	0,00	0,00	1 632 545,08
							Despesa primária	38 620 107,45	64 175 542,95	25 049 173,90	0,00	0,00	127 844 824,30
							Saldo corrente	-5 117 676,58	-2 262 351,88	5 302 196,26	0,00	0,00	-2 077 832,20
							Saldo de capital	-2 189 595,45	7 583 436,22	-1 710 367,88	0,00	0,00	3 683 472,89
							Saldo primário	-7 280 367,64	5 321 084,34	3 591 828,38	0,00	0,00	1 632 545,08
							Receita total (1) + (2) + (3)	31 339 739,81	69 496 627,29	28 641 002,28	0,00	0,00	143 185 323,49
							Despesa total (5) + (6)	38 622 107,45	64 175 542,95	25 049 173,90	0,00	0,00	127 846 824,30

Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Entidade: Universidade do Minho													
Demonstração Orçamental da Receita													
Classificações Orçamentais detalhadas	Previsões corrigidas (1)	Receitas por cobrar de períodos anteriores (2)	Receitas liquidadas (3)	Liquidações anuladas (4)	Receitas cobradas brutas (5)	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas liquidas			Receitas por cobrar no final do período (11)	Unidade Monetária: Euros	
						Emitidos (6)	Pagos (7)	Períodos anteriores (8)	Período corrente (9)	Total (10) = (5)-(7)		Grau de execução orçamental	
												Períodos anteriores (12) = (8)/(2)*100	Período corrente (13) = (10)/(11)*100
Receita Corrente													
R1 Receita Fiscal													
R11 Impostos diretos													
R12 Impostos indiretos													
R2 Contribuições para a segurança social, CGA e ADSE													
R3 Taxas, multas e outras penalidades	23 010 435,00 €	25 982 733,11 €	29 217 110,14 €	3 813 425,78 €	23 711 179,57 €			3 642 075,51 €	20 069 104,06 €	23 711 179,57 €		14,02%	103,05%
R4 Rendimentos de propriedade	5 800,00 €	310,68 €	2 327,89 €	2 638,57 €	2 638,57 €			310,68 €	2 327,89 €	2 638,57 €		100,00%	45,49%
R5 Transferências Correntes	89 395 880,00 €	266 111,96 €	94 288 816,46 €	254 487,05 €	93 280 963,41 €			55 000,00 €	93 225 963,41 €	93 280 963,41 €		20,67%	104,35%
R51 Administrações Públicas	62 719 392,00 €		61 847 681,42 €	10 452,18 €	61 837 229,24 €			0,00 €	61 837 229,24 €	61 837 229,24 €			98,59%
R511 Administração Central - Estado	60 319 578,00 €		60 319 578,00 €		60 319 578,00 €				60 319 578,00 €	60 319 578,00 €			100,00%
R512 Administração Central - Outras entidades	1 362 082,00 €		1 528 103,42 €	10 452,18 €	1 517 651,24 €				1 517 651,24 €	1 517 651,24 €			111,42%
R513 Segurança Social	1 037 732,00 €												0,00%
R514 Administração Regional													
R515 Administração Local													
R52 Exterior - U.E	24 294 288,00 €	174 718,36 €	28 552 717,93 €	233 435,33 €	28 415 544,60 €				28 415 544,60 €	28 415 544,60 €			116,96%
R53 Outras	2 382 200,00 €	91 393,60 €	3 888 417,11 €	10 599,54 €	3 028 189,57 €			55 000,00 €	2 973 189,57 €	3 028 189,57 €		60,18%	127,12%
R6 Vendas de bens e serviços	8 353 815,00 €	1 140 398,44 €	5 136 393,27 €	95 541,79 €	4 628 876,81 €			270 742,22 €	4 358 134,59 €	4 628 876,81 €		23,74%	55,41%
R7 Outras receitas correntes													
Receita de capital													
R8 Vendas de bens de investimento													
R9 Transferências de capital	6 552 985,00 €		7 854 234,51 €	27 445,88 €	7 826 806,63 €				7 826 806,63 €	7 826 806,63 €			119,44%
R91 Administrações Públicas	6 552 985,00 €		7 854 234,51 €	27 445,88 €	7 826 806,63 €				7 826 806,63 €	7 826 806,63 €			119,44%
R911 Administração Central - Estado													
R912 Administração Central - Outras entidades	6 552 985,00 €		7 854 234,51 €	27 445,88 €	7 826 806,63 €				7 826 806,63 €	7 826 806,63 €			119,44%
R913 Segurança Social													
R914 Administração Regional													
R915 Administração Local													
R92 Outras													
R10 Outras receitas de capital													
R11 Reposição não abatidas aos pagamentos	30 000,00 €		27 901,33 €		26 904,39 €				26 904,39 €	26 904,39 €			89,68%
R12 Receita com ativos financeiros		13 000,00 €										0,00%	
R13 Receita com passivos financeiros													
R14 Saldo gerência anterior	13 707 955,00 €		13 707 954,11 €		13 707 954,11 €				13 707 954,11 €	13 707 954,11 €			100,00%
Total	141 056 870,00 €	27 402 554,19 €	150 234 737,71 €	4 190 900,50 €	143 185 323,49 €			3 968 128,41 €	139 217 195,08 €	143 185 323,49 €		14,48%	101,51%

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Entidade: Universidade do Minho Demonstração Orçamental da Despesa													
Unidade Monetária: Euros													
Rubrica Descrição		Despesas por pagar de períodos anteriores (1)	Dotações corrigidas (2)	Cativos/ descativos (3)	Compromissos (4)	Obrigações (5)	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar (9)=(4)-(5)	Obrigações por pagar (10)=(5)-(8)	Grau de execução orçamental	
							Períodos anteriores (6)	Período corrente (7)	Total (8) = (6)+(7)			Períodos anteriores (11)=(6)/(2)*100	Período corrente (12) = (7)/(2)*100
Despesa Corrente													
D1	Despesas com o pessoal	2 855 009,96	84 729 957,00		85 052 300,52	85 052 300,52		81 904 178,46	81 904 178,46	0,00	3 148 162,06	0,00%	96,66%
D11	Remunerações Certas e Permanentes	1 714 145,27	65 438 024,00		66 521 419,27	66 521 419,27		64 616 951,99	64 616 951,99	0,00	1 904 507,28	0,00%	98,75%
D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	40 347,76	2 539 990,00		1 860 401,13	1 860 401,13		1 842 710,32	1 842 710,32	0,00	17 690,81	0,00%	72,55%
D13	Segurança Social	1 100 516,93	16 751 943,00		16 670 480,12	16 670 480,12		15 444 516,15	15 444 516,15	0,00	1 225 963,97	0,00%	92,20%
D2	Aquisição de bens e serviços	474 074,04	30 765 222,00		23 677 753,76	23 677 753,76		23 384 924,47	23 384 924,47	0,00	292 829,29	0,00%	76,01%
D3	Juros e outros encargos												
D4	Transferências correntes		18 872 777,00		18 343 232,73	18 343 232,73		18 217 093,79	18 217 093,79	0,00	126 098,94	0,00%	96,53%
D41	Administrações Públicas		3 682 987,00		3 370 101,23	3 370 101,23		3 369 626,41	3 369 626,41	0,00	474,82	0,00%	91,49%
D411	Administração Central - Estado		18 000,00							0,00		0,00%	0,00%
D412	Administração Central - Outras entidades		3 664 987,00		3 370 101,23	3 370 101,23		3 369 626,41	3 369 626,41	0,00	474,82	0,00%	91,94%
D413	Segurança Social									0,00			
D414	Administração Regional									0,00			
D415	Administração Local									0,00			
D42	Instituições sem Fins Lucrativos		1 911 060,00		1 884 291,62	1 884 291,62		1 775 394,65	1 775 394,65	0,00	108 896,97	0,00%	92,90%
D43	Famílias		11 139 677,00		10 955 363,47	10 955 363,47		10 953 249,07	10 953 249,07	0,00	2 074,40	0,00%	98,33%
D44	Outras		2 139 053,00		2 133 476,41	2 133 476,41		2 118 823,66	2 118 823,66	0,00	14 652,75	0,00%	99,05%
D5	Subsídios												
D6	Outras despesas correntes		224 800,00		224 727,14	224 727,14		195 293,84	195 293,84	0,00	29 433,30	0,00%	86,87%
Despesas de capital													
D7	Investimento	334 333,90	6 462 114,00		4 206 971,02	4 206 971,02		4 143 333,74	4 143 333,74	0,00	63 637,28	0,00%	64,12%
D8	Transferências de capital												
D81	Administrações Públicas												
D811	Administração Central - Estado												
D812	Administração Central - Outras entidades												
D813	Segurança Social												
D814	Administração Regional												
D815	Administração Local												
D82	Outras												
D9	Outras despesas de capital												
D10	Despesa com ativos financeiros		2 000,00		2 000,00	2 000,00		2 000,00	2 000,00	0,00		0,00%	100,00%
D11	Despesa com passivos financeiros												
Total		3 663 417,90	141 056 870,00		131 506 985,17	131 506 985,17		127 846 824,30	127 846 824,30	0,00	3 660 160,87	0,00%	90,63%

Anexo às Demonstrações Orçamentais Individuais

Alterações Orçamentais da Despesa

Entidade: Universidade do Minho								
Alterações Orçamentais da Despesa								
Unidade Monetária: Euros								
Rubricas	Designação	Tipo	Despesa					Observações
			Dotações Iniciais	Alterações Orçamentais			Dotações corrigidas	
				Inscrições/reforços	Diminuições/Anulações	Créditos especiais		
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]=[4]+[5]+[6]+[7]	[9]
	Despesa Corrente							
D1	Despesas com o pessoal		85 151 765,00	18 189 021,00	-18 610 829,00	0,00	84 729 957,00	
D11	Remunerações certas e permanentes		67 509 595,00	10 345 363,00	-12 416 934,00		65 438 024,00	
D12	Abonos variáveis ou eventuais		1 838 304,00	2 221 323,00	-1 519 637,00		2 539 990,00	
D13	Segurança social		15 803 866,00	5 622 335,00	-4 674 258,00		16 751 943,00	
D2	Aquisição de bens e serviços		17 883 684,00	33 397 370,90	-22 102 669,90	1 586 837,00	30 765 222,00	
D3	Juros e outros encargos						0,00	
D4	Transferências Correntes		14 505 800,00	21 109 547,18	-17 117 570,18	375 000,00	18 872 777,00	
D41	Administrações Públicas		550 000,00	3 551 017,00	-418 030,00	0,00	3 682 987,00	
D411	Administração Central - Estado						0,00	
D412	Administração Central - Outras entidades		550 000,00	3 551 017,00	-418 030,00		3 682 987,00	
D413	Segurança social						0,00	
D414	Administração regional						0,00	
D415	Administração local						0,00	
D42	Instituições sem fins lucrativos		1 769 500,00	3 609 403,00	-3 467 843,00		1 911 060,00	
D43	Famílias		12 186 300,00	11 599 120,18	-12 645 743,18		11 139 677,00	
D44	Outras			2 350 007,00	-585 954,00	375 000,00	2 139 053,00	
D5	Subsídios						0,00	
D6	Outras Despesas Correntes			224 800,00			224 800,00	
	Despesa de Capital							
D7	Investimento		6 174 000,00	8 869 411,64	-9 181 297,64	600 000,00	6 462 114,00	
D8	Transferências de Capital						0,00	
D81	Administrações Públicas						0,00	
D811	Administração Central - Estado						0,00	
D812	Administração Central - Outras entidades						0,00	
D813	Segurança social						0,00	
D814	Administração regional						0,00	
D815	Administração local						0,00	
D82	Instituições sem fins lucrativos						0,00	
D83	Famílias						0,00	
D84	Outras						0,00	
D9	Outras despesas de capital						0,00	
D10	Despesa com ativos financeiros			2 000,00			2 000,00	
D11	Despesa com passivos financeiros							
	Total		123 715 249,00	81 792 150,72	-67 012 366,72	2 561 837,00	141 056 870,00	

Alterações Orçamentais da Receita

Entidade: Universidade do Minho Alterações Orçamentais da Receita								
Unidade Monetária: Euros								
Rubricas	Designação	Tipo	Receita				Previsões corrigidas	Observações
			Previsões Iniciais	Alterações Orçamentais		Créditos especiais		
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]=[4]+[5]+[6]+[7]	[9]
	Receita Corrente							
R1	Receita Fiscal							
R11	Impostos Diretos						0,00	
R12	Impostos Indiretos						0,00	
R3	Taxas, multas e outras penalidades		22 991 846,00	140 500,00	-210 500,00		22 921 846,00	
R4	Rendimentos de propriedade		5 800,00	400,00	-400,00		5 800,00	
R5	Transferências Correntes						0,00	
R51	Administrações Públicas						0,00	
R511	Administração Central - Estado		59 247 749,00	1 071 829,00			60 319 578,00	
R512	Administração Central - Outras entidades		1 274 946,00	786 133,00	-698 997,00		1 362 082,00	
R513	Segurança Social		1 037 732,00	1 037 732,00	-1 037 732,00		1 037 732,00	
R514	Administração Regional						0,00	
R515	Administração Local						0,00	
R52	Exterior - U.E.		22 760 331,00	6 923 893,00	-7 225 893,00	1 835 957,00	24 294 288,00	
R53	Outras		2 194 400,00	534 800,00	-347 000,00		2 382 200,00	
R6	Venda de bens e serviços		8 353 815,00				8 353 815,00	
R7	Outras Receitas Correntes						0,00	
	Receita de Capital							
R8	Venda de bens de investimento						0,00	
R9	Transferências de Capital						0,00	
R91	Administrações Públicas						0,00	
R911	Administração Central - Estado						0,00	
R912	Administração Central - outras entidades						0,00	
R913	Segurança social						0,00	
R914	Administração Regional						0,00	
R915	Administração Local						0,00	
R92	Exterior - U E		5 818 630,00	391 164,00	-294 100,00	725 880,00	6 641 574,00	
R93	Outras						0,00	
R10	Outras receitas de capital						0,00	
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos		30 000,00				30 000,00	
R14	Saldo gerência anterior			13 707 955,00			13 707 955,00	
	Total		123 715 249,00	24 594 406,00	-9 814 622,00	2 561 837,00	141 056 870,00	

Operações de Tesouraria

Entidade: Universidade do Minho					
Operações de Tesouraria			Unidade Monetária: Euros		
Código das contas	Designação	Saldo inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo final
0713	Constituição reforço cauções e garantias		162 119,54	47 561,93	114 557,61
0716	Retenções - transição para o SNC-AP	52 537,74			52 537,74
0723	Devolução de cauções e garantias				0,00
0726	Retenções - transição para o SNC-AP			52 537,74	-52 537,74

Situação dos Contratos

Entidade: Universidade do Minho Situação dos contratos																	
Entidade	Contrato				Visto do Tribunal de Contas		Data do primeiro pagamento	Pagamentos no período					Pagamentos acumulados				
	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço contratual	Número do Registo	Data		Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]
F. G. Silva, Lda. (504151231)	Empreitada de requalificação dos espaços de Optometria no Edifício 06 do Campus de Gualtar, da Universidade do Minho. (CP 01/2018)	28/09/2018	39 959,48	32 487,38	—	—	28/12/2018	32487,38	—	—	—	—	32487,38	—	—	—	—
GOMES & NOVAIS, INTERNACIONAL, LDA (508710006)	Empreitada de reparação de infiltrações na cobertura do edifício n.º 17 do campus de Gualtar da Universidade do Minho, em Braga	17/10/2018	8 048,49	8 048,49	—	—	19/11/2018	8048,49	—	—	—	—	8048,49	—	—	—	—
F. G. SILVA, LDA (504151231)	Empreitada de reparação de revestimentos no edifício n.º 10 sito no campus de Gualtar da Universidade do Minho, em Braga	02/07/2018	63 158,86	51 348,67	—	—	12/09/2018	51348,67	—	—	—	—	51348,67	—	—	—	—
JOSÉ MANUEL PINTO & RIBEIRO, LDA (502740639)	Empreitada de requalificação de espaços para a Reitoria, GAE, MIT e Geografia dos edifícios n.º 1 e 2, sítos no campus de Azurém da Universidade do Minho, em Guimarães	22/06/2018	107 000,91	86 992,61	—	—	10/08/2018	95559,81	—	—	—	—	95559,81	—	—	—	—
FREITAS COSTA & FILHOS, S.A. (501328238)	Empreitada de execução de armazenagem no piso - 2 do edifício 03 do campus de Gualtar da Universidade do Minho, em Braga	22/02/2018	51 710,33	42 040,92	—	—	02/07/2018	42040,92	—	—	—	—	42040,92	—	—	—	—
LUIS MAURICIO GISTAS GONÇALVES, SOC. UNIP. LDA (510163149)	Empreitada de execução de trabalhos nas especialidades de instalações elétricas de baixa tensão e segurança, para o fornecimento e colocação de tomadas de energia nos edifícios dos campi da Universidade do Minho, em Gualtar e Azurém, e no edifício dos Congregados, em Braga	01/02/2018	47 970,01	39 000,01	—	—	08/08/2018	39000,01	—	—	—	—	39000,01	—	—	—	—
F. G. SILVA, LDA (504151231)	Empreitada de ampliação de infraestruturas no DONE Lab – Bosch do campus de Azurém da Universidade do Minho, em Guimarães	27/06/2018	20 907,36	16 997,85	—	—	10/09/2018	16997,85	—	—	—	—	16997,85	—	—	—	—
RENOVACAPITAL - ENERGIAS RENOVÁVEIS, LDA (508093899)	Empreitada de execução das infraestruturas hidráulicas, elétricas e de construção civil para a instalação de chillers nos Campi de Gualtar e Azurém da Universidade do Minho	29/10/2018	120 274,74	97 784,34	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
F. G. SILVA, LDA (504151231)	Empreitada de reparação de sanças de pladur em espaços do edifício n.º 19 no campus de Gualtar da Universidade do Minho, em Braga	17/07/2018	10 895,88	8 858,44	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
BULLETT SOLUTIONS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, SA (507491300)	Licenciamento e atualização do software de geração de horários para o ano letivo 2018	19/04/2018	14 120,40	11 480,00	—	—	12/06/2018	14120,4	—	—	—	—	14120,4	—	—	—	—
ELSA MARIA GOMES SAMPAIO (212135066)	Aquisição de serviços, atendimento e apoio administrativo ao curso de medicina, na Escola de Medicina	19/04/2018	8 879,42	8 879,42	—	—	29/05/2018	8879,42	—	—	—	—	8879,42	—	—	—	—
DANIELA SOFIA MARTINS GONÇALVES (257908536)	Aquisição de serviços, como tratadora de animais, nomeadamente mudança de gaiolas de roedores, verificação do bem estar e processamento, lavagem e esterilização de materiais de apoio, no Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde	08/05/2018	11 914,57	9 686,64	—	—	12/06/2018	11914,57	—	—	—	—	11914,57	—	—	—	—
PEREGRINOS DA EUROPA, LDA (510774466)	Prestação de serviços de alojamento	21/06/2018	20 564,00	19 400,00	—	—	21/12/2018	10724	—	—	—	—	10724	—	—	—	—
TURISTRADER, SOC. DESENV. TURÍSTICO, LDA (501377174)	Aquisição de serviços referente a viagens e alojamentos a ocorrer em território nacional e ao estrangeiro referente a Pessoal Docente e Investigador, Pessoal Não Docente e Não Investigador e Colaboradores Externos para a Escola de Economia e Gestão (IEGE) da Universidade do Minho	29/03/2018	20 000,00	20 000,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
ENCONTRAR+SE - ASSOC.P/PROMOÇÃO SAÚDE MENTAL (507811976)	Aquisição de serviços de avaliação neurocognitiva / cognição social, na Escola de Medicina da Universidade do Minho	08/05/2018	15 000,00	15 000,00	—	—	07/09/2018	15000	—	—	—	—	15000	—	—	—	—
TOP ATLANTICO VIAGENS E TURISMO, SA (501061126)	Aquisição de serviços de viagens e alojamento para a Universidade do Minho	09/04/2018	220 000,00	220 000,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
MARKETING APLICADO LDA (502317124)	Licença da base de dados HeinOnline para o ano 2018	09/04/2018	6 125,58	4 980,15	—	—	20/04/2018	6125,58	—	—	—	—	6125,58	—	—	—	—

Universidade do Minho

Relatório de Gestão e Contas Individuais e Consolidadas 2018

REPSOL COMBUSTÍVEIS, SA (500246963)	Aquisição de combustíveis rodoviários em postos de abastecimento públicos, designadamente gasóleo e gasolina, para a frota de viaturas afeta à Universidade do Minho, incluindo máquinas de cortar relva	07/05/2018	92 237,70	74 990,00	—	—	20/07/2018	29339,79	—	—	—	—	29339,79	—	—	—	—
IBERCONCEPT - CONSULTORIA E PROJECTOS, LDA (507212738)	Fornecimento e respetiva substituição de Filtros Absolutos Terminais H14 no o Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde da Escola de Medicina da Universidade do Minho	26/04/2018	23 272,63	18 920,84	—	—	07/09/2018	23272,63	—	—	—	—	23272,63	—	—	—	—
LINK CONSULTING - TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, S.A. (504551221)	Manutenção equipamentos de digitalização	08/06/2018	13 517,70	10 990,00	—	—	19/10/2018	13517,7	—	—	—	—	13517,7	—	—	—	—
TRAVEL GATE, SA (506409791)	Aquisição de serviços referente a viagens e alojamentos a ocorrer em território nacional e ao estrangeiro referente a Pessoal Docente e Investigador, Pessoal Não Docente e Não Investigador e Colaboradores Externos para a Escola de Direito (ED) da Universidade do Minho	09/05/2018	21 000,00	21 000,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
MANUEL ANTÓNIO R. BARBOSA (CLOTHES) (165144408)	Serviços de limpeza e desinfeção do vestuário Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde da Escola de Medicina da Universidade do Minho	11/06/2018	23 923,50	19 450,00	—	—	08/10/2018	8808,65	—	—	—	—	8808,65	—	—	—	—
NORTE ESCOLAR-EQUIP. EDUCATIVOS (503128368)	Aquisição de três Display interativos, para a Escola de Medicina da Universidade do Minho	26/04/2018	23 442,57	19 059,00	—	—	20/07/2018	23442,57	—	—	—	—	23442,57	—	—	—	—
GENERAL ELECTRIC HEALTHCARE PORTUGAL, LDA (500357129)	Aquisição de ecógrafos ultrapotentes	02/05/2018	245 508,00	199 600,00	—	—	07/09/2018	245508	—	—	—	—	245508	—	—	—	—
SIEMENS (500247480)	Aquisição de Serviços de Manutenção Preventiva e Assistência Técnica do Sistema de Alarme e Detecção de Incêndio, na Universidade do Minho	05/07/2018	33 579,00	27 300,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
MARTA CIDALIA SIMÕES FERREIRA (227957890)	Aquisição de serviços para apoio administrativo na Uminho Exec	09/05/2018	5 412,00	4 400,00	—	—	29/05/2018	5412	—	—	—	—	5412	—	—	—	—
OLYMPUS IBERIA, S.A.U. - SUCURSAL EM PORTUGAL (980474710)	Serviços de assistência técnica preventiva e corretiva de microscópios da marca Olympus	18/05/2018	49 446,00	40 200,00	—	—	07/09/2018	39606	—	—	—	—	39606	—	—	—	—
INDRA SISTEMAS PORTUGAL, SA (506176142)	Aquisição Serviços Manutenção Aplicacional ERP-GIAF	11/05/2018	16 233,80	13 198,21	—	—	07/09/2018	8116,91	—	—	—	—	8116,91	—	—	—	—
PAULA FILIPA MOURA FREIRE (210380756)	Aquisição de serviços de Paula Filipa Moura Freire no âmbito do projeto "Roadmap para as Empresas Familiares Portuguesas"	26/04/2018	12 100,00	12 100,00	—	—	29/05/2018	12100	—	—	—	—	12100	—	—	—	—
NELSON EMANUEL PEREIRA TORRES (249821907)	Aquisição de serviços para a realização de tarefas de desenvolvimentos no âmbito do projeto RCAAP	24/04/2018	5 854,80	4 760,00	—	—	11/05/2018	5852,28	—	—	—	—	5852,28	—	—	—	—
CÉSAR AUGUSTO DUARTE SILVA (213310368)	Aquisição de Serviços de apoio administrativo à Biblioteca de Ciências da Educação do Instituto de Educação da Universidade do Minho	16/05/2018	6 863,40	5 580,00	—	—	22/06/2018	6863,4	—	—	—	—	6863,4	—	—	—	—
MARTA ISABELA FERNANDES OLIVEIRA (221431829)	Aquisição de serviços para a realização de tarefas de etiquetagem, transporte e arumação de publicações nas estantes de acordo com a classificação decimal universal, de elaboração de sináptica e ajuste da sináptica existente na Biblioteca do Campus de Curos e na Biblioteca Nuno Portas	26/04/2018	14 710,80	11 960,00	—	—	26/07/2018	6804,36	—	—	—	—	6804,36	—	—	—	—
MANUEL JOÃO FERNANDES DE NASCIMENTO (218527098)	Aquisição de reatores em acrílico para ensaios biológicos no Centro de Engenharia Biológica da Universidade do Minho	29/03/2018	18 000,00	14 634,14	—	—	29/05/2018	17999,99	—	—	—	—	17999,99	—	—	—	—
LANÇADESTINO TÁXI UNIPESSOAL, LDA (510085687)	Aquisição de serviços de táxi para Escola de Medicina da Universidade do Minho	30/06/2018	12 720,00	12 000,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
VIRIATO MAIA DE OLIVEIRA (230103952)	Aquisição de serviços de arboricultura para a gestão e valorização do património vegetal e florestal nas instalações da Universidade do Minho, nomeadamente nos campi de Gualtar, Azurém e Curos, bem como nos edifícios do centro de Braga	14/06/2018	88 560,00	72 000,00	—	—	25/09/2018	14760	—	—	—	—	14760	—	—	—	—
MORAIS L., GALVÃO T., SOARES S. & ASS.- S. ADV.RL (503095303)	Aquisição de serviços de consultoria jurídica	30/04/2018	19 680,00	16 000,00	—	—	20/07/2018	19680	—	—	—	—	19680	—	—	—	—
JORGE MANUEL ALMEIDA MALHEIRO (198446136)	Aquisição de serviços manutenção das instalações, limpeza, alimentação e vigilância da polígia, na Escola de Medicina e Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde	06/06/2018	8 280,00	8 280,00	—	—	26/07/2018	8280	—	—	—	—	8280	—	—	—	—
VWR INTERNATIONAL - MATERIAL LABORAT., LDA (503842770)	Aquisição de reagentes e material descartável de laboratório para o projeto de investigação IF/01413/2013	03/09/2018	751,28	610,80	—	—	19/10/2018	751,28	—	—	—	—	751,28	—	—	—	—
LABORATÓRIO IBÉRICO INTERN. NANOTECNOLOGIA - LIN (508633346)	Aquisição de serviços de projeto elétrico e microfabricação, teste e caracterização	12/07/2018	157 500,00	128 048,78	—	—	20/09/2018	157500	—	—	—	—	157500	—	—	—	—
EUGENIO BRANCO AUDITORES INDEPEND. (502530553)	Aquisição de serviços de controlador externo, no âmbito do projeto "BLUEHUMAN" (EAPA_151/2016) - Biotecnologia azul como inovação em saúde humana como crescimento inteligente no Espaço Atlântico", da responsabilidade da Universidade do Minho	16/07/2018	7 995,00	6 500,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
DIAS DE SOUSA - INST.ANAL.CIENTIFICA (504080857)	Aquisição de garrafas de H2O2 35% Solution Cartridge	22/06/2018	6 752,70	5 490,00	—	—	19/10/2018	2250,9	—	—	—	—	2250,9	—	—	—	—
ORGEVENTOS - RESTAURAÇÃO UNIPESSOAL LDA (510039073)	Aquisição de serviços de catering no âmbito da realização do SUMMER SCHOOL - CHEM2NATURE e do SUMMER SCHOOL - GENE2SKIN	26/10/2018	65 682,00	53 400,00	—	—	21/12/2018	61677	—	—	—	—	61677	—	—	—	—
LEAN TRAVEL - AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LDA. (514612240)	Prestação de serviços de representação, de pessoal externo da Universidade do Minho, em viagens, estadias e transferes, no âmbito da realização da "Summer School Chem2Nature - Multifunctional Biomedical Devices" e no âmbito da realização da "Summer School Gene2Skin - Biomaterials and molecular mechanisms in the context of Skin Regeneration"	30/08/2018	77 809,80	63 260,00	—	—	12/12/2018	48111,15	—	—	—	—	48111,15	—	—	—	—

TEQUIMAQ - MÁQUINAS PARA A INDÚSTRIA QUÍMICA E COR (501667229)	Aquisição de materiais de substrato cortados e com preparação superficial, em cobre e aço inox e sensores térmicos.	29/06/2018	8 896,07	7 232,58	—	—	20/09/2018	8896,07	—	—	—	—	8896,07	—	—	—	—
BIOMICRO (506696251)	Aquisição de Componentes para micro filtragem de ar comprimido, destinados a aplicação laboratorial em processos de soldadura e ensaios de qualidade	11/07/2018	13 992,48	11 376,00	—	—	20/09/2018	13992,48	—	—	—	—	13992,48	—	—	—	—
XMA - CONSULTORIA INFORMÁTICA, LDA (503301051)	Aquisição de componentes para sistema de aquisição de dados e componentes para caracterização de sensores laser	26/06/2018	24 000,00	19 512,20	—	—	20/09/2018	24000	—	—	—	—	24000	—	—	—	—
CARLOS EVANGELISTA FREITAS (152586385)	Procedimento de contratação pública para aquisição de artigos de limpeza, artigos gerais de laboratório e outros consumíveis	03/07/2018	32 184,82	26 166,92	—	—	08/10/2018	4815,41	—	—	—	—	4815,41	—	—	—	—
A OFICINA-CENTRO ARTES E MESTERES TRAD.GUIM. C.I.P.R.L. (503190985)	Utilização integral do Centro Cultural de Vila Flor (CCVF), Grande Auditório, Pequeno auditório e 4 salas de reuniões para organização do Congresso Internacional de ARTERY SOCIETY	07/06/2018	13 161,00	10 700,00	—	—	02/07/2018	13161	—	—	—	—	13161	—	—	—	—
PEDRO MANUEL CRAVINO SERRA (205139450)	Aquisição de revestimento com quadros líquidos – tinta que funciona como quadro para áreas da Escola de Medicina da Universidade do Minho	08/06/2018	13 560,75	11 025,00	—	—	21/09/2018	13560,75	—	—	—	—	13560,75	—	—	—	—
R & D - DESENVOLVIMENTO AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL, LDA. (502936673)	Aquisição de serviços de desenvolvimento de sistema de ensaio em processo e ensaios a ferramentas e moldes, para identificação de componentes mecânicos que excedam o ruído admissível, e ensaios de materiais, ferramentas e moldes, para avaliação da funcionalidade para componentes mecânicos de baixo ruído	17/07/2018	24 584,01	19 987,00	—	—	20/09/2018	24584,01	—	—	—	—	24584,01	—	—	—	—
CLINIFAR.SA (503281115)	Fornecimento de um Sistema de Monitorização de Sinais Vitais para o Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde da Escola de Medicina da Universidade do Minho, Ref.º ICVS – 004/2018	30/07/2018	33 702,00	27 400,00	—	—	09/11/2018	33702	—	—	—	—	33702	—	—	—	—
ENZIFARMA DIAGNOSTICA E FARMACEUTICA, S.A. (503636975)	Serviços de assistência técnica preventiva e corretiva do citómetro de fluxo LSR II	03/07/2018	40 169,65	32 658,25	—	—	08/10/2018	20084,83	—	—	—	—	20084,83	—	—	—	—
ENA PORTUGAL - SISTEMAS DE TELECOMUNICAÇÕES, S.A (503577600)	Manutenção do Sistema de Controlo de Acessos aos Campi e Parques de Estacionamento Condicionados	31/07/2018	15 498,00	12 600,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
OPT, LDA (510165443)	Manutenção do Sistema de Controlo de Assiduidade dos Trabalhadores	31/07/2018	4 280,40	3 480,00	—	—	09/11/2018	1070,1	—	—	—	—	1070,1	—	—	—	—
URBANOS - SOLUÇÕES, SA (502392290)	Aquisição de serviços de transporte entre os edifícios da Universidade do Minho	26/09/2018	75 680,06	61 528,50	—	—	12/12/2018	5195,47	—	—	—	—	5195,47	—	—	—	—
CODI-COMERCIO DESIGN INDUSTRIAL,LD (503583162)	Aquisição de matérias-primas para o desenvolvimento de protótipos físicos e de estruturas de teste dos protótipos, e de desenvolvimento das soluções dos HUD'S	09/07/2018	227 726,90	185 143,82	—	—	20/09/2018	227726,9	—	—	—	—	227726,9	—	—	—	—
ASIDEK – SIST. P/ENGENHARIA DE DESENHO E FAB, UNIP (504050494)	Aquisição de licenças de software específico de CAD/CAE para o desenvolvimento dos HUD. Licenças de software CST STUDIO SUITE	09/07/2018	23 220,43	18 878,40	—	—	20/09/2018	23220,43	—	—	—	—	23220,43	—	—	—	—
FELICIO & ALMEIDA - INFOR.MULTIMEDIA (503815217)	Aquisição de serviços de assistência técnica ao equipamento informático	02/08/2018	8 610,00	7 000,00	—	—	09/11/2018	3354,22	—	—	—	—	3354,22	—	—	—	—
MARISA ALVES DIAS (270637788)	Locação anual das bases de dados EconLit with Full Text e Political Science Complete	06/07/2018	7 346,86	5 973,06	—	—	03/08/2018	7346,8	—	—	—	—	7346,8	—	—	—	—
CARVALHO ARAÚJO ARQUITETURA E DESIGN (503773263)	Aquisição de Serviços de Impressão das Peças e Montagem da Exposição "Foto grafa da Ciência" no âmbito do Projeto Estratégico do Centro de Biologia Molecular e Ambiental	14/09/2018	15 897,75	12 925,00	—	—	11/10/2018	15987,75	—	—	—	—	15987,75	—	—	—	—
POLITÉRMICA ENGENHARIA, LDA (503653209)	Locação em regime de Aluguer de Longa Duração (ALD) de equipamentos para produção de água refrigerada (chillers) para diversos edifícios da Universidade do Minho, em Braga e Guimarães	19/11/2018	187 341,16	152 309,88	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
MASTER PROXY-COMPUTADORES, LD* (508630061)	Equipamento Informático para os projetos com referência 648608 EXCHANGE e PINFRA/22209/2016	31/07/2018	60 551,55	49 228,90	—	—	19/10/2018	60551,55	—	—	—	—	60551,55	—	—	—	—
FRESKELOGIO UNIPESGOAL, LDA (514745436)	Aquisição de uma Estufa de Incubação de CO2 para o Departamento de Física da Escola de Ciências da Universidade do Minho	21/09/2018	7 257,00	5 900,00	—	—	23/11/2018	7257	—	—	—	—	7257	—	—	—	—
ISABEL AZEVEDO FERREIRA (228781540)	Aquisição de serviços de apoio jurídico no âmbito da contratação pública	04/07/2018	17 712,00	14 400,00	—	—	30/07/2018	7200	—	—	—	—	7200	—	—	—	—
SCANSI, LDA (509014208)	Aquisição de impressora 3D (3Dprinter) (equipamento de laboratório) para o I3Bs	13/09/2018	22 140,00	18 000,00	—	—	23/11/2018	22140	—	—	—	—	22140	—	—	—	—
AXIANSEU DIGITAL SOLUTIONS, S.A. (500074372)	Aquisição de serviços de manutenção e suporte técnico dos balneadores Citrix, para 2018	31/07/2018	42 395,54	34 468,00	—	—	09/11/2018	14838,47	—	—	—	—	14838,47	—	—	—	—
LABLAD, LDA (502629703)	Aquisição de máquina de lavar material de laboratório	07/08/2018	16 600,08	13 496,00	—	—	19/10/2018	16600,08	—	—	—	—	16600,08	—	—	—	—
NOVABASE DIGITAL, S.A. (501774360)	Licenciamento do software BlackBoard Learn com os módulos Blackboard Collaborate e Mobile Learn, 2018	13/07/2018	82 582,20	67 140,00	—	—	19/10/2018	82582,2	—	—	—	—	82582,2	—	—	—	—
B-SIMPLE - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, LDA (506188841)	Fornecimento de uma Aplicação Informática de Gestão e Administração da Unidade de Fase 1 para o Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde da Escola de Medicina da Universidade do Minho	09/10/2018	73 800,00	60 000,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
CARINA MARINA OLIVEIRA RODRIGUES PEXOTO (246886315)	Aquisição de serviços jurídicos no âmbito dos processos de cobrança coerciva de dívidas de propinas à Universidade do Minho	11/07/2018	9 889,20	8 040,00	—	—	30/07/2018	8040	—	—	—	—	8040	—	—	—	—
FANNY TITTEL-MOSSER (284520578)	Aquisição de serviços para gestão do Projeto "Support for the Moldovan Call Centre for Migrants"	29/06/2018	19 515,71	15 866,43	—	—	07/09/2018	19515,72	—	—	—	—	19515,72	—	—	—	—
ALICE AUGUSTA MACEDO MIRANDA (245131701)	Aquisição de serviços de cuidados Médico Veterinários a modelos animais incluídos em projetos de investigação na Escola de Medicina e Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde	04/07/2018	15 828,32	12 868,55	—	—	26/07/2018	12868,56	—	—	—	—	12868,56	—	—	—	—

Universidade do Minho

Relatório de Gestão e Contas Individuais e Consolidadas 2018

SARSPEC, LDA (510992900)	Aquisição de Elipsómetro	12/09/2018	50 000,00	40 650,00	—	—	08/10/2018	49999,5	—	—	—	—	49999,5	—	—	—	—
ANA ALEXANDRA FERREIRA DE CARVALHO (221481648)	Aquisição de serviços para coordenação do Gabinete de Comunicação da Escola de Engenharia	11/07/2018	7 500,00	7 500,00	—	—	03/08/2018	7500	—	—	—	—	7500	—	—	—	—
SOPRADEQUADO, MOBILIÁRIO DE ESCRITÓRIO E EQUIP. (514756799)	Aquisição de novo mobiliário e adaptação do mobiliário existente (restantes) para a biblioteca do ILCH	19/06/2018	15 357,66	12 485,90	—	—	21/09/2018	15357,66	—	—	—	—	15357,66	—	—	—	—
QUIMOCIRCUITO CIRCUITOS IMPRESSOS, LDA (504966936)	Aquisição de Sensores Navigation Grade e componentes de leitura para sistema de calibração e teste, FPGA's boards para prototipagem rápida, Componentes eletrónicos para fabrico de PCBs, Serviços para desenho de sistema de calibração, Montagem e desenho de circuitos eletrónicos, e Fabrico, desenho e montagem de PCBs e componentes	02/07/2018	42 320,00	34 406,50	—	—	20/09/2018	42320	—	—	—	—	42320	—	—	—	—
NORCAM ENGENHARIA E DESIGN INDUSTRIAL (502651857)	Componentes eletrónicos para testes de cinemática aos vários conceitos de HUD	29/06/2018	22 866,93	18 591,00	—	—	26/10/2018	22866,93	—	—	—	—	22866,93	—	—	—	—
SGS PORTUGAL, S.A. (500417660)	Aquisição de serviços de avaliação da qualidade do ar interior nos Campi da Universidade do Minho	17/10/2018	109 468,28	88 998,60	—	—	21/12/2018	3040,78	—	—	—	—	3040,78	—	—	—	—
AGÊNCIA DE VIAGENS TAGUS, SA (500011028)	Aquisição de serviços de alojamento no contexto de uma missão do Instituto de Educação à Guiné Bissau	03/12/2018	7 380,00	6 000,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
GLINTT - HEALTHCARE SOLUTIONS SA (502479418)	Aquisição de software as a service para a Escola de Medicina da Universidade do Minho	10/12/2018	11 070,00	9 000,00	—	—	01/02/2019	11070	—	—	—	—	11070	—	—	—	—
IMAGINARY LAYER, LDA (514853352)	Aquisição de componentes para o desenvolvimento e implementação de video-card UHD	26/11/2018	19 926,00	16 200,00	—	—	07/12/2018	19926	—	—	—	—	19926	—	—	—	—
JOEL FRANCISCO SENDAS (237264129)	Aquisição de serviços no âmbito do desenvolvimento e conceção de módulos para o sistema financeiro e para o sistema interno da garantia da qualidade da Universidade do Minho	03/12/2018	14 760,00	12 000,00	—	—	11/12/2018	1230	—	—	—	—	1230	—	—	—	—
ORBCOM-EQUIP.SERV.INFORM.ELECTR. (506172813)	Licenciamento da plataforma de anti-spam MPS Enterprise Edition da Anubisnetworks para 2019, pela Universidade do Minho	22/11/2018	12 614,27	10 255,50	—	—	07/12/2018	12614,27	—	—	—	—	12614,27	—	—	—	—
CONCEIÇÃO DA CUNHA FERNANDES (193500787)	Aquisição de Serviços para apoio técnico-administrativo no âmbito do projeto estratégico do CIEC do Instituto de Educação da Universidade do Minho	05/12/2018	4 059,00	3 300,00	—	—	14/12/2018	1014,75	—	—	—	—	1014,75	—	—	—	—
THOMSON REUTERS PORTUGAL (514311495)	Locação das bases de dados SDC JOINT VENTURES, SDC ALL MERGER & ACQUISITION, SDC SYNDICATED LOANS, SDC ALL NEW ISSUES e EIKON FOR STUDENTS para a EEG da Universidade do Minho pelo período de 12 meses	28/11/2018	50 375,88	40 956,00	—	—	04/12/2018	50375,88	—	—	—	—	50375,88	—	—	—	—
ELSEVIER SCIENCE (NLO05033019)	Locação de base de dados SCOPUS, pelo período de 12 meses	21/11/2018	43 364,88	35 256,00	—	—	19/12/2018	43364,88	—	—	—	—	43364,88	—	—	—	—
NADINE GONÇALVES REBELO (280271662)	Aquisição de serviços para realização de tarefas nas bibliotecas UMinho dos Campi de Azurém e Couraço	22/10/2018	6 789,60	5 520,00	—	—	26/10/2018	2760	—	—	—	—	2760	—	—	—	—
DIGITMARKET-SISTEMAS DE INFORMAÇÃO SA (505046555)	Licenciamento do software instalado na Universidade do Minho ao abrigo do Microsoft Campus Agreement (MCA) 2018-2019	31/10/2018	173 341,14	140 927,76	—	—	06/12/2018	173341,14	—	—	—	—	173341,14	—	—	—	—
PSE PRODUTOS SERVIÇOS ESTATÍSTICA (503323390)	Licenciamento de utilização do software Campus IBM-SPSS/AMOS	26/11/2018	13 382,40	10 880,00	—	—	12/11/2018	10880	—	—	—	—	10880	—	—	—	—
CLÁUDIA MARISA PEREIRA DA SILVA (256689652)	Aquisição de serviços de apoio aos Serviços Académicos	05/11/2018	7 346,86	5 973,06	—	—	07/12/2018	1224,48	—	—	—	—	1224,48	—	—	—	—
OPT, LDA (510165443)	Aquisição de serviços de manutenção corretiva do atual sistema de monitorização de centrais de deteção técnica de anomalias da Universidade do Minho	30/10/2018	2 398,50	1 950,00	—	—	27/12/2018	599,63	—	—	—	—	599,63	—	—	—	—
DIAS DE SOUSA - INST.ANAL.CIENTIFICA (504080857)	Aquisição de Serviços de Reparação do Fluorímetro	26/10/2018	2 773,65	2 255,00	—	—	30/11/2018	2773,65	—	—	—	—	2773,65	—	—	—	—
PEVENTERTAINMENT (509269923)	Aquisição de um espetáculo musical, do músico Jorge Palma, a realizar no âmbito do Encontro Caixa Alumni 2018	12/10/2018	12 915,00	10 500,00	—	—	12/10/2018	12915	—	—	—	—	12915	—	—	—	—
ANA CATARINA FERREIRA LOPES DE JESUS (219093334)	Aquisição de serviços para recolha de dados e preparação de bases de dados	01/09/2018	12 054,00	9 800,00	—	—	09/10/2018	9800	—	—	—	—	9800	—	—	—	—
VIMAPONTOEQUIP. SERV. INFORMATICA (503063851)	Aquisição de serviços de manutenção de equipamentos de storage e backup	25/09/2018	1 253,04	1 018,73	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
A. RAMALHÃO - CONSULTORIA, GESTÃO E SERVIÇOS LDA (503559199)	Aquisição de serviços de armazenamento de produtos químicos na Escola de Ciências dos campi da Universidade do Minho em Gualtar e Azurém	16/10/2018	15 891,60	12 920,00	—	—	17/12/2018	7945,8	—	—	—	—	7945,8	—	—	—	—
MAXIGLOBAL (504320882)	Aquisição de serviços de atualização do firmware da central de aspiração micro100 do datacenter da DTSL no campus Gualtar	21/09/2018	430,50	350,00	—	—	06/11/2018	430,5	—	—	—	—	430,5	—	—	—	—
ULTRAGENE, LDA (508797527)	Aquisição de serviço de assistência técnica preventiva e corretiva de equipamentos de alojamento e manutenção de gaiolas e biberões usados com animais de laboratório, das marcas Tecniplast e IWT, da Unidade do Biotério do Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde da Escola de Ciências da Saúde da Universidade do Minho	19/09/2018	34 932,00	28 400,00	—	—	19/09/2018	928,44	—	—	—	—	928,44	—	—	—	—
BUREAU VAN DIJK ELECTRONIC PUBLISHING UNIPESSOA (509359345)	Locação da base de dados AMADEUS para a EEG da Universidade do Minho pelo período de 12 meses	24/10/2018	33 210,00	27 000,00	—	—	19/12/2018	33210	—	—	—	—	33210	—	—	—	—
PROFUJARDIM - CONSTR. E MANUT. ESPAÇOS VERDES, LDA (504528530)	Aquisição de serviços de manutenção e conservação dos espaços verdes da Universidade do Minho	01/10/2018	184 500,00	150 000,00	—	—	01/10/2018	7687,5	—	—	—	—	7687,5	—	—	—	—
DOMP-DESENVOLVIMENTO ORGANIZADO, MARKETING E PUBLI (502175907)	Aquisição de serviços para a elaboração posterior de uma base de dados para o estudo SHARE, vaga 7 (Norte e Centro de Portugal)	08/11/2018	88 560,00	72 000,00	—	—	21/11/2018	26568	—	—	—	—	26568	—	—	—	—
INGERSOLL-RAND PORTUGAL SOCIEDADE UNIPESSOAL, (513180699)	Locação e respetiva instalação de chillers, um de 500KW para a central térmica 2 (CT2) e outro de 400KW para o edifício 2 do campus de Gualtar da Universidade do Minho, em Braga	19/09/2018	24 350,31	19 797,00	—	—	25/10/2018	24350,3	—	—	—	—	24350,3	—	—	—	—

MULTICERT-SERV. CERTIF. ELETRONICA (505767457)	Sistema de Assinatura de Pautas e Documentos Financeiros	30/07/2018	31 299,85	25 447,03	—	—	26/10/2018	31299,85	—	—	—	—	31299,85	—	—	—	—
LABTRONICA (503468169)	Aquisição de Componentes para equipamento de ensaios, na aquisição do desastre associado à caracterização de materiais	17/07/2018	24 587,70	19 990,00	—	—	02/08/2018	24587,7	—	—	—	—	24587,7	—	—	—	—
CONCEIÇÃO DA CUNHA FERNANDES (193500787)	Aquisição de serviços de apoio administrativo à Biblioteca de Ciências da Educação do Instituto de Educação	16/06/2018	4 194,30	3 410,00	—	—	12/06/2018	4194,3	—	—	—	—	4194,3	—	—	—	—
FERNANDA SOUZA PINHEIRO (284577081)	Aquisição de serviços de Fernanda Souza Pinheiro no âmbito do programa estratégico do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade	26/07/2018	6 000,00	6 000,00	—	—	31/07/2018	6000	—	—	—	—	6000	—	—	—	—
LUSODOC-DOCUM.TECNICOCIENTIFICALLD (502609982)	Acesso a bases de dados da PsycArticles e PsycInfo	28/08/2018	59 575,05	48 435,00	—	—	04/09/2018	59575,05	—	—	—	—	59575,05	—	—	—	—
CARPINTARIA OLIVEIRA LIMA, UNIPessoal, LDA (508631084)	Aquisição de serviços de mão-de-obra para montagem de estantes no armazém do piso -2 do edifício 03, do campus de Gualtar da Universidade do Minho, em Braga	18/10/2018	7 457,83	6 063,28	—	—	07/12/2018	7457,83	—	—	—	—	7457,83	—	—	—	—
SLATEGREY-INSTRUMENTOS CONTROLO, LDA (508507502)	Fornecimento de um potenciostato/galvanostato	04/10/2018	17 023,20	13 840,00	—	—	25/10/2018	17023,2	—	—	—	—	17023,2	—	—	—	—
UNIVERSIDADE DO PORTO (501413197)	Fornecimento de Serviços de Dosamento de Iodo em Urina e Leite Materno para o Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde da Escola de Medicina da Universidade do Minho	08/08/2018	48 302,10	39 270,00	—	—	30/10/2018	14206,5	—	—	—	—	—	—	—	—	—
VWR INTERNATIONAL - MATERIAL LABORAT., LDA (503842770)	A aquisição de um Liofilizador e Congelador de amostras de Bancada para o I3Bs	24/09/2018	47 822,40	38 880,00	—	—	05/11/2018	47822,4	—	—	—	—	47822,4	—	—	—	—
PGISI PLATAFORMAS GLOBAIS, LDA (509523390)	Aquisição de uma Infraestrutura de Virtualização	09/10/2018	52 029,00	42 300,00	—	—	12/11/2018	52029	—	—	—	—	52029	—	—	—	—
GOMENSORO POTENCIAL ZERO - INSTR. CIENTIFICA.LDA (506704017)	Aquisição de Equipamento de Laboratório para o Centro de Química da Escola de Ciências da Universidade do Minho	03/09/2018	22 296,21	18 127,00	—	—	02/10/2018	22296,21	—	—	—	—	22296,21	—	—	—	—
ANA CATARINA GONÇALVES CORREIA (269572007)	Aquisição de serviços de apoio jurídico no âmbito da contratação pública	04/07/2018	17 712,00	14 400,00	—	—	16/07/2018	7200	—	—	—	—	7200	—	—	—	—
DECOTIRSO DECORAÇÕES, LDA (502462043)	Fornecimento e montagem de estantes no armazém do piso -2 do Edifício 03 do Campus de Gualtar da Universidade do Minho, em Braga	15/10/2018	17 165,19	13 955,44	—	—	15/10/2018	17165,1912	—	—	—	—	17165,1912	—	—	—	—
AON PORTUGAL - CORRETORES DE SEGUROS, S.A (500946728)	Aquisição de Serviços de Seguro de Acidentes Pessoais para os participantes dos projetos Erasmus+ International Credit Mobility, coordenados pela Universidade do Minho - UMove (ME) e JAMES (alunos, pessoal docente e pessoal não docente e não investigador)	16/02/2018	19 021,85	15 464,92	—	—	18/12/2018	11041,11	—	—	—	—	11041,11	—	—	—	—
BIORAD LABORATÓRIOS, LDA (501301321)	Aquisição de Kits Multiplex para Medição em Simultâneo de 27 Proteínas em Amostras Biológicas para o Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde da Escola de Medicina da Universidade do Minho	28/09/2018	123 157,44	100 128,00	—	—	19/11/2018	49262,98	—	—	—	—	49262,98	—	—	—	—
BEEVC - ELECTRONIC SYSTEMS, LDA (509892620)	Aquisição de serviços de consultoria para adaptação de uma impressora para impressão de hidrogénio no âmbito do projeto ECM_INK, da Unidade I3Bs	09/10/2018	35 362,50	28 750,00	—	—	05/11/2018	20986,88	—	—	—	—	20986,88	—	—	—	—
PATENTREE, UNIPessoal LDA (510638490)	Aquisição de serviços de consultoria para pedidos de Patentes, para o Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde da Escola de Medicina da Universidade do Minho	24/09/2018	92 090,11	74 870,01	—	—	19/10/2018	92090,1123	—	—	—	—	92090,1123	—	—	—	—
Carlos Alberto Gonçalves (204351650)	Aquisição de serviços de apoio administrativo à Biblioteca de Ciências da Educação do Instituto de Educação. (CPVIA-IE-010/2018)	05/12/2018	6 642,00	5 400,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
César Augusto Duarte da Silva (213310368)	Aquisição de serviços de apoio administrativo à Biblioteca de Ciências da Educação do Instituto de Educação. (CPVIA-IE-011/2018)	05/12/2018	6 642,00	5 400,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
ALFA SOFT (0504800)	Desenvolvimento e aquisição de Software no âmbito do Projeto "Support for the Moldovan Call Centre for Migrants", (CPV ED-03/2018)	09/11/2018	43 050,00	35 000,00	—	—	28/12/2018	43050	—	—	—	—	43050	—	—	—	—

Universidade do Minho

Relatório de Gestão e Contas Individuais e Consolidadas 2018

CARNES RUI OLIVEIRA UNIPessoal LDA (510109152)	Aquisição e transporte de suínos para fins de ensino e investigação. (EM-017/2018)	03/09/2018	29 611,15	27 660,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PITAGORAS ARQUITECTURA E ENGENHARIAS INTEGRADAS, LDA. (502010789)	Aquisição de serviços para estudo de reorganização funcional do edifício, nomeadamente readaptação do projeto e desenho de novas valências, desenho e implantação de mobiliário e equipamento técnico, e acompanhamento de obra para implementação da infraestrutura TERM RES Hub - Infraestrutura Científica para a Engenharia de Tecidos e Medicina Regenerativa inserida no Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico. (VET-RLR-01/2018)	28/08/2018	91 635,00	74 500,00	—	—	18/10/2018	91635	—	—	—	—	91635	—	—	—	—
Werfen Portugal, Lda (501086110)	Aquisição de reagentes de biologia molecular e serviços de clonagem e sequenciação para o Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde da Escola de Medicina da Universidade do Minho.	12/06/2018	12 300,00	10 000,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SOUSABREU - Informática e Contabilidade, Lda. (504809547)	Aquisição de FPGAs boards para prototipagem rápida, Plataformas DSP, Componentes para amplificadores áudio, Componentes eletrónicos para protótipos APP, Componentes eletrónicos e mecânicos para protótipos APS, e Construção de protótipo demonstrador.	03/07/2018	73 430,16	59 699,32	—	—	20/09/2018	73430,16	—	—	—	—	73430,16	—	—	—	—
TWOFOLD (510954049)	Aquisição de serviços de imagem, design, produção gráfica e consultadoria em webdesign de imagem, design, produção gráfica e consultadoria em webdesign durante o ano económico de 2018 ou até que se esgote o valor no mesmo para a Escola de Economia e Gestão (EEG) da Universidade do Minho. (EEG_CP_03/2018)	18/06/2018	13 222,50	10 750,00	—	—	13/09/2018	13222,5	—	—	—	—	13222,5	—	—	—	—
Stab Vida, Lda* (505087723)	Aquisição de reagentes de biologia molecular e serviços de clonagem e sequenciação para o Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde da Escola de Medicina da Universidade do Minho.	12/06/2018	12 300,00	10 000,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Grisp Research Solutions (508573920)	Aquisição de reagentes de biologia molecular e serviços de clonagem e sequenciação para o Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde da Escola de Medicina da Universidade do Minho.	12/06/2018	12 300,00	10 000,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
INDRA SISTEMAS PORTUGAL, S.A. (506176142)	Desenvolvimento e implementação de alterações ao sistema financeiro GIAF de alguns processos funcionais e a migração de infraestrutura do GIAF. (DTSI-28/2018)	22/11/2018	39 911,04	32 448,00	—	—	28/12/2018	11973,31	—	—	—	—	11973,31	—	—	—	—
TOP PARTNER - VIAGENS & SOLUCOES EM (509668453)	Aquisição de viagens, vistos e seguros de viagem.	05/12/2018	6 250,00	6 250,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
A. J. Costa (Irmãos), Lda (500002576)	Serviço de assistência técnica preventiva e corretiva de Esterilizadores a Vapor, para o Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde da Escola de Medicina da Universidade do Minho, Ref° ICVSCM-001/2018	12/10/2018	61 477,93	49 982,06	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Caravelas 2000 - Agência de Viagens e Turismo, Lda. (501390820)	A prestação de serviços integrados de apoio à realização de missões científicas no exterior, incluindo inscrições e outros serviços complementares para participação em eventos e reuniões de projetos científicos, planos de mobilidade (Secondments), viagens, transferes e alojamento, para a Unidade Orgânica de Investigação I3Bs - Instituto de Investigação em Biomatemática, Biodegradáveis e Biomiméticos da Universidade do Minho, da responsabilidade da Universidade do Minho	17/10/2018	270 600,00	220 000,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
MSFT - SOFTWARE PARA MICROCOMPUTADORES, LDA (502586745)	Microsoft Premier 2018 - suporte técnico às tecnologias utilizadas no âmbito do Microsoft Campus Agreement (MCA). (DTSI-09-2018)	31/07/2018	39 150,90	31 830,00	—	—	09/11/2018	39150,9	—	—	—	—	39150,9	—	—	—	—
Worldit - Sistemas de Informação, Lda. (506677702)	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE DO PROJETO "BALCÃO UNORTE.PT" Serviços de desenvolvimento de software do projeto "Balcão UNorte.pt", para as entidades: Universidade do Porto, Universidade do Minho e Universidade de Trás dos Montes e Alto Douro	30/03/2018	19 301,16	15 692,00	—	—	20/07/2018	19301,16	—	—	—	—	19301,16	—	—	—	—
SOCIEDADE PORTUGUESA DE INOVAÇÃO - Consultadoria Empresarial e Fomento da Inovação, S.A. (503821012)	Aquisição de serviços de estudos e consultoria previstos no âmbito do Contrato do Projeto U.Norte Inova, código de operação NORTE-01-0246-FEDER-000005	10/05/2018	20 910,00	17 000,00	—	—	20/07/2018	20910	—	—	—	—	20910	—	—	—	—
JOSÉ DA SILVA E SÁ & FERREIRA, LDA. (504087924)	Serviço de Revestimento do Piso dos Laboratórios de Extrusão e Injeção	01/06/2018	12 232,35	9 945,00	—	—	09/11/2018	12232,35	—	—	—	—	12232,35	—	—	—	—
BMI - Business Marketing International Limited (GB110811763)	Serviços de locação de espaços e equipamentos para participação da Universidade do Minho, na edição do Salão do Estudante (Brasil).	18/04/2018	6 660,41	5 414,97	—	—	20/07/2018	5763,16	—	—	—	—	5763,16	—	—	—	—
Amigos do Mar - Associação Cívica para a Defesa do Mar (502922044)	Apoio Técnico às Missões do Next-Sea 2017 do Centro de Biologia Molecular e Ambiental da Escola de Ciências da Universidade do Minho. (AD 03_2017)	30/04/2018	20 497,95	16 665,00	—	—	20/07/2018	20497,95	—	—	—	—	20497,95	—	—	—	—
Ana Paula Fernandes (204683017)	Realização de tarefas de descrição bibliográfica de publicações, etiquetagem e envio de publicações para as bibliotecas depositárias e de validação de metadados no RepositórioUM. (SDUM - 01 / 2018)	24/04/2018	14 710,80	11 960,00	—	—	29/05/2018	9790,8	—	—	—	—	9790,8	—	—	—	—
CISION PORTUGAL-DISTRIBUIÇÃO DE INFORMAÇÃO GERAL, S.A. (501355383)	Aquisição de serviço de media monitoring e clipping on-line. (1/GCI-2017)	12/03/2018	11 365,20	9 240,00	—	—	13/06/2018	10418,1	—	—	—	—	10418,1	—	—	—	—
Rui Filipe Vale Vieira de Sousa (220937800)	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA APOIO ADMINISTRATIVO AO GABINETE DO PROVEDOR DO ESTUDANTE DA UNIVERSIDADE DO MINHO. (PE-02/2017)	12/04/2018	15 719,40	12 780,00	—	—	11/05/2018	15719,4	—	—	—	—	15719,4	—	—	—	—

Edith Ariza Avila (237953218)	Ajuste Direto para aquisição de serviços associados com a realização de um conjunto de tarefas de elevada especialização técnica, na área de processamento/ caracterização de amostras em microscópios de alta resolução, assim como a elaboração de relatórios/ pareceres e estudos de consultoria no âmbito da prestação de serviços por parte do laboratório SEMAT/UM - Serviços de Caracterização de Materiais da Escola de Ciências.	13/03/2018	23 555,63	19 150,92	—	—	30/04/2018	23555,64	—	—	—	—	23555,64	—	—	—	—
Ana Margarida Martins Ferreira (208563776)	Aquisição de Serviços Associados à Conceção e Desenvolvimento de Módulos para o Sistema Académico no Âmbito dos Processos de Candidaturas Internas On-Line para Cursos Conferentes de Grau e Migração de Módulos para a Nova Intranet dos Serviços Académicos.	01/03/2018	19 188,00	15 600,00	—	—	26/03/2018	19188	—	—	—	—	19188	—	—	—	—
Gil Moreira dos Santos, Caldeira, Cernadas & Associados - Sociedade de Advogados SP RL (504710370)	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA JURÍDICA. (ADM-106/2017)	26/02/2018	88 560,00	72 000,00	—	—	10/04/2018	61300,48	—	—	—	—	61300,48	—	—	—	—
CARLA RAQUEL ALVES FORTE (209233672)	Aquisição de serviços para apoio contabilístico da despesa, na Direção Financeira e Patrimonial. (DFP-01/2017)	01/03/2018	19 249,01	15 649,60	—	—	26/03/2018	7336,62	—	—	—	—	7336,62	—	—	—	—
Isilda Maria dos Santos de Oliveira e Sousa (185635172)	Aquisição de serviços de apoio contabilístico da receita, na Direção Financeira e Patrimonial, designadamente apoio relacionado com a identificação e contabilização de receita - DFP. 02/2017	01/03/2018	14 285,50	11 614,23	—	—	26/03/2018	14285,5	—	—	—	—	14285,5	—	—	—	—
Jorge Fiuza Fernandes (224034910)	Aquisição de serviços para apoio contabilístico na digitalização e emissão de despesa, na Direção Financeira e Patrimonial. (DFP-03/2017)	01/03/2018	14 285,50	11 614,23	—	—	26/03/2018	14285,5	—	—	—	—	14285,5	—	—	—	—
Joana Margarida de Castro Teixeira (225476118)	Apoio contabilístico na digitalização e emissão de despesas. (DFP-04/2017)	01/03/2018	14 285,50	11 614,23	—	—	26/03/2018	14285,5	—	—	—	—	14285,5	—	—	—	—
Maria da Glória Martins Vieira (211098914)	Apoio contabilístico na digitalização e emissão de despesas. (DFP-05/2017)	01/03/2018	14 285,50	11 614,23	—	—	26/03/2018	14285,5	—	—	—	—	14285,5	—	—	—	—
Andreia da Cunha Pereira Torcado (230353010)	Apoio na inventariação e etiquetagem do Património, na Direção Financeira e Patrimonial da Universidade do Minho. (DFP-06/2017)	01/03/2018	14 285,50	11 614,23	—	—	26/03/2018	14285,5	—	—	—	—	14285,5	—	—	—	—
Rui Miguel Vieira de Lemos da Rocha e Silva (167682407)	Aquisição de serviços para apoio na inventariação e etiquetagem do património, na Direção Financeira e Patrimonial. (DFP-07/2017)	01/03/2018	14 285,50	11 614,23	—	—	26/03/2018	14285,5	—	—	—	—	14285,5	—	—	—	—
Márcia Rafaela Antunes Gomes (260426822)	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO JURÍDICO E ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE COBRANÇA COERCIVA DE DÍVIDAS DE PROPINAS À UNIVERSIDADE DO MINHO. (ADM-114/2017)	01/03/2018	18 450,00	15 000,00	—	—	26/03/2018	18450	—	—	—	—	18450	—	—	—	—
Sara Alexandra Moreira Sousa Martins (210595116)	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE COBRANÇA COERCIVA DE DÍVIDAS DE PROPINAS À UNIVERSIDADE DO MINHO. (ADM-116/2017)	01/03/2018	18 450,00	15 000,00	—	—	26/03/2018	18450	—	—	—	—	18450	—	—	—	—
JULIANA PATRICIA GOMES FIGUEIREDO (242164617)	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO JURÍDICO NO ÂMBITO DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA. (ADM-124/2017)	01/03/2018	18 450,00	15 000,00	—	—	26/03/2018	18450	—	—	—	—	18450	—	—	—	—
Andreia Costa Carvalho (254550070)	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO JURÍDICO NO ÂMBITO DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA. (ADM-125/2017)	01/03/2018	18 450,00	15 000,00	—	—	26/03/2018	18450	—	—	—	—	18450	—	—	—	—
João Carlos Malhão Mendes (123060303)	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS TIM III, NA UNIVERSIDADE DO MINHO. (ADM-128/2017)	21/02/2018	14 760,00	12 000,00	—	—	26/03/2018	8610	—	—	—	—	8610	—	—	—	—
Tempo de Teoria Unipessoal Lda (509186483)	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA SUBSTITUIÇÃO DE COMPRESSOR DE CHILLER – BOMBA DE CALOR, NA ESCOLA DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DO MINHO, NO CAMPUS DE GUALTAR. (ADM-103/2017)	21/02/2018	8 967,62	7 290,75	—	—	23/03/2018	8967,62	—	—	—	—	8967,62	—	—	—	—
Nuno Miguel Coutinho Gouveia (209577517)	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DE BASE DE DADOS PARA PROSPECÇÃO DE EMPRESAS DE FORMA A SUPOORTAR A ATIVIDADE DE FUNDRAISING E APOIO AO DESENHO DE PLATAFORMA PARA GESTÃO DE BASE DE DADOS. (GRT-09-2017)	20/02/2018	20 664,00	16 800,00	—	—	14/03/2018	20664	—	—	—	—	20664	—	—	—	—
RENTOKIL INICIAL – Serviços de Proteção Ambiental, Lda (501351167)	Aquisição de serviços de desinsetação por anoxia, higienização e limpeza do fundo documental, pertencente ao fundo antigo, existente nas instalações da Universidade na Rua Afonso Henriques, em Braga. (BFB-1/2017)	08/02/2018	13 259,40	10 780,00	—	—	02/07/2018	13259,4	—	—	—	—	13259,4	—	—	—	—
DESIGNGEN - Comunicação Visual, Lda (507493532)	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE DESIGN GRÁFICO. (GRT-07/2017)	20/02/2018	34 046,40	27 680,00	—	—	30/04/2018	34046,4	—	—	—	—	34046,4	—	—	—	—
Lúisa Rosa Salgado Ribeiro (192530135)	Aquisição de serviços de apoio aos complexos pedagógicos da Universidade do Minho. (ADM-110/2017)	14/02/2018	11 808,00	9 600,00	—	—	02/03/2018	9600	—	—	—	—	9600	—	—	—	—

Universidade do Minho

Relatório de Gestão e Contas Individuais e Consolidadas 2018

Ambubraga – Ambulâncias Unipessoal, Lda (505061457)	Aquisição de serviços de transporte de dois alunos com mobilidade reduzida, que se deslocam em cadeiras de rodas, nos percursos habitação dos estudantes/universidade do minho e universidade do minho/habitação dos estudantes, num veículo adaptado. (VRT-GDias-01/2017)	30/01/2018	7 000,00	7 000,00	—	—	09/02/2018	4480	—	—	—	—	4480	—	—	—	—
Sandra Cristina Oliveira da Silva Rodrigues (198642814)	Aquisição de serviços de apoio aos complexos pedagógicos da Universidade do Minho, em Gualtar. (ADM-112/2017)	14/02/2018	11 808,00	9 600,00	—	—	02/03/2018	9600	—	—	—	—	9600	—	—	—	—
Pedro Miguel Losa Pereira (197096972)	Aquisição de serviços para preparação e coordenação de tarefas de manutenção preventiva e assistência técnica ao parque avac dos edifícios dos campi da UMINHO. (ADM-104/2017)	14/02/2018	25 584,00	20 800,00	—	—	02/03/2018	20799,97	—	—	—	—	20799,97	—	—	—	—
JOÃO MANUEL SOARES DA SILVA (200839659)	aquisição de serviços de apoio aos complexos pedagógicos da Universidade do Minho. (ADM-111/2017)	14/02/2018	11 808,00	9 600,00	—	—	02/03/2018	9600	—	—	—	—	9600	—	—	—	—
Ana Margarida Silva Marques (226298515)	Aquisição de serviços na área de higiene, segurança e saúde no trabalho da Universidade do Minho. (ADM-113/2017)	01/03/2018	18 450,00	15 000,00	—	—	23/03/2018	18450	—	—	—	—	18450	—	—	—	—
VANESSA SOFIA DA SILVA SOARES (211426458)	Aquisição de serviços de apoio técnico e audiovisual aos complexos pedagógicos da universidade do minho. (ADM-109/2017)	14/02/2018	11 808,00	9 600,00	—	—	02/03/2018	9600	—	—	—	—	9600	—	—	—	—
Helena Julieta Rodrigues da Silva (269995706)	Aquisição de serviços de apoio à implementação da nova base de dados Alumni. (GRT-10/2017)	20/02/2018	3 840,00	3 840,00	—	—	23/02/2018	1280	—	—	—	—	1280	—	—	—	—
Elisabete Torres do Monte (235739782)	Aquisição de serviços para elaboração e atualização de plantas das instalações da Universidade do Minho. (ADM122/2017)	14/02/2018	22 140,00	18 000,00	—	—	23/02/2018	22140	—	—	—	—	22140	—	—	—	—
Maria Manuela da Cunha Cerqueira (157992713)	Aquisição de serviços para o registo e distribuição das chamadas telefónicas da Universidade do Minho. (ADM-121/2017)	14/02/2018	22 140,00	18 000,00	—	—	23/02/2018	22140	—	—	—	—	22140	—	—	—	—
Sérgio Filipe Faria da Fonseca (236927620)	Aquisição de serviços para registo e distribuição das chamadas telefónicas da universidade do minho. (ADM-120/2017)	14/02/2018	22 140,00	18 000,00	—	—	23/02/2018	22140	—	—	—	—	22140	—	—	—	—
Mariana Isabel Teixeira Rodrigues (269500103)	Aquisição de serviços de apoio jurídico no âmbito da contratação pública. (ADM 118/2017)	14/02/2018	22 140,00	18 000,00	—	—	23/02/2018	22140	—	—	—	—	22140	—	—	—	—
Sara Alberta Fernandes Sampaio (250455633)	Aquisição de serviços de apoio jurídico no âmbito da contratação pública. (ADM-119/2017)	14/02/2018	22 140,00	18 000,00	—	—	23/02/2018	22140	—	—	—	—	22140	—	—	—	—
Célia Suzana Oliveira Ribeiro Alves (212916530)	Aquisição de serviços de verificação, registo e desmaterialização dos processos de cobrança de propinas dos alunos dos diferentes ciclos de estudo da universidade do minho. (ADM-115/2017)	14/02/2018	22 140,00	18 000,00	—	—	23/02/2018	22140	—	—	—	—	22140	—	—	—	—
Paula Cristina Fernandes Lobato (226204510)	Aquisição de serviços de apoio na análise e resposta aos processos relacionados com a componente financeira das propinas, na universidade do minho. (ADM-117/2017)	16/02/2018	22 140,00	18 000,00	—	—	23/02/2018	22140	—	—	—	—	22140	—	—	—	—
Alexandra Paula Rodrigues Pinheiro (252362683)	Aquisição de serviços para apoio ao processo de cobrança de dívidas de propinas à universidade do minho. (ADM-108/2017)	14/02/2018	22 140,00	18 000,00	—	—	23/02/2018	22140	—	—	—	—	22140	—	—	—	—
Joana Catarina Soares Ferreira (212639226)	Aquisição de serviços de apoio à gestão e acompanhamento da execução financeira da universidade do minho. (ADM-107/2017)	14/02/2018	23 800,50	19 350,00	—	—	23/02/2018	23800,5	—	—	—	—	23800,5	—	—	—	—
Gilda Cristiana Costa Alves (219786771)	Aquisição de serviços de apoio administrativo ao gabinete do administrador e ao conselho de gestão da universidade do minho. (ADM-126/2017)	14/02/2018	22 140,00	18 000,00	—	—	23/02/2018	22140	—	—	—	—	22140	—	—	—	—
André Costa Castanho Correia (226854167)	Aquisição de serviços para elaboração e atualização de plantas das instalações da universidade do minho. (ADM-123/2017)	14/02/2018	22 140,00	18 000,00	—	—	23/02/2018	22140	—	—	—	—	22140	—	—	—	—
Paulo Américo Peixoto Dias (163377677)	Aquisição de serviços para trabalhos especializados de carpintaria nas instalações da universidade do minho. (ADM-105/2017)	15/02/2018	10 332,00	8 400,00	—	—	23/02/2018	8400	—	—	—	—	8400	—	—	—	—
CARLA ISABEL GOMES GREINHA (240044053)	Aquisição de serviços para a digitalização das pautas dos alunos 1º, 2º e 3º ciclo e digitalização dos processos de propinas em cobrança coerciva. (DTSI-41/2017)	06/02/2018	22 140,00	18 000,00	—	—	23/02/2018	22140	—	—	—	—	22140	—	—	—	—

JOSÉ PEDRO MACHADO CUNHA (260649830)	Desenvolvimento de Software - Módulos para o ERP dos Recursos Humanos e Módulos para um Sistema de Gestão de Stocks de Produtos Químicos. (DTSI-40/2017)	07/02/2018	24 354,00	19 800,00	—	—	23/02/2018	24354	—	—	—	—	24354	—	—	—	—
MARTA GOMES COSTA OLIVEIRA (210625473)	Aquisição de Serviços Associados à Gestão e Controlo do Processo de Registo de Informação para o Catálogo de Cursos que Retrata a Oferta Formativa na Universidade do Minho. (DTSI-39/2017)	06/02/2018	22 140,00	18 000,00	—	—	23/02/2018	22140	—	—	—	—	22140	—	—	—	—
ELSA FILOMENA LOPES MOURA (212851179)	Aquisição dos serviços associados à gestão e controlo do processo de digitalização das atas do conselho administrativo e conselho de gestão até 2014 (DTSI-37/2017)	06/02/2018	22 140,00	18 000,00	—	—	23/02/2018	22140	—	—	—	—	22140	—	—	—	—
MÁRIO EDUARDO LOPES MEIRA (204442850)	AQUISICÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO À UNIV. UNIVERSIDADE DA DAS NAÇÕES UNIDAS INSTALADA NA UNIVERSIDADE DO MINHO (GRT-13/2017)	07/02/2018	1 845,00	1 500,00	—	—	23/02/2018	1845	—	—	—	—	1845	—	—	—	—
Eduardo Guimarães dos Santos (22098649)	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ARRUMAÇÃO DE PUBLICAÇÕES NAS ESTANTES DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO DECIMAL UNIVERSAL, A ELABORAÇÃO DE SINALETICA E O AJUSTE DE SINALETICA EXISTENTE NA BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE DO MINHO (SDUM - 9/2017)	01/02/2018	13 579,20	11 040,00	—	—	23/02/2018	12447,6	—	—	—	—	12447,6	—	—	—	—
Conceição Cunha Fernandes (193500787)	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ARRUMAÇÃO DE PUBLICAÇÕES PROVENIENTES DA BIBLIOTECA DE LÍNGUAS E CULTURAS ORIENTAIS NAS ESTANTES DO DEPÓSITO DA BIBLIOTECA GERAL DA UNIVERSIDADE DO MINHO. (SDUM - 08/2017)	01/02/2018	13 579,20	11 040,00	—	—	23/02/2018	12447,6	—	—	—	—	12447,6	—	—	—	—
Maria Pedro Gonçalves Ferreira (230392938)	Aquisição de serviços de apoio administrativo ao Gabinete do Rector (Ajuste Direto ref.º GRT-01/2017)	30/01/2018	8 610,00	7 000,00	—	—	07/02/2018	8610	—	—	—	—	8610	—	—	—	—
Carlos Manuel Torres Rebelo (132855704)	Renovação da aquisição de serviços na modalidade de contrato de avença de responsabilidade pela exploração das instalações elétricas da UMinho, nas cidades de Braga e Guimarães (Ajuste Direto ref.º ADM-04/2018)	01/01/2018	10 701,00	8 700,00	—	—	07/02/2018	9809,25	—	—	—	—	9809,25	—	—	—	—
EOSA ESTRATEGIA Y ORGANIZACION, SA (A36196418)	Aquisição de serviços de assistência técnica à gestão e coordenação do projeto HeritageCARE-SOE1/P5/P0258. (ISISE-006.17)	12/10/2018	7 307,37	5 940,95	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
PURSUTIME VIAGENS LDA (514603755)	Prestação de Serviços de Representação – estadias, viagens, transferes, apoio à organização e catering de participantes no âmbito da realização do “1º Workshop do ForCaST - The Tumour Microenvironment”. (3 B'S - 007/2017)	26/02/2018	91 779,40	74 617,40	—	—	20/11/2018	50000	—	—	—	—	50000	—	—	—	—
STJ - VIAGENS EVENTOS, LDA (510722334)	Prestação de Serviços de Representação – estadias, viagens, transferes, apoio à organização e catering. (3B'S-006/2017)	02/04/2018	49 073,80	39 897,40	—	—	12/06/2018	37002,16	—	—	—	—	37002,16	—	—	—	—
CRUZLAB - LABORATORY SOLUTIONS, UNIPessoal LDA (514451270)	Aquisição de prestação de serviços de 70 (setenta) análises espectrofotométricas de tecidos e não-tecidos com determinação de cor e cálculo das diferenças de cor, na gama de 400 a 1400 nm	07/11/2018	8 671,50	7 050,00	—	—	01/03/2018	8671,5	—	—	—	—	8671,5	—	—	—	—
Stab Vida, Lda (505087723)	Aquisição de serviços de primers e sequenciação.	02/05/2018	2 570,33	2 089,40	—	—	07/09/2018	2570,33	—	—	—	—	2570,33	—	—	—	—
Sociedade Portuguesa do "Ar Líquido", Lda (500261512)	Fornecimento de gases e azoto líquido e serviço de instalação para o Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde da Escola de Medicina da Universidade do Minho	02/05/2018	31 616,58	25 704,54	—	—	30/07/2018	325,18	—	—	—	—	325,18	—	—	—	—
Linkcom - Sistemas de Informação SA (505046547)	Manutenção de equipamentos de storage e backup Dell /EMC	25/09/2018	128 028,24	104 088,00	—	—	12/12/2018	32007,06	—	—	—	—	32007,06	—	—	—	—
Interfire, Lda (509033237)	Aquisição de serviços de manutenção de equipamentos de segurança contra incêndios da Universidade do Minho	22/06/2018	8 011,51	6 513,42	—	—	09/11/2018	5696,69	—	—	—	—	5696,69	—	—	—	—
VIANAS, S.A. (501745068)	Aquisição de serviços de manutenção de equipamentos de segurança contra incêndios da Universidade do Minho	22/06/2018	562,26	457,12	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
AZIMUTHWAVE, LDA (514431083)	Aquisição de serviços para execução de selagens corta-fogo nos edifícios 13,14,15,16,17 e 19, para cumprimento das recomendações feitas pela ANPC, no âmbito das ações inspetivas aos edifícios do campus de Gualtar da Universidade do Minho, em Braga. (ADM-100/2117)	13/04/2018	15 747,00	12 802,44	—	—	07/09/2018	15747	—	—	—	—	15747	—	—	—	—
OpenLine Facility Services, S.A. (508622069)	Aquisição de serviços de tratamento de água e manutenção preventiva das torres de arrefecimento e condensadores evaporativos, termocumuladores de água quente sanitária e redes de água fria e quente, e cisternas de acumulação de água, nos edifícios da UMinho, nos campi de Gualtar e Azurém. (ADM-101/2018)	09/05/2018	79 705,48	64 801,20	—	—	02/07/2018	17712,32	—	—	—	—	17712,32	—	—	—	—
AMBIMED- GESTAO AMBIENTAL, LDA (503593427)	Aquisição de serviços para gestão dos resíduos perigosos produzidos nos campi da Universidade do Minho. (ADM-99/2017)	22/03/2018	96 489,92	78 447,09	—	—	05/07/2018	24039,32	—	—	—	—	24039,32	—	—	—	—
F.G. SILVA, LDA. (504151231)	Aquisição de serviços de manutenção e assistência técnica na especialidade de construção civil (mão de obra especializada). (CP-ADM-93/2017)	14/02/2018	135 501,01	110 163,42	—	—	12/06/2018	21697,23	—	—	—	—	21697,23	—	—	—	—
LeasePlan Portugal - Comércio e Aluguer de Automóveis e Equipamentos Unipessoal, Lda (502167610)	Locação de viaturas diversas por recurso ao aluguer operacional de veículos pelo período de 36 meses para afetar à frota da Universidade do Minho. (CP/DFP-IP-01/2018)	29/10/2018	65 727,46	53 436,96	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
VWR INTRNACIONAL-MATERIAL DE LABORATÓRIO (503842770)	Aquisição de consumíveis para a Unidade de Biotério. (CONCURSO PUBLICO INTERNACIONAL EM - 002/2018)	12/10/2018	41 772,65	33 961,50	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Sigma-Aldrich Quimica, S.L. (Sucursal em Portugal) (980148820)	Aquisição de consumíveis para a Unidade de Biotério	12/10/2018	5 215,20	4 240,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ultragenex, Lda (508797527)	Aquisição de consumíveis para a Unidade de Biotério	12/10/2018	1 937,25	1 575,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

Universidade do Minho

Relatório de Gestão e Contas Individuais e Consolidadas 2018

BIOCORN, LDA. (513838627)	Aquisição de consumíveis para a Unidade de Biotério	12/10/2018	55 042,50	44 750,00	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Ultragene, Lda (508797527)	Alimentação para animais de laboratório	12/10/2018	71 196,26	57 883,14	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Vwr Internacional - Material Laboratório, Lda. (503842770)	Material de proteção individual para uso na Unidade de Biotério	13/09/2018	35 460,70	28 829,84	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
ILC - Instrumentos Laboratório Científicos, Lda (500948208)	Aquisição de consumíveis gerais de laboratório para a Escola de Medicina da Universidade do Minho	13/09/2018	28 645,72	23 289,20	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
BIOPORTUGAL-QUIMICA FARMACEU (502380543)	Aquisição de consumíveis gerais de laboratório para a Escola de Medicina da Universidade do Minho	13/09/2018	23 261,76	18 912,00	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
SARSTEDT - TECNOLOGIA DE LABORATORIO, S.A. (503019461)	Aquisição de consumíveis gerais de laboratório para a Escola de Medicina da Universidade do Minho	13/09/2018	26 345,37	21 419,00	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
SIGMA ALDRICH QUIMICA, S.L. (980148820)	Aquisição de consumíveis gerais de laboratório para a Escola de Medicina da Universidade do Minho	13/09/2018	22 926,38	18 639,33	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Invitrocell, Ldª (510433219)	Aquisição de consumíveis gerais de laboratório para a Escola de Medicina da Universidade do Minho	13/09/2018	23 761,14	19 318,00	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Alfagene-Novas Tecnologias da Vida, Lda. (503387398)	Procedimento de contratação pública para aquisição de reagentes químicos, de biologia molecular e de cultura celular (CPI EM-003/2018)	13/09/2018	43 050,00	35 000,00	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
SIGMA-ALDRICH (980148820)	Procedimento de contratação pública para aquisição de reagentes químicos, de biologia molecular e de cultura celular (CPI EM-003/2018)	13/09/2018	43 050,00	35 000,00	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
ISÓTOPOS E DERIVADOS (ISODER), S.A. (502241594)	Procedimento de contratação pública para aquisição de reagentes químicos, de biologia molecular e de cultura celular (CPI EM-003/2018)	13/09/2018	36 900,00	30 000,00	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
VWR Internacional (503842770)	Procedimento de contratação pública para aquisição de reagentes químicos, de biologia molecular e de cultura celular (CPI EM-003/2018)	13/09/2018	24 600,00	20 000,00	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
CITOMED (503492043)	Procedimento de contratação pública para aquisição de reagentes químicos, de biologia molecular e de cultura celular (CPI EM-003/2018)	13/09/2018	43 050,00	35 000,00	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
LusoPalex (503531588)	Procedimento de contratação pública para aquisição de reagentes químicos, de biologia molecular e de cultura celular (CPI EM-003/2018)	13/09/2018	43 050,00	35 000,00	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
TEBU-BIO, UNIPessoal, LDA (509036171)	Procedimento de contratação pública para aquisição de reagentes químicos, de biologia molecular e de cultura celular (CPI EM-003/2018)	13/09/2018	43 050,00	35 000,00	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
BIO-RAD LABORATORIES, LDA (501301321)	Procedimento de contratação pública para aquisição de reagentes químicos, de biologia molecular e de cultura celular	13/09/2018	43 050,00	35 000,00	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
BIOPORTUGAL-QUIMICO FARMACEUTICA LDA (502380543)	Procedimento de contratação pública para aquisição de reagentes químicos, de biologia molecular e de cultura celular	13/09/2018	43 050,00	35 000,00	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
DGPW, S.A. (509161243)	Fornecimento de material elétrico, AVAC e de construção civil para a manutenção das instalações da Universidade do Minho	06/07/2018	18 607,16	15 127,77	--	--	19/10/2018	18458,69	--	--	--	--	18458,69	--	--	--	--	--
ROLEAR - Automações, Estudos e Representações, S.A. (500883750)	Fornecimento de material elétrico, AVAC e de construção civil para a manutenção das instalações da Universidade do Minho	06/07/2018	17 706,21	14 395,29	--	--	23/11/2018	11884,3	--	--	--	--	11884,3	--	--	--	--	--
AZIMUTHWAVE, LDA. (514431083)	AQUISICÃO DE EQUIPAMENTO E RESPECTIVA INSTALAÇÃO EM CADA UMA DAS CISTERNAS DE ACUMULAÇÃO DE ÁGUA DA UNIVERSIDADE DO MINHO, EM AZUREM E QJALTAR	23/04/2018	33 123,29	26 929,50	--	--	08/10/2018	33123,29	--	--	--	--	33123,29	--	--	--	--	--

RELOAD – Consultoria Informática, Lda. (506210855)	Aquisição de Firewalls para os Serviços Administrativos da Universidade do Minho. (DTSI-36/2017)	30/04/2018	45 933,33	37 344,17	—	—	08/10/2018	45933,33	—	—	—	—	45933,33	—	—	—	—
PGSI, Lda (509523390)	Contrato para Aquisição de Diverso Equipamento Informático: Aquisição de 20 Computadores Portáteis – Lote 3. (DTSI-31/2017)	27/02/2018	19 409,40	15 780,00	—	—	08/10/2018	19409,4	—	—	—	—	19409,4	—	—	—	—
Infordelta-Equipamentos e soluções informáticas, Lda. (502117249)	Contrato para Aquisição de Diverso Equipamento Informático: Aquisição de 120 Unidades Fontes de Alimentação Interrupta – Lote 6 - (DTSI-31/2017)	28/02/2018	5 713,60	4 645,20	—	—	11/05/2018	5713,6	—	—	—	—	5713,6	—	—	—	—
Linkcom - Sistemas de Informação S.a (505046547)	Aquisição de equipamento informático. (DTSI-31/2017)	27/02/2018	124 795,89	101 460,07	—	—	05/07/2018	124795,89	—	—	—	—	124795,89	—	—	—	—
LexisNews Business Information Solutions BV (NLO012074418)	Locação de Base de Dados para a Escola de Direito (Ajuste Direto ref.º ED-01/2017)	01/06/2018	22 239,63	18 081,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
BMI – Business Marketing International Limited (GB110811763)	Locação de espaços e equipamentos, para participação da Universidade do Minho na 2ª edição do Salão do Estudante (Brasil). (PRT/CM-02/2018)	06/12/2018	7 765,22	7 765,22	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
BioPortugal - Químico Farmaceutica, Lda (502380543)	Fornecimento de Reagentes Específicos para Medições Bioquímicas em Amostras Biológicas para o Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde da Escola de Medicina da Universidade do Minho. Ref.º ICVS-CM-004/2018	04/12/2018	31 138,68	25 316,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
VWR INTERNACIONAL, LDA. (503842770)	A aquisição de reagentes, de material de laboratório, de serviços de manutenção, de calibração e de reparação de equipamentos de laboratório, incluindo a substituição de peças, no quadro da aquisição de bens e serviços a utilizar para fins de investigação, de experimentação ou desenvolvimento em projetos de investigação e desenvolvimento do Grupo de Investigação 3B's, da Unidade Orgânica de Investigação I3Bs, da Universidade do Minho.	17/10/2018	263 734,79	214 418,53	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Scientifica Limited (648355800)	Fornecimento de um amplificador para um sistema de eletrofisiologia de patch clamp. (ICVS-AD001/2018)	03/08/2018	20 170,77	16 399,00	—	—	11/10/2018	20170,77	—	—	—	—	20170,77	—	—	—	—
Alfagene - Novas Tecnologias Ciências da Vida, Lda (503387398)	Aquisição de reagentes testados e validados em cultura e caracterização celulares, no âmbito do I3Bs – Instituto de Investigação em Biomateriais, Biodegradáveis e Biomiméticos, da responsabilidade da Universidade do Minho. (I3Bs-001/2018)	03/08/2018	90 724,50	73 759,76	—	—	09/11/2018	37891,79	—	—	—	—	37891,79	—	—	—	—
Mundinter (500199906)	Aquisição de estimulador magnético transcraniano para utilização de medidas de diagnóstico e de intervenção no âmbito de projetos de investigação. (ICP+03/2018)	16/07/2018	47 970,00	39 000,00	—	—	08/10/2018	47970	—	—	—	—	47970	—	—	—	—
EBSO Subscription Services Espanã S.L. (ES885765766)	Locação anual das bases de dados EconLit with Full Text e Political Science Complete. (IEEG 2018_AD_03)	30/07/2018	6 831,00	6 831,00	—	—	11/10/2018	6831	—	—	—	—	6831	—	—	—	—
Charles River Laboratories France (FR29086650041)	Aquisição de animais de laboratório para o Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde da Escola de Medicina da Universidade do Minho. (Ref.º EM-009/2018)	20/07/2018	123 000,00	100 000,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
AGI-Augusto Guimarães & Irmão, Lda. (500033307)	Aquisição de materiais poliméricos para aplicação em chassis 100% plástico, com propriedades EMC e térmicas. (INNOVCAR-02/2018)	04/07/2018	10 343,07	8 409,00	—	—	20/09/2018	10343,07	—	—	—	—	10343,07	—	—	—	—
Norte Escolar - Equipamentos Educativos, S.A (503128368)	Aquisição de Quadros Interativos. (DI03/2017)	05/03/2018	7 355,40	5 980,00	—	—	25/05/2018	7355,4	—	—	—	—	7355,4	—	—	—	—
Reload - Consultoria Informática, Lda. (506210855)	Licenciamento da plataforma de Firewalls Checkpoint para 2018, pela Universidade do Minho. (DTSI-32/2017)	16/02/2018	32 759,12	26 633,43	—	—	30/07/2018	30856,92	—	—	—	—	30856,92	—	—	—	—

Universidade do Minho

Relatório de Gestão e Contas Individuais e Consolidadas 2018

GUIMOCIRCUITO CIRCUITOS IMPRESSOS, LDA (504966936)	Componentes eletrónicos para testes de circuitos áudio, Componentes de hardware para aquisição de vibração, Instrumentação de componentes (aplicação em cabines acústicas), e Desenho de várias PCBs (low power e very low noise) – multilaminada com montagem automática de sensores inerciais. (INNOVCAR-11/2017)	31/01/2018	72 220,00	58 715,45	—	—	23/03/2018	72220	—	—	—	—	72220	—	—	—	—
Olympus Iberia, S.A.U. Sucursal em Portugal (980474710)	Aquisição de um Microscópio UPRight de fluorescência motorizado para o Centro de Biologia Molecular e Ambiental. (CBMA-03/2016)	12/01/2018	67 637,70	54 990,00	—	—	10/04/2018	67637,7	—	—	—	—	67637,7	—	—	—	—
Paleta de Ideias - Creative Studio, Lda. (503441678)	Fornecimento de Livros de Questionários para Estudo de Investigação para o Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde da Escola de Medicina da Universidade do Minho, Ref.º ICVS-007/2018	03/12/2018	14 575,50	11 850,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Oniram Sociedade Construtora de Máquinas Industriais Lda (500244898)	AQUISIÇÃO DE SETE COMPONENTES ESTRUTURAIS. (iCubas-01/2018)	11/10/2018	267 986,25	217 875,00	—	—	28/12/2018	101482,38	—	—	—	—	101482,38	—	—	—	—
TEBU-BIO, UNIPESSOAL, LDA (509036171)	A aquisição de fatores de crescimento (reagentes de laboratório).	11/09/2018	35 666,06	28 996,80	—	—	30/11/2018	4492,96	—	—	—	—	4492,96	—	—	—	—
ENZYMATIC, SA (510662625)	Aquisição de reagentes e produtos para laboratório. (CP05_CEB/2018)	27/07/2018	9 750,52	7 927,25	—	—	19/10/2018	9750,52	—	—	—	—	9750,52	—	—	—	—
NZYTECH, LDA. (508432901)	Aquisição de reagentes e material descartável de laboratório para o projeto de investigação CODED FISH. (CP07_CEB/2018)	20/07/2018	6 953,19	5 653,00	—	—	11/10/2018	6953,19	—	—	—	—	6953,19	—	—	—	—
Frlabo II, Lda. (507958861)	Aquisição de reagentes e material descartável de laboratório para o projeto de investigação CODED FISH	20/07/2018	2 201,95	1 790,20	—	—	19/10/2018	2201,95	—	—	—	—	2201,95	—	—	—	—
EDNI - Empresa Distribuidora de Material Informático (503258121)	Aquisição de Componentes eletrónicos Time of Flight e Kit para desenvolvimento de processamento. (INNOVCAR-08/2018)	29/06/2018	31 363,77	25 499,00	—	—	21/09/2018	31363,77	—	—	—	—	31363,77	—	—	—	—
NOVAJET - Produtos Agro-Pecuários, Lda (501727825)	Fornecimento de medicamentos veterinários para o Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde da Escola de Medicina da Universidade do Minho, Ref.º ICVS - 003/2018.	05/06/2018	23 475,23	19 085,55	—	—	23/11/2018	4011,87	—	—	—	—	4011,87	—	—	—	—
Fisher Scientific, Lda. (506429210)	Aquisição de reagentes para biologia molecular e extração de DNA para o laboratório de Biotecnologia de Bacteriófagos LPhage. (CP04_CEB2018)	14/06/2018	5 666,03	4 606,53	—	—	07/09/2018	5666,03	—	—	—	—	5666,03	—	—	—	—
Nzytech Ld* (508432901)	Aquisição de reagentes de biologia molecular e serviços de clonagem e sequenciação para o Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde da Escola de Medicina da Universidade do Minho.	12/06/2018	12 300,00	10 000,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Top Atlântico Viagens e Turismo, SA (501061126)	Aquisição de serviços de viagens e alojamento para a Universidade do Minho. (CPI/DRH-01/2018)	26/11/2018	1 500 000,00	1 500 000,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Adlib, Lda (513011510)	Aquisição de Bibliografia para a Biblioteca da Escola de Direito	03/07/2018	20 278,49	16 486,58	—	—	08/10/2018	14855,08	—	—	—	—	14855,08	—	—	—	—
OLYMPUS IBERIA, S.A.U. (980474710)	Aquisição de um microscópio para sistema de eletrofisiologia patch clamp para o Instituto de Ciências da Vida e Saúde da Escola de Medicina da Universidade do Minho	26/06/2018	25 030,50	20 350,00	—	—	08/10/2018	25030,5	—	—	—	—	25030,5	—	—	—	—

TYPE SOLUTION ,S.A. (508400317)	Aquisição de anticorpos (reagentes de laboratório), considerando que o uso de diferentes tipos de células na Unidade I3Bs é diário não só na avaliação da biocompatibilidade de biomateriais nas mais diversas fases de desenvolvimento, como no desenvolvimento dos diferentes tipos de tecidos e modelos. Assim, os anticorpos aqui incluídos são fundamentais para avaliar o impacto dos biomateriais nos diferentes marcadores celulares após exposição aos biomateriais assim como na caracterização final das respostas biológicas, tanto in vitro como in vivo. Mais ainda, são imprescindíveis na caracterização das células após o seu isolamento garantindo o uso de populações específicas, e na caracterização dos diferentes tipos de tecidos e modelos de tecidos, incluindo da sua funcionalidade, ao longo do tempo de cultura.	11/09/2018	54 444,41	44 263,75	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Biotechnica (509631789)	A aquisição de material de cultura celular (consumíveis de laboratório), no âmbito do I3Bs – Instituto de Investigação em Biomateriais, Biodegradáveis e Biomiméticos, da responsabilidade da Universidade do Minho, uma vez que que o laboratório de cultura celular da Unidade I3Bs usa diariamente estes consumíveis para os diversos trabalhos de investigação que aqui se realizam (I3Bs-010/2018)	11/09/2018	70 825,97	57 582,09	—	—	12/12/2018	24412,28	—	—	—	—	24412,28	—	—	—	—
Option2lab, Lda (509959296)	Aquisição de reagentes e material descartável de laboratório para o projeto de investigação IF/01413/2013. (CP08_CEB/2018)	04/09/2018	3 575,98	2 907,30	—	—	19/10/2018	3575,98	—	—	—	—	3575,98	—	—	—	—
Praxair Portugal Gases, S.A. (501738916)	Fornecimento de gases e azoto líquido e serviço de instalação para o Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde da Escola de Medicina da Universidade do Minho.	02/05/2018	20 565,71	16 720,09	—	—	20/07/2018	11089,26	—	—	—	—	11089,26	—	—	—	—
Hach Lange, Lda (507155165)	Aquisição kits de análise para a determinação de parâmetros químicos em amostras biológicas	28/05/2018	26 417,93	21 477,99	—	—	20/07/2018	21836,42	—	—	—	—	21836,42	—	—	—	—
Emília Maria Moutinho Patricio (234071311)	Serviço de Apoio Técnico-Administrativo e de Tradução	19/10/2018	12 300,00	10 000,00	—	—	10/12/2018	1290,27	—	—	—	—	1290,27	—	—	—	—
Sérgio Augusto Brito Monteiro (227238354)	Serviço de Tradução em Inglês	13/09/2018	8 000,00	8 000,00	—	—	03/12/2018	4703,36	—	—	—	—	4703,36	—	—	—	—
ESISTEMAS-CONSULT.SIST.COM.VIS.MULT (506504948)	Implementação de uma sala de comunicações através de videoconferência.	27/09/2018	58 614,42	47 654,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Siemens, S.A. (500247480)	Empreitada para instalação de sistemas de alarme e deteção de incêndio em edifícios do centro da cidade de Braga. (CP/EOP DCM/07/2019)	16/10/2018	36 838,59	29 950,07	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Vet Med Labor GmbH (Division of Ideix Laboratorie) (DE146149244)	Fornecimento de serviços de controlo sanitário para o Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde da Escola de Medicina da Universidade do Minho. (ICVS - 009/2018)	21/12/2018	23 791,75	19 342,89	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Axianseu Digital Solutions, S.A. (500074372)	Aquisição da infraestrutura de comunicações para o Edifício 10 – Campus de Gualtar, Universidade do Minho	04/09/2018	51 657,68	41 998,11	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Paulo José Oliveira da Silva (198764618)	Aquisição de serviços de limpeza e manutenção do Biotério do Laboratório de Aprendizagem e Comportamento Animal. (CIPs-06/2018)	18/12/2018	12 447,00	12 447,00	—	—	28/12/2018	461	—	—	—	—	461	—	—	—	—

Adjudicações por Tipo de Procedimento

Entidade: Universidade do Minho												
Adjudicações por tipo de procedimento												
Unidade Monetária: Euros												
Tipo de contrato	Adjudicações por tipo de contrato										Total	
	Concurso público		Concurso limitado por prévia qualificação		Procedimento de negociação		Diálogo concorrencial		Ajuste direto			
	Número dos contratos [1]	Preço contratual [2]	Número dos contratos [3]	Preço contratual [4]	Número dos contratos [5]	Preço contratual [6]	Número dos contratos [7]	Preço contratual [8]	Número dos contratos [9]	Preço contratual [10]	Número dos contratos [11]	Preço contratual [12]
Empreitadas de obras públicas	9	396 510,93							1	16 997,85	10	413 508,78
Aquisição de serviços	20	2 599 856,52	32	670 189,55					104	1 968 853,88	156	5 238 899,95
Locação ou aquisição de bens móveis	34	1 291 315,92	32	1 105 140,80					39	1 427 850,00	105	3 824 306,72

Transferências e Subsídios – Despesa

Entidade: Universidade do Minho Transferências e subsídios concedidos									
Unidade Monetária: Euros									
Tipo de despesa	Disposições legais (1)	Finalidade (2)	Entidade beneficiária (3)	Despesas orçamentadas (4)	Despesas autorizadas (5)	Despesas pagas (6)	Despesas autorizadas e não pagas (7)	Devolução de transferências / subsídios ocorrida no exercício (8)	Observações (9)
Transferências correntes									
0403095298	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Projetos I&D	FTC - Fundação para a Ciência e Tecnologia, IP	29 372,00	28 668,81	28 668,81			
0403095306	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Projetos I&D	UA - Universidade do Algarve	14 980,00	14 500,00	14 500,00			
0403095309	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Projetos I&D	UC - Universidade de Coimbra	155 419,00	155 116,76	155 116,76			
0403055322	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Projetos I&D	UL - Instituto de Ciências Sociais	15 525,00	15 421,50	15 421,50			
0403055353	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Projetos I&D	UTL - Instituto Superior Técnico	42 500,00	42 449,05	42 449,05			
0403055372	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Projetos I&D	IPB - Instituto Politécnico de Bragança	23 129,00	23 127,96	23 127,96			
0403055406	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Projetos I&D	IPP - Instituto Politécnico do Porto	750,00	750,00	750,00			
0403055410	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Projetos I&D	ISEP - Instituto Sup. Engenharia do Porto	2 000,00	1 918,47	1 918,47			
0403055441	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Compparticipação	SAS - Universidade do Minho	671 405,00	671 405,00	671 405,00			
0403055723	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Projetos I&D	LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil	18 466,00	18 465,09	18 465,09			
0403055732	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Projetos I&D	Escola Superior de Enfermagem do Porto	1 800,00	1 708,35	1 708,35			
0403055807	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Projetos I&D	Univ. do Porto - Fundação Pública	207 373,00	207 242,65	207 242,65			
0403055840	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Projetos I&D	ISCTE-IUL Instituto Universitário de Lisboa	33 500,00	33 495,00	33 495,00			
0403055841	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Projetos I&D	Univ. de Aveiro - Fundação Pública	1 268 020,00	979 255,37	979 255,37			
0403055856	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Projetos I&D	Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, IP	5 625,00	5 625,00	5 625,00			
0403055963	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Projetos I&D	Agencia Nacional p/ Gestão Prog. Erasmus+	19,00	19,00	19,00			
0403055987	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Projetos I&D	Universidade Nova de Lisboa - Fundação Pública	885 629,00	883 367,06	883 367,06			
0403095308	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Projetos I&D	UBI - Universidade da Beira Interior	24 020,00	23 962,76	23 962,76			
0403095312	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Projetos I&D	Universidade de Évora	156 350,00	156 344,64	156 344,64			
0403095320	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Projetos I&D	UL - Faculdade de Medicina Dentária	18 700,00	18 684,89	18 684,89			
0403095360	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Projetos I&D	UTAD - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	75 370,00	75 364,68	75 364,68			
0403055963	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Projetos I&D	Agência p/ desenvolvimento e coesão	15 000,00	12 734,37	12 734,37			
040701	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Projetos I&D	Instituições sem fins lucrativos	1 769 500,00	1 775 394,65	1 775 394,65			
040802B000	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Projetos I&D	Famílias - Outras	11 139 677,00	10 953 249,07	10 953 249,07			
040101A000	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Projetos I&D	Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE	129 200,00	129 200,00	129 200,00			
040101C000	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Projetos I&D	Centro Hospitalar do Porto, EPE	8 500,00	8 500,00	8 500,00			
040101D000	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Projetos I&D	IPO - Inst. Port. Oncologia, EPE	13 600,00	13 600,00	13 600,00			
040101E000	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Projetos I&D	Hospital da Senhora da Oliveira, EPE	231 100,00	231 065,00	231 065,00			
040101F000	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Projetos I&D	Serviços Estrangeiros e Fronteiras	3 353,00	3 353,00	3 353,00			
040102A000	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Projetos I&D	Escala Braga - Sociedade Gestora do Estabelecimento, SA	265 969,00	265 969,00	265 969,00			
040102B000	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Projetos I&D	Hospital da Arrábida - Gaia, SA	29 000,00	28 980,00	28 980,00			
040102J000	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Projetos I&D	Gaiurb - Urbanismo e Habitação	50 000,00	49 866,67	49 866,67			
040102K000	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Projetos I&D	Civitest, Lda	9 600,00	9 592,04	9 592,04			
040901	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Projetos I&D	UE - Instituições	565 974,00	558 537,24	558 537,24			
040903	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Projetos I&D	Resto do Mundo Países Terceiros e Organizações Internacio	821 057,00	820 160,71	820 160,71			
Total transferências correntes				18 701 482,00	18 217 093,79	18 217 093,79			
Transferências de capital									
Não existem transferências a reportar									
Total transferências de capital									
Subsídios									
Não existem transferências a reportar									

Transferências e Subsídios – Receita

Entidade: Universidade do Minho				Unidade Monetária: Euros				
Transferências e subsídios recebidos								
Tipo de despesa	Disposições legais (1)	Finalidade (2)	Entidade financiadora (3)	Receita prevista (4)	Receita recebida (5)	Receita prevista e não recebida (6)=(4)-(5)	Devolução de transferências / subsídios ocorrida no exercício (7)	Observações (8)
Transferências correntes								
0603012641	n.º 3 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Trf. Correntes	Estado - Direção-Geral de Educação	6 000,00	6 000,00	0,00		
0603012982	n.º 3 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Trf. Correntes	Dotações - MCTES	60 313 578,00	60 313 578,00	0,00		
0603075298	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Projetos I&D	FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia, IP	985 799,00	1 403 228,89	-417 429,89		
0603075441	n.º 3 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Trf. Correntes	SAS - Universidade do Minho	42 300,00	46 468,81	-4 168,81		
0603075765	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Projetos I&D	UL - Instituto de Geografia e Ordenamento do Território	4 900,00	4 843,49	56,51		
0603075840	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Projetos I&D	ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa	15 600,00	15 545,30	54,70		
0603075987	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Trf. Correntes	UNL - Universidade Nova de Lisboa	30 100,00	22 946,32	7 153,68		
0603105309	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Projetos I&D	UC - Universidade de Coimbra	196 878,00		196 878,00		
0603105807	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Projetos I&D	Universidade do Porto - Fundação Pública	28 455,00	21 982,32	6 472,68		
0603105848	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Projetos I&D	Camões - Instituto da Cooperação e Língua, IP	55 350,00		55 350,00		
0603115360	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Projetos I&D	UTAD - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	2 700,00	2 636,11	63,89		
060603	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Projetos I&D	FSE - Financiamento Comunitário em Projetos Co-Financiados	1 037 732,00		1 037 732,00		
060901	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Projetos I&D	União Europeia - Instituições	23 941 970,00	27 976 041,09	-4 034 071,09		
060904	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Projetos I&D	União Europeia - Países Membros	352 300,00	439 503,51	-87 203,51		
060101	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Trf. Correntes	Públicas	466 900,00	552 199,70	-85 299,70		
060102	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Trf. Correntes	Privadas	425 000,00	382 478,19	42 521,81		
060701	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Trf. Correntes	Instituições sem fins lucrativos	1 302 500,00	1 950 762,50	-648 262,50		
060905	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Projetos I&D	Países Terceiros e Organizações Internacionais	187 800,00	142 749,18	45 050,82		
Total transferências correntes				89 395 862,00	93 280 963,41	-3 885 101,41		
Transferências de capital								
01003095298	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Projetos I&D	FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia, IP	6 312 821,00	7 587 866,29	-1 275 045,29		
01003085312	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Projetos I&D	Universidade de Évora	490,00	489,86	0,14		
01003085353	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Projetos I&D	UTL - Instituto Superior Técnico	27 500,00	27 433,47	66,53		
01003085358	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Projetos I&D	UTL - Faculdade de Arquitetura	1 200,00	1 168,56	31,44		
01003085372	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Projetos I&D	IPB - Instituto Politécnico de Bragança	23 274,00	23 273,52	0,48		
01003085765	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Projetos I&D	UL - Instituto de Geografia e Ordenamento do Território	7 100,00	7 079,02	20,98		
01003085807	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Projetos I&D	Universidade do Porto - Fundação Pública	19 900,00	19 899,36	0,64		
01003085854	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Projetos I&D	IPMA-Instituto Português do Mar e da Atmosfera	500,00	278,19	221,81		
01003095807	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Projetos I&D	SFA-Part. Proj. Cof. UP-Fund. Publica	12 200,00	10 817,20	1 382,80		
01003095841	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Projetos I&D	UA - Universidade de Aveiro	16 000,00	16 646,48	-646,48		
01003095309	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Projetos I&D	UC - Universidade de Coimbra	800,00	747,93	52,07		
01003105987	al. b) do n.º 4 do Art.º 22º dos Estatutos da UMinho	Projetos I&D	Universidade Nova de Lisboa - Fundação Pública	131 200,00	131 106,75	93,25		
Total transferências de capital				6 552 985,00	7 826 806,63	-1 273 821,63		
Subsídios								
Não existem transferências a reportar								
Total subsídios				95 948 847,00	101 107 770,04	-5 158 923,04		

Encargos Contratuais

Entidade: Universidade do Minho																					
EC - Encargos Contratuais																					
Nº Contrato	Contrato								Visto do Tribunal de Contas		Classificações Orçamentais		Data do primeiro pagamento	Pagamentos no ano [2018]	Pagamentos previstos até final do ano [2018]	Pagamentos acumulados até [2017]	Pagamentos previstos para anos futuros				
	CPV (a)	NIF Forn.	N.º Compr.	Data de celebração	Valor do Contrato	Preço contratual	Data de conclusão (inicial)	Data de conclusão (revista)	Número do registo	Data	Fonte financiamento (b)	Rubrica Descrição					[2019]	[2020]	[2021]	[2022]	Anos seguintes
	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21]
1	45453100-8	504151231	201800024518	28/09/2018	39 959,48	32 487,38	28/10/2018	—	—	—	UE	D7 Investimento	28/12/2018	32 487,38	32 487,38	—	—	—	—	—	—
2	45262690-4	508710006	201800021221	17/10/2018	8 048,49	8 048,49	17/11/2018	—	—	—	RP	D7 Investimento	19/11/2018	8 048,49	8 048,49	—	—	—	—	—	—
3	45453100-8	504151231	201800019861	02/07/2018	63 158,86	51 348,67	02/08/2018	—	—	—	RP	D7 Investimento	12/09/2018	51 348,67	51 348,67	—	—	—	—	—	—
4	45453100-8	502740639	201800019105	22/06/2018	107 000,91	86 992,61	06/09/2018	—	—	—	RP	D7 Investimento	10/08/2018	95 559,81	95 559,81	—	11 441,10	—	—	—	—
5	45213000-3	501328238	201800009420	22/02/2018	51 710,33	42 040,92	22/04/2018	—	—	—	RP	D7 Investimento	02/07/2018	42 040,92	42 040,92	—	—	—	—	—	—
6	45259000-7	510163149	201800007731	01/02/2018	47 970,01	39 000,01	01/05/2018	—	—	—	RP	D7 Investimento	08/08/2018	39 000,01	39 000,01	—	—	—	—	—	—
7	45262800-9	504151231	201800019402	27/06/2018	20 907,36	16 997,85	27/07/2018	—	—	—	UE	D7 Investimento	10/09/2018	16 997,85	16 997,85	—	—	—	—	—	—
8	45200000-9	508093899	201800027040	29/10/2018	120 274,74	97 784,34	29/12/2018	—	—	—	RP	D7 Investimento	—	—	—	—	120 274,74	—	—	—	—
9	45453100-8	504151231	201800021220	17/07/2018	10 895,88	8 858,44	17/09/2018	—	—	—	RP	D7 Investimento	—	—	—	—	10 895,88	—	—	—	—
10	48190000-6	507491300	201800013951	19/04/2018	14 120,40	11 480,00	31/12/2018	—	—	—	RP	D2 Aquisição de bens e serviços	12/06/2018	14 120,40	14 120,40	—	—	—	—	—	—
11	98300000-6	212135066	201800014020	19/04/2018	8 879,42	8 879,42	31/12/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	29/05/2018	8 879,42	8 879,42	—	—	—	—	—	—
12	98300000-6	257908536	201800015395	08/05/2018	11 914,57	9 686,64	31/12/2018	—	—	—	RP	D2 Aquisição de bens e serviços	12/06/2018	11 914,57	11 914,57	—	—	—	—	—	—
13	55110000-4	510774466	201800019080	21/06/2018	20 564,00	19 400,00	31/12/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	21/12/2018	10 724,00	10 724,00	—	9 840,00	—	—	—	—
14	60410000-5 / 55110000-4 / 60200000-0	501377174	201800012458	29/03/2018	20 000,00	20 000,00	31/12/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	—	—	—	—	20 000,00	—	—	—	—
15	98300000-6	507811976	201800015404	08/05/2018	15 000,00	15 000,00	30/09/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	07/09/2018	15 000,00	15 000,00	—	—	—	—	—	—
16	63510000-7	501061126	201800013115	09/04/2018	220 000,00	220 000,00	10/07/2018	—	—	—	RP	D2 Aquisição de bens e serviços	—	—	—	—	220 000,00	—	—	—	—
17	48610000-7	502317124	201800013054	09/04/2018	6 125,58	4 980,15	09/04/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	20/04/2018	15 000,00	15 000,00	—	8 874,42	—	—	—	—
18	09000000-3	500246963	201800013946	07/05/2018	92 237,70	74 990,00	07/05/2019	—	—	—	RG	D2 Aquisição de bens e serviços	20/07/2018	29 339,79	29 339,79	—	62 897,91	—	—	—	—
19	50000000-5 / 42514310-8	507212738	201800014534	26/04/2018	23 272,63	18 920,84	16/05/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	07/09/2018	23 272,63	23 272,63	—	—	—	—	—	—
20	72261000-2	504551221	201800018222	08/06/2018	13 517,70	10 990,00	31/12/2018	—	—	—	RP	D2 Aquisição de bens e serviços	19/10/2018	13 517,70	13 517,70	—	—	—	—	—	—

Universidade do Minho

Relatório de Gestão e Contas Individuais e Consolidadas 2018

21	63510000-7	506409791	201800015551	09/05/2018	21 000,00	21 000,00	31/12/2018	—	—	—	RG	D2 Aquisição de bens e serviços	—	—	—	—	21 000,00	—	—	—	—
22	98311000-6	165144408	201800018284	11/06/2018	23 923,50	19 450,00	31/12/2018	—	—	—	RP	D2 Aquisição de bens e serviços	08/10/2018	8 808,65	8 808,65	—	10 641,35	—	—	—	—
23	30236000-2	503128368	201800014559	26/04/2018	23 442,57	19 059,00	28/04/2018	—	—	—	RP	D7 Investimento	20/07/2018	23 442,57	23 442,57	—	—	—	—	—	
24	33110000-4	500357129	201800017046	02/05/2018	245 508,00	199 600,00	21/05/2018	—	—	—	UE	D7 Investimento	07/09/2018	245 508,00	245 508,00	—	—	—	—	—	
25	50700000-2	500247480	201800020126	05/07/2018	33 579,00	27 300,00	04/07/2021	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	—	—	—	—	16 789,50	11 193,00	5 596,50	—	
26	72253000-3	227957890	201800015771	09/05/2018	5 412,00	4 400,00	31/12/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	29/05/2018	5 412,00	5 412,00	—	—	—	—	—	
27	50000000-5 / 50324200-4	980474710	201800016166	18/05/2018	49 446,00	40 200,00	18/05/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	07/09/2018	39 606,00	39 606,00	—	9 840,00	—	—	—	
28	72000000-5	506176142	201800015628	11/05/2018	16 233,80	13 198,21	26/12/2018	—	—	—	RP	D2 Aquisição de bens e serviços	07/09/2018	8 116,91	8 116,91	—	8 116,89	—	—	—	
29	98390000-3	210380756	201800014554	26/04/2018	12 100,00	12 100,00	26/08/2018	—	—	—	RG	D2 Aquisição de bens e serviços	29/05/2018	12 100,00	12 100,00	—	—	—	—	—	
30	72500000-0	249821907	201800014387	24/04/2018	5 854,80	4 760,00	26/08/2018	—	—	—	RG	D2 Aquisição de bens e serviços	11/05/2018	5 852,28	5 852,28	—	—	—	—	—	
31	98390000-3	213310368	201800015855	16/05/2018	6 863,40	5 580,00	16/11/2018	—	—	—	RP	D2 Aquisição de bens e serviços	22/06/2018	6 863,40	6 863,40	—	—	—	—	—	
32	92510000-9	221431829	201800014446	26/04/2018	14 710,80	11 960,00	26/04/2019	—	—	—	RP	D2 Aquisição de bens e serviços	26/07/2018	6 804,36	6 804,36	—	7 906,44	—	—	—	
33	39290000-1	218527098	201800012533	29/03/2018	18 000,00	14 634,14	18/04/2018	—	—	—	RG	D2 Aquisição de bens e serviços	29/05/2018	17 999,99	17 999,99	—	—	—	—	—	
34	60120000-5	510085687	201800017176	30/06/2018	12 720,00	12 000,00	31/12/2018	—	—	—	RP	D2 Aquisição de bens e serviços	—	—	—	—	12 720,00	—	—	—	
35	77200000-2	230103952	201800018629	14/06/2018	88 560,00	72 000,00	14/06/2021	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	25/09/2018	14 760,00	14 760,00	—	29 520,00	29 520,00	14 760,00	—	
36	79100000-5	503095303	201800014900	30/04/2018	19 680,00	16 000,00	30/05/2018	—	—	—	RP	D2 Aquisição de bens e serviços	20/07/2018	19 680,00	19 680,00	—	—	—	—	—	
37	98300000-6	198446136	201800017738	06/06/2018	8 280,00	8 280,00	31/12/2018	—	—	—	RG	D2 Aquisição de bens e serviços	26/07/2018	8 280,00	8 280,00	—	—	—	—	—	
38	39290000-1	503842770	201800023021	03/09/2018	751,28	610,80	03/10/2018	—	—	—	RG	D2 Aquisição de bens e serviços	19/10/2018	751,28	751,28	—	—	—	—	—	
39	73100000-3	508633346	201800020700	12/07/2018	157 500,00	128 048,78	12/08/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	20/09/2018	157 500,00	157 500,00	—	—	—	—	—	
40	79212000-3	502530553	201800020646	16/07/2018	7 995,00	6 500,00	31/12/2020	—	—	—	RG	D2 Aquisição de bens e serviços	—	—	—	—	4 797,00	3 198,00	—	—	
41	33696300-8	504080857	201800019078	22/06/2018	6 752,70	5 490,00	31/12/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	19/10/2018	2 250,90	2 250,90	—	4 501,80	—	—	—	
42	55520000-1	510039073	201800026990	26/10/2018	65 682,00	53 400,00	01/11/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	21/12/2018	61 677,00	61 677,00	—	4 005,00	—	—	—	
43	98300000-6 / 63520000-0 / 55120000-7	514612240	201800022646	30/08/2018	77 809,80	63 260,00	30/10/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	12/12/2018	48 111,15	48 111,15	—	29 698,65	—	—	—	
44	35125100-7 / 14700000-8	501667229	201800019517	29/06/2018	8 896,07	7 232,58	09/07/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	20/09/2018	8 896,07	8 896,07	—	—	—	—	—	
45	42514310-8	506696251	201800020624	11/07/2018	13 992,48	11 376,00	21/07/2018	—	—	—	UF	D2 Aquisição de bens e serviços	20/09/2018	13 992,48	13 992,48	—	—	—	—	—	

46	31700000-3	503301051	201800019254	26/06/2018	24 000,00	19 512,20	06/07/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	20/09/2018	24 000,00	24 000,00	—	—	—	—	—	—
47	39830000-9	152586385	201800019906	03/07/2018	32 184,82	26 166,52	03/07/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	08/10/2018	4 815,41	4 815,41	—	27 369,41	—	—	—	—
48	55250000-7	503190985	201800018090	07/06/2018	13 161,00	10 700,00	11/06/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	02/07/2018	13 161,00	13 161,00	—	—	—	—	—	—
49	44812300-8	205139450	201800018223	08/06/2018	13 560,75	11 025,00	28/06/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	21/09/2018	13 560,75	13 560,75	—	—	—	—	—	—
50	73110000-6	502936673	201800021045	17/07/2018	24 584,01	19 987,00	27/07/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	20/09/2018	24 584,01	24 584,01	—	—	—	—	—	—
51	33100000-1	503281115	201800022407	30/07/2018	33 702,00	27 400,00	30/09/2018	—	—	—	UE	D7 Investimento	09/11/2018	33 702,00	33 702,00	—	—	—	—	—	—
52	50324200-4	503636975	201800019905	03/07/2018	40 169,65	32 658,25	31/12/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	08/10/2018	20 084,83	20 084,83	—	20 084,82	—	—	—	—
53	50000000-5	503577600	201800022494	31/07/2018	15 498,00	12 600,00	31/07/2019	—	—	—	RP	D2 Aquisição de bens e serviços	—	—	—	15 498,00	—	—	—	—	—
54	50000000-5	510165443	201800022474	31/07/2018	4 280,40	3 480,00	31/07/2019	—	—	—	RP	D2 Aquisição de bens e serviços	09/11/2018	1 070,10	1 070,10	—	3 210,30	—	—	—	—
55	63100000-0	502392290	201800024392	26/09/2018	75 680,06	61 528,50	26/09/2021	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	12/12/2018	5 195,47	5 195,47	—	25 226,71	25 226,70	18 920,01	—	—
56	24500000-9	503583162	201800020364	09/07/2018	227 726,90	185 143,82	19/07/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	20/09/2018	227 726,90	227 726,90	—	—	—	—	—	—
57	48100000-0	504050494	201800020365	09/07/2018	23 220,43	18 878,40	19/07/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	20/09/2018	23 220,43	23 220,43	—	—	—	—	—	—
58	72611000-6	503815217	201800022559	02/08/2018	8 610,00	7 000,00	02/08/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	09/11/2018	3 354,22	3 354,22	—	5 255,78	—	—	—	—
59	75100000-7	270637788	201800020241	06/07/2018	7 346,86	5 973,06	31/12/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	03/08/2018	7 346,80	7 346,80	—	—	—	—	—	—
60	98390000-3	503773263	201800023590	14/09/2018	15 897,75	12 925,00	04/10/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	11/10/2018	15 987,75	15 987,75	—	—	—	—	—	—
61	42500000-1	503653209	201800029137	19/11/2018	187 341,16	152 309,88	19/11/2021	—	—	—	RP	D7 Investimento	—	—	—	—	62 859,73	58 024,36	66 457,06	—	—
62	30232110-8 / 30233100-2 / 30213300-8 / 33195100-4 / 48822000-6 / 30213100-6 / 30213200-7 / 48000000-8	508630061	201800022456	31/07/2018	60 551,55	49 228,90	20/08/2018	—	—	—	UE	D7 Investimento	19/10/2018	60 551,55	60 551,55	—	—	—	—	—	—
63	33152000-0	514745436	201800024074	21/09/2018	7 257,00	5 900,00	11/10/2018	—	—	—	UE	D7 Investimento	23/11/2018	7 257,00	7 257,00	—	—	—	—	—	—
64	79100000-5	228781540	201800020110	04/07/2018	17 712,00	14 400,00	04/07/2019	—	—	—	RP	D2 Aquisição de bens e serviços	30/07/2018	7 200,00	7 200,00	—	10 512,00	—	—	—	—
65	38434500-3	509014208	201800023554	13/09/2018	22 140,00	18 000,00	13/12/2018	—	—	—	UE	D7 Investimento	23/11/2018	22 140,00	22 140,00	—	—	—	—	—	—
66	72611000-6	500074372	201800022475	31/07/2018	42 395,54	34 468,00	31/07/2019	—	—	—	RP	D2 Aquisição de bens e serviços	09/11/2018	14 838,47	14 838,47	—	27 557,17	—	—	—	—
67	42716120-5	502629703	201800022662	07/08/2018	16 600,08	13 496,00	27/08/2018	—	—	—	RP	D2 Aquisição de bens e serviços	19/10/2018	16 600,08	16 600,08	—	—	—	—	—	—
68	48190000-6	501774360	201800020838	13/07/2018	82 582,20	67 140,00	13/07/2019	—	—	—	UE	D7 Investimento	19/10/2018	82 582,20	82 582,20	—	—	—	—	—	—
69	72212783-1	506188841	201800025269	09/10/2018	73 800,00	60 000,00	09/12/2018	—	—	—	UE	D7 Investimento	—	—	—	—	—	—	—	—	—
70	79100000-5	246886315	201800020112	11/07/2018	9 889,20	8 040,00	07/01/2019	—	—	—	RP	D2 Aquisição de bens e serviços	30/07/2018	8 040,00	8 040,00	—	—	—	—	—	—
71	79421000-1	284520578	201800019516	29/06/2018	19 515,71	15 866,43	29/11/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	07/09/2018	19 515,72	19 515,72	—	—	—	—	—	—
72	98300000-6	245131701	201800020011	04/07/2018	15 828,32	12 868,55	31/12/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	16/07/2018	12 868,56	12 868,56	—	—	—	—	—	—
73	38000000-5	510992900	201800022608	12/09/2018	50 000,00	40 650,00	12/10/2018	—	—	—	UE	D7 Investimento	21/09/2018	49 999,50	49 999,50	—	—	—	—	—	—
74	98390000-3	221481648	201800020623	11/07/2018	7 500,00	7 500,00	31/12/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	03/08/2018	7 500,00	7 500,00	—	—	—	—	—	—
75	50850000-8 / 39100000-3 / 50000000-5	514756799	201800018890	19/06/2018	15 357,66	12 485,90	09/08/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	21/09/2018	15 357,66	15 357,66	—	—	—	—	—	—

Universidade do Minho

Relatório de Gestão e Contas Individuais e Consolidadas 2018

76	35125100-7 / 31711100-4 / 73110000-6	504966936	201800019862	02/07/2018	42 320,00	34 406,50	17/07/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	20/09/2018	42 320,00	42 320,00	—	—	—	—	—	—
77	31711100-4	502651857	201800019581	29/06/2018	22 866,93	18 591,00	09/07/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	26/10/2018	22 866,93	22 866,93	—	—	—	—	—	—
78	90731100-1	500417660	201800025926	17/10/2018	109 468,28	88 998,60	17/10/2021	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	21/12/2018	3 040,78	3 040,78	—	48 652,58	36 489,43	21 285,49	—	—
79	55110000-4	500011028	201800030642	03/12/2018	7 380,00	6 000,00	03/01/2019	—	—	—	RG	D2 Aquisição de bens e serviços	—	—	—	—	7 380,00	—	—	—	—
80	48900000-7	502479418	201800032243	10/12/2018	11 070,00	9 000,00	10/12/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	01/02/2019	11 070,00	11 070,00	—	—	—	—	—	—
81	31712310-6 / 31711100-4	514853352	201800029935	26/11/2018	19 926,00	16 200,00	11/12/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	07/12/2018	19 926,00	19 926,00	—	—	—	—	—	—
82	72212900-8	237264129	201800030088	03/12/2018	14 760,00	12 000,00	03/12/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	11/12/2018	1 230,00	1 230,00	—	13 530,00	—	—	—	—
83	48761000-0	506172813	201800029692	22/11/2018	12 614,27	10 255,50	22/11/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	07/12/2018	12 614,27	12 614,27	—	—	—	—	—	—
84	98390000-3	193500787	201800031420	05/12/2018	4 059,00	3 300,00	05/06/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	14/12/2018	1 014,75	1 014,75	—	3 044,25	—	—	—	—
85	48610000-7	514311495	201800030205	28/11/2018	50 375,88	40 956,00	29/11/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	04/12/2018	50 375,88	50 375,88	—	—	—	—	—	—
86	48000000-8	NL005033019	201800029497	21/11/2018	43 364,88	35 256,00	26/11/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	19/12/2018	43 364,88	43 364,88	—	—	—	—	—	—
87	92510000-9	280271662	201800026381	22/10/2018	6 789,60	5 520,00	22/03/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	26/10/2018	2 760,00	2 760,00	—	4 029,60	—	—	—	—
88	48190000-6	505046555	201800027314	31/10/2018	173 341,14	140 927,76	31/10/2019	—	—	—	RG	D2 Aquisição de bens e serviços	06/12/2018	173 341,14	173 341,14	—	—	—	—	—	—
89	48190000-6	503323390	201800026989	26/11/2018	13 382,40	10 880,00	26/12/2018	—	—	—	RG	D2 Aquisição de bens e serviços	12/11/2018	10 880,00	10 880,00	—	2 502,40	—	—	—	—
90	72312000-5	256689652	201800027491	05/11/2018	7 346,86	5 973,06	05/04/2019	—	—	—	RG	D2 Aquisição de bens e serviços	07/12/2018	1 224,48	1 224,48	—	6 122,38	—	—	—	—
91	72610000-9	510165443	201800027196	30/10/2018	2 398,50	1 950,00	30/10/2019	—	—	—	RG	D2 Aquisição de bens e serviços	27/12/2018	599,63	599,63	—	1 350,37	—	—	—	—
92	50000000-5	504080857	201800026020	26/10/2018	2 773,65	2 255,00	26/11/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	30/11/2018	2 773,65	2 773,65	—	—	—	—	—	—
93	92000000-1	509269923	201800023404	12/09/2018	12 915,00	10 500,00	15/09/2018	—	—	—	RG	D2 Aquisição de bens e serviços	12/10/2018	12 915,00	12 915,00	—	—	—	—	—	—
94	50312600-1	503063851	201800025543	12/10/2018	1 253,04	1 018,73	01/01/2020	—	—	—	RG	D2 Aquisição de bens e serviços	—	—	—	—	1 253,04	—	—	—	—
95	90500000-2	503559199	201800025653	16/10/2018	15 891,60	12 920,00	14/04/2019	—	—	—	RG	D2 Aquisição de bens e serviços	17/12/2018	7 945,80	7 945,80	—	7 945,80	—	—	—	—
96	72212771-4	504320882	201800024122	21/09/2018	430,50	350,00	21/10/2018	—	—	—	RP	D2 Aquisição de bens e serviços	06/11/2018	430,50	430,50	—	—	—	—	—	—
97	50000000-5	508797527	201800023778	19/09/2018	34 932,00	28 400,00	19/09/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	19/11/2018	928,44	928,44	—	34 003,56	—	—	—	—
98	48610000-7	509359345	201800026658	09/10/2018	33 210,00	27 000,00	19/10/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	19/12/2018	33 210,00	33 210,00	—	—	—	—	—	—
99	77300000-3	504528530	201800023625	01/10/2018	184 500,00	150 000,00	01/10/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	01/10/2018	7 687,50	7 687,50	—	176 812,50	—	—	—	—
100	48610000-7	502175907	201800026959	08/11/2018	88 560,00	72 000,00	16/02/2019	—	—	—	UE	D7 Investimento	21/11/2018	26 568,00	26 568,00	—	61 992,00	—	—	—	—

101	42512300-1	513180699	201800023553	19/09/2018	24 350,31	19 797,00	18/11/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	25/10/2018	24 350,30	24 350,30	—	—	—	—	—	—
102	48900000-7	505767457	201800022408	30/07/2018	31 299,85	25 447,03	30/08/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	26/10/2018	31 299,85	31 299,85	—	—	—	—	—	—
103	42670000-3	503468169	201800021179	04/07/2018	24 587,70	19 990,00	14/07/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	02/08/2018	24 587,70	24 587,70	—	—	—	—	—	—
104	98390000-3	193500787	201800015856	16/05/2018	4 194,30	3 410,00	12/11/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	12/06/2018	4 194,30	4 194,30	—	—	—	—	—	—
105	98390000-3	284577081	201800022127	26/07/2018	6 000,00	6 000,00	31/12/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	31/07/2018	6 000,00	6 000,00	—	—	—	—	—	—
106	48610000-7	502609982	201800022882	16/07/2018	59 575,05	48 435,00	05/08/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	04/09/2018	59 575,05	59 575,05	—	—	—	—	—	—
107	98390000-3	508631084	201800025974	23/07/2018	7 457,83	6 063,28	23/08/2018	—	—	—	RP	D2 Aquisição de bens e serviços	07/12/2018	7 457,83	7 457,83	—	—	—	—	—	—
108	39300000-5	508507502	201800024916	20/07/2018	17 023,20	13 840,00	10/08/2018	—	—	—	UE	D7 Investimento	25/10/2018	17 023,20	17 023,20	—	—	—	—	—	—
109	85148000-8	501413197	201800022690	08/08/2018	48 302,10	39 270,00	31/03/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	30/10/2018	14 206,50	14 206,50	—	34 095,60	—	—	—	—
110	38000000-5	503842770	201800024119	24/09/2018	47 822,40	38 880,00	24/10/2018	—	—	—	UE	D7 Investimento	05/11/2018	47 822,40	47 822,40	—	—	—	—	—	—
111	30236000-2	509523390	201800025076	09/10/2018	52 029,00	42 300,00	07/01/2019	—	—	—	RP	D7 Investimento	12/11/2018	52 029,00	52 029,00	—	—	—	—	—	—
112	38000000-5	506704017	201800022940	03/09/2018	22 296,21	18 127,00	18/10/2018	—	—	—	UE	D7 Investimento	02/10/2018	22 296,21	22 296,21	—	—	—	—	—	—
113	79100000-5	269572007	201800020111	04/07/2018	17 712,00	14 400,00	04/07/2019	—	—	—	RP	D2 Aquisição de bens e serviços	16/07/2018	7 200,00	7 200,00	—	10 512,00	—	—	—	—
114	39122000-3	502462043	201800025630	15/10/2018	17 165,19	13 955,44	14/11/2018	—	—	—	RP	D7 Investimento	15/10/2018	17 165,19	17 165,19	—	—	—	—	—	—
115	66512000-2	500946728	201800008997	16/02/2018	19 021,85	15 464,92	16/04/2020	—	—	—	RP	D2 Aquisição de bens e serviços	18/12/2018	11 041,11	11 041,11	—	7 980,74	—	—	—	—
116	33696500-0	501301321	201800024505	28/09/2018	123 157,44	100 128,00	31/03/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	19/11/2018	49 262,98	49 262,98	—	73 894,46	—	—	—	—
117	73200000-4	509892620	201800025270	09/10/2018	35 362,50	28 750,00	07/04/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	05/11/2018	20 986,88	20 986,88	—	14 375,62	—	—	—	—
118	79120000-1	510638490	201800024209	24/09/2018	92 090,11	74 870,01	31/12/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	19/10/2018	92 090,11	92 090,11	—	—	—	—	—	—
119	98390000-3	204351650	201800030089	05/12/2018	6 642,00	5 400,00	03/06/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	14/12/2018	1 660,50	1 660,50	—	4 981,50	—	—	—	—
120	98390000-3	213310368	201800031413	05/12/2018	6 642,00	5 400,00	03/06/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	14/12/2018	1 660,50	1 660,50	—	4 981,50	—	—	—	—
121	98300000-6 / 03322000-2	510109152	201800023019	03/09/2018	29 611,15	27 660,00	31/12/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	—	—	—	—	29 611,15	—	—	—	—
122	71000000-8	502010789	201800022557	02/08/2018	91 635,00	74 500,00	02/06/2018	—	—	—	RP	D2 Aquisição de bens e serviços	18/10/2018	91 635,00	91 635,00	—	—	—	—	—	—
123	33696300-8	501086110	201800018508	12/06/2018	12 300,00	10 000,00	12/08/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	—	—	—	—	12 300,00	—	—	—	—
124	31711100-4 / 73110000-6	504809547	201800019908	03/07/2018	73 430,16	59 699,32	23/07/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	20/09/2018	73 430,16	73 430,16	—	—	—	—	—	—
125	79340000-9	510954049	201800018702	15/06/2018	13 222,50	10 750,00	31/12/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	13/09/2018	13 222,50	13 222,50	—	—	—	—	—	—
126	98300000-6	505087723	201800018511	12/06/2018	12 300,00	10 000,00	31/12/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	—	—	—	—	12 300,00	—	—	—	—
127	33696500-0	508573920	201800018510	12/06/2018	12 300,00	10 000,00	31/12/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	—	—	—	—	12 300,00	—	—	—	—
128	72212900-8	506176142	201800029694	22/11/2018	39 911,04	32 448,00	22/02/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	28/12/2018	11 973,31	11 973,31	—	27 937,73	—	—	—	—
129	63520000-0 / 98390000-3 / 66510000-8	509668453	201800030213	05/12/2018	6 250,00	6 250,00	04/01/2019	—	—	—	RP	D2 Aquisição de bens e serviços	—	—	—	—	6 250,00	—	—	—	—
130	50324200-4	500002576	201800025502	12/10/2018	61 477,93	49 982,06	31/12/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	—	—	—	—	61 477,93	—	—	—	—

Universidade do Minho

Relatório de Gestão e Contas Individuais e Consolidadas 2018

131	98300000-6 / 55120000-7 / 63520000-0	501390820	201800025863	17/10/2018	270 600,00	220 000,00	17/10/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	—	—	—	—	270 600,00	—	—	—	—
132	72261000-2	502586745	201800022412	31/07/2018	39 150,90	31 830,00	31/07/2019	—	—	—	RP	D2 Aquisição de bens e serviços	09/11/2018	39 150,90	39 150,90	—	—	—	—	—	
133	72212211-1	506677702	201800016119	30/03/2018	19 301,16	15 692,00	30/03/2021	—	—	—	RG	D2 Aquisição de bens e serviços	20/07/2018	19 301,16	19 301,16	—	—	—	—	—	
134	73220000-0	503821012	201800015470	10/05/2018	20 910,00	17 000,00	10/02/2019	—	—	—	RG	D2 Aquisição de bens e serviços	20/07/2018	20 910,00	20 910,00	—	—	—	—	—	
135	71500000-3	504087924	201800017430	01/06/2018	12 232,35	9 945,00	21/06/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	09/11/2018	12 232,35	12 232,35	—	—	—	—	—	
136	98390000-3	GB110811763	—	18/04/2018	6 660,41	5 414,97	—	—	—	—	—	—	20/07/2018	5 763,16	5 763,16	—	897,25	—	—	—	
137	98390000-3	502922044	201800009509	30/04/2018	20 497,95	16 665,00	30/05/2018	—	—	—	RP	D2 Aquisição de bens e serviços	20/07/2018	20 497,95	20 497,95	—	—	—	—	—	
138	92510000-9	204683017	201800014413	24/04/2018	14 710,80	11 960,00	24/04/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	29/05/2018	9 790,80	9 790,80	—	4 920,00	—	—	—	
139	72212783-1	501353583	201800011050	12/03/2018	11 365,20	9 240,00	12/03/2019	—	—	—	RP	D2 Aquisição de bens e serviços	13/06/2018	10 418,10	10 418,10	—	947,10	—	—	—	
140	98300000-6	220937800	201800013497	12/04/2018	15 719,40	12 780,00	12/12/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	11/05/2018	15 719,40	15 719,40	—	—	—	—	—	
141	71600000-4	237953218	201800010536	13/03/2018	23 555,63	19 150,92	13/09/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	30/04/2018	23 555,64	23 555,64	—	—	—	—	—	
142	75110000-0	208563776	201800009669	01/03/2018	19 188,00	15 600,00	01/12/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	26/03/2018	19 188,00	19 188,00	—	—	—	—	—	
143	71319000-7	504710370	201800009676	26/02/2018	88 560,00	72 000,00	26/02/2019	—	—	—	RP	D2 Aquisição de bens e serviços	10/04/2018	61 300,48	61 300,48	—	27 259,52	—	—	—	
144	75110000-0	209233672	201800008653	01/03/2018	19 249,01	15 649,60	01/01/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	26/03/2018	7 336,62	7 336,62	—	11 912,39	—	—	—	
145	75110000-0	185635172	201900000627	01/03/2018	14 285,50	11 614,23	01/02/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	26/03/2018	14 285,50	14 285,50	—	—	—	—	—	
146	75110000-0	224034910	201800008656	01/03/2018	14 285,50	11 614,23	01/01/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	26/03/2018	14 285,50	14 285,50	—	—	—	—	—	
147	75110000-0	225476118	201800008657	01/03/2018	14 285,50	11 614,23	01/01/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	26/03/2018	14 285,50	14 285,50	—	—	—	—	—	
148	75110000-0	211098914	201800008654	01/03/2018	14 285,50	11 614,23	01/01/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	26/03/2018	14 285,50	14 285,50	—	—	—	—	—	
149	75110000-0	230353010	201800008659	01/03/2018	14 285,50	11 614,23	01/01/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	26/03/2018	14 285,50	14 285,50	—	—	—	—	—	
150	75110000-0	167682407	201800008658	01/03/2018	14 285,50	11 614,23	01/01/2019	—	—	—	RG	D2 Aquisição de bens e serviços	26/03/2018	14 285,50	14 285,50	—	—	—	—	—	
151	75110000-0	260426822	201800008723	01/03/2018	18 450,00	15 000,00	01/01/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	26/03/2018	18 450,00	18 450,00	—	—	—	—	—	
152	75110000-0	210595116	201800008722	01/03/2018	18 450,00	15 000,00	01/01/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	26/03/2018	18 450,00	18 450,00	—	—	—	—	—	
153	75110000-0	242164617	201800008805	01/03/2018	18 450,00	15 000,00	01/01/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	26/03/2018	18 450,00	18 450,00	—	—	—	—	—	
154	75110000-0	254550070	201800008806	01/03/2018	18 450,00	15 000,00	01/01/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	26/03/2018	18 450,00	18 450,00	—	—	—	—	—	
155	75110000-0	123060303	201800009181	21/02/2018	14 760,00	12 000,00	21/02/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	26/03/2018	8 610,00	8 610,00	—	6 150,00	—	—	—	
156	50532000-3	509186483	201800009224	21/02/2018	8 967,62	7 290,75	08/03/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	23/03/2018	8 967,62	8 967,62	—	—	—	—	—	
157	75110000-0	209577517	201800009148	20/02/2018	20 664,00	16 800,00	19/08/2018	—	—	—	RP	D2 Aquisição de bens e serviços	14/03/2018	20 664,00	20 664,00	—	—	—	—	—	
158	98110000-7	501351167	201800008267	08/02/2018	13 259,40	10 780,00	09/05/2018	—	—	—	RP	D2 Aquisição de bens e serviços	02/07/2018	13 259,40	13 259,40	—	—	—	—	—	
159	79933000-3	507493532	201800009127	20/02/2018	34 046,40	27 680,00	21/05/2018	—	—	—	RG	D2 Aquisição de bens e serviços	30/04/2018	34 046,40	34 046,40	—	—	—	—	—	
160	75110000-0	192530135	201800008762	14/02/2018	11 808,00	9 600,00	01/01/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	02/03/2018	9 600,00	9 600,00	—	2 208,00	—	—	—	
161	60130000-8	505061457	201800007609	30/01/2018	7 000,00	7 000,00	27/10/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	09/02/2018	4 480,00	4 480,00	—	2 520,00	—	—	—	
162	75110000-0	198642814	201800008759	14/02/2018	11 808,00	9 600,00	01/01/2019	—	—	—	RG	D2 Aquisição de bens e serviços	02/03/2018	9 600,00	9 600,00	—	2 208,00	—	—	—	
163	75110000-0	197096972	201800008807	14/02/2018	25 584,00	20 800,00	14/02/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	02/03/2018	20 799,97	20 799,97	—	4 784,03	—	—	—	
164	75110000-0	200839659	201800008760	14/02/2018	11 808,00	9 600,00	01/01/2019	—	—	—	RG	D2 Aquisição de bens e serviços	02/03/2018	9 600,00	9 600,00	—	2 208,00	—	—	—	
165	75110000-0	226298515	201800009035	01/03/2018	18 450,00	15 000,00	01/01/2019	—	—	—	RP	D2 Aquisição de bens e serviços	23/03/2018	18 450,00	18 450,00	—	—	—	—	—	
166	75110000-0	211426458	201800008761	14/02/2018	11 808,00	9 600,00	01/01/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	02/03/2018	9 600,00	9 600,00	—	2 208,00	—	—	—	
167	75110000-0	269995706	201800009146	20/02/2018	3 840,00	3 840,00	22/08/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	23/02/2018	1 280,00	1 280,00	—	2 560,00	—	—	—	
168	75110000-0	235739782	201800008803	14/02/2018	22 140,00	18 000,00	01/01/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	23/02/2018	22 140,00	22 140,00	—	—	—	—	—	
169	75110000-0	157992713	201800008755	14/02/2018	22 140,00	18 000,00	01/01/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	23/02/2018	22 140,00	22 140,00	—	—	—	—	—	
170	75110000-0	236927620	201800008758	14/02/2018	22 140,00	18 000,00	01/01/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	23/02/2018	22 140,00	22 140,00	—	—	—	—	—	
171	75110000-0	269500103	201800008757	14/02/2018	22 140,00	18 000,00	01/01/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	23/02/2018	22 140,00	22 140,00	—	—	—	—	—	
172	75110000-0	250455633	201800008756	14/02/2018	22 140,00	18 000,00	01/01/2019	—	—	—	RG	D2 Aquisição de bens e serviços	23/02/2018	22 140,00	22 140,00	—	—	—	—	—	
173	75110000-0	212916530	201800008735	14/02/2018	22 140,00	18 000,00	01/01/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	23/02/2018	22 140,00	22 140,00	—	—	—	—	—	
174	75110000-0	226204510	201800008721	16/02/2018	22 140,00	18 000,00	01/01/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	23/02/2018	22 140,00	22 140,00	—	—	—	—	—	
175	75110000-0	252362683	201800008717	14/02/2018	22 140,00	18 000,00	01/01/2019	—	—	—	RG	D2 Aquisição de bens e serviços	23/02/2018	22 140,00	22 140,00	—	—	—	—	—	
176	75110000-0	212639226	201800008716	14/02/2018	23 800,50	19 350,00	01/01/2019	—	—	—	RP	D2 Aquisição de bens e serviços	23/02/2018	23 800,50	23 800,50	—	—	—	—	—	
177	75110000-0	219786771	201800008715	14/02/2018	22 140,00	18 000,00	01/01/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	23/02/2018	22 140,00	22 140,00	—	—	—	—	—	
178	75110000-0	226854167	201800008804	14/02/2018	22 140,00	18 000,00	01/01/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	23/02/2018	22 140,00	22 140,00	—	—	—	—	—	
179	75110000-0	163377677	201800008901	15/02/2018	10 332,00	8 400,00	02/01/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	23/02/2018	8 400,00	8 400,00	—	1 932,00	—	—	—	
180	72212610-8	504800	201800027453	09/11/2018	43 050,00	35 000,00	05/11/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	28/12/2018	43 050,00	43 050,00	—	—	—	—	—	

181	65000000-3	219093334	201800022923	01/09/2018	12 054,00	9 800,00	31/12/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	09/10/2018	9 800,00	9 800,00	—	2 254,00	—	—	—	—
182	75110000-0	240044053	201800008027	06/02/2018	22 140,00	18 000,00	26/12/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	23/02/2018	22 140,00	22 140,00	—	—	—	—	—	—
183	75110000-0	260649830	201800008199	07/02/2018	24 354,00	19 800,00	26/12/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	23/02/2018	24 354,00	24 354,00	—	—	—	—	—	—
184	75110000-0	210625473	201800007945	06/02/2018	22 140,00	18 000,00	26/12/2018	—	—	—	RP	D2 Aquisição de bens e serviços	23/02/2018	22 140,00	22 140,00	—	—	—	—	—	—
185	75100000-7	212851179	201800008028	06/02/2018	22 140,00	18 000,00	26/12/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	23/02/2018	22 140,00	22 140,00	—	—	—	—	—	—
186	75100000-7	204442850	201800008200	07/02/2018	1 845,00	1 500,00	09/03/2018	—	—	—	RP	D2 Aquisição de bens e serviços	23/02/2018	1 845,00	1 845,00	—	—	—	—	—	—
187	98390000-3	220986649	201800007642	01/02/2018	13 579,20	11 040,00	01/02/2019	—	—	—	RP	D2 Aquisição de bens e serviços	23/02/2018	12 447,60	12 447,60	—	1 131,60	—	—	—	—
188	98390000-3	193500787	201800007643	01/02/2018	13 579,20	11 040,00	01/02/2019	—	—	—	RP	D2 Aquisição de bens e serviços	23/02/2018	12 447,60	12 447,60	—	1 131,60	—	—	—	—
189	75110000-0	230392938	201800007604	30/01/2018	8 610,00	7 000,00	30/05/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	07/02/2018	8 610,00	8 610,00	—	—	—	—	—	—
190	98300000-6	132855704	201800008260	01/01/2018	10 701,00	8 700,00	01/01/2019	—	—	—	RP	D2 Aquisição de bens e serviços	07/02/2018	9 809,25	9 809,25	—	891,75	—	—	—	—
191	71319000-7	A36196418	201800025232	12/10/2018	7 307,37	5 940,95	31/08/2019	—	—	—	RG	D2 Aquisição de bens e serviços	—	—	—	—	—	—	—	—	—
192	55520000-1 / 55120000-7 / 98300000-6 / 63520000-0	514603755	201800009670	26/02/2018	91 779,40	74 617,40	30/04/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	20/11/2018	50 000,00	50 000,00	—	41 779,40	—	—	—	—
193	63520000-0 / 55120000-7 / 55520000-1 / 98300000-6	510722334	201800011967	02/04/2018	49 073,80	39 897,40	30/04/2018	—	—	—	RG	D2 Aquisição de bens e serviços	12/06/2018	37 002,16	37 002,16	—	12 071,64	—	—	—	—
194	98390000-3	514451270	201800027770	07/11/2018	8 671,50	7 050,00	05/02/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	01/03/2018	8 671,50	8 671,50	—	—	—	—	—	—
195	98390000-3	505087723	201800018803/ 201800018802	02/05/2018	2 570,33	2 089,40	12/05/2018	—	—	—	RG	D2 Aquisição de bens e serviços	07/09/2018	2 570,33	2 570,33	—	—	—	—	—	—
196	24111500-0	500261512	201800014948	02/05/2018	31 616,58	25 704,54	26/06/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	30/07/2018	325,18	325,18	—	31 291,40	—	—	—	—
197	50312600-1	505046547	201800024238	25/09/2018	128 028,24	104 088,00	20/09/2019	—	—	—	RG	D2 Aquisição de bens e serviços	12/12/2018	32 007,06	32 007,06	—	96 021,18	—	—	—	—
198	50413200-5	509033237	201800019210	22/06/2018	8 011,51	6 513,42	22/06/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	09/11/2018	5 696,69	5 696,69	—	2 314,82	—	—	—	—
199	50413200-5	501745068	201800019144	22/06/2018	562,26	457,12	22/06/2019	—	—	—	RP	D2 Aquisição de bens e serviços	—	—	—	—	562,26	—	—	—	—
200	50000000-5	514431083	201800014244	13/04/2018	15 747,00	12 802,44	12/06/2018	—	—	—	RP	D2 Aquisição de bens e serviços	07/09/2018	15 747,00	15 747,00	—	—	—	—	—	—
201	50000000-5	508622069	201800015460	09/05/2018	79 705,48	64 801,20	08/05/2021	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	02/07/2018	17 712,32	17 712,32	—	26 568,49	26 568,49	8 856,16	—	—
202	90500000-2	503593427	201800011768	22/03/2018	96 489,92	78 447,09	21/03/2021	—	—	—	RP	D2 Aquisição de bens e serviços	05/07/2018	24 039,32	24 039,32	—	31 980,00	31 980,00	5 469,92	—	—
203	50000000-5	504151231	201800008798	14/02/2018	135 501,01	110 163,42	14/02/2021	—	—	—	RP	D2 Aquisição de bens e serviços	12/06/2018	21 697,23	21 697,23	—	45 167,00	45 167,00	—	—	—
204	34113200-4	502167610	201800027002	29/10/2018	65 727,46	53 436,96	28/10/2021	—	—	—	RP	D2 Aquisição de bens e serviços	—	—	—	—	21 909,15	21 909,15	18 257,63	—	—
205	35113400-3	503842770	201800025548	12/10/2018	41 772,65	33 961,50	09/02/2020	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	—	—	—	—	41 772,65	—	—	—	—
206	44400000-4	980148820	201800025549	12/10/2018	5 215,20	4 240,00	09/02/2020	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	—	—	—	—	5 215,20	—	—	—	—
207	15712000-2	508797527	201800025551	12/10/2018	1 937,25	1 575,00	09/02/2020	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	—	—	—	—	215,25	—	—	—	—
208	15712000-2	513838627	201800025550	12/10/2018	55 042,50	44 750,00	09/02/2020	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	—	—	—	—	15 411,90	—	—	—	—
209	15700000-5	508797527	201800025553	12/10/2018	71 196,26	57 883,14	09/02/2020	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	—	—	—	—	28 146,26	—	—	—	—
210	19500000-1	503842770	201800023509	13/09/2018	35 460,70	28 829,84	13/09/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	—	—	—	—	35 460,70	—	—	—	—
211	38437110-1	500948208	201800023508	13/09/2018	28 645,72	23 289,20	13/09/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	—	—	—	—	28 645,72	—	—	—	—
212	38437110-1	502380543	201800023507	13/09/2018	23 261,76	18 912,00	13/09/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	—	—	—	—	23 261,76	—	—	—	—
213	19500000-1	503019461	201800023506	13/09/2018	26 345,37	21 419,00	13/09/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	—	—	—	—	26 345,37	—	—	—	—
214	19500000-1	980148820	201800023505	13/09/2018	22 926,38	18 639,33	13/09/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	—	—	—	—	22 926,38	—	—	—	—
215	19500000-1	510433219	201800023504	13/09/2018	23 761,14	19 318,00	13/09/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	—	—	—	—	23 761,14	—	—	—	—
216	33696500-0	503387398	201800023511	13/09/2018	43 050,00	35 000,00	13/09/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	—	—	—	—	43 050,00	—	—	—	—
217	33696300-8	980148820	201800023510	13/09/2018	43 050,00	35 000,00	13/09/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	—	—	—	—	43 050,00	—	—	—	—
218	33696500-0	502241594	201800023518	13/09/2018	36 900,00	30 000,00	13/09/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	—	—	—	—	36 900,00	—	—	—	—
219	33696500-0	503842770	201800023517	13/09/2018	24 600,00	20 000,00	13/09/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	—	—	—	—	24 600,00	—	—	—	—
220	33696500-0	503492043	201800023516	13/09/2018	43 050,00	35 000,00	13/09/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	—	—	—	—	43 050,00	—	—	—	—
221	33696500-0	503531588	201800023515	13/09/2018	43 050,00	35 000,00	13/09/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	—	—	—	—	43 050,00	—	—	—	—
222	33696500-0	509036171	201800023514	13/09/2018	43 050,00	35 000,00	13/09/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	—	—	—	—	43 050,00	—	—	—	—
223	33696500-0	501301321	201800023513	13/09/2018	43 050,00	35 000,00	13/09/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	—	—	—	—	43 050,00	—	—	—	—
224	33696500-0	502380543	201800023512	13/09/2018	43 050,00	35 000,00	13/09/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	—	—	—	—	43 050,00	—	—	—	—
225	44100000-1	509161243	201800020235	06/07/2018	18 607,16	15 127,77	05/08/2018	—	—	—	RP	D2 Aquisição de bens e serviços	19/10/2018	18 458,69	18 458,69	—	148,47	—	—	—	—
226	42530000-0 / 31000000-6	500883750	201800020234	06/07/2018	17 706,21	14 395,29	05/08/2018	—	—	—	RP	D2 Aquisição de bens e serviços	23/11/2018	11 884,30	11 884,30	—	5 821,91	—	—	—	—
227	4212230-1	514431083	201800013021	23/04/2018	33 123,29	26 929,50	07/06/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	08/10/2018	33 123,29	33 123,29	—	—	—	—	—	—
228	48200000-0	506210855	201800013055	30/04/2018	45 933,33	37 344,17	30/05/2018	—	—	—	RP	D2 Aquisição de bens e serviços	08/10/2018	45 933,33	45 933,33	—	—	—	—	—	—
229	30236000-2	509523390	201800009912	27/02/2018	19 409,40	15 780,00	27/03/2018	—	—	—	RP	D2 Aquisição de bens e serviços	08/10/2018	19 409,40	19 409,40	—	—	—	—	—	—
230	30236000-2	502117249	201800009913	28/02/2018	5 713,60	4 645,20	28/03/2018	—	—	—	RP	D2 Aquisição de bens e serviços	11/05/2018	5 713,60	5 713,60	—	—	—	—	—	—
231	30236000-2	505046547	201800009914	27/02/2018	124 795,89	101 460,07	28/03/2018	—	—	—	RP	D2 Aquisição de bens e serviços	05/07/2018	124 795,89	124 795,89	—	—	—	—	—	—

Universidade do Minho

Relatório de Gestão e Contas Individuais e Consolidadas 2018

232	48610000-7	NL0012074418	201800016557	01/06/2018	22 239,63	18 081,00	26/07/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	—	0,00	0,00	—	22 239,63	—	—	—	—
233	39154100-7	GB110811763	201800031663	06/12/2018	7 765,22	7 765,22	10/12/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	—	—	—	—	7 765,22	—	—	—	—
234	33696500-0	502380543	201800030902	04/12/2018	31 138,68	25 316,00	24/12/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	—	—	—	—	31 138,68	—	—	—	—
235	50000000-5 / 33696500-0 / 33141000-0	503842770	201800025865	17/10/2018	263 734,79	214 418,53	17/10/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	—	—	—	—	263 734,79	—	—	—	—
236	31600000-2	GB684355800	201800022623	03/08/2018	20 170,77	16 399,00	14/09/2018	—	—	—	UE	D7 Investimento	11/10/2018	20 170,77	20 170,77	—	—	—	—	—	
237	33696500-0	503387398	201800022558	03/08/2018	90 724,50	73 759,76	03/08/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	09/11/2018	37 891,79	37 891,79	—	52 832,71	—	—	—	—
238	31600000-2	500199906	201800020772	16/07/2018	47 970,00	39 000,00	15/08/2018	—	—	—	RP	D2 Aquisição de bens e serviços	08/10/2018	47 970,00	47 970,00	—	—	—	—	—	
239	48610000-7	ESB85765766	201800022409	30/07/2018	6 831,00	6 831,00	30/07/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	11/10/2018	6 831,00	6 831,00	—	—	—	—	—	
240	03322000-2	FR2908665004	201800021555	20/07/2018	123 000,00	100 000,00	31/12/2018	—	—	—	RP	D2 Aquisição de bens e serviços	—	—	—	—	123 000,00	—	—	—	—
241	24510000-2	500033307	201800020036	04/07/2018	10 343,07	8 409,00	14/07/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	20/09/2018	10 343,07	10 343,07	—	—	—	—	—	
242	48813100-1	503128368	201800011588	05/03/2018	7 355,40	5 980,00	25/03/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	25/05/2018	7 355,40	7 355,40	—	—	—	—	—	
243	48200000-0	506210855	201800008042	16/02/2018	32 759,12	26 633,43	18/03/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	30/07/2018	30 856,92	30 856,92	—	1 902,20	—	—	—	—
244	48323000-8	504263226	201800011081	12/03/2018	27 158,40	22 080,00	01/04/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	30/04/2018	27 158,40	27 158,40	—	—	—	—	—	
245	31711100-4 / 71900000-7 / 73111000-3 / 31700000-3	504966936	201800008070	31/01/2018	72 220,00	58 715,45	20/02/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	23/03/2018	72 220,00	72 220,00	—	—	—	—	—	
246	38515200-0	980474710	201800005765	12/01/2018	67 637,70	54 990,00	01/02/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	10/04/2018	67 637,70	67 637,70	—	—	—	—	—	
247	22110000-4	503441678	201800030590	03/12/2018	14 575,50	11 850,00	17/01/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	—	—	—	—	14 575,50	—	—	—	—
248	31100000-7	500244898	201800025244	11/10/2018	267 986,25	217 875,00	10/03/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	28/12/2018	101 482,38	101 482,38	—	166 503,87	—	—	—	—
249	33696500-0	509036171	201800021385	11/09/2018	35 666,06	28 996,80	10/09/2021	—	—	—	—	D2 Aquisição de bens e serviços	30/11/2018	4 492,96	4 492,96	—	31 173,10	—	—	—	—
250	33696500-0	510662625	201800022309/8/7/6	27/07/2018	9 750,52	7 927,25	01/08/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	19/10/2018	9 750,52	9 750,52	—	—	—	—	—	
251	24900000-3	508432901	201800021564	20/07/2018	6 953,19	5 653,00	04/08/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	11/10/2018	6 953,19	6 953,19	—	—	—	—	—	
252	39290000-1	507958861	201800021563	20/07/2018	2 201,95	1 790,20	30/07/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	19/10/2018	2 201,95	2 201,95	—	—	—	—	—	
253	31700000-3	503258121	201800019560	29/06/2018	31 363,77	25 499,00	09/07/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	21/09/2018	31 363,77	31 363,77	—	—	—	—	—	
254	33696000-3	501727825	201800017628	05/06/2018	23 475,23	19 085,55	30/07/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	23/11/2018	4 011,87	4 011,87	—	19 463,36	—	—	—	—
255	33696500-0	506429210	201800018662	14/06/2018	5 666,03	4 606,53	24/06/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	07/09/2018	5 666,03	5 666,03	—	—	—	—	—	
256	33696500-0	508432901	201800018509	12/06/2018	12 300,00	10 000,00	06/08/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	—	—	—	—	12 300,00	—	—	—	—
257	63510000-7	501061126	201800028484	26/11/2018	1 500 000,00	1 500 000,00	26/11/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	—	—	—	—	1 500 000,00	—	—	—	—
258	22113000-5	513011510	201800019805	03/07/2018	20 278,49	16 486,58	01/09/2018	—	—	—	RP	D2 Aquisição de bens e serviços	08/10/2018	14 855,08	14 855,08	—	5 423,41	—	—	—	—
259	38510000-3	980474710	201800019318	26/06/2018	25 030,50	20 350,00	11/07/2018	—	—	—	UE	D7 Investimento	08/10/2018	25 030,50	25 030,50	—	—	—	—	—	
260	33696300-8	508400317	201800023093	11/09/2018	54 444,41	44 263,75	10/09/2021	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	—	—	—	—	54 444,41	—	—	—	—
261	33140000-3	509631789	201800023092	11/09/2018	70 825,97	57 582,09	10/09/2021	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	12/12/2018	24 412,28	24 412,28	—	46 413,69	—	—	—	—
262	24950000-8 / 33696500-0	509959296	201800023070 / 201800023069	04/09/2018	3 575,98	2 907,30	04/10/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	19/10/2018	3 575,98	3 575,98	—	—	—	—	—	
263	24111500-0 / 24950000-8	501738916	201800014946	02/05/2018	20 565,71	16 720,09	26/06/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	20/07/2018	11 089,26	11 089,26	—	9 476,45	—	—	—	—
264	33696500-0	507155165	—	28/05/2018	26 417,93	21 477,99	17/06/2018	—	—	—	—	D2 Aquisição de bens e serviços	20/07/2018	21 836,42	21 836,42	—	4 581,51	—	—	—	—
265	98390000-3	234071311	201800030189	19/10/2018	12 300,00	10 000,00	17/04/2019	—	—	—	RP	D2 Aquisição de bens e serviços	10/12/2018	1 290,27	1 290,27	—	11 009,73	—	—	—	—
266	79530000-8	227238354	201800030280	13/09/2018	8 000,00	8 000,00	11/01/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	03/12/2018	4 703,36	4 703,36	—	3 296,64	—	—	—	—
267	98390000-3 / 33195100-4 / 48151000-1 / 39134100-1	506504948	201800024427	27/09/2018	58 614,42	47 654,00	16/12/2018	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	—	—	—	—	58 614,42	—	—	—	—
268	45312100-8	500247480	201800025795	16/10/2018	36 838,59	29 950,07	13/02/2019	—	—	—	RP	D7 Investimento	—	—	—	—	36 838,59	—	—	—	—
269	71620000-0	DE146149244	201800032936	21/12/2018	23 791,75	19 342,89	10/01/2019	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	—	—	—	—	23 791,75	—	—	—	—
270	32424000-1	500074372	201800025679	04/09/2018	51 657,68	41 998,11	24/09/2018	—	—	—	RP	D7 Investimento	—	—	—	—	51 657,68	—	—	—	—
271	98390000-3	198764618	201800032779	18/12/2018	12 447,00	12 447,00	07/03/2021	—	—	—	UE	D2 Aquisição de bens e serviços	28/12/2018	461,00	461,00	—	5 532,00	5 532,00	922,00	—	—

Dívidas a Terceiros por Antiguidade de Saldos

Entidade: Universidade do Minho											
PDA - Dívidas a Terceiros por Antiguidade de Saldos											
Unidade Monetária: Euros											
Descrição	Divida vincenda		Intervalos de Antiguidade da dívida vencida (em dias) [C]				Exceções	Pagamentos em atraso	Total dívida por natureza da despesa		
	Curto prazo [A]	Médio/Longo prazo [B]	< 90 [1]	[90-180[[2]	[180-365] [3]	> 365 dias [4]		[E]=[2]+[3]+[4]-[D]	Curto prazo [F]=[A]+[C]	Médio/Longo prazo [G]=[B]	SOMA [H]=[F]+[G]
Despesas Correntes											
Despesas com Pessoal											
Remunerações Certas e Permanentes	899 724,14		867 357,80						1 767 081,94		1 767 081,94
Abonos Variáveis ou Eventuais	17,18		12 121,03						12 138,21		12 138,21
Segurança Social dos quais:											
Encargos com a Saúde											
ADSE e outros da AP											
Outros setores fora da AP											
Contribuições de segurança social											
CGA											
Segurança Social - Regime Geral	885 007,56		220 202,14						1 105 209,70		1 105 209,70
Outras	20 592,38		2 958,88						23 551,26		23 551,26
Outras											
Aquisições de Bens e Serviços	454 901,96		99 851,46						554 753,42		554 753,42
Juros e outros encargos											
Transferências Correntes											
Administrações Públicas	474,82								474,82		474,82
Outras Transferências correntes	120 549,72		2 074,40						122 624,12		122 624,12
Subsídios											
Outras Despesas Correntes	29 433,30								29 433,30		29 433,30
Despesas de Capital											
Aquisições de Bens de Capital	19 921,46		24 972,64						44 894,10		44 894,10
Transferências de Capital											
Administrações Públicas											
Outras Transferências de Capital											
Aquisição de ativos financeiros											
Reembolsos de passivos financeiros											
Outras Despesas de Capital											
Total	2 430 622,52		1 229 538,35						3 660 160,87		3 660 160,87

12.1.2. Demonstrações Financeiras Individuais**Balanço Individual**

Entidade: Universidade do Minho		Unidade Monetária: Euros	
Balanço individual em 31 de dezembro de 2018			
Rubricas	Notas	Datas	
		SNC-AP	POC-E
		31/12/2018	31/12/2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	120 457 534,41	123 285 893,88
Propriedades de investimento	8	963 512,84	979 322,00
Ativos intangíveis	3	278 422,32	225 299,88
Investimentos financeiros	9;18;20; 22	2 354 830,48	2 306 937,81
		124 054 300,05	126 797 453,57
Ativo Corrente			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18	98 474 655,32	74 028 821,23
Clientes, contribuintes e utentes	9;18	26 331 549,22	23 984 228,69
Outras contas a receber	18	1 133 377,98	2 033 478,67
Diferimentos	23	328 955,18	96 108,07
Caixa e depósitos	1;18	15 453 056,80	13 760 491,85
		141 721 594,50	113 903 128,51
Total do Ativo		265 775 894,55	240 700 582,08
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	18	138 319 591,46	138 319 591,46
Resultados transitados	18	-60 769 827,44	-58 769 990,57
Ajustamentos em ativos financeiros	18	0,00	688 982,84
Outras variações no património líquido	18	52 299 681,87	624 725,28
Resultado líquido do período	18	-2 442 699,16	-2 731 712,38
Total do Património Líquido		127 406 746,73	78 131 596,63
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	492 817,21	124 827,00
		492 817,21	124 827,00
Passivo Corrente			
Fornecedores	18	180 609,85	2 227 531,48
Estado e outros entes públicos	18	3 303 255,15	3 007 165,44
Fornecedores de investimentos	18	22 395,14	
Outras contas a pagar	18	15 631 775,42	12 292 934,76
Diferimentos	23	118 624 286,63	144 916 526,77
Outros passivos financeiros	1;18	114 008,42	
		137 876 330,61	162 444 158,45
Total do Passivo		138 369 147,82	162 568 985,45
Total do Património Líquido e Passivo		265 775 894,55	240 700 582,08

Demonstração dos Resultados por Naturezas Individual

Entidade: Universidade do Minho		Unidade Monetária: Euros	
Demonstração dos Resultados por Natureza do Período Findo 31 de dezembro de 2018			
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		SNC-AP 2018	POC-E 2017
Impostos e taxas	13	25 539 589,80	23 504 993,12
Vendas	13	14 820,48	172 578,92
Prestações de serviços	13	3 612 007,28	3 904 407,08
Transferências correntes e subsídios correntes obtidos	14	98 934 668,78	96 470 106,22
Fornecimentos e serviços externos	23	-22 928 772,83	-24 114 379,12
Gastos com pessoal	19; 20	-82 671 277,16	-79 136 542,40
Transferências e subsídios concedidos	23	-18 361 313,30	-17 869 843,44
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	-497 153,29	-92 318,96
Provisões (aumentos/reduções)	15	-367 990,21	
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	9;13;22	-113 000,00	
Outros rendimentos e ganhos	13;14	3 050 600,37	1 630 043,07
Outros gastos e perdas		-1 439 640,08	-400 194,03
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		4 772 539,84	4 068 850,46
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3; 5; 8	-7 066 401,83	-6 705 621,79
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		-2 293 861,99	-2 636 771,33
Juros e rendimentos similares obtidos	13	2 327,89	335 650,34
Juros e gastos similares suportados	23	-151 165,06	-430 591,39
Resultado antes de impostos		-2 442 699,16	-2 731 712,38
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		-2 442 699,16	-2 731 712,38

Demonstração Individual das Alterações no Património Líquido

Entidade: Universidade do Minho												Unidade Monetária: Euro	
Demonstração individual das alterações no património líquido, em 31 de dezembro de 2018													
Descrição	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade-mãe										Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
		Capital/ Património Realizado	Outros Instrumentos do Património	Reservas Legais	Reservas Decorrentes da Transferência de Ativos	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras variações no Património Líquido	Resultado Líquido do Período		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	(1)	138 319 591,46					-58 769 990,57	688 982,84		624 725,28	-2 731 712,38	78 131 596,63	78 131 596,63
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adoção de novo referencial contabilístico	18								54 010 999,24		54 010 999,24		54 010 999,24
Alterações de políticas contabilísticas	18						731 875,51	-688 982,84			42 892,67		42 892,67
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											0,00		0,00
Realização do excedente de revalorização											0,00		0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações											0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	18						-2 731 712,38		-2 336 042,65	2 731 712,38	-2 336 042,65		-2 336 042,65
	(2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 999 836,87	-688 982,84	0,00	51 674 956,59	2 731 712,38	51 717 849,26	51 717 849,26
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(3)										-2 442 699,16	-2 442 699,16	-2 442 699,16
RESULTADO INTEGRAL	(4)-(2)+(3)										289 013,22	49 275 150,10	49 275 150,10
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
Realizações de capital/património												0,00	0,00
Entradas para coberturas de perdas												0,00	0,00
Outras operações												0,00	0,00
	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	(6)-(1)+(2)+(3)+(5)	138 319 591,46	0,00	0,00	0,00	0,00	-60 769 827,44	0,00	0,00	52 299 681,87	-2 442 699,16	127 406 746,73	127 406 746,73

Entidade: Universidade do Minho													Unidade Monetária: Euro	
Demonstração individual das alterações no património líquido, em 31 de dezembro de 2017														
Descrição	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade-mãe											Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
		Capital/ Património Realizado	Outros Instrumentos do Património	Reservas Legais	Reservas Decorrentes da Transferência de Ativos	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras variações no Património Líquido	Resultado Líquido do Período	TOTAL		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	(1)	138 319 591,46					-60 860 097,88	1 069 074,60		142 020,00	1 754 992,79	80 425 580,97		80 425 580,97
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico												0,00		0,00
Alterações de políticas contabilísticas												0,00		0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												0,00		0,00
Realização do excedente de revalorização												0,00		0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações												0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido							2 090 107,31	-380 091,76		482 705,28	-1 754 992,79	437 728,04		437 728,04
	(2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 090 107,31	-380 091,76	0,00	482 705,28	-1 754 992,79	437 728,04		437 728,04
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(3)										-2 731 712,38	-2 731 712,38		-2 731 712,38
RESULTADO INTEGRAL	(4)-(2)+(3)										-4 486 705,17	-2 293 984,34		-2 293 984,34
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital/património												0,00		0,00
Entradas para coberturas de perdas												0,00		0,00
Outras operações												0,00		0,00
	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	(6)-(1)+(2)+(3)+(5)	138 319 591,46	0,00	0,00	0,00	0,00	-58 769 990,57	688 982,84	0,00	624 725,28	-2 731 712,38	78 131 596,63		78 131 596,63

Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa

Entidade: Universidade do Minho Demonstração de Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2018			
RUBRICAS	NOTAS	Unidade Monetária: Euros	
		PERÍODOS	
		SNC-AP 2018	POC-E 2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		45 386 156,55	46 524 070,24
Recebimentos de utentes		22 961 343,35	23 622 903,28
Pagamentos a fornecedores		22 453 035,23	23 596 796,38
Pagamentos ao pessoal		65 402 929,56	62 957 577,09
Caixa gerada pelas operações		-19 508 464,89	-16 407 399,95
Outros recebimentos/pagamentos		24 997 431,64	23 072 166,31
Fluxos de caixa das actividades operacionais (a)		5 488 966,75	6 664 766,36
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		3 643 204,45	7 435 510,41
Ativos intangíveis		125 525,24	0,00
Investimentos financeiros		30 000,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	3 500,00
Dividendos		2 327,89	2 164,08
Fluxos de caixa das actividades de investimento (b)		-3 796 401,80	-7 429 846,33
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (c)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		1 692 564,95	-765 079,97
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	
Caixa e seus equivalentes no início do período		13 760 491,85	14 525 571,82
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1	15 453 056,80	13 760 491,85
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		13 760 491,85	14 525 571,82
- Equivalentes a caixa no início do período		0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no início do período		0,00	0,00
= Saldo de gerência		13 760 491,85	14 525 571,82
De execução orçamental		13 707 954,11	14 479 933,59
De operações de tesouraria		52 537,74	45 638,23
Caixa e seus equivalentes no fim do período		15 453 056,80	13 760 491,85
- Equivalentes a caixa no início do período		0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no início do período		0,00	0,00
= Saldo para a gerência seguinte		15 453 056,80	13 760 491,85
De execução orçamental		15 338 499,19	13 707 954,11
De operações de tesouraria		114 557,61	52 537,74

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais

O. Adoção pela primeira vez do SNC-AP – divulgação transitória

Com a introdução em 2018 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, a UMinho apresenta pela primeira vez demonstrações financeiras preparadas em conformidade com as Normas de Contabilidade Pública (NCP).

A adoção deste novo referencial contabilístico implicou a realização de alguns ajustamentos ao último balanço preparado de acordo com o normativo anterior, isto é, o POC-Educação. Os ajustamentos realizados relacionam-se unicamente com reclassificações de ativos e passivos que na transição para o SNC-AP tiveram de ser reconhecidos noutras rubricas, tal como é demonstrado pela tabela 32.

Tabela 32 – Divulgação Transitória

Entidade: Universidade do Minho								
Divulgação Transitória		Unidade Monetária: Euro						
Rubricas do Balanço	Valores conforme normativo anterior (31/12/2017)	Principais Ajustamentos				Erros	Reclassific.	Valores conforme SNC-AP (01/01/2018)
		Reconhec.	Desreconhec.	Crítério de mensur.	Imparid. / revers.			
Ativo	240 700 582,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240 700 582,08
Ativo não corrente	126 797 453,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	126 797 453,57
Ativo fixo tangível	123 511 193,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-225 299,88	123 285 893,88
Propriedades de investimento	979 322,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	979 322,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	225 299,88	225 299,88
Investimentos financeiros	2 306 937,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 306 937,81
Ativo corrente	113 903 128,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	113 903 128,51
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74 028 821,23	74 028 821,23
Clientes, contribuintes e utentes	23 984 228,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23 984 228,69
Outras contas a receber	76 062 299,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-74 028 821,23	2 033 478,67
Diferimentos	96 108,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	96 108,07
Caixa e depósitos	13 760 491,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13 760 491,85
Património Líquido	78 131 596,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	78 131 596,63
Património/Capital	138 319 591,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	138 319 591,46
Resultados Transitados	-58 769 990,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-58 769 990,57
Ajustamentos em ativos financeiros	688 982,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	688 982,84
Outras variações no património líquido	624 725,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	624 725,28
Resultado líquido do período	-2 731 712,38	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	-2 731 712,38
Passivo	162 568 985,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	162 568 985,45
Passivo não corrente	124 827,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	124 827,00
Provisões	124 827,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	124 827,00
Passivo corrente	162 444 158,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	162 444 158,45
Fornecedores	2 227 531,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 227 531,48
Estado e outros entes públicos	3 007 165,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 007 165,44
Outras contas a pagar	12 292 934,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12 292 934,76
Diferimentos	144 916 526,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	144 916 526,77

Na sequência da divulgação transitória apresentada na tabela anterior, não é necessário efetuar a reexpressão da informação relativa ao ano anterior, uma vez que a informação aí apresentada corresponde à conversão dos saldos para as contas e rubricas das demonstrações financeiras em conformidade com o preceituado no SNC-AP.

Na transição para o SNC-AP foram efetuadas as seguintes reclassificações:

- Transferência para a rubrica de Ativos Intangíveis de 225 299,88 € que de acordo com o anterior normativo se encontravam classificados como Ativos Fixos Tangíveis.
- Transferência para a rubrica de Devedores por Transferências e Subsídios Não Reembolsáveis de 74 028 821,23€ que em conformidade com o normativo anterior estavam reconhecidos na rubrica de Outras Contas a Pagar.

Os valores constantes do balanço e da demonstração dos resultados do período findo em 31 de dezembro de 2018 não são comparáveis com os valores do período findo em 31 de dezembro de 2017, dado que os valores comparativos não foram reexpressos de acordo com o novo normativo. Sendo assim, a UMinho, nos termos do previsto na IPSAS 33 – *First-Time Adoption of Accrual Basis IPSASs*, no SNC-AP e no Manual de Implementação do SNC-AP, optou por não reexpressar o comparativo tendo em conta uma análise de custo-benefício. Esta opção, implica a perda de

comparabilidade entre 2017 e 2018, designadamente em resultado da classificação dos subsídios ao investimento no Património Líquido em SNC-AP.

1. Identificação da Entidade, Período de Relato e Referencial Contabilístico

1.1. Identificação da entidade e período de relato

Designação da entidade: Universidade do Minho

Endereço: Largo do Paço, Braga

Código da Classificação Orgânica: 091033600; 098033600.



Figura 8 – Classificação Orgânica da UMinho em 2018

Tutela: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Legislação que criou a instituição e principal legislação aplicável: A Universidade do Minho, de ora em diante designada de UMinho, é uma Instituição de Ensino Superior Público, criada pelo Decreto-Lei n.º 402/73, de 11 de agosto. Esta elaborou e aprovou os seus Estatutos de acordo com a Lei n.º 108/88, de 24 de setembro, homologados pelo Despacho Normativo n.º 80/89, de 7 de agosto, do Ministério da Educação, publicado no Diário da República (DR), 1.ª Série, n.º 198, de 29 de agosto. Os Estatutos foram alvo de alterações, no seguimento do disposto na Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro que estabelece o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), o qual define um novo enquadramento jurídico para as Instituições de Ensino Superior, revogando assim a Lei n.º 108/88, de 24 de setembro. As várias alterações foram efetuadas com a finalidade de adaptar a UMinho às exigências da sua atividade. Mais recentemente, a 1 de janeiro de 2017, a UMinho iniciou a sua atividade como Fundação Pública de Direito Privado, possibilitando-lhe uma maior autonomia financeira e administrativa.

Período das Demonstrações Financeiras: A UMinho apresentará demonstrações financeiras consolidadas, a serem aprovadas até ao final do mês de junho, pelo que as presentes são as demonstrações financeiras separadas e correspondem ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018.

Organização Contabilística

A Direção Financeira e Patrimonial da UMinho (DFP) tem a sua contabilidade organizada nos termos do SNC-AP, no cumprimento das normas e princípios contabilísticos nele previsto, de modo a que as suas demonstrações financeiras e a sua execução orçamental traduzam, de forma verdadeira e apropriada, a situação económico-financeira da UMinho. Importa referir que a contabilidade se encontra centralizada, embora existam diversas unidades orgânicas a interagir com os serviços centrais. De referir que a UMinho não elabora demonstrações financeiras intercalares.

A UMinho dispõe de um Manual de Controlo Interno (que inclui, de entre outros, o manual de procedimentos contabilísticos). Não se pode deixar de se sublinhar a importância deste documento, dado que mais do que cumprir com o disposto legal, o Manual de Controlo Interno representa uma real preocupação da UMinho em matérias como a transparência de procedimentos, a responsabilidade na gestão dos seus recursos, o *value-for-money* e a pública prestação de contas interna e externa.

Neste sentido, existe a clara definição de autoridade, despachos de delegação de competências, segmentação e separação de funções, controlos hierárquicos e a correta numeração sequencial e tipográfica de todos os documentos.

Todos os documentos de suporte aos registos contabilísticos, quer da despesa quer da receita, encontram-se devidamente arquivados, por processos, sendo este arquivo cada vez mais digital, suportado pela aplicação de Gestão Documental - DocUM.

No caso da despesa, fazem parte do processo a requisição interna, autorização da despesa e respetivo cabimento, o compromisso prévio e a subsequente nota de encomenda (despesas estas sempre autorizadas em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de setembro e pelo Decreto-lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, dando pleno cumprimento da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, com respeito por todos os procedimentos necessários e adequados a cada tipo de despesa em causa); inclui ainda o documento comprovativo da despesa (fatura e recibo, contratos, protocolos, de entre outros) e a autorização de pagamento.

O processo de receita segue um tratamento idêntico, sendo a emissão de faturas e recibos efetuada centralmente pela DFP, podendo as faturas-recibo ser emitidas por algumas UO/Serviço, sempre que se justifique, através de uma

aplicação informática que permite que várias unidades emitam simultaneamente faturas/recibo, com numeração sequencial, mediante interface direta com o programa de contabilidade, por recurso a um sistema de caixas por UO/Serviços. Esta aplicação informática é controlada centralmente, ficando a DFP com acesso a todos os documentos emitidos e às necessárias guias de receita elaboradas, quer centralmente, quer pelas UO/Serviços, procedendo ao adequado arquivo de toda a documentação. Todos os demais documentos que tenham dado origem a lançamentos contabilísticos estão devidamente identificados e arquivados.

No que respeita às aplicações informáticas, a UMinho dispõe de um vasto conjunto de aplicações informáticas, desenvolvidas internamente, que interagem com o programa contabilístico em uso – Sistema Integrado de Gestão (ERP - GIAF) da INDRA. De entre elas, destaca-se a aplicação de Gestão de Verbas, Ajudas de Custo e Transportes, Gestão da Receita, Gestão Documental e o Módulo de Gestão de Projetos de Investigação e Desenvolvimento.

A Direção de Tecnologias e Sistemas de Informação da UMinho (DTSI) desenvolveu todas as aplicações que funcionam integradas na Intranet da UMinho e que permite que os pedidos de realização de despesa ou emissão de receita sejam elaborados diretamente pelas UO/Serviços, a partir do interface da Intranet, permitindo a introdução automática dos documentos no sistema de informação da DFP para validação, processamento e pagamento.

Estas aplicações disponibilizam, a todos os utilizadores, um conjunto de mapas essenciais à gestão das UO/Serviços, nomeadamente extratos em tempo real dos respetivos centros de responsabilidade e, no caso da despesa, de mapas de acompanhamento da execução, por classificação económica.

No decorrer dos últimos dois anos, procedeu-se à consolidação da reformulação dos serviços administrativos e financeiros, procurando reforçar-se a qualidade das suas estruturas, humana e informática de suporte, tendo sido este um dos objetivos estratégicos da UMinho.

Neste contexto, implementaram-se novas funcionalidades ao nível do Sistema Integrado de Gestão (ERP - GIAF), sendo que este novo sistema de gestão da informação financeira da UMinho, iniciado em janeiro de 2011, foi sendo dotado de novas valências, de forma a permitir uma maior integração da informação associada à gestão académica, gestão de projetos, gestão de recursos humanos, bem como uma melhor interação das UO/Serviços da UMinho. O novo Sistema Integrado de Contabilidade e Gestão representa um avanço significativo, quer ao nível da quantidade e qualidade da informação financeira e de gestão disponibilizada, quer da eficiência e eficácia dos processos de decisão.

No âmbito do projeto SAMA financiado pelo QREN, deu-se ainda continuidade ao processo de desmaterialização e de reengenharia de processos, incrementando-se a integração plena entre o sistema de gestão documental, gestão de verbas, gestão de projetos e ERP financeiro. O objetivo traduz-se na desmaterialização documental, na incorporação da assinatura eletrónica, na introdução de um plano de classificação único, na gestão centralizada de documentos e arquivo eletrónico de toda a documentação de suporte à receita e despesa da UMinho, de acordo com as leis em vigor.

1.2. Referencial Contabilístico e Demonstrações Financeiras

Indicação da adoção do referencial contabilístico SNC-AP e justificação das disposições deste normativo que, em casos excecionais, tenham sido derogadas, bem como dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, considerando a necessidade imperiosa da transmissão de uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Como foi referido anteriormente, a UMinho iniciou em 2018 a implementação do SNC-AP que vem permitir dotar as instituições públicas de um sistema orçamental e financeiro mais eficiente e mais convergente com os sistemas que vêm atualmente sendo adotados a nível internacional. Até ao período findo de 31 de dezembro de 2017, a UMinho utilizou o POC-Educação como referencial contabilístico.

O novo SNC-AP veio permitir implementar a base de acréscimo na contabilidade e relato financeiro das administrações públicas, articulando-a com a atual base de caixa modificada estabelecendo os fundamentos para uma orçamentação do Estado em base do acréscimo, fomentando a harmonização contabilística mediante a preparação de demonstrações orçamentais e financeiras, numa base individual e consolidada, aumentando o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, contribuindo assim para a satisfação das necessidades dos diferentes utilizadores da informação do sistema de contabilidade e relato orçamental e financeiro das administrações públicas.

O SNC-AP assenta numa nova estrutura concetual da informação financeira pública, em normas de contabilidade pública convergentes com as *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS), em novos modelos de demonstrações financeiras, numa norma relativa à contabilidade orçamental, numa outra relativa à contabilidade de gestão e num plano de contas multidimensional.

Conforme o art.º 13º do Decreto-Lei nº 192/2018 “quando o SNC-AP não contemplar o tratamento contabilístico de determinada transação ou evento, atividade ou circunstância, aplicam-se subsidiariamente pela ordem seguinte:

- As Normas Internacionais de Contabilidade Pública que estiverem em vigor;

- *O SNC;*
- *As Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia;*
- *As Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board.”*

No presente período não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as Administrações Públicas.

Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

Os valores constantes do balanço e da demonstração dos resultados do período findo em 31 de dezembro de 2018 não são comparáveis com os valores do período findo em 31 de dezembro de 2017, dado que os valores comparativos não foram reexpressos de acordo com o novo normativo. Sendo assim, a UMinho, nos termos do previsto na IPSAS 33 – *First-Time Adoption of Accrual Basis IPSASs*, no SNC-AP e no Manual de Implementação do SNC-AP, optou por não reexpressar o comparativo tendo em conta uma análise de custo-benefício. Esta opção, implica a perda de comparabilidade entre 2017 e 2018.

Quando a apresentação ou classificação de itens nas demonstrações financeiras for alterada, as quantias comparativas devem ser reclassificadas, a menos que a reclassificação seja impraticável.

Conforme referido na nota anterior, a UMinho optou por não reexpressar o período de 2017. Nos termos das divulgações exigidas pela adoção pela primeira vez do SNC-AP (Divulgação Transitória), são apresentadas as principais reclassificações em termos do normativo de POC- Educação para SNC-AP, na nota 0 do presente anexo.

Comentário do órgão de gestão sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso.

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, os quais de acordo com o previsto no art.º 2º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 5 de junho, conjugado com o previsto no art.º 115º do RJIES, Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, a UMinho está obrigada a manter um limite mínimo de saldo mensal médio no IGCP, no valor de 5 M€.

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Tabela 33 – Desagregação de caixa e depósitos, em euros

Conta	2018 (€)	2017 (€)
Caixa	0,00	0,00
Depósitos à Ordem	15 339 048,38	13 760 491,85
Depósitos bancários à ordem	10 332 441,41	8 394 668,72
Depósitos à ordem no Tesouro	5 006 606,97	5 365 823,13
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Depósitos consignados	0,00	0,00
Depósitos de garantias e cações	114 008,42	0,00
Total Caixa e Depósitos	15 453 056,80	13 760 491,85

De referir que a UMinho reconheceu pela primeira vez em 2018 as garantias e cações prestadas por terceiros nas suas contas, razão pela qual o comparativo de 2017 não apresenta qualquer valor na rubrica de “Depósitos de garantias e cações”.

2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nas seguintes características qualitativas, postuladas no ponto 5 da Estrutura Concetual presente no Anexo I do DL n.º 192/2015, de 11 de setembro:

Relevância

A informação financeira e não financeira apresentada pela UMinho é relevante pois é capaz de oferecer valor confirmativo e/ou preditivo.

Pode-se considerar que a informação tem valor confirmativo se confirmar ou alterar expectativas correntes ou passadas. Desta forma, a informação é relevante para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões se confirmar expectativas acerca do grau de cumprimento pelos dirigentes das suas

responsabilidades pelo uso eficiente e eficaz dos seus recursos, pelos objetivos da prestação do serviço e pelos requisitos orçamentais e legais aplicáveis (entre outros).

O valor preditivo da informação é necessário para ajudar a construir expectativas sobre os acontecimentos económicos futuros. Consequentemente, o relato financeiro pode apresentar informação sobre os objetivos, atividades e custos futuros, bem como as quantias e fontes de recursos que se prevê alocar a atividades futuras.

Assim, as funções confirmativas e preditivas da informação estão interrelacionadas, pois a informação acerca do nível e estrutura corrente dos recursos e da sua utilização, ajuda os utilizadores das demonstrações financeiras a confirmar o desfecho das estratégias dos dirigentes quanto ao uso dos recursos durante o período e a prever a capacidade da entidade pública para responder às alterações de circunstâncias e antecipar as necessidades futuras das atividades desenvolvidas. De igual forma, a mesma informação ajuda a confirmar ou corrigir expectativas ou revisões passadas dos utilizadores das demonstrações financeiras sobre a capacidade da entidade pública para responder a tais alterações de circunstâncias.

Fiabilidade

A informação apresentada nas demonstrações financeiras traduz os fenómenos económicos de uma forma completa, neutra e isenta de erros materiais. Estas são as características necessárias para que a informação divulgada pela UMinho seja útil, uma vez que se pretende uma representação fiel dos diferentes fenómenos, incluindo os económicos.

De referir que para a informação representar com fiabilidade os fenómenos económicos, esta tem de descrever a substância da transação, acontecimento, atividade ou circunstância subjacente, a qual pode não coincidir necessariamente com a sua forma legal, de acordo com o princípio da substância sobre a forma.

Considera-se que a descrição dos fenómenos é completa se não existirem omissões de informação que representem fenómenos económicos relevantes, os quais distorcem a informação das demonstrações financeiras e a utilidade das mesmas para os seus utilizadores. Por exemplo, uma descrição completa do ativo fixo tangível incluirá uma representação numérica da quantia agregada desse ativo em conjunto com outra informação quantitativa, descritiva e explicativa necessária para representar fielmente essa classe de ativos. Em alguns casos, a fiabilidade pode incluir a divulgação de informação sobre as principais categorias de ativos fixos tangíveis, os fatores que influenciaram a sua utilização no passado ou possam influenciar no futuro, e a base e o processo de determinar a quantia representada. De igual forma, a informação financeira e não financeira prospectiva, bem como a informação sobre o alcance dos objetivos do serviço e seus resultados, deve ser apresentada com os pressupostos principais que lhe serviu de base, incluindo quaisquer outras explicações necessárias para assegurar que a descrição é completa e útil.

Para que o relato financeiro seja neutro é necessário assegurar a ausência de influências. Assim, a seleção e apresentação da informação financeira e não financeira não é feita com a intenção de atingir um resultado específico, com o objetivo de influenciar os utilizadores das demonstrações financeiras para um determinado julgamento ou comportamento. Desta forma, importa referir que alguns acontecimentos económicos presentes na informação financeira ocorrem sob condições de incerteza, o que leva à realização de estimativas baseadas em dados que refletem a melhor informação disponível, tendo sempre em consideração o princípio da prudência.

Por fim, para que a informação financeira esteja isenta de erros materiais não deverão existir erros ou omissões que possam influenciar a descrição dos fenómenos reconhecidos nas demonstrações. Assim, se em alguns casos é possível determinar com exatidão a informação relatada, noutros será necessário a realização de estimativas, as quais deverão estar claramente descritas e explicadas, incluindo as limitações do processo de estimação, cuja seleção e aplicação se espera estar também isenta de erros.

Compreensibilidade

A compreensibilidade consiste na qualidade da informação que é apresentada e que permite que os seus utilizadores entendam o significado das demonstrações financeiras. Assim, as explicações acerca da informação financeira e não financeira, bem como os comentários sobre o serviço efetuado durante o período de relato e as expectativas sobre os períodos futuros, devem ser escritos numa linguagem corrente e apresentados de forma clara, para que sejam prontamente percetíveis pelos diferentes utilizadores.

No sentido de obter uma compreensão unânime das demonstrações financeiras, estas são apresentadas de forma clara e concisa, atendendo a que todos os *stakeholders* devem ter um mínimo de conhecimento das atividades desenvolvidas pela UMinho.

Todos os acontecimentos económicos são incluídos nas demonstrações financeiras, sendo que para os acontecimentos mais complexos e difíceis de representar, são introduzidas explicações para facilitar a compreensibilidade dos mesmos.

Oportunidade

A informação apresentada nas demonstrações tem por objetivo poder influenciar a tomada de decisões pelos órgãos de gestão da Universidade, pelo que a sua tempestividade é crucial.

De referir que parte da informação pode continuar a ser útil muito depois do período de relato, inclusive para efeitos de tomada de decisões, uma vez que os utilizadores das demonstrações financeiras podem entender proceder à avaliação de tendências do desempenho financeiro e das atividades desenvolvidas pela UMinho e o cumprimento dos orçamentos durante um conjunto de períodos.

Comparabilidade

A qualidade da informação apresentada permite que os utilizadores das demonstrações financeiras possam comparar a evolução da UMinho ao longo dos anos, assim como compará-la com outras entidades congéneres.

Tal como referido na nota 1, a UMinho optou por não reexpressar o período de 2017. Contudo, nos termos das divulgações exigidas pela adoção pela primeira vez do SNC-AP, presentes na nota 0, são apresentadas as principais reclassificações em termos do normativo do POC-Educação para o SNC-AP. Desta forma, foram apresentados nos novos modelos de demonstrações financeiras os valores por rubrica para 2017, como se no ano transato se estivesse já a utilizar o SNC-AP.

De referir que, comparabilidade difere da:

- Consistência, pois esta refere-se ao uso das mesmas políticas, princípios contabilísticos e bases de preparação, quer de período para período, dentro da mesma entidade pública, quer no mesmo período, entre diversas entidades públicas. A comparabilidade é uma meta e a consistência ajuda a atingir essa meta.
- Uniformidade, pois esta diz que só se deve agregar o que é igual. Assim, o que é diferente não deve ser agregado, com o objetivo de parecer igual. Consequentemente, a comparabilidade da informação no relato financeiro não é melhorada ao fazer com que coisas diferentes pareçam iguais ou vice-versa.

A informação acerca da posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa de uma entidade pública, bem como do cumprimento dos orçamentos aprovados e das leis e regulamentos sobre a obtenção e utilização dos recursos e das atividades prosseguidas, é necessária para a tomada de decisões. A utilidade dessa informação é melhorada se for comparada com:

- a) Informação financeira e não financeira prospetiva, previamente apresentada para esse período ou data de relato;
- b) Informação similar sobre a mesma entidade pública para outro período ou data de relato;
- c) Informação similar sobre o mesmo período ou data de relato, para outras entidades públicas.

Verificabilidade

A informação apresentada nas demonstrações financeiras tem por base informação de qualidade que assegura aos diferentes utilizadores que o relato financeiro traduz a veracidade dos fenómenos económicos e outros acontecimentos relevantes ocorridos na entidade durante o período.

Esta característica possibilita que observadores independentes e conhecedores possam chegar a um consenso, embora possam nem sempre estar de acordo, que:

- A informação representa os fenómenos económicos e outros que pretende representar sem erros materiais ou influências; ou
- Foi aplicado um método de reconhecimento, mensuração ou apresentação sem erros materiais ou influências.

A verificação pode ser direta ou indireta. Pela verificação direta, uma quantia ou outra representação é verificável por si mesma, por exemplo, através de uma contagem de caixa, observando os títulos e as suas cotações, ou confirmando que os fatores identificados como influenciadores do desempenho de um serviço passado estavam presentes e operaram com o efeito identificado. Pela verificação indireta, uma quantia ou outra representação é verificável analisando os dados de base e recalculando os resultados, usando a mesma metodologia. Um exemplo disso é a verificação da quantia escriturada de inventários, através da análise dos dados de base (quantidades e preços) e recalculando a existência final, usando o mesmo pressuposto do fluxo do custo (custo médio ponderado ou outro).

De referir que a qualidade da verificabilidade não é absoluta. Logo, a informação será tanto mais fiável quanto mais verificável for.

Por fim, o relato financeiro de uma entidade pública pode incluir informação financeira e não financeira, como explicações acerca de:

- a) Influências significativas no seu desempenho durante o período;
- b) Resultados ou efeitos futuros esperados dos programas de serviços realizados no período;
- c) Informação financeira e não financeira prospetiva.

Estas características são atributos indispensáveis para que a informação seja útil para os utilizadores das demonstrações financeiras e para que se alcancem os objetivos do relato financeiro.

2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da UMinho, de acordo com o SNC-AP.

O período de vida útil dos Ativos Fixos Tangíveis, Ativos Intangíveis e Propriedades de Investimento são definidos pela Administração, tendo em consideração os seguintes fatores:

- Utilização esperada do ativo, que é avaliada por referência à capacidade ou à produção física esperadas para esse ativo;
- Desgaste físico esperado, que depende de fatores operacionais, tais como o número de turnos durante os quais o ativo será usado, o programa de reparações e manutenções e o cuidado e manutenção do ativo enquanto estiver ocioso;
- Obsolescência técnica e comercial resultante de alterações ou melhoramentos na produção, ou de alterações na procura do mercado para os produtos ou serviços produzidos pelo ativo;
- Limites de natureza legal ou outra sobre o uso do ativo, tais como as datas de expiração de contratos de locação relacionados.

De referir que para a generalidade dos seus ativos, a UMinho utiliza as vidas úteis que se encontram estabelecidas no Classificador Complementar 2 (CC2).

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e qualquer perda por imparidade.

As depreciações são calculadas a partir da data em que os bens estejam disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, para cada grupo de bens, em regime de duodécimos.

Tabela 34 – Vida Útil do Ativo Fixo Tangível

Ativo Fixo Tangível	Vida Útil Estimada CC2
Edifícios e outras construções	10 a 100 anos
Equipamento básico	4 a 10 anos
Equipamento de transporte	4 a 10 anos
Equipamento administrativo	4 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	2 a 8 anos

Os gastos de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em outros benefícios económicos para o ativo, como o aumento da capacidade ou potência, melhoria da qualidade do *output* e redução significativa dos custos de operação, são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

Os edifícios classificados como bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural, não estão a ser depreciados, por não ser possível a sua mensuração com fiabilidade.

Devido à atividade da UMinho, em particular na área de investigação e desenvolvimento, os ativos adquiridos para projetos de investigação poderão ter uma vida útil inferior à estabelecida no CC2 decorrente do desgaste excessivo e obsolescência tecnológica, uma vez que a investigação realizada, para ser competitiva, necessita de equipamento de topo e vanguarda. Estas vidas úteis diferenciadas do CC2 necessitam do parecer favorável do Fiscal Único e posterior deliberação do Conselho de Gestão.

O desreconhecimento de ativos fixos tangíveis que resultem de alienação ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e a sua quantia escriturada na data de alienação ou abate, sendo reconhecidos

na demonstração dos resultados por naturezas, nas rubricas de “Outros gasto e perdas” ou “Outros Rendimentos e Ganhos”, consoante a UMinho tenha obtido mais ou menos-valia com este tipo de acontecimentos económicos.

Os Investimentos em Curso consistem em ativos ainda em fase de construção, encontrando-se mensurados ao custo de aquisição. Estes ativos começarão a ser depreciados a partir do momento em que estejam disponíveis para uso, ou seja, quando estiverem nas condições necessárias para serem capazes de operarem de forma pretendida pelo órgão de gestão da UMinho.

Quando os ativos são adquiridos a título gratuito, é considerado o VPT para os imóveis e o custo do bem recebido ou na falta deste, o respetivo valor de mercado para os restantes ativos.

Propriedades de Investimentos

As Propriedades de Investimento encontram-se mensuradas ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e qualquer perda por imparidade.

As depreciações são calculadas a partir da data em que os bens estejam disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado no CC2, para cada grupo de bens, em regime de duodécimos.

Tabela 35 – Vida Útil das Propriedades de Investimento

Propriedades de Investimento	Vida Útil Estimada CC2
Edifícios e outras construções	50 anos

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se mensurados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas e qualquer perda por imparidade.

As despesas de desenvolvimento e de manutenção são reconhecidas nos resultados dos períodos em que são incorridos.

O método de amortização utilizado é o das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado no CC2, em regime de duodécimos.

Tabela 36 – Vida Útil do Ativo Intangível

Ativo Intangível	Vida Útil Estimada CC2
Programas de computador e sistemas de informação	3 a 5 anos

Investimentos Financeiros

Até 31/12/2017 os investimentos financeiros em entidades controladas e associadas eram inicialmente mensurados pelo custo de aquisição, sendo utilizado subsequentemente o método de equivalência patrimonial. Contudo, com a introdução do SNC-AP, a NCP n.º 21 permite que as entidades públicas mensurem as suas entidades controladas e associadas pelo modelo do custo nas suas Demonstrações Financeiras Separadas, razão pela qual a UMinho procedeu à alteração da sua política contabilística relativamente às participadas. Esta alteração não teve reflexo retrospectivo.

O custo considerado para o reconhecimento dos mesmos no balanço consiste no custo pelo qual os investimentos financeiros se encontravam mensurados a 31/12/2017.

Esta alteração de política contabilística prende-se com a oportunidade da informação financeira das participadas da UMinho, pois muitas vezes esta informação não se coaduna com os prazos de reporte da prestação de contas da Universidade.

Relativamente aos investimentos noutras entidades, estes são mensurados pelo custo de aquisição.

Locações

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais, consoante a substância dos contratos que lhes está subjacente. Desta forma, se um contrato transferir substancialmente todos os riscos e vantagens da posse de um ativo para a UMinho, a locação é classificada como financeira, caso contrário, é classificada como operacional.

Consequentemente, e considerando que a descrição dos fenómenos económicos observa a substância da transação, acontecimento, atividade ou circunstância subjacente, que nem sempre é coincidente com a sua

forma legal, os ativos adquiridos através de contratos de locação financeira, são reconhecidos como ativos fixos tangíveis, contabilizando-se as respetivas depreciações e as liquidações dos valores das rendas.

As locações operacionais não são reconhecidas no balanço, apenas divulgadas no ponto 6 (Locações) deste anexo.

Imparidade de Ativos

A UMinho analisa em cada data de relato se as quantias escrituradas dos seus ativos representam fielmente os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço, por forma a determinar se existe algum indicador de os mesmos poderem estar com imparidade. Em caso afirmativo, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos, para que se determine a existência da necessidade do reconhecimento de alguma perda por imparidade.

Rendimentos e Gastos

Os rendimentos são mensurados pelo justo valor da contraprestação recebida ou que se espera receber.

Os rendimentos provenientes de prestações de serviços são reconhecidos com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, quando satisfeitas as seguintes condições:

- O rendimento possa ser mensurado com fiabilidade;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a UMinho;
- A fase de acabamento da transação à data de relato possa ser mensurada com fiabilidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação possam ser mensurados com fiabilidade.

Os rendimentos provenientes da venda de bens só são reconhecidos quando satisfeitas as seguintes condições:

- Todos os riscos e vantagens da compra foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O rendimento pode ser fielmente mensurado;
- Seja provável que fluirão para a UMinho benefícios económicos associados à transação;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação possam ser mensurados com fiabilidade.

Os gastos são mensurados pelo custo de aquisição dos bens ou serviços.

No que diz respeito aos ativos adquiridos através de transações sem contraprestação, o seu rendimento é mensurado e reconhecido pelo seu justo valor à data de aquisição.

Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

A UMinho analisa anualmente possíveis ativos e obrigações que decorram de eventos passados, com o objetivo de determinar se os mesmos devem ser divulgados ou reconhecidos.

Neste sentido, são reconhecidas provisões para liquidar obrigações presentes, fielmente mensuráveis, resultantes de um ou vários eventos passados, sendo provável que existirá um exfluxo de meios líquidos. Consequentemente, as obrigações são mensuráveis pela quantia que a UMinho estima necessária para as liquidar.

Relativamente aos ativos e passivos contingentes, estes apenas são divulgados quando seja provável a existência de um influxo ou exfluxo de recursos.

Dívidas a Receber

As dívidas a receber de clientes, contribuintes e utentes são mensuradas inicialmente pelo justo valor e, subsequentemente, mensuradas ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade acumulada, para que estas reflitam o valor realizável líquido à data de relato.

Dívidas a Pagar

Em regra, as dívidas a pagar aos fornecedores e outras entidades são mensuradas inicialmente pelo justo valor da contraprestação e mensuradas subsequentemente pelo custo amortizado.

Periodizações

Contabilisticamente, as transações são reconhecidas quando ocorrem os eventos económicos, independentemente do momento em ocorre o seu pagamento ou recebimento. De acordo com o regime do acréscimo, as diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidas nas seguintes rubricas do balanço:

- Outras contas a receber;
- Outras contas a pagar;
- Diferimentos.

Benefícios aos Empregados

Os benefícios aos empregados considerados como despesas correntes incluem vencimentos, subsídios de férias e de Natal, abonos relativos a gratificação e representação, subsídio de alimentação, horas extraordinárias, ajudas de custo, abono para falhas, colaborações técnicas e especializadas, indemnizações por cessações de funções, contribuições e outros encargos para a Segurança Social, assim como, outros abonos atribuídos aos empregados em numerário ou espécie.

As obrigações decorrentes dos benefícios aos empregados classificadas como despesas correntes são reconhecidas nos resultados do período em que os respetivos serviços são prestados, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que é liquidado com o respetivo pagamento aos empregados.

No que diz respeito às férias e ao subsídio de férias, de acordo com a legislação vigente, o direito aos mesmos vence-se no dia 31 de dezembro de cada ano. Contudo, o respetivo pagamento só ocorre no ano civil seguinte. Consequentemente, respeitando o regime do acréscimo, estes benefícios são acrescidos ao ano em que se vence os respetivos direitos.

2.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

A preparação das demonstrações financeiras elaboradas pela UMinho tem em consideração os seguintes princípios:

Continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de que a UMinho continuará a sua atividade no futuro, pois com base na informação disponível e nas expectativas futuras dos órgãos de gestão, não existe a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

Regime do Acréscimo ou da Periodização Económica

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando ocorrem, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, sendo reconhecidos contabilisticamente e divulgados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionam. Consequentemente, as diferenças entre os rendimentos ou gastos e as respetivas receitas ou despesas são reconhecidas nas rubricas de “Outras contas a receber”, “Outras contas a pagar” e “Diferimentos”.

Consistência de Apresentação

Com a implementação em 2018 do SNC-AP, existe a obrigatoriedade da apresentação de novos modelos de demonstrações financeiras, impedindo assim a consistência ao nível da apresentação.

Materialidade e Agregação

Uma informação é materialmente relevante se influenciar as decisões económicas, com base nas demonstrações financeiras, tomadas por parte dos seus utilizadores. Desta forma, itens que separados podem ser imaterialmente relevantes, de acordo com a sua natureza e materialidade, podem ser agregados para que as demonstrações traduzam uma maior fiabilidade.

Compensação

Os ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos, dada a sua relevância, não devem ser compensados.

Informação Comparativa

Tal como referido na nota 1, com a adoção do SNC-AP, a UMinho optou por não reexpressar o período de 2017. Consequentemente, nos termos das divulgações exigidas pela adoção pela primeira vez do SNC-AP (Divulgação Transitória), são apresentadas as principais reclassificações em termos do normativo de POC-Educação para SNC-AP, através da tabela 32 presente na nota 0.

Apesar da situação descrita no parágrafo anterior, a UMinho nos novos modelos de demonstrações financeiras divulgou para o ano de 2017 os valores por rubrica, por forma a que se possa fazer uma análise comparativa entre os dois períodos.

Sempre que exista alteração de políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- A razão para a reclassificação.

Se a reclassificação das quantias comparativas for impraticável, a UMinho divulga:

- A razão para as não reclassificar;
- A natureza dos ajustamentos que teriam sido feitos se as quantias tivessem sido reclassificadas.

No que diz respeito aos investimentos financeiros, nos termos da NCP n.º 21 e dado que a UMinho irá apresentar contas consolidadas, o critério de mensuração das entidades controladas e associadas nestas demonstrações financeiras foi alterado para o modelo do custo. Pelo que esta rubrica não é comparável com a do período anterior.

2.3. Julgamentos (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras foram efetuados juízos de valor e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias reconhecidas de ativos e passivos, assim como, as quantias reconhecidas de rendimentos e gastos do período.

A UMinho aplicou as políticas contabilísticas contidas nas normas ou interpretações que são específicas a cada transação e acontecimento económico. De referir que, na ausência de uma norma ou interpretação específica, o órgão de gestão fez juízos de valor na aplicação de políticas contabilísticas, sempre com objetivo de que a informação daí resultante seja relevante e fiável para a tomada de decisões económicas por parte dos utilizadores das demonstrações financeiras, de forma a que estas:

- Representem fielmente a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Universidade;
- Reflitam a substância económica de transações, acontecimentos e condições e não meramente a respetiva forma legal;
- Sejam neutras;
- Sejam prudentes;
- Sejam completas em todos os seus aspetos materiais.

Os principais juízos de valor efetuados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento;
- Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento;
- Registo de imparidades, provisões e divulgações de passivos e ativos contingentes;
- Especializações diversas.

2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos, durante o ano financeiro seguinte)

As demonstrações financeiras foram elaboradas numa perspetiva de continuidade da atividade da UMinho, logo não existe por parte do órgão de gestão a intenção ou a necessidade de liquidar ou reduzir substancialmente o nível da sua atividade.

2.5. Aplicação inicial de uma NCP com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou pudesse ter tais efeitos, mas é impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou com efeitos em períodos futurosNCP 21 – Demonstrações financeiras separadas

Nos termos da NCP n.º 21, parágrafo 10, “quando uma entidade preparar demonstrações financeiras separadas, deve contabilizar os investimentos em entidades controladas, empreendimentos conjuntos e associadas:

- a) Pelo custo;
- b) Em conformidade com a NCP n.º 18; ou
- c) Pelo método da equivalência patrimonial, conforme descrito na NCP n.º 23.”

A UMinho optou por mensurar estes investimentos pelo modelo do custo, dado que irá apresentar contas consolidadas durante o mês de junho, refletindo nessa altura os investimentos nestas entidades, de acordo com o método de consolidação descrito na NCP n.º 22. Esta opção apenas foi efetuada no período de 2018, em virtude da entrada em vigor do SNC-AP.

Esta alteração de política de mensuração traduziu-se ao nível do Património Líquido na transferência de “Ajustamento em Ativos Financeiros” para “Resultados Transitados” (ascendendo esta transferência a 688 982,84€), dado que ao nível do ativo o valor dos investimentos em associadas e entidades controladas correspondeu ao valor registado em 2017.

Estrutura Conceptual

Com a adoção do SNC-AP, e aplicando supletivamente a Norma Contabilística de Relato Financeiro (NCRF) n.º 22 “Subsídios e outros apoios das entidades públicas”, os subsídios ao investimento não reembolsáveis devem ser reconhecidos inicialmente no património líquido e imputados numa base sistemática a rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados com as depreciações. Este tratamento contabilístico também é preconizado pela nota de enquadramento da conta 201 “Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos” do SNC-AP.

Como os subsídios ao investimento de acordo com o POC-Educação deveriam ser mantidos no passivo e imputados a rendimentos consoante a vida útil dos ativos que lhes estão subjacentes, com a implementação do SNC-AP e atendendo ao exposto no parágrafo anterior, foi realizada uma alteração modificativa, tendo sido transferido do passivo para o património líquido o valor de 54 010 999,24€.

2.6. Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

Todas as estimativas efetuadas pelo Órgão de Gestão da UMinho na preparação das demonstrações financeiras, bem como, os pressupostos subjacentes, foram determinadas por referência à data de relato, no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como, na experiência de eventos passados. Estas estimativas podem ser influenciadas por variáveis económicas e outros fatores externos, alguns dos quais a Universidade poderá não controlar.

Poderão existir situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Consequentemente, dado que as estimativas podem ser influenciadas por fatores externos, os resultados reais das transações poderão diferir das estimativas efetuadas.

É entendimento da Administração que todas as estimativas desenvolvidas refletem o melhor critério, dada à informação disponível.

2.7. Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros

Com a adoção do SNC-AP em 1 de janeiro de 2018, a UMinho atualizou as vidas úteis dos seus edifícios e outras construções para os AFT e PI de acordo com o CC2. Esta situação originou uma menor vida útil remanescente para a maioria dos seus edifícios e, consequentemente, um aumento do valor das depreciações por exercício, tal como se demonstra na tabela 37.

Tabela 37 – Impacto da Alteração da Vida Útil nos Edifícios, em euros

Edifícios	QE Remanesc./ Ajustamento SNC-AP	Vida útil Reman. CIBE	Depreciação CIBE	Vida útil Reman. SNC - AP	Depreciação SNC-AP	Diferença
Propriedades de investimento (PI)						
Fração CDE Ed. Navegador	117 059,83	42	2 787,14	33	3 547,27	-760,13
Fração DB Ed. Navegador	54 991,55	42	1 309,32	33	1 666,41	-357,09
Fração HBA Ed. Navegador	37 003,78	42	881,04	33	1 121,33	-240,28
Prédio Avenida Elias Garcia, n.º 43	2 453,63	42	58,42	33	74,35	-15,93
Prédio Avenida Elias Garcia, n.º 47	2 453,63	42	58,42	33	74,35	-15,93
Prédio Avenida Elias Garcia, n.º 54	179 405,36	42	4 271,56	33	5 436,53	-1 164,97
Ed. R. Francisco Man. Melo	206 415,71	42	4 914,66	33	6 255,02	-1 340,36
Fração D - Lordelo do Ouro	36 107,80	54	668,66	45	802,40	-133,73
Fração E - Lordelo do Ouro	32 822,15	54	607,82	45	729,38	-121,56
Fração BM – Cedofeita	28 691,05	54	531,32	45	637,58	-106,26
Impacto nos Resultados das PI						-4 256,26
Ativos Fixos Tangíveis (AFT)						
Complexo Pedagógico I	964 506,45	29	33 258,84	19	50 763,50	-17 504,65
Complexo Pedagógico II	3 354 962,66	36	93 193,41	26	129 037,03	-35 843,62
Complexo Pedagógico III	3 969 971,10	42	94 523,12	32	124 061,60	-29 538,48
Biblioteca Geral	2 876 510,20	34	84 603,24	24	119 854,59	-35 251,35
Inst. Letras Ciênc. Humanas	2 432 449,32	31	78 466,11	22	110 565,88	-32 099,77
Escola de Ciências - 1ª Fase	5 871 475,79	35	167 756,45	25	234 859,03	-67 102,58
Escola de Ciências - 2ª Fase	1 659 855,34	43	38 601,29	33	50 298,65	-11 697,36
Escola de Engenharia	3 057 921,43	39	78 408,24	29	105 445,57	-27 037,32
Escola de Economia e Gestão	2 297 446,68	38	60 459,12	29	79 222,30	-18 763,18
Serviços Administrativos	173 443,91	25	6 937,76	15	11 562,93	-4 625,17
Escola de Psicologia	7 889 278,32	47	167 856,99	38	207 612,59	-39 755,60
ICS e Escola Eng.	4 523 061,85	43	105 187,48	34	133 031,23	-27 843,75
Escola de Direito	4 107 572,54	51	80 540,64	41	100 184,70	-19 644,06
Instituto de Bio-Sustentabilidade	3 850 977,59	57	67 561,01	47	81 935,69	-14 374,68
Escola de Medicina	19 266 421,48	51	377 772,97	41	469 912,72	-92 139,75
Portaria Sul	151 723,94	54	2 809,70	45	3 371,64	-561,94
Vivenda Sameiro	28 794,00	26	1 107,46	16	1 799,63	-692,16
Biotério	2 722 700,31	57	47 766,67	47	57 929,79	-10 163,12
Bloco A	2 690 738,56	31	86 798,02	21	128 130,41	-41 332,39
Bloco B (Escola Eng. 1ª Fase Azurém)	757 952,44	31	24 450,08	21	36 092,97	-11 642,89
Bloco C	2 793 104,54	36	77 586,24	26	107 427,10	-29 840,86
Instituto de Bio-Sustentabilidade	2 471 566,22	56	44 135,11	47	52 586,52	-8 451,40
Escola de Arquitetura	3 668 977,32	43	85 325,05	34	107 911,10	-22 586,04
Esc. Eng. (TecMinho)	4 775 704,98	42	113 707,26	33	144 718,33	-31 011,07
Escola de Ciências	2 924 391,84	41	71 326,63	32	91 387,25	-20 060,61
Biblioteca Geral	2 925 065,42	57	51 316,94	48	60 938,86	-9 621,93
Associação Académica	459 647,24	57	8 063,99	48	9 575,98	-1 512,00
Edifício Portaria	184 665,60	43	4 294,55	34	5 431,34	-1 136,79
Cangosta da Palha - UA,ILCH,TecMinho	741 995,12	29	25 586,04	19	39 052,37	-13 466,34
Ex-Legião Portuguesa	2 819 218,66	15	187 947,91	47	59 983,38	127 964,53
Abade da Loureira	39 993,86	27	1 481,25	18	2 221,88	-740,63
Castelo	323 424,26	23	14 061,92	64	5 053,50	9 008,42
Avenida Central n.º 39-41	66 587,71	25	2 663,51	16	4 161,73	-1 498,22
Avenida Central n.º 43-45	48 791,08	25	1 951,64	16	3 049,44	-1 097,80
Pacinho	69 867,89	26	2 687,23	17	4 109,88	-1 422,65
D. Afonso Henriques	536 721,77	51	10 523,96	42	12 779,09	-2 255,13
Bibl. Lúcio Craveiro da Silva	938 585,34	40	23 464,63	31	30 276,95	-6 812,31
Associação Académica	8 036,03	15	535,74	6	1 339,34	-803,60
Fração DA loja r/c Fund. Cal. Gulbenkian	2 495,50	20	124,78	11	226,86	-102,09
Fração DB loja r/c Fund. Cal. Gulbenkian	2 495,49	20	124,77	11	226,86	-102,09
Edifícios Fração A	22 599,79	47	480,85	38	594,73	-113,88
Edifícios Fração B	22 599,79	47	480,85	38	594,73	-113,88

Edifícios	QE Remanesc. s/ Ajustamento SNC-AP	Vida útil Reman. CIBE	Depreciação CIBE	Vida útil Reman. SNC - AP	Depreciação SNC-AP	Diferença
Edifícios Fração C	22 599,79	47	480,85	38	594,73	-113,88
Edifícios Fração D	22 599,79	47	480,85	38	594,73	-113,88
Casa Museu de Monção	126 846,47	42	3 020,15	83	1 528,27	1 491,88
Museu Nogueira da Silva	956 085,40	25	38 243,42	16	59 755,34	-21 511,92
Impacto nos Resultados dos AFT						-573 638,02
Impacto Total nos Resultados						-577 894,28

Da análise da tabela anterior, considerando que não existiu qualquer grande reparação nos edifícios e a única variável seria a redução da vida útil, pode-se inferir que esta alteração originou um impacto negativo nos resultados, em cerca de 578 000,00€.

3. Ativos Intangíveis

Vida útil e métodos de amortização

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzidos das respetivas amortizações acumuladas e qualquer possível perda por imparidade. As amortizações foram calculadas utilizando o método das quotas contantes em regime duodecimal, sendo estimadas vidas úteis finitas, de acordo com o estabelecido no CC2.

Outras divulgações

Com a análise das tabelas infra sobre os ativos intangíveis, podemos constatar que a quantia escriturada destes ativos aumentou de 225 229,88 € em 2017 para 278 422,32 € em 2018. Esta variação deveu-se à aquisição de novos programas de computador e sistemas de informação no valor de 188 285,25 €, assim como, às amortizações do período no valor de 135 162,81€. Foram ainda abatidos intangíveis que se encontravam totalmente amortizados no valor de 21 168,23 €.

Tabela 38 – Ativos Intangíveis – Variação das Amortizações e Perdas por Imparidade Acumuladas

Entidade: Universidade do Minho Ativos Intangíveis - Variação das Amortizações e Perdas por Imparidade Acumuladas								Unidade Monetária: Euro	
Rubricas (1)	Início do período				Final do período				
	Quantia bruta (2)	Amortizações acumuladas (3)	Perdas por imparidade acumuladas (4)	Quantia escriturada (5)=(2)-(3)- (4)	Quantia bruta (2)	Amortizações acumuladas (3)	Perdas por imparidade acumuladas (4)	Quantia escriturada (5)=(2)-(3)-(4)	
ATIVOS INTANGÍVEIS									
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Programas de computador e sistemas de informação	4 133 573,03	3 908 273,15	0,00	225 299,88	4 300 690,05	4 022 267,73	0,00	278 422,32	
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total	4 133 573,03	3 908 273,15	0,00	225 299,88	4 300 690,05	4 022 267,73	0,00	278 422,32	

Tabela 39 – Ativos Intangíveis – Quantia Escriturada e Variações do Período

Entidade: Universidade do Minho										Unidade Monetária: Euro
Ativos Intangíveis - Quantia escriturada e variações do período										
Rubricas (1)	Quantia escriturada inicial (2)	Variações								Quantia escriturada final (11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6) +(7)+(8)+(9)+(10)
		Adições (3)	Transf. internas à entidade (4)	Revaloriz a. (5)	Reversões de Perdas por Imparidad e (6)	Perdas por imparida de (7)	Amort. do período (8)	Dif. cambiais (9)	Diminuições (10)	
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	225 299,88	188 285,25	0,00	0,00	0,00	0,00	-135 162,81	0,00	0,00	278 422,32
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	225 299,88	188 285,25	0,00	0,00	0,00	0,00	-135 162,81	0,00	0,00	278 422,32

Tabela 40 – Ativos Intangíveis – Adições

Entidade: Universidade do Minho										
Ativos Intangíveis – Adições										
Rubricas (1)	Adições									
	Internas (2)	Compra (3)	Cessão (4)	Transf. ou troca (5)	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado (6)	Dação em pagat. (7)	Locação financeira (8)	Fusão, cisão, reestruturação (9)	Outras (10)	Total (11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6) +(7)+(8)+(9)+(10)
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de comp. e sistemas de informação	0,00	188 285,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	188 285,25
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	188 285,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	188 285,25

5. Ativos Fixos Tangíveis

Vida útil e métodos de amortização

Os ativos fixos tangíveis, assim como os investimentos em curso, são mensurados e reconhecidos ao custo de aquisição.

O método de depreciação usado nos AFT é o das quotas constantes em regime duodecimal, sendo as vidas úteis estimadas de acordo com o estabelecido no CC2.

Outras divulgações

De referir que a UMinho possui dois imóveis classificados como de domínio público, o Ex-Magistério Primário de Braga/Congregados e a Biblioteca Pública de Braga onde se inclui o Largo do Paço. Considerando a dificuldade de mensurar fiavelmente o seu valor, designadamente por não possuírem valor de mercado, estes não estão a ser depreciados como os restantes ativos, dado que se o seu valor fosse reduzido pela depreciação ainda provocaria uma distorção maior nas demonstrações financeiras. Consequentemente, foram anuladas as depreciações acumuladas destes dois edifícios 32 690,90€.

Com a análise das tabelas infra é perceptível um aumento das depreciações em cerca de 5 425 000,00€, (depreciações do período de 6 910 898,30€ e abates, transferências e correções no valor de 1 485 834,36€).

Relativamente às adições de Ativos Fixos Tangíveis, estas relacionam-se essencialmente com a aquisição de equipamento básico no valor de cerca de 1 909 000,00€ e obras e reparações no valor de cerca de 1 609 000,00€.

No que diz respeito às diminuições, estas prendem-se com abates de bens que ainda não se encontravam completamente depreciados.

Por fim, o valor presente na coluna de transferência internas à entidade relaciona-se essencialmente com a reclassificação de terrenos, anteriormente registados em Edifícios e outras construções.

Em seguida identificam-se os valores dos bens que foram abatidos durante o exercício, sendo de referir que destes ainda não estavam completamente depreciados 767,45€.

Tabela 41 – Bens Abatidos, em euros

Rubricas	Valor Bruto	Dep. Acumuladas	Valor Líquido Abatido
Equipamento Básico	418 539,68	418 482,12	57,56
Equipamento de Transporte	16 194,97	16 194,97	0,00
Equipamento Administrativo	998 696,03	997 986,14	709,89
Outros Ativos Fixos Tangíveis	20 480,23	20 480,23	0,00
Total	1 453 910,91	1 453 143,46	767,45

Tal como se demonstra nas tabelas seguintes, a UMinho tem investimentos em curso no valor de 266 466,75€, sendo discriminados da forma seguinte.

Tabela 42 – Ativo Fixo Tangível em Curso, em euros

Discriminação dos Bens	2017	Aumento	2018
Convento de São Francisco de Real	171 853,30	2 978,45	174 831,75
Instituto Cidade de Guimarães	0,00	91 635,00	91 635,00
Total	171 853,30	94 613,45	266 466,75

Tabela 43 – Ativos Fixos Tangíveis – Variação das Depreciações e Perdas por Imparidade Acumuladas

Entidade: Universidade do Minho								
Ativos Fixos Tangíveis - Variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas								
Unidade Monetária: Euro								
Rubricas (1)	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta (2)	Depreciações acumuladas (3)	Perdas por imparidade acumuladas (4)	Quantia escriturada (5)=(2)-(3)-(4)	Quantia bruta (2)	Depreciações acumuladas (3)	Perdas por imparidade acumuladas (4)	Quantia escriturada (5)=(2)-(3)-(4)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	431 091,97	0,00	0,00	431 091,97	431 091,97	0,00	0,00	431 091,97
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	431 091,97	0,00	0,00	431 091,97	431 091,97	0,00	0,00	431 091,97
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	7 287 873,77	0,00	0,00	7 287 873,77	10 374 029,27	0,00	0,00	10 374 029,27
Edifícios e outras construções	140 354 258,28	36 174 405,08	0,00	104 179 853,20	139 046 699,26	39 181 537,31	0,00	99 865 161,95
Equipamento básico	54 587 610,66	45 317 114,51	0,00	9 270 496,15	56 078 475,09	47 899 537,40	0,00	8 178 937,69
Equipamento de transporte	280 090,63	280 090,63	0,00	0,00	263 895,66	263 895,66	0,00	0,00
Equipamento administrativo	25 837 991,65	23 894 840,71	0,00	1 943 150,94	25 011 285,86	23 758 424,60	0,00	1 252 861,26
Equipamento biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	8 066 064,22	8 064 489,67	0,00	1 574,55	8 141 595,09	8 052 609,57	0,00	88 985,52
Ativos fixos tangíveis em curso	171 853,30	0,00	0,00	171 853,30	266 466,75	0,00	0,00	266 466,75
	236 585 742,51	113 730 940,60	0,00	122 854 801,91	239 182 446,98	119 156 004,54	0,00	120 026 442,44
Total	237 016 834,48	113 730 940,60	0,00	123 285 893,88	239 613 538,95	119 156 004,54	0,00	120 457 534,41

Tabela 44 – Ativos Fixos Tangíveis – Quantia Escriturada e Variações do Período

Entidade: Universidade do Minho										
Ativos Fixos Tangíveis - Quantia Escriturada e Variações do Período										Unidade Monetária: Euro
Rubricas (1)	Quantia escriturada inicial (2)	Variações (modelo do custo)								Quantia escriturada final (11)=(2)+(3)+(4)+(5))+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
		Adições (3)	Transf. internas à entidade (4)	Reval. (5)	Reve. PI (6)	PI (7)	Dep. do período (8)	Difere. Cambiais (9)	Diminuições (10)	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	431 091,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	431 091,98
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	431 091,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	431 091,98
Ativos fixos em concessão										
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	7 287 873,77	160 250,00	2 925 905,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 374 029,27
Edifícios e outras construções	104 179 853,20	1 618 346,48	-2 925 905,50	0,00	0,00	0,00	-3 039 823,13	0,00	32 690,90	99 865 161,95
Equipamento básico	9 270 496,15	1 909 404,11	0,00	0,00	0,00	0,00	-3 000 905,01	0,00	-57,56	8 178 937,69
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	1 943 150,94	171 990,24	0,00	0,00	0,00	0,00	-861 570,03	0,00	-709,89	1 252 861,26
Equipamento biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	1 574,55	96 011,10	0,00	0,00	0,00	0,00	-8 600,13	0,00	0,00	88 985,52
Ativos fixos tangíveis em curso	171 853,30	94 613,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	266 466,75
	122 854 801,91	4 050 615,38	0,00	0,00	0,00	0,00	-6 910 898,30	0,00	31 923,45	120 026 442,44
Total	123 285 893,89	4 050 615,38	0,00	0,00	0,00	0,00	-6 910 898,30	0,00	31 923,45	120 457 534,42

Tabela 45 – Ativos Fixos Tangíveis – Adições

Entidade: Universidade do Minho											
Ativos Fixos Tangíveis – Adições											
Rubricas (1)	Adições										
	Internas (2)	Compra (3)	Cessão (4)	Transf. ou troca (5)	Exprop. (6)	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado (7)	Doação em pag. (8)	Locação financeira (9)	Fusão, cisão, reestrutur. (10)	Outras (11)	Total (12)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)+(11)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	0,00	160 250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	160 250,00
Edifícios e outras construções	0,00	1 618 346,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 618 346,48
Equipamento básico	0,00	1 909 404,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 909 404,11
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	171 990,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	171 990,24
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	96 011,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	96 011,10
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	94 613,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94 613,45
	0,00	4 050 615,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 050 615,38
Total	0,00	4 050 615,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 050 615,38

Tabela 46 – Ativos Fixos Tangíveis – Diminuições

Entidade: Universidade do Minho						
Ativos Fixos Tangíveis – Diminuições						
Unidade Monetária: Euro						
Rubricas	Diminuições					
	Alienação a título oneroso (2)	Transferência ou troca (3)	Devolução ou reversão (4)	Fusão, cisão, reestruturação (5)	Outras (6)	Total (7)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	32 690,90	32 690,90
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	-57,56	-57,56
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	-709,89	-709,89
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	31 923,45	31 923,45
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	31 923,45	31 923,45

De referir que a UMinho ainda utiliza na sua atividade, apesar de totalmente depreciados, os bens constantes na tabela a seguir.

Tabela 47 – Ativos Fixos Tangíveis Totalmente Depreciados ainda em uso

Entidade: Universidade do Minho	
Ativos Fixos Tangíveis Totalmente ainda em Uso	Unidade Monetária: Euro
Equipamento informático e telecomunicações	4 323 311,87
Equipamento para invest. e formação, de medida e de utilização técnica especial	21 719 400,22
Equipamento informático e de telecomunicações	20 599 257,00
Equipamento escritório e de reprografia	1 339 351,33
Outro equipamento básico	13 347 495,03
Outros	9 298 604,51
Transportes rodoviários	280 090,63
Total Geral	70 907 510,59

Por fim, e em relação ao Ativo Fixo Tangível, importa ainda salientar que se encontram contabilizados no património dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho (SASUM), os edifícios, cuja propriedade jurídica é da UMinho, no montante de 23 467 326,99€ (23 352 763,16€ em 2017), são objeto de depreciação, a qual é registada nas contas dos SASUM, à taxa preconizada pelo Classificador Complementar 2, sendo a depreciação acumulada em 2018 de 6 957 130,75€ (6 487 963,19€).

6. Locações

A UMinho em 2018, apenas possui locações operacionais. Na tabela 48 é divulgado o total dos pagamentos mínimos não superior a um ano; entre um a cinco anos e superior a 5 anos, respetivamente. Divulga-se ainda que o valor presente dos futuros pagamentos mínimos é descontado a uma taxa de 2% ao ano (taxa de juro para transações semelhantes) e representa o valor da dívida atualizada a 31/12/2018.

Tabela 48 – Locações Operacionais – Locatário

Entidade: Universidade do Minho									
Locações operacionais – Locatário									
Unidade Monetária: Euro									
Bens Locados	Valor do contrato	Pagamento efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos			
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Sup. a 5 anos	Total
		Pag. mínimos	Rend. Cont.	Pag. mínimos	Rend. cont.				
Cont. 1 - VLP 85-QM-88	18 394,56	4 598,64	0,00	14 409,08	0,00	3 985,48	0,00	0,00	3 985,48
Cont. 2 - VLP 00-QN-33	18 394,56	4 598,64	0,00	14 409,08	0,00	3 985,48	0,00	0,00	3 985,48
Cont. 3 - VLP 00-QN-28	18 394,56	4 598,64	0,00	14 409,08	0,00	3 985,48	0,00	0,00	3 985,48
Cont. 4 - VLP 47-QQ-58	35 856,96	8 964,24	0,00	27 838,95	0,00	8 018,01	0,00	0,00	8 018,01
Cont. 5 - VLP 40-TU-01	53 678,52	17 892,84	0,00	22 366,05	0,00	17 892,84	13 419,63	0,00	31 312,47
Cont. 6 - 2 V. PICKUP 4x4	64 174,80	0,00	0,00	0,00	0,00	24 956,82	39 217,98	0,00	64 174,80
Cont. 7 - CHILLERS	187 341,16	0,00	0,00	0,00	0,00	62 859,68	124 481,48	0,00	187 341,16
Cont. 8 - Impressoras	27 297,14	5 118,21	0,00	14 785,94	0,00	8 530,85	3 980,85	0,00	12 511,20
Total	423 532,26	45 771,21	0,00	108 218,18	0,00	134 214,14	181 099,94	0,00	315 314,08
									305 013,86

Com a análise da tabela relativa às locações operacionais, pode-se concluir que a UMinho pagou em 2018 45 771,21€, tendo já pago no total o montante de 108 218,18€. Durante o ano de 2019 terá de pagar 134 214,14€ e nos anos seguintes o valor previsto de rendas futuras é de 181 099,94€.

A tabela seguinte faz uma breve descrição dos contratos em regime de locação operacional.

Tabela 49 – Descrição dos Contratos de Locação Operacional Significativos

Contratos	Data de Início	Data Final	Opção de Compra	Cláusulas de Escalonamento
Contrato 1 - VLP 85-QM-88 (Leaseplan)	13-11-2015	12-11-2019	Sem opção de compra	5
Contrato 2 - VLP 00-QN-33 (Leaseplan)	13-11-2015	12-11-2019	Sem opção de compra	5
Contrato 3 - VLP 00-QN-28 (Leaseplan)	13-11-2015	12-11-2019	Sem opção de compra	5
Contrato 4 - VLP 47-QQ-58 (Leaseplan)	23-11-2015	22-11-2019	Sem opção de compra	5
Contrato 5 - VLP 40-TU-01 (Leaseplan)	01-03-2017	30-09-2020	Sem opção de compra	4
Contrato 6 - 2 Viat. PICKUP 4x4 (Leaseplan)	01-02-2018	31-10-2021	Sem opção de compra	4
Contrato 7 - CHILLERS	01-01-2018	31-12-2021	Sem opção de compra	4
Contrato 8 - Impressoras	01-05-2016	31-07-2020	Sem opção de compra	5

8. Propriedades de Investimento

Vida Útil e Método de Depreciação

A UMinho detém Propriedades de Investimento que compreendem terrenos e edifícios detidos para a obtenção de rendimentos, através de rendas e/ou valorização do capital, mas não para o uso na sua atividade operacional.

As Propriedades de Investimento são inicialmente mensuradas ao custo de aquisição e encontram-se reconhecidas no balanço, deduzidas de depreciações e de qualquer perda por imparidade.

O método de depreciação usado nas Propriedades de Investimento é o das quotas constantes em regime duodecimal, sendo as vidas úteis estimadas de acordo com o estabelecido no CC2.

Outras Divulgações

Com a análise das tabelas infra constata-se que a diminuição verificada nas propriedades de investimento relaciona-se com as depreciações do período e com a correção de depreciações acumuladas.

De referir que foram transferidos 286 449,07€ da rubrica de edifícios e outras construções para a rubrica de terrenos e outras construções.

Ainda relativamente às propriedades de investimentos, foram anuladas depreciações acumuladas no valor de 4 531,56€, já que as mesmas respeitavam a um terreno que se encontrava a ser depreciado.

Tabela 50 – Propriedades de Investimento – Variações das Depreciações e Perdas por Imparidade Acumuladas

Entidade: Universidade do Minho								
Propriedades de Investimento - Variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas								
Unidade Monetária: Euro								
Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO								
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	286 449,07	0,00	0,00	286 449,07
Edifícios e outras construções	1 210 820,24	231 498,24	0,00	979 322,00	924 371,17	247 307,40	0,00	677 063,77
Outras propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1 210 820,24	231 498,24	0,00	979 322,00	1 210 820,24	247 307,40	0,00	963 512,84

Tabela 51 – Propriedades de Investimento – Quantia Escriturada e Movimentos do Período

Entidade: Universidade do Minho											
Propriedades de investimento - Quantia escriturada e movimentos do período											
Unidade Monetária: Euro											
Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações (modelo do custo)						Quantia escriturada final	Gastos do exerc.	Rendimentos do exercício	
		Adições	Transf. internas à entidade	Deprec. do período	Perdas por impar.	Reversões perdas por imparid.	Dif. cambiais			Rendas	Outros
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO											
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	286 449,07	0,00	0,00	0,00	0,00	286 449,07	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	979 322,00	4 531,56	-286 449,07	-20 340,72	0,00	0,00	0,00	677 063,77	0,00	230 473,20	0,00
Outras prop. de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prop. de investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	979 322,00	4 531,56	0,00	-20 340,72	0,00	0,00	0,00	963 512,84	0,00	230 473,20	0,00

Tabela 52 – Propriedades de Investimento – Adições

Entidade: Universidade do Minho									
Propriedades de investimento - Adições									
Rubricas	Adições (modelo do custo)								
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO									
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 531,56
Outras propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 531,56

No que concerne ao justo valor das Propriedades de Investimento, por estas se encontrarem mensuradas ao modelo do custo, não foi determinado o seu justo valor através de um perito independente. Contudo, se analisarmos o ponto 1.3.13 da 2ª versão do Manual de Implementação do SNC-AP, este refere que o “VPT constitui um modelo de avaliação de prédios que se considera proporcionar informação que cumpre as características qualitativas da informação financeira previstas na Estrutura Concetual”. O mesmo ponto refere ainda que “relativamente aos prédios rústicos e urbanos, na transição para o SNC-AP, ... estes podem ficar mensurados pelo seu Valor Patrimonial Tributário (VPT), em substituição do justo valor”. Assim, apesar de não se divulgar o justo valor das Propriedades de Investimento, em sua substituição divulga-se, através da tabela seguinte, o seu VPT, em consonância com aquele Manual de Implementação do SNC-AP. A Administração considera que o VPT é um indicador que proporciona informação semelhante ao justo valor.

Tabela 53 – VPT das Propriedades de Investimento

Propriedades de Investimento	VPT (€)
Fração CDE Ed. Navegador	109 453,04
Fração DB Ed. Navegador	232 991,13
Fração HBA Ed. Navegador	154 158,20
Prédio Avenida Elias Garcia, n.º 43	7 105,00
Prédio Avenida Elias Garcia, n.º 47	7 105,00
Prédio Avenida Elias Garcia, n.º 54	1 976 306,50
Ed. R. Francisco Man. Melo	1 204 296,68
Fração D - Lordelo do Ouro	53 711,93
Fração E - Lordelo do Ouro	48 824,38
Fração BM – Cedofeita	42 679,15
Total	3 836 631,01

9. Imparidade de Ativos

A cada data de relato, a UMinho faz uma análise aos seus ativos, geradores de caixa ou não, por forma a determinar se os mesmos apresentam alguma perda por imparidade.

Consideram-se como ativos geradores de caixa, aqueles detidos com o objetivo principal de gerarem retorno económico. Consequentemente, os que não são detidos com esse propósito, são classificados como não geradores de caixa.

Como a UMinho apenas tem imparidades constituídas sobre instrumentos financeiros, a divulgação destas imparidades apresenta-se na nota 18 “Instrumentos Financeiros”.

13. Rendimentos de Transações com Contraprestação

A quantia de cada categoria significativa de rendimentos de transações com contraprestação, reconhecida durante o período de 2018, apresentam-se na tabela seguinte:

Tabela 54 – Rendimentos de Transações com Contraprestação

Entidade: Universidade do Minho	
Rendimentos de transações com contraprestação	
Monetária: Euro	
Rubricas	Unidade
	2018
Vendas	
Publicações e impressos	12 746,08
Lembranças Institucionais	354,00
Outros Bens	1 720,40
	14 820,48
Prestações de serviços e concessões	
Serviços específicos do setor da saúde	27 742,24
Serviços específicos setor da educação	1 315 668,23
Estudos, pareceres, projetos consultadoria	307 943,62
Serviços laboratoriais	4 128,04
Reparações	26 193,61
Seminários, congressos e outros eventos	617 740,96
Eventos diversos	5 702,50
Traduções técnicas	25 203,25
Emissão certidões	17 945,43
Emissão cartões leitor	1 208,00
Comparticipações	261 153,97
Emissão/Renovação cartão parques	167 015,00
Outros serviços – outros	834 362,43
	3 612 007,28
Taxas	25 463 967,72
Outros rendimentos e ganhos	
Arrendamento espaços e aluguer equipamentos.	129 718,69
Royalties	29 286,99
Rendas em propriedades de investimento	230 473,20
	389 478,88
Juros, dividendos outros rendimentos Similares	
Juros obtidos de depósitos à ordem	2 327,89
	2 327,89
Total	29 482 602,25

No que diz respeito às prestações de serviços, o seu reconhecimento em rendimentos é consoante a fase de acabamento da transação à data de relato, caso a prestação de serviço ainda não esteja concluída.

14. Rendimentos de Transações Sem Contraprestação

O montante de rendimentos de transações sem contraprestação reconhecida durante o período de 2017 e 2018, por classes principais de rendimentos, apresenta-se na tabela seguinte.

Tabela 55 – Rendimentos de Transações Sem Contraprestação

Entidade: Universidade do Minho							
Rendimentos de transações sem contraprestação					Unidade Monetária: Euro		
Tipo de Rendimento	Rendimento do Período reconhecido em		Rendimento de 2017 reconhecido em		Quantias por Receber		Adiant. Receb.
	Resultados	Patrim. Líquido	Resultados	Patrim. Líquido	Início do Período	Final do Período	
Impostos Diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e outras penalidades	97 848,67	0,00	292 530,27	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências sem condição	59 875 472,00	0,00	59 222 110,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências com condição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios sem condição	1 417 391,16	0,00	1 155 683,41	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios com condição	38 787 025,85	0,00	34 082 008,53	0,00	74 028 821,23	98 474 655,32	0,00
Legados, ofertas e doações	272 170,93	0,00	470 600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	1 243 730,33	0,00	349 634,23	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	101 693 638,94	0,00	95 572 566,44	0,00	74 028 821,23	98 474 655,32	0,00

As multas são reconhecidas em rendimentos no ano económico em que se verifica a infração, independentemente da ocorrência do pagamento.

O valor presente na rubrica de transferências sem condições corresponde ao valor transferido do Orçamento do Estado.

A rubrica de subsídios sem condição compreende o valor de subsídios ao investimento que foram reconhecidos em rendimentos no corrente ano. Sendo de referir que este tipo de subsídios é imputado a rendimentos consoante a vida útil dos ativos fixos tangíveis que lhes estão subjacentes, os quais são apresentados na tabela seguinte.

Tabela 56 – Subsídios ao Investimento

Entidade: Universidade do Minho												
Subsídios ao Investimento 2018												
Descrição	Ano Subsídio (1)	Entrada em Funciona. (2)	Vida Útil Reman. a 01/01/2018 (3)	Aumento de Vida Útil em 2018 (4)	Vida Útil Reman. (5)	Final da Utilizaçã o (6)=(2)+(5)	Valor do Financiamento Obtido (7)	Valor do Financiamento Remanescente Corrigido (2017) (8)	Trabalhos Especializado s gastos no período em ocorreram	Tx Imp. A Rendi. (9)	Imputação Anual a Rend. 2018 (10)=(8)*(9)	Valor do Financiamento Remanescente (2018) (11)=(8)-(10)
Escola Ciências da Saúde	2009	2009	41	0	41	2049	13 639 695,02	11 611 958,03		0,0244	283 218,49	11 328 739,54
Escola de Direito	2009	2009	41	0	41	2049	2 863 637,68	2 434 083,43		0,0244	59 367,89	2 374 715,54
Escola Ciências da Educação (Edifício 13 e 14 Inst. Educ. Esc. Psic.)	2009	2006	38	0	38	2043	6 646 009,03	5 337 768,31		0,0263	140 467,59	5 197 300,72
Escola Engenharia (2ª Fase) (Braga Edifício 15 e 16 ICS e Escola de Engenharia)	2007	2002	34	0	34	2035	4 447 131,13	3 273 257,37		0,0294	96 272,28	3 176 985,09
Escola Arquitetura e arranjos exteriores	2006	2002	34	0	34	2035	3 600 253,87	2 666 854,19		0,0294	78 436,89	2 588 417,30
Escola Ciências (expansão - 2001)	2005	2001	33	0	33	2033	1 721 978,79	1 234 075,05		0,0303	37 396,21	1 196 678,84
Complexo Pedagógico III e arranjos exteriores	2004	2000	32	10	42	2041	1 181 176,52	826 816,46		0,0238	19 686,11	807 130,35
Escola de Ciências e Engenharia - Braga (1ª Fase)	1990	1993	25	10	35	2027	4 650 831,00	2 712 946,00		0,0286	77 512,74	2 635 433,26
Escola de C. e Engª - 1ª Fase B - Azurém (Edifício 2 Bloco B)	1990	1989	21	0	21	2009	1 873 095,00	967 747,77		0,0476	46 083,23	921 664,54
Complexo Pedagógico II - Pólo de Guimarães (Edifício 3 Bloco C)	1990	1994	26	10	36	2029	2 757 010,00	1 654 183,84		0,0278	45 949,55	1 608 234,29
Escola de Economia e Gestão – Braga	1993/4	1997	29	0	29	2025	2 405 078,00	1 563 283,76		0,0345	53 906,34	1 509 377,42
(Deptº de Inf. E Engª Biológica - Braga) Escola de Engenharia	1993	1997	29	0	29	2025	3 759 479,00	2 443 634,96		0,0345	84 263,27	2 359 371,69
Escola de Engenharia - Guimarães (Edifício 11 Esc. Eng. (TecMinho))	1994	2001	33	0	33	2033	4 866 870,00	3 487 895,96		0,0303	105 693,82	3 382 202,14
Escola de Ciências – Guimarães	1994	2000	32	0	32	2031	2 972 089,00	2 080 444,42		0,0313	65 013,89	2 015 430,53
IBS - Gualtar – Construção	2015	2015	47	0	47	2061	3 111 547,64	2 839 416,27	166 551,00	0,0213	60 413,11	2 779 003,16
IBS - Azurém – Construção	2015	2015	47	0	47	2061	2 344 482,26	2 180 355,89	46 900,00	0,0213	46 390,55	2 133 965,34
Biotério – Construção	2015	2015	47	0	47	2061	1 812 079,12	1 633 552,48	87 921,00	0,0213	34 756,44	1 598 796,04
ADB	2015	2015	47	0	47	2061	2 446 635,22	1 611 469,01	19 703,00	0,0213	34 286,57	1 577 182,44
Largo do Paço – Reabilitação	2015	2015		0			70 388,55	70 388,55			0,00	70 388,55
Arranjos Exteriores – Construção	2015	2015		0			144 958,52	144 958,52			0,00	144 958,52
Biblioteca e Centro de Estudos (AZURÉM)	2015	2016	48	0	48	2063	2 397 162,92	2 317 257,48		0,0208	48 276,20	2 268 981,28
Total							69 711 588,27	53 092 347,75			1 417 391,16	51 674 956,60

Universidade do Minho

Relatório de Gestão e Contas Individuais e Consolidadas 2018

Tabela 57 – Subsídios à Exploração

Entidade: Universidade do Minho							
Subsídios à Exploração 2018							
Organismo	Orçamento Global	Valor Co Financiado	Valor recebidos até 31/12/2017	Valor recebido até 31/12/2018	Soma de 2018	Unidade Monetária: Euro	
						Conta 201	Conta 2821
Agência de Inovação	16 787 832,20	12 243 335,74	9 835 557,69	8 995 957,56	0,00	0,00	0,00
Agência Nacional de Inovação	35 717 713,29	26 267 449,19	10 701 989,11	16 495 621,81	1 111 927,45	14 453 532,63	9 771 916,00
Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica	72 629,97	72 629,97	63 563,20	57 423,85	0,00	0,00	0,00
Agência Nacional para a Gestão do Programa Erasmus+ Educação e Formação	702 487,00	699 372,00	404 018,80	555 355,34	266 962,80	28 390,40	144 016,66
Agência para a Modernização Administrativa, I.P.	4 852 343,14	4 124 491,67	3 604 320,49	2 914 484,88	287 533,31	203 710,07	566 619,48
Agência para o Desenvolvimento e Coesão	948 535,48	732 332,21	22 658,60	281 125,64	7 264,51	702 409,10	451 206,57
Agentia Nationala pentru Programe Comunitare in Domeniul Educatiei si Formarii Profesionale	32 985,00	32 647,50	26 335,00	24 099,81	0,00	6 312,50	8 547,69
Air Force Office of Scientific Research	43 500,00	43 500,00	45 406,44	28 839,92	0,00	-1 906,44	14 660,08
Autoridade de Gestão do POSEUR	135 294,12	115 000,00	10 812,13	0,00	-10 812,13	115 000,00	115 000,00
Brain & Behavior Research Foundation	36 728,42	36 728,42	8 392,78	11 065,48	17 167,24	11 168,40	25 662,94
Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.	299 724,96	299 724,96	244 374,43	279 348,95	55 350,00	0,00	0,00
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte CCDR-N	51 648 363,91	42 539 968,32	22 237 825,53	28 562 330,88	5 231 402,21	14 741 814,70	12 574 512,61
Comissão Europeia - DG Health and Consumers	145 884,31	129 322,58	37 404,03	104 423,36	16 684,46	75 234,09	24 899,22
Comissão Europeia - DG Investigação & Inovação	1 747 574,20	1 678 806,06	1 098 844,80	1 406 387,00	433 143,68	146 817,58	272 419,06
Comissão Europeia - DG Justiça	118 411,00	94 610,39	0,00	31 760,18	47 305,20	47 305,19	62 850,21
Comissão Europeia European Commission	52 765 597,53	50 642 848,86	29 443 593,63	27 249 816,68	6 418 454,23	14 404 589,90	21 468 256,62
Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas CRUP	10 500,00	10 500,00	7 500,00	6 142,82	0,00	1 500,00	939,05
Erasmus + Programi Türkiye ulusal Ajansi Erasmus + Programme TR National Agency	111 086,00	110 711,00	59 236,32	64 421,59	16 698,79	10 057,80	21 571,32
ETH Zurich	458 195,00	458 195,00	134 929,90	127 462,50	86 309,76	236 955,34	330 732,50
European Research Council	2 064 717,60	2 064 717,60	1 565 682,35	261 895,31	832,50	1 449 230,72	1 802 988,79
European Science Foundation	9 780,00	9 780,00	9 780,00	9 480,44	0,00	0,00	0,00
European Society for Clinical Microbiology and Infectious Diseases	19 965,00	19 965,00	9 982,50	18 262,33	0,00	9 982,50	1 702,67
European Space Agency	182 477,60	127 477,60	43 108,00	35 397,88	0,00	70 000,00	60 235,96
Financial Mechanism Committee FMC	171 283,30	145 590,81	71 206,34	71 206,34	0,00	0,00	0,00
Foundation for Metabolic Cancer Therapies	22 916,90	22 916,90	10 999,65	15 297,33	0,00	11 917,25	7 619,57
Foundation Jérôme Lejeune	130 000,00	130 000,00	52 000,00	27 715,66	32 500,00	45 500,00	102 284,34
Fundação Belmiro de Azevedo	30 819,00	30 819,00	9 502,00	22 650,86	16 816,00	4 501,00	8 168,14
Fundação Bial	416 200,00	416 200,00	252 476,98	281 931,60	26 550,00	96 300,00	93 394,90
Fundação Calouste Gulbenkian	770 029,00	770 029,00	600 498,45	521 461,15	141 580,00	8 420,00	227 866,16
Fundação D. Manuel II	15 000,00	15 000,00	0,00	0,00	15 000,00	0,00	15 000,00
Fundação para a Ciência e a Tecnologia FCT	116 978 442,10	116 890 042,72	47 202 116,53	59 081 013,93	17 055 232,74	49 560 382,71	53 501 482,81
Fundación General CSIC	54 750,00	54 750,00	0,00	-5 771,78	21 900,00	32 850,00	60 521,78
Fundo Ambiental	9 460,00	6 622,00	6 622,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GILEAD Sciences, Lda.	66 320,00	66 320,00	0,00	3 001,46	66 320,00	0,00	63 318,54
Institut Mérieux	119 856,00	119 856,00	60 000,00	82 770,55	0,00	59 856,00	37 085,46
Institute for Scientific Information on coffee	188 000,00	188 000,00	0,00	5 833,95	50 000,00	138 000,00	182 166,05
Institution of Engineering and Technology	387 941,00	387 941,00	0,00	65 523,07	69 132,00	318 809,00	322 417,93
Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, IP	192 786,65	163 868,65	142 773,99	107 437,40	0,00	0,00	0,00
Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.	758 460,00	758 460,00	429 076,01	631 634,36	117 776,58	166 123,42	81 341,65

Entidade: Universidade do Minho							
Subsídios à Exploração 2018							
Organismo	Orçamento Global	Valor Co Financiado	Valor recebidos até 31/12/2017	Valor recebido até 31/12/2018	Soma de 2018	Unidade Monetária: Euro	
						Conta 201	Conta 2821
Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP	3 882 359,98	3 183 449,55	2 799 707,04	2 737 579,75	0,00	0,00	0,00
Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge - INSA, I.P.	19 180,00	19 180,00	19 180,00	18 206,36	0,00	0,00	0,00
Instituto Nacional para a Reabilitação	4 000,35	4 000,35	2 240,19	2 240,19	0,00	0,00	0,00
International Centre for Migration Policy Development	169 221,85	160 122,36	0,00	69 286,63	128 545,17	31 577,19	90 835,73
International Team for Implantology	30 000,00	30 000,00	0,00	314,10	0,00	30 000,00	29 685,90
Korea Institute of Construction Technology	20 638,10	20 638,10	20 511,44	0,00	0,00	0,00	0,00
Município de Guimarães	1 071 630,00	1 071 630,00	0,00	0,00	0,00	1 071 630,00	1 071 630,00
National Ataxia Foundation	106 364,71	106 364,71	94 192,18	99 476,11	12 172,53	0,00	6 888,60
Navigator Paper Figueira, S.A	57 705,50	57 705,05	0,00	11 913,47	0,00	57 705,05	45 791,58
Novo Nordisk	66 800,00	66 800,00	66 800,00	62 560,63	0,00	0,00	4 239,37
Pfizer	17 727,71	17 727,71	12 148,50	15 526,47	0,00	5 579,21	2 201,24
Quadrilátero - Municípios de Barcelos, Braga, V. N. de Famalicão e Guimarães	26 599,00	26 599,00	26 599,00	24 271,31	0,00	0,00	0,00
Railenium-Institut de recherche technologique	20 000,00	20 000,00	0,00	7 614,63	10 000,00	10 000,00	12 385,37
Research Executive Agency (REA)	153 047,20	153 047,20	153 027,20	134 164,60	0,00	0,00	0,00
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa SCML	161 626,00	161 626,00	0,00	23 508,92	52 226,00	109 400,00	138 117,08
SHARE-ERIC	101 280,00	101 280,00	0,00	70 410,21	97 280,00	4 000,00	30 869,79
United Nations University – Operating Unit on Policy-Driven Electronic Governance UNU-EGOV	202 278,00	202 278,00	198 176,70	196 986,70	0,00	0,00	0,00
Total	295 335 048,08	268 122 978,18	131 845 169,93	151 906 870,17	31 899 255,03	98 474 655,32	103 854 049,40

Os subsídios à exploração estão relacionados com projetos de investigação e foram reconhecidos em rendimentos diferidos pela primeira vez no exercício de 2013 (até este exercício eram reconhecidos na demonstração dos resultados na medida do recebimento) e reconhecidos na demonstração dos resultados na medida em que os custos são efetivados. Dado que existe uma vertente muito forte de investigação na UMinho, estes valores assumem especial importância na análise da estrutura financeira da Universidade, tendo-se efetuado um esforço no sentido de melhorar a qualidade da informação prestada no registo destes valores, consubstanciada no desenvolvimento de um módulo de gestão de projetos. Em 31 de dezembro de 2018, o valor registado em rendimentos diferidos ascendia a 103 854 049,40€, sendo que a UMinho tinha por receber o valor de 98 474 655,32€.

A rubrica de legados, ofertas e doações compreende os donativos com a finalidade de mecenato que foram entregues à UMinho, sendo reconhecidos em rendimentos no ano em que os mesmos são recebidos.

A rubrica de outros rendimentos compreende sobretudo rendimentos que não se enquadram nas rubricas anteriores, assim como rendimentos que deveriam ter sido reconhecidos em períodos anteriores.

15. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Em conformidade com o exposto na nota 2.1., a UMinho só reconheceu provisões quando as mesmas fossem fiavelmente mensuráveis e fosse provável que existisse um exfluxo de meios líquidos. Desta forma, findo o ano de 2018 foram constituídas as provisões elencadas na tabela infra.

Tabela 58 – Provisões

Entidade: Universidade do Minho										
Provisões							Unidade Monetária: Euro			
Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia Escriturada Final
		Reforços	Aumentos da Quantia Descontada	Outros Aumentos	Total de Aumentos	Utilizações	Reversões	Outras Diminuições	Total das Diminuições	
Impostos, contribuições e taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	124 827,00	0,00	0,00	367 990,21	367 990,21	0,00	0,00	0,00	0,00	492 817,21
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação e reorganização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	124 827,00	0,00	0,00	367 990,21	367 990,21	0,00	0,00	0,00	0,00	492 817,21

A UMinho apenas tem provisões constituídas para processos judiciais em curso, sendo que no ano 2018, aos 124 827,00€ foram acrescidos 367 990,21€, perfazendo um total de provisões para esta rubrica no valor de 492 817,21€. São divulgados na tabela seguinte os processos judiciais para os quais foram constituídas provisões.

Tabela 59 – Descrição das Provisões

Nº PROCESSO	Descrição do litígio	Valor proposto da ação (€)	Posição atual da ação
P. 494/09.9 BELSB	Ação de execução de sentença - pedido de condenação à execução de acórdão; pedido de condenação da Uminho no pagamento de 124,826,79€ a título de danos patrimoniais e morais, bem como as quantias vincendas relativas à diferença entre as retribuições auferidas acrescidas de juros.	124 827,00	A UMinho, em execução do acórdão anulatório, invocou causa legítima de inexecução.
P. 1016/07.1 BEBRG	A Autora peticiona que a UMinho seja condenada a emitir o ato administrativo devido que reconheça à Autora, por ser titular do Diploma de Estudos Avançados, julgando-se nula e de nenhum efeito a deliberação (ato administrativo) da Ré tomada a 30 de Março de 2007, que não concedeu à Autora o pretendido reconhecimento.	14 963,94	Aguarda sentença.
P. 1517/07.1-A BEBRG	O exequente intenta a ação para execução da sentença proferida no âmbito de ação: a) Prover o exequente na categoria de professor associado, com efeitos a partir de 11 de julho de 2007 e publicação do respetivo extrato no Diário da República; b) Processamento retroativo do vencimento, de acordo com o 4.º escalão, índice 260, da tabela salarial da nova categoria, bem como das respetivas retenções para efeitos de IRS, ADSE e CGA, desde 11	3 750,00	Sentença do TAF-Braga fixa indemnização no valor de 7 500,00 € // Interposição Recurso Jurisdicional da Sentença do TAF-Braga (Execução).

Nº PROCESSO	Descrição do litígio	Valor proposto da ação (€)	Posição atual da ação
	de julho de 2007 até à data da transferência destes encargos para a Caixa Geral de Aposentações (1 de fevereiro de 2012); c) Pagamento ao exequente das diferenças remuneratórias devidas entre as apuradas em b) e as anteriormente pagas pelo exercício daquelas funções com a categoria de professor auxiliar; d) Comunicação à Caixa Geral de Aposentações da informação atualizada, resultante da reconstituição da carreira, que seja relevante para efeitos de atualização da pensão de aposentação; e) Atualização do Aviso (extrato) de cessação de funções n.º 7050/2012, publicado no Diário da República, 2.ª Série de 22 de maio de 2012; f) Atualização dos dados curriculares nas bases de dados da Universidade.		
P. 559/11.7 BEBRG	O Autor peticiona a anulação do ato de seriação dos candidatos e a declaração de nulidade de todos os atos subsequentes do concurso para provimento de quatro lugares de professor associado, no grupo disciplinar de Tecnologias e Sistemas de Informação da Escola de Engenharia da Universidade do Minho que o ordenou em 29.º lugar, assacando ao concurso diversos vícios.	30 001,00	Apresentadas alegações pela UMinho.
P. 1189/15.0 BEAVR	Peticiona a anulabilidade do despacho de homologação, datado de 8/9/2015, da deliberação que consta da ata do júri n.º 81/2013-EC/Conc. P. Cat., provimento de lugar de professor Catedrático em Biologia, escola de Ciências.	30 001,00	Aguarda notificação do Tribunal para a UMinho apresentar alegações.
P. 2491/17.1 BEBRG	O Autor peticiona a anulabilidade do despacho de homologação, datado de 13/07/2017, da deliberação que consta da ata do júri n.º 106/2017-EEG/Conc. P. Cat., provimento de lugar de Professor Catedrático em Gestão da Escola de Economia e Gestão.	30 001,00	Apresentadas alegações pela UMinho.
P. 411/18.5 BEBRG	Peticiona a anulabilidade do despacho de homologação, datado de 25/09/2017, da deliberação do júri do concurso documental, para recrutamento de um posto de trabalho de Professor Catedrático na área disciplinar de Geologia, do Departamento de Ciências da Terra, da Escola de Ciências (Edital n.º 860/2016, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 23/09/2016).	30 001,00	Apresentadas alegações pela UMinho.
P. 2557/18.0 BEBRG	O Autor peticiona o reposicionamento remuneratório para efeito dos resultados obtidos no processo de avaliação de desempenho da atividade docente, realizada no período de 2004-2017 e cumula com a condenação da prática dos atos devidos – reposicionamentos remuneratórios.	30 001,00	Apresentada a contestação da UMinho.
P. 2531/18.7 BEBRG	A Autora peticiona o reposicionamento remuneratório para efeito dos resultados obtidos no processo de avaliação de desempenho da atividade docente, realizada no período de 2004-2017 e cumula com a condenação da prática dos atos devidos – reposicionamentos remuneratórios.	30 001,00	Apresentada a contestação da UMinho.
P. 2604/18.6 BEBRG	O Autor peticiona o reposicionamento remuneratório para efeito dos resultados obtidos no processo de avaliação de desempenho da atividade docente, realizada no período de 2004-2017 e cumula com a condenação da prática dos atos devidos – reposicionamentos remuneratórios.	30 001,00	Apresentada a contestação da UMinho.
P. 21/19.0 BEPNF	A Autora peticiona a condenação da prática dos atos devidos – reposicionamentos remuneratórios, com base no reconhecimento do direito potestativo da Autora, às alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório devidas.	30 001,00	Apresentada a contestação da UMinho.
P. 14/19.7 BEBRG	O Autor peticiona a condenação da UMinho a praticar o «ato administrativo de, com efeitos a 01/01/2008, integrar o A. no 4.º escalão da categoria de Professor Catedrático, correspondente ao índice remuneratório 330, com uma remuneração de base ilíquida de 5 401,54€»; e condenação da UMinho a «pagar ao A. a quantia ilíquida de 47 438,71€, calculada até novembro de 2018, acrescida das diferenças salariais mensais ilíquidas que se vencerem posteriormente até a Ré dar cumprimento ao peticionado em a), sempre com os respetivos descontos para o IRS, CGA, ADSE e AFUM, bem como o pagamento de contribuições para a CGA».	47 438,71	Apresentada a contestação da UMinho.

Universidade do Minho

Relatório de Gestão e Contas Individuais e Consolidadas 2018

Nº PROCESSO	Descrição do litígio	Valor proposto da ação (€)	Posição atual da ação
P.1858/18.2 BEBRG	O aluno intima a UMinho à regulação de situação jurídica com o pedido de decretamento provisório para a inscrição no ano letivo 2018/2019 no ramo de especialização do curso do mestrado Integrado de Engenharia Biomédica (processos cautelar).	30 001,00	Interposição de recurso jurisdicional TCA-N (alteração da providência cautelar).
P.2578/18.3 BEBRG	O autor peticiona o reconhecimento no ramo de especialização de Biomateriais, Reabilitação e Biomecânica do Mestrado Integrado de Engenharia Biomédica no ano de 2017/2018, mantendo-se, assim, no ano de 2018/2019, e a condenação da UMinho a uma indemnização pelos danos sofridos no valor de 15 000,00€.	30 001,00	UMinho notificada para executar o contraditório quanto ao novo pedido (ampliação da instância).
P. 1180/17.1 BEBRG	A autora intentou ação administrativa contra a UMinho com vista a obter o pagamento de quantias que entende devidas a título de subsídio de almoço.	1 827,56	A UMinho contestou, estando o processo a aguardar os seus termos, estando concluso ao Juiz desde Novembro de 2017.

Por existir um baixo risco de a UMinho perder ações em tribunal, os seguintes processos judiciais não foram reconhecidos a título de provisões, sendo apenas divulgados como passivos contingentes.

Tabela 60 – Passivos Contingentes

Nº PROCESSO	Descrição do litígio	Valor proposto da ação (€)	Posição atual da ação
P. 2671/14,1 BEBRG	A autora intentou a ação administrativa especial de impugnação, peticionada a invalidade da homologação da lista de ordenação final de concurso e a condenação à prática do ato devido, nomeadamente à contratação da A. como professora associada e exclusão de outras candidatas do concurso em causa.	30 001,00	Sentença favorável à UMinho em 1 de março de 2018. O Autor requereu cópia da audiência de julgamento para efeitos de recurso sobre a matéria provada, tendo-se concluído que a mesma não tinha som. Aguarda-se a reação do Tribunal face à verificação desta nulidade, ainda que não tenha sido arguida.
P. 2153/14.1 BEBRG	A autora intentou ação administrativa especial peticionando a invalidade dos atos contidos no despacho do Senhor Reitor da UMinho de 25/06/2014 (não contratação da autora e contratação da contrainteressada), bem como do contrato celebrado entre a UMinho e contrainteressada. Pugna ainda pelo reconhecimento da não prestação de falsas declarações nem de junção de documento de conteúdo falso.	30 001,00	Processo suspenso a aguardar decisão, transitada em julgado, do processo 2671/14,1 BEBRG. Este despacho foi objeto de recurso para o Tribunal Administrativo Norte, que foi admitido, aguardando acórdão.
P. 863/16.8 BELSB	A Deloitte & Associados SROC, SA intentou injunção contra a Universidade do Minho pedindo a condenação desta no pagamento da quantia de 21 484,18€, acrescido de juros vencidos no montante de 1 227,22€, mais os vencidos, em consequência de um alegado incumprimento de contrato de prestação de serviços celebrado entre as duas partes.	24 487,25	Em março de 2019 foi marcada audiência prévia para Novembro de 2019.
P. 1205/16.8 BEBRG	A Liberty Seguros SA intentou ação contra a Universidade do Minho pedindo a condenação desta no pagamento da quantia de 8 531,58€, acrescido de juros, em sede de direito de regresso, por ter ressarcido um segurado num acidente provocado pela queda de uma árvore no Campus Universitário.	8 531,58	O processo está concluso ao Juiz desde fevereiro de 2017, aguardando-se despacho saneador.
P. 44344/15.7 YIPRT	A Securitas - Serviço e Tecnologia e Segurança SA intentou injunção contra a Universidade do Minho pedindo a condenação desta no pagamento da quantia de 306 844,23€ (capital e juros), acrescido dos juros vencidos, em consequência da redução remuneratória que lhe foi aplicada.	306 844,23	O processo tramita atualmente no Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, para onde foi enviado depois de despacho que declarou incompetência, aguardando os ulteriores termos. O processo está concluso ao juiz desde Setembro de 2018
P. 45/18.4 BEBRG	Intentou ação contra a UMinho pedindo a condenação desta no pagamento da quantia de 17 985,35€, a título de prestação de serviços.	17 985,35	Realizada tentativa de conciliação, que se frustrou. Aguarda-se despacho saneador.
P. 6123/1.,2 TBRG	O autor intentou ação contra a UMinho pedindo o pagamento de indemnização a título de danos causados na execução do contrato de trabalho.	135 479,37	Os articulados estão findos, aguardando marcação de julgamento.

Nº PROCESSO	Descrição do litígio	Valor proposto da ação (€)	Posição atual da ação
P. 2262/08.6 BELSB	A autora, celebrou um contrato administrativo de provimento com a UMinho, para o exercício de funções de assistente da secção de antropologia do Instituto de Ciências Sociais (cuja caducidade ocorreu em 26/05/2008), pede a anulação "do ato impugnado que consiste na decisão de 29/05/2008, notificada à autora em 17/06/2008, e pela qual lhe foi comunicada a caducidade do seu contrato administrativo de provimento (...)" e a "Condenação da Universidade do Minho à reintegração da autora em função da renovação tácita e automática do seu contrato administrativo de provimento com aquela Instituição (por igual período – 6 anos), com as legais consequências (...)".	30 001,00	Sentença favorável à UMinho - em trânsito de julgado.
P. 1049/13.9 BEBRG	A autora, opositora ao concurso documental para provimento de dois lugares de Professor Catedrático na área disciplinar de Estudos Curriculares e Tecnologia Educativa, vem impugnar a deliberação do júri do concurso, peticionando: <ul style="list-style-type: none"> o Pela anulação da deliberação final do júri do concurso documental; o Pela anulação da homologação dessa deliberação pelo Senhor Reitor da Universidade do Minho; o Pela condenação da Ré na prática do ato devido, consistente na abertura de novo concurso, com nova publicação de edital e constituição de novo Júri. 	30 001,00	A UMinho interpôs recurso para o TCA-Norte da sentença desfavorável da primeira instância e obteve ganho de causa. A Autora interpôs recurso de revista para o STA, em curso.
P. 527/11.9 BELSB	O autor, SNESUP, peticiona que o Tribunal:- reconheça o direito dos seus associados "(...) à percepção do montante remuneratório mensal correspondente ao respetivo escalão indiciário tal como fixado até 31 de Dezembro de 2010;".	30 001,00	Recebida na AJ a sentença que julgou improcedente o pedido do Autor. Foi interposto recurso para o TCA, no qual a UMinho é entidade recorrida. Aguarda acórdão.
P. 3079/13.1 BELSB	SNESUP peticiona pela declaração de nulidade ou "no mínimo" a anulabilidade do Despacho do Reitor da Ré, RT-65/2013, de 26/7/2013.	30 001,00	Aguarda sentença.
P. 21/14.6 BEBRG	A autora, trabalhadora não docente da Escola de Ciências da UMinho, peticiona pela anulação do "ato de homologação da avaliação de desempenho do ano de 2012, proferida pelo Reitor, e pela condenação da Ré "a substituir o ato impugnado por um que homologue a avaliação atribuída pela avaliadora (Desempenho Excelente) ou, no mínimo Desempenho Relevante"; pela condenação da Ré no pagamento de custas e procuradoria condigna a favor da autora.	30 001,00	Foi proferida sentença favorável à UMinho. Em trânsito em julgado.
P. 471/15.0 BEBRG	O autor candidato ao concurso documental para provimento de uma vaga professor associado, na área disciplinar de Teoria da Educação, do IE, impugnou o ato de homologação da deliberação final do júri do concurso, e peticiona pela anulação do ato de contratação da contrainteressada.	30 001,00	Aguarda sentença.
P. 3000/14.0 BEBRG	A autora candidata ao concurso documental para provimento de uma vaga professor associado, na área disciplinar de Teoria da Educação, do IE, impugnou o ato de homologação da deliberação final do júri do concurso, e peticiona pela anulação do ato de contratação da contrainteressada.	30 001,00	Aguarda sentença.
P. 2906/14.0 BELSB	O autor, candidato ao concurso documental para provimento na área de Design do Produto, da EA da UMinho, peticiona pela anulação da deliberação e ato de homologação; pela aplicação do disposto no artº 52º da LGTFP e a condenação da R. em custas, demais encargos e procuradoria.	30 001,00	Aguarda sentença.
P. 186/17,5 BEBRG	Impugnação do ato da deliberação final do Júri do concurso documental de âmbito internacional para recrutamento de um posto de trabalho de Professor Associado na área disciplinar de Instrumentação e Microsistemas Eletrónicos da Escola de Engenharia da entidade demandada, em cumulação com o pedido de condenação à prática de ato devido e pedido de indemnização cível.	30 001,00	UMinho apresentou contestação.
P. 1318/11.2 BELSB	Ação interposta pelo SNESUP – Em síntese peticiona pela isenção do pagamento de propinas a todos os docentes associados que se encontrem a frequentar Mestrados ou Doutoramentos.	30 001,00	Enviada pela UMinho contestação. Recebida pelo SNESUP réplica. Aguarda notificação da UMinho para envio de tréplica.
Pº 527/12.1 BELSB	Ação interposta pelo SNESUP- Em síntese peticiona pela percepção da remuneração como professor auxiliar e professor adjunto dos assistentes que, tendo adquirido o grau de doutor, transitaram para aquela categoria	30 001,00	UMinho obteve ganho de causa na primeira instância. O SNESUP interpôs recurso para o TCA. Aguarda acórdão.

Universidade do Minho

Relatório de Gestão e Contas Individuais e Consolidadas 2018

Nº PROCESSO	Descrição do litígio	Valor proposto da ação (€)	Posição atual da ação
	ao abrigo das normas do regime transitório; o SNESUP peticiona ainda pela declaração de nulidade dos contratos celebrados com manutenção da retribuição de assistente.		
P. 861/14.6 BEBRG	A autora, assistente de 2º triénio da Escola Superior de Enfermagem, peticiona pela condenação da UMinho à prática do ato administrativo legalmente devido de outorga de um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado como professora adjunta, com data e efeitos desde 9 de outubro de 2012.	30 001,00	Aguarda notificação do Tribunal para a UMinho apresentar alegações.
P. 2381/14.0 BEBRG	A autora impugna a deliberação de "não aprovado" proferida pelo júri nas provas públicas realizadas na UMinho, no dia 20 de junho de 2014, para atribuição do título de Especialista.	30 001,00	Aguarda notificação do Tribunal para a UMinho apresentar alegações.
P. 766/12.5 BEBRG	A autora impugna a deliberação do júri do concurso aberto para atribuição de uma Bolsa de Investigação no âmbito do Projeto PEST, cofinanciada pela FCT, tomada na reunião de 24/01/2012, que exclui a autora do concurso, com fundamento em vício de violação de lei por erro na interpretação do n.º 4 do artigo 5.º da Lei n.º 40/2004, de 18 de agosto e em vício de forma por falta de fundamentação.	5 001,00	Aguarda-se Acórdão TCA-Norte.
P. 3314/12.3 BEPRT	O Sindicato Professores Norte, intenta ação contra UMinho e outras, peticionando o reconhecimento da ilegalidade da omissão do pagamento dos subsídios de férias e de Natal, dos seus associados professores do ensino superior público.	30 001,00	Aguardam-se notificação para alegações.
P. 228/08.5 BEBRG-A	O autor/exequente peticiona que a UMinho cumpra "a decisão judicial, procedendo à repetição do concurso (...) recriando a situação de direito e de facto vigente à data do edital de abertura do concurso, "mais requer que sejam declarados nulos todos os atos desconformes com a sentença, designadamente o provimento de nomeação definitiva das contrainteressadas".	30 001,00	Acórdão do TAC-N determina os atos e operações executivas, fixando o prazo de 90 dias para serem praticados.
P. 1691/16.6 BEBRG	Impugnação do ato da deliberação final do júri do concurso documental para um lugar de professor associado na área disciplinar de Sociologia, do Instituto de Ciências Sociais e ainda autorizou a contratação da Doutra Elsa Beatriz Padilha.	30 001,00	Aguarda-se notificação para alegações.
P. 1206/18.1 BEBRG	A Autora peticiona a anulação do despacho, de 20/02/2018, do Reitor da Universidade do Minho, que determinou a revogação do ato administrativo que determinou a abertura de um concurso documental, de âmbito internacional, para recrutamento de um professor associado na área disciplinar de Educação Artística e Física (Edital nº 600/2016).	30 001,00	Apresentadas alegações pela UMinho.
P. 1829/18.9 BEBRG	A autora peticiona o reconhecimento do direito a ser considerada, em regime de exclusividade a 100%, por tempo indeterminado; e a condenação da UMinho no pagamento de 125 061,45€, relativo à diferença entre a remuneração efetivamente auferida e a que deveria ter-lhe sido paga.	197 814,38	Apresentada a contestação da UMinho.
P. 2508/18.2 BEBRG	O aluno pretende o decretamento da suspensão de eficácia da decisão, 31/10/2018, Reitor da Universidade do Minho, que determinou a aplicação de sanção disciplinar de suspensão temporária das atividades escolares até ao termo do primeiro semestre ao requerente (Processo Cautelar).	30 001,00	Aguarda-se Sentença TAF-Braga (Providência Cautelar).
P. 425/19.5 BEPRT	O Autor peticiona a anulabilidade do ato de homologação datado de 27/07/2018, da deliberação do Júri do concurso documental, para recrutamento de um posto de trabalho de Professor Catedrático na área disciplinar de Engenharia de Sistemas e de Processos Industriais do Departamento de Produção e Sistemas da Escola de Engenharia (Edital nº 123/2017).	30 001,00	Citação da UMinho para apresentar contestação.

16. Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio

Em 2018 foram contabilizadas diferenças de câmbio relativas a dívidas a receber de entidades estrangeiras, expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, tendo sido registadas ao câmbio da data considerada para a operação. À data de relato, os valores a pagar em moeda estrangeira foram atualizados para a taxa de câmbio em vigor, sendo que as únicas faturas em moeda estrangeira não liquidadas pertencem à Universidade de Timor Lorosae.

Os acontecimentos económicos com a entidade anterior foram transacionados em dólares, sendo que se registou em 2018 uma diferença de câmbio positiva de 12 157,71€ e negativa de 7 806,07€.

17. Acontecimentos Após a Data de Relato

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão no dia 29 de abril de 2019, pelo Conselho de Gestão da UMinho. De referir que após a autorização da emissão pelo Conselho de Gestão, não existiu outro órgão deliberativo com poder para alterar as demonstrações financeiras.

Quando ocorrem acontecimentos económicos entre a data de relato e a data em que as demonstrações financeiras são autorizadas para emissão, a UMinho avalia se estes acontecimentos dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras. Desta forma, quando houve evidência de que os mesmos já existiam à data de relato, estes acontecimentos foram ajustados nas demonstrações financeiras. Por outro lado, se não houve evidência que os acontecimentos já existiam à data de relato, mas que a UMinho tomou conhecimento dos mesmos até à data de autorização das demonstrações financeiras e têm uma dimensão material, estes são descritos nesta nota.

Não são conhecidos à data quaisquer acontecimentos económicos com dimensão material, nas Demonstrações Financeiras do período económico de 2018.

18. Instrumentos Financeiros

A) Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros em 2018, apresentam uma quantia escriturada de 2 354 831€ e compreendem as entidades controladas, associadas e outras entidades em que a UMinho detém participações.

Tabela 61 – Investimentos Financeiros, em euros

Descrição	31/12/2018			31/12/2017		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida
Investimentos financeiros	2 920 546	565 715	2 354 831	2 759 653	452 715	2 306 938
Total	2 920 546	565 715	2 354 831	2 759 653	452 715	2 306 938

O aumento das imparidades acumuladas em 113 000,00 € nos investimentos financeiros deve-se à constituição de uma imparidade relativa a um empréstimo efetuado à participada SPINPARK, devido a esta se encontrar com um plano especial de recuperação.

A tabela infra discrimina os investimentos financeiros reconhecidos pela UMinho.

Tabela 62 – Detalhe dos Investimentos Financeiros, em euros

Entidade	Valor da Participação
Entidades Controladas	1 173 041
CVR	546 654
TECMINHO	596 016
APSI	30 371
Associadas	1 029 165
CCG	509 309
PIEP	258 336
CCAB	71 988
CENTI	189 531
Outras Entidades	152 625
ADRAVE	510
AEDOAVE	100

Entidade	Valor da Participação
AFTEBI	18 000
APCTP	9 976
Fundação Bienal de Cerveira	1 000
IDARN	6 000
IEMINHO	70 000
POOL NET	500
CITEVE	3 492
Fundação Portugal África	4 988
Oficina Inovação - BIC Minho	4 988
Fundação CEER	1 071
INTEGRALAR - Portugal Foods	1 000
OPEN	5 000
TICE.PT	5 000
Instituto do Design	1 000
ISPG - Instituto do Petróleo e Gás	10 000
Associação Laboratório da Paisagem	5 000
Associação DTX	5 000
Total	2 354 831

B) Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis

A rubrica de devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis registou, no período de 2018, uma variação positiva no montante de 24 445 834€, resultante do aumento do reconhecimento no período de 2018 do direito a receber dos subsídios não reembolsáveis, com condições.

Tabela 63 – Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis, em euros

Descrição	2018	2017
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	98 474 655	74 028 821
Total	98 474 655	74 028 821

C) Clientes, contribuintes e utentes

A rubrica de clientes, contribuintes e utentes registou no período de 2018 o montante de 26 331 549€, sendo 24 471 198€ deste montante respeitantes a utentes e os restantes 1 860 352, referentes a clientes. A rubrica evidencia um aumento de 2 347 320,53€ face ao período de 2017, essencialmente decorrente do aumento das dívidas de propinas de alunos, cujo reconhecimento do direito a receber ocorre no momento da emissão da fatura, ou seja, aquando da respetiva inscrição do aluno, sendo o fluxo económico periodizado.

Tabela 64 – Dívidas de Terceiros a curto prazo (clientes e utentes), em euros

Dívidas de terceiros a curto prazo	2018	2017
Utentes	24 471 198	23 142 214
Licenciaturas	5 791 570	6 045 134
Mestrados	6 484 551	6 467 979
Doutoramentos	5 839 511	4 962 631
Mestrado Integrado	5 219 676	5 033 621
Alunos Internacionais	1 070 708	575 243
Outras Formações	65 182	57 606
Clientes	1 860 351	842 015
Total	26 331 549	23 984 229

Para efeitos de constituição da perda por imparidade, consideram-se créditos de cobrança duvidosa aqueles em que o risco de incobrabilidade é devidamente justificado, o que se verifica nos seguintes casos:

- O devedor tenha pendente processo especial de recuperação de empresa ou processo de execução, falência ou insolvência;
- Os créditos tenham sido reclamados judicialmente;
- Os créditos que estejam em mora há mais de 365 dias, desde a data do respetivo vencimento e existam diligências para o seu recebimento;

- De referir que existem créditos que mesmo em mora há mais de 365 dias, podem não ser considerados em imparidade, devido à experiência adquirida, ao histórico de cobrança e ao atual processo de cobrança coerciva realizado através da Autoridade Tributária e Aduaneira. Posto isto, a UMinho constituiu em 2018 as seguintes perdas por imparidade relativas a utentes/alunos:
 - Para os créditos relativos ao ano letivo 2009/2010, a perda por imparidade aumentou para 70% do valor em dívida, para todos os ciclos de estudos, correspondendo a um reforço de 210 749,95 €, atendendo ao facto de que a dívida deste ano letivo não está em cobrança coerciva por parte da Autoridade Tributária, uma vez que prescreveu;
 - Para os créditos relativos ao ano letivo 2010/2011, a perda por imparidade foi acrescida em 6 245,74 €, correspondendo a 5% da dívida dos 1º ciclos e mestrados integrados, considerando o princípio da prudência, pois o prazo para prescrição está a chegar ao seu termo;
 - Para os créditos relativos ao ano letivo 2017/2018, constituiu-se uma perda por imparidade de 69 456,27 €, referente a 5% do valor em dívida para os alunos de mestrado e doutoramento. Para os alunos de licenciatura, mestrado integrado e não conferentes de grau não foi constituída qualquer imparidade porque se entende que estes valores são integralmente cobráveis;
 - Foi ainda constituída uma perda por imparidade de 10%, no valor de 19 624,84 €, para as dívidas de estudantes internacionais, por se concluir que é mais difícil proceder à cobrança coerciva destes montantes, em virtude da maioria destes alunos não comunicarem à UMinho o NIF português, não podendo por isso ser desencadeado com a Autoridade Tributária e Aduaneira, o processo de cobrança coerciva.

De salientar que existiu uma reversão de perda por imparidade, no valor de 22 226,59 €, respeitante a propinas já constituídas em imparidade, referentes ao ano letivo de 2007/2008.

No que respeita ao valor em dívida de clientes, constituiu-se uma perda por imparidade no valor 213 303,08 €, ascendendo a imparidade acumulada a 939 001,43 €.

De uma forma resumida, a tabela infra apresenta a informação acima, onde se divulga o montante de perdas por imparidade e as reversões de perdas por imparidade.

Tabela 65 – Imparidades de clientes, contribuintes e utentes

Entidade: Universidade do Minho								
Imparidades					Unidade Monetária: Euro			
Rubricas	Imparidade Acumulada 31/12/2017	Variações do Período		Imparidade Acumulada 31/12/2018 (1)	Quantia Bruta (2)	Quantia Recuperável (3)=(2)-(1)	Modelo utilizado	
		Constituição Perda por Imparidade	Reversão Perda por Imparidade				Justo Valor	Valor de Uso
Clientes	725 698,35	213 303,08	0,00	939 001,43	2 799 353,06	1 860 351,63	x	
Utentes	2 426 738,93	306 076,80	-22 226,59	2 710 589,14	27 181 786,73	24 471 197,59	X	
Total	3 152 437,28	519 379,88	-22 226,59	3 649 590,57	29 981 139,79	26 331 549,22		

D) Estado e Outros Entes Públicos

O saldo refletido nesta rubrica corresponde essencialmente a retenções sobre rendimentos de trabalho dependente e independente, IVA a pagar e as contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde. A rubrica registou um aumento face ao ano anterior, no montante de 296 089€.

Tabela 66 – Estado e outros entes públicos, em euros

Descrição	2018	2017
Retenção de impostos s/ rendimento	1 373 977	1 262 001
Imposto s/ valor acrescentado	158 935	136 328
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	1 769 352	1 608 837
Outras tributações	992	0
Total	3 303 255	3 007 166

E) Outras contas a receber

Esta rubrica evidencia, em 2018, o saldo das contas devedores por acréscimos de rendimentos no montante de 1 115 378€ e de outros devedores no valor de 18 000 €. Comparativamente ao ano de 2017, esta rubrica registou um decréscimo no montante de 900 101 €.

Tabela 67 – Dívidas de Terceiros a curto prazo (outras contas a receber), em euros

Dívidas de terceiros a curto prazo	2018	2017
Outros acréscimos de rendimentos	1 115 378	1 932 479
Outros devedores	18 000	101 000
Total	1 133 378	2 033 479

F) Caixa e depósitos

Conforme identificado na nota 1.2., o saldo do caixa e depósitos em 2018 tem um montante de 15 453 057 €, sendo que destes:

- 15 339 048 € pertencem a depósitos à ordem;
- 114 009 € pertencem a garantias e cauções pecuniárias prestadas por terceiros à UMinho.

G) Fornecedores

Em 2018, a rubrica de fornecedores registou o montante de 180 610 €, sendo que comparativamente ao ano de 2017 verificou-se uma diminuição significativa no montante de 2 046 922 €. Esta variação relaciona-se com o registo em 2018 das faturas em receção e conferência na conta de acréscimos de gastos.

Em 2018 e, de acordo com a aplicação do normativo SNC-AP, as aquisições respeitantes a bens de capital são contabilizadas por contrapartida da rubrica fornecedores de investimento. Estando, assim, ainda em dívida 22 395 €.

Tabela 68 – Fornecedores, em euros

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	180 610	2 227 531
Fornecedores investimento	22 395	0
Total	203 005	2 227 531

H) Outras contas a pagar

No período de 2018 esta rubrica registou um aumento face ao ano anterior, no montante de 3 338 841 €, justificado essencialmente pelo reconhecimento, no período de 2018, de acréscimos de gastos, sendo que grande parte do montante reconhecido nesta rubrica já se encontra liquidado à data da aprovação das contas.

Tabela 69 – Outras contas a pagar, em euros

Descrição	2018	2017
Outras Remunerações a Pagar ao Pessoal	330 888	361 691
Ajudas de Custo ao Pessoal	12 221	40
Reservas	318 667	361 651
Credores por Acréscimos de Gastos	15 163 653	11 602 866
Remunerações a liquidar	11 505 663	11 058 133
Comunicações a liquidar	13 340	21 726
Água a liquidar	35 074	26 133
Eletricidade a liquidar	390 991	349 472
Outros acréscimos de gastos	3 218 585	147 402
Outros Credores	137 234	328 378
Total	15 631 775	12 292 935

I) Outros passivos financeiros

O valor de 114 008,42 € expresso na rubrica de Outros Passivos Financeiros refere-se às garantias e cauções pecuniárias, de acordo com o atual normativo (SNC-AP).

J) Ativos dados em garantia, como colateral de passivos ou passivos contingentes

Existem responsabilidades por garantias bancárias registadas no Novo Banco, no valor de 171 127,66 €. Estas garantias referem-se a:

- Contrato de financiamento referente à operação n.º NORTE-07-0162-FEDER-000031, da empreitada “Edifícios do Instituto para a Bio-Sustentabilidade da UMinho”, no valor de 154 877,66 €, a favor da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN);
- Depósito de garantia de 5%, referente ao contrato que tem por objeto a prestação de serviços de “Investigação Aplicada sobre os Impactos Económicos e Sociais de Guimarães na Capital Europeia da Cultura 2012”, no valor de 16 250 €, a favor da Fundação Cidade de Guimarães.

K) Instrumentos de Capital Próprio

A tabela infra discrimina o património líquido da UMinho, sendo de realçar que o principal aumento verificado se centra nas transferências de subsídios para aquisição de ativos depreciables, no valor de 51 674 957 €, que no POC-Educação eram reconhecidos no passivo. Realça-se ainda que, como os ajustamentos em ativos financeiros passaram a ser mensurados ao custo, estes foram reclassificados em resultados transitados. Foi também transferido para resultados transitados o Resultado Líquido negativo do período de 2017.

Tabela 70 – Instrumentos do Património Líquido, em euros

Descrição	2018	2017
Património/Capital	138 319 591	138 319 591
Resultados Transitados	-60 769 827	-58 769 991
Ajustamentos em Ativos Financeiros	0	688 983
Outras Variações no Património Líquido	52 299 682	624 725
Transferências de subsídios para aquisição de ativos depreciables	51 674 957	0
Doações	624 725	624 725
Resultado Líquido do Período	-2 442 699	-2 731 712
Total	127 406 746	78 131 596

L) Outras situações

A UMinho tem garantias não pecuniárias prestadas por terceiros, no valor de 1 721 527 €, e que se apresentam na tabela seguinte:

Tabela 71 – Garantias Não Pecuniárias, em euros

Entidade	Valor
Cari Construtores, S.A.	161 000
3M Portugal, Lda.	2 864
Oniram - Indústria Metalomecânica, Lda.	4 358
Top Atlântico - Viagens e Turismo, S.A.	15 000
ABB - Alexandre Barbosa Borges, S.A.	828
Cofilport – Sociedade Empreitada, S.A.	2 565
José da Costa Costeira & Filhos, Lda	4 444
Augusto Oliveira Ferreira & CA, Lda.	12 671
Elcan - Electricidade e Canalizações, S.A.	10 132
Florel - Instalações Eléctricas Hidráulicas, Lda.	3 906
Prosegur - Companhia de Segurança, Lda.	88 868
Costa & Carvalho, S.A.	199 500
Alberto Couto Alves, S.A.	7 500
Freitas Costa & Filhos, S.A.	1 801
Caravelas 2000	11 000
FDO Construções, S.A.	238 808
Domingos da Silva Teixeira, S.A.	2 800
Orona Portugal, Lda	1 519
Ferreira - Construções, S.A.	64 400
Vilacelos Construções, S.A.	1 139
Domp - Desenvolvimento Organizacional, Marketing e Publicidade, S.A.	21 600
Culturalis e Borgeaud - Equipamentos de Biblioteca	19 775
Fuste Construção Imobiliária, S.A.	3 250
Microsoft Software para Microcomputadores, Lda	34 000
SISTAVAC, S.A.	325
EDP - Comercial - Comercialização de Energia, S.A.	46 950

Entidade	Valor
Ricobra Construções, Lda	7 612
Polotérmica - Engenharia, Lda.	2 830
VWR - Internacional - Material de Laboratório, Lda.	10 721
F.G. Silva, Lda	17 268
Alfibraga - Instalações Mecânicas, Lda	30 163
Construções Phaecis, Lda.	3 365
MEO - Serviços de Comunicação Multimédia, S.A.	10 325
M.A.B.C. Construções, Lda	6 455
Industrial Laborum Ibérica, S.A.	19 810
Construções Corte Recto, Lda	187 319
JPSR, Lda	17 248
Econ-EcoConstrução, Lda	44 403
Patentree, Unipessoal, Lda	11 000
Construtora San José, S.A.	311 741
Endesa Energia S.A.	75 000
Schaefer Techniques	5 335
Total	1 721 597

19. Benefícios dos empregados

Relativamente aos benefícios dos empregados, é de referir que a UMinho não possui planos de benefícios definidos.

Os benefícios dos empregados estão identificados no ponto 2.1. deste anexo e compreendem todos os valores auferidos pelos empregados, que de uma forma resumida estão apresentados na tabela 72.

Tabela 72 – Benefícios dos Empregados

Entidade: Universidade do Minho			
Benefícios dos Empregados		Unidade Monetária: Euro	
Descrição	2018	2017	Variação
Remunerações	67 055 600,48	64 174 153,47	2 881 447,01
Órgãos Sociais e de Gestão	3 552 363,98	3 264 322,00	288 041,98
Pessoal	63 503 236,50	60 909 831,47	2 593 405,03
Indemnizações	212 013,79	93 777,16	118 236,63
Encargos sobre remunerações	15 247 997,79	14 808 487,51	439 510,28
Sistemas de proteção social - CGA	11 687 169,84	11 667 055,25	20 114,59
Subsistemas de saúde	3 397 212,46	2 963 557,30	433 655,16
Outros	163 615,49	177 874,96	-14 259,47
Outros encargos sociais	155 665,10	60 124,26	95 540,84
Total	82 671 277,16	79 136 542,40	3 534 734,76

Da análise da tabela anterior pode-se concluir que existiu um aumento dos encargos suportados com os trabalhadores, em cerca de 3 500 000,00 €, devido ao aumento de remunerações, mas também devido ao aumento do número de trabalhadores da UMinho (2058 colaboradores em 2018 contra 1949 em 2017).

20. Divulgações de Partes Relacionadas

Entidades Controladas

Para que os utilizadores das demonstrações financeiras possam formar uma opinião acerca dos efeitos de relacionamentos entre partes relacionadas e a UMinho, divulga-se nas tabelas infra, os nomes das entidades controladas e a respetiva percentagem de controlo, independentemente de ter havido transações entre as partes relacionadas.

Tabela 73 – Listagem de Entidades Controladas

Entidade: Universidade do Minho				
Listagem de entidades controladas		Unidade: Percentagem		
Designação	Sede	% Controlo		Controlo Final
		Direto	Indireto	
CVR	Rua de Francos, N.º 350, Azurém, 4800-058 Guimarães	56,48		56,48
TECMINHO	Campus de Azurém da Universidade do Minho, 4800-058 Guimarães	56,30		56,30
APSI	Campus de Gualtar, 4810-057 Braga	80,00		80,00

Tabela 74 – Listagem de Entidades Associadas

Entidade: Universidade do Minho				
Listagem de entidades associadas			Unidade: Percentagem	
Designação	Sede	% Controlo		Controlo Final
		Direto	Indireto	
CCG	Universidade do Minho, Campus de Azurém, edf. 14, 4800-058 Guimarães	35,96		35,96
IDITE MINHO	Av. Dr. Francisco Pires Gonçalves, 4710-911 Braga	25,45		25,45
PIEP	Universidade do Minho Campus de Azurém, 4800-058 Guimarães	31,65		31,65
CCAB	Hospital Privado de Braga - Sete Fontes – São Victor 4710-243 Braga	40		40
CENTI	R. Fernando Mesquita, Vila Nova de Famalicão	19,05		19,05

Tabela 75 – Listagem de Outras Entidades Relacionadas

Entidade: Universidade do Minho				
Listagem de outras entidades			Unidade: Percentagem	
Designação	Sede	% Controlo		Controlo Final
		Direto	Indireto	
ADRAVE	Av. 25 de Abril 634, 4760-202 Vila Nova de Famalicão	0,44		0,44
AEDOAVE	Rua Capitão Alfredo Guimarães, nº 1, Edifício Amave 4800-019 Guimarães	2		2
AFTEBI	R. Conselheiro Joaquim Pessoa 11, Covilhã	6,35		6,35
APCTP	Rua Alfredo Allen. 455/461, 4200-135 Porto	2,94		2,94
AVEPARK	Lugar Da Gandra,, 4805-017 Barco	10,61		10,61
Fundação Bial de Cerveira	Av. das Comunidades Portuguesas, S/N 4920-275 Vila Nova de Cerveira	0,08		0,08
IDARN	Rua de Santa Catarina, 753, Sala 1 - 4000-454 Porto	0,35		0,35
IEMINHO	R. do Conhecimento nº10, 4730-575	7,61		7,61
POOL NET	Zona Industrial da Marinha Grande	1,35		1,35
SPINPARK	Zona Industrial da Gandra, S. Claudio do Barco, 4805-017 Guimarães	14,29		14,29
VARD 2015	Rua Capitão Alfredo Guimarães, nº1 - Edifício Amave	10		10
CITEVE	R. Fernando Mesquita 2785, Vila Nova de Famalicão	0,17		0,17
Fundação Portugal África	Rua do Infante D. Henrique 61, 4050-296 Porto	0,04		0,04
Oficina Inovação - BIC Minho	Av. João XXI 627 1º Andar, 4715-035 Braga	1		1
Fundação CEER	Praça do Obradoiro, s/n - 15782 Santiago de Compostela	3,57		3,57
INTEGRALAR - Portugal Foods	Rua Eng.º Frederico Ulrich, 2650 - 4470-605 Moreira da Maia	0,95		0,95
OPEN	Zona Industrial da Marinha Grande, Rua da Bélgica, Lote 18	0,98		0,98
TICE.PT	Campus Universitário de Santiago (IT) - 3810-193 Aveiro	4,21		4,21
Instituto do Design	R. da Ramada, 4810-531 Guimarães	—		—
ISPG - Instituto do Petróleo e Gás	Rua Tomás da Fonseca - Torre C - 1600-209 Lisboa	3,34		3,34
Associação Laboratório da Paisagem	R. da Ponte Romana, Guimarães	—		—
Associação DTX	Universidade do Minho, Campus de Azurém, ed. 1, 4800-058 Guimarães	18,18		18,18

Tabela 76 – Listagem de serviços e fundos autónomos

Entidade: Universidade do Minho				
Listagem de serviços e fundos autónomos			Unidade: Percentagem	
Designação	Sede	% Controlo		Controlo Final
		Direto	Indireto	
SASUM	Campus de Gualtar, 4710-057 Gualtar	100		100
Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva	R. de São Paulo 1, 4700-042 Braga	50		50
Instituto Confúcio	Campus de Gualtar, 4710-057 Gualtar	50		50

Divulgação de Transações entre Partes Relacionadas

Relativamente às transações com partes relacionadas, apresenta-se de seguida a tabela com evidência da natureza do relacionamento, os tipos de transações que ocorreram, a quantia monetária específica, assim como a proporção dessa classe de transações, os respetivos saldos e termos e condições gerais de transações entre partes relacionadas.

Tabela 77 – Transações entre Partes Relacionadas

Entidade: Universidade do Minho						
Transações entre partes relacionadas						
Entidade Relacionada	Natureza do Relacionamento	Transação			Unidade Monetária: Euro	
		Tipo	Quantia	% no total das transações	Saldo no fim do período	Termos e condições
CVR - Centro de Valorização de Resíduos	Entidade controlada	FSE	-33 351,24	0,00	0,00	Pagamento a 60 dias
TECMINHO	Entidade controlada	Prest. Serv.	20 425,69	0,01	13 629,20	Recebimento a 30 dias
TECMINHO	Entidade controlada	FSE	-44 342,65	0,00	0,00	Pagamento a 60 dias
APSI - Associação de Psicologia	Entidade controlada	Prest. Serv.	34 638,17	0,01	13 870,17	Recebimento a 30 dias
APSI - Associação de Psicologia	Entidade controlada	FSE	-23 997,00	0,00	0,00	Pagamento a 60 dias
CCG - Centro de Computação Gráfica	Associada	Prest. Serv.	19 723,23	0,01	7 970,44	Recebimento a 30 dias
CCG - Centro de Computação Gráfica	Associada	FSE	-71 576,43	0,00	0,00	Pagamento a 60 dias
CCAB - Centro Clínico Académico de Braga	Associada	FSE	-50,00	0,00	0,00	Pagamento a 60 dias
CENTI	Associada	Prest. Serv.	2 876,00	0,00	0,00	Recebimento a 30 dias
CENTI	Associada	FSE	1 126,68	0,00	0,00	Pagamento a 60 dias
PIEP	Associada	Prest. Serv.	6 795,75	0,00	3 136,50	Recebimento a 30 dias
PIEP	Associada	FSE	506,29	0,00	0,00	Pagamento a 60 dias
INTEGRALAR	Outra Entidade	FSE	-6 027,00	0,00	0,00	Pagamento a 60 dias
POOL.NET	Outra Entidade	Quota	-500,00	0,00	0,00	
SPINPARK	Outra Entidade	Empréstimo	-30 000,00		0,00	
TICE.PT	Outra Entidade	Quota	-2 500,00	0,00	0,00	
IDARN	Outra Entidade	Quota	-3 000,00	0,00	0,00	
IDARN	Outra Entidade	Prest. Serv.	7 542,99	0,00	0,00	Recebimento a 30 dias
IDEGUI	Outra Entidade	Prest. Serv.	1 037,20	0,00	0,00	Recebimento a 30 dias
IDEGUI	Outra Entidade	FSE	-145 582,88	0,01	0,00	Pagamento a 60 dias
Serviços Ação Social Universidade do Minho	Serviços e Fundos Autónomos	Prest. Serv.	54 704,16	0,02	134,00	Recebimento a 30 dias
Serviços Ação Social Universidade do Minho	Serviços e Fundos Autónomos	FSE	-578 433,84	0,03	-6 915,00	Pagamento a 60 dias
Serviços Ação Social Universidade do Minho	Serviços e Fundos Autónomos	Transf.	-671 347,50	0,04	0,00	
Totais			-1 461 332,38	-0,08	31 825,31	

Pessoas Chave da Gestão

A tabela seguinte tem como objetivo divulgar o número de pessoas-chave da gestão, pelas principais classes, assim como, a sua remuneração anual agregada, subdividida em:

- Remuneração base;
- Outras remunerações e compensações;
- Outras remunerações e compensações pagas a membros próximos da sua família de pessoas chave.

Tabela 78 – Remunerações auferidas por Pessoas Chave da Gestão

Entidade: Universidade do Minho				
Pessoas Chave da Gestão				
Classes Principais	Nº de Pessoas Chave	Remunerações		
		Remuneração Base Agregada	Outras remunerações e compensações para pessoas chave da gestão	Outras remunerações e compensações para membros próximos da família de pessoas chave
Dirigente Superior 1º Grau	1	3 287 433,66	246 810,70	0,00
Dirigente Superior 2º Grau	4			
Dirigente Intermédio 1º Grau	23			
Dirigente intermédio 2º Grau	14			

Da análise da tabela anterior, pode-se concluir que o total de remunerações pagas ao pessoal-chave da gestão é de 3 534 244,32 €, sendo de referir que nada foi pago a membros próximos da família de pessoas-chave.

De referir ainda que não foi pago a título de empréstimos qualquer valor a pessoas-chave da gestão ou a membros próximos da sua família.

22. Interesses em Outras Entidades

Tal como já referido no ponto 2.1., a partir de 2018 os investimentos financeiros nas Demonstrações Financeiras Separadas começaram a ser mensurados ao método do custo em vez de ao Método de Equivalência Patrimonial (MEP), devido à tempestividade da informação financeira das participadas e aos prazos de reporte da prestação de contas da UMinho.

Tal como demonstrado pela tabela infra, o custo considerado para os investimentos financeiros na transição para o modelo do custo, foi o valor da participação mensurada ao MEP, deduzido de qualquer perda por imparidade. Para os investimentos financeiros adquiridos em 2018, estes foram mensurados ao custo de aquisição.

A tabela seguinte tem por objetivo informar os utilizadores das demonstrações financeiras de todos os investimentos financeiros detidos pela UMinho, identificando os que são entidades controladas, associadas e outras entidades, assim como o valor de cada participação.

Tabela 79 – Investimentos Financeiros

Entidade: Universidade do Minho						
Investimentos Financeiros				Unidade Monetária: Euro		
Entidade	Ano Aquisição	Ano de Mensuração ao Custo	% Parti.	Custo Considerado/Valor de Aquisição	Imparidade Acumulada	Valor da Participação
Entidades Controladas				1 173 040,71	0,00	1 173 040,71
CVR	2017	2018	56,48	546 653,72	0,00	546 653,72
TECMINHO	2017	2018	56,30	596 016,25	0,00	596 016,25
APSI	2017	2018	80,00	30 370,74	0,00	30 370,74
Associadas				1 134 692,50	105 527,68	1 029 164,82
CCG	2017	2018	35,96	509 309,26	0,00	509 309,26
IDITE MINHO	2014	2018	25,45	105 527,68	105 527,68	0,00
PIEP	2017	2018	31,65	258 336,48	0,00	258 336,48
CCAB	2018	2018	40,00	71 988,05	0,00	71 988,05
CENTI	2017	2018	19,05	189 531,03	0,00	189 531,03
Outras Entidades				359 493,95	206 869,00	152 624,95
ADRAVE	2016	2018	0,44	510,00	0,00	510,00
AEDOAVE	2017	2018	2,00	100,00	0,00	100,00
AFTEBI	2012	2018	6,35	18 000,00	0,00	18 000,00
APCTP	2011	2018	2,94	9 975,96	0,00	9 975,96
AVEPARK	2013	2018	10,61	161 369,00	161 369,00	0,00
Fundação Bial de Cerveira	2016	2018	0,08	1 000,00	0,00	1 000,00
IDARN	2012	2018	0,35	6 000,00	0,00	6 000,00
IEMINHO	2016	2018	7,61	70 000,00	0,00	70 000,00
POOL NET	2016	2018	1,35	500,00	0,00	500,00
SPINPARK	2016	2018	14,29	45 000,00	45 000,00	0,00
VARD 2015	2016	2018	10,00	500,00	500,00	0,00
CITEVE	2010	2018	0,17	3 491,59	0,00	3 491,59
Fundação Portugal África	2016	2018	0,04	4 988,00	0,00	4 988,00
Oficina Inovação - BIC Minho	2016	2018	1,00	4 987,97	0,00	4 987,97
Fundação CEER	2010	2018	3,57	1 071,43	0,00	1 071,43
INTEGRALAR - Portugal Foods	2016	2018	0,95	1 000,00	0,00	1 000,00
OPEN	2016	2018	0,98	5 000,00	0,00	5 000,00
TICE.PT	2012	2018	4,21	5 000,00	0,00	5 000,00
Instituto do Design	2017	2018	—	1 000,00	0,00	1 000,00
ISPG - Instituto do Petróleo e Gás	—	2018	3,34	10 000,00	0,00	10 000,00
Associação Laboratório da Paisagem	—	2018	—	5 000,00	0,00	5 000,00
Associação DTX	2018	2018	18,18	5 000,00	0,00	5 000,00
Total				2 667 227,16	312 396,68	2 354 830,48

Da análise da tabela anterior, divulga-se que são classificadas como:

- Entidades controladas, todos os investimentos financeiros em que a UMinho detém uma percentagem de participação superior a 50%;
- Associadas, todos os investimentos financeiros em que a UMinho detém uma percentagem de participação igual ou superior a 20% mas inferior ou igual a 50%, assumindo-se que nestas entidades é exercido pela Universidade influência significativa. Existe apenas uma exceção, relativa à associada CENTI, em que a UMinho apenas detém uma participação de 19,05%. Contudo, como os seus órgãos sociais são maioritariamente constituídos pelos elementos da UMinho, é classificada como uma associada;
- Outras entidades, todos os investimentos financeiros em que a UMinho detém uma participação inferior a 20%;

Relativamente às imparidades acumuladas, no valor de 312 396,68 €, os motivos da sua constituição são:

- 105 527,68 €, devido à IDITE MINHO se encontrar com um plano especial de revitalização;
- 161 369,00 €, devido ao AVEPARK se encontrar em liquidação;
- 45 000,00 €, devido ao SPINPARK se encontrar com um plano especial de revitalização;
- 500,00 €, devido ao VARD 2015 se encontrar em liquidação.

De referir que neste período, a única perda por imparidade relativa a investimentos financeiros foi constituída à empresa SPINPARK, no valor de 113 000,00 € devido a um empréstimo que se tinha realizado à mesma.

23. Outras divulgações

A) Fornecimento e Serviços externos

Esta rubrica agrega os diversos custos com aquisição de bens e prestações de serviços da UMinho, apresentando-se o seu detalhe de seguida:

Tabela 80 – Fornecimento e Serviços Externos, em euros

Descrição	2018	2017
Trabalhos especializados	6 203 625	6 208 899
Eletricidade	2 686 123	2 661 528
Combustíveis	654 675	489 368
Água	230 786	268 707
Ferramentas e utensílios	2 466 830	2 695 175
Livros e documentação técnica	10 043	70 887
Material de escritório	103 075	127 286
Artigos para oferta	82 785	100 476
Rendas e alugueres	1 042 640	1 356 679
Consumíveis químicos / hospitalares	1 775 570	1 671 894
Comunicação	183 763	168 569
Seguros	135 636	119 902
Transportes de mercadorias	118 975	112 749
Transporte de pessoal	38 310	37 668
Deslocações e estadas	2 446 033	2 259 957
Honorários	8 817	32 623
Conservação e reparação	1 173 895	1 722 205
Publicidade e propaganda	252 972	193 180
Limpeza, higiene e conforto	998 801	904 204
Vigilância e segurança	846 944	725 170
Outros FSE	1 468 474	2 187 252
Total	22 928 773	24 114 378

B) Seguros

Nas tabelas seguintes descrevem-se os seguros contratados pela UMinho, em vigor durante o ano 2018.

Tabela 81 – Seguros – Edifícios

Observação	Edifícios	Apólices	Ramo	Período
Lote II	MNS	ME63878987	Multi-Riscos Empresas	2018-11-23 a 2019-11-23 2017-11-23 a 2018-11-23
Lote III	Casa Museu de Monção	PA18PR0019	Multi-Riscos/Comércio + Recheio	2018-09-12 a 2019-09-11
Lote IV	Elias Garcia	PA18PR0018	Multi-Riscos Empresas	2018-09-12 a 2019-09-11
	Francisco Manuel de Melo	PA18PR0018	Multi-Riscos Empresas	2018-09-12 a 2019-09-11
	Cascais	PA18PR0018	Multi-Riscos Empresas	2018-09-12 a 2019-09-11
Lote I	Edifício Abade da Loureira	PA18PR0009	Seguro de Multiriscos para os edifícios e outras construções da UMinho.	2018-01-01 a 2018-12-31
	Edifício Abade da Loureira			
	Edifício Rua do Farto Fração A, M, N e O			
	Edifício Nossa Senhora do Leite			
	Edifício da A.A.U.M. D. Pedro V			
	Unidade de Arqueologia			
	Edifício Anexo Museu Nogueira da Silva			
	Fração Autónoma DA GULBENKIAN			
	Fração Autónoma DB GULBENKIAN			

	Pavilhão Serviços Técnicos GUALTAR			
	Edifício do Castelo			
	Escola de Ciências Azurém			
	Escola de Engenharia – Azurém			
	Complexo Pedagógico Bloco B 2ª Fase			
	Complexo Pedagógico Bloco C 2ª Fase			
	Complexo Pedagógico Bloco C			
	Portaria			
	Auditório			
	Lote 12 - Fração A, B, C e D			
	Complexo Pedagógico 1 B A			
	Escola de Enfermagem CANGOSTA DA PALHA			
	Fração Autónoma D E - Lordelo do Ouro			
	Fração Autónoma BM – Cedofeita			
	Escola de Arquitetura			
	Edifício da Associação Académica			
	Expansão da Escola de Ciências			
	Portaria Sul Gualtar			
	1ª Fase A - Instituto de Letras Ciências Humanas			
	1ª Fase B - Escola Ciências			
	Escola Ciências da Educação			
	Escola de Economia e Gestão			
	Escola de Engenharia I e II			
	Complexo Pedagógico I, II e III			
	Escola de Direito			
	Escola de Medicina			
	Biblioteca - Serviços de Documentação			
	Pavilhões em Azurém			
	Biblioteca e Centro de Estudos Azurém			
	IB's Azurém			
	IB's Gualtar			
	Biotério			
	Vivenda Sameiro			

Tabela 82 – Seguros – Equipamentos

Observação	Equipamentos	Apólices	Ramo	Período
Lote VII	Recheio do edifício da Escola de Ciências da UMinho, em Azurém	PA18PR0015	Seguro Multirriscos para o recheio do edifício da Escola de Ciências da UMinho, em Azurém	2018-06-22 a 2019-06-21

Tabela 83 – Seguros – Bolseiros

Observação	Bolseiros	Apólices	Ramo	Período
Lote VIII	Bolseiros	AG63878995	Seguro de Acidentes Pessoais de Grupo para os bolseiros de investigação científica da UMinho	2017-12-01 a 2018-12-01
	Bolseiros	AG63878995	Seguro de Acidentes Pessoais de Grupo para os bolseiros de investigação científica da UMinho	2018-12-01 a 2019-03-01

Tabela 84 – Seguros – Parques

Observação	Responsabilidade Civil Parques da UMinho	Apólices	Ramo	Período
Lote V	Parques de Azurém, Gualtar e Largo do Paço	PA18C90025	Seguro de Responsabilidade Civil da atividade de exploração dos parques de estacionamento da UMinho	2018-01-01 a 2018-12-31

Tabela 85 – Seguros – Responsabilidade Civil

Observação	Responsabilidade Civil Administradores	Apólices	Ramo	Período
Sem Lote	Responsabilidade Civil Conselho Gestão	2506583	Responsabilidade Civil	2018-03-28 a 2019-03-27

Tabela 86 – Seguros – Acidentes de Trabalho

Observação	Acidentes trabalho	Apólices	Ramo	Período
Lote IX	Acidentes trabalho	297301	Seguro de Acidentes de Trabalho para pessoal da UMinho contratado ao abrigo do Código do Trabalho	2018-01-01 a 2018-12-31

Tabela 87 – Seguros – Bolseiros

Observação	Acidentes Bolseiros Equador	Apólices	Ramo	Período
Sem Lote	Acidentes Bolseiros Equador	AG63877278	Acidentes Pessoais Grupo	2017-12-19 a 2018-12-19

Tabela 88 – Seguros – Viaturas

Observação	Viaturas	Apólices	Ramo	Período
Lote VI	Viaturas		Multigarantias Automóvel	2018-06-30 a 2019-06-29
Sem Lote	Viatura 46-67-XB	3100009572561	Multigarantias Automóvel	2018-01-26 a 2019-01-25

Tabela 89 – Seguros – Detalhe Viaturas

Viaturas	Apólices	Matrículas	UO	Ramo	Período
Hyundai Accent	3100009627645	83-12-FN	CMM	Multigarantias Automóvel	2018-06-30 a 2019-06-29
Mazda	3100009627645	04-78-SO	Reitoria	Multigarantias Automóvel	2018-06-30 a 2019-06-29
Nissan Terrano II	3100009627645	99-82-JD	Reitoria	Multigarantias Automóvel	2018-06-30 a 2019-06-29
Citroen Jumper	3100009627645	37-05-GH	DPS	Multigarantias Automóvel	2018-06-30 a 2019-06-29
Peugeot 406	3100009627645	08-70-MF	Reitoria	Multigarantias Automóvel	2018-06-30 a 2019-06-29
Mercedes Vito 110	3100009627645	29-42-OV	Reitoria	Multigarantias Automóvel	2018-06-30 a 2019-06-29
Opel Corsa B Combo	3100009627645	75-98-LQ	S. Correios	Multigarantias Automóvel	2018-06-30 a 2019-06-29
Mercedes Sprinter 313	3100009627645	17-41-PB	Reitoria	Multigarantias Automóvel	2018-06-30 a 2019-06-29
Toyota Dyna	3100009627645	QQ-91-19	Reitoria	Multigarantias Automóvel	2018-06-30 a 2019-06-29
Renault Clio	3100009627645	XJ-20-05	ST	Multigarantias Automóvel	2018-06-30 a 2019-06-29
Land Rover	3100009627645	47-51-LI	U.Arq	Multigarantias Automóvel	2018-06-30 a 2019-06-29
Citroen Xantia	3100009627645	04-13-MN	Reitoria	Multigarantias Automóvel	2018-06-30 a 2019-06-29
Citroen Xantia	3100009627645	04-14-MN	Reitoria	Multigarantias Automóvel	2018-06-30 a 2019-06-29
Peugeot 406	3100009627645	49-04-JN	Reitoria	Multigarantias Automóvel	2018-06-30 a 2019-06-29
Citroen Xantia	3100009627645	43-02-MO	Reitoria	Multigarantias Automóvel	2018-06-30 a 2019-06-29
Land Rover	3100009627645	BZ-15-22	Reitoria	Multigarantias Automóvel	2018-06-30 a 2019-06-29

C) Diferimentos

Analisando o saldo desta rubrica do ativo, nomeadamente o saldo da conta de gastos a reconhecer, comparativamente ao ano transato verifica-se um acréscimo no valor de 232 847€.

Relativamente à conta de rendimentos a reconhecer expressa na rubrica de diferimentos no passivo, a mesma evidenciou uma diminuição no montante de 26 292 240€, que, por um lado, pode ser justificada essencialmente pela reclassificação dos subsídios ao investimento para o património líquido e por outro, pelo aumento dos valores a reconhecer relativos à imputação de subsídios à investigação.

Tabela 90 – Diferimentos, em euros

Descrição	2018	2017
Gastos a reconhecer	328 955	96 108
Rendimentos a reconhecer	118 624 287	144 916 527
Propinas	14 650 979	13 440 849
Subsídios correntes	0	54 010 999
Subsídios à investigação	103 854 049	77 452 111
Outros rendimentos	119 258	12 568

D) Transferências e Subsídios Concedidos

Conforme tabela infra, as transferências e subsídios correntes concedidos pela UMinho aumentaram 491 000€, devido ao aumento de subsídios verificado para as sociedades e quase sociedades não financeiras, instituições sem fins lucrativos e alunos.

Tabela 91 – Transferências e Subsídios Concedidos, em euros

Descrição	2018	2017
Sociedades e Quase Sociedades não Financeiras	751 778	68 516
Públicas	363 618	8 500
Privadas	388 160	60 016
Administração Central	3 370 101	3 527 799
União Europeia - Resto do Mundo	1 381 698	2 667 756
União Europeia - Instituições	561 537	2 667 756
Países Terceiros e Organizações Internacionais	820 161	0
Instituições sem Fins Lucrativos	1 856 812	1 218 063
Alunos	11 000 924	10 387 709
Bolsas	10 999 257	10 371 334
Prémios a alunos	1 667	16 375
Total	18 361 313	17 869 843

E) Juros e Gastos Similares Suportados

A tabela infra discrimina a rubrica de juros e gastos similares, sendo que o maior montante respeita a encargos de depósitos à ordem suportados pela UMinho.

Tabela 92 – Juros e gastos similares suportados, em euros

Descrição	2018	2017
Juros Suportados	4	0
Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	3 571	0
Outros Gastos e Perdas de Financiamento	147 590	0
Outros Classificados em POC-EDU como Financeiros	0	430 591
Total	151 165	430 591

F) Honorários Fiscal Único

O Fiscal Único da UMinho é atualmente António Fernandes, Marta Martins & Associados, SROC, Lda. representada por António Manuel Pinheiro Fernandes. Os honorários faturados durante o exercício de 2018, referem-se exclusivamente a serviços de auditoria com vista à emissão da Certificação Legal de Contas e ascenderam a 18 119,67 € (IVA incluído).

G) Endividamento – Informação sobre o nível de endividamento público em resultado de empréstimos titulados e não titulados contraídos pela entidade

A UMinho não contratualizou empréstimos bancários ou outros empréstimos neste exercício, sendo que os valores em aberto são pagos aos fornecedores, de acordo com o estipulado centralmente, não havendo valores em atraso há mais de 90 dias.

H) Contabilidade de Gestão

Conforme disposto na NCP 27 – Contabilidade de Gestão, a contabilidade de gestão é um sistema obrigatório e constitui um importante instrumento de gestão para análise e controlo dos custos com a educação, bem como dos rendimentos e dos resultados das atividades, sendo que este normativo tipifica, para o efeito, as seguintes divulgações específicas para o subsetor da educação: (a) Por cada curso, indicando os custos diretos e indiretos, o custo por estudante, as receitas imputadas, quando aplicável, e os resultados económicos; (b) Por cada centro de investigação, indicando o custo por projeto e respetivos rendimentos (financiamentos, contratos de prestação de serviços); (c) Por cada serviço prestado à comunidade, incluindo custos diretos e indiretos e os respetivos rendimentos e resultados económicos; (d) Por cada atividade de apoio aos estudantes, indicando o custo por cada refeição, custo por aluno/cama, custo de cada utente na atividade desportiva, custo por cada aluno beneficiário de bolsas/prémios, custo por utente na atividade médica (clínica/psicologia,...).

Apesar do definido no SNC-AP, a contabilidade de gestão ainda não se encontra implementada não sendo possível à UMinho apresentar as divulgações exigidas pelo normativo para esta matéria. De referir, contudo, que o apuramento dos gastos e rendimentos não foram influenciados por esta limitação.

Universidade do Minho, 29 de abril de 2019

O Conselho de Gestão

12.1.3. Relatório e Parecer do Fiscal Único sobre as Demonstrações Individuais



f

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Senhores Membros do Conselho Geral
da Universidade do Minho

1- INTRODUÇÃO

Nos termos das disposições legais aplicáveis, elaboramos e vimos submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório da nossa ação fiscalizadora e o nosso Parecer sobre o relatório de gestão, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e as demonstrações orçamentais apresentados pelo Conselho de Gestão, relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2018.

2- RELATÓRIO

Ao longo do período e com a regularidade e a profundidade que entendemos convenientes, procedemos às verificações e controlos que por lei nos são cometidos, designadamente, examinando os registos contabilísticos e testando de forma aleatória a conformidade dos lançamentos com os documentos que lhe serviram de suporte.

Com regularidade, foram sendo colocados à nossa disposição elementos contabilísticos que nos permitiram acompanhar a gestão da Universidade e verificar as variações patrimoniais ocorridas.

Através de reuniões com responsáveis pelos serviços, fomos sendo postos ao corrente da atividade da Universidade e foram-nos prestando as informações e os esclarecimentos que solicitamos.

O relatório de gestão, balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, demonstrações orçamentais e os respetivos anexos estão apresentados de acordo com as disposições legais aplicáveis, refletem a posição dos registos contabilísticos e apresentam a situação financeira da Universidade, nos termos da opinião que nesta data manifestamos na certificação legal das contas, onde:

- expressamos uma reserva, por não se encontrar implementado um sistema de contabilidade de gestão, não sendo possível efetuar as divulgações previstas na NCP 27;
- incluímos como ênfase, a alteração do normativo e a não comparabilidade entre períodos; e a alteração da política contabilística de mensuração subsequente dos investimentos financeiros em entidades controladas e associadas;
- referimos, no parágrafo de "Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares", que não foi elaborada demonstração de execução do plano plurianual de investimentos.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Gestão e aos serviços da Universidade o nosso apreço pela colaboração prestada.



3- PARECER

Face ao exposto somos de PARECER que as demonstrações financeiras e orçamentais supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como as propostas nele expressas, à exceção do referido na Certificação Legal das Contas, estão de acordo com as disposições contabilísticas legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovadas.

Braga, 30 de abril de 2019

António Fernandes, Marta Martins & Associados, SROC, Lda.

Registo na OROC n.º 327 | Registo na CMVM n.º 20180030

Representada por:

António Manuel Pinheiro Fernandes

Registo na OROC n.º 993 | Registo na CMVM n.º 20160608

4





Ênfases

1. Conforme referido nas Notas 0 - *Adoção pela primeira vez do SNC-AP – divulgação transitória* e 1.2 – *Referencial Contabilístico e Demonstrações Financeiras*, do Anexo às Demonstrações Financeiras, foi utilizado pela primeira vez em 2018 o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, publicado no Decreto – Lei nº 192/2015, de 11 de setembro. Em virtude desta situação, e tendo a Universidade optado por não reexpressar os valores comparativos, não existe comparabilidade entre os valores do ano corrente e do período anterior.

2. Conforme referido nas Notas 2.1 - *Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras*, 2.2 - *Outras políticas contabilísticas relevantes* e 2.5 - *Aplicação inicial de uma NCP* do Anexo às Demonstrações Financeiras, a Universidade alterou o critério de mensuração dos investimentos financeiros em entidades controladas e associadas para o modelo do custo, nos termos do parágrafo 10 da NCP 21, dado que apresentará demonstrações financeiras consolidadas.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta(s) matéria(s).

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa



p

razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 143.185.323 euros) e a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 127.846.824 euros) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, exceto quanto à demonstração de execução do plano plurianual de investimento por não ter sido elaborada.

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Braga, 30 de abril de 2019

António Fernandes, Marta Martins & Associados, SROC, Lda.

Registo na OROC n.º 327 | Registo na CMVM n.º 20180030

Representada por:

António Manuel Pinheiro Fernandes

Registo na OROC n.º 993 | Registo na CMVM n.º 20160608

12.2. Demonstrações Consolidadas

12.2.1. Demonstrações Orçamentais Consolidadas

Demonstração Consolidada de Desempenho Orçamental

Entidade: Grupo Público UMinho				Unidade Monetária: Euro			
Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental							
Rubrica	RECEBIMENTOS	2018 Consolidado	2017 Consolidado	Rubrica	PAGAMENTOS	2018 Consolidado	2017 Consolidado
	Saldo da gerência anterior	15 494 779,61	16 257 029,23				
	Operações orçamentais (1)	15 441 040,93	16 210 190,06				
	Restituição do saldo oper. orçamentais	0,00	0,00				
	Operações de tesouraria (A)	53 738,68	46 839,17				
	Receita corrente	129 072 589,48	128 308 838,29		Despesa Corrente	130 930 842,89	128 759 957,99
R1	Receita Fiscal	0,00	5 000,00	D1	Despesas com o pessoal	85 551 828,09	82 420 836,70
R11	Impostos diretos	0,00	0,00	D11	Remunerações Certas e Permanentes	67 475 243,06	64 934 404,02
R12	Impostos indiretos	0,00	5 000,00	D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	1 965 293,94	1 730 440,52
R2	Contribuições para a segurança social, CGA e ADSE	0,00	0,00	D13	Segurança Social	16 111 291,09	15 755 992,16
R3	Taxas, multas e outras penalidades	23 724 671,82	24 268 739,95	D2	Aquisição de bens e serviços	27 157 564,50	28 046 475,50
R4	Rendimentos de propriedade	2 638,57	2 164,08	D3	Juros e outros encargos	258,23	0,00
R5	Transferências Correntes	95 518 044,06	93 470 169,64	D4	Transferências correntes	17 924 579,54	18 011 740,72
R51	Administrações Públicas	63 928 224,31	61 958 902,43	D41	Administrações Públicas	2 698 221,41	3 006 272,64
R511	Administração Central - Estado	62 421 745,65	60 824 978,00	D411	Administração Central - Estado	0,00	0,00
R512	Administração Central - Outras entidades	1 471 217,44	1 102 924,43	D412	Administração Central - Outras Entidades	2 698 221,41	3 006 272,64
R513	Segurança Social	0,00	0,00	D413	Segurança Social	0,00	0,00
R514	Administração Regional	0,00	0,00	D414	Administração Regional	0,00	0,00
R515	Administração Local	35 261,22	31 000,00	D415	Administração Local	0,00	0,00
R52	Exterior - UE	28 451 797,90	28 165 309,29	D42	Instituições sem fins lucrativos	1 904 034,55	1 293 945,72
R53	Outras	3 138 021,85	3 345 957,92	D43	Famílias	11 202 545,00	10 661 964,68
R6	Venda de bens e serviços	9 827 234,43	10 561 776,30	D44	Outras	2 119 778,58	3 049 557,68
R7	Outras receitas correntes	0,60	988,33	D5	Subsídios	0,00	0,00
	Receita de capital	7 843 846,86	8 178 297,41	D6	Outras despesas correntes	296 612,53	280 905,08
R8	Venda de bens de investimento	120,00	0,00		Despesas de Capital	4 432 921,12	8 548 650,87
R9	Transferências de Capital	7 843 726,86	8 178 297,41	D7	Investimento	4 432 921,12	8 548 650,87
R91	Administrações Públicas	7 826 806,63	8 178 297,41	D8	Transferências de capital	0,00	0,00
R911	Administração Central - Estado	0,00	0,00	D81	Administrações Públicas	0,00	0,00
R912	Administração Central - Outras entidades	7 826 806,63	8 178 297,41	D811	Administração Central - Estado	0,00	0,00
R913	Segurança Social	0,00	0,00	D812	Administração Central - Outras Entidades	0,00	0,00
R914	Administração Regional	0,00	0,00	D813	Segurança Social	0,00	0,00
R915	Administração Local	0,00	0,00	D814	Administração Regional	0,00	0,00
R92	Outras	16 920,23	0,00	D815	Administração Local	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	D82	Outras	0,00	0,00
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	31 344,42	54 324,02	D9	Outras despesas de capital	0,00	0,00
	Receita efetiva (2)	136 947 780,75	136 541 459,72		Despesa efetiva (5)	135 363 764,00	137 308 608,86
	Receita não efetiva (3)	0,00	0,00		Despesa não efetiva (6)	2 000,00	2 000,00
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	D10	Despesa com ativos financeiros	2 000,00	2 000,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	D11	Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00
	Soma (4)=(1)+(2)+(3)	152 388 821,68	152 751 649,78		Soma (7)=(5)+(6)	135 365 764,00	137 310 608,86
	Operações de tesouraria (B)	174 183,07	6 899,51		Operações de tesouraria (C)	112 163,20	0,00
					Saldo para a gerência seguinte	17 138 816,23	15 494 779,61
					Operações orçamentais (8)=(4)-(7)	17 023 057,68	15 441 040,93
					Operações de tesouraria (D)=(A)+(B)-(C)	115 758,55	53 738,68
					Saldo global	1 584 016,75	-767 149,14
					Despesa primária	135 363 505,77	137 308 608,86
					Saldo corrente	-1 858 253,41	-451 119,70
					Saldo de capital	3 410 925,75	-370 353,46
					Saldo primário	1 584 274,98	-767 149,14
					Receita total (1) + (2) + (3)	152 388 821,68	152 751 649,78
					Despesa total (5) + (6)	135 365 764,00	137 310 608,86

Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Naturezas

Entidade: Grupo Público UMinho			Unidade Monetária: Euro		
Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza					
Rubrica	LIQUIDAÇÕES	2018 Consolidado	Rubrica	OBRIGAÇÕES	2018 Consolidado
	Receita corrente	132 011 070,63		Despesa Corrente	134 535 261,50
R1	Receita Fiscal	0,00	D1	Despesas com o pessoal	88 699 990,15
R11	Impostos diretos	0,00	D11	Remunerações Certas e Permanentes	69 379 750,34
R12	Impostos indiretos	0,00	D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	1 982 984,75
R2	Contribuições para a segurança social, CGA e ADSE	0,00	D13	Segurança Social	17 337 255,06
R3	Taxas, multas e outras penalidades	25 418 284,79	D2	Aquisição de bens e serviços	27 458 222,00
R4	Rendimentos de propriedade	2 327,89	D3	Juros e outros encargos	258,23
R5	Transferências Correntes	96 295 603,32	D4	Transferências correntes	18 050 735,98
R51	Administrações Públicas	63 936 875,56	D41	Administrações Públicas	2 698 753,73
R511	Administração Central - Estado	62 411 293,47	D411	Administração Central - Estado	0,00
R512	Administração Central - Outras entidades	1 481 928,34	D412	Administração Central - Outras Entidades	2 698 753,73
R513	Segurança Social	0,00	D413	Segurança Social	0,00
R514	Administração Regional	0,00	D414	Administração Regional	0,00
R515	Administração Local	43 653,75	D415	Administração Local	0,00
R52	Exterior - UE	28 355 535,90	D42	Instituições sem fins lucrativos	2 012 931,52
R53	Outras	4 003 191,86	D43	Famílias	11 204 619,40
R6	Venda de bens e serviços	10 294 854,03	D44	Outras	2 134 431,33
R7	Outras receitas correntes	0,60	D5	Subsídios	0,00
	Receita de capital	7 843 828,86	D6	Outras despesas correntes	326 055,15
R8	Venda de bens de investimento	120,00		Despesas de Capital	4 496 558,40
R9	Transferências de Capital	7 843 708,86	D7	Investimento	4 496 558,40
R91	Administrações Públicas	7 826 788,63	D8	Transferências de capital	0,00
R911	Administração Central - Estado	0,00	D81	Administrações Públicas	0,00
R912	Administração Central - Outras entidades	7 826 788,63	D811	Administração Central - Estado	0,00
R913	Segurança Social	0,00	D812	Administração Central - Outras Entidades	0,00
R914	Administração Regional	0,00	D813	Segurança Social	0,00
R915	Administração Local	0,00	D814	Administração Regional	0,00
R92	Outras	16 920,23	D815	Administração Local	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	D82	Outras	0,00
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	32 341,36	D9	Outras despesas de capital	0,00
	Receita efetiva (1)	139 887 240,84		Despesa efetiva (5)	139 031 819,90
	Receita não efetiva (2)	0,00		Despesa não efetiva (6)	2 000,00
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	D10	Despesa com ativos financeiros	2 000,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	D11	Despesa com passivos financeiros	0,00
	Receita Total (3)=(1)+(2)	139 887 240,84		Despesa Total (7)=(5)+(6)	139 033 819,90

Anexo às Demonstrações Orçamentais Consolidadas**Introdução**

As demonstrações orçamentais consolidadas do Grupo Público UMinho foram elaboradas em conformidade com o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, o qual aprova o SNC-AP, e define as novas normas relativas à consolidação de contas para a Administração Pública, concretamente a NCP n.º 26, onde é definido o perímetro e método de consolidação orçamental.

Em consonância com o referido nas demonstrações separadas da UMinho, o Grupo Público UMinho é constituído pelas participadas presentes na figura 9.

Universidade do Minho				
SASUM 100%	APSI 80%	CVR 56,48%	TecMinho 56,30%	BLCS 50%
IC 50%	CCAB 40,00%	CCG 35,96%	PIEP 31,65%	IDITE Minho 25,45%
CENTI 19,05%	DTX 18,18%	SPINPARK 14,29%	AVEPARK 10,61%	VARD 2015 10,00%
Lab. Paisagem 8,33%	IEMINHO 7,61%	AFTEBI 6,35%	Inst. Design 5,88%	TECI.PT 4,21%
Fund. CEER 3,57%	ISPG 3,34%	APCTP 2,94%	AEDOAVE 2,00%	POOL NET 1,35%
Ofic. Inovação 1,00%	OPEN 0,98%	INTEGRALAR 0,95%	ADRAVE 0,44%	IDARN 0,35%
CITEVE 0,17%	Fund. Bienal C. 0,08%	Fund. Port. Afr. 0,04%		

Figura 9 – Grupo Público UMinho (Anexo Orçamental Consolidado)

De acordo com a NCP n.º 26 (§§ 22 a 24) o perímetro de consolidação das administrações públicas compreende as entidades que em cada período contabilístico integrem o orçamento do estado. Assim, o perímetro de consolidação orçamental da UMinho compreende as seguintes entidades públicas:

- **Serviços de Ação Social da Universidade do Minho (SASUM)** - são uma unidade de serviços da UMinho dotados de autonomia administrativa e financeira, conforme estipulado no art.º 122 dos Estatutos da UMinho, os quais prestam serviços de alojamento, alimentação, bolsas de estudo, apoio médico e psicológico e apoio às atividades desportivas e culturais. Encontram-se sediados no *Campus* de Gualtar, em Braga e estão sob a tutela do Ministério da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior (MCTES).

Nos termos dos Estatutos dos SASUM homologados pelo Despacho n.º 1642/2019, publicados no Diário da República n.º 31, 2.ª série, de 13 de fevereiro, a gestão financeira é assegurada por um Conselho de Gestão, órgão colegial com competências em matérias administrativas e financeiras, o qual é presidido pelo reitor da UMinho.

- **Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva (BLCS)** - é uma biblioteca pública vocacionada e equipada segundo os mais modernos padrões internacionais. Tem entre os seus objetivos a dinamização da leitura e a atracção de novos públicos, bem como o de criar as estruturas conducentes à concretização de uma rede de bibliotecas escolares no concelho de Braga. Nasceu da união de vontades da UMinho e da Câmara Municipal de Braga, tendo em vista a adesão à rede nacional de leitura pública.

- **Instituto Confúcio (IC)** – é um instituto que desenvolve apoios ao nível do ensino da língua chinesa e de outras atividades de âmbito cultural e científico. Tem como objetivo primordial a difusão da língua e cultura chinesa, vocacionado para o desenvolvimento e aprofundamento dos estudos chineses na UMinho e na região envolvente. Iniciou as suas atividades, com os seus órgãos devidamente estabelecidos, no ano de 2007, tendo as suas instalações no Campus de Gualtar, em Braga, junto à Biblioteca Geral.

Nos termos do exposto na NCP n.º 26 (§§ 25 e 26) a consolidação orçamental efetua-se pelo **método da consolidação simples**, o qual se traduz na soma algébrica de rubricas equivalentes de recebimentos e pagamentos, para a Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental, e de liquidações e obrigações para a Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Naturezas. Posteriormente procede-se à eliminação dos saldos resultantes de recebimentos e pagamentos de operações internas, assim como, de liquidações e obrigações recíprocas por naturezas.

Desta forma, aplicou-se o método da consolidação simples a todas as entidades incluídas na consolidação, sendo de referir o seguinte, relativamente aos procedimentos de consolidação:

- Dado que os SASUM são controlados a 100% pela UMinho, a agregação rubrica a rubrica e respetivas eliminações foram efetuadas pela totalidade das transações entre as duas entidades.
- Relativamente à BLCS e ao IC, como estes são controlados em 50% cada um pela UMinho, a agregação rubrica a rubrica e respetivas eliminações foram efetuadas na proporção da percentagem detida.

De referir que estas são as primeiras demonstrações orçamentais consolidadas publicadas pelo Grupo Público UMinho, decorrente da adoção, em 2018, do normativo SNC-AP. Por este facto existem algumas restrições quanto à comparabilidade de algumas rubricas entre períodos, nomeadamente no que concerne à Demonstração Orçamental de Direitos e Obrigações por Naturezas. Tal ocorre devido ao facto de no normativo anterior (POC-Educação) não existir a fase da obrigação no subsistema contabilístico da contabilidade orçamental, contrariamente ao preconizado no SNC-AP. Esta situação torna impossível a apresentação do comparativo, referente às obrigações, para o período de 2017.

Dado que a NCP n.º 26 do normativo vigente, não prevê a elaboração do Anexo Orçamental Consolidado, assim como qualquer divulgação sobre as demonstrações orçamentais consolidadas, tal documento reveste-se de natureza voluntária, com o objetivo de permitir uma melhor compreensão pelos utilizadores das demonstrações orçamentais do Grupo Público UMinho.

12.2.2. Demonstrações Financeiras Consolidadas

Balanço Consolidado

Entidade: Grupo Público UMinho		Unidade Monetária: Euro	
Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2018			
RÚBRICAS	NOTAS	SNC-AP 31/12/2018	POC-E 31/12/2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	138 943 672,95	142 703 258,74
Propriedades de investimento	8	963 512,84	0,00
Ativos intangíveis	3	343 685,53	0,00
Investimentos financeiros	9;18;20;22	3 807 051,86	2 276 229,93
Outros ativos financeiros	18	1 926,12	0,00
		144 059 849,30	144 979 488,67
Ativo Corrente			
Inventários	10	225 537,79	325 472,90
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18	98 474 655,32	0,00
Clientes, contribuintes e utentes	9;18	27 525 547,72	25 088 557,73
Estado e outros entes públicos	18	12 993,18	4 453,27
Acionistas/sócios/associados	18	2 500,00	0,00
Outras contas a receber	18	4 895 245,12	80 188 451,00
Diferimentos	23	396 270,81	175 323,13
Caixa e depósitos	1;18	17 543 450,47	16 558 965,98
		149 076 200,41	122 341 224,01
Total do Ativo		293 136 049,71	267 320 712,68
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	18	140 621 464,39	140 621 464,39
Reservas	18	0,00	22 818,10
Resultados transitados	18	-55 307 489,21	-52 297 774,53
Ajustamentos em ativos financeiros	18	2 550 934,35	-172 295,51
Excedentes de revalorização	18	100 071,08	102 619,07
Outras variações no património líquido	18	63 845 741,55	636 663,51
Resultado líquido do período	18	-2 832 063,61	-2 777 554,46
Interesses que não controlam	18	1 049 169,19	895 277,46
Total do Património Líquido		150 027 827,75	87 031 218,03
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	492 817,21	124 827,00
Financiamentos obtidos	18	8 389,63	0,00
Outras contas a pagar	18	147 265,20	171 745,35
		648 472,04	296 572,35
Passivo Corrente			
Fornecedores	18	544 931,72	2 833 569,73
Estado e outros entes públicos	18	3 502 451,39	3 184 854,16
Financiamentos obtidos	18	6 258,47	5 983,58
Fornecedores de investimentos	18	22 395,14	399 687,66
Outras contas a pagar	18	16 628 262,11	12 913 762,66
Diferimentos	23	121 624 273,07	160 655 064,51
Outros passivos financeiros	18	131 178,02	0,00
		142 459 749,92	179 992 922,30
Total do Passivo		143 108 221,96	180 289 494,65
Total do Património Líquido e Passivo		293 136 049,71	267 320 712,68

Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas

Entidade: Grupo Público UMinho		Unidade Monetária: Euro	
Demonstração dos Resultados por Natureza Consolidada do Período Findo 31 de dezembro de 2018		SNC-AP	POC-E
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e taxas	13	25 539 589,80	23 496 743,12
Vendas	13	3 452 238,61	0,00
Prestações de serviços	13	8 198 673,50	12 180 826,28
Transferências correntes e subsídios correntes obtidos	14	102 225 439,39	100 076 475,72
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	22	-69 455,77	0,00
Variações nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-2 181 761,84	-2 026 168,48
Fornecimentos e serviços externos	23	-26 704 318,87	-28 307 147,60
Gastos com pessoal	19	-87 794 166,11	-83 787 652,58
Transferências e subsídios concedidos	23	-18 109 224,65	-18 254 088,69
Prestações sociais	23	-10 135,84	0,00
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	-493 630,05	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	15	-367 990,21	-95 133,15
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	9;13;22	-113 000,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	13;14	4 010 125,34	2 063 156,61
Outros gastos e perdas		-2 205 019,56	-494 188,30
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		5 377 363,74	4 852 822,93
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3;5;8	-8 078 402,86	-7 579 650,87
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		-2 701 039,12	-2 726 827,94
Juros e rendimentos similares obtidos	13	2 780,60	290 537,58
Juros e gastos similares suportados	23	-152 166,88	-322 789,79
Resultado antes de impostos		-2 850 425,40	-2 759 080,15
Imposto sobre o rendimento		-11 998,39	-15 291,81
Resultado líquido do período		-2 862 423,79	-2 774 371,96
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe		-2 832 063,60	-2 777 554,46
Interesses que não controlam		-30 360,19	3 182,50
		-2 862 423,79	-2 774 371,96

Demonstração Consolidada de Alterações no Património Líquido

Entidade: Grupo Público UMinho														
Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido, em 31 de dezembro de 2018														
Descrição	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade-mãe											Unidade Monetária: Euro	
		Capital/ Património Realizado	Outros Instrumentos do Património	Reservas Legais	Reservas Decorrentes da Transferência de Ativos	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras variações no Património Líquido	Resultado Líquido do Período	TOTAL	Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	(1)	140 621 464,39			22 818,10		-52 297 774,53	-172 295,51	102 619,07	636 663,51	-2 777 554,46	86 135 940,57	895 277,46	87 031 218,03
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico	18									62 812 740,06		62 812 740,06		62 812 740,06
Alterações de políticas contabilísticas												0,00		0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												0,00		0,00
Realização do excedente de revalorização												0,00		0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações	18								-2 547,99			-2 547,99		-2 547,99
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	18				-22 818,10		-3 009 714,68	2 723 229,86		396 337,98	2 777 554,46	2 864 589,52	184 251,92	3 048 841,44
	(2)	0,00	0,00	0,00	-22 818,10	0,00	-3 009 714,68	2 723 229,86	-2 547,99	63 209 078,04	2 777 554,46	65 674 781,59	184 251,92	65 859 033,51
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(3)										-2 832 063,61	-2 832 063,61	-30 360,19	-2 862 423,80
RESULTADO INTEGRAL	(4)-(2)+(3)										-54 509,15	62 842 717,99	153 891,73	62 996 609,72
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital/património												0,00		0,00
Entradas para coberturas de perdas												0,00		0,00
Outras operações												0,00		0,00
	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	(6)-(1)+(2)+(3)+(5)	140 621 464,39	0,00	0,00	0,00	0,00	-55 307 489,21	2 550 934,35	100 071,08	63 845 741,55	-2 832 063,61	148 978 658,56	1 049 169,19	150 027 827,75

Entidade: Grupo Público UMinho														
Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido, em 31 de dezembro de 2017														
Descrição	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade-mãe											Unidade Monetária: Euro	
		Capital/ Património Realizado	Outros Instrumentos do Património	Reservas Legais	Reservas Decorrentes da Transferência de Ativos	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras variações no Património Líquido	Resultado Líquido do Período	TOTAL	Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	(1)	140 621 464,39			22 818,10		-54 034 208,31	-115 463,99	108 565,43	153 958,23	1 763 511,45	88 520 645,30	846 613,95	89 367 259,25
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico												0,00		0,00
Alterações de políticas contabilísticas												0,00		0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												0,00		0,00
Realização do excedente de revalorização												0,00		0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações												0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido							1 736 433,78	-56 831,52	-5 946,36	482 705,28	-1 763 511,45	392 849,73	45 481,01	438 330,74
	(2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 736 433,78	-56 831,52	-5 946,36	482 705,28	-1 763 511,45	392 849,73	45 481,01	438 330,74
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(3)										-2 777 554,46	-2 777 554,46	3 182,50	-2 774 371,96
RESULTADO INTEGRAL	(4)-(2)+(3)										-4 541 065,91	-2 384 704,73	48 663,51	-2 336 041,22
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital/património												0,00		0,00
Entradas para coberturas de perdas												0,00		0,00
Outras operações												0,00		0,00
	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	(6)-(1)+(2)+(3)+(5)	140 621 464,39	0,00	0,00	22 818,10	0,00	-52 297 774,53	-172 295,51	102 619,07	636 663,51	-2 777 554,46	86 135 940,57	895 277,46	87 031 218,03

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Entidade: Grupo Público UMinho		Unidade Monetária: Euro	
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa, do período findo em 31 de dezembro de 2018			
RUBRICAS	NOTAS	Período	
		SNC-AP 2018	POC-E 2017
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		53 555 909,43	37 903 514,00
Recebimentos de utentes		22 961 343,35	0,00
Pagamentos a fornecedores		28 639 642,47	27 771 245,00
Pagamentos ao pessoal		70 373 597,38	83 701 022,00
	Caixa gerada pelas operações	-22 495 987,07	-73 568 753,00
Outros recebimentos/pagamentos		27 791 686,01	75 979 357,00
	Fluxos de caixa das actividades operacionais (a)	5 295 698,94	2 410 604,00
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		4 083 079,70	5 892 019,00
Ativos intangíveis		193 405,69	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Investimentos financeiros		31 374,92	148 031,00
Outros activos		0,00	64 926,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		120,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	5 200,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		29 943,44	1 340 364,00
Transferência de capital		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		2 780,60	3 906,00
Dividendos			
	Fluxos de caixa das actividades de investimento (b)	-4 275 016,27	-4 755 506,00
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		0,00	2 500,00
Doações		0,00	482 705,00
Outras operações de financiamento		0,00	26,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		6 258,47	5 721,00
Juros e gastos similares		1 562,85	192 726,00
Reduções de capital e de outros intrumentos de capital		28 376,27	0,00
	Fluxos de caixa das actividades de financiamento (c)	-36 197,59	286 784,00
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		984 485,08	-2 058 118,00
Efeito das diferenças de câmbio		-3,22	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		16 558 965,39	18 617 084,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1	17 543 450,47	16 558 966,00

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas**0. Adoção pela primeira vez do SNC-AP – divulgação transitória (Não existe correspondência entre as reclassificações e as contas consolidadas)**

Com a adoção no período de 2018 do novo normativo contabilístico (SNC-AP) pela entidade mãe, verificou-se a necessidade de realizar alguns ajustamentos ao último balanço consolidado, o qual foi elaborado tendo em consideração o normativo do POC-Educação. Estes ajustamentos referem-se a reclassificações de ativos e passivos que na transição para o SNC-AP, foram reconhecidos noutras rubricas.

Neste sentido, como estas são as primeiras demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com o novo normativo, foram realizados os seguintes ajustamentos de abertura:

- Reclassificação do montante de 74 028 821,23€ das rubricas de outras contas a receber para a de devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis.
- Reclassificação do montante de 225 299,88€ das rubricas de ativos fixos tangíveis para a de ativos intangíveis.
- Reclassificação dos subsídios ao investimento da rubrica de rendimentos diferidos no passivo, para outras variações no património líquido, no montante de 66 319 651,38€.

De referir que os valores constantes do balanço consolidado e da demonstração dos resultados consolidada do período findo em 31 de dezembro de 2018, não são comparáveis com os valores do período findo em 31 de dezembro de 2017, dado que os valores comparativos não foram reexpressos de acordo com o novo normativo. Sendo assim, o Grupo Público UMinho, nos termos do previsto na IPSAS 33 – First-Time Adoption of Accrual Basis IPSASs, no SNC-AP e no Manual de Implementação do SNC-AP, optou por não reexpressar o comparativo tendo em conta uma análise de custo-benefício. Esta opção, implica a perda de comparabilidade entre 2017 e 2018, designadamente em resultado da classificação dos subsídios ao investimento no Património Líquido em SNC-AP.

1. Identificação da Entidade, Período de Relato e Referencial Contabilístico**1.1. Identificação da entidade e período de relato**

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Público UMinho foram elaboradas em conformidade com o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, o qual aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, e define as novas normas relativas à consolidação de contas para a Administração Pública.

Em consonância com o referido nas demonstrações financeiras separadas da UMinho, o Grupo Público UMinho é constituído pelas participadas presentes na figura 10.

Universidade do Minho				
SASUM 100%	APSI 80%	CVR 56,48%	TecMinho 56,30%	BLCS 50%
IC 50%	CCAB 40,00%	CCG 35,96%	PIEP 31,65%	IDITE Minho 25,45%
CENTI 19,05%	DTX 18,18%	SPINPARK 14,29%	AVEPARK 10,61%	VARD 2015 10,00%
Lab. Paisagem 8,33%	IEMINHO 7,61%	AFTEBI 6,35%	Inst. Design 5,88%	TECI.PT 4,21%
Fund. CEER 3,57%	ISPG 3,34%	APCTP 2,94%	AEDOAVE 2,00%	POOL NET 1,35%
Ofic. Inovação 1,00%	OPEN 0,98%	INTEGRALAR 0,95%	ADRAVE 0,44%	IDARN 0,35%
CITEVE 0,17%	Fund. Bienal C. 0,08%	Fund. Port. Afr. 0,04%		

Figura 10 – Grupo Público UMinho (Anexo Financeiro Consolidado)

Das participadas apresentadas na figura 10, apenas entram no perímetro de consolidação do Grupo Público UMinho as entidades nas quais a UMinho detém controlo (aplicando-se o método de consolidação integral) ou influência significativa (aplicando-se o método da equivalência patrimonial).

Para cumprimento do objetivo de relato transparente, divulgam-se de seguida informações referentes aos interesses nas entidades participadas nos termos do exigido pela NCP n.º 1, assim como outra informação voluntária que se considerou relevante para a compreensão das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Público UMinho.

Período das Demonstrações Financeiras Consolidadas: O Grupo Público UMinho apresentará demonstrações financeiras consolidadas, a serem aprovadas até ao final do mês de junho e correspondem ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018.

1.2. Referencial Contabilístico e Demonstrações Financeiras Consolidadas

Indicação da adoção do referencial contabilístico SNC-AP e justificação das disposições deste normativo que, em casos excecionais, tenham sido derogadas, bem como dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas, considerando a necessidade imperiosa da transmissão de uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Em 2018, o Grupo Público UMinho adotou o SNC-AP que vem permitir dotar as instituições públicas de um sistema orçamental e financeiro mais eficiente e mais convergente, com os sistemas que vêm atualmente sendo adotados a nível internacional. Até ao período findo de 31 de dezembro de 2017, o Grupo Público UMinho utilizou o POC-Educação como referencial contabilístico.

O novo SNC-AP veio permitir implementar a base de acréscimo na contabilidade e relato financeiro das administrações públicas, articulando-a com a atual base de caixa modificada estabelecendo os fundamentos para uma orçamentação do Estado em base do acréscimo, fomentando a harmonização contabilística mediante a preparação de demonstrações orçamentais e financeiras, numa base individual e consolidada, aumentando o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, contribuindo assim para a satisfação das necessidades dos diferentes utilizadores da informação do sistema de contabilidade e relato orçamental e financeiro das Administrações Públicas.

O SNC-AP assenta numa nova estrutura concetual da informação financeira pública, em normas de contabilidade pública convergentes com as *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS), em novos modelos de demonstrações financeiras, numa norma relativa à contabilidade orçamental, numa outra relativa à contabilidade de gestão e num plano de contas multidimensional.

Conforme o art.º 13º do Decreto-Lei n.º 192/2018 “quando o SNC-AP não contemplar o tratamento contabilístico de determinada transação ou evento, atividade ou circunstância, aplicam-se subsidiariamente pela ordem seguinte:

- As Normas Internacionais de Contabilidade Pública que estiverem em vigor;
- O SNC;
- As Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia;
- As Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board.”

No presente período não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as Administrações Públicas.

Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

Os valores constantes do balanço e da demonstração dos resultados do período findo em 31 de dezembro de 2018 não são comparáveis com os valores do período findo em 31 de dezembro de 2017, dado que os valores comparativos não foram reexpressos de acordo com o novo normativo. Sendo assim, o Grupo Público UMinho, nos termos do previsto na IPSAS 33 – First-Time Adoption of Accrual Basis IPSASs, no SNC-AP e no Manual de Implementação do SNC-AP, optou por não reexpressar o comparativo tendo em conta uma análise de custo-benefício. Esta opção, implica a perda de comparabilidade entre 2017 e 2018.

Quando a apresentação ou classificação de itens nas demonstrações financeiras consolidadas for alterada, as quantias comparativas devem ser reclassificadas, a menos que a reclassificação seja impraticável.

Conforme referido na nota anterior, o Grupo Público UMinho optou por não reexpressar o período de 2017. Nos termos das divulgações exigidas pela adoção pela primeira vez do SNC-AP (Divulgação Transitória), são apresentadas as principais reclassificações em termos do normativo de POC- Educação para SNC-AP, na nota 0 do presente anexo.

Comentário do órgão de gestão sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso.

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários. Sendo de referir que de acordo com o previsto no art.º 2º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 5 de junho, conjugado com o previsto no art.º 115º do RJIES, Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, a entidade mãe está obrigada a manter um limite mínimo de saldo mensal médio no IGCP, no valor de 5 M€.

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Tabela 93 – Desagregação de caixa e depósitos, em euros

Entidade: Grupo Público UMinho		Unidade Monetária: Euros	
Desagregação de caixa e depósitos		Euros	
Conta	2018	2017	
Caixa	2 868,09	5 004,00	
Depósitos à Ordem	17 264 969,34	16 553 962,00	
Depósitos bancários à ordem	11 351 656,91	9 839 035,00	
Depósitos à ordem no Tesouro	5 913 312,43	6 714 927,00	
Depósitos a prazo	11 602,58	0,00	
Depósitos consignados	132 832,44	0,00	
Depósitos de garantias e cauções	131 178,02	0,00	
Total caixa e depósitos	17 543 450,47	16 558 966,00	

2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base nas seguintes características qualitativas, postuladas no ponto 5 da Estrutura Concetual presente no Anexo I do DL n.º 192/2015, de 11 de setembro:

Relevância

A informação financeira e não financeira apresentada pelo Grupo Público UMinho é relevante pois é capaz de oferecer valor confirmativo e/ou preditivo.

Pode-se considerar que a informação tem valor confirmativo se confirmar ou alterar expectativas correntes ou passadas. Desta forma, a informação é relevante para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões se confirmar expectativas acerca do grau de cumprimento pelos dirigentes das suas

responsabilidades pelo uso eficiente e eficaz dos seus recursos, pelos objetivos da prestação do serviço e pelos requisitos orçamentais e legais aplicáveis (entre outros).

O valor preditivo da informação é necessário para ajudar a construir expectativas sobre os acontecimentos económicos futuros. Consequentemente, o relato financeiro pode apresentar informação sobre os objetivos, atividades e custos futuros, bem como as quantias e fontes de recursos que se prevê alocar a atividades futuras.

Assim, as funções confirmativas e preditivas da informação estão interrelacionadas, pois a informação acerca do nível e estrutura corrente dos recursos e da sua utilização, ajuda os utilizadores das demonstrações financeiras consolidadas a confirmar o desfecho das estratégias dos dirigentes quanto ao uso dos recursos durante o período e a prever a capacidade da entidade pública para responder às alterações de circunstâncias e antecipar as necessidades futuras das atividades desenvolvidas. De igual forma, a mesma informação ajuda a confirmar ou corrigir expectativas ou revisões passadas dos utilizadores das demonstrações financeiras consolidadas sobre a capacidade da entidade pública para responder a tais alterações de circunstâncias.

Fiabilidade

A informação apresentada nas demonstrações financeiras consolidadas traduz os fenómenos económicos de uma forma completa, neutra e isenta de erros materiais. Estas são as características necessárias para que a informação divulgada pelo Grupo Público UMinho seja útil, uma vez que se pretende uma representação fiel dos diferentes fenómenos, incluindo os económicos.

De referir que para a informação representar com fiabilidade os fenómenos económicos, esta tem de descrever a substância da transação, acontecimento, atividade ou circunstância subjacente, a qual pode não coincidir necessariamente com a sua forma legal, de acordo com o princípio da substância sobre a forma.

Considera-se que a descrição dos fenómenos é completa se não existirem omissões de informação que representem fenómenos económicos relevantes, os quais distorcem a informação das demonstrações financeiras consolidadas e a utilidade das mesmas para os seus utilizadores. Por exemplo, uma descrição completa do ativo fixo tangível incluirá uma representação numérica da quantia agregada desse ativo em conjunto com outra informação quantitativa, descritiva e explicativa necessária para representar fielmente essa classe de ativos. Em alguns casos, a fiabilidade pode incluir a divulgação de informação sobre as principais categorias de ativos fixos tangíveis, os fatores que influenciaram a sua utilização no passado ou possam influenciar no futuro, e a base e o processo de determinar a quantia representada. De igual forma, a informação financeira e não financeira prospetiva, bem como a informação sobre o alcance dos objetivos do serviço e seus resultados, deve ser apresentada com os pressupostos principais que lhe serviu de base, incluindo quaisquer outras explicações necessárias para assegurar que a descrição é completa e útil.

Para que o relato financeiro seja neutro é necessário assegurar a ausência de influências. Assim, a seleção e apresentação da informação financeira e não financeira não é feita com a intenção de atingir um resultado específico, com o objetivo de influenciar os utilizadores das demonstrações financeiras consolidadas para um determinado julgamento ou comportamento. Desta forma, importa referir que alguns acontecimentos económicos presentes na informação financeira ocorrem sob condições de incerteza, o que leva à realização de estimativas baseadas em dados que refletem a melhor informação disponível, tendo sempre em consideração o princípio da prudência.

Por fim, para que a informação financeira esteja isenta de erros materiais não deverão existir erros ou omissões que possam influenciar a descrição dos fenómenos reconhecidos nas demonstrações. Assim, se em alguns casos é possível determinar com exatidão a informação relatada, noutros será necessário a realização de estimativas, as quais deverão estar claramente descritas e explicadas, incluindo as limitações do processo de estimação, cuja seleção e aplicação se espera estar também isenta de erros.

Compreensibilidade

A compreensibilidade consiste na qualidade da informação que é apresentada e que permite que os seus utilizadores entendam o significado das demonstrações financeiras consolidadas. Assim, as explicações acerca da informação financeira e não financeira, bem como os comentários sobre o serviço efetuado durante o período de relato e as expectativas sobre os períodos futuros, devem ser escritos numa linguagem corrente e apresentados de forma clara, para que sejam prontamente perceptíveis pelos diferentes utilizadores.

No sentido de obter uma compreensão unânime das demonstrações financeiras consolidadas, estas são apresentadas de forma clara e concisa, atendendo a que todos os *stakeholders* devem ter um mínimo de conhecimento das atividades desenvolvidas pelo Grupo Público UMinho.

Todos os acontecimentos económicos são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo que para os acontecimentos mais complexos e difíceis de representar, são introduzidas explicações para facilitar a compreensibilidade dos mesmos.

Oportunidade

A informação apresentada nas demonstrações tem por objetivo poder influenciar a tomada de decisões pelos órgãos de gestão do Grupo Público UMinho, pelo que a sua tempestividade é crucial.

De referir que parte da informação pode continuar a ser útil muito depois do período de relato, inclusive para efeitos de tomada de decisões, uma vez que os utilizadores das demonstrações financeiras consolidadas podem entender proceder à avaliação de tendências do desempenho financeiro e das atividades desenvolvidas pelo Grupo Público UMinho e o cumprimento dos orçamentos durante um conjunto de períodos.

Comparabilidade

A qualidade da informação apresentada permite que os utilizadores das demonstrações financeiras consolidadas possam comparar a evolução do Grupo Público UMinho ao longo dos anos, assim como compará-la com outras entidades congéneres.

Tal como referido na nota 1, o Grupo Público UMinho optou por não reexpressar o período de 2017. Contudo, nos termos das divulgações exigidas pela adoção pela primeira vez do SNC-AP, presentes na nota 0, são apresentadas as principais reclassificações em termos do normativo do POC-Educação para o SNC-AP. Desta forma, foram apresentados nos novos modelos de demonstrações financeiras consolidadas os valores por rubrica para 2017, como se no ano transato se estivesse já a utilizar o SNC-AP.

De referir que, a comparabilidade difere da:

- Consistência, pois esta refere-se ao uso das mesmas políticas, princípios contabilísticos e bases de preparação, quer de período para período, dentro da mesma entidade pública, quer no mesmo período, entre diversas entidades públicas. A comparabilidade é uma meta e a consistência ajuda a atingir essa meta.
- Uniformidade, pois esta diz que só se deve agregar o que é igual. Assim, o que é diferente não deve ser agregado, com o objetivo de parecer igual. Consequentemente, a comparabilidade da informação no relato financeiro não é melhorada ao fazer com que coisas diferentes pareçam iguais ou vice-versa.

A informação acerca da posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa de uma entidade pública, bem como do cumprimento dos orçamentos aprovados e das leis e regulamentos sobre a obtenção e utilização dos recursos e das atividades prosseguidas, é necessária para a tomada de decisões. A utilidade dessa informação é melhorada se for comparada com:

- Informação financeira e não financeira prospetiva, previamente apresentada para esse período ou data de relato;
- Informação similar sobre a mesma entidade pública para outro período ou data de relato;
- Informação similar sobre o mesmo período ou data de relato, para outras entidades públicas.

Verificabilidade

A informação apresentada nas demonstrações financeiras consolidadas tem por base informação de qualidade que assegura aos diferentes utilizadores que o relato financeiro traduz a veracidade dos fenómenos económicos e outros acontecimentos relevantes ocorridos na entidade durante o período.

Esta característica possibilita que observadores independentes e conhecedores possam chegar a um consenso, embora possam nem sempre estar de acordo, que:

- A informação representa os fenómenos económicos e outros que pretende representar sem erros materiais ou influências; ou
- Foi aplicado um método de reconhecimento, mensuração ou apresentação sem erros materiais ou influências.

A verificação pode ser direta ou indireta. Pela verificação direta, uma quantia ou outra representação é verificável por si mesma, por exemplo, através de uma contagem de caixa, observando os títulos e as suas cotações, ou confirmando que os fatores identificados como influenciadores do desempenho de um serviço passado estavam presentes e operaram com o efeito identificado. Pela verificação indireta, uma quantia ou outra representação é verificável analisando os dados de base e recalculando os resultados, usando a mesma metodologia. Um exemplo disso é a verificação da quantia escriturada de inventários, através da

análise dos dados de base (quantidades e preços) e recalculando a existência final, usando o mesmo pressuposto do fluxo do custo (custo médio ponderado ou outro).

De referir que a qualidade da verificabilidade não é absoluta. Logo, a informação será tanto mais fiável quanto mais verificável for.

Por fim, o relato financeiro de uma entidade pública pode incluir informação financeira e não financeira, como explicações acerca de:

- Influências significativas no seu desempenho durante o período;
- Resultados ou efeitos futuros esperados dos programas de serviços realizados no período;
- Informação financeira e não financeira prospetiva;

Estas características são atributos indispensáveis para que a informação seja útil para os utilizadores das demonstrações financeiras consolidadas e para que se alcancem os objetivos do relato financeiro.

2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos do Grupo Público UMinho, tendo em consideração o SNC-AP.

O período de vida útil dos Ativos Fixos Tangíveis, Ativos Intangíveis e Propriedades de Investimento são definidos pela Administração da Entidade Mãe, tendo em consideração os seguintes fatores:

- Utilização esperada do ativo, que é avaliada por referência à capacidade ou à produção física esperadas para esse ativo;
- Desgaste físico esperado, que depende de fatores operacionais, tais como o número de turnos durante os quais o ativo será usado, o programa de reparações e manutenções e o cuidado e manutenção do ativo enquanto estiver ocioso;
- Obsolescência técnica e comercial resultante de alterações ou melhoramentos na produção, ou de alterações na procura do mercado para os produtos ou serviços produzidos pelo ativo;
- Limites de natureza legal ou outra sobre o uso do ativo, tais como as datas de expiração de contratos de locação relacionados.

De referir que para a generalidade dos seus ativos, o Grupo Público UMinho utiliza as vidas úteis que se encontram estabelecidas no Classificador Complementar 2 (CC2).

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e qualquer perda por imparidade.

As depreciações são calculadas a partir da data em que os bens estejam disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, para cada grupo de bens, em regime de duodécimos.

Tabela 94 – Vida Útil do Ativo Fixo Tangível

Ativo Fixo Tangível	Vida Útil Estimada CC2
Edifícios e outras construções	10 a 100 anos
Equipamento básico	4 a 10 anos
Equipamento de transporte	4 a 10 anos
Equipamento administrativo	4 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	2 a 8 anos

Os gastos de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em outros benefícios económicos para o ativo, como o aumento da capacidade ou potência, melhoria da qualidade do *output* e redução significativa dos custos de operação, são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

Os edifícios classificados como bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural, não estão a ser depreciados, por não ser possível a sua mensuração com fiabilidade.

Devido à atividade do Grupo Público UMinho, em particular na área de investigação e desenvolvimento, os ativos adquiridos para projetos de investigação poderão ter uma vida útil inferior à estabelecida no CC2 decorrente do desgaste excessivo e obsolescência tecnológica, uma vez que a investigação realizada, para ser competitiva, necessita de equipamento de topo e vanguarda. Estas vidas úteis diferenciadas do CC2 necessitam do parecer favorável do Fiscal Único e posterior deliberação do Conselho de Gestão.

O desreconhecimento de ativos fixos tangíveis que resultem de alienação ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e a sua quantia escriturada na data de alienação ou abate, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados por naturezas, nas rubricas de “Outros gastos e perdas” ou “Outros Rendimentos e Ganhos”, consoante o Grupo Público UMinho tenha obtido mais ou menos-valia com este tipo de acontecimentos económicos.

Os Investimentos em Curso consistem em ativos ainda em fase de construção, encontrando-se mensurados ao custo de aquisição. Estes ativos começarão a ser depreciados a partir do momento em que estejam disponíveis para uso, ou seja, quando estiverem nas condições necessárias para serem capazes de operarem de forma pretendida pelo órgão de gestão do Grupo Público UMinho.

Quando os ativos são adquiridos a título gratuito, é considerado o VPT para os imóveis e o custo do bem recebido ou na falta deste, o respetivo valor de mercado para os restantes ativos.

Propriedades de Investimentos

As Propriedades de Investimento encontram-se mensuradas ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e qualquer perda por imparidade.

As depreciações são calculadas a partir da data em que os bens estejam disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado no CC2, para cada grupo de bens, em regime de duodécimos.

Tabela 95 – Vida Útil das Propriedades de Investimento

Propriedades de Investimento	Vida Útil Estimada CC2
Edifícios e outras construções	50 anos

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se mensurados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas e qualquer perda por imparidade.

As despesas de desenvolvimento e de manutenção são reconhecidas nos resultados dos períodos em que são incorridos.

O método de amortização utilizado é o das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado no CC2, em regime de duodécimos.

Tabela 96 – Vida Útil do Ativo Intangível

Ativo Intangível	Vida Útil Estimada CC2
Programas de computador e sistemas de informação	3 a 5 anos

Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros em entidades controladas, nas demonstrações financeiras consolidadas, estão reconhecidos no balanço consolidado pelo método de consolidação integral.

No que diz respeito aos investimentos financeiros em entidades associadas, nas demonstrações financeiras consolidadas, estão reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial.

Relativamente aos investimentos noutras entidades, estes são mensurados pelo custo de aquisição.

Locações

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais, consoante a substância dos contratos que lhes está subjacente. Desta forma, se um contrato transferir substancialmente todos os riscos e vantagens da posse de um ativo para o Grupo Público UMinho, a locação é classificada como financeira, caso contrário, é classificada como operacional.

Consequentemente, e considerando que a descrição dos fenómenos económicos observa a substância da transação, acontecimento, atividade ou circunstância subjacente, que nem sempre é coincidente com a sua forma legal, os ativos adquiridos através de contratos de locação financeira, são reconhecidos como ativos fixos tangíveis, contabilizando-se as respetivas depreciações e as liquidações dos valores das rendas.

As locações operacionais não são reconhecidas no balanço, apenas divulgadas no ponto 6 (Locações) deste anexo.

Imparidade de Ativos

O Grupo Público UMinho analisa em cada data de relato se as quantias escrituradas dos seus ativos representam fiavelmente os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço, por forma a determinar se existe algum indicador de os mesmos poderem estar com imparidade. Em caso afirmativo, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos, para que se determine a existência da necessidade do reconhecimento de alguma perda por imparidade.

Rendimentos e Gastos

Os rendimentos são mensurados pelo justo valor da contraprestação recebida ou que se espera receber.

Os rendimentos provenientes de prestações de serviços são reconhecidos com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, quando satisfeitas as seguintes condições:

- O rendimento possa ser mensurado com fiabilidade;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para o Grupo Público UMinho;
- A fase de acabamento da transação à data de relato possa ser mensurada com fiabilidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação possam ser mensurados com fiabilidade.

Os rendimentos provenientes da venda de bens só são reconhecidos quando satisfeitas as seguintes condições:

- Todos os riscos e vantagens da compra foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O rendimento pode ser fiavelmente mensurado;
- Seja provável que fluirão para o Grupo Público UMinho benefícios económicos associados à transação;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação possam ser mensurados com fiabilidade.

Os gastos são mensurados pelo custo de aquisição dos bens ou serviços.

No que diz respeito aos ativos adquiridos através de transações sem contraprestação, o seu rendimento é mensurado e reconhecido pelo seu justo valor à data de aquisição.

Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

O Grupo Público UMinho analisa anualmente possíveis ativos e obrigações que decorram de eventos passados, com o objetivo de determinar se os mesmos devem ser divulgados ou reconhecidos.

Neste sentido, são reconhecidas provisões para liquidar obrigações presentes, fiavelmente mensuráveis, resultantes de um ou vários eventos passados, sendo provável que existirá um exfluxo de meios líquidos. Consequentemente, as obrigações são mensuráveis pela quantia que Grupo Público UMinho estima necessária para as liquidar.

Relativamente aos ativos e passivos contingentes, estes apenas são divulgados quando seja provável a existência de um influxo ou exfluxo de recursos.

Dívidas a Receber

As dívidas a receber de clientes, contribuintes e utentes são mensuradas inicialmente pelo justo valor e, subsequentemente, mensuradas ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade acumulada, para que estas reflitam o valor realizável líquido à data de relato.

Dívidas a Pagar

Em regra, as dívidas a pagar aos fornecedores e outras entidades são mensuradas inicialmente pelo justo valor da contraprestação e mensuradas subsequentemente pelo custo amortizado.

Periodizações

Contabilisticamente, as transações são reconhecidas quando ocorrem os eventos económicos, independentemente do momento em ocorre o seu pagamento ou recebimento. De acordo com o regime do acréscimo, as diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidas nas seguintes rubricas do balanço:

- Outras contas a receber;
- Outras contas a pagar;
- Diferimentos.

Benefícios aos Empregados

Os benefícios aos empregados considerados como despesas correntes incluem vencimentos, subsídios de férias e de Natal, abonos relativos a gratificação e representação, subsídio de alimentação, horas extraordinárias, ajudas de custo, abono para falhas, colaborações técnicas e especializadas, indemnizações por cessações de funções, contribuições e outros encargos para a Segurança Social, assim como, outros abonos atribuídos aos empregados em numerário ou espécie.

As obrigações decorrentes dos benefícios aos empregados classificadas como despesas correntes são reconhecidas nos resultados do período em que os respetivos serviços são prestados, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que é liquidado com o respetivo pagamento aos empregados.

No que diz respeito às férias e ao subsídio de férias, de acordo com a legislação vigente, o direito aos mesmos vence-se no dia 31 de dezembro de cada ano. Contudo, o respetivo pagamento só ocorre no ano civil seguinte. Consequentemente, respeitando o regime do acréscimo, estes benefícios são acrescidos ao ano em que se vence os respetivos direitos.

Inventários

Os inventários são mensurados pela quantia mais baixa entre o custo e o valor realizável líquido (compreende o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para realizar a venda). Quando os inventários são adquiridos através de uma transação sem contraprestação são mensurados pelo justo valor à data de aquisição.

De referir que quando a quantia escriturada dos inventários é superior ao seu valor realizável líquido (quantia recuperável) é reconhecida uma perda por imparidade pela respetiva diferença.

A formula de custeio utilizada para o reconhecimento de saídas de inventários é o custo médio ponderado.

2.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas elaboradas pelo Grupo Público UMinho tem em consideração os seguintes princípios:

Continuidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto de que o Grupo Público UMinho continuará a sua atividade no futuro, pois com base na informação disponível e nas expetativas futuras dos órgãos de gestão, não existe a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

Regime do Acréscimo ou da Periodização Económica

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando ocorrem, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, sendo reconhecidos contabilisticamente e divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas dos períodos com os quais se relacionam. Consequentemente, as diferenças entre os rendimentos ou gastos e as respetivas receitas ou despesas são reconhecidas nas rubricas de “Outras contas a receber”, “Outras contas a pagar” e “Diferimentos”.

Consistência de Apresentação

Com a implementação em 2018 do SNC-AP, existe a obrigatoriedade da apresentação de novos modelos de demonstrações financeiras consolidadas, impedindo assim a consistência ao nível da apresentação.

Materialidade e Agregação

Uma informação é materialmente relevante se influenciar as decisões económicas, com base nas demonstrações financeiras consolidadas, tomadas por parte dos seus utilizadores. Desta forma, itens que separados podem ser imaterialmente relevantes, de acordo com a sua natureza e materialidade, podem ser agregados para que as demonstrações traduzam uma maior fiabilidade.

Compensação

Os ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos, dada a sua relevância, não devem ser compensados.

Informação Comparativa

Tal como referido na nota 1, com a adoção do SNC-AP, o Grupo Público UMinho optou por não reexpressar o período de 2017. Consequentemente, nos termos das divulgações exigidas pela adoção pela primeira vez do SNC-AP (Divulgação Transitória), são apresentadas as principais reclassificações em termos do normativo de POC- Educação para SNC-AP.

Apesar da situação descrita no parágrafo anterior, o Grupo Público UMinho nos novos modelos de demonstrações financeiras consolidadas divulgou para o ano de 2017 os valores por rubrica, por forma a que se possa fazer uma análise comparativa entre os dois períodos.

Sempre que exista alteração de políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- A razão para a reclassificação.

Se a reclassificação das quantias comparativas for impraticável, o Grupo Público UMinho divulga:

- A razão para as não reclassificar;
- A natureza dos ajustamentos que teriam sido feitos se as quantias tivessem sido reclassificadas.

2.3. Julgamentos (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram efetuados juízos de valor e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias reconhecidas de ativos e passivos, assim como, as quantias reconhecidas de rendimentos e gastos do período.

O Grupo Público UMinho aplicou as políticas contabilísticas contidas nas normas ou interpretações que são específicas a cada transação e acontecimento económico. De referir que, na ausência de uma norma ou interpretação específica, o órgão de gestão fez juízos de valor na aplicação de políticas contabilísticas, sempre com objetivo de que a informação daí resultante seja relevante e fiável para a tomada de decisões económicas por parte dos utilizadores das demonstrações financeiras consolidadas, de forma a que estas:

- Representem fielmente a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo Público;
- Reflitam a substância económica de transações, acontecimentos e condições e não meramente a respetiva forma legal;
- Sejam neutras;
- Sejam prudentes;
- Sejam completas em todos os seus aspetos materiais.

Os principais juízos de valor efetuados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento;
- Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento;
- Registo de imparidades, provisões e divulgações de passivos e ativos contingentes;
- Especializações diversas.

2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos, durante o ano financeiro seguinte)

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas numa perspetiva de continuidade da atividade do Grupo Público UMinho, logo não existe por parte do órgão de gestão a intenção ou a necessidade de liquidar ou reduzir substancialmente o nível da sua atividade.

De referir que todas as entidades que compõe o Grupo Público UMinho operam em continuidade.

2.5. Aplicação inicial de uma NCP com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou pudesse ter tais efeitos, mas é impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou com efeitos em períodos futuros

Estrutura Concetual

Com a adoção do SNC-AP, e aplicando supletivamente a Norma Contabilística de Relato Financeiro (NCRF) n.º 22 “Subsídios e outros apoios das entidades públicas”, os subsídios ao investimento não reembolsáveis devem ser reconhecidos inicialmente no património líquido e imputados numa base sistemática a rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados com as depreciações. Este tratamento contabilístico também é preconizado pela nota de enquadramento da conta 201 “Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos” do SNC-AP.

Como os subsídios ao investimento de acordo com o POC-Educação deveriam ser mantidos no passivo e imputados a rendimentos consoante a vida útil dos ativos que lhes estão subjacentes, com a implementação do SNC-AP e atendendo ao exposto no parágrafo anterior, foi realizada uma alteração modificativa, tendo sido transferido do passivo para o património líquido o valor de 66 319 651,38€ dos subsídios ao investimento não reembolsáveis.

A 31/12/2017 os valores referentes a estas transferências ostentavam a 54 M€ da UMinho, 11,9 M€ dos SASUM e 440 m€ do CVR.

NCP n.º 23 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos/Estrutura Concetual

Com a adoção do novo normativo, nas demonstrações financeiras consolidadas, e nos termos da NCP n.º 23, as participações das entidades associadas estão reconhecidas no balanço pelo método de equivalência patrimonial. De referir que no anterior normativo (POC-Educação) estas já eram reconhecidas através deste método, contudo antes da aplicação do MEP era expurgado do capital próprio das associadas o valor referente aos subsídios ao investimento, pois no POC-Educação estes subsídios eram reconhecidos no passivo.

Consequentemente, como no SNC-AP estes subsídios são reconhecidos no património líquido, não existe a necessidade de realizar o ajustamento anterior, originando uma variação positiva na rubrica de ajustamentos em ativos financeiros no património líquido de cerca de 2,7 M€.

2.6. Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

Todas as estimativas efetuadas pelo Órgão de Gestão do Grupo Público UMinho na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, bem como, os pressupostos subjacentes, foram determinadas por referência à data de relato, no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como, na experiência de eventos passados. Estas estimativas podem ser influenciadas por variáveis económicas e outros fatores externos, alguns dos quais o Grupo Público UMinho poderá não controlar.

Poderão existir situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas de forma prospetiva. Consequentemente, dado que as estimativas podem ser influenciadas por fatores externos, os resultados reais das transações poderão diferir das estimativas efetuadas.

É entendimento da Administração que todas as estimativas desenvolvidas refletem o melhor critério, dada à informação disponível.

2.7. Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros

Com a adoção do SNC-AP em 1 de janeiro de 2018, verificou-se a necessidade de atualizar as vidas úteis dos edifícios e outras construções para os AFT e PI de acordo com o CC2. Esta situação originou uma menor vida útil remanescente para a maioria dos edifícios e, consequentemente, um aumento do valor das depreciações por exercício.

Dado que o maior impacto decorrente desta alteração da vida útil se verificou na entidade mãe, divulga-se em seguida por edifício a variação registada.

Tabela 97 – Impacto da Alteração da Vida Útil nos Edifícios da Entidade Mãe, em euros

Edifícios	QE Remanescente sem Ajustamento SNC-AP	Vida útil Reman. CIBE	Depreciação CIBE	Vida útil Reman. SNC -AP	Depreciação SNC-AP	Diferença
Propriedades de investimento						
Fração CDE Ed. Navegador	117 059,83	42	2 787,14	33	3 547,27	-760,13
Fração DB Ed. Navegador	54 991,55	42	1 309,32	33	1 666,41	-357,09
Fração HBA Ed. Navegador	37 003,78	42	881,04	33	1 121,33	-240,28
Prédio Avenida Elias Garcia, n.º 43	2 453,63	42	58,42	33	74,35	-15,93
Prédio Avenida Elias Garcia, n.º 47	2 453,63	42	58,42	33	74,35	-15,93
Prédio Avenida Elias Garcia, n.º 54	179 405,36	42	4 271,56	33	5 436,53	-1 164,97
Ed. R. Francisco Man. Melo	206 415,71	42	4 914,66	33	6 255,02	-1 340,36
Fração D - Lordelo do Ouro	36 107,80	54	668,66	45	802,40	-133,73
Fração E - Lordelo do Ouro	32 822,15	54	607,82	45	729,38	-121,56
Fração BM - Cedofeita	28 691,05	54	531,32	45	637,58	-106,26
Impacto nos Resultados das PI						-4 256,26
Ativos fixos tangíveis						
Complexo Pedagógico I	964 506,45	29	33 258,84	19	50 763,50	-17 504,65
Complexo Pedagógico II	3 354 962,66	36	93 193,41	26	129 037,03	-35 843,62
Complexo Pedagógico III	3 969 971,10	42	94 523,12	32	124 061,60	-29 538,48
Biblioteca Geral	2 876 510,20	34	84 603,24	24	119 854,59	-35 251,35
Inst. Letras Ciênc. Humanas	2 432 449,32	31	78 466,11	22	110 565,88	-32 099,77
Escola de Ciências - 1ª Fase	5 871 475,79	35	167 756,45	25	234 859,03	-67 102,58
Escola de Ciências - 2ª Fase	1 659 855,34	43	38 601,29	33	50 298,65	-11 697,36
Escola de Engenharia	3 057 921,43	39	78 408,24	29	105 445,57	-27 037,32
Escola de Economia e Gestão	2 297 446,68	38	60 459,12	29	79 222,30	-18 763,18
Serviços Administrativos	173 443,91	25	6 937,76	15	11 562,93	-4 625,17
Escola de Psicologia	7 889 278,32	47	167 856,99	38	207 612,59	-39 755,60
ICS e Escola Eng.	4 523 061,85	43	105 187,48	34	133 031,23	-27 843,75
Escola de Direito	4 107 572,54	51	80 540,64	41	100 184,70	-19 644,06
Instituto de Bio-Sustentabilidade	3 850 977,59	57	67 561,01	47	81 935,69	-14 374,68
Escola de Medicina	19 266 421,48	51	377 772,97	41	469 912,72	-92 139,75
Portaria Sul	151 723,94	54	2 809,70	45	3 371,64	-561,94
Vivenda Sameiro	28 794,00	26	1 107,46	16	1 799,63	-692,16
Biotério	2 722 700,31	57	47 766,67	47	57 929,79	-10 163,12
Bloco A	2 690 738,56	31	86 798,02	21	128 130,41	-41 332,39
Bloco B (Escola Engenharia 1ª Fase Azurém)	757 952,44	31	24 450,08	21	36 092,97	-11 642,89
Bloco C	2 793 104,54	36	77 586,24	26	107 427,10	-29 840,86
Instituto de Bio-Sustentabilidade	2 471 566,22	56	44 135,11	47	52 586,52	-8 451,40
Escola de Arquitetura	3 668 977,32	43	85 325,05	34	107 911,10	-22 586,04
Esc. Eng. (TecMinho)	4 775 704,98	42	113 707,26	33	144 718,33	-31 011,07
Escola de Ciências	2 924 391,84	41	71 326,63	32	91 387,25	-20 060,61
Biblioteca Geral	2 925 065,42	57	51 316,94	48	60 938,86	-9 621,93
Associação Académica	459 647,24	57	8 063,99	48	9 575,98	-1 512,00
Edifício Portaria	184 665,60	43	4 294,55	34	5 431,34	-1 136,79
Cangosta da Palha - UA, ILCH, TecMinho	741 995,12	29	25 586,04	19	39 052,37	-13 466,34
Ex-Legião Portuguesa	2 819 218,66	15	187 947,91	47	59 983,38	127 964,53
Abade da Loureira	39 993,86	27	1 481,25	18	2 221,88	-740,63
Castelo	323 424,26	23	14 061,92	64	5 053,50	9 008,42
Avenida Central n.º 39-41	66 587,71	25	2 663,51	16	4 161,73	-1 498,22
Avenida Central n.º 43-45	48 791,08	25	1 951,64	16	3 049,44	-1 097,80
Pacinho	69 867,89	26	2 687,23	17	4 109,88	-1 422,65
D. Afonso Henriques	536 721,77	51	10 523,96	42	12 779,09	-2 255,13
Bibl. Lúcio Craveiro da Silva	938 585,34	40	23 464,63	31	30 276,95	-6 812,31
Associação Académica	8 036,03	15	535,74	6	1 339,34	-803,60
Fração DA Loja r/c Fundação Cal. Gulbenkian	2 495,50	20	124,78	11	226,86	-102,09
Fração DB Loja r/c Fundação Cal. Gulbenkian	2 495,49	20	124,77	11	226,86	-102,09
Edifícios Fração A	22 599,79	47	480,85	38	594,73	-113,88
Edifícios Fração B	22 599,79	47	480,85	38	594,73	-113,88
Edifícios Fração C	22 599,79	47	480,85	38	594,73	-113,88
Edifícios Fração D	22 599,79	47	480,85	38	594,73	-113,88
Casa Museu de Monção	126 846,47	42	3 020,15	83	1 528,27	1 491,88
Museu Nogueira da Silva	956 085,40	25	38 243,42	16	59 755,34	-21 511,92
Impacto nos Resultados do AFT						-573 638,02
Impacto Total nos Resultados						-577 894,28

Pela análise da tabela anterior, considerando que não existiu qualquer grande reparação nos edifícios, sendo a redução da vida útil a única variável, pode-se inferir que esta alteração originou um impacto negativo nos resultados da entidade mãe, em cerca de 578 000,00€.

3. Ativos Intangíveis

Vida útil e métodos de amortização

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzidos das respetivas amortizações acumuladas e qualquer possível perda por imparidade. As amortizações foram calculadas utilizando o método das quotas constantes em regime duodecimal, sendo estimadas vidas úteis finitas, de acordo com o estabelecido no CC2.

Outras divulgações

Com a divulgação das tabelas infra, pretende-se evidenciar os movimentos ocorridos na quantia escriturada dos ativos intangíveis, assim como, nas respetivas depreciações e perdas por imparidade.

Tabela 98 – Ativos Intangíveis – Variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas

Entidade: Grupo Público UMinho								
Ativos Intangíveis - Variação das Amortizações e Perdas por Imparidade Acumuladas								
Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)-(3)-(4)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)-(3)-(4)
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	0,00	0,00	0,00	4 379 899,93	4 036 214,40	0,00	0,00
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	4 379 899,93	4 036 214,40	0,00	343 685,53

Tabela 99 – Ativos Intangíveis – Quantia Escriturada e Variações do Período

Entidade: Grupo Público UMinho										
Ativos Intangíveis - Quantia Escriturada e Variações do Período										
Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final +(7)+(8)+(9)+(10)
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos int. de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	492 795,01	0,00	0,00	0,00	0,00	-149 109,48	0,00	0,00	343 685,53
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	492 795,01	0,00	0,00	0,00	0,00	-149 109,48	0,00	0,00	343 685,53

Tabela 100 – Ativos Intangíveis – Adições

Entidade: Grupo Público UMinho									
Ativos Intangíveis - Adições									
Unidade Monetária: Euro									
Rubricas	Adições								
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)
ATIVOS INTANGÍVEIS									
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	236 629,31	256 165,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	492 795,01
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	236 629,31	256 165,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	492 795,01

5. Ativos Fixos Tangíveis

Vida útil e métodos de amortização

Os ativos fixos tangíveis, assim como os investimentos em curso, são mensurados e reconhecidos ao custo de aquisição.

O método de depreciação usado nos AFT é o das quotas constantes em regime duodecimal, sendo as vidas úteis estimadas de acordo com o estabelecido no CC2.

Outras divulgações

De referir que a UMinho possui dois imóveis classificados como de domínio público, o Ex-Magistério Primário de Braga/Congregados e a Biblioteca Pública de Braga onde se inclui o Largo do Paço. Considerando a dificuldade de mensurar fiavelmente o seu valor, designadamente por não possuírem valor de mercado, estes não estão a ser depreciados como os restantes ativos, dado que se o seu valor fosse reduzido pela depreciação ainda provocaria uma distorção maior nas demonstrações financeiras consolidadas. Consequentemente, foram anuladas as depreciações acumuladas destes dois edifícios no valor de 32 690,90€.

Tabela 101 – Ativos Fixos Tangíveis – Variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

Entidade: Grupo Público UMinho					Unidade Monetária: Euro			
Ativos Fixos Tangíveis - Variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas								
Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)-(3)-(4)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)-(3)-(4)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	431 091,97	0,00	0,00	431 091,97
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	431 091,97	0,00	0,00	431 091,97
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	7 497 873,77	0,00	0,00	7 497 873,77	10 584 029,27	0,00	0,00	10 584 029,27
Edifícios e outras construções	165 243 018,67	43 185 784,48	0,00	122 057 234,19	163 618 931,21	46 689 904,90	0,00	116 929 026,31
Equipamento básico	64 527 339,71	54 118 744,49	0,00	10 408 595,22	65 259 314,74	56 349 395,36	0,00	8 909 919,38
Equipamento de transporte	545 041,84	532 741,53	0,00	12 300,31	510 218,24	489 211,75	0,00	21 006,49
Equipamento administrativo	31 830 913,91	29 417 068,38	0,00	2 413 845,53	26 914 734,60	25 457 693,98	0,00	1 457 040,62
Equipamento biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	8 377 776,49	8 332 133,27	0,00	45 643,22	9 277 168,97	8 940 039,35	0,00	337 129,62
Ativos fixos tangíveis em curso	267 766,50	0,00	0,00	267 766,50	274 429,29	0,00	0,00	274 429,29
	278 289 730,89	135 586 472,15	0,00	142 703 258,74	276 438 826,32	137 926 245,34	0,00	138 512 580,98
Total	278 289 730,89	135 586 472,15	0,00	142 703 258,74	276 869 918,29	137 926 245,34	0,00	138 943 672,95

Tabela 102 – Ativos Fixos Tangíveis – Quantia Escriturada e Variações do Período

Entidade: Grupo Público UMinho										
Ativos Fixos Tangíveis - Quantia Escriturada e Variações do Período										Unidade Monetária: Euro
Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações (modelo do custo)								Quantia escriturada final
		Adições	Transf. internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças Cambiais	Diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	431 091,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	431 091,98
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	431 091,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	431 091,98
Ativos fixos em concessão										
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	7 497 873,77	160 250,00	2 925 905,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 584 029,27
Edifícios e outras construções	121 626 142,22	1 732 910,01	-2 925 905,50	0,00	0,00	0,00	-3 536 811,32	0,00	32 690,90	116 929 026,31
Equipamento básico	10 276 792,23	2 068 195,60	0,00	0,00	0,00	0,00	-3 300 673,69	0,00	-48 191,08	8 996 123,06
Equipamento de transporte	12 300,31	27 100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-12 718,82	0,00	-28 703,63	-2 022,14
Equipamento administrativo	2 188 545,68	254 873,16	1 996,48	0,00	0,00	0,00	-987 076,51	0,00	-40 631,85	1 417 706,96
Equipamento biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	299 527,30	111 458,87	0,00	0,00	0,00	0,00	-71 672,32	0,00	-26 025,62	313 288,23
Ativos fixos tangíveis em curso	267 766,49	187 350,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-180 687,35	274 429,28
	142 168 948,00	4 542 137,78	1 996,48	0,00	0,00	0,00	-7 908 952,66	0,00	-291 548,63	138 512 580,97
Total	142 600 039,98	4 542 137,78	1 996,48	0,00	0,00	0,00	-7 908 952,66	0,00	-291 548,63	138 943 672,95

Tabela 103 – Ativos Fixos Tangíveis – Adições

Entidade: Grupo Público UMinho										
Ativos Fixos Tangíveis - Adições										
Unidade Monetária: Euro										
Rubricas	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
(12)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)+(11)										
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrim. histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão										
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrim. histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	0,00	160 250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	114 563,53	1 618 346,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	557,23	2 067 638,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	0,00	27 100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	254 873,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	111 458,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	187 350,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	115 120,76	4 427 017,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	115 120,76	4 427 017,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Tabela 104 – Ativos Fixos Tangíveis – Diminuições

Entidade: Grupo Público UMinho						
Ativos Fixos Tangíveis - Diminuições						
Unidade Monetária: Euro						
Rubricas	Diminuições					
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	32 690,90	32 690,90
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	-48 191,08	-48 191,08
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	-28 703,63	-28 703,63
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	-40 631,85	-40 631,85
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	-26 025,62	-26 025,62
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	-180 687,35	-180 687,35
	0,00	0,00	0,00	0,00	-291 548,63	-291 548,63
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	-291 548,63	-291 548,63

Tabela 105 – Ativos Fixos Tangíveis – Variação do Excedente de Revalorização

Entidade: Grupo Público UMinho					
Ativos Fixos Tangíveis – Variação do Excedente de Revalorização					
Unidade Monetária: Euro					
Rubricas	Excedente de revalorização inicial	Reforço	Realização	Transferências	Excedente de revalorização final
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(2)+(3)-(4)-(5)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural					
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis					
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	9 184,18	0,00	0,00	0,00	9 184,18
Equipamento básico	85 925,28	0,00	1 511,85	0,00	84 413,43
Equipamento de transporte	523,02	0,00	0,00	0,00	523,02
Equipamento administrativo	6 337,09	0,00	1 036,14	0,00	5 300,95
Equipamentos biológicos	649,50	0,00	0,00	0,00	649,50
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	102 619,07	0,00	2 547,99	0,00	100 071,08
Total	102 619,07	0,00	2 547,99	0,00	100 071,08

De referir que os SASUM, são a única entidade com ativos revalorizados.

6. Locações

As locações operacionais do Grupo Público UMinho são divulgadas na tabela seguinte.

Tabela 106 – Locações

Entidade: Grupo Público UMinho										
Locações operacionais - Locatário										
Unidade Monetária: Euro										
Bens Locados	Valor do contrato (2)	Pagamento efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos (5)
		(3)				(4)				
		Período		Acumulado						
		Pag. mínimos	Rendas conting.	Pag. mínimos	Rend. Conting.	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Sup. a 5 anos	Total	
1 - VLP 85-QM-88 (UMinho)	18 394,56	4 598,64	0,00	14 409,08	0,00	3 985,48	0,00	0,00	3 985,48	3 907,33
2 - VLP 00-QN-33 (UMinho)	18 394,56	4 598,64	0,00	14 409,08	0,00	3 985,48	0,00	0,00	3 985,48	3 907,33
3 - VLP 00-QN-28 (UMinho)	18 394,56	4 598,64	0,00	14 409,08	0,00	3 985,48	0,00	0,00	3 985,48	3 907,33
4 - VLP 47-QO-58 (UMinho)	35 856,96	8 964,24	0,00	27 838,95	0,00	8 018,01	0,00	0,00	8 018,01	7 860,79
5 - VLP 40-TU-01 (UMinho)	53 678,52	17 892,84	0,00	22 366,05	0,00	17 892,84	13 419,63	0,00	31 312,47	31 228,02
6 - 2 Viat. PICKUP 4x4 (UMinho)	64 174,80	0,00	0,00	0,00	0,00	24 956,82	39 217,98	0,00	64 174,80	61 896,51
7 - CHILLERS (UMinho)	187 341,16	0,00	0,00	0,00	0,00	62 859,68	124 481,48	0,00	187 341,16	180 117,18
8 - Impressoras (UMinho)	27 297,14	5 118,21	0,00	14 785,94	0,00	8 530,35	3 980,85	0,00	12 511,20	12 189,36
9 - Serv. aluguer 2 viat. (SASUM)	24 464,52	5 129,67	0,00	5 129,67	0,00	8 154,84	11 180,01	0,00	19 334,85	19 334,85
Total	447 996,78	50 900,88	0,00	113 347,85	0,00	142 368,98	192 279,95	0,00	334 648,93	324 348,71

A tabela seguinte faz uma breve descrição dos contratos em regime de locação operacional, os quais pertencem apenas à entidade mãe.

Tabela 107 – Descrição dos Contratos de Locação Operacional Significativos

Contratos	Data de Início	Data Final	Opção de Compra	Cláusulas de Escalonamento
Contrato 1 - VLP 85-QM-88 (Leaseplan)	13-11-2015	12-11-2019	Sem opção de compra	5
Contrato 2 - VLP 00-QN-33 (Leaseplan)	13-11-2015	12-11-2019	Sem opção de compra	5
Contrato 3 - VLP 00-QN-28 (Leaseplan)	13-11-2015	12-11-2019	Sem opção de compra	5
Contrato 4 - VLP 47-QO-58 (Leaseplan)	23-11-2015	22-11-2019	Sem opção de compra	5
Contrato 5 - VLP 40-TU-01 (Leaseplan)	01-03-2017	30-09-2020	Sem opção de compra	4
Contrato 6 - 2 Viat. PICKUP 4x4 (Leaseplan)	01-02-2018	31-10-2021	Sem opção de compra	4
Contrato 7 - CHILLERS	01-01-2018	31-12-2021	Sem opção de compra	4
Contrato 8 - Impressoras	01-05-2016	31-07-2020	Sem opção de compra	5

Relativamente ao contrato referente aos serviços de aluguer de duas viaturas dos SASUM não foi divulgado nas suas contas individuais qualquer descrição do mesmo.

8. Propriedades de Investimento

Vida Útil e Método de Depreciação

A UMinho é a única entidade do Grupo Público UMinho que detém Propriedades de Investimento, as quais compreendem terrenos e edifícios detidos para a obtenção de rendimentos, através de rendas e/ou valorização do capital, mas não para o uso na sua atividade operacional.

As Propriedades de Investimento são inicialmente mensuradas ao custo de aquisição e encontram-se reconhecidas no balanço consolidado, deduzidas de depreciações e de qualquer perda por imparidade.

O método de depreciação usado nas Propriedades de Investimento é o das quotas constantes em regime duodecimal, sendo as vidas úteis estimadas de acordo com o estabelecido no CC2.

Outras Divulgações

Com a análise das tabelas infra constata-se que a diminuição verificada nas propriedades de investimento relaciona-se com as depreciações do período e com a correção de depreciações acumuladas.

De referir que foram transferidos 286 449,07€ da rubrica de edifícios e outras construções para a rubrica de terrenos e outras construções.

Ainda relativamente às propriedades de investimentos, foram anuladas depreciações acumuladas no valor de 4 531,56€, já que as mesmas respeitavam a um terreno que se encontrava a ser depreciado.

Tabela 108 – Propriedades de Investimento – Variação das Depreciações e Perdas por Imparidade Acumuladas

Entidade: Grupo Público UMinho								
Propriedades de Investimento - Variação das Depreciações e Perdas por Imparidade Acumuladas								
Unidade Monetária: Euro								
Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta (2)	Depreciações acumuladas (3)	Perdas por imparidade acumuladas (4)	Quantia escriturada (5)	Quantia bruta (2)	Depreciações acumuladas (3)	Perdas por imparidade acumuladas (4)	Quantia escriturada (5)=(2)-(3)-(4)
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)-(3)-(4)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)-(3)-(4)
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO								
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	286 449,07	0,00	0,00	286 449,07
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	924 371,17	247 307,40	0,00	677 063,77
Outras propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	1 210 820,24	247 307,40	0,00	963 512,84

Tabela 109 – Propriedades de Investimento – Quantia Escriturada e Movimentos do Período

Entidade: Grupo Público UMinho											
Propriedades de investimento - Quantia Escriturada e Movimentos do Período											
Unidade Monetária: Euro											
Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final	Gastos do exercício	Rendimentos do exercício	
		Adições	Transferências internas à entidade	Depreciações do período	Perdas por imparidade	Reversões perdas por imparidade	Diferenças cambiais			Rendas	Outros
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO											
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	286 449,07	0,00	0,00	0,00	0,00	286 449,07	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	979 322,00	4 531,56	-286 449,07	-20 340,72	0,00	0,00	0,00	677 063,77	0,00	230 473,20	0,00
Outras propried. de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propried. de investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	979 322,00	4 531,56	0,00	-20 340,72	0,00	0,00	0,00	963 512,84	0,00	230 473,20	0,00

No que concerne ao justo valor das Propriedades de Investimento, por estas se encontrarem mensuradas ao modelo do custo, não foi determinado o seu justo valor através de um perito independente. Contudo, se analisarmos o ponto 1.3.13 da 2ª versão do Manual de Implementação do SNC-AP, este refere que o “VPT constitui um modelo de avaliação de prédios que se considera proporcionar informação que cumpre as características qualitativas da informação financeira previstas na Estrutura Concetual”. O mesmo ponto refere ainda que “relativamente aos prédios rústicos e urbanos, na transição para o SNC-AP, (...) estes podem ficar mensurados pelo seu Valor Patrimonial Tributário (VPT), em substituição do justo valor”. Assim, apesar de não se divulgar o justo valor das Propriedades de Investimento, em sua substituição divulga-se, através da tabela seguinte, o seu VPT, em consonância com aquele Manual de Implementação do SNC-AP. A Administração da UMinho considera que o VPT é um indicador que proporciona informação semelhante ao justo valor.

Tabela 110 – Propriedades de Investimento – Adições

Propriedades de Investimento	VPT
Fração CDE Ed. Navegador	109 453,04 €
Fração DB Ed. Navegador	232 991,13 €
Fração HBA Ed. Navegador	154 158,20 €
Prédio Avenida Elias Garcia, n.º 43	7 105,00 €
Prédio Avenida Elias Garcia, n.º 47	7 105,00 €
Prédio Avenida Elias Garcia, n.º 54	1 976 306,50 €
Ed. R. Francisco Man. Melo	1 204 296,68 €
Fração D - Lordelo do Ouro	53 711,93 €
Fração E - Lordelo do Ouro	48 824,38 €
Fração BM - Cedofeita	42 679,15 €
Total	3 836 631,01 €

9. Imparidade de Ativos

A cada data de relato, o Grupo UMinho faz uma análise aos seus ativos, geradores de caixa ou não, por forma a determinar se os mesmos apresentam alguma perda por imparidade.

Consideram-se como ativos geradores de caixa, aqueles detidos com o objetivo principal de gerarem retorno económico. Consequentemente, os que não são detidos com esse propósito, são classificados como não geradores de caixa.

Como o Grupo UMinho apenas tem imparidades constituídas sobre investimentos financeiros, a divulgação destas imparidades apresenta-se na nota 18 “Instrumentos Financeiros”.

10. Inventários

Relativamente aos inventários reconhecidos no balanço consolidado do Grupo Público UMinho, apresenta-se nas tabelas seguintes a sua desagregação e movimentos do período.

Tabela 111 – Inventários

Entidade: Grupo Público Minho			Unidade Monetária: Euros
Inventários			
Rubricas	Quantia bruta (1)	Imparidade Acumulada a 31/12/2018 (2)	Quantia Recuperável (3)=(1)-(2)
Mercadorias	62 185,42	0,00	62 185,42
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	163 352,37	0,00	163 352,37
Total	225 537,79	0,00	225 537,79

Tabela 112 – Movimentos do Período

Entidade: Grupo Público Minho									
Movimentos do Período									
Unidade Monetária: Euros									
Rubricas	Quantia escriturada inicial (1)	Compras Líquidas (2)	Consumos/gastos (3)	Var. nos invent. da produção (4)	Perdas por Imparidade (5)	Reversões de perdas por imparidade (5)	Outras reduções de inventários (6)	Outros aumentos de inventários (7)	Quantia escriturada final (9)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)
Mercadorias	92 644,58	856 263,36	-883 308,72	0,00	0,00	0,00	-3 413,80	0,00	62 185,42
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	232 828,32	1 230 020,35	-1 298 453,12	0,00	0,00	0,00	-1 043,18	0,00	163 352,37
Total	325 472,90	2 086 283,71	-2 181 761,84	0,00	0,00	0,00	-4 456,98	0,00	225 537,79

13. Rendimentos de Transações com Contraprestação

A quantia de cada categoria significativa de rendimentos de transações com contraprestação reconhecida em 2018 pelo Grupo Público UMinho apresenta-se na tabela infra.

Tabela 113 – Rendimentos de Transações com Contraprestação

Entidade: Grupo Público Minho	
Rendimentos de Transações com Contraprestação	
Unidade Monetária: Euro	
Rubricas	2018
Vendas	3 452 238,61
Prestações de serviços e concessões	8 198 673,50
Taxas	25 441 741,13
Outros rendimentos e ganhos	1 349 003,85
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	2 780,60
Total	38 444 437,69

14. Rendimentos de Transações sem Contraprestação

Tabela 114 – Rendimentos de Transações sem Contraprestação

Entidade: Grupo Público Minho				
Rendimentos de Transações sem Contraprestação				
Unidade Monetária: Euro				
Tipo de Rendimento (1)	Rendimento do Período reconhecido em (2)		Quantias por Receber (3)	
	Resultados	Património Líquido	Início do Período	Final do Período
Impostos Diretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e outras penalidades	97 848,67	0,00	0,00	11 578,41
Transferências sem condição	61 580 497,38	0,00	0,00	416,16
Transferências com condição	171 816,94	16 920,23	0,00	0,00
Subsídios sem condição	1 417 391,16	0,00	0,00	0,00
Subsídios com condição	40 200 954,14	0,00	77 863 479,26	98 474 655,32
Legados, ofertas e doações	272 170,93	199,90	0,00	0,00
Outros	1 243 730,33	0,00	0,00	0,00
Total	104 984 409,55	17 120,13	77 863 479,26	98 486 649,89

A rubrica de subsídios sem condição compreende o valor de subsídios ao investimento que foram reconhecidos em rendimentos no corrente ano. Sendo de referir que este tipo de subsídios é imputado a rendimentos consoante a vida útil dos ativos fixos tangíveis que lhes estão subjacentes. A tabela seguinte desagrega os subsídios ao investimento da entidade mãe.

Tabela 115 – Subsídios ao Investimento

Entidade: Universidade do Minho											Unidade Monetária: Euro		
Subsídios ao Investimento 2018													
Descrição	Ano Subsídio (1)	Entrada em Funciona. (2)	Vida Útil Reman. a 01/01/2018 (3)	Aumento de Vida Útil em 2018 (4)	Vida Útil Reman. (5)	Final da Utilizaçã o (6)=(2)+(5)	Valor do Financiamento Obtido (7)	Valor do Financiamento Remanescente Corrigido (2017) (8)	Trabalhos Espelizados gastos no período em ocorreram	Tx Imp. A Rendi. (9)	Imputação Anual a Rend. 2018 (10)=(8)*(9)	Valor do Financiamento Remanescente (2018) (11)=(8)-(10)	
Escola Ciências da Saúde	2009	2009	41	0	41	2049	13 639 695,02	11 611 958,03		0,0244	283 218,49	11 328 739,54	
Escola de Direito	2009	2009	41	0	41	2049	2 863 637,68	2 434 083,43		0,0244	59 367,89	2 374 715,54	
Escola Ciências da Educação (Edifício 13 e 14 Inst. Educ. Esc. Psic.)	2009	2006	38	0	38	2043	6 646 009,03	5 337 768,31		0,0263	140 467,59	5 197 300,72	
Escola Engenharia (2ª Fase) (Braga Edifício 15 e 16 ICS e Escola de Engenharia)	2007	2002	34	0	34	2035	4 447 131,13	3 273 257,37		0,0294	96 272,28	3 176 985,09	
Escola Arquitetura e arranjos exteriores	2006	2002	34	0	34	2035	3 600 253,87	2 666 854,19		0,0294	78 436,89	2 588 417,30	
Escola Ciências (expansão - 2001)	2005	2001	33	0	33	2033	1 721 978,79	1 234 075,05		0,0303	37 396,21	1 196 678,84	
Complexo Pedagógico III e arranjos exteriores	2004	2000	32	10	42	2041	1 181 176,52	826 816,46		0,0238	19 686,11	807 130,35	
Escola de Ciências e Engenharia - Braga (1ª Fase)	1990	1993	25	10	35	2027	4 650 831,00	2 712 946,00		0,0286	77 512,74	2 635 433,26	
Escola de C. e Engª - 1ª Fase B - Azurém (Edifício 2 Bloco B)	1990	1989	21	0	21	2009	1 873 095,00	967 747,77		0,0476	46 083,23	921 664,54	
Complexo Pedagógico II - Pólo de Guimarães (Edifício 3 Bloco C)	1990	1994	26	10	36	2029	2 757 010,00	1 654 183,84		0,0278	45 949,55	1 608 234,29	
Escola de Economia e Gestão – Braga	1993/4	1997	29	0	29	2025	2 405 078,00	1 563 283,76		0,0345	53 906,34	1 509 377,42	
(Deptº de Inf. E Engª Biológica - Braga) Escola de Engenharia	1993	1997	29	0	29	2025	3 759 479,00	2 443 634,96		0,0345	84 263,27	2 359 371,69	
Escola de Engenharia - Guimarães (Edifício 11 Esc. Eng. (TecMinho))	1994	2001	33	0	33	2033	4 866 870,00	3 487 895,96		0,0303	105 693,82	3 382 202,14	
Escola de Ciências – Guimarães	1994	2000	32	0	32	2031	2 972 089,00	2 080 444,42		0,0313	65 013,89	2 015 430,53	
IB-S - Gualtar – Construção	2015	2015	47	0	47	2061	3 111 547,64	2 839 416,27	166 551,00	0,0213	60 413,11	2 779 003,16	
IB-S - Azurém – Construção	2015	2015	47	0	47	2061	2 344 482,26	2 180 355,89	46 900,00	0,0213	46 390,55	2 133 965,34	
Biotério – Construção	2015	2015	47	0	47	2061	1 812 079,12	1 633 552,48	87 921,00	0,0213	34 756,44	1 598 796,04	
ADB	2015	2015	47	0	47	2061	2 446 635,22	1 611 469,01	19 703,00	0,0213	34 286,57	1 577 182,44	
Largo do Paço – Reabilitação	2015	2015		0			70 388,55	70 388,55			0,00	70 388,55	
Arranjos Exteriores – Construção	2015	2015		0			144 958,52	144 958,52			0,00	144 958,52	
Biblioteca e Centro de Estudos (AZURÉM)	2015	2016	48	0	48	2063	2 397 162,92	2 317 257,48		0,0208	48 276,20	2 268 981,28	
Total							69 711 588,27	53 092 347,75			1 417 391,16	51 674 956,60	

Os subsídios com condição, discriminados na tabela abaixo, pertencem maioritariamente à entidade mãe, compreendendo financiamentos de projetos de investigação e desenvolvimento, sendo levados a rendimentos à medida da execução de cada projeto. Relativamente a estes subsídios, na entidade mãe, o valor reconhecido em rendimentos diferidos ascende a 103 854 049,40€, e por receber o valor é de 98 474 655,32€, tal como demonstra a tabela infra.

Tabela 116 – Subsídios à exploração

Entidade: Universidade do Minho Subsídios à Exploração 2018					Unidade Monetária: Euro		
Organismo	Orçamento Global	Valor Co Financiado	Valor recebidos até 31/12/2017	Valor recebido até 31/12/2018	Soma de 2018	Conta 201	Conta 2821
Agência de Inovação	16 787 832,20	12 243 335,74	9 835 557,69	8 995 957,56	0,00	0,00	0,00
Agência Nacional de Inovação	35 717 713,29	26 267 449,19	10 701 989,11	16 495 621,81	1 111 927,45	14 453 532,63	9 771 916,00
Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica	72 629,97	72 629,97	63 563,20	57 423,85	0,00	0,00	0,00
Agência Nacional para a Gestão do Programa Erasmus+ Educação e Formação	702 487,00	699 372,00	404 018,80	555 355,34	266 962,80	28 390,40	144 016,66
Agência para a Modernização Administrativa, I.P.	4 852 343,14	4 124 491,67	3 604 320,49	2 914 484,88	287 533,31	203 710,07	566 619,48
Agência para o Desenvolvimento e Coesão	948 535,48	732 332,21	22 658,60	281 125,64	7 264,51	702 409,10	451 206,57
Agentia Nationala pentru Programe Comunitare in Domeniul Educatiei si Formarii Profesionale	32 985,00	32 647,50	26 335,00	24 099,81	0,00	6 312,50	8 547,69
Air Force Office of Scientific Research	43 500,00	43 500,00	45 406,44	28 839,92	0,00	-1 906,44	14 660,08
Autoridade de Gestão do POSEUR	135 294,12	115 000,00	10 812,13	0,00	-10 812,13	115 000,00	115 000,00
Brain & Behavior Research Foundation	36 728,42	36 728,42	8 392,78	11 065,48	17 167,24	11 168,40	25 662,94
Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.	299 724,96	299 724,96	244 374,43	279 348,95	55 350,00	0,00	0,00
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte CCDR-N	51 648 363,91	42 539 968,32	22 237 825,53	28 562 330,88	5 231 402,21	14 741 814,70	12 574 512,61
Comissão Europeia - DG Health and Consumers	145 884,31	129 322,58	37 404,03	104 423,36	16 684,46	75 234,09	24 899,22
Comissão Europeia - DG Investigação & Inovação	1 747 574,20	1 678 806,06	1 098 844,80	1 406 387,00	433 143,68	146 817,58	272 419,06
Comissão Europeia - DG Justiça	118 411,00	94 610,39	0,00	31 760,18	47 305,20	47 305,19	62 850,21
Comissão Europeia European Commission	52 765 597,53	50 642 848,86	29 443 593,63	27 249 816,68	6 418 454,23	14 404 589,90	21 468 256,62
Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas CRUP	10 500,00	10 500,00	7 500,00	6 142,82	0,00	1 500,00	939,05
Erasmus + Programi Türkiye ulusal Ajansi Erasmus + Programme TR National Agency	111 086,00	110 711,00	59 236,32	64 421,59	16 698,79	10 057,80	21 571,32
ETH Zurich	458 195,00	458 195,00	134 929,90	127 462,50	86 309,76	236 955,34	330 732,50
European Research Council	2 064 717,60	2 064 717,60	1 565 682,35	261 895,31	832,50	1 449 230,72	1 802 988,79
European Science Foundation	9 780,00	9 780,00	9 780,00	9 480,44	0,00	0,00	0,00
European Society for Clinical Microbiology and Infectious Diseases	19 965,00	19 965,00	9 982,50	18 262,33	0,00	9 982,50	1 702,67
European Space Agency	182 477,60	127 477,60	43 108,00	35 397,88	0,00	70 000,00	60 235,96
Financial Mechanism Committee FMC	171 283,30	145 590,81	71 206,34	71 206,34	0,00	0,00	0,00
Foundation for Metabolic Cancer Therapies	22 916,90	22 916,90	10 999,65	15 297,33	0,00	11 917,25	7 619,57
Foundation Jérôme Lejeune	130 000,00	130 000,00	52 000,00	27 715,66	32 500,00	45 500,00	102 284,34
Fundação Belmiro de Azevedo	30 819,00	30 819,00	9 502,00	22 650,86	16 816,00	4 501,00	8 168,14
Fundação Bial	416 200,00	416 200,00	252 476,98	281 931,60	26 550,00	96 300,00	93 394,90
Fundação Calouste Gulbenkian	770 029,00	770 029,00	600 498,45	521 461,15	141 580,00	8 420,00	227 866,16
Fundação D. Manuel II	15 000,00	15 000,00	0,00	0,00	15 000,00	0,00	15 000,00
Fundação para a Ciência e a Tecnologia FCT	116 978 442,10	116 890 042,72	47 202 116,53	59 081 013,93	17 055 232,74	49 560 382,71	53 501 482,81
Fundación General CSIC	54 750,00	54 750,00	0,00	-5 771,78	21 900,00	32 850,00	60 521,78
Fundo Ambiental	9 460,00	6 622,00	6 622,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GILEAD Sciences, Lda.	66 320,00	66 320,00	0,00	3 001,46	66 320,00	0,00	63 318,54
Institut Mérieux	119 856,00	119 856,00	60 000,00	82 770,55	0,00	59 856,00	37 085,46
Institute for Scientific Information on coffee	188 000,00	188 000,00	0,00	5 833,95	50 000,00	138 000,00	182 166,05
Institution of Engineering and Technology	387 941,00	387 941,00	0,00	65 523,07	69 132,00	318 809,00	322 417,93
Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, I.P.	192 786,65	163 868,65	142 773,99	107 437,40	0,00	0,00	0,00
Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.	758 460,00	758 460,00	429 076,01	631 634,36	117 776,58	166 123,42	81 341,65
Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I.P.	3 882 359,98	3 183 449,55	2 799 707,04	2 737 579,75	0,00	0,00	0,00
Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge - INSA, I.P.	19 180,00	19 180,00	19 180,00	18 206,36	0,00	0,00	0,00

Universidade do Minho

Relatório de Gestão e Contas Individuais e Consolidadas 2018

Entidade: Universidade do Minho Subsídios à Exploração 2018							
Unidade Monetária: Euro							
Organismo	Orçamento Global	Valor Co Financiado	Valor recebidos até 31/12/2017	Valor recebido até 31/12/2018	Soma de 2018	Conta 201	Conta 2821
Instituto Nacional para a Reabilitação	4 000,35	4 000,35	2 240,19	2 240,19	0,00	0,00	0,00
International Centre for Migration Policy Development	169 221,85	160 122,36	0,00	69 286,63	128 545,17	31 577,19	90 835,73
International Team for Implantology	30 000,00	30 000,00	0,00	314,10	0,00	30 000,00	29 685,90
Korea Institute of Construction Technology	20 638,10	20 638,10	20 511,44	0,00	0,00	0,00	0,00
Município de Guimarães	1 071 630,00	1 071 630,00	0,00	0,00	0,00	1 071 630,00	1 071 630,00
National Ataxia Foundation	106 364,71	106 364,71	94 192,18	99 476,11	12 172,53	0,00	6 888,60
Navigator Paper Figueira, S.A	57 705,50	57 705,05	0,00	11 913,47	0,00	57 705,05	45 791,58
Novo Nordisk	66 800,00	66 800,00	66 800,00	62 560,63	0,00	0,00	4 239,37
Pfizer	17 727,71	17 727,71	12 148,50	15 526,47	0,00	5 579,21	2 201,24
Quadrilátero - Municípios de Barcelos, Braga, V. N. de Famalicão e Guimarães	26 599,00	26 599,00	26 599,00	24 271,31	0,00	0,00	0,00
Railenium-Institut de recherche technologique	20 000,00	20 000,00	0,00	7 614,63	10 000,00	10 000,00	12 385,37
Research Executive Agency (REA)	153 047,20	153 047,20	153 027,20	134 164,60	0,00	0,00	0,00
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa SCML	161 626,00	161 626,00	0,00	23 508,92	52 226,00	109 400,00	138 117,08
SHARE-ERIC	101 280,00	101 280,00	0,00	70 410,21	97 280,00	4 000,00	30 869,79
United Nations University – Operating Unit on Policy-Driven Electronic Governance UNU-EGOV	202 278,00	202 278,00	198 176,70	196 986,70	0,00	0,00	0,00
Total	295 335 048,08	268 122 978,18	131 845 169,93	151 906 870,17	31 899 255,03	98 474 655,32	103 854 049,40

15. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

As provisões reconhecidas no balanço consolidado pertencem apenas à entidade mãe, tendo efetuado um reforço no período de 367 990,21 €, decorrente de processos judiciais em curso, conforme apresentado na tabela seguinte.

Tabela 117 – Provisões

Entidade: Grupo Público UMinho Provisões										
Unidade Monetária: Euro										
Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia Escriturada Final
		Reforços	Aumentos da Quantia Descontada	Outros Aumentos	Total de Aumentos	Utilizações	Reversões	Outras Diminuições	Total das Diminuições	
Impostos, contribuições e taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	124 827,00	0,00	0,00	367 990,21	367 990,21	0,00	0,00	0,00	0,00	492 817,21
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação e reorganização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	124 827,00	0,00	0,00	367 990,21	367 990,21	0,00	0,00	0,00	0,00	492 817,21

São divulgados na tabela seguinte os processos judiciais para os quais foram constituídas provisões.

Tabela 118 – Descrição das Provisões

Nº PROCESSO	Descrição do litígio	Valor proposto da ação (€)	Posição atual da ação
P. 494/09.9 BELSB	Ação de execução de sentença - pedido de condenação à execução de acórdão; pedido de condenação da UMinho no pagamento de 124,826,79€ a título de danos patrimoniais e morais, bem como as quantias vincendas relativas à diferença entre as retribuições auferidas acrescidas de juros.	124 827,00	A UMinho, em execução do acórdão anulatório, invocou causa legítima de inexecução.
P. 1016/07.1 BEBRG	A Autora peticiona que a UMinho seja condenada a emitir o ato administrativo devido que reconheça à Autora, por ser titular do Diploma de Estudos Avançados, julgando-se nula e de nenhum efeito a deliberação (ato administrativo) da Ré tomada a 30 de Março de 2007, que não concedeu à Autora o pretendido reconhecimento.	14 963,94	Aguarda sentença.
P. 1517/07.1-A BEBRG	O exequente intenta a ação para execução da sentença proferida no âmbito de ação: g) Prover o exequente na categoria de professor associado, com efeitos a partir de 11 de julho de 2007 e publicação do respetivo extrato no Diário da República; h) Processamento retroativo do vencimento, de acordo com o 4.º escalão, índice 260, da tabela salarial da nova categoria, bem como das respetivas retenções para efeitos de IRS, ADSE e CGA, desde 11 de julho de 2007 até à data da transferência destes encargos para a Caixa Geral de Aposentações (1 de fevereiro de 2012); i) Pagamento ao exequente das diferenças remuneratórias devidas entre as apuradas em b) e as anteriormente pagas pelo exercício daquelas funções com a categoria de professor auxiliar; j) Comunicação à Caixa Geral de Aposentações da informação atualizada, resultante da reconstituição da carreira, que seja relevante para efeitos de atualização da pensão de aposentação; k) Atualização do Aviso (extrato) de cessação de funções n.º 7050/2012, publicado no Diário da República, 2.ª Série de 22 de maio de 2012; l) Atualização dos dados curriculares nas bases de dados da Universidade.	3 750,00	Sentença do TAF-Braga fixa indemnização no valor de 7 500,00 € // Interposição Recurso Jurisdicional da Sentença do TAF-Braga (Execução).
P. 559/11.7 BEBRG	O Autor peticiona a anulação do ato de seriação dos candidatos e a declaração de nulidade de todos os atos subsequentes do concurso para provimento de quatro lugares de professor associado, no grupo disciplinar de Tecnologias e Sistemas de Informação da Escola de Engenharia da Universidade do Minho que o ordenou em 29.º lugar, assacando ao concurso diversos vícios.	30 001,00	Apresentadas alegações pela UMinho.
P. 1189/15.0 BEAVR	Peticiona a anulabilidade do despacho de homologação, datado de 8/9/2015, da deliberação que consta da ata do júri n.º 81/2013-EC/Conc. P. Cat., provimento de lugar de professor Catedrático em Biologia, escola de Ciências.	30 001,00	Aguarda notificação do Tribunal para a UMinho apresentar alegações.
P. 2491/17.1 BEBRG	O Autor peticiona a anulabilidade do despacho de homologação, datado de 13/07/2017, da deliberação que consta da ata do júri n.º 106/2017-EEG/Conc. P. Cat., provimento de lugar de Professor Catedrático em Gestão da Escola de Economia e Gestão.	30 001,00	Apresentadas alegações pela UMinho.
P. 411/18.5 BEBRG	Peticiona a anulabilidade do despacho de homologação, datado de 25/09/2017, da deliberação do júri do concurso documental, para recrutamento de um posto de trabalho de Professor Catedrático na área disciplinar de Geologia, do Departamento de Ciências da Terra, da Escola de Ciências (Edital n.º 860/2016, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 23/09/2016).	30 001,00	Apresentadas alegações pela UMinho.

Universidade do Minho

Relatório de Gestão e Contas Individuais e Consolidadas 2018

Nº PROCESSO	Descrição do litígio	Valor proposto da ação (€)	Posição atual da ação
P. 2557/18.0 BEBRG	O Autor peticiona o reposicionamento remuneratório para efeito dos resultados obtidos no processo de avaliação de desempenho da atividade docente, realizada no período de 2004-2017 e cumula com a condenação da prática dos atos devidos – reposicionamentos remuneratórios.	30 001,00	Apresentada a contestação da UMinho.
P. 2531/18.7 BEBRG	A Autora peticiona o reposicionamento remuneratório para efeito dos resultados obtidos no processo de avaliação de desempenho da atividade docente, realizada no período de 2004-2017 e cumula com a condenação da prática dos atos devidos – reposicionamentos remuneratórios.	30 001,00	Apresentada a contestação da UMinho.
P. 2604/18.6 BEBRG	O Autor peticiona o reposicionamento remuneratório para efeito dos resultados obtidos no processo de avaliação de desempenho da atividade docente, realizada no período de 2004-2017 e cumula com a condenação da prática dos atos devidos – reposicionamentos remuneratórios.	30 001,00	Apresentada a contestação da UMinho.
P. 21/19.0 BEPNF	A Autora peticiona a condenação da prática dos atos devidos – reposicionamentos remuneratórios, com base no reconhecimento do direito potestativo da Autora, às alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório devidas.	30 001,00	Apresentada a contestação da UMinho.
P. 14/19.7 BEBRG	O Autor peticiona a condenação da UMinho a praticar o «ato administrativo de, com efeitos a 01/01/2008, integrar o A. no 4º escalão da categoria de Professor Catedrático, correspondente ao índice remuneratório 330, com uma remuneração de base ilíquida de 5 401,54€»; e condenação da UMinho a «pagar ao A. a quantia ilíquida de 47 438,71€, calculada até novembro de 2018, acrescida das diferenças salariais mensais ilíquidas que se vencerem posteriormente até a Ré dar cumprimento ao peticionado em a), sempre com os respetivos descontos para o IRS, CGA, ADSE e AFUM, bem como o pagamento de contribuições para a CGA».	47 438,71	Apresentada a contestação da UMinho.
P.1858/18.2 BEBRG	O aluno intima a UMinho à regulação de situação jurídica com o pedido de decretamento provisório para a inscrição no ano letivo 2018/2019 no ramo de especialização do curso do mestrado Integrado de Engenharia Biomédica (processos cautelar).	30 001,00	Interposição de recurso jurisdicional TCA-N (alteração da providência cautelar).
P.2578/18.3 BEBRG	O autor peticiona o reconhecimento no ramo de especialização de Biomateriais, Reabilitação e Biomecânica do Mestrado Integrado de Engenharia Biomédica no ano de 2017/2018, mantendo-se, assim, no ano de 2018/2019, e a condenação da UMinho a uma indemnização pelos danos sofridos no valor de 15 000,00€.	30 001,00	UMinho notificada para executar o contraditório quanto ao novo pedido (ampliação da instância).
P. 1180/17.1 BEBRG	A autora intentou ação administrativa contra a UMinho com vista a obter o pagamento de quantias que entende devidas a título de subsídio de almoço.	1 827,56	A UMinho contestou, estando o processo a aguardar os seus termos, estando concluso ao Juiz desde Novembro de 2017.

São divulgados os seguintes passivos contingentes, relacionados com processos judiciais em curso que não foram reconhecidos a título de provisões, uma vez que o seu desfecho é difícil de perspetivar.

Relativamente à entidade mãe são divulgados os passivos contingentes, na tabela que se apresenta abaixo.

Tabela 119 – Passivos Contingentes

Nº PROCESSO	Descrição do litígio	Valor proposto da ação (€)	Posição atual da ação
P. 2671/14,1 BEBRG	A autora intentou a ação administrativa especial de impugnação, peticionada a invalidade da homologação da lista de ordenação final de concurso e a condenação à prática do ato devido, nomeadamente à contratação da A. como professora associada e exclusão de outras candidatas do concurso em causa.	30 001,00	Sentença favorável à UMinho em 1 de março de 2018. O Autor requereu cópia da audiência de julgamento para efeitos de recurso sobre a matéria provada, tendo-se concluído que a mesma não tinha som. Aguarda-se a reação do Tribunal face à verificação desta nulidade, ainda que não tenha sido arguida.
P. 2153/14.1 BEBRG	A autora intentou ação administrativa especial peticionando a invalidade dos atos contidos no despacho do Senhor Reitor da UMinho de 25/06/2014 (não contratação da autora e contratação da contrainteressada), bem como do contrato celebrado entre a UMinho e contrainteressada. Pugna ainda pelo reconhecimento da não prestação de falsas declarações nem de junção de documento de conteúdo falso.	30 001,00	Processo suspenso a aguardar decisão, transitada em julgado, do processo 2671/14,1 BEBRG. Este despacho foi objeto de recurso para o Tribunal Administrativo Norte, que foi admitido, aguardando acórdão.
P. 863/16.8 BELSB	A Deloitte & Associados SROC, SA intentou injunção contra a Universidade do Minho pedindo a condenação desta no pagamento da quantia de 21 484,18€, acrescido de juros vencidos no montante de 1 227,22€, mais os vencidos, em consequência de um alegado incumprimento de contrato de prestação de serviços celebrado entre as duas partes.	24 487,25	Em março de 2019 foi marcada audiência prévia para Novembro de 2019.
P. 1205/16.8 BEBRG	A Liberty Seguros SA intentou ação contra a Universidade do Minho pedindo a condenação desta no pagamento da quantia de 8 531,58€, acrescido de juros, em sede de direito de regresso, por ter ressarcido um segurado num acidente provocado pela queda de uma árvore no Campus Universitário.	8 531,58	O processo está concluído ao Juiz desde fevereiro de 2017, aguardando-se despacho saneador.
P. 44344/15.7 YIPRT	A Securitas - Serviço e Tecnologia e Segurança SA intentou injunção contra a Universidade do Minho pedindo a condenação desta no pagamento da quantia de 306 844,23€ (capital e juros), acrescido dos juros vencidos, em consequência da redução remuneratória que lhe foi aplicada.	306 844,23	O processo tramita atualmente no Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, para onde foi enviado depois de despacho que declarou incompetência, aguardando os ulteriores termos. O processo está concluído ao juiz desde Setembro de 2018
P. 45/18.4 BEBRG	Intentou ação contra a UMinho pedindo a condenação desta no pagamento da quantia de 17 985,35€, a título de prestação de serviços.	17 985,35	Realizada tentativa de conciliação, que se frustrou. Aguarda-se despacho saneador.
P. 6123/1.,2 TBRG	O autor intentou ação contra a UMinho pedindo o pagamento de indemnização a título de danos causados na execução do contrato de trabalho.	135 479,37	Os articulados estão findos, aguardando marcação de julgamento.
P. 2262/08.6 BELSB	A autora, celebrou um contrato administrativo de provimento com a UMinho, para o exercício de funções de assistente da secção de antropologia do Instituto de Ciências Sociais (cuja caducidade ocorreu em 26/05/2008), pede a anulação “do ato impugnado que consiste na decisão de 29/05/2008, notificada à autora em 17/06/2008, e pela qual lhe foi comunicada a caducidade do seu contrato administrativo de provimento (...)” e a “Condenação da Universidade do Minho à reintegração da autora em função da renovação tácita e automática do seu contrato administrativo de provimento com aquela Instituição (por igual período – 6 anos), com as legais consequências (...)”.	30 001,00	Sentença favorável à UMinho - em trânsito de julgado.
P. 1049/13.9 BEBRG	A autora, opositora ao concurso documental para provimento de dois lugares de Professor Catedrático na área disciplinar de Estudos Curriculares e Tecnologia Educativa, vem impugnar a deliberação do júri do concurso, peticionando: o Pela anulação da deliberação final do júri do concurso documental; o Pela anulação da homologação dessa deliberação pelo Senhor Reitor da Universidade do Minho;	30 001,00	A UMinho interpôs recurso para o TCA-Norte da sentença desfavorável da primeira instância e obteve ganho de causa. A Autora interpôs recurso de revista para o STA, em curso.

Nº PROCESSO	Descrição do litígio	Valor proposto da ação (€)	Posição atual da ação
	o Pela condenação da Ré na prática do ato devido, consistente na abertura de novo concurso, com nova publicação de edital e constituição de novo Júri.		
P. 527/11.9 BELSB	O autor, SNESUP, peticiona que o Tribunal:- reconheça o direito dos seus associados "(...) à percepção do montante remuneratório mensal correspondente ao respetivo escalão indiciário tal como fixado até 31 de Dezembro de 2010;".	30 001,00	Recebida na AJ a sentença que julgou improcedente o pedido do Autor. Foi interposto recurso para o TCA, no qual a UMinho é entidade recorrida. Aguarda acórdão.
P. 3079/13.1 BELSB	SNESUP peticiona pela declaração de nulidade ou "no mínimo" a anulabilidade do Despacho do Reitor da Ré, RT-65/2013, de 26/7/2013.	30 001,00	Aguarda sentença.
P. 21/14.6 BEBRG	A autora, trabalhadora não docente da Escola de Ciências da UMinho, peticiona pela anulação do "ato de homologação da avaliação de desempenho do ano de 2012, proferida pelo Reitor, e pela condenação da Ré "a substituir o ato impugnado por um que homologue a avaliação atribuída pela avaliadora (Desempenho Excelente) ou, no mínimo Desempenho Relevante"; pela condenação da Ré no pagamento de custas e procuradoria condigna a favor da autora.	30 001,00	Foi proferida sentença favorável à UMinho. Em transito em julgado.
P. 471/15.0 BEBRG	O autor candidato ao concurso documental para provimento de uma vaga professor associado, na área disciplinar de Teoria da Educação, do IE, impugnou o ato de homologação da deliberação final do júri do concurso, e peticiona pela anulação do ato de contratação da contrainteressada.	30 001,00	Aguarda sentença.
P. 3000/14.0 BEBRG	A autora candidata ao concurso documental para provimento de uma vaga professor associado, na área disciplinar de Teoria da Educação, do IE, impugnou o ato de homologação da deliberação final do júri do concurso, e peticiona pela anulação do ato de contratação da contrainteressada.	30 001,00	Aguarda sentença.
P. 2906/14.0 BELSB	O autor, candidato ao concurso documental para provimento na área de Design do Produto, da EA da UMinho, peticiona pela anulação da deliberação e ato de homologação; pela aplicação do disposto no artº 52º da LGTFP e a condenação da R. em custas, demais encargos e procuradoria.	30 001,00	Aguarda sentença.
P. 186/17,5 BEBRG	Impugnação do ato da deliberação final do Júri do concurso documental de âmbito internacional para recrutamento de um posto de trabalho de Professor Associado na área disciplinar de Instrumentação e Microsistemas Eletrónicos da Escola de Engenharia da entidade demandada, em cumulação com o pedido de condenação à prática de ato devido e pedido de indemnização cível.	30 001,00	UMinho apresentou contestação.
P. 1318/11.2 BELSB	Ação interposta pelo SNESUP – Em síntese peticiona pela isenção do pagamento de propinas a todos os docentes associados que se encontrem a frequentar Mestrados ou Doutoramentos.	30 001,00	Enviada pela UMinho contestação. Recebida pelo SNESUP réplica. Aguarda notificação da UMinho para envio de tréplica.
Pº 527/12.1 BELSB	Ação interposta pelo SNESUP- Em síntese peticiona pela percepção da remuneração como professor auxiliar e professor adjunto dos assistentes que, tendo adquirido o grau de doutor, transitaram para aquela categoria ao abrigo das normas do regime transitório; o SNESUP peticiona ainda pela declaração de nulidade dos contratos celebrados com manutenção da retribuição de assistente.	30 001,00	UMinho obteve ganho de causa na primeira instância. O SNESUP interpôs recurso para o TCA. Aguarda acórdão.
P. 861/14.6 BEBRG	A autora, assistente de 2º triénio da Escola Superior de Enfermagem, peticiona pela condenação da UMinho à prática do ato administrativo legalmente devido de outorga de um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado como professora adjunta, com data e efeitos desde 9 de outubro de 2012.	30 001,00	Aguarda notificação do Tribunal para a UMinho apresentar alegações.
P. 2381/14.0 BEBRG	A autora impugna a deliberação de "não aprovado" proferida pelo júri nas provas públicas realizadas na UMinho, no dia 20 de junho de 2014, para atribuição do título de Especialista.	30 001,00	Aguarda notificação do Tribunal para a UMinho apresentar alegações.
P. 766/12.5 BEBRG	A autora impugna a deliberação do júri do concurso aberto para atribuição de uma Bolsa de Investigação no âmbito do Projeto PEST, cofinanciada pela FCT, tomada na reunião de 24/01/2012, que exclui a autora do concurso, com fundamento em vício de violação de lei por erro na interpretação do n.º 4 do artigo 5.º da Lei n.º 40/2004, de 18 de agosto e em vício de forma por falta de fundamentação.	5 001,00	Aguarda-se Acórdão TCA-Norte.

Nº PROCESSO	Descrição do litígio	Valor proposto da ação (€)	Posição atual da ação
P. 3314/12.3 BEPRT	O Sindicato Professores Norte, intenta ação contra UMinho e outras, peticionando o reconhecimento da ilegalidade da omissão do pagamento dos subsídios de férias e de Natal, dos seus associados professores do ensino superior público.	30 001,00	Aguardam-se notificação para alegações.
P. 228/08.5 BEBRG-A	O autor/exequente peticiona que a UMinho cumpra "a decisão judicial, procedendo à repetição do concurso (...) recriando a situação de direito e de facto vigente à data do edital de abertura do concurso, "mais requer que sejam declarados nulos todos os atos desconformes com a sentença, designadamente o provimento de nomeação definitiva das contrainteressadas".	30 001,00	Acórdão do TAC-N determina os atos e operações executivas, fixando o prazo de 90 dias para serem praticados.
P. 1691/16.6 BEBRG	Impugnação do ato da deliberação final do júri do concurso documental para um lugar de professor associado na área disciplinar de Sociologia, do Instituto de Ciências Sociais e ainda autorizou a contratação da Doutra Elsa Beatriz Padilha.	30 001,00	Aguarda-se notificação para alegações.
P. 1206/18.1 BEBRG	A Autora peticiona a anulação do despacho, de 20/02/2018, do Reitor da Universidade do Minho, que determinou a revogação do ato administrativo que determinou a abertura de um concurso documental, de âmbito internacional, para recrutamento de um professor associado na área disciplinar de Educação Artística e Física (Edital nº 600/2016).	30 001,00	Apresentadas alegações pela UMinho.
P. 1829/18.9 BEBRG	A autora peticiona o reconhecimento do direito a ser considerada, em regime de exclusividade a 100%, por tempo indeterminado; e a condenação da UMinho no pagamento de 125 061,45€, relativo à diferença entre a remuneração efetivamente auferida e a que deveria ter-lhe sido paga.	197 814,38	Apresentada a contestação da UMinho.
P. 2508/18.2 BEBRG	O aluno pretende o decretamento da suspensão de eficácia da decisão, 31/10/2018, Reitor da Universidade do Minho, que determinou a aplicação de sanção disciplinar de suspensão temporária das atividades escolares até ao termo do primeiro semestre ao requerente (Processo Cautelar).	30 001,00	Aguarda-se Sentença TAF-Braga (Providência Cautelar).
P. 425/19.5 BEPRT	O Autor peticiona a anulabilidade do ato de homologação datado de 27/07/2018, da deliberação do Júri do concurso documental, para recrutamento de um posto de trabalho de Professor Catedrático na área disciplinar de Engenharia de Sistemas e de Processos Industriais do Departamento de Produção e Sistemas da Escola de Engenharia (Edital nº 123/2017).	30 001,00	Citação da UMinho para apresentar contestação.

De referir que os SASUM possuem um processo judicial em curso no valor de 30 000,00 €, sendo divulgado como passivo contingente.

16. Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio

Em 2018, foram contabilizadas pelo Grupo Público UMinho diferenças de câmbio relativas a dívidas a receber de entidades estrangeiras, expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, tendo sido registadas ao câmbio da data considerada para a operação. À data de relato, os valores a pagar em moeda estrangeira foram atualizados para a taxa de câmbio em vigor.

17. Acontecimentos Após a Data de Relato

As demonstrações financeiras consolidadas foram autorizadas para emissão no dia 13 de junho de 2019, pelo Conselho de Gestão de UMinho. De referir que as mesmas serão aprovadas em Conselho Geral no dia 17 de junho de 2019, não existindo no Grupo Público outro órgão deliberativo com poder para alterar as demonstrações financeiras consolidadas.

Quando ocorrem acontecimentos económicos entre a data de relato e a data em que as demonstrações financeiras consolidadas são autorizadas para emissão, o Grupo Público UMinho avalia se estes acontecimentos dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras consolidadas. Desta forma, quando houveram evidências de que os mesmos já existiam à data de relato, estes acontecimentos foram ajustados nas demonstrações financeiras consolidadas. Por outro lado, se não houveram evidências que os acontecimentos já existiam à data de relato, mas que o Grupo Público UMinho tomou conhecimento dos mesmos até à data de autorização das demonstrações financeiras consolidadas e têm uma dimensão material, estes são descritos nesta nota.

Não são conhecidos à data quaisquer acontecimentos económicos com dimensão material, nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do período económico de 2018.

18. Instrumentos Financeiros

A) Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros em 2018, do Grupo Público UMinho apresentam uma quantia escriturada de 3 807 051,86€.

Tabela 120 – Investimentos Financeiros, em euros

Descrição	31/12/2018			31/12/2017		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida
Investimentos financeiros	4 372 766,86	565 715,00	3 807 051,86	2 975 433,20	699 213,27	2 276 219,93
Total	4 372 766,86	565 715,00	3 807 051,86	2 975 433,20	699 213,27	2 276 219,93

B) Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis

No Grupo Público UMinho a rubrica de devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis registou, no período de 2018, uma variação positiva da totalidade do saldo, resultante do reconhecimento no período de 2018 do direito a receber dos subsídios não reembolsáveis, com condições, que no ano transato se encontravam classificadas em “Outras Contas a Receber”.

Tabela 121 – Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis, em euros

Descrição	2018	2017
Devedores por transferências e subsídios. não reembolsáveis	98 474 655,32	0,00
Total	98 474 655,32	0,00

C) Clientes, contribuintes e utentes

A rubrica de clientes, contribuintes e utentes registou no período de 2018 o montante de 27 525 547,72€. A rubrica evidencia um aumento de 2 436 989,99€ face ao período de 2017, essencialmente decorrente do aumento das dívidas de propinas de alunos, cujo reconhecimento do direito a receber ocorre no momento da emissão da fatura, ou seja, aquando da respetiva inscrição do aluno, sendo o fluxo económico periodizado.

Tabela 122 – Dívidas de Terceiros a curto prazo (clientes e utentes), em euros

Clientes	2018	2017
Clientes, contribuintes e utentes	27 525 547,72	25 088 557,73
Total	27 525 547,72	25 088 557,73

A tabela infra divulga as imparidades constituídas a clientes e utentes do Grupo UMinho, sendo que em 2018 foram reconhecidas novas imparidades no valor de 520 247,22 € e revertidas imparidades no valor de 26 617,17 €, tendo atingindo um total acumulado de imparidades de cliente e utentes no montante de 3 659 216,60 €.

Tabela 123 – Imparidades de clientes e utentes, em euros

Imparidades		Unidade Monetária: Euros						
Rubricas	Imparidade Acumulada a 31/12/2017	Variações do Período		Imparidade Acumulada a 31/12/2018 (1)	Quantia Bruta (2)	Quantia Recuperável (3)=(2)-(1)	Modelo utilizado	
		Constituição Perda por Imparidade	Reversão Perda por Imparidade				Justo Valor	Valor de Uso
Clientes	738 847,62	214 170,42	-4 390,58	948 627,46	4 002 977,59	3 054 350,13	x	
Utentes	2 426 738,93	306 076,80	-22 226,59	2 710 589,14	27 181 786,73	24 471 197,59	x	
Total	3 165 586,55	520 247,22	-26 617,17	3 659 216,60	31 184 764,32	27 525 547,72		

D) Estado e Outros Entes Públicos

O saldo refletido na rubrica Estado e Outros Entes Públicos apresenta a seguinte desagregação.

Tabela 124 – Estado e Outros Entes Públicos, em euros

Estado e Outros Entes Públicos	2018	2017
Ativo	12 993,18	4 453,27
Passivo	3 502 451,39	3 184 854,16

E) Outras contas a receber

Esta rubrica evidencia, em 2018, o saldo das contas devedores por acréscimos de rendimentos no montante de 4 895 245,13€. Comparativamente ao ano de 2017, esta rubrica registou um decréscimo no montante de 75 293 205,87€. A variação é explicada pela reclassificação recorrente da adoção do SNC-AP.

Tabela 125 – Outras contas a receber, em euros

Descrição	2018	2017
Acréscimos de rendimentos	4 895 245,13	80 188 451,00
Total	4 895 245,13	80 188 451,00

F) Caixa e depósitos

Conforme identificado na nota 1.2., o saldo do caixa e depósitos em 2018 tem um montante de 17 543 450,47€, sendo que destes:

- 2 868,09€ pertencem a caixa;
- 17 264 969,34€ pertencem a depósitos à ordem;
- 11 602,58€ pertencem a depósitos a prazo;
- 132 832,44€ pertencem a depósitos consignados;
- 131 178,02€ pertencem a garantias e cauções pecuniárias prestadas por terceiros à UMinho e aos SASUM.

G) Fornecedores

Em 2018, a rubrica de fornecedores registou o montante de 567 326,72€, sendo que comparativamente ao ano de 2017 verificou-se uma diminuição significativa no montante de 2 665 930,67€. Esta variação relaciona-se com o registo em 2018 das faturas em receção e conferência na conta de acréscimos de gastos.

Em 2018 e, de acordo com a aplicação do normativo SNC-AP, as aquisições respeitantes a bens de capital são contabilizadas por contrapartida da rubrica fornecedores de investimento, na entidade mãe estando, assim, ainda em dívida 22 395€.

Tabela 126 – Fornecedores, em euros

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	544 931,72	2 833 569,73
Fornecedores investimento	22 395,00	399 687,66
Total	567 326,72	3 233 257,39

H) Outras contas a pagar

Esta rubrica apresenta os valores de 16 628 262,11 € e 12 913 762,66 €, respetivamente em 2018 e 2017, consequentemente, no período de 2018 esta rubrica registou um aumento face ao ano anterior, no montante de 3 714 499,45 €, justificado essencialmente pelo reconhecimento de acréscimos de gastos, sendo que grande parte do montante reconhecido nesta rubrica já se encontra liquidado à data da aprovação das contas.

I) Outros passivos financeiros

O valor de 131 178,02 € expresso na rubrica de Outros Passivos Financeiros refere-se às garantias e cauções pecuniárias, de acordo com o atual normativo, SNC-AP, compreende 114 008,42 € da entidade mãe e 17 169,60 € dos SASUM.

J) Ativos dados em garantia, como colateral de passivos ou passivos contingentes

Relativamente à entidade mãe, existem responsabilidades por garantias bancárias registadas no Novo Banco, no valor de 171 127,66 €. Estas garantias referem-se a:

- Contrato de Financiamento referente à Operação n.º NORTE-07-0162-FEDER-000031, da empreitada “Edifícios do Instituto para a Bio-Sustentabilidade da UMinho”, no valor de 154 877,66 €, a favor da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN);
- Depósito de garantia de 5%, referente ao contrato que tem por objeto a prestação de serviços de “Investigação Aplicada sobre os Impactos Económicos e Sociais de Guimarães na Capital Europeia da Cultura 2012”, no valor de 16 250 €, a favor da Fundação Cidade de Guimarães.

K) Instrumentos de Capital Próprio

A tabela seguinte discrimina o património líquido do Grupo Público UMinho, sendo de realçar que o principal aumento verificado se centra nas transferências de subsídios para aquisição de ativos depreciables, no valor de 63 209 078,04 €, que no POC-Educação eram reconhecidos no passivo. Foi também transferido para resultados transitados o Resultado Líquido negativo do período de 2017.

Tabela 127 – Instrumentos do Património Líquido, em euros

Descrição	2018	2017
Património/Capital	140 621 464,39	140 621 464,39
Reservas	0,00	22 818,10
Resultados Transitados	-55 307 489,21	-52 297 774,53
Ajustamentos em Ativos Financeiros	2 550 934,35	-172 295,51
Excedentes de revalorização	100 071,08	102 619,07
Outras Variações no Património Líquido	63 845 741,55	636 663,51
Resultado Líquido do Período	-2 832 063,61	-2 777 554,46
Interesses que não controlam	1 049 169,19	895 277,46
Total	150 027 827,75	87 031 218,03

L) Outros Ativos Financeiros

Esta rubrica, em 2018, apresenta uma variação positiva na totalidade do seu montante (1 926,12 €), pertencente aos SASUM.

M) Acionistas/Sócios

Esta rubrica, em 2018, registou uma variação positiva na totalidade do seu montante (2 500,00 €), referente à entidade controlada CVR.

N) Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos evidenciados no balanço consolidado referem-se na sua totalidade à entidade controlada TecMinho, sendo desagregados da seguinte forma:

- Financiamentos não correntes: 8 389,63 €.
- Financiamentos correntes: 6 258,47 €.

O) Outras Contas a Pagar (Não Corrente)

Esta rubrica evidencia variação negativa de 24 480,15 €, representando em 2018 um montante de 147 265,20 € e em 2017 um montante de 171 745,35 €.

P) Outras situações

A entidade mãe tem garantias não pecuniárias prestadas por terceiros, no valor de 1 721 597,00 €, e que se apresentam na tabela seguinte:

Tabela 128 – Garantias Não Pecuniárias, em euros

Entidade	Valor
Cari Construtores, S.A.	161 000
3M Portugal, Lda.	2 864
Oniram - Indústria Metalomecânica, Lda.	4 358
Top Atlântico - Viagens e Turismo, S.A.	15 000
ABB - Alexandre Barbosa Borges, S.A.	828
Cofilport – Sociedade Empreitada, S.A.	2 565
José da Costa Costeira & Filhos, Lda	4 444
Augusto Oliveira Ferreira & CA, Lda.	12 671
Elcan - Electricidade e Canalizações, S.A.	10 132
Floset - Instalações Eléctricas Hidráulicas, Lda.	3 906
Prosegur - Companhia de Segurança, Lda.	88 868
Costa & Carvalho, S.A.	199 500
Alberto Couto Alves, S.A.	7 500
Freitas Costa & Filhos, S.A.	1 801
Caravelas 2000	11 000
FDO Construções, S.A.	238 808
Domingos da Silva Teixeira, S.A.	2 800
Orona Portugal, Lda	1 519
Ferreira - Construções, S.A.	64 400
Vilacelos Construções, S.A.	1 139
Domp - Desenvolvimento Organizacional, Marketing e Publicidade, S.A.	21 600
Culturalis e Borgeaud - Equipamentos de Biblioteca	19 775
Fuste Construção Imobiliária, S.A.	3 250
Microsoft Software para Microcomputadores, Lda	34 000
SISTAVAC, S.A.	325
EDP - Comercial - Comercialização de Energia, S.A.	46 950
Ricobra Construções, Lda	7 612
Polotérmica - Engenharia, Lda.	2 830
VWR - Internacional - Material de Laboratório, Lda.	10 721
F.G. Silva, Lda	17 268
Alfibraga - Instalações Mecânicas, Lda	30 163
Construções Phacis, Lda.	3 365
MEO - Serviços de Comunicação Multimédia, S.A.	10 325
M.A.B.C. Construções, Lda	6 455
Industrial Laborum Ibérica, S.A.	19 810
Construções Corte Recto, Lda	187 319
JPSR, Lda	17 248
Econ-EcoConstrução, Lda	44 403
Patentree, Unipessoal, Lda	11 000
Construtora San José, S.A.	311 741
Endesa Energia S.A.	75 000
Schaefer Techniques	5 335
Total	1 721 597

Os SASUM têm garantias bancárias, que não estão reconhecidas no seu balanço, efetuadas pelos seus fornecedores relativas a:

- Fornecimentos de serviços no montante de 37 575,10€;
- Empreitadas no montante de 424 617,08€;
- Clientes no montante de 13 032,00€.

19. Benefícios dos Empregados

Relativamente aos benefícios dos empregados, é de referir que o Grupo Público UMinho não possui planos de benefícios definidos.

Os benefícios aos empregados estão identificados no ponto 2.1. deste anexo e compreendem todos os valores auferidos pelos empregados, que de uma forma resumida estão apresentados na tabela 129.

Tabela 129 – Benefícios aos Empregados

Entidade: Universidade do Minho Benefícios dos Empregados			
Unidade Monetária: Euro			
Descrição	2018	2017	Variação
Remunerações	71 152 276,29	67 843 742,61	3 308 533,68
Indemnizações	212 013,79	93 777,16	118 236,63
Encargos sobre remunerações	16 125 272,38	15 601 385,68	523 886,70
Outros encargos sociais	304 603,65	248 747,17	55 856,48
Total	87 794 166,11	83 787 652,62	4 006 513,49

Da análise da tabela 129 pode-se concluir que existiu um aumento dos encargos suportados com os trabalhadores, em cerca de 4 000 000,00€, devido ao aumento de remunerações, mas também devido ao aumento do número de trabalhadores da entidade mãe (2058 colaboradores em 2018 contra 1949 em 2017).

20. Divulgações de Partes Relacionadas

Entidades Controladas

Para que os utilizadores das demonstrações financeiras consolidadas possam formar uma opinião acerca dos efeitos de relacionamentos entre partes relacionadas e a UMinho, divulga-se nas tabelas infra, os nomes das entidades controladas e a respetiva percentagem de controlo, independentemente de ter havido transações entre as partes relacionadas.

Tabela 130 – Listagem de Entidades Controladas

Entidade: Universidade do Minho Listagem de entidades controladas				
Unidade: Percentagem				
Designação	Sede	% Controlo		Controlo Final
		Direto	Indireto	
CVR	Rua de Francos, N.º 350, Azurém, 4800-058 Guimarães	56,48		56,48
TECMINHO	Campus de Azurém da Universidade do Minho, 4800-058 Guimarães	56,30		56,30
APSI	Campus de Gualtar, 4810-057 Braga	80,00		80,00

Tabela 131 – Listagem de Entidades Associadas

Entidade: Universidade do Minho Listagem de entidades associadas				
Unidade: Percentagem				
Designação	Sede	% Controlo		Controlo Final
		Direto	Indireto	
CCG	Universidade do Minho, Campus de Azurém, edf. 14, 4800-058 Guimarães	35,96		35,96
IDITE MINHO	Av. Dr. Francisco Pires Gonçalves, 4710-911 Braga	25,45		25,45
PIEP	Universidade do Minho Campus de Azurém, 4800-058 Guimarães	31,65		31,65
CCAB	Hospital Privado de Braga - Sete Fontes – São Victor 4710-243 Braga	40		40
CENTI	R. Fernando Mesquita, Vila Nova de Famalicão	19,05		19,05

Tabela 132 – Listagem de Outras entidades relacionadas

Entidade: Universidade do Minho Listagem de outras entidades				
Unidade: Percentagem				
Designação	Sede	% Controlo		Controlo Final
		Direto	Indireto	
ADRAVE	Av. 25 de Abril 634, 4760-202 Vila Nova de Famalicão	0,44		0,44
AEDOAVE	Rua Capitão Alfredo Guimarães, nº 1, Edifício Amave 4800-019 Guimarães	2		2
AFTEBI	R. Conselheiro Joaquim Pessoa 11, Covilhã	6,35		6,35
APCTP	Rua Alfredo Allen. 455/461, 4200-135 Porto	2,94		2,94
AVEPARK	Lugar Da Gandra,, 4805-017 Barco	10,61		10,61
Fundação Bial de Cerveira	Av. das Comunidades Portuguesas, S/N 4920-275 Vila Nova de Cerveira	0,08		0,08

IDARN	Rua de Santa Catarina, 753, Sala 1 - 4000-454 Porto	0,35		0,35
IEMINHO	R. do Conhecimento nº10, 4730-575	7,61		7,61
POOL NET	Zona Industrial da Marinha Grande	1,35		1,35
SPINPARK	Zona Industrial da Gandra, S. Claudio do Barco, 4805-017 Guimarães	14,29		14,29
VARD 2015	Rua Capitão Alfredo Guimarães, nº1 - Edifício Amave	10		10
CITEVE	R. Fernando Mesquita 2785, Vila Nova de Famalicão	0,17		0,17
Fundação Portugal África	Rua do Infante D. Henrique 61, 4050-296 Porto	0,04		0,04
Oficina Inovação - BIC Minho	Av. João XXI 627 1º Andar, 4715-035 Braga	1		1
Fundação CEER	Praça do Obradoiro, s/n - 15782 Santiago de Compostela	3,57		3,57
INTEGRALAR - Portugal Foods	Rua Eng.º Frederico Ulrich, 2650 - 4470-605 Moreira da Maia	0,95		0,95
OPEN	Zona Industrial da Marinha Grande, Rua da Bélgica, Lote 18	0,98		0,98
TICE.PT	Campus Universitário de Santiago (IT) - 3810-193 Aveiro	4,21		4,21
Instituto do Design	R. da Ramada, 4810-531 Guimarães	5,88		5,88
ISPG - Instituto do Petróleo e Gás	Rua Tomás da Fonseca - Torre C - 1600-209 Lisboa	3,34		3,34
Associação Laboratório da Paisagem	R. da Ponte Romana, Guimarães	8,33		8,33
Associação DTX	Universidade do Minho, Campus de Azurém, ed. 1, 4800-058 Guimarães	18,18		18,18

Tabela 133 – Listagem de Serviços e Fundos Autónomos

Entidade: Universidade do Minho				
Listagem de serviços e fundos autónomos				
Unidade: Percentagem				
Designação	Sede	% Controlo		Controlo Final
		Direto	Indireto	
SASUM	Campus de Gualtar, 4710-057 Gualtar	100		100
Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva	R. de São Paulo 1, 4700-042 Braga	50		50
Instituto Confúcio	Campus de Gualtar, 4710-057 Gualtar	50		50

Divulgação de Transações entre Partes Relacionadas

Relativamente às transações com partes relacionadas, apresenta-se de seguida a tabela com evidência da natureza do relacionamento, os tipos de transações que ocorreram, a quantia monetária específica, assim como a proporção dessa classe de transações, os respetivos saldos e termos e condições gerais de transações entre partes relacionadas.

Tabela 134 – Transações entre Partes Relacionadas

Entidade: Universidade do Minho						
Transações entre partes relacionadas						
Unidade Monetária: Euro						
Entidade Relacionada	Natureza do Relacionamento	Transação			Saldo no fim do período	Termos e condições
		Tipo	Quantia	% no total das transações		
CVR - Centro de Valorização de Resíduos	Entidade controlada	FSE	-33 351,24	0,00	0,00	Pagamento a 60 dias
TECMINHO	Entidade controlada	Prest. Serv.	20 425,69	0,01	13 629,20	Recebimento a 30 dias
TECMINHO	Entidade controlada	FSE	-44 342,65	0,00	0,00	Pagamento a 60 dias
APSI - Associação de Psicologia	Entidade controlada	Prest. Serv.	34 638,17	0,01	13 870,17	Recebimento a 30 dias
APSI - Associação de Psicologia	Entidade controlada	FSE	-23 997,00	0,00	0,00	Pagamento a 60 dias
CCG - Centro de Computação Gráfica	Associada	Prest. Serv.	19 723,23	0,01	7 970,44	Recebimento a 30 dias
CCG - Centro de Computação Gráfica	Associada	FSE	-71 576,43	0,00	0,00	Pagamento a 60 dias
CCAB - Centro Clínico Académico de Braga	Associada	FSE	-50,00	0,00	0,00	Pagamento a 60 dias
CENTI	Associada	Prest. Serv.	2 876,00	0,00	0,00	Recebimento a 30 dias
CENTI	Associada	FSE	1 126,68	0,00	0,00	Pagamento a 60 dias
PIEP	Associada	Prest. Serv.	6 795,75	0,00	3 136,50	Recebimento a 30 dias
PIEP	Associada	FSE	506,29	0,00	0,00	Pagamento a 60 dias
INTEGRALAR	Outra Entidade	FSE	-6 027,00	0,00	0,00	Pagamento a 60 dias
POOL.NET	Outra Entidade	Quota	-500,00	0,00	0,00	
SPINPARK	Outra Entidade	Empréstimo	-30 000,00		0,00	
TICE.PT	Outra Entidade	Quota	-2 500,00	0,00	0,00	
IDARN	Outra Entidade	Quota	-3 000,00	0,00	0,00	

Entidade: Universidade do Minho Transações entre partes relacionadas					Unidade Monetária: Euro	
Entidade Relacionada	Natureza do Relacionamento	Transação			Saldo no fim do período	Termos e condições
		Tipo	Quantia	% no total das transações		
IDARN	Outra Entidade	Prest. Serv.	7 542,99	0,00	0,00	Recebimento a 30 dias
IDEGUI	Outra Entidade	Prest. Serv.	1 037,20	0,00	0,00	Recebimento a 30 dias
IDEGUI	Outra Entidade	FSE	-145 582,88	0,01	0,00	Pagamento a 60 dias
Serviços Ação Social Universidade do Minho	Serviços e Fundos Autónomos	Prest. Serv.	54 704,16	0,02	134,00	Recebimento a 30 dias
Serviços Ação Social Universidade do Minho	Serviços e Fundos Autónomos	FSE	-578 433,84	0,03	-6 915,00	Pagamento a 60 dias
Serviços Ação Social Universidade do Minho	Serviços e Fundos Autónomos	Transf.	-671 347,50	0,04	0,00	
		Totais	-1 461 332,38	-0,08	31 825,31	

22. Interesses em Outras Entidades

22.1 Os julgamentos e pressupostos mais significativos

a) Os julgamentos e pressupostos mais significativos que se consideraram na preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo Público UMinho, foram os seguintes:

- Como **entidades controladas**, foram consideradas todas as entidades em que a UMinho está exposta ou tem direitos a benefícios variáveis decorrentes do seu envolvimento nessa entidade, tendo a capacidade de afetar a natureza e quantia desses benefícios através do poder que exerce sobre essa entidade. Deste modo, considerou-se como entidades controladas todas aquelas nas quais a UMinho detém uma participação nos seus capitais superior a 50%, ou quando não detendo tal percentagem, detém direitos que lhe conferem a capacidade para orientar as atividades que afetam significativamente os benefícios do seu envolvimento nessas entidades. Ou seja, quando se possui o direito de orientar as políticas operacionais e financeiras de uma determinada entidade, sendo esta normalmente a forma como o poder é demonstrado no setor público.

Estas entidades foram consolidadas no Grupo Público UMinho pela aplicação do **método de consolidação integral**, o qual consiste sucintamente na agregação de itens idênticos das demonstrações financeiras e na eliminação de operações intragrupo, com reconhecimento no património líquido consolidado dos respetivos interesses que não se controlam.

- Como **entidades associadas**, foram consideradas todas as entidades em que a UMinho exerce influência significativa, ou seja, detém poder para participar nas decisões de políticas financeiras e operacionais de uma determinada entidade, sem, no entanto, exercer controlo ou controlo conjunto sobre essas políticas. Entende-se que existe influência significativa numa participada, quando a UMinho detém uma participação no seu capital compreendida entre os 20% e 50%. Contudo, poderá existir influência significativa ainda que não se detenha pelo menos 20% dos direitos de voto noutra entidade, desde que tal seja comprovada através de pelo menos uma das seguintes formas (§ 7 da NCP 23):
 - Representação no conselho de administração ou órgão de gestão equivalente da participada;
 - Participação em processos de decisão de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições similares;
 - Transações materiais entre o investidor e a participada;
 - Intercâmbio de pessoal de gestão; ou
 - Prestação de informação técnica essencial.

Estas entidades foram incluídas na consolidação pela aplicação do **método da equivalência patrimonial**, o qual se consubstancia em refletir nas demonstrações financeiras da entidade mãe a sua quota parte nos resultados das suas participadas e as alterações nos ativos líquidos das mesmas, que não foram reconhecidos através dos resultados.

- A UMinho enquanto entidade mãe cumpre a definição de entidade investidora, na medida em que detém participações noutras entidades, as quais lhe conferem controlo e influência significativa nas mesmas. Porém, no Grupo Público UMinho, mesmo sem participações noutras entidades, verifica-se a existência de

controlo e influência significativa sobre as mesmas, salientando-se o caso de entidades públicas que não possuem detentores de capital.

b) No Grupo Público UMinho existem os seguintes interesses em entidades:

▪ **Entidades controladas**, nas quais se aplicou o **método de consolidação integral**:

- **Associação de Psicologia da Universidade do Minho (APSI)** - é uma associação privada sem fins lucrativos, formalmente constituída em 2016, com o estatuto de utilidade pública. Presta serviços de psicologia à comunidade em geral, em interligação estreita com a UMinho, através da Escola de Psicologia, entendida como garante máximo do desenvolvimento técnico-científico ou científico-tecnológico e formativo de profissionais altamente especializados, e com as Câmaras Municipais de Braga e Guimarães, devido à sua proximidade com a comunidade local. Desenvolve atividades como: consultas psicológicas, perícias forenses, avaliações psicológicas e formação e consultadoria.
- **Centro para a Valorização de Resíduos (CVR)** - é uma instituição privada sem fins lucrativos, fundado em 2002, que presta serviços de investigação, análise científica e aplicação de soluções reais na área da valorização de resíduos. Independentemente da área da atividade industrial, tem as competências necessárias para apoiar projetos e iniciativas relacionadas com uma ampla gama de resíduos industriais. Situa-se em Guimarães no *Campus* de Azurém da UMinho.
- **Serviços de Ação Social da Universidade do Minho (SASUM)** - são uma unidade de serviços da UMinho dotados de autonomia administrativa e financeira, conforme estipulado no art.º 122 dos Estatutos da UMinho, os quais prestam serviços de alojamento, alimentação, bolsas de estudo, apoio médico e psicológico e apoio às atividades desportivas e culturais. Encontram-se sediados no *Campus* de Gualtar, em Braga e estão sob a tutela do Ministério da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior (MCTES).

Nos termos dos Estatutos dos SASUM homologados pelo Despacho n.º 1642/2019, publicados no Diário da República n.º 31, 2.ª série, de 13 de fevereiro, a gestão financeira é assegurada por um Conselho de Gestão, órgão colegial com competências em matérias administrativas e financeiras, o qual é presidido pelo reitor da UMinho.

- **TecMinho - Associação Universidade Empresa para o Desenvolvimento** - é uma associação de direito privado sem fins lucrativos, fundada em 1990, tendo tido como promotores a Universidade do Minho e a Associação dos Municípios do Vale do Ave (AMAVE). Tem como missão constituir-se como uma estrutura de interface da UMinho, promovendo a sua ligação à sociedade, sobretudo nas vertentes da ciência e tecnologia, contribuindo para o desenvolvimento regional através da melhoria de competitividade das organizações e aumento das competências dos indivíduos. As suas principais linhas de intervenção são: o apoio ao desenvolvimento de novas tecnologias/produtos/processos e a respetiva transferência para as empresas; a conceção e implementação de atividades de educação e formação (presencial e em e-learning), de desenvolvimento organizacional e de mobilidade transnacional de recursos humanos; o apoio ao empreendedorismo universitário e à criação de empresas inovadoras, com especial relevo para os spin-offs académicos.

▪ **Entidades associadas**, nas quais se aplicou o **método de equivalência patrimonial (MEP)**:

- **Centro de Computação Gráfica (CCG)** - Foi fundado em 1993 e estabelecido junto da UMinho, Campus de Azurém, Guimarães, em 2001, como uma associação de investigação, desenvolvimento e consultoria, de natureza privada e sem fins lucrativos. Dedicar a sua atividade à investigação e desenvolvimento aplicado, nos domínios da computação gráfica, das tecnologias da informação, comunicação e eletrónica, bem como às suas aplicações, em contexto nacional e internacional. Concebe e executa projetos I&DT, assumindo uma postura de interface entre a UMinho e o setor empresarial e público.
- **Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros (PIEP)** - é uma associação privada sem fins lucrativos, que tem como objetivo o reforço da competitividade da indústria de plásticos e moldes através do desenvolvimento de projetos de I&D e do trabalho próximo com empresas nacionais. Foi criado em 2001 em colaboração com a UMinho através do Departamento de Engenharia de Polímeros e do IAPMEI.
- **Centro Clínico Académico de Braga (CCAB)** - É uma associação sem fins lucrativos, entre a UMinho, através da Escola de Medicina (EM) e do Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde (ICVS), o Grupo José de Mello Saúde, representado pelos Hospitais de Braga e CUF-Porto, e a Eurotrials - Consultores Científicos. Encontra-se sediado no Hospital de Braga, tendo como

objeto de atividade o desenvolvimento de investigação clínica, bem como a promoção e produção de conhecimento, melhorando a qualidade e eficiência assistencial.

- **Centro de Nanotecnologia e Materiais Técnicos, Funcionais e Inteligentes (CENTI)** - é um instituto privado sem fins lucrativos, fundado em 2006 que resulta de uma parceria de três Universidades, na qual se inclui a UMinho, dois centros tecnológicos e o instituto de novas tecnologias. A atividade do CENTI destaca-se pelo dinamismo e apoio de proximidade aos setores industriais, quer a nível nacional como internacional, no sentido de desenvolver e validar novas tecnologias.
 - **Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva (BLCS)** - é uma biblioteca pública vocacionada e equipada segundo os mais modernos padrões internacionais. Tem entre os seus objetivos a dinamização da leitura e a atracção de novos públicos, bem como o de criar as estruturas conducentes à concretização de uma rede de bibliotecas escolares no concelho de Braga. Nasceu da união de vontades da UMinho e da Câmara Municipal de Braga, tendo em vista a adesão à rede nacional de leitura pública.
 - **Instituto Confúcio (IC)** — é um instituto que desenvolve apoios ao nível do ensino da língua chinesa e de outras atividades de âmbito cultural e científico. Tem como objetivo primordial a difusão da língua e cultura chinesa, vocacionado para o desenvolvimento e aprofundamento dos estudos chineses na UMinho e na região envolvente. Iniciou as suas atividades, com os seus órgãos devidamente estabelecidos, no ano de 2007, tendo as suas instalações no Campus de Gualtar, em Braga, junto à Biblioteca Geral.
- **Interesses de propriedade não quantificáveis**, as quais não integraram o perímetro de consolidação do Grupo Público UMinho, dada a inexistência de influência significativa (estando reconhecidas nas demonstrações financeiras separadas ao custo):
- **Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave, S.A. (ADRAVE)** — criada a 15 de setembro de 1998, como uma plataforma de cooperação, entre os sectores público e privado, para o desenvolvimento do espaço regional, que intervém nos domínios do desenvolvimento económico, da inovação e modernização organizacional, da valorização e requalificação do património, da promoção da cultura, da organização do turismo e da qualificação dos recursos humanos.
 - **Agência de Energia do Ave (AEDOAVE)** — é uma cooperativa de direito privado sem fins lucrativos que presta serviços de acessória técnica aos municípios do Vale do Ave, tendo missão contribuir para a eficiência energética, para a utilização racional de energia e dos recursos energéticos endógenos, renováveis e não poluentes.
 - **Associação para a Formação Tecnológica e Profissional da Beira Interior (AFTEBI)** — é uma associação sem fins lucrativos, de utilidade pública, a qual iniciou a sua atividade na Covilhã, onde está situada a sua sede social, desenvolvendo a sua intervenção formativa em vários polos nomeadamente: Castelo Branco, Guarda, Pombal, Trancoso, Vouzela e de Vila Nova de Famalicão. constituída para dar corpo a uma das maiores Escolas Tecnológicas atualmente em funcionamento no país, tendo como objetivo formar pessoas e capacitar as empresas, em áreas tecnológicas.
 - **Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto (APCTP)** — é uma associação cujo objetivo é a promoção, instalação e lançamento de um Parque de Ciência e Tecnologia, através de vários polos situados, nomeadamente, nas regiões do Porto, Santa Maria da Feira e Vale do Ave, contribuindo para a investigação científica e desenvolvimento tecnológico do país. A associação promove um ambiente favorável à inovação e à concretização das medidas de política científica e tecnológica. industrial, educativa e de formação profissional, na media em que acolhe empresas de alta intensidade tecnológica, unidades de investigação de empresas, incubadoras, organismos de investigação e desenvolvimento e instituições de ensino superior.
 - **Parque De Ciência E Tecnologia, S.A (AVEPARK)** — inaugurado em 2008 constitui uma infraestrutura de excelência funcional para a instalação de empresas de grande intensidade em conhecimento científico e tecnológico, com posicionamento estratégico nas áreas geográficas do Ave e confinantes. No âmbito académico, o AvePark torna-se num pilar essencial, com um polo que pode abranger mais de 20 mil alunos e 1100 professores da Universidade do Minho.
 - **Fundação Bienal de Arte de Cerveira** — tem como fundadores um conjunto de instituições e pessoas individuais de prestígio e experiência em setores de cariz tão diversificado como o ensino superior, a administração autárquica, artistas, instituições financeiras e empresas. A

fundação tem como missão “Promover a arte contemporânea no plano nacional e internacional, através da programação anual multidisciplinar, da organização das bienais de arte, da gestão e conservação do espólio da Fundação, da criação do Museu da Bienal de Cerveira e do apoio ao empreendedorismo criativo”.

- **Instituto para o Desenvolvimento Agrário da Região Norte (IDARN)** – é uma associação privada, de utilidade pública, que agrega as principais organizações representativas do tecido empresarial do sector agro-industrial do Norte do País, assim como um conjunto de pessoas e instituições com responsabilidades nos domínios da investigação e desenvolvimento e da formação técnica do setor. Tem como propósito promover a inovação tecnológica e a valorização do conhecimento, necessários ao desenvolvimento agrário e rural da Região Norte.
- **Instituto Empresarial do Minho (IEMINHO)** – é uma entidade privada sem fins lucrativos, criada com a missão de promover e apoiar o desenvolvimento e o crescimento sustentado do Minho. Tem como objetivo apoiar os empreendedores no desenvolvimento das suas ideias de negócio, disponibilizando meios físicos e materiais, serviços de apoio à gestão, permitindo ao empreendedor transformar os seus projetos em realidades empresariais.
- **Associação Pool-net – Portuguese Tooling & Plastics Network (POOL NET)** - é a uma associação fundada por 40 entidades, onde se identificam empresas, associações empresariais, centros tecnológicos e de formação, universidades e institutos politécnicos. Tem como missão a dinamização do cluster de competitividade engineering & tooling, nomeadamente através da implementação da estratégia de eficiência coletiva criada para a indústria portuguesa de moldes e ferramentas especiais.
- **Associação SPINPARK – Centro de Incubação de Base Tecnológica (SPINPARK)** – é uma associação privada sem fins lucrativos, criada em 2006 por iniciativa da UMinho, do AVEPARK e da APCTP. É um centro de incubação de base tecnológica que promove e apoia atividades de tecnologia avançada, intensivas em conhecimento servindo simultaneamente de plataforma ao lançamento e difusão da inovação no contexto da economia do conhecimento.
- **Vale do Ave Região Digital (VARD 2015)** – é uma cooperativa de interesse público, com a finalidade de promover a conceção, criação e gestão do programa "Vale do Ave Região Digital", com a constituição de uma comunidade digital. Esta agrega todos os agentes, no sentido do desenvolvimento sustentado dos eixos sociais, económicos e culturais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos do conjunto dos municípios do Vale do Ave.
- **Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal (CITEVE)** – é uma organização privada sem fins lucrativos, constituída em 1989, sediada em Vila Nova de Famalicão. Posiciona-se entre as instituições de ensino superior e as empresas do setor têxtil e do vestuário (maioritariamente PME's), disponibilizando às mesmas, um portfólio de serviços que inclui ensaios laboratoriais, certificação de produtos, consultoria técnica e tecnológica, I&D, formação, moda e design.
- **Fundação Portugal África** – constituída em 1995, a fundação tem como objetivo a realização de ações de caráter cultural e educacional, a desenvolver entre Portugal e África, designadamente junto dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, visando a valorização e continuidade dos laços históricos e de civilização mantidos entre estes países.
- **Oficina Inovação - BIC Minho** – é uma instituição sem fins lucrativos, com sede em Braga, tendo como objetivo atuar na região Norte de Portugal, através da promoção do empreendedorismo, da inovação e da internacionalização, apoiando a criação de novas empresas e a modernização e internacionalização de PME's.
- **Fundação Centro de Estudos Euro-Regionais Galiza – Norte de Portugal (CEER)** – é uma instituição sem fins lucrativos constituída pelas Universidades de Santiago de Compostela, Vigo, Corunha, Porto, Minho e Trás-os-Montes e Alto Douro. Tem como principal objetivo a procura de sinergias e complementaridades nos eixos académicos universitários, procurando reforçar as relações entre as Universidades da Galiza e o Norte de Portugal.
- **Associação INTEGRALAR - Portugal Foods** – é uma associação criada em 2008 por entidades que compõe o setor agroalimentar português. Tem como missão reforçar a competitividade das empresas através do aumento do seu índice tecnológico, promovendo a produção, transferência, aplicação e valorização do conhecimento orientado para a inovação.
- **Associação OPEN** – é uma associação privada sem fins lucrativos, constituída em 2002, onde se englobam participações públicas e privadas, tendo como missão contribuir para a promoção

da inovação, do empreendedorismo e a criação de emprego, através do lançamento de empresas com conceitos inovadores e do estímulo à cooperação empresarial, com impacto na produtividade e na competitividade regional e nacional.

- **Associação TICE.PT** – constituído em 2008 e com sede em Aveiro, é uma plataforma de concertação que garante e promove as interfaces entre o mundo académico e o mundo empresarial. Tem como objetivo fomentar e alavancar as estratégias de rede para o setor tecnológico, entre as empresas e os centros de investigação e desenvolvimento.
- **Instituto do Design** – constituído em 2012 é uma associação sem fins lucrativos e de natureza privada, localizada em Guimarães. Enquadra-se no projeto de reabilitação da zona de Couros – o projeto Campurbis – cujos promotores foram a UMinho e o município de Guimarães. Este instituto promoveu as ligações entre o design, a arquitetura e a engenharia, tornando possível uma efetiva articulação entre a criatividade e a tecnologia.
- **Instituto do Petróleo e Gás (ISPG)** – é uma associação sem fins lucrativos resultante de uma parceria entre a Galp Energia e as seis maiores universidades portuguesas, onde se enquadra a UMinho. Tem como finalidades principais: desenvolver projetos de investigação e de formação avançada e, competências diferenciadoras no setor do petróleo e gás e contribuir para a consolidação e desenvolvimento do conhecimento e da tecnologia em países lusófonos.
- **Associação Laboratório da Paisagem** – é uma associação sem fins lucrativos de natureza privada, sediada em Guimarães, com o objetivo de promover o conhecimento, a inovação, a investigação e a divulgação científica, contribuindo para uma ação integrada e participada das políticas ambientais e do desenvolvimento sustentável.
- **Associação Laboratório Colaborativo em Transformação Digital (DTX)** – é uma associação privada sem fins lucrativos, constituída em 2018, sediada em Guimarães, tendo laboratórios em Braga, Matosinhos e Évora. O seu objetivo principal consiste em abordar os novos paradigmas em produtos, nos serviços e na interface homem-máquina, assim como, na criação de emprego qualificado e científico em Portugal.

22.3 Fatores para determinação dos interesses ou acordos e outras entidades

O Grupo Público UMinho elaborou e apresentou as suas demonstrações financeiras consolidadas, tendo incluído no perímetro de consolidação as entidades identificadas na tabela infra:

Tabela 135 – Perímetro de Consolidação

Entidade	Natureza do interesse	% de participação	Tipo de controlo
CVR	Entidade Controlada	56,48%	Entidade controlada - % de participação > 50%
TecMinho	Entidade Controlada	56,30%	Entidade controlada - % de participação > 50%
APSI	Entidade Controlada	80,00%	Entidade controlada - % de participação > 50%
SASUM	Entidade Controlada	-	Controlo (100%)
CCG	Associada	35,96%	Influência significativa - % de participação entre 20% e 50%
PIEP	Associada	31,65%	Influência significativa - % de participação entre 20% e 50%
CCAB	Associada	40,00%	Influência significativa - % de participação entre 20% e 50%
CENTI	Associada	19,05%	Tem influência significativa ainda que detenha menos de 20% de diretos de voto
BLCS	Associada	-	Acordo conjunto (50%)
IC	Associada	-	Acordo conjunto (50%)

Os SASUM foram incluídos no perímetro de consolidação como entidade controlada, pois apesar de a UMinho não deter uma participação de capital nesta entidade, obtém o controlo da mesma, devido à presença de membros da UMinho nos seus órgãos de gestão, nomeadamente o Reitor. Deste modo, conclui-se que a UMinho controla em 100% os SASUM, uma vez que possui o direito de orientar as suas políticas financeiras e operacionais.

No ano de 2018 a UMinho manteve a sua participação de 19,05% na CENTI, a qual foi incluída na consolidação de contas pelo MEP, na medida que se considera haver influência significativa, a qual se justifica por um lado pela

representação por parte de membros da UMinho no órgão de direção e por outro, pela participação por parte da UMinho em processos de decisão de políticas.

Quanto à BLCS e ao IC, os mesmos foram incluídos no perímetro de consolidação como entidades associadas devido à existência de controlo partilhado com outras entidades, nomeadamente a Câmara Municipal de Braga na BLCS e com a *Hanban* no IC. De referir que em 2017 estas entidades não se incluíram no perímetro de consolidação.

Não se incluiu no perímetro de consolidação a IDITE Minho, apesar de a UMinho deter uma participação de 25,45%, uma vez que foi constituída uma perda por imparidade correspondente à totalidade do valor da participação, em virtude de esta se encontrar com um plano especial de revitalização.

22.4 Qualificação como entidade de investimento

A UMinho não é uma entidade de investimento nos termos do § 9 da NCP 22, uma vez que não tem como objetivo:

- Obter fundos de um ou mais investidores com a finalidade de proporcionar a esses investidores serviços de gestão de investimentos;
- Assegurar aos seus investidores que o seu objeto social é investir fundos exclusivamente para obter mais-valias, rendimento do investimento, ou ambos; e
- Mensurar e avaliar o desempenho de praticamente todos os seus investimentos com base no justo valor.

22.6 Interesses em entidades controladas

a) Composição do Grupo Público

Em consonância com o divulgado na nota 22.3, o Grupo Público UMinho tem as seguintes entidades controladas:

- CVR;
- TecMinho;
- APSI; e
- SASUM.

b) Interesse que as entidades que não controlam detêm nas atividades e nos fluxos de caixa do Grupo Público

A tabela seguinte evidencia os interesses não controlados pelo Grupo UMinho nas suas entidades controladas.

Tabela 136 – Interesses não controlados pelo Grupo Público UMinho

Entidade Controlada	Interesses não controlados	
	Entidade	% Não Controlada
CVR	TecMinho	5,21
	Ferespe - Fundação Ferro e Aço, Lda.	2,66
	Funfrap - Fundação Portuguesa, SA	0,06
	Continental Mabor Ind. Pneus, SA	0,06
	Quimitecnica Ambiente, SA	0,59
	CIN - Corp. Industrial do Norte, SA	0,30
	Resen - Resíduos Industriais, SA	0,59
	Cerâmica Salvadorinho	0,06
	Mabera Acabamentos Têxteis, SA	0,12
	Kupper & Schmidt, Lda.	0,30
	Portucel Viana, SA	0,59
	Fusag - Fundação e Serralharia, SA	0,06
	Aluminios Navarra	0,06
	Fucoli - Somepal Fund. de Ferro, SA	0,30
	Metalsa - Ref. Portug. Alumínio, SA	0,59
	FDO-S.G.P.S., SA	0,59
	Infineon Technologies, SA	0,59
	Cruz, Giovanni & Lima, Lda.	0,06
	Semural - Soc. Emp. Urbanos, Lda.	0,06
	Polo Produtos Opticos, SA	0,59
	Ricarsil-Ribeiro C. & Silva, Lda.	0,06
	Indústrias Pachancho, S.G.P.S., SA	0,06
	Aguas do Douro e Paiva, SA	0,06

Entidade Controlada	Interesses não controlados	
	Entidade	% Não Controlada
	Granitos Urbanos, SA	0,12
	Nogueira & Monteiro, Lda.	0,06
	Fab. Jerónimo Pereira & Filhos, SA	0,59
	GRE-Exportação de Granito, SA	0,06
	Fundilusa-Fund. Portuguesas, Lda.	0,24
	C. F. Duarte & C ^a ., Lda.	0,06
	Fundição de Mounquim, Lda.	0,24
	Alumínios Ibérica, Lda.	1,18
	Comp. de Cartões do Cávado, SA	0,06
	ISQ-Inst. da Soldadura e Qualidade	0,59
	Resulima, SA	0,12
	Associação Portuguesa Fundição	0,06
	AIM - Assoc. Industrial do Minho	0,59
	Intrabol-Ind.Trans Borrachas, Lda.	0,06
	Greentrading-Com. Internacional	0,06
	GRIN, SA	0,24
	Braval, SA	0,12
	Maquiceram, SA	0,12
	Godilac, Lda.	0,06
	Ambipombal, Lda.	0,30
	Recauchutagem Nortenha, SA	0,30
	Fapricela - Ind.de Trefilaria, Lda.	0,06
	REFER-Rede Ferroviária Nacional EP	0,59
	Manuel Marques Herdeiros, SA	0,06
	Câmara Municipal de Guimarães	4,38
	Nogueira & Martins, Lda.	3,55
	CJR - Cândido José Rodrigues, Lda.	0,06
	CCG-Centro de Computação Gráfica	0,59
	ENDUTEX - Revestimentos Têxteis, SA	2,25
	CUPRUM-Comércio de Metais, Lda.	0,24
	Sardalla Espanola, SA	1,78
	PIZARRO-Energias Renováveis, SA	0,12
	DST-Domingos da Silva Teixeira, SA	0,59
	Construções Gabriel A. S. Couto, SA	0,06
	Sensu, Lda.	1,18
	Vimasol - Energias Renováveis, Lda.	0,59
	Superinertes de Lopes & Filhos, Lda.	0,41
	Casais - Eng ^a e Construção, SA	0,59
	J.P. Sousa - Estamparia Têxtil, Lda.	0,06
	Delta - Soc. Técnica Eletricidade	1,18
	Guimaweb-Serviços de Internet, Lda.	0,06
	José Augusto Marques Unipessoal, Lda.	0,47
	SORGAL-Soc.de Óleos e Rações, SA	0,59
	AVICASAL-Sociedade Avícola, SA	0,59
	ZX Consultores, SA	0,41
	Metalvalor-Gestão Valor T. Tipo Res	0,18
	Tempo Magnético, Unipessoal, Lda.	0,06
	W2V, SA	1,78
	Supermatéria Biocombustíveis e Rec	0,36
	Representações Júlia Rocha, Lda.	0,47
	Tequimaq - Máq. Ind. Quím Corticeira, Lda.	0,41
	Criolab - Equip. Criogénico e de Lab.	0,06
	M.J. Amaral - Equipamentos Industriais	0,18
	Carmona, SA	0,12
	Euro Separadora-Gestão Resíduos, Lda.	0,12
	MJD-Metais Jaime Dias, SA	0,30
	MYSOFT-Business Software Solutions	0,12
	Lena Ambiente –Gestão de Resíduos, SA	0,06
TecMinho	AMAVE – Associação de Municípios do Vale do Ave	6,24

Entidade Controlada	Interesses não controlados	
	Entidade	% Não Controlada
	IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação	6,24
	Freitas & Fernandes, Lda.	6,24
	Companhia de Seguros Bonança	6,24
	Têxteis A. M. Sousa Lusausti, Lda.	6,24
	Têxteis Somelos, Lda.	6,24
	ACIG – Associação Comercial e Industrial de Guimarães	6,24
APSI	Câmara Municipal de Braga	10
	Câmara Municipal de Guimarães	10

22.7 Data de relato da entidade controlada diferente da data das demonstrações consolidadas

As demonstrações financeiras de todas as entidades controladas pertencentes ao Grupo Público UMinho têm o mesmo período de relato (de 01/01/2018 a 31/12/2018).

22.8 Interesse detido por entidades que não controlam nas atividades e nos fluxos de caixa de um grupo

Nos termos do preceituado na NCP n.º 1 no Grupo Público UMinho não existem interesses que não controlam significativos nas suas entidades controladas. Ou seja, tal como demonstrado na nota 22.4, os interesses não controlados pelo Grupo Público UMinho são detidos por outras entidades, mas sem que exista influência significativa.

Nos termos do exigido na alínea g) da presente nota, divulga-se um resumo na informação financeira sobre as entidades controladas.

Tabela 137 – Resumo da Posição Financeira das Entidades Controladas

Unidade Monetária: Euro				
Rubricas do Balanço	CVR	TECMINHO	APSI	SASUM
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	887 974,51	357 958,71	5 620,25	17 234 585,07
Ativos intangíveis	40 538,52	2 403,59	0,00	22 321,10
Investimentos financeiros	6 147,43	71 337,94	147,49	0,00
	934 660,46	431 700,24	5 767,74	17 258 832,29
Ativo Corrente				
Inventários	0,00	0,00	0,00	225 537,79
Clientes, contribuintes e utentes	165 959,76	855 331,68	15 048,20	192 207,23
Estado e outros entes públicos	6 050,95	6 942,23	0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados	2 500,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a receber	1 503 179,05	2 071 256,07	0,00	187 432,03
Diferimentos	4 783,62	10 795,20	225,21	51 511,60
Caixa e depósitos	242 699,68	189 290,52	50 482,18	1 607 921,29
	1 925 173,06	3 133 615,70	65 755,59	2 264 609,94
Total do Ativo	2 859 833,52	3 565 315,94	71 523,33	19 523 442,23
PATRIMÓNIO LÍQUIDO				
Património/Capital	844 500,00	39 951,92	25 000,00	2 301 872,93
Reservas	300 049,56	928 821,48	0,00	0,00
Resultados transitados	-176 231,15	0,00	13 529,09	5 563 136,78
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	100 071,08
Outras variações no património líquido	411 276,21	0,00	0,00	11 134 783,47
Resultado líquido do período	12 873,07	-83 813,29	3 319,31	-282 647,95
Total do Património Líquido	1 392 467,69	884 960,11	41 848,40	18 817 216,31
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Financiamentos obtidos	0,00	8 389,63	0,00	0,00
Diferimentos	147 265,20	0,00	0,00	0,00
	147 265,20	8 389,63	0,00	0,00
Passivo Corrente				
Fornecedores	40 517,81	443 193,19	15 050,84	10 108,40
Estado e outros entes públicos	37 551,66	160 620,53	1 024,05	0,00
Financiamentos obtidos	0,00	6 258,47	0,00	0,00
Outras contas a pagar	42 335,74	340 838,28	5 922,04	607 390,63
Diferimentos	1 199 695,42	1 721 055,73	7 678,00	71 557,29
Outros passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	17 169,60
	1 320 100,63	2 671 966,20	29 674,93	706 225,92
Total do Passivo	1 467 365,83	2 680 355,83	29 674,93	706 225,92
Total do Património Líquido e Passivo	2 859 833,52	3 565 315,94	71 523,33	19 523 442,23

Tabela 138 – Resumo do Desempenho Económico das Entidades Controladas

Unidade Monetária: Euro				
RENDIMENTOS E GASTOS	CVR	TECMINHO	APSI	SASUM
Vendas	0,00	181,12	0,00	3 437 237,01
Prestações de serviços	406 255,31	2 646 700,37	111 722,44	2 201 584,36
Transferências correntes e subsídios correntes obtidos	451 962,67	956 620,41	5 345,21	2 548 189,82
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-12 539,74	0,00	0,00	-2 189 222,10
Fornecimentos e serviços externos	-423 862,94	-2 082 608,19	-83 329,58	-1 965 341,59
Gastos com pessoal	-369 605,68	-928 513,52	-26 110,98	-3 798 658,77
Transferências e subsídios concedidos	0,00	0,00	0,00	-419 258,85
Prestações Sociais	0,00	0,00	0,00	-10 135,84
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	4 390,58	0,00	-867,37
Outros rendimentos e ganhos	39 645,30	10 049,47	0,00	909 830,20
Outros gastos e perdas	-5 550,08	-525 023,49	-1 404,90	-233 401,01
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	86 304,84	81 796,75	6 222,19	499 955,89
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-71 476,81	-156 119,71	-1 996,48	-782 408,03
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	14 828,03	-74 322,96	4 225,71	-282 452,14
Juros e rendimentos similares obtidos	371,66	81,05	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	0,00	-806,01	0,00	-195,81
Resultado antes de impostos	15 199,69	-75 047,92	4 225,71	-282 647,95
Imposto sobre o rendimento	-2 326,62	-8 765,37	-906,40	0,00
Resultado líquido do período	12 873,07	-83 813,29	3 319,31	-282 647,95

22.10 Interesse detido por entidades que não controlam nas atividades e nos fluxos de caixa de um grupo

Sem informação disponível.

22.11 Perda de controlo sobre uma entidade controlada durante o período de relato

Durante o período de relato não existiu perda de controlo em nenhuma das entidades controladas do Grupo Público UMinho.

22.18 Natureza, extensão e efeitos financeiros dos interesses de uma entidade em acordos conjuntos e associadas

Em 31/12/2018 a UMinho tinha interesse nas associadas discriminadas na tabela seguinte.

Tabela 139 – Entidades Associadas

Associada	Natureza do relacionamento	Domicílio	Forma jurídica da associada	País	Proporção de interesses de propriedade	Proporção de direitos de voto detidos
CCG	Associada	Guimarães	Associação	Portugal	35,96%	35,96%
PIEP	Associada	Guimarães	Associação	Portugal	31,65%	31,65%
CCAB	Associada	Braga	Associação	Portugal	40,00%	40,00%
CENTI	Associada	Vila Nova de Famalicão	Associação	Portugal	19,05%	19,05%
BLCS	Associada	Braga	Serviço e Fundo Autónomo	Portugal	-	50,00%
IC	Associada	Braga	Serviço e Fundo Autónomo	Portugal	-	50,00%

De referir que as entidades associadas foram incluídas nas contas consolidadas do Grupo Público UMinho através da aplicação do MEP, tendo em consideração a informação financeira apresentada na tabela seguinte:

Tabela 140 – Resumo da Informação Financeira das Associadas

Unidade Monetária: Euro						
Associada	% Participação	Valor de Aquisição	Custo de Aquisição Considerado	Património Líquido (2018)	Resultado Líquido do Período (2018)	Valor da participação ao MEP (2018)
CCG	35,96%	682 356,79	509 309,16	5 526 669,41	-442 366,03	1 987 390,32
PIEP	31,65%	580 000,00	258 336,48	1 746 299	64 349	552 703,63
CCAB	40,00%	35 000,00	71 988,05	259 832,70	75 606,54	103 933,08
CENTI	19,05%	100 000,00	189 531,03	4 866 202,83	94 967,55	927 011,64
BLCS	50,00%	0,00	0,00	60 283,03	76 44,52	30 141,52
IC	50,00%	0,00	0,00	113 965,45	34 302,67	56 982,73

Na tabela anterior, o custo de aquisição considerado reflete a valor da participação após a UMinho ter optado, aquando da elaboração das demonstrações financeiras separadas, à data de 31/12/2018, por mensurar ao custo (§ 10 da NCP n.º 21) as suas participadas, uma vez que nas demonstrações financeiras anteriores as mesmas eram mensuradas de acordo com o MEP.

22.19 Outras divulgações relativas a associadas

As demonstrações financeiras de todas as entidades associadas pertencentes ao Grupo Público UMinho têm o mesmo período de relato (de 01/01/2018 a 31/12/2018).

De referir que na continuidade do verificado em 2017, as contas consolidadas de 2018 do Grupo Público UMinho não refletem as variações patrimoniais da associada IDITE Minho, uma vez que já foi constituída uma perda por imparidade referente à totalidade da participação detida pela UMinho.

22.21 Interesses de propriedade não-quantificáveis

A 31/12/2018 a UMinho tinha interesses de propriedade não-quantificáveis em entidades nas quais não tem influência significativa, as quais estão identificadas na tabela infra.

Tabela 141 – Percentagem de Interesse em Outras Entidades

Entidade	Natureza dos seus interesses de propriedade (em %)
ADRAVE	0,44
AEDOAVE	2,00
AFTEBI	6,35
APCTP	2,94
AVEPARK	10,61
Fundação Bienal de Arte de Cerveira	0,08
IDARN	0,35
IEMINHO	7,61
POOL NET	1,35
SPINPARK	14,29
VARD 2015	10,00
CITEVE	0,17
Fundação Portugal África	0,04
Oficina Inovação - BIC Minho	1,00
Fundação CEER	3,57
INTEGRALAR - Portugal Foods	0,95
OPEN	0,98
TICE.PT	4,21
Instituto do Design	—
ISPG	3,34
Associação Laboratório da Paisagem	8,33
Associação DTX	18,18

Os investimentos financeiros detidos nas entidades identificados na tabela anterior, foram incluídos nas contas consolidadas ao custo de aquisição.

Outras Divulgações

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base nas características qualitativas, postuladas no ponto 5 da Estrutura Concetual presente no Anexo I do DL n.º 192/2015, de 11 de setembro, em consonância com as contas individuais da UMinho, assim como das suas entidades controladas, devido à semelhança entre a estrutura conceptual do SNC-AP e do SNC.

As depreciações e as amortizações do Grupo Público UMinho foram calculadas segundo o método das quotas constantes, sendo respeitadas as taxas previstas no CC2 e no CIBE (para os bens adquiridos até 31/12/2017 com exceção dos edifícios e outras construções) para o caso da UMinho e dos SASUM. Para as restantes entidades incluídas na consolidação através do método integral, os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis estão mensurados no balanço ao custo de aquisição, sendo as respetivas depreciações e amortizações calculadas de acordo com o período de vida útil estimado pela administração/gerência de cada entidade, os quais não diferem significativamente dos períodos utilizados pela UMinho e pelos SASUM para as mesmas classes de bens, pelo que não foi necessário efetuar qualquer ajustamento de harmonização prévio à consolidação relativamente a este ponto.

Decorrente do facto de no período de relato as entidades do setor público incluídas no perímetro de consolidação adotarem, o SNC-AP, e as entidades do setor privado adotarem os normativos SNC/SNC-ESNL evitou a necessidade de se efetuarem alguns ajustamentos prévios à consolidação nas suas participadas, nomeadamente, a reclassificação dos subsídios ao investimento, reconhecidos no património líquido para o passivo, como acontecia em períodos anteriores, quando a UMinho (entidade mãe) adotava o POC-Educação.

De referir que quando existem indícios de que os investimentos financeiros não são recuperáveis a UMinho procede ao reconhecimento da respetiva perda por imparidade, ficando estas entidades excluídas da consolidação, tendo sido o caso da IDITE Minho, AVEPARK, SPINPARK e VARD 2015, uma vez que a sua quantia escriturada era nula.

Na elaboração das presentes demonstrações financeiras consolidadas, não foi derogada qualquer norma de consolidação constante do SNC-AP.

No período de relato em análise, existem restrições quanto à comparabilidade, entre períodos, de algumas rubricas das demonstrações financeiras consolidadas. Tais são decorrentes da alteração do normativo contabilístico aplicado às entidades do setor público, cuja aplicação tornou-se obrigatória em 2018 (adoção do SNC-AP em detrimento do POC-Educação).

As principais rubricas das demonstrações financeiras consolidadas que refletem alguma perda de comparabilidade, decorrente da adoção do SNC-AP, são as seguintes:

- Propriedades de investimentos que estavam contabilizadas como ativos fixos tangíveis;
- Rendimentos diferidos e outras variações no património líquido, decorrente da reclassificação contabilística dos subsídios ao investimento.
- Investimentos em associadas registadas pelo MEP, em virtude da contabilização em SNC-AP dos subsídios no património líquido.

Carece de explicação as variações registadas nas rubricas de fornecedores e outras contas a pagar, as quais decorrem do reconhecimento na rubrica outras contas a pagar, e não na rubrica de fornecedores (como havia sido reconhecido em 2017) de faturas de fornecedores rececionadas pela UMinho em 2019, mas respeitantes ao período de 2018. Ou seja, estas variações justificam-se pela aplicação do regime do acréscimo e também da utilização do subsistema da contabilidade orçamental, segundo o qual a fase da obrigação (processamento da fatura), só se verifica em 2019. Assim, em 2018, a dívida é reconhecida em outras a pagar, sendo transferida para a rubrica fornecedores em 2019, aquando o processamento da fatura.

Rendimentos/Gastos imputados de entidades associadas

Esta rubrica evidenciada na demonstração de resultados refere-se às variações no património líquido/capital próprio verificado nas entidades associadas, pela aplicação do MEP, sendo a sua desagregação a seguinte:

- Rendimentos: 89 673,99€ (PIEP, CCAB, CENTI, IC e BLCS);
- Gastos: 159 074,82€ (CCG).

23. Outras divulgações

I) Fornecimento e Serviços externos

Esta rubrica agrega os diversos custos com aquisição de bens e prestações de serviços do Grupo Público UMinho nomeadamente, energia, comunicações, trabalhos especializados e combustíveis. Em 2018 verificou-se uma diminuição de 1 602 828,73€ em comparação com 2017. Esta rubrica apresenta o valor de 26 704 318,87€ em 2018 e 28 307 147,60€ em 2017.

J) Diferimentos

Relativamente à conta de rendimentos a reconhecer expressa na rubrica de diferimentos no passivo, a mesma evidenciou uma diminuição no montante de 39 202 536,79€, que, por um lado, pode ser justificada essencialmente pela reclassificação dos subsídios ao investimento para o património líquido e por outro, pelo aumento dos valores a reconhecer relativos à imputação de subsídios à investigação.

Tabela 142 – Gastos a reconhecer, em euros

Diferimentos	2018	2017
Ativo	396 270,81	175 323,13
Passivo	121 624 273,07	160 826 809,86
Total	122 020 543,88	161 002 132,99

K) Transferências e Subsídios Concedidos

As transferências e subsídios correntes concedidos pelo Grupo Público UMinho aumentaram 144 864,04€, devido ao aumento de subsídios verificado para as sociedades e quase sociedades não financeiras, instituições sem fins lucrativos e alunos. Esta rubrica apresenta o montante de 18 109 224,65€ em 2018 e 18 254 088,69€ em 2017.

L) Prestações Sociais

As prestações sociais do Grupo Público UMinho, no valor de 10 135,84€ referem-se na sua totalidade aos SASUM.

M) Juros e Gastos Similares Suportados

A rubrica de juros e gastos similares respeita essencialmente a encargos de depósitos à ordem suportados pelo Grupo Público UMinho, onde se verificou em 2018 o valor de -152 166,88€ e em 2017 o valor de -322 789,79€ do qual resulta um aumento de 170 622,91€.

N) Imposto sobre o rendimento

A rubrica imposto sobre rendimento apresenta em 2017 um montante de 15 291,81€, e em 2018 um montante de 11 998,39€, sendo este montante decorrente da integração das entidades controladas conforme se discrimina:

- CVR: 2 326,62€;
- TecMinho: 8 765,37€;
- APSI: 906,40€.

O) Contabilidade de Gestão

Conforme disposto na NCP n.º 27 – Contabilidade de Gestão, a contabilidade de gestão é um sistema obrigatório e constitui um importante instrumento de gestão para análise e controlo dos custos com a educação, bem como dos rendimentos e dos resultados das atividades, sendo que este normativo tipifica, para o efeito, as seguintes divulgações específicas para o subsector da educação: (a) Por cada curso, indicando os custos diretos e indiretos, o custo por estudante, as receitas imputadas, quando aplicável, e os resultados económicos; (b) Por cada centro de investigação, indicando o custo por projeto e respetivos rendimentos (financiamentos, contratos de prestação de serviços); (c) Por cada serviço prestado à comunidade, incluindo custos diretos e indiretos e os respetivos rendimentos e resultados económicos; (d) Por cada atividade de apoio aos estudantes, indicando o custo por cada refeição, custo por aluno/cama, custo de cada utente na atividade desportiva, custo por cada aluno beneficiário de bolsas/prémios, custo por utente na atividade médica (clínica/psicologia,...);.

Apesar do definido no SNC-AP, a contabilidade de gestão ainda não se encontra implementada no grupo UMinho. Sendo a UMinho a entidade que apresenta um maior peso na posição financeira e desempenho do grupo (cerca de 90%), não foi possível apresentar informação sobre esta matéria.

P) Fiscal Único

Na tabela infra encontram-se elencados, o Fiscal Único/Revisor Oficial de Contas de cada entidade do Grupo Público UMinho, nomeadamente:

Tabela 143 – Fiscal Único

Entidades	Fiscal Único/Revisor Oficial de Contas
Controladas	
TECMinho	Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC
CVR	Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC
APSI	Não tem auditor externo.
SASUM	Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC
Associadas	
CCG	Jorge Amorim & Susana Pereira, SROC Lda
PIEP	Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC
CCAB	G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC Lda
CENTI	Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC
Instituto Confúcio	Não tem auditor externo.
BLCS	Não tem auditor externo.

Q) Honorários Fiscal Único

O Fiscal Único da UMinho é atualmente António Fernandes, Marta Martins & Associados, SROC, Lda. representada por António Manuel Pinheiro Fernandes. Os honorários faturados durante o exercício de 2018, referem-se exclusivamente a serviços de auditoria com vista à emissão da Certificação Legal de Contas e ascenderam a 18 119,67 € (IVA incluído).

Universidade do Minho, 13 de junho de 2019

O Conselho de Gestão

12.2.3. Relatório e Parecer do Fiscal Único sobre as Demonstrações Consolidadas



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS

Aos Senhores Membros do Conselho Geral
da Universidade do Minho

1. Nos termos da lei e do mandato que nos foi confiado, apresentamos à vossa apreciação o Relatório e Parecer sobre a actividade fiscalizadora por nós desenvolvida sobre os documentos de prestação de contas consolidadas do Grupo Universidade do Minho, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os quais são da competência do Reitor.
2. No âmbito das nossas funções:
 - i) Acompanhamos com a periodicidade e extensão que entendemos adequada, a evolução da atividade da Universidade do Minho, bem como das principais entidades englobadas na consolidação, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Gestão e dos Serviços da Universidade do Minho e das principais entidades que compõe o perímetro de consolidação as informações e os esclarecimentos solicitados.
 - ii) Examinamos o balanço consolidado a 31 de dezembro de 2018, a demonstração dos resultados por naturezas consolidada, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, o anexo às demonstrações financeiras consolidadas e as demonstrações orçamentais consolidadas.
 - iii) Procedemos à análise do relatório de gestão do exercício de 2018 e em consequência do nosso trabalho de revisão legal emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que para todos os efeitos faz parte integrante do presente relatório.
3. Face ao exposto, e tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Gestão e dos Serviços, e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos de parecer que as demonstrações financeiras e orçamentais consolidadas supra referidas e o relatório de gestão estão de acordo com as disposições contabilísticas legais e estatutárias aplicáveis pelo que poderão ser aprovadas em reunião de Conselho Geral.
4. Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Conselho de Gestão e aos Serviços da Universidade do Minho toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Braga, 14 de junho de 2019

António Fernandes, Marta Martins & Associados, SROC, Lda.
Registo na OROC n.º 327 | Registo na CMVM n.º 20180030

Representada por:

António Manuel Pinheiro Fernandes
Registo na OROC n.º 993 | Registo na CMVM n.º 20160608

1



RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Universidade do Minho (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 293.136.050 euros e um total de património líquido de 150.027.827 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.832.064 euros), a demonstração dos resultados por natureza consolidada, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reserva”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Universidade do Minho em 31 de dezembro de 2018, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

A Universidade do Minho não tem ainda implementado um sistema de contabilidade de gestão nos termos do definido na Norma de Contabilidade Pública 27 do SNC-AP, conforme referido na nota 23 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas. Assim, a Universidade do Minho não cumpriu com os requisitos mínimos obrigatórios tipificados por esta Norma do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reserva.



9

Ênfase

Conforme referido nas Notas 0 - *Adoção pela primeira vez do SNC-AP – divulgação transitória e 1.2 – Referencial Contabilístico e Demonstrações Financeiras Consolidadas*, do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas, foi utilizado pela primeira vez em 2018 o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, publicado no Decreto – Lei nº 192/2015, de 11 de setembro. Em virtude desta situação, e tendo a Universidade optado por não reexpressar os valores comparativos, não existe comparabilidade entre os valores do ano corrente e do período anterior.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja



suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Grupo que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental (que evidencia um total de receita efetiva de 136.947.781 euros e despesa efetiva de 135.363.764 euros) e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza (que evidencia um total de receita efetiva de 139.887.241 euros e despesa efetiva de 139.031.820 euros) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.



O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas do Grupo. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Braga, 14 de junho de 2019

António Fernandes, Marta Martins & Associados, SROC, Lda.

Registo na OROC n.º 327 | Registo na CMVM n.º 20180030

Representada por:

António Manuel Pinheiro Fernandes

Registo na OROC n.º 993 | Registo na CMVM n.º 20160608

13. Declaração de Inexistência de Pagamentos em Atraso a 31 de dezembro de 2018, n.º 1 e 3 do art.º 15, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro

Largo do Paço
4704-553 Braga - P

Universidade do Minho
Reitoria

Declaração

Para os devidos efeitos e no cumprimento da obrigatoriedade de prestação de informação conforme o disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 15 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro de 2012, declara-se que a Universidade do Minho, NIF 502011378, não detinha pagamentos em atraso a fornecedores à data de 31 de dezembro de 2018.

O Reitor da Universidade do Minho,

[Assinatura Qualificada] Rui Manuel Costa Vieira de Castro	Assinado de forma digital por [Assinatura Qualificada] Rui Manuel Costa Vieira de Castro Dados: 2019.04.04 17:38:51 +01'00'
---	--